UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

FREDERICO LISBÔA ROMÃO

A GREVE DO FIM DO MUNDO: PETROLEIROS 1995
A expressão fenomênica da crise fordista no Brasil

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Antunes.

Este exemplar corresponde à versão
final da dissertação defendida e aprovada em
13 de fevereiro de 2006 perante a Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Antunes (Orientador)
Prof. Dra. Andréia Galvão - IFCH/UNICAMP
Prof. Dr. Arnaldo Mazzei Nogueira - FEA/USP
Prof. Dra.Cibele Saliba Rizek - EESC/USP
Prof. Dr. Marcio Pochmann - IE/UNICAMP

Fevereiro/2006.
Campinas, SP.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Romão, Frederico Lisbôa

R662g A GREVE DO FIM DO MUNDO : PETROLEIROS 1995 - Expressão fenomênica da crise fordista no Brasil / Frederico Lisbôa Romão. - - Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador: Ricardo Antunes.
Tese (doutorado) -Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Sindicalismo. 2. Direito a Greve . 3. Petroleiros. 4. Estado. 5. Neoliberalismo. 6. Globalização. I. Antunes, Ricardo L.C. (Ricardo Luis Coltro), 1953 - II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(sfm/ifch)

Palavras-chave em inglês (Keywords): Syndicalism
Right to Strike
Petroleum workers
State
Neoliberalism
Globalization

Área de concentração: Sociologia.
Titulação: Doutor em Ciências Sociais.
Banca examinadora: Andréia Galvão
Marcio Pochmann
Ricardo Antunes
Cibele Saliba Rizek
Arnaldo Mazzei Nogueira

Data da defesa: 13 de fevereiro de 2006

E a história não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbio, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquina. Disso eu quis fazer minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada. Porque o canto não pode ser uma traição à vida! E só é justo cantar se o nosso canto arrastar consigo pessoas e as coisas que não têm voz.

Ferreira Gullar

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo Antunes por ter se disposto a partilhar parte do seu precioso tempo conosco. Por seus comentários, pelas oportunidades acadêmicas que generosamente nos proporcionou.

Aos diversos colegas com os quais cruzamos nas disciplinas, seminários e discussões na Unicamp. São todos responsáveis por nossos acertos.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Operacional pelas discussões sempre frutíferas.

Aos professores do IFCH, IE e IG pelo prazeroso e profícuo convívio.

A amiga Nelma Pimenta pela força e incentivo nos momentos difíceis.

Aos amigos Geraldo Pinto, Marcelo Bitar e Felipe Raslan pela amizade e instigantes trocas de impressões.

Aos funcionários da Pós-Graduação e da Biblioteca do IFCH, em nome dos quais agradecemos a todos os demais servidores da Unicamp, que com seu trabalho tornaram possível nossa pesquisa.

Ao Prof. Dr. José Carlos, Liana e filhos pela agradável e reconfortante companhia em Birminghan/UK.

Ao amigo Valteno, companheiro de longas datas, sempre atento aos deslizes da língua portuguesa. Por suas correções e sugestões muito obrigado.

Ao Prof. Dr. George Mészáros, da Universidade de Coventry, por seus comentários e sugestões.

Ao Ex-Prefeito de Aracaju João Augusto Gama, ao Prof. Dr. Jorge Carvalho e o Sr. Antonio Carlos Dórea por terem cada um nas suas áreas de responsabilidades, sido responsáveis por nossa primeira licença da FAFEN, sem a qual não teria sido possível cursar o doutorado.

A Prof. Dra. Ângela Araújo e o Prof. Dr. Marcio Naves por suas participações na nossa qualificação. Suas observações foram de grande valia na conclusão do nosso trabalho.

Ao CNPq por ter disponibilizado bolsa de pesquisa que utilizei em parte do curso.

A Lia e família pela acolhida em Barão Geraldo.

Aos pesquisadores Royemerson de Curitiba, Augusto do Rio de Janeiro e Cristina de Manaus. Com suas coletas de dados contribuíram para a nossa pesquisa.

Aos trabalhadores e sindicalistas, petroleiros ou não, que demonstraram maior boa vontade em nos fornecer suas observações acerca da greve e do processo de reestruturação produtiva.

Aos casais de professores Nelson Stradiottto e Valnice Boldrin, Arnaldo Cardoso e Elisabeth Alves pelas horas de lazer entremeadas com discussões acadêmicas em Araraquara, Cidade do Sol.

Ao Prof. Dr. Andrew Allen da Universidade de Birmingham pela grande solidariedade prestada a mim e a minha família, desde as primeiras horas na Inglaterra.

A minha esposa e companheira Luciane, meus filhos Caio e Iuri por terem sido camaradas nas dificuldades que enfrentamos juntos. Dedico a eles todo nosso acerto.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a greve dos petroleiros ocorrida em maio/junho de 1995, destacando sua relação na reafirmação das formas relacionais excludentes do Estado com as classes trabalhadoras no Brasil. A pesquisa levantou dados nacionalmente dentro de critérios qualitativos. A exposição está dividida em quatro capítulos. No primeiro, buscamos elementos da inter-relação entre reestruturação produtiva, do esvaziamento do Estado de bem-estar e do advento do neoliberalismo com os trabalhadores e suas organizações. No segundo, esboçamos o quadro político-econômico e social sob o qual a greve dos petroleiros de 1995 se desenrolou. No terceiro, caracterizamos técnica e socialmente a Petrobrás, os petroleiros e suas organizações. No último, apresentamos a greve nos seus elementos conceituais e sua objetivação na Inglaterra e no Brasil. Os dados demonstraram o imbricamento dessa greve com as mudanças que campeavam pelo mundo a partir da globalização neoliberal. Deixaram explicitados que o tratamento dado à mesma por FHC e pelas instituições do Estado brasileiro expressaram a crise do capital em um país periférico, demonstrando inequivocamente que no novo arranjo societal não caberia a *fala* dos que não têm parte; não caberia o *dissenso*. As mudanças operadas via reestruturação produtiva do capital, fizeram retroceder o processo de organização e conquistas iniciado com as lutas operárias nos fins dos anos 70, concorrendo para a precarização das condições e relações de trabalho dos petroleiros, especialmente após a greve de 1995.

ABSTRACT

The objective of the present study is to analyze the petroleum workers' strike of May/June, 1995, highlighting its relationship to reaffirm the exclusion forms of the working classes in Brazil by State. The research examines evidence on a national basis using a qualitative approach, and is divided into four chapters. In the first we seek to identify elements of the interrelationships between the re-structuring of production, the decline of the Welfare State and the advent of neo-liberalism, with the workers and their organizations. In the second we sketch the politico-economic and social conditions under which the 1995 petroleum workers' strike developed. In the third we characterize, in technical and social terms, Petrobras, the petroleum workers, and their trade unions. In the final chapter we present the concept of the strike and its material manifestations in England and Brazil. The data demonstrate the relationship between the petroleum workers' strike and the changes that have been championed throughout the world following neo-liberal globalization. They make explicit that the responses of FHC and of the various institutions of the Brazilian State were an expression of the crisis of capital in a peripheral country, and demonstrate unequivocally the lack of a voice of those existing outside of the new societal structure; dissent could not fit within it. The changes orchestrated via the productive restructuring of capital caused a reversal of the process of worker organization and of the achievements which had begun with the labour conflicts at the end of the 1970s, for the petroleum workers contributing to more precarious working conditions, with weakening of rights and poorer industrial relations, especially following the 1995 strike.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa.

AC – Acordo Coletivo.

ACM – Antonio Carlos Magalhães.

AEPET – Associação dos Engenheiros da Petrobras.

AGU – Advocacia Geral da União.

ANAMPOS – Associação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais.

ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior.

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

AS – Articulação Sindical.

ASFOR – Fábrica de Asfalto Fortaleza.

ASLEF – Associeted Society of Locomotive Engineers and Fireman.

ASPETRO – Associação dos Petroleiros de São José dos Campos.

ASS – Alternativa Sindical Socialista.

BACM – Britsh Association Colliery Management.

BB – Banco do Brasil.

BC – Bacia de Campos.

BC – Banco Central.

BC – Coal Board.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BIRD – Banco Mundial.

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social.

BPD – Barris Petróleo por Dia.

BS – Balanço Social.

BS - British Standards.

CAD – Concepção Auxiliada por Computador.

CAM – Fabricação Auxiliada por Computador.

CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça.

CCQ – Círculo de Controle de Qualidade.

CEDPEN – Centro de Estudos de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional.

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base.

CEF – Caixa Econômica Federal.

CEMING – Companhia Energética de Minas Gerais.

CENPES – Centro de Pesquisa da Petrobrás na Ilha do Fundão no Rio de Janeiro.

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental.

CF 88 – Constituição Federal de 1988.

CGT – Central Geral dos Trabalhadores.

CIC – Centro Integrado de Controle.

CINCC – Coal Industry National Consultive Committee.

CMP – Central de Movimentos Populares.

CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

CNP – Comando Nacional dos Petroleiros.

CNQ-CUT – Confederação Nacional dos Químicos da CUT.

CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

CNTSP – Congresso Nacional dos Trabalhadores do Sistema Petrobrás.

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.

CONCLAT - I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora.

CONCUT – Congresso Nacional da CUT.

CONFUP – Congresso da Federação Única dos Petroleiros.

COTUR – Coordenador de Turno.

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.

CR – Corte de Rendição.

CSC – Corrente Sindical Classista.

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico.

DN – Diário do Nordeste. (Jornal do Ceará).

DNPC – Departamento Nacional dos Petroleiros da CUT.

DNQ-CUT - Departamento Nacional dos Químicos da CUT.

FUC-P Federação Única Cutista Petroleira.

ECT – Empresa de Correios e Telégrafos.

EDISE – Edifício sede da administração central da Petrobrás no Rio de Janeiro.

ENCLATS – Encontro Nacional das Classes Trabalhadoras.

ENOS - Encontro Nacional das Oposições Sindicais.

ENTOES - Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical.

EPI – Equipamento de Proteção Individual.

FAFEN – Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste. Existem duas fábricas, uma localizada em Camaçari na Bahia, outra localizada em Laranjeiras em Sergipe.

FASUBRA - Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras.

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

FHC - Fernando Henrique Cardoso.

FIESP – Federação das Industrias do Estado de São Paulo.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

FRONAP – Frota Nacional de Petroleiros.

FS – Força Sindical.

FSP – Folha de São Paulo.

FUP - Federação Única dos Petroleiros.

GASP – Grupo de Administração Superior da PETROBRÁS.

GAZETA DO OESTE – Jornal de Mossoró na Paraíba.

GDP – Gerência de Desempenho Pessoal.

GLP – Gás Liquefeito de Petróleo.

GM – Gazeta Mercantil.

GM – General Motors.

GMBAUT – General Municipal Boilermarkers and Allied Trades Union.

GN – Gás Natural.

GQT - Gestão da Qualidade Total.

GSF – Gasto Social Federal.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadoria.

ICV – Índice de Custo de Vida.

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

IEMO – International Energy and Miners Organisation.

IES – Instituição de Ensino Superior.

IOF – Imposto sobre Obrigações Financeiras.

IPM – Inquérito Policial Militar.

ISO – International Standards Organization.

NR – Nova República.

PSC – Partido Social Cristão.

PTR – Partido Trabalhista Renovador.

IPC – Indústria de Processo Contínuo.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IPI – Imposto sobre Produto Industrializado.

IR – Imposto de Renda.

ISTC – Iron and Steel Trades Confederation.

JB – Jornal do Brasil.

JN – Jornal Nacional da Rede Globo.

LP – Labour Party.

LUBNOR - Lubrificantes e Derivados do Nordeste.

Mbpd – Milhão de Barris Produzidos por Dia.

MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

MINOS – Mine Operating System.

MP – Membre of Parlament.

MR8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro.

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

MT – Ministério do Trabalho.

MTS – Movimento por uma Tendência Socialista.

NACODS – National Association of Colliery Overmen, Deputies and Shotfires.

NBI – Necessidades Básicas Insatisfeitas.

NCB – National Coal Board.

nd - não disponível.

NEC – National Executive Committee.

NS – Novo Sindicalismo.

NUM – National Union Mineworkes.

NUR – National Union Railwaymen.

NUS – National Union of Seamen.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

OESP – O Estado de São Paulo.

OG – Jornal O Globo.

OHSAS - Occupational Health And Safety Assessment Series.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

OLT – Organização por Local de Trabalho.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

OSMSP – Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo.

OTC – Offshore Tecnology Confernce.

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

PC – Partido Conservador.

PCB - Partido Comunista Brasileiro.

PCdoB – Partido Comunista do Brasil.

PDT – Partido Trabalhista Brasileiro.

PEA – População Economicamente Ativa.

PFL – Partido da Frente Liberal.

PIB – Produto Interno Bruto.

PIS – Programa de Integração Social.

PL - Petroleiros em Luta (Boletim do Sindipetro-RN).

Pm – Primeira mão (boletim da FUP).

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicilio.

PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais.

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.

POA – Porto Alegre.

PP – Partido Progressista.

PPS – Partido Popular Socialista.

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

PSTU – Partidos Socialista dos Trabalhadores Unificados.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

PUC – Pontifícia Universidade Católica.

RECAP - Refinaria de Capuava.

REDUC – Refinaria Duque de Caxias.

REFAP – Refinaria Alberto Pasqualini.

REGAP – Refinaria Gabriel Passos.

REMAN – Refinaria de Manaus.

REPAR. – Refinaria do Paraná.

REPLAN – Refinaria de Paulínia.

REVAP – Refinaria do Vale do Paraíba.

RFFSA – Rede Ferroviária Federal.

RLAM – Refinaria Landulfo Alves.

RPBC – Refinaria Presidente Bernardes.

RRIT - Regime de Revezamento Ininterrupto de Turno.

RU – Reino Unido.

SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos.

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão.

SDC – Special Delegate Conference.

SDCD – Sistemas digitais de Controle Distribuídos.

SEDIL – Setor de Destilação Atmosférica.

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

SEREC - Serviço de Recursos Humanos.

SESI – Serviço Social da Indústria.

SJC – São José dos Campos.

SMS - Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

SMSB – Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

SNI – Serviço Nacional de Informação.

SPE - Setor Produtivo Estatal.

SS – Setor de Serviço.

SUTUR – Supervisor de Turno.

t/d – tonelada dia.

TEBAR – Terminal Marítimo almirante Barroso.

TGWU – Transport and General Workers Union.

TO – Técnico de Operação.

TRT – Tribunal Regional do Trabalho.

TST – Tribunal Superior do Trabalho.

TUC – Trade Union Congress.

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

UDM – Union Democratic Mineworkers.

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UFS – Universidade Federal de Sergipe.

UI - Unidades Industriais.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

UPGN – Unidade Processamento de Gás Natural.

URV – Unidade Real de Valor.

USA – United States of American.

USI – União Sindical Independente.

USP – Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....iv
RESUMO.....vi
ABSTRACT.....vii
LISTA DE ABREVIATURA.....viii

INTRODUÇÃO GERAL 01
Procedimento de pesquisa 10
Procedimento de exposição.....27

CAPÍTULO 1: A ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO VIA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL PÓS-CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR.....29

1.1 Neoliberalismo: Antecedentes e fundamentos.....30
1.1.1 Antecedentes do neoliberalismo.....30
1.1.1.1 O liberalismo clássico.....30
1.1.1.2 Crítica ao mercantilismo.....33
1.1.1.3 O apogeu e crise do liberalismo.....34
1.1.2 Fundamentos do Neoliberalismo.....36
1.1.2.1 As escolas do pensamento neoliberal.....36
1.1.2.2 Aspectos do pensamento de Hayek.....38
1.1.2.3 A colonização do neoliberalismo para o capital.....41
1.1.2.4 Características dos Estados neoliberais.....43
1.1.2.5 Conclusões.....46

1.2 Ascensão e crise do *welfare state*.....47
1.2.1 Caracterização.....48
1.2.2 Emergência das leis de proteção.....51
1.2.3 Desenvolvimento.....55
1.2.4 Padrões.....59
1.2.5 Limites a efetivação da presença do *welfare* no Brasil.....64
1.2.6 Aspectos da crise do *welfare* e resistência dos trabalhadores.....67
1.2.7
Conclusões.....69

1.3 A reestruturação produtiva do capital.....71
1.3.1 Mudam as formas: a essência se mantém.....71
1.3.2 A ciência como instrumento do capital.....74

CAPÍTULO 2: *ERA* FHC: CONSOLIDAÇÃO DE UM NOVO REGIME DE ACUMULAÇÃO NO BRASIL.....77

2.1 Notas sobre o nacional desenvolvimentismo e sua crise nos anos 80.....78
2.1.1 Nacional desenvolvimentismo.....78
2.1.2 Década de 30.....80
2.1.3 Os anos de guerra.....84
2.1.4 O pós-guerra.....85
2.1.5 O Plano de Metas e o II PND.....87
2.1.6 O Estado *benefactor*.....94

2.2 Da heteronomia a conquista da fala.....99
2.2.1 Novos atores entram em cena.....99
2.2.2 A retomada dos movimentos.....102
2.2.3 Surgem as centrais sindicais.....106
2.2.4 O *fazer*-se do *Novo Sindicalismo*.....110
2.2.5 O movimento grevista.....114
2.2.6 Conquista de direitos e reconquista da *fala*.....120
2.2.7 Conclusões.....121

2.3 Agenda neoliberal nos anos 90: a *Era* FHC.....124
2.3.1 A *Era* FHC.....124
2.3.2 A Nova Republica frustrada.....125
2.3.3 O meteórico neoliberalismo de Collor.....130
2.3.4 O interregno neoliberal com Itamar Franco.....137
2.3.5 FHC Ministro da Fazenda.....140
2.3.6 Entre a vitória e a posse de FHC.....146
2.3.7 O mundo do trabalho na ante sala do governo FHC.....151
2.3.8 O intróito do governo FHC.....155

CAPÍTULO 3: A PETROBRÁS, OS PETROLEIROS, SUAS ORGANIZAÇÕES E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....167

3.1 Características do processo produtivo.....168
3.1.1 A divisão do trabalho.....173
3.1.2 Os operadores de processo 175

3. 2 Organizações e lutas sindicais dos petroleiros.....179
3.2.1 Organização sindical.....179
3.2.2 A criação da Petrobrás e a confirmação de valores societais.....179
3.2.3 As mudanças de rumo do país e os petroleiros.....183
3.2.4 Características das organizações sindicais.....186
3.2.5 As greves e mobilizações.....191

3.3. O *Ouro Negro* e a reestruturação produtiva do capital.....195
3.3.1 A reestruturação produtiva na Petrobrás.....195
3.3.2 Os programas de qualidade e a corrida pelas normas, padrões e certificações.....195
3.3.3 Acentua-se o controle taylorista.....199
3.3.4 Novos pactos: capital/trabalho.....204
3.3.5 Introdução de inovações tecnológicas.....208
3.3.6 Crescem os segmentos *upstream* e *downstream*.....211
3.3.7 A redução dos postos de trabalho e a informalidade.....220
3.3.8 A *liofilização* organizacional.....233
3.3.9 A perda de direitos.....243
3.3.10 A divisão sexual do trabalho.....247
3.3.11 Escolaridade.....249
3.3.12 Conclusões.....252

Capítulo 4: A GREVE.....255

4.1 Greve: possibilidades de conceitos e definições.....256
4.1.1 Conceitos gerais.....256
4.1.2 Etimologia e primeiros eventos grevistas.....257
4.1.3 As primeiras teorizações sobre o conceito.....259
4.1.4 Greve como instrumento de transformação do Estado.....261
4.1.5 Ideações enriquecedoras do conceito greve.....267
4.1.6 Conclusões.....275

4.2. A greve dos *miners workers* 1983/1984.....279
4.2.1 Elementos da economia e da política da Inglaterra do pós-guerra.....283
4.2.2 O capital buscou alternativas.....286
4.2.3 O thatcherismo.....288
4.2.4 Carvão: economia e trabalho.....294
2.2.5 Aspectos do *fazer-se* mineiro.....296
4.2.6 A crise do sindicalismo inglês.....299
4.2.7 A greve começa em Yorkshire.....305
4.2.8 As fases da greve.....309
4.2.9 Thatcher e a greve.....312
4.2.10 A mídia.....313
4.2.11 A lenda Scargill.....317
4.2.12 Três grandes problemas.....318
4.2.13 Os apoios.....323
4.2.14 Conclusões.....324

4.3 As greves dos petroleiros em 1994.....332
4.3.1 A primeira greve.....334

4.3.2 A quase greve no dia 10 de novembro.....338
4.3.3 A segunda greve.....341

4.4 A greve de 1995.....347
4.4.1 A madrugada de 03 de maio de 1995.....347
4.4.2 O primeiro dia de greve.....350
4.4.3 As diferentes formas de efetividade da greve na Petrobrás.....357
4.4.4 As primeiras reações do governo.....359
4.4.5 O segundo dia de greve.....362
4.4.6 O julgamento do TST.....369
4.4.7 Nova etapa da greve.....378
4.4.8 A greve nas outras categorias.....379
4.4.9 As táticas do governo/empresa no segundo momento.....382
4.4.10 O comportamento da mídia.....385
4.4.11 A *sociedade civil* e a greve.....387
4.4.12 As táticas da FUP e dos sindicatos.....390
4.4.13 As reações do governo/empresa.....392
4.4.14 Nova etapa na greve.....394
4.4.15 O exército ocupa as refinarias.....407

CONCLUSÕES 419

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....441

FONTES.....4
73

APÊNDICES
Resumo histórico de datas importantes na luta dos petroleiros.....478
Dados sobre a Petrobrás utilizados na tese em forma de gráficos.....490
Petróleo e o consumo de energia na era da taxa tendencialmente declinante do valor de uso das coisas.....492
Minas fechadas no Reino Unido após março de 1984.....500

INTRODUÇÃO GERAL

It was the best of times, it was the worst of times; it was the age of wisdom, it was the age of foolishness; it was the epoch of belief, it was the epoch of credulity; it was the season of Light, it was the season of Darkness; it was the spring of hope, it was the winter of despair; we had everything before us, we had nothing before us (A Tale of Two Cities, Charles Dickens).

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar a greve dos petroleiros ocorrida entre os dias 03 de maio e 02 de junho de 1995, destacando sua relação na reafirmação das formas relacionais excludentes do Estado com as classes trabalhadoras no Brasil.

O quartel final do século XX resultou em grandes transformações no mundo. Alterações de grande envergadura ocorreram nos campos político econômico, e social. Chega ao fim a disputa entre os Estados Unidos e a URSS, iniciada logo depois da Segunda Guerra Mundial. Termina a batalha conhecida como *Guerra Fria*. Na contenda entre o ocidente e o leste europeu, o primeiro sai vencedor. Sua vitória dá margem a elaborações colocando um ponto final na história do desenvolvimento da humanidade. O fim da *Guerra Fria* inaugura o apogeu do fetiche; para alguns, instaura-se a partir daí um período de paz e prosperidade mundial sob o timão absoluto do capitalismo.

Se na política o sistema capitalista apresenta-se como demiurgo, na economia a calmaria e os avanços conquistados entre os *trinta anos gloriosos*[1] nos países centrais[2], — com base nas orientações keynesianas, dentro do regime taylorista/fordista possibilitadores do *welfare* — começam a dar sinais fortes de crise. O pacto fordista, no qual os trabalhadores abriram mão das perspectivas de transformações revolucionárias em troca de conquistas sociais, mostra-se fortemente abalado. As manifestações de rua no fim dos anos 60 e as crises do petróleo na década de 70 são expressões fenomenológicas dos limites daquele modo de controle do capital.

---

[1] Os trinta anos posteriores à Segunda Guerra Mundial.
[2] Países Escandinavos no norte da Europa, Áustria, França, Alemanha, Itália, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Grã-Bretanha.

Os postos de trabalho encolhem-se, os sistemas de proteção social, consolidados com o *welfare*, mostram-se insuficientes. A instabilidade provoca o surgimento de novos movimentos sociais (Gohn, 1997). Os sujeitos emergentes impõem novas demandas ao pacto estabelecido. As reivindicações afloram no momento em que o pacto fordista já não consegue responder a contento aos compromissos anteriormente estabelecidos. Os movimentos organizados pelos ecologistas, pelas mulheres, pela juventude e minorias, de uma forma geral, exigem transformações.

As debilidades na economia exteriorizam-se através da inflação e do crescente desemprego, refletindo a incapacidade do capital de restaurar suas taxas de lucro sem provocar fraturas no edifício social. Esse é o arcabouço no qual ocorrem uma gama variada de acontecimentos a abalar o mundo do trabalho. O capital, na sua processualidade metabólica de recomposição, financeiriza-se, esgarça as barreiras dos Estados nacionais, busca novos arranjos socioeconômicos, procura reestruturar-se. Caberá aos trabalhadores, mais uma vez, os custos dessa reordenação. A crise no padrão *welfare* de proteção e seguridade, é o ressoar da crise estrutural do capital. É o surgimento de uma nova forma de controle social, a era da acumulação flexível e do neoliberalismo.

Os conceitos neoliberais surgem em 1944 no texto de Friedrich Hayek "*O caminho da servidão*". Em 1947 Hayek aglutina em torno de si inúmeros pensadores que, reunidos nos Alpes Suíços, discutem e aprofundam os princípios fundadores do novo regime de acumulação: a) liberdade total para o mercado; o Estado deve abrir mão de suas prerrogativas enquanto agente de equilíbrio entre o trabalho e as forças de mercado. b) defesa da existência de diferenças sociais como fator positivo, como elemento instigante do desenvolvimento. c) a busca da estabilidade monetária como algo indispensável ao desenvolvimento econômico.

d) avaliação negativa do poder dos sindicatos, pois os seus interesses corporativos impõem óbices ao livre crescimento das forças produtivas (Anderson, 1995).

Quando do seu nascedouro, os conceitos neoliberais não encontram campo fértil. O Estado organiza a economia a partir das orientações Keynesianas. Com a crise desse tipo de Estado ocorrida entre os anos 60 e 70, finalmente o novo modelo de organização societal pode fazer valer os seus postulados, tornando-se alternativa para valorização do capital.

O neoliberalismo inicia-se na Europa pela Inglaterra, durante o primeiro governo de Thatcher em 1979 e na América pelos Estados Unidos no governo Reagan, eleito em 1980. Depois desses dois governos, poucos são os países que ficam fora da sua área de influência; mesmo governos eleitos que inicialmente questionam as postulações neoliberais, no decorrer dos mandatos rendem-se à sua pragmática. Foi o caso de Miterrand na França, González na Espanha, Soares em Portugal, Craxi na Itália, Papandreou na Grécia (Anderson, 1995).

Na América Latina, a avalanche neoliberal inicia-se antes mesmo de ter sido colocada em prática na Inglaterra. O Chile, durante a ditadura sangrenta de Augusto Pinochet, é possivelmente o primeiro Estado a adotar o modelo no início dos anos 70. Não obstante esta experiência, e a da Bolívia em 1985, o neoliberalismo só assola o continente no final dos anos 80, com Salinas no México, em 1988; Menem na Argentina, em 1989; Carlos Andrés Perez na Venezuela, em 1989; e com a eleição de Fujimore no Peru, em 90. O Brasil resistiu durante toda a década de 80 à política liberal, apenas com a derrota de Lula nas eleições de 1989 e a subseqüente posse de Collor em 1990 é que teve início a sua implantação, em um processo adjetivado de *tardio*[3].

[3] Ver: Vergara, 1990; Laurell, 1997; Oliveira, 1999a; Mattoso, 1999; Petras, 1997.

As décadas de 80 e 90 expressam perdas de direitos e garantias trabalhistas. Apesar das tentativas de resistência do mundo do trabalho, o capital avança. Exemplos da resistência dos trabalhadores contra as políticas neoliberais e da força da investida do capital contra os mesmos podem ser vistos com maior nitidez na greve dos mineiros na Inglaterra em 1983/1984 sob o governo da Primeira ministra Margareth Thatcher, na greve dos controladores de vôos americanos sob o Governo Reagan e na greve dos petroleiros no Brasil, em 1995, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Apesar de acontecerem em momentos e realidades diferentes, por nossa hipótese, essas lutas se caracterizam pelo sentido de resistência da classe trabalhadora na sua contenda diuturna contra o capital.

As ações do capital no sentido de imprimir derrota à classe trabalhadora fazem-se necessárias na medida exata em que o novo modo de regulação do capital consubstancia-se no desmonte do *welfare*[4], na retirada de direitos e conquistas da classe trabalhadora. Como foram os trabalhadores e suas lutas elementos fundantes na construção dos estados de bem-estar, no momento da sua desestruturação esses trabalhadores precisam ser alijados do processo.

É no contexto de exclusão de direitos e alijamento dos trabalhadores como protagonistas na política que se insere a greve dos petroleiros no Brasil, objeto deste estudo. O fio condutor a orientar a pesquisa indica que a compreensão da greve, dos seus resultados, limites e repercussões só é possível se apreendidas no contexto mais geral das transformações ocorridas no mundo. Pressupomos não ser possível explicar as transformações por que passaram a economia e a sociedade brasileira nessa fase, a não ser correlacionadas com o ocorrido no âmbito internacional, no mesmo período.

[4] Processo que ocorre nos países centrais. Na periferia do sistema, na qual o *welfare* não existiu, o que se sobressai é a implantação do neoliberalismo.

Pretendemos assim, apreender o processo de reestruturação produtiva do capital ocorrido na indústria brasileira, em particular na Petrobrás, caso específico analisado neste trabalho. Para entender o advento das novas técnicas e formas de gerenciamento de tipo toyotista e seus congêneres, é preciso situá-las como resposta do capital internacional, entre outras coisas, a um sistema de pactação que dava sinais claros de exaustão.

A compreensão exata do porquê do tratamento dado pela Petrobrás, governo, Judiciário e mídia aos petroleiros e sua greve, não é alcançada se ficarmos circunscritos à sua expressão fenomênica, aos marcos do Brasil e aos limites do governo FHC. É preciso perquirir o âmago da processualidade envolvida na implantação das novas políticas conformadas pela alcunha de neoliberais, como alternativa e substituta do *welfare state,* de uso anglo saxão ou *Estado - Providência* como chamam os franceses[5].

É certo, porém, não se tratar de uma transposição simples dos movimentos ocorridos alhures. O Brasil tem suas peculiaridades, obrigando a mediações. É um país situado na periferia do sistema internacional: apesar de inserido subordinadamente, ostenta o título oscilante de 8ª ou 11ª economia mundial. A posição marginal indica que elementos presentes na economia internacional não se apresentam por aqui na mesma medida.

Enquanto no centro o capitalismo assiste a instalação do pacto fordista, conformando o Estado de bem-estar, o Brasil convive com o fim da ditadura Vargas e a imposição, 19 anos depois, da ditadura militar. A modernização conservadora levada a efeito no Brasil nesses anos ocorre à revelia dos trabalhadores e sem materializar *welfare*, moldando, ao contrário, um processo de *superexploração*[6] do trabalho, seja pelo completo alijamento dos trabalhadores do

[5] Ver: Merrien, 1990; Rosanvallon, 1997; Esping- Andersen,1991; Pierson, 1991; Tittmus, 1976.
[6] Antunes (1992) trabalha esse conceito ao discutir as greves do ABC paulista.

processo político, seja pela absoluta *mercadorização* da pequena cesta de direitos e garantias sociais/trabalhistas.

O Brasil tem se comportado, em grande medida, apenas como caixa de ressonância das oscilações do capital internacional. No século XX "*nossa economia acompanhou o movimento cíclico do capitalismo central, exagerando as suas tendências*" (Tavares, 2003) de exploração do trabalho. Essa não era, entretanto, a única possibilidade. Não advogamos o determinismo da economia ou das leis de mercado. Existem possibilidades de políticas independentes, opções diferentes a ser feitas, como bem exemplificam a China e a Índia. Os dois países têm se notabilizado, apesar das críticas e dos problemas não resolvidos, por utilizarem políticas independentes das orientações dos organismos do capital internacional (FMI, BIrD, OMC, etc).

Se as agitações cíclicas do capitalismo internacional fazem ressoar no Brasil seus efeitos piorados, isso ocorre não "*por ação deliberada da vontade coletiva"* (Cardoso de Mello, 1998). Historicamente, os governantes brasileiros, sejam *liberais-conservadores, populistas ou ditatoriais*, preferem, em larga medida, adotar políticas de acordo com os interesses internacionais. Por nossa hipótese, FHC não faz diferente. Daí ser legítimo situar que as ações e respostas do governo FHC à greve dos petroleiros estão em conformidade com o movimento mais amplo do capitalismo internacional. Situam-se dentro das orientações e pragmáticas neoliberais no seu avanço sobre os direitos e conquistas da classe trabalhadora.

O presente trabalho parte do pressuposto de que só é possível compreender a greve dos petroleiros em todas as suas nuances, na medida em que a mesma é

inserida no contexto do processo de globalização[7]. As transformações ocorridas no processo globalizante ressoam no mundo do trabalho, e são impulsionadas pela crise do capital, em sua necessidade de recompor a taxa de lucro. Essa crise estrutural do capital se expressa, nos países centrais, pelo esgotamento do pacto fordista, impondo óbices ao modelo sócio estatal do *welfare state* e exigindo sua superação. Por sua vez, as tentativas de superação do Estado de bem-estar no centro do capitalismo são levadas a cabo via globalização das políticas neoliberais. Com a inserção do *mundo do trabalho* nessa nova ordem do capital, a *pragmática* neoliberal conforma uma *classe-que-vive-do-trabalho*[8], mais fragmentada e precarizada.

A partir desse pressuposto, procuramos discutir as seguintes hipóteses:

a) Os métodos do governo FHC, do Judiciário e da mídia no enfrentamento da greve dos petroleiros de maio/junho de 1995 são a expressão fenomênica da crise do fordismo na periferia do sistema capitalista.

b) No projeto do governo FHC de *modernização subordinada e excludente do Estado*, não há espaço para a *fala* da classe trabalhadora. Os trabalhadores não podem estar inseridos nos processos políticos como sujeitos autônomos, possuidores de interesses essencialmente conflitantes dentro da sociedade de classes.

c) O resultado da exclusão dos trabalhadores e de suas organizações enquanto protagonistas da política é a precarização das condições gerais de existência da classe trabalhadora, no caso particular estudado, a dos petroleiros.

---

[7] O termo globalização tem vários significados e sentidos. Dentre todos eles interessa neste trabalho apenas as transformações ocorridas no final do século XX, no campo econômico, científico/tecnológico e social, que produziram rebatimento na esfera do trabalho. Transformações capitaneadas pelo capital sobre o modo de produzir, sobre o controle da produção, da gestão e dos trabalhadores. Mudanças impactantes no modo de fazer-se operário e de suas organizações.

[8] Conceito desenvolvido por Antunes visando demonstrar a ampliação da noção de classe trabalhadora em função das metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho (Antunes, 1999).

Ao estabelecermos nossos pressupostos e hipóteses, não os consideramos elementos absolutos. Trabalhamos os mesmos, assim como os dados obtidos no decorrer da pesquisa, como construções sociais, historicamente posicionadas, submetidas a interesses e interpretações próprias do momento, não fatos de *per sí* (Mann, 1970; Minayo, 1996; Hobsbawm, 1995).

Procedimento de pesquisa

O objetivo desta exposição é, em primeiro lugar, permitir a quem tiver acesso ao presente trabalho conhecer as bases sobre as quais ele foi construído, podendo dessa forma julgá-lo com maior segurança. Em segundo lugar, contribuir de algum modo, mesmo que de forma bastante humilde, com outros procedimentos de pesquisa a serem realizados futuramente.

Esta pesquisa é realizada dentro de critérios qualitativos. A legitimidade desse método e a sua capacidade de apreender o real estão hoje devidamente estabelecidos. A dicotomia pesquisa qualitativa ou quantitativa foi superada na atualidade. A noção de superioridade ou inferioridade desse ou daquele método é compreensão ultrapassada (King, Keohane e Verba, 1994).

O objeto de estudo do presente trabalho é a busca por respostas acerca da processualidade da greve dos petroleiros de maio/junho de 1995. Esta greve envolve as ações dos petroleiros e dos seus sindicatos, da empresa e do Estado como protagonistas, mas encontra-se articulada, também, com as atuações do judiciário, da mídia, da população, dos partidos e de outras entidades sindicais. Trata-se de uma rede extremamente ampla de elementos envolvidos. Operá-la quantitativamente envolveria a aplicação de instrumentos de pesquisa, a exemplo dos *surveys*, inviáveis dentro de nosso projeto de doutoramento, pela extensão de tempo e recursos envolvidos[9].

[9] Entrevistamos 117 pessoas: 44 petroleiros; 01 advogado; 01 jornalista; 19 dirigentes sindicais de outras categorias; 05 trabalhadores de empreiteiras; 08 intelectuais. Com os intelectuais não foram propriamente entrevistas, mas conversas nas quais nós solicitávamos suas impressões acerca da greve.

Posição do pesquisador

A posição do pesquisador não se enquadra exatamente dentro de nenhum modelo. Não é o caso de estar totalmente inserido dentro do objeto como fez Simone Weil (1979), não é exatamente uma *observação participante* Malinowski (1978), é uma simbiose de posições. Somos operador de processo da Petrobrás desde 1986, militando desde então no movimento sindical do qual nos afastamos em 1995 ao priorizarmos a vida acadêmica e militância partidária. Licenciamo-nos da empresa por duas vezes, na primeira por doença profissional, leucopenia, no início dos anos 90[10], a segunda em 2001, para realização do curso de doutorado. Esses fatos nos colocam ao mesmo tempo na posição de *participante total* e *observador participante*. Entretanto, ao realizar o trabalho de campo, o nosso esforço de distanciamento nos desvincula das categorias de participante total ou observador participante. Desde a nossa licença, nos mantivemos o mais afastado possível do dia-a-dia da empresa. Por isso o presente trabalho se situa no encontro dessas diversas formas de presença no campo.

Na maioria das visitas e entrevistas realizadas nos passamos apenas como pesquisador. Não explicitamos o fato de sermos funcionário da empresa. Junto aos trabalhadores "comuns" ou dirigentes sindicais, após realizadas as entrevistas, nós normalmente nos apresentamos por completo. Quando se trata de indivíduos ligados à gerência, entramos e saímos do contato como pesquisador. Nesse último caso, não falamos também estar estudando a greve de 1995. Explicamos que o nosso interesse é entender as mudanças e modernizações ocorridas na Petrobrás, a greve vai surgir depois na entrevista, como algo periférico.

O motivo que nos leva a explicitar por completo nossa situação para os trabalhadores e não explicitar para os gerentes é o mesmo: facilitar o desenvolvimento da pesquisa, a obtenção de dados e informações. Junto aos

[10] Aproveitamos essa fase para cursar o mestrado, fruto do qual foi publicado livro Na trama da história – o movimento operário de Sergipe, (2000).

trabalhadores, percebemos, no decorrer das tarefas de campo, que ao conhecerem todos os detalhes da pesquisa ficam mais à vontade, buscando inclusive meios para facilitar nosso acesso a maiores informações. O inverso se dá com o pessoal da gerência. O fato é claramente perceptível quando tratamos da greve com os mesmos; suas respostas são evasivas, demonstrando desconforto e desinteresse pelo tema. Preocupamo-nos com os aspectos éticos desse procedimento, mas entendemos que dificilmente se teria acesso às unidades e gerentes sob o argumento da greve. Tentando corrigir essa situação nos casos em que nossa identidade não é explicitada, os depoimentos não são expostos com os seus verdadeiros nomes.

Etapas do trabalho no campo

Ao optarmos por analisar a greve do ponto de vista nacional, diferentemente das abordagens mais localizadas já empreendidas por alguns outros estudos (SantaBárbara, s/d; Gil, 2000; Lucena, 1997; Miaguscko, 2001; Requena, 1999; Sousa, 2001), sabemos das dificuldades financeiras, operacionais e de tempo[11]. A exígua condição financeira se confrontava com o desafio de levantarmos os dados nacionalmente. Para compensar os obstáculos decidimos aproveitar todas as oportunidades que surgissem para a coleta de informações. Não podemos, portanto, situar nossa presença no campo em momentos fechados, meses *x*, *y* ou *z*. É possível no máximo precisar períodos de maior concentração dos mesmos.

O trabalho de campo tem ocorrido de forma continuada. Nosso caderno de anotações e o gravador sempre nos acompanham desde então, seja nas atividades acadêmicas seja nas ações político-partidárias. Em todos os fóruns que

[11] Iniciamos o doutorado sem bolsa nem salário de espécie alguma.

participamos, científicos ou não, nos quais se fazem presentes elementos que podem nos fornecer informações, buscamos formas de as coletar. O fato de sermos dirigente de um partido político, tendo que nos deslocar entre o nordeste e o sudeste por conta disso, facilitou o nosso trabalho no aspecto financeiro e de contatos.

Fizemos nossas primeiras incursões no campo nos meses de janeiro/fevereiro de 2000, antes mesmo de termos ingressado no doutorado. Nesse primeiro momento, tratamos mais precisamente da reestruturação produtiva na Petrobrás, apesar de buscar elementos sobre a greve de 95, o foco era a reestruturação; não tínhamos ainda uma noção muito precisa do nosso objeto. Realizamos nessa fase os primeiros contatos e coleta de material referente à FAFEN-Bahia, FAFEN-Sergipe e RLAM. Realizamos entrevistas com trabalhadores, dirigentes sindicais e técnico do DIEESE.

Nos meses de agosto e setembro de 2001, voltamos a coletar material. Nesse segundo momento, não obstante continuarmos tratando da reestruturação, a greve dos petroleiros passou a ser o centro das preocupações. Apresentamos trabalho no X Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste, realizado em Salvador no mês de agosto e aproveitamos para refazer contatos com sindicalistas, trabalhadores petroleiros, na visita que fizemos a RLAM. No mês seguinte levantamos dados da REPLAN, no sindicato dos petroleiros, no qual, além de material, conseguimos entrevistas com dirigentes sindicais. Na Refinaria de Paulínea/SP, nessa fase, apesar de nos apresentarmos como funcionário, não tivemos acesso a mesma.

Em fevereiro de 2002, estivemos em Porto Alegre, participando do Fórum Social Mundial. Nessa oportunidade conseguimos contatos com trabalhadores da Petrobrás, dirigentes sindicais petroleiros e de outras categorias. Efetuamos entrevistas e coletamos dados. Visitamos o sindicato dos petroleiros, dos químicos

e petroquímicos, a REFAP, o jornal Zero Hora, a Universidade Federal e a Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Em março/abril de 2002, visitamos os estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará e a Bahia pela terceira vez. Em julho de 2003, participamos como pesquisador do Congresso da Federação Única dos Petroleiros (CONFUP) realizado em Campinas.

No trabalho, nesses diversos estados, visitamos também as universidades locais buscando monografias de cursos, teses e dissertações. Algumas vezes, já fomos em certa medida orientados pelos dirigentes sindicais, sabedores, muitas vezes, da existência de determinados estudos e pesquisas sobre os petroleiros; outras vezes buscamos aleatoriamente nos departamentos de ciências sociais, direito, serviço social, administração e engenharia das universidades.

Em 2005 estivemos, por 6 meses, na Inglaterra[12], dando continuidade a nossa pesquisa. Nessa oportunidade levantamos dados sobre a greve dos mineiros britânicos ocorrida entre os anos de 1983/1984. No Reino Unido fomos orientados na pesquisa pelos contatos com o professor George Mészáros, da Universidade de *Coventry* e com Dave Douglas, mineiro ex-dirigente do *National Union Mineworkers* (NUM). Resolvemos estudar essa greve pela recorrência[13] da sua citação em comparação com a greve dos petroleiros no Brasil e por ser emblemática no tocante à implantação das políticas neoliberais naquele país[14].

---

[12] Sem financiamento.
[13] Ver: Antunes, 1995; Bianchi, 1995; Rizeck, 1998 e s/d; Martins, 2000.
[14] Inicialmente a nossa pretensão era ir aos USA, para pesquisarmos a greve dos controladores de vôo americanos ocorrida no governo Reagan. Essa greve é também muito citada em comparação com a dos petroleiros. Chegamos a entabular conversações com dirigentes sindicais americanos no sentido de viabilizar nossa ida àquele país, mas terminamos por desistir do intento em função das questões de custo e exigüidade de tempo.

Abrangência da pesquisa

Desde o início, a perspectiva era trabalhar com a greve do ponto de vista nacional. Pensávamos em coletar dados apenas nas bases do Rio Grande Sul, de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará e Amazonas. Mesmo nesses estados, particularizaríamos as bases de estudo. Por exemplo, em São Paulo, levantaríamos dados apenas da REPLAN; no Rio de Janeiro apenas da Bacia de Campos; em Manaus apenas da REMAN. Esse era o layout inicial. Ao começarmos a buscar os dados nos diversos sindicatos e na grande imprensa, percebemos que os mesmos traziam informações relativas ao conjunto do Brasil. Como a Petrobrás é uma empresa integrada, os diversos documentos acessados por nós, ao discorrerem sobre a greve, que ocorrera em todo território nacional, traziam elementos do processo grevista no Brasil. Mesmo quando focados sobre uma ou outra base, traziam informações sobre as demais. Além desse fato, a nossa presença no CONFUP, em julho de 2003, permitiu-nos contatos com lideranças e trabalhadores petroleiros de todo Brasil, facilitando assim nossa decisão de ampliar os locais de observação.

A partir desses elementos, passamos a buscar informações das bases da Petrobrás espalhadas por todos os estados. Para viabilizar essa empreitada, temos utilizado dos novos recursos de informática a nossa disposição: *e-mails*, telefone e correio. Já realizamos entrevistas por *e-mail*, recebemos fotos da greve e conseguimos muitas informações via correio eletrônico. Através desses novos meios de comunicação, temos conseguido precisar dados de locais em que estivemos, e tem sido possível obter informações de bases por onde não passamos pessoalmente. O processo foi o seguinte: fizemos inicialmente contato por e-mail, no qual explicitamos quem somos e o nosso interesse; (nesses casos, colocamo-nos apenas como pesquisador), na maioria das vezes, esse simples contato não resolveu, então telefonamos para as entidades e reforçamos a solicitação. As

informações mais simples e fotos eles enviaram por *e-mail*, outros materiais, como xerox, revistas e jornais, foram enviados pelo correio.

Em algumas bases importantes para a pesquisa, esse processo estava se dando muito lentamente. Nós ligávamos e não tínhamos retorno ou era este muito demorado. Para agilizar contratamos assistentes para coleta de material. Trabalhamos com um graduado em ciências sociais da UFRJ, no Rio de Janeiro, com uma graduanda em Manaus e um graduado em Curitiba. Inicialmente, fazemos contato com as entidades, explicamos nosso trabalho os avisamos de que serão procuradas pelo nosso assistente de pesquisa. O trabalho desses assistentes é basicamente o de coletar material nas entidades sindicais e nos jornais. Se com esse procedimento conseguimos ampliar nossa base de dados por um lado, o decorrer da pesquisa, por outro lado, nos indicou que poderíamos reduzir o campo de busca.

Trabalhávamos, a princípio, com a perspectiva de realizar entrevistas com diversas personalidades envolvidas na greve: FHC, Lula, Antônio Carlos Magalhães, Rennó (ex-presidente da Petrobrás), Raimundo Brito, ex-ministro das Minas e Energia, Almir Pazianotto, ministro do TST, o presidente da CUT, da Força Sindical, sindicalistas das confederações, etc. Todos sujeitos da política mais geral. Pensávamos também que as entrevistas com os petroleiros deveriam ter um número mais ou menos igual de sindicalistas e trabalhadores “comuns”. Entendíamos que todos estes elementos seriam fundamentais no desvendamento da processualidade do movimento grevista.

No caminhar da pesquisa percebemos repetição das informações, seja de sindicalistas, seja de trabalhadores “comuns” de dentro e de fora da categoria petroleira. Os dados conseguidos por nós na grande mídia e nos jornais dos sindicatos somavam-se a essa constatação. Na grande imprensa constam diversos depoimentos e avaliações da greve de muitos daqueles sujeitos que pensávamos

entrevistar. Esses fatos nos fizeram entender que entrevistas com grandes personalidades eram dispensáveis. Identificamos também não ser necessário e possível continuar investindo, na mesma medida, nas entrevistas com os trabalhadores "comuns" e passamos a centrar nosso foco nos sindicalistas e militantes. Continuar investindo na orientação anterior mostrou-se desnecessário, por tratar-se de um trabalho que visa a uma análise político-sociológica. Se fosse uma pesquisa histórica, elas seriam fundamentais, mas não é a orientação deste trabalho.

Fontes utilizadas

Utilizamos fontes primárias e secundárias. Entre as primeiras destacamos as entrevistas realizadas por nós, os jornais e todo material produzido pelos sindicatos, federações, centrais e partidos no decorrer da greve: material institucional da Petrobrás, documentos do TST, jornais da grande mídia. Como fonte secundária, utilizamos monografias, dissertações, artigos e livros que trazem informações sobre a greve.

Nas visitas aos sindicatos, encontramos sempre interessante material: jornalzinhos[15], e outros documentos produzidos pelo próprio sindicato. Na empresa temos conseguido *folders* institucionais, dados de produção e de pessoal, orientações gerências, etc. Os sindicatos visitados possuem arquivos, alguns sobremaneira organizados, outros nem tanto. É preciso registrar a extrema boa vontade dos sindicatos em nos prestar informações e ceder seu material. Estamos utilizando os recortes de jornais encontrados como orientação para a coleta de informação sobre o posicionamento da mídia local, à medida que achamos o material existente no sindicato insuficiente ou mesmo pela sua inexistência,

[15] Esse é o termo que os sindicalistas e trabalhadores muitas vezes usam para se dirigir ao jornal distribuído gratuitamente pelo sindicato.

buscamos mais material nos arquivos do próprio jornal local ou nos arquivos públicos.

A nossa meta foi trabalhar com pelo menos um jornal de grande circulação nos estados estudados. Na Bahia trabalhamos com o jornal *A Tarde*, em Porto Alegre com o jornal *O Zero Hora*, em Manaus com *A Crítica*, e assim por diante. No tocante à mídia nacional trabalhamos com os jornais Folha de São Paulo (FSP), Gazeta Mercantil (GM), o Estado de São Paulo (OESP), o Jornal do Brasil (JB) e o Globo (OG). Dentre esses, priorizaremos o uso da Folha de São Paulo e Gazeta Mercantil, por nossa facilidade de acesso aos mesmos[16].

Problemas no campo

O trabalho de campo não tem ocorrido sem problemas. A nossa tentativa de conhecer a Refinaria Gabriel Pasqualini - REFAP - em fevereiro/março de 2002 é o melhor exemplo, por isso achamos interessante relatá-la.

Agendamos nossa visita à REFAP, na cidade de Canoas-RS[17], via um operador supervisor. Apresentamo-nos a ele como pesquisador da UNICAMP, explicando nosso interesse em conhecer as modernas tecnologias e formas de administrar da empresa. O mesmo ficou de checar a possibilidade do nosso acesso com seus superiores e só confirmou dois dias depois. No dia acertado, levantamo-nos antes das cinco da manhã, queríamos estar lá cedo para aproveitar o maior tempo possível no interior da unidade. Ao chegarmos lá, passamos por todo um protocolo na guarita de entrada. Tivemos direito até a crachá com foto personalizada. Entramos, fomos recebidos pelo operador; este nos encaminhou

[16] A Folha de São Paulo produziu um CD-ROM com suas publicações dos anos 90. A Biblioteca Central da Unesp-Araraquara, utilizada por nós, possui todos os números da Gazeta Mercantil do período estudado.
[17] Canoas é uma cidade que faz parte da grande Porto Alegre.

para uma sala na área administrativa, na qual se encontrava uma *funcionária* do jurídico. Para nossa surpresa a funcionária nos recebeu apenas para dizer que nós não poderíamos ser recebido, que nós não poderíamos visitar a refinaria.

A referida senhora alegava questões técnicas como impeditivas da nossa visita às unidades industriais. Essas alegações foram completamente desmentidas pelos fatos. Ela se mostrava bastante áspera, ao tempo em que o operador demonstrava estar completamente desconsertado, ela não concordou nem mesmo com uma pequena entrevista com eles ali mesmo na sala. Recusou-se peremptoriamente a prestar qualquer tipo de informação. Atitude extremamente fechada, mesmo sem ter conhecimento do fim último da nossa pesquisa, pois não lhe fora dito em momento algum que se tratava da greve de 95.

A visita não foi de todo perdida. Conseguimos um rico material institucional da companhia, entregue pela funcionária, na saída. Com muita insistência, quase súplica mesmo; conseguimos convencer o supervisor a dar uma volta pelas unidades sem trocar informações com outros operários. Outro fato positivo dessa visita foi chamar a nossa atenção para estarmos atentos a todas as possibilidades, aproveitando as diversas oportunidades. Mesmo de um simples organograma é possível se retirarem elementos importantes para a pesquisa, basta estarmos atentos e abertos para captar dados novos[18].

A recusa da REFAP em nos deixar entrar não acontecia pela primeira vez. Na Refinaria Landulpho Alves – RLAM em Mataripe, na Bahia, só tivemos acesso à refinaria em 2001 usando o artifício de fazer-nos passar por aluno do curso de especialização em engenharia e segurança do trabalho, ministrado pela Escola Politécnica daquele estado. As dificuldades de acesso nos fizeram perceber

[18] Um dos *folders* da REFAP, ao qual tivemos acesso durante a visita, trazia seu corpo gerencial, lá estava expressa a absoluta posição de inferioridade das mulheres tanto no aspecto quantitativo como qualitativo. As mulheres em pouco número e ocupando lugares distantes do núcleo duro da produção.

a necessidade de encontrar mecanismos alternativos de contato com os trabalhadores fora da empresa. Evidenciou-se o imperativo de usar diferentes procedimentos e artifícios no tocante aos contatos futuros.

As entrevistas

Inicialmente, o foco era a reestruturação produtiva; depois centrou-se na greve de 95, sem abandonar por completo a questão anterior. No decorrer das entrevistas fomos percebendo que um roteiro único não dava conta da diversidade de elementos envolvidos. Detectamos a necessidade de considerar pontualmente duas questões: a) o tempo de entrevista; b) as diferentes situações e posições dos entrevistados. A partir desse entendimento, continuamos trabalhando com um único roteiro geral, porém usando-o de forma diferenciada de acordo com cada entrevistado.

Para nós a entrevista não deve exceder o tempo de uma hora. A partir daí passa a ser cansativa e desgastante. Além do mais, as pessoas têm geralmente outros afazeres e não podem ficar por muito tempo a nossa disposição. Essa questão de tempo se complica ainda mais quando a entrevista ocorre no local de trabalho do entrevistado. Nessa condição, o tempo precisa ser reduzido ao mínimo possível.

Outra questão ainda relacionada ao tempo, é como explicitamos anteriormente, a opção de aproveitar todas as oportunidades. Ao nos dispor a usar todas chances surgidas, percebemos que algumas vezes teríamos pouco tempo com nosso entrevistado. Por exemplo, ao visitar uma base da Petrobrás no Pólo Guamaré, no Rio Grande do Norte, cruzamos no interior da área com um trabalhador de empreiteira, fumando seu cigarrinho de forma reservada, para nós essa é uma situação bastante propícia; estamos longe de chefias ou de outros

trabalhadores. Sabíamos também do seu pouco tempo para conservar comigo, em função disso fizemos perguntas bastante objetivas e centrais. Evitamos nessas oportunidades fazer as perguntas marcadoras do entrevistado (nome, idade, tempo de serviço, grau de instrução, etc)[19]. Tentamos obter essas informações no decorrer da conversa de forma natural. Nesses momentos evitamos também efetuar gravação.

No tocante ao fato da diversidade de posições e situações dos entrevistados, é contraproducente inquirir a todos com as mesmas questões. Do nosso ponto de vista o objeto é único, a greve de 95, mas esse objeto único transforma-se em muitos na interpretação de cada entrevistado. O mesmo objeto adquire diferentes contornos a depender da posição do observador. Em função disso não cabe aprofundar com um dirigente sindical liberado as questões envolvidas nas mudanças no interior das unidades, nem tão pouco tentar buscar detalhes de conteúdo mais político com um trabalhador de chão de fábrica. Não podemos abordar os dirigentes sindicais petroleiros com as mesmas questões abordadas com dirigentes sindicais de outras categorias. Os dirigentes sindicais quando participam só do sindicato de base tem um nível de informação limitada sobre como se desenrolaram as questões de âmbito nacional, o inverso ocorre quando se trata de dirigente de entidade nacional.

Entendemos que deveríamos estar atentos não só à posição dos elementos no contexto, como o local mesmo onde se dava a entrevista. Ao conversarmos com alguém sozinho ou na presença de testemunhas é visível a influência do

[19] Elas servem para garantir a nos pesquisadores e às pessoas que tiverem acesso à pesquisa, a relevância do entrevistado. As *perguntas marcadoras* ao tempo em que são fundamentais são também as mais delicadas e maçantes. Percebemos que ao iniciarmos as entrevistas por elas, ficava parecendo um interrogatório, isso nos distanciava do entrevistado e denotava um certo clima de vasculhamento da vida pessoal, quando ainda não tínhamos intimidade para tal. Optamos por só fazer esse tipo de perguntas em primeiro plano, quando entendíamos se tratar de pessoas que não se intimidariam, mesmo assim, deixávamos claro serem perguntas introdutórias e rápidas. Ao percebermos que as *perguntas marcadoras* poderiam criar problemas na interlocução, fazíamos a opção de obtê-las naturalmente durante a conversa, nessa condição o risco é deixar de obter algum dado importante.

ambiente sobre o entrevistado. Como não podíamos perder nenhuma oportunidade, resolvemos adequar nossas entrevistas para que as mesmas se tornassem producentes nas mais diversas situações considerando a pluralidade dos acontecimentos.

Um exemplo elucidador do que estamos falando Ocorreu na nossa visita à LUBNOR em Fortaleza. Naquela oportunidade mantivemos contato com uma funcionária ligada à área gerencial[20]; com ela orientamos a entrevista no sentido de obter informações referentes à divisão sexual do trabalho na empresa. Afirmamos que o nosso interesse era conhecer o papel e as posições ocupadas pelas mulheres na Petrobrás. Fomos buscando informações sobre a greve ocorrida em 1995 de forma residual. Percebemos que se tratássemos da greve em primeiro plano não obteríamos sucesso. Obtivemos por essa via informações interessantes no tocante à reestruturação produtiva e sobre a presença das mulheres na Petrobrás.

Trabalhamos com entrevistas abertas a partir de um roteiro previamente elaborado, utilizando-o de forma bastante elástica quanto aos procedimentos. Trabalhamos um questionário padrão. Nele procuramos uma série de informações que envolvem a vida pessoal, profissional, aspectos da reestruturação da empresa, da política sindical, do governo, da greve de 95 e seus efeitos. Utilizamos esse questionário como um guia para a entrevista, mas não nos prendemos só a ele. Tentamos sempre que possível proceder de forma que a conversa fluísse

[20]É sabida a dificuldade que a academia tem de acesso às empresas no tocante a conhecer seu processo produtivo, tecnologias envolvidas ou métodos gerencias utilizados. As empresas têm receio pelo uso que possam ter essas informações nas mãos dos seus concorrentes, do sindicato, do próprio Estado, etc. Esse receio fica ainda mais ampliado quando se trata de pesquisadores das ciências sociais. Área notadamente critica e de cariz humanitário. Em função disso entendemos que o melhor seria não identificar as empresas por nós pesquisadas, trabalharmos em tese. Acreditamos que isso serviria para reduzir as resistências. Infelizmente nem sempre isso é possível ou mesmo desejável. Esse sigilo no caso da nossa pesquisa é impraticável, mas evitaremos sempre que possível identificar nomes ou mesmo locais exatos do empregado na empresa. Esse procedimento se faz necessário para protegê-los e também porque em algumas das nossas entrevistas não expusemos claramente o nosso objeto.

normalmente; apostamos mais nessa via do que em uma entrevista formal. Dessa forma acreditamos ser possível obter informações menos filtradas por parte dos entrevistados. Percebemos a necessidade de todo um cuidado para conseguir a empatia junto aos nossos interlocutores, notadamente quando as entrevistas ocorrem no interior da empresa.

Quando entrevistamos alguém que nos conhece como militante e funcionário da empresa, temos o cuidado de buscar evidenciar o caráter científico do trabalho, bem como procuramos nos esforçar em não contaminá-lo com nossos preconceitos. Explicamos inclusive que eles irão perceber perguntas que nós mesmos teríamos a princípio respostas, mas as nossas não valeriam, daí ser relevante eles responderem como se fosse a um estranho. Pedimos que façam um esforço para nos considerarem apenas como pesquisador.

Nossas explicações iniciais e o clima objetivo das entrevistas surtiram efeito positivo. Sempre que esses encontros foram concluídos, os entrevistados, mesmo aqueles que já estiveram em posições políticas diferentes da nossa, indicaram-nos trabalhos realizados por outros pesquisadores, propuseram outros nomes interessantes para que nós entrevistássemos e mais, ao nos apresentarem aos mesmos, falaram apenas que eramos pesquisadores da Unicamp, em um certo clima de cumplicidade. Esse procedimento tem ocorrido também por parte dos trabalhadores que só passam a conhecer nossa real identidade ao final da entrevista.

A aura de imparcialidade científica, construída pela academia e tão questionada nas ciências sociais nesse momento nos foi favorável. Percebemos que ao dizer tratar-se de uma pesquisa científica, objetiva, realizada dentro dos padrões e cânones de uma escola com a credibilidade da UNICAMP, facilita-se creditar nossa relação com os entrevistados.

As diversas situações vivenciadas nas entrevistas

O ambiente no interior das unidades industriais é geralmente muito pesado, fechado mesmo. Nas indústrias de processo contínuo isso ganha uma dimensão maior em função dos altos riscos envolvidos, além das condições ambientais, ruído, temperatura, etc. Isso provoca uma tensão latente. Associado a esses fatores inerentes desse tipo particular de processo produtivo, existe a questão do controle político da produção. Os chefes estão o tempo todo observando as atitudes e ações dos seus subalternos ou "*colaboradores*", na linguagem da qualidade total. Isso normalmente não ocorre de forma grosseira, é uma *vigilância virtual*, se quisermos usar um nome muito em voga nesses tempos de microeletrônica. As nossas conversas, portanto devem ser sempre bem objetivas e rápidas. Esses cuidados são redobrados, quando estamos falando com terceirizados, sobre esses os controles são sempre mais despóticos.

Buscando adequação a essa gama enorme de situações, adotamos um padrão o mais aberto possível para as entrevistas. Algumas vezes usamos gravador, outras não. Procuramos sempre tomar notas das informações centrais das entrevistas. Quando percebemos que o uso do gravador e mesmo de uma agenda de anotações pode inibir a conversa, não os usamos. Imediatamente após a conversa passamos tudo para nosso caderno de anotações. Algumas vezes, quando estamos tratando com trabalhadores de empreiteiras no interior dos canteiros da empresa, não perguntamos sequer o nome deles, como já dissemos acima. Observamos simplesmente a farda e o crachá tentando obter daí informações indiretas. Temos claras as limitações desses tipos de contato. Sabemos que as mesmas têm uma maior probabilidade de imprecisão. Por isso elas são utilizadas mais no sentido de confirmar informações já obtidas por outros

meios. Quando elas apresentam dados novos, nós, antes de os usarmos, efetuamos as devidas confrontações com outros, valendo-se no método da triangulação interna e externa (Mangabeira, 1993).

Quando realizamos entrevistas fora dos locais de trabalho, percebemos que o clima é bem mais descontraído e o tempo mais elástico. As dificuldades ali já são outras. Não é fácil encontrar trabalhadores que se disponham a um encontro com um desconhecido, para falar do seu local de trabalho. Além do mais, para servir aos interesses da nossa pesquisa precisamos adotar alguns critérios. As entrevistas visam preferencialmente aos dirigentes sindicais e aos trabalhadores ligados à produção (operadores e pessoal de manutenção), com mais de 10 anos de empresa, e estarem em posições diferenciadas quanto aos diversos setores (craqueamento, destilação, efluente, casa de força, etc.)[21].

O meio menos difícil de chegar a esses trabalhadores é via sindicato ou empresa; mas não nos interessa serem todos os entrevistados ligados à direção do sindicato ou à direção da empresa. Para obter uma amostra plural, resolvemos fazer o que chamamos de busca em cascata[22]. Através da direção do sindicato, temos acesso a nomes de trabalhadores, mantivemos contato com eles, nos apresentamos, e solicitamos que nos indiquem outros nomes explicitando não necessariamente serem ligados ao sindicato. Dessa forma conseguimos entrevistar em Porto Alegre um trabalhador que fazia críticas severas à postura do sindicato. Ele mesmo se dizia do lado da empresa e explicava seus porquês. Voltamos a usar a busca em cascata no Ceará. Acreditamos ser ela um antídoto para os locais nos quais não é possível adentrar as unidades ou mesmo quando desejarmos ampliar de forma qualificada o universo de entrevistados.

---

[21] Setores que compõem uma refinaria.

[22] Esse nosso método é diferente do processo de *bola de neve* (*snowball referral method*, Biernacki e Waldorf, 1981), pois busca um objetivo específico que é atingir trabalhadores não militantes ou ligados a gerências. No procedimento de "bola de neve" o objetivo é apenas ir ampliando o universo de entrevistados.

Em algumas entrevistas observamos o caráter político das respostas. É, na verdade, mais discurso do que resposta. O anseio mais de formar do que de informar. Expressam a notória necessidade de proteger-se, passando uma visão de classe. Nesses casos refizemos as perguntas. Às vezes com essa metodologia conseguimos obter informações e não avaliações. Outras vezes percebemos serem esses personagens interessantes, no tocante a nos fornecerem dados sobre uma determinada corrente política com atuação entre os petroleiros. Do contrário, fomos levados a abreviar a entrevista.

Procedimento de exposição

No primeiro capítulo, discutimos, no 1º tópico, o neoliberalismo, seus antecedentes e fundamentações teóricas. No 2º a ascensão e crise do *welfare state* e, finalmente, no terceiro abordamos a reestruturação produtiva do capital. Procuramos focar as análises nas repercussões de todo esse processo sobre os trabalhadores e suas organizações, procurando interpretar as transformações de caráter técnico, organizacional, financeiro e buscando entender a forma, a intensidade e os resultados dessas mudanças sobre o *chão de fábrica* e sobre *o mundo do trabalho*. O objetivo desse capítulo é trazer elementos que fundamentem a inter-relação da reestruturação produtiva, do esvaziamento do Estado de bem-estar e do advento do neoliberalismo com os trabalhadores e suas organizações.

O segundo capítulo se divide em três tópicos. No primeiro tópico, tratamos de aspectos da economia e da industrialização do Brasil dos anos 50 até os anos 90. No segundo, trabalhamos com elementos da origem e da ascensão do *Novo* S*indicalismo*. O terceiro tópico trata dos *estruturantes* primeiros meses do governo FHC. Discutiremos os elementos que fundamentam a existência de um tipo de controle do capital no Brasil, entre os anos 50 até a crise dos anos 80, bem como nuances do advento de um novo padrão de dominação do sistema produtor de mercadorias, iniciado com Collor e consolidado com FHC, situando-se nesse cenário o Estado e os trabalhadores. O objetivo desse capítulo é esboçar o quadro político-econômico e social sob o qual a greve dos petroleiros de 1995 se desenrolou.

O terceiro capítulo se subdivide em três tópicos: 1) Características do processo produtivo; 2) Organizações e lutas sindicais dos petroleiros[23]; 3) O *Ouro Negro* e a reestruturação produtiva do capital. O objetivo desse capítulo é fornecer as características técnicas e valores sociais conformadores de uma cultura identitária da companhia petrolífera, dos petroleiros e de suas organizações. Trabalhamos com elementos históricos, analisando a reestruturação produtiva e seus impactos.

O quarto capítulo divide-se em cinco tópicos: 1) Greves: possibilidades de conceitos e definições; 2) A greve dos mineiros britânicos de 1984/1985; 3) As greves dos petroleiros de 1994; 4) A greve dos petroleiros de 1995. Nesse capítulo o objetivo é discutir figuras conceituais, trazer elementos factuais das greves dos mineiros britânicos de 1984/1985 e dos petroleiros nos anos de 1994 e 1995.

Nas conclusões empreendemos, através de abordagem analítica dos dados concretos anteriormente apresentados, a *reconstrução ontológica da greve*[24], buscando confirmar a interconexão entre a greve, o tratamento que esta recebeu do Estado brasileiro e os movimentos do capital no plano internacional e seu rebatimento no Brasil.

---

[23] Usamos as expressões: *a greve, da greve, na greve*, fazendo referência ao objeto deste estudo, qual seja: a greve dos petroleiros ocorrida entre os dias 02 de maio e 03 de junho de 1995. Explicitaremos quando se tratar de outra greve.

[24] Conceito desenvolvido por Antunes, 1992.

CAPÍTULO 1: A ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO VIA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL PÓS-CRISE DO *ESTADO DE BEM-ESTAR*

Tudo o que contribui para dar àqueles que estão embaixo na escala social o sentimento de que eles têm um valor é, numa certa medida, subversivo (Simone, Weil).

1.1 Neoliberalismo: Antecedentes e fundamentos

1.1.1 Antecedentes do neoliberalismo

O capitalismo internacional viu-se inserir em mais uma das suas crises cíclicas no início dos anos 70, a qual tem a elevação do preço do barril de petróleo como marco. Desde então o sistema produtor de mercadorias buscou novas conformações visando a recompor suas taxas de lucro pretéritas. A nova reconfiguração metabólica do capital adquiriu características específicas sob a alcunha de neoliberalismo. O radical *neo* pressupõe a existência de uma idéia anterior que se pretende atualizar. Em função disso entendemos ser interessante tratarmos, mesmo que rapidamente, do liberalismo clássico no sentido de entender as continuidades e descontinuidades do neoliberalismo com o mesmo.

1.1.1.1 O liberalismo clássico[1]

Adam Smith, em sua publicação *A Riqueza das Nações* de 1776[2], lança os pressupostos básicos do liberalismo econômico. A sua tese central defende a

[1] Nosso objetivo nesse momento é discutir elementos do liberalismo econômico. Abordagens mais amplas do conceito *liberalismo* podem ser vistas em Minogue, 1996; Boudon e Bourricaud, 2000; Matteuci, 1998; Aranha e Martins 1995; Aquino et al, 1988; Toledo, 1997.

[2] A Escola Clássica ou Escola de Manchester desenvolveu idéias sobre o pensamento econômico que se tornaram dominantes na época do capitalismo industrial. O percussor foi Adam Smith, mas David Ricardo, Thomas Robert Malthus e Jean-Baptist Say tiveram papéis importantes na sua propagação por apresentarem contribuições em campos específicos. No entanto, o caráter "*natural*" das leis econômicas, como crítica ao mercantilismo, já havia sido defendido pelo médico de Luís XV, François Quesnais. Este médico com seu artigo "*Tableau économique*" (1758) inaugurou uma corrente de pensamento econômico denominada de *fisiocrata*, cujas teses centrais eram a defesa da agricultura como elemento fundante da vida econômica e a necessidade do Estado afastar-se do controle da economia sob o lema *laissez-faire*,

liberdade que devem ter os indivíduos nas suas atividades econômicas. Por seus pressupostos, a produção da riqueza seria maior e melhor distribuída, caso não houvesse restrições impostas, seja pelo Estado, seja pelas corporações.

A doutrina pregava a desregulamentação e desprivatização das atividades econômicas. O Estado deveria ser mínimo e seu papel reduzido a três funções básicas: garantir a segurança interna e externa; assegurar o respeito aos contratos e manter os serviços públicos essenciais cujos custos fossem impeditivos ou não convidativos ao capital privado.

Por sua tese a mobilização dos interesses individuais seria o motor da sociedade. Mesmo os interesses em primeiro plano mesquinho e prioritariamente particular, quando em interação com os outros interesses individuais, se metamorfoseariam dando origem a iniciativas criadoras e de resultados satisfatórios para o coletivo.

No construto de Smith, a divisão do trabalho de acordo inicialmente com os interesses particulares faz prosperar a economia, por fazer crescerem as habilidades dos trabalhadores, por diminuir a dispersão dos afazeres e facilitar a produção de máquinas que se destinam a operações cada vez mais simplificadas.

O avanço da sociedade deixa de depender da ideação do Estado, do monarca ou do legislador, surgindo a partir da confluência de interesses individuais aparentemente díspares. A *mão invisível* seria o fio condutor a orientar o processo.

> *Uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio*

---

laissez-passer, le monde va de lui-même (deixai fazer, deixai passar, que o mundo anda por si mesmo) (Aquino et al, 1988; Maffey, 1998).

> *e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar a lei da justiça, perfeita liberdade de ir à busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e faça com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas* (Smith, 1983).

Para Smith os movimentos do mercado substituem a regulação macroeconômica do Estado ou das corporações. Essa mesma compreensão David Ricardo (1983) irá aplicar ampliando-a para o funcionamento do jogo econômico entre as nações. Para Ricardo a economia de mercado era suficientemente capaz de se auto-regular. Para ele os instrumentos de controle do mercado eram superiores aos da política.

> *Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra* (Ricardo, 1982).

No essencial o liberalismo econômico se fundamenta na existência de uma ordem natural na economia. A economia, como as ciências da natureza, estaria submetida a leis inerentes ao processo econômico. Portanto caberia aos indivíduos elucidar essas leis e não intervir no processo, pois naturalmente ele tende ao equilíbrio. A economia por essa construção teórica deixará de ser resultado do processo social e histórico para ser naturalizada (Delta Larousse, 1979; Japiassú e Marcondes, 1996).

1.1.1.2 Crítica ao mercantilismo

As teses liberais vêm de encontro à organização Mercantilista da sociedade. Esta organização predominou durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Apesar de não ter um corpo doutrinário orgânico e único, variando seu foco durante os séculos[3], o mercantilismo do ponto de vista da relação do Estado com a economia assentou as suas bases através do controle estatal sobre a economia e viu crescer sob seus domínios as corporações de ofício. Pela ótica liberal esses dois elementos se tornaram responsáveis pela não efetivação da "*ordem natural das coisas*". O arcabouço legal mercantilista limitava as ações do capital e impunha limites ao livre uso da força de trabalho. A proteção comercial que inibia e limitava as livres forças do mercado ganharam

> *extraordinária força com o desenvolvimento de grupos nacionais e o crescimento do chamado comércio exterior, com a passagem de algo como "a economia das cidades" para as economias nacionais". Na Inglaterra, isso teria ocorrido sobretudo durante o século áureo dos Tudors. Do ponto de vista prático, a própria política mercantilista teria nascido nessa época, ainda que seu sistema doutrinário viesse a constituir-se mais tarde, com a defesa de extremado protecionismo, apoio às indústrias nacionais, reservas de mercado, etc* (Moraes, 2000).

A acidez liberal ataca de frente não apenas as limitações das ações empresariais bem como as corporações de ofício.

> *... o privilégio dos mestres, já que constituíam entraves à liberdade de passar de uma profissão a outra, ou simplesmente, de exercer um ofício que o indivíduo julgasse de seu interesse. Aos olhos de liberais como Smith, essas associações teriam o inconveniente supremo de constituírem canais obrigatórios de controle, planejamento e direção*

[3] No século XVI a prioridade era o acúmulo de ouro e prata. Na primeira metade do século XVII, a preocupação foi comercial. Na segunda metade desse mesmo século a preocupação dos Estados foi com o fortalecimento financeiro. No século XVIII o centro foi o colonialismo (Aquino et al, 1988).

> *da produção artesanal, determinando qualidade das mercadorias, níveis de preços, quantidade, margem de lucro, regulamentando a abertura de novas lojas e pontos de venda, estabelecendo regras bastante estritas sobre os artesãos e a mão de obra em geral (normas de obrigatório cumprimento quanto à aprendizagem, emprego, salário e assistência)* (Moraes, 2000).

As idéias liberais ganham a disputa com o mercantilismo e o capital tem as portas de um novo mundo abertas para a sua espoliação a partir do lema do *laissez-faire, laissez-passer*.

1.1.1.3 O apogeu e crise do liberalismo

O capitalismo se expandiu economicamente, comandado teoricamente pelas idéias liberais. A tecnologia impulsionava máquinas cada vez mais eficientes. Era a produção em grande escala. Gigantesca se tornou também a concorrência. O capital maior soterra o capital menor. A tão propalada liberdade de mercado como "*tudo que é sólido se desmancha no ar*". O grande capital controla oferta e preços, a livre concorrência é substituída pelo monopólio, surgem os trustes. Diversos países, no afã de se protegerem, criam tarifas alfandegárias. Os trustes se transformam em cartéis. Nasce o sistema de crédito, à medida que avança os monopólios industriais avançam concomitantemente os monopólios bancários. Os financistas se tornam cada vez mais poderosos. O capital industrial seja grande, seja pequeno, dependia cada dia mais do sistema de crédito que se hipertrofia (Aquino et. al., 1988).

A eficiência das máquinas aumenta a produção e o desemprego, mais produtos com menos operários trabalhando e, portanto, menos compradores. O capital busca sair desse imbróglio se expandindo para *novos mundos*. As colônias se tornam, ao mesmo tempo, mercado para os produtos excedentes e fornecedores

em larga escala de matérias-primas. A conquista das colônias uniu banqueiros e industriais. Houve uma nova reordenação da divisão do trabalho no mundo.

O capital não possui limites, a disputa ganha contornos mais violentos, ocorrendo em 1914 a Primeira Guerra Mundial. A guerra termina sem pôr fim definitivo à crise. Para agravar ainda mais a situação do mundo capitalista, em 1917 ocorre a Revolução Russa que contribuirá para trazer à tona as contradições do capital. Em 1929 a crise geral do capital agudiza, expressando-se no *crack* da bolsa de Nova York. O clima de disputa amainado pela Primeira Guerra volta a acirrar-se e, surge a Segunda Guerra Mundial. Esse segundo confronto é na prática a continuidade do primeiro e resultado da incapacidade do mundo liberal de articular, de forma equânime, a produção, o trabalho e o consumo. A miséria e os desequilíbrios sociais campeiam como resultado metabólico do capital. Ao mesmo tempo, o bloco socialista cresce a olhos vistos tanto em produção, quanto em qualidade de vida. Visando a dar resposta a essas questões, os países ricos buscaram construir o pacto fordista sob o qual se assentara o *welfare state*. Essa nova formatação da sociedade, como veremos à frente, será responsável por um pujante crescimento dos paises centrais da Europa Ocidental e USA, mas também não conseguirá pôr fim às contradições inerentes ao sistema produtor de mercadorias.

1.1.2 Fundamentos do Neoliberalismo

O neoliberalismo recupera, na sua essência, elementos do liberalismo clássico[4]: na exaltação do mercado e da concorrência, nos pressupostos positivos da liberdade de iniciativa individual e pela rejeição da intervenção do Estado na economia. Mas sendo as bases fundantes as mesmas do liberalismo burguês, as condições históricas encontradas na implementação do neoliberalismo são bastante distintas das existentes quando do alvorecer do capitalismo, o que provocará sérias contradições entre os princípios doutrinários gerais e sua objetivação prática. Se, por um lado, a fundamentação teórica neoliberal remonta a uma época na qual o capitalismo vivia sua fase concorrencial, a sua objetivação se dará em momento bastante diferente, pois o final do século XX, é a *Era* dos monopólios e da especulação financeira.

Toledo (1997) destaca que do ponto de vista teórico o neoliberalismo estaria baseado em quatro escolas fundamentais: A escola austríaca, a escola de Chicago, a escola Virginiana e a anarco-capitalista. Inegavelmente as duas primeiras escolas possuem uma capacidade de influência e corpo doutrinário bem maior e acabado do que as duas últimas. Esboçaremos mesmo que rapidamente o que fundamenta as escolas e deixaremos por último a escola austríaca, sobre a qual nos deteremos mais particularmente nos conceitos de Hayek, seu maior expoente.

1.1.2.1 As escolas do pensamento neoliberal

A escola anarco-capitalista é menos citada e usual dentre as escolas neoliberais. Segundo Toledo, tenciona dotar o sistema capitalista de uma

[4] O próprio Friedman no seu livro Capitalismo e Liberdade (1977), livro referência no construto neoliberal, denomina de liberalismo os conceitos de economia e política contidos nessa obra.

fundamentação ética, mais do que econômica. Uma ética baseada na natureza Humana.

A escola virginiana ou do *public choice* pensou a democracia mais como um óbice a ser contornado do que como um fim a ser atingido; tem a preocupação em reduzir a influência da presença popular nos governos. Seu liberalismo é mais moderado, rechaça o naturalismo da escola austríaca e sua crítica ao despotismo e a benevolência do Estado é mais sociológica do que ontológica, por exemplo: os funcionários públicos, ao buscarem otimizar seus interesses particulares, relaxam no tocante a operar os interesses da coletividade (Toledo, 1997; Boito, 1999).

A Escola de Chicago na qual Milton Friedman é o maior ideólogo, assume-se como positivista ao defender que "*excetuando-se a matemática e a lógica, a linguagem da ciência deve ser observacional, diferenciando também claramente fatos e valores*" (Toledo, 1997). Ela postula a independência da economia do sufrágio do voto. As decisões econômicas seriam imperativas não podendo ficar ao sabor de conjunturais maiorias, daí a defesa que faz da autonomia dos bancos centrais em relação aos governos e da obrigação constitucional do equilíbrio fiscal. Essa escola foi a que mais influenciou concretamente as políticas econômicas (Toledo, 1997; Boito, 1999; Friedman, 1980).

A escola austríaca[5] é a mais sofisticada das matrizes do pensamento neoliberal. Seus representantes defendem o individualismo metodológico. A sociedade se reduziria às ações dos indivíduos, e essas ações são motivadas de forma diversa, não sendo previsíveis por parte de um observador externo. O mercado seria o único espaço com capacidade de fazer confluir e dar eficiência às

[5] Foi fundada por Carl Menger no final do século XIX. Dela fizeram parte também F. von Wieser e E. Bohm-Bawerk, representantes da segunda geração. A terceira geração será conduzida por Ludwing von Mises, que realiza em 1922 um famoso seminário do qual Hayek participa (Moraes, 1999).

ações de sujeitos subjetivos com conhecimento imperfeitos e dispersos (Toledo, 1997).

1.1.2.2 Aspectos do pensamento de Hayek

Friedrich Hayek[6], maior ideólogo do neoliberalismo, teve como berço a escola de Viena. Formulou uma teoria política que defende o liberalismo e os governos limitados por severas medidas constitucionais, que se orienta pela superioridade da ordem política espontânea sobre as ordens sociais planejadas. Sua teoria política deriva de sua teoria econômica, que é resultado de uma concepção epistemológica e psicológica nas quais tudo se fundamenta (Moraes, 1999).

Na teoria do conhecimento hayekiano, os elementos fundamentais são a ênfase na ignorância humana, a impossibilidade de conhecimento objetivo pelas ciências sociais. Em nome dessa compreensão ele critica a tentativa dos iluministas de reconstruir a sociedade segundo um plano da razão[7].

> *Ações baseadas na crença de que possuímos conhecimento e poder tais que nos permitem moldar os processos sociais inteiramente de acordo com nossa vontade – conhecimento e poder que, na realidade, não possuímos – provavelmente nos levarão a fazer muito mal (...) Este poder talvez não seja mau em si mesmo, mas seu exercício pode vir a*

[6] Friedrich Hayek nasceu em Viena em 08/05/1899. Doutorou-se pela primeira vez em 1921 e pela segunda em 1923 em ciência política. Morou nos EUA e na Inglaterra onde publica, em 1944, o *Road of Serfdom*, principal instrumento teórico dos neoliberais. Lidera a organização internacional dos liberais e a criação do *Mont-Pèlerin Society* em 1946. Em 1974 ganha o Nobel. Morre em 23/03/1992. O universo intelectual hayekiano sofre influência e possui ligações com o conjunto da produção liberal. Desde o iluminismo escocês (Smith, Hume, Ferguson). Passando pelas revisões críticas do liberalismo, *mais exatamente da democracia liberal numa tentativa de separar e até opor os dois valores: "democracia e liberdade"*. Fase na qual o cuidado é com o perigo que representa o acesso ao *poder das massas deserdadas*, notadamente o controle de algumas funções do Estado. Os autores dessa segunda fase que o influenciam são: Burke, Benjamim Constant, Stuart Mill, Tocqueville; em seguida Lecky, Maine, Bagehot, Spencer, Macaulay. No terceiro momento de produção liberal no final do século XIX e início do século XX as análises focam a *psicologia das massas* com Le Bon, de Tarde e, mais adiante Ortega y Gasset (Moraes, 1999).

[7] Segundo Hayek uma ação deliberada traria resultados não deliberados. Nesse aspecto ele é herdeiro de elementos presentes em teóricos como Mandeville *Fábula das abelhas*; Smith e sua *mão invisível*; na filosofia Kantiana da história e até mesmo na *astúcia da razão* de Hegel (Moraes, 1999).

> *obstruir o funcionamento daquelas forças espontâneas ordenadoras que, efetivamente, tanto ajudam os homens na persecução de seus ideais, mesmo que eles não consigam entendê-las* (Hayek, 1974).

A ordem espontânea, portanto, seria a única a permitir o uso eficiente do conhecimento tático, fundamentalmente disperso. A sociedade ideal é aquela que permite aos indivíduos exercerem plenamente o direito de escolher fins e também os meios de atingi-los, pois permite o uso de mais conhecimento prático do que qualquer outra forma notadamente as planificadas centralmente que, pelo contrário, empobrece o arsenal cognitivo da espécie humana.

O cabedal de conhecimento capaz de viabilizar o sucesso das ações na sociedade segundo Hayek é muito maior do que aquele que o indivíduo pode conscientemente manipular. Dessa forma, existe muito mais informação à disposição de uma sociedade livre do que numa sociedade planejada. Na última, usa-se apenas o conhecimento possuído pelo planejador central. Assim por exemplo, os diversos sinais emitidos pelo mercado como: oscilações de preços, salários, abertura e fechamento de empresas, crescimento e redução dos níveis de emprego e perdas de empregos, dentre outras – são mensagens que nos informam do acerto ou erro das nossas ações (Hayek, 1974).

Assim, economia de livre mercado e governo limitado pela lei, são coisas sagradas não porque os governos sejam induzidos ao erro, mas porque, mesmo quando bem intencionados, são incapazes (epistemologicamente) de conhecer, controlar e intervir sobre as instituições sócio-econômicas deliberadas e melhores.

Outro elemento importante na construção teórica hayekiana é a disjunção operada por ele entre democracia e liberalismo econômico. Diferentemente do liberalismo político, que avançou ao longo dos tempos no sentido da ampliação dos espaços de participação popular. A teoria da *Nova Direita* (Giddens, 1996) prescinde da democracia. Hayek trata os dois conceitos de forma distinta e com objetivos diferenciados. O liberalismo econômico trataria da liberdade econômica

no mercado, enquanto que as instituições democráticas buscariam formas de constituir governos com base na regra da maioria (Boito, 1999).

Hayek relativiza o papel das maiorias, pois elas nem sempre garantem o genuíno interesse público.

> *O liberalismo considera desejável que seja de fato lei somente aquilo que é aceito pela maioria, mas não afirma que tal lei esteja, necessariamente, em conformidade com as características da verdadeira e boa lei. O liberalismo ... (...) aceita o governo da maioria como método para a tomada de decisões, mas não como autoridade para determinar que decisão seja tomada* (Hayek, 1983).

Ele defende que pode existir liberdade individual em regimes autoritários e que regimes democráticos podem restringi-la. Para ele os pressupostos da liberdade seriam: direito à propriedade privada; direito de ir e vir; liberdade de escolher; igualdade perante a lei; proteção contra detenções arbitrárias. De acordo com Hayek, mesmo sob a limitação de algumas das liberdades políticas convencionais, todos os elementos característicos da liberdade podem existir (Hayek, 1983).

A recuperação da tradição como conceito importante é outro elemento destacado na construção hayekiana e que será fundamental na construção da hegemonia neoliberal[8]. A tradição como algo superior às leis da razão. As transformações institucionais marcadas pelos processos graduais seriam mais eficazes do que as operadas de forma planificada. De acordo com interesses da sociedade, haveria naturalmente um processo de seleção das instituições; algumas se manteriam, outras sucumbiriam e outras surgiriam.

> *A imposição da vontade da maioria difere radicalmente do processo de livre evolução que gera instituições e costumes porque seu caráter coercitivo, monopólico e exclusivista destrói as forças autoreguladoras*

[8] Diversos elementos da tradição bretã foram usados pelos Tories especialmente Thatcher. Ver discussão sobre a greve dos mineiros britânicos.

> *que fazem, em uma sociedade livre, ser abandonadas as tentativas equivocadas e prevalecer as mais acertadas* (Hayek, 1983).

1.1.2.3 A colonização do neoliberalismo para o capital

A edificação neoliberal não pode ser vista apenas como mais uma concepção ou doutrina econômica. Ela traz consigo um forte construto teórico-filosófico, que para além da vida econômica colonizará diversos aspectos sociais e educativos formadores da sociedade, constituindo-se enquanto ideologia hegemônica durante os anos 80 e 90.

A ideologia do mercado acima de todas as coisas não se fundamenta apenas em aspectos econômicos, diz respeito à questão da capacidade dos homens no uso da razão e por conseguinte, os limites do planejamento central, como vimos com Hayek[9], mas perpassam também, fortemente, elementos da moral e da construção de um "*novo imaginário social*". O consumidor soberano, que existe apenas em um ambiente de concorrência, permitirá o pleno desenvolvimento moral e intelectual dos cidadãos. Desenvolve-se a tese que o mercado isentaria a sociedade, inclusive dos preconceitos sociais e xenofobias ao não considerar as origens sociais dos indivíduos, sua raça ou credo (Boito, 1999; Chauí, 1999; Giddens, 1996).

A fragmentação econômico-social e a constrição do espaço-tempo trazida pelas novas tecnologias têm como correspondente uma nova forma de vida baseada em quatro elementos fundamentais para a hegemonia neoliberal: a) A insegurança dando margem às aplicações no mercado de futuro e de seguros; b) O medo recuperando elementos tradicionais; c) A dispersão que traz consigo a necessidade de uma autoridade forte; d) A paixão pelo efêmero e a busca incessante pelo novo, por novas mercadorias. Consolida-se o paradigma do

[9] Friedman tem compreensão semelhante. Segundo ele os atos humanos comportam uma abundância e heterogeneidade, incapazes de serem limitadas pelos governos (Friedman, 1977).

consumismo, do descartável, da produção flexível. Constrói-se, de tal modo, uma nova lógica, na qual a produção é substituída pela circulação; a lógica do trabalho é substituída pela da comunicação; e substitui-se a luta de classe pela lógica da satisfação versus insatisfação do individuo no consumo. A liberdade de pensamento e do direito ao voto é substituída pela liberdade de comprar (Chauí, 1999).

A nova ideologia trabalha em diversas frentes, fomentando o anti-estatismo. Conceitos tradicionais como família, nação e hierarquia são reinterpretados com base nos novos interesses do capital. A crítica é dirigida ao Estado perdulário, que para incrementar o chamado "*paternalismo social*" via programas públicos, tipo o previdenciário, cobra altos impostos e se sobrecarrega sustentando uma burocracia ineficiente. Os governos são sempre um risco potencial às liberdades, variedade e diversidade

> *Mesmo se os homens que controlam este poder estejam, inicialmente, repletos de boa vontade e mesmo que não venham a ser corrompidos pelo poder, este formará e atrairá homens de tipos diferentes* (Friedman, 1977).

Os teóricos do neoliberalismo, de forma didática, buscam fazer uma ligação direta entre a desintegração familiar e o *welfare*, para eles, o Estado, ao garantir a provisão para as famílias, quebrou os laços de solidariedade que existiam entre os seus membros permitindo a sua falência. A família tinha nos "*interesses comuns de propriedade*" um elemento que soldava seus desejos, mas a presença do Estado teria tornado desnecessários. Pela critica da *Nova Direita* O *welfare state* teria admitido aos homens se desobrigarem das suas responsabilidades com suas famílias. Tornou-se mais cômodo ser sustentado pelo Estado do que buscar autonomia no mercado do trabalho. Essa situação concorria para fazer crescer a vadiagem e a criminalidade (Giddens, 1996; Toledo, 1997).

1.1.2.4 Características dos Estados neoliberais

São variados e diferentes os tempos e as concretizações das políticas neoliberais nos diversos países em que o mesmo se apresenta. Em nenhum país se aplicam rigorosamente os ditames dessa ou daquela escola. Esse fato autoriza o questionamento de alguns analistas sobre o grau efetivo de corpo doutrinário próprio e coerente do neoliberalismo (Therborn, 2000; Salama, 2000; Toledo, 1997; Draibe, 1993[10]). Não obstante as diferenças é possível apontar seus traços universalizantes[11] sejam econômicos, políticos e ideológicos:

1) A reformatação do papel do Estado. Um estado fraco frente aos interesses do capital e forte em oposição aos interesses dos trabalhadores. Uma organização estatal que abandona a produção e o setor de serviço em função das privatizações e reduz substancialmente os gastos sociais, reduzindo a força do *welfare* nos países de economias fortes e esgarçando as poucas conquistas sociais dos países em desenvolvimento. Um Estado mínimo, mas forte no sentido de fazer restrições dos espaços democráticos quando necessário, usando o aparato legal com o fim de favorecer a competição. Um aparato estatal focado o suficiente para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários (Giddens, 1996; Boito, 1999, Toledo 1997; Chauí 1999).

2) Abertura comercial é outro elemento característico do neoliberalismo. Segundo este ideário, a falta de concorrência em função da elevada proteção

[10] Draibe reduz o neoliberalismo a "um discurso e um conjunto de regras práticas de ação (ou de recomendações), particularmente referidas a governos e a reforma do Estado e das suas políticas". Isso nos parece uma análise simplista que não da conta de explicar a capacidade que teve a ideologia neoliberal de ter se tornado hegemônica.

[11] Trotsky contribui para a compreensão dessa questão ao tratar do bonapartismo. "Noções como a de liberalismo, de bonapartismo, de fascismo, têm um caráter de generalização. Os fenômenos históricos nunca experimentam uma repetição completa. (...) Mas, se se procurasse uma repetição de todos os traços do bonapartismo, concluir-se-ia que o bonapartismo foi um fenômeno único, impossível de repetir-se, isto é, que não existe um bonapartismo em geral, mas que houve uma vez um general Bonaparte vindo da Córsega. O caso não é muito diferente em relação ao liberalismo e a todas as outras noções gerais de história. Mas se fala do bonapartismo por analogia, será preciso mostrar, conseqüentemente, quais são, de seus traços, os que, em condições históricas dadas, encontraram a sua expressão mais completa" (Trotsky, 1979). Sobre a universalização de fenômenos históricos ver ainda Gramsci, 1991.

tarifária e do excesso de regulação provocava perda de dinamismo das economias, gerando uma estrutura produtiva ineficiente e pouco competitiva. A nova proposta é rebaixar de forma geral as tarifas e suprimir as proteções não tarifárias, possibilitando o acesso de novos produtores aos mercados antes protegidos. Vê-se a abertura como uma via de mão dupla, ao tempo em que permite uma maior concorrência nos mercados locais, facilita também o acesso aos mercados externos. O aumento da competitividade traria o crescimento da produtividade. A atividade industrial e de serviços visaria a partir de então o mercado global, a participação de cada um nos setores se daria de acordo com suas vantagens comparativas (Cano, 1999; Carneiro, 2002).

3) Desregulamentação financeira e do mercado de trabalho. A primeira desregulamentação está assentada sob dois movimentos: pela liberalização financeira do ponto de vista doméstico e por uma cada vez maior mobilidade dos capitais no plano internacional. Esses movimentos significaram a financeirização dos muitos agentes econômicos sejam empresas, famílias ou instituições financeiras, provocada pela crescente mobilidade dos capitais no plano internacional e provocando também uma redução do grau de autonomia dos países periféricos (Cano, 1999; Carneiro, 2002).

A desregulamentação ou flexibilização do mercado de trabalho vem se somar à política do Estado mínimo, pois a proposta visa em essência a alienar o Estado, transferindo para o capital e o trabalho como atores sociais, a definição dos seus destinos. A desregulamentação suprime a política, como agente prioritário, na disputa dos interesses, e insere o mercado. Nesse novo marco regulatório o agente mais forte (o capital) ditará suas regras, segundo sua vontade. A flexibilização no contexto neoliberal se torna um imperativo, seja para permitir uma maior rapidez na reconversão tecnológica da produção, seja pela interdependência que se cria entre os empregadores. Muitas vezes o patrão que

negocia com os trabalhadores se tornou um simples fornecedor e, portanto, dependente das decisões do patrão comprador lá da ponta (Cardoso, 2003; Däubler, 1994).

1.1.2.5 Conclusões

O neoliberalismo não possui uma fundamentação teórica única. Existem escolas diferentes nas quais os seus operadores se baseiam. Essa constatação conduz-nos a outra que é a da não existência de um neoliberalismo único. Mesmo nos Estados Unidos ou na Grã Bretanha sua aplicação prática não se fecha dentro dos limites de nenhuma das escolas predecessoras.

A pragmática neoliberal possui, entretanto, alguns traços universalizantes que guiam, orientam sua operacionalidade nos diversos Estados nacionais. O retorno à ênfase no mercado e na livre concorrência. A prevalência dos interesses individuais sobre os interesses coletivos. A construção de uma ambiência moral na qual o indivíduo se torna o único responsável por sua sustentação e a dos seus dependentes. A recuperação sob aspectos conservadores de valores tradicionais como família e nação. Elementos autoritários, dentre os quais a reação do Estado contra os movimentos sociais, particularmente, o sindical, prevalecem. Tudo isso se soma e interage com a reformatação do papel do Estado, com a abertura comercial e a desregulamentação financeira e do mercado de trabalho. Estes seriam os traços universalizantes do neoliberalismo que variarão na sua expressão processual mais concreta de acordo com o contexto sócio, econômico e histórico encontrado em cada país.

O movimento de consolidação da ideologia e pragmática neoliberal não se faz sem contradições. Ao tempo em que recupera símbolos tradicionais por sua essencialidade na solidariedade social, propugna mudanças que corroboram com a sua desintegração. Precisa do nacionalismo e da força do Estado, mas defende o

fim das barreiras nacionais e do protecionismo para servir a um capitalismo transnacional. Defende a família, mas abandona-a à própria sorte, ao provocar mudanças que desempregam os assalariados que se fazem de tudo desprovidos, inclusive, sem a mínima segurança das proteções sociais. Tal movimento critica os monopólios, mas não todos. Para Hayek (1983) existem os monopólios "*louváveis*". Não poderia ser diferente, pois o capitalismo desse novo ciclo não pode prescindir dos grandes monopólios. Entoam loas ao proprietário privado e sua eficiência em substituição a ineficiência da burocracia estatal, mas fecham os olhos às grandes organizações privadas administradas por burocratas assalariados.

1.2 Ascensão e crise do *welfare state*

O mundo ocidental e, mais de perto, os países de economias "*ricas e avançadas*" viveram após a Segunda Grande Guerra um período de pujante crescimento econômico devidamente acompanhado do distensionamento nas questões sociais. Esse período compreendido entre os trinta anos ulteriores à Segunda Guerra Mundial é conhecido como os "*trinta gloriosos anos*". Nesses anos, a partir do *compromisso fordista* entre o Estado, capital, e o trabalho, fez-se "*possível ao movimento operário, 'em condições favoráveis' obter vantagens para certos setores do movimento*" (Mészaros, 2002). O Estado de bem-estar constitui-se dominante nos países de economias centrais, apesar de ter sido

> *possível apenas num número muito reduzido de países. Foi limitado, tanto no que se refere às condições favoráveis de expansão tranqüila do capital nos países onde tal ocorreu como precondição para o surgimento do Estado de bem-estar, quanto no que se refere à escala de tempo* (Meszáros, 2002).

Mesmo sendo insuficiente com relação a inserir o conjunto da população mundial no Estado de bem-estar-social, o surto de expansão capitalista provocou inegável rebatimento nos países da periferia capitalista, a exemplo do Brasil:

> *A industrialização do "terceiro Mundo", apesar da sua óbvia subordinação às exigências e aos interesses do capital ocidental, alcançou proporções significativas na configuração global do capital durante os anos do pós-guerra, especialmente nas duas últimas décadas* (Mészaros, 2002).

Promoveram-se, *ainda que*[12] nos marcos do sistema capitalista, melhorias substantivas na qualidade de vida e na rede de proteção de parte importante da classe trabalhadora nos países de economias centrais (Bihr, 1999). É o momento em que ocorre a passagem da esfera pública burguesa para a não burguesa,

[12] A inclusão das palavras *ainda que* se faz necessária porque o capitalismo, apesar de não ter negado o seu caráter excludente e contraditório, conseguiu via *compromisso* fordista, aplainar as crises que se vinham fazendo presentes desde o final do século XIX no centro do capitalismo (Bihr, 1999).

quando os sujeitos privados, a concorrência *intercapitalista* e o mercado de força de trabalho irão ser regulados de fora, por uma racionalidade administrativa, mesmo que suportada materialmente pela luta de classes (Oliveira, 1999b).

1.2.1 Caracterização

Não é tarefa fácil caracterizar o Estado de bem-estar; existem objeções variadas para as mais diferentes caracterizações. Esse fato, porém, não há de surpreender pesquisadores do campo das ciências sociais. Muitos dos seus analistas identificam *as dicotomias*[13] como uma característica das ciências humanas, sua marca registrada desde o seu nascedouro.

Afora o aspecto levantado anteriormente, Esping-Andersen identifica que os estudos sobre o *welfare* abordam inúmeras questões e normalmente não deixam claro uma definição a esse respeito, em função disso o mesmo se pergunta: "*E quando, na verdade, um Estado é um welfare state? Isso volta nossa atenção para a questão original: o que é welfare state?*" (Esping-Andersen, 1991).

Uma das marcas do *welfare* é a presença do Estado como elemento que atua entre os indivíduos e o mercado de forma decisiva

> *[...] um estado no qual se usa deliberadamente o poder organizado (através da política e da administração) num esforço para modificar o jogo das forças do mercado* (Briggs, 1961 apud Draibe, 1989).

Significa o fim do Estado liberal, onde se subverte o conceito de

[13] Alguns cientistas sociais, como Jeffrei Alexandre (1989), chegam mesmo a explicitar que nas ciências sociais não existe *o discurso, existem discursos* e antes de podermos caracterizar os desencontros e conflitos existentes nas ciências sociais como resultantes de uma ciência pré-paradigmática ou imatura cientificamente, como faz Norberto Elias (1968) em seu *O Processo Civilizador*, elas significariam o caráter multivalente e particular dessa disciplina. Advém dessa sua característica o porquê da dificuldade de aprisionar o conceito ou seus analistas em limites estreitos. Ao trabalharmos com essas definições devemos tê-las como tentativas de apreender um real que é eminentemente um movimento social, portanto imerso em uma série de contextos de idas e vindas, de estreitamentos e alargamentos, em função das mais variadas situações e sujeitos sociais a envolvê-los, anunciando-se portanto ontologicamente dinâmicos.

> *[...] um Estado mínimo, 'o vigia noturno' dos liberais, e passando a assumir uma parte da coordenação da economia e da distribuição dos recursos por intermédio de políticas públicas* (Faria, 1998).

Se anteriormente o Estado tinha sua ação limitada pela política do *laissez-faire*, nessa nova fase de organização da sociedade, ele assume as iniciativas não apenas no sentido de legislar sobre as várias áreas nas quais as relações vinham se dando em caráter privado, bem como ampliar seu escopo de atuação a exemplo da

> [...] *medicina socializada, a educação universal gratuita e obrigatória, a previdência social, o seguro-desemprego, os subsídios para transporte, os benefícios familiares (quotas para auxílio-habitação, salário família) e, no extremo desse espectro, subsídios para o lazer, favorecendo desde as classes médias até o assalariado de nível mais baixo* (Oliveira, 1988).

Dessa maneira, a presença marcante do Estado como mediador decisivo nas relações entre os homens e o mercado seria uma das características definidoras do *welfare*.

Uma segunda característica destaca a responsabilidade social sobre os homens atingidos pelos infortúnios, sejam estes naturais ou de construção social. As soluções para tais problemas deixam de ser responsabilidade dos homens individualmente; passam efetivamente a serem vistas como uma questão social. Diferentemente do acontecido até então, pois, anteriormente,

> *...de acordo com a antiga ortodoxia, a causa fundamental dos apuros e da miséria sociais devia ser encontrada nas pessoas ou circunstâncias individuais das vítimas, sendo usualmente atribuída a uma fraqueza moral. Houve uma resistência considerável à aceitação da presença de causas sociais impessoais* (Marshall, 1967).

A partir de então a pobreza, o desemprego, a velhice, acidentes de trabalho e doença tornam-se ensejantes de proteção do conjunto da sociedade, não mais como frutos da bondade humana ou do Estado, mas por se configurarem em direito. A proteção social ganha o estatuto de cidadania. Deixa de ser algo

pejorativo e à disposição dos derrotados e indigentes, como terminou se caracterizando a *Poor Law* após as sucessivas mudanças[14] que sofreu.

> *Quando os direitos sociais adquirem o status legal e prático de direitos de propriedade, quando são invioláveis, e quando são assegurados com base na cidadania em vez de serem no desempenho* (Esping-Andersen, 1991).

Os direitos podem a partir de então serem cobrados, exigidos seja de forma isolada, individual, ou coletivamente, a partir das organizações de trabalhadores, partidos políticos ou por entidades como igrejas e associações.

Portanto, a presença de forma inovadora do Estado no conjunto de relações que envolvem o mercado e as famílias ante o fato de as questões sociais, particularmente os infortúnios, ganharem o estatuto de direitos com o conjunto da sociedade sendo responsável por elas, definem em boa medida o *welfare state*. Esses são aspectos que se observamos centrais e recorrentemente presentes nas diversas interpretações dessa forma de organização societal.

Dessa forma, Estado de bem-estar social pode ser caracterizado como um tipo de organização, dentro dos limites do sistema capitalista, no qual as relações entre os homens e o mercado são mediadas centralmente pela ação do Estado. A organização estatal tem uma ação ampla no sentido de corrigir e ou minorar os efeitos indesejáveis da relação capital/trabalho. No *welfare* os problemas sociais são tidos como de responsabilidade do conjunto da sociedade.

A partir das variações relacionais entre Estado, mercado e os trabalhadores, das diferentes intensidades com que se apresentam, assim como da interação entre eles é que se originaram os diversos tipos de modelos ou regimes de Estado de bem-estar social.

---

[14] Thomas H. Marshall (1967), em seu livro *Cidadania, classe social e status*, explica como foram essas mudanças, ao discorrer sobre o processo de construção da cidadania que para ele ocorreu em etapas, *"os direitos civis ao século XVIII, os políticos ao XIX e os sociais ao XX"*.

1.2.2 Emergência das leis de proteção

Duas questões parecem subjacentes aos diversos tipos de interpretações sobre os primórdios do *welfare*: a) as mudanças advindas com o processo de industrialização, notadamente na Inglaterra. b) a necessidade de controle dos trabalhadores levada a efeito na Alemanha de Bismark. Nas diversas análises pesquisadas, essas são as duas questões mais presentes. Às vezes uma mais do que a outra, outras vezes as duas interagindo complementarmente entre si.

Muitos são os trabalhos sobre os processos de transformação social frutos da primeira (1780/1820) e segunda (1870/1910) Revoluções Industriais. Para alguns, esses anos significam mais do que o fim e início de outro século,

> *[...] foi também o fim de uma era e o começo de outra...Encontrávamo-nos vivendo na primavera de uma revolta consciente contra as instituições sociais, políticas, religiosas, morais intelectuais e artísticas, crenças e padrões de nossos pais e antepassados* (Woolf apud Marshall, 1967).

Foram anos em que as mudanças na sociedade ganharam contornos frenéticos. A Inglaterra, país onde a revolução industrial fez suas primeiras e profundas transformações, deixa de ser o paraíso da livre empresa, no qual os interesses individuais e da livre concorrência campeavam livremente. Nesse país assiste-se à consolidação de um novo modelo de produção, assentado sobre grandes áreas industriais, empregando trabalhadores organizados nacionalmente em sindicatos possuidores de força contestadora e legitimidade (Marshall, 1967).

Sem dúvida as transformações operadas nesses anos mudam radicalmente a situação dos homens,

> *Nas sociedades pré-capitalistas, poucos trabalhadores eram propriamente mercadoria no sentido de que sua sobrevivência dependia da venda da sua força de trabalho. Quando os mercados se*

> *tornaram universais e hegemônicos é que o bem-estar dos indivíduos passou a depender inteiramente de relações monetárias* (Esping-Andersen, 1991).

Afora ter se transformado em mercadoria, o homem vê antigos valores seus serem rapidamente degenerados. A profissão, a família e mesmo a Igreja perdem a capacidade de solidariamente resolver os problemas que agora são de maior monta.

O movimento de urbanização impulsionado pela Revolução Industrial transforma as cidades em pardieiros coletivos. Campeia a imundice e toda sorte de doenças provocadas pela poluição expelida das chaminés, pela promiscuidade e falta de saneamento. Os acidentes de trabalho matam e mutilam homens, mulheres e crianças. Somam-se a isso as depressões econômicas que atingem a Europa e também os Estados Unidos no fim do século XIX. É crescente a miséria atingindo os desempregados e mesmo os empregados. Surgem as rebeliões e as greves de protesto.

A todos esses fatos irão ser agregados na Inglaterra dados estatísticos dos primeiros relatórios sobre a situação social. Os números deixam alarmados os britânicos. Falta comida, casas, mesmo quem trabalha está submetido a condições sub humanas. Esses fatos não se configuravam propriamente em novidades, o inédito era o anúncio e conhecimento público das suas alarmantes dimensões. Os dados colocam lenha na fogueira daqueles que concebiam aquelas questões como sociais e, portanto, passíveis da intervenção dos poderes constituídos.

A defesa das questões sociais como responsabilidade coletiva, e, por conseguinte, do Estado, torna-se plataforma política, insere-se nos programas dos partidos tendo-se como resultado, no início do século XX,

> *...a questão já não mais dizia respeito se o Estado era responsável pelo bem-estar das massas ao invés de sê-lo apenas pelo amparo aos indigentes. Isto era ponto pacífico* (Marshall, 1967).

Dessa forma o Estado assume

> *[...] a função de garantir determinados padrões mínimos de vida por que instituições sociais tradicionais, como a família, haviam perdido a capacidade de suprir as necessidades dos indivíduos mais vulneráveis* (Faria, 1998).

O segundo aspecto apreendido como elemento importante no nascedouro do Estado-Providência foi a necessidade de fazer-se frente ao processo reivindicatório dos trabalhadores. Analistas identificam o processo de reforma conservadora de seguridade social, levado a efeito na Alemanha por Bismark e Von Taffe, como visando a controlar o movimento dos trabalhadores:

> *...foi explicitamente uma forma de política de classe. Na verdade, procurava conseguir dois resultados simultâneos em termos de estratificação. O primeiro era consolidar as divisões entre os assalariados, aplicando programas distintos para grupos diferentes em termos de classe e status, [...] O segundo objetivo era vincular as lealdades do indivíduo diretamente à monarquia ou à autoridade central do Estado. Esta era a motivação de Bismark [...] Os autocratas neo-absolutistas, como Bismark, viam nesta tradição uma forma de combater os crescentes movimentos de trabalhadores*(Esping-Andersen, 1991).

Faria (1998) apresenta um argumento que vai ao encontro da análise de Esping-Andersen,

> *.a centralização e o autoritarismo político são cruciais para a compreensão do surgimento de mecanismos de proteção social na Alemanha de Bismark...*

Mais à frente o mesmo autor acrescenta:

> *As políticas sociais do chanceler Bismark, implementadas na Alemanha durante a década de 1880, são de modo geral reconhecidas como as precursoras do Estado de Bem-Estar social contemporâneo* (Faria, 1998).

Essa corrente de interpretação que relaciona as origens do *welfare state* ao desejo de controlar as ações dos trabalhadores é uma interpretação importante por

ser fonte explicativa não apenas para a origem do *welfare*, mas está presente também como elemento de motivação para o seu desenvolvimento, conforme veremos mais adiante.

Em síntese, na Alemanha e na Inglaterra, países nos quais primeiro se fez evidenciar esse modelo de organização social, as modernizações e problemas trazidos á baila com a industrialização, associados a necessidade de controlar os movimentos dos trabalhadores, foram motivadores fundamentais do surgimento do Estado de bem-estar.

Se os interesses dos trabalhadores e suas mobilizações foram elementos essenciais no surgimento do *welfare*, na sua crise e posterior tentativa de desmonte do modelo os trabalhadores terão, mais uma vez, que ser considerados. Nesse momento, diferentemente do ocorrido quando da sua montagem e instauração os trabalhadores estarão posicionados do lado contrário. Por terem ampliado seus direitos dentro do *Estado - Providência*, não estarão dispostos a vê-los exaurirem-se sem resistência.

Essa é a disputa travada no final do século XX. De um lado, os trabalhadores; do outro, o Estado e o capital. Urge retirar de cena os trabalhadores, último elemento social de sustentação do antigo modelo que teima em resistir. As outras duas partes do pacto *fordista*, os empresários e o Estado, já o haviam abandonado.

1.2.3 Desenvolvimento

Um dos aspectos motivadores do desenvolvimento do *welfare state* foram as mobilizações de classe[15]. Essa interpretação

> *Distingue-se da análise estruturalista e da abordagem institucional por sua ênfase nas classes sociais como os principais agentes de mudança e por sua afirmação de que o equilíbrio do poder das classes determina a distribuição de renda* (Esping-Andersen, 1991).

A bibliografia, ao tratar da questão operária em meados do século XIX e início do século XX, traz inúmeros dados mostrando que a situação de pobreza e miséria na qual viviam os trabalhadores da época foi motivo de muitos protestos, mobilizações e greves[16]. As manifestações, ao tempo em que desnudavam e traziam às claras toda a questão social, denotando suas reais dimensões, traziam riscos aos governos no tocante à sua legitimidade. Mais e mais contingentes humanos eram jogados nas sarjetas, sujeitos às agruras do desenvolvimento desregrado. Os questionamentos sobre para quem serviam aqueles governos ganhavam força, precisando ser respondidos.

Desse ponto de vista, as legislações criadas — protegendo inicialmente mulheres e crianças, em seguida os homens — surgem em função da necessidade

---

[15]Apesar da exposição, não enxergamos o processo de construção do *welfare* como linear e evolucionista. Não se trata simplesmente de ter nascido na Alemanha e Inglaterra, desenvolvendo-se em seguida até atingir seu ápice após a Segunda Guerra, depois de haver incorporado praticamente toda a Europa Ocidental e América do Norte. O encadeamento dos fatos é apenas uma tentativa de facilitar a compreensão das idéias, de torná-las mais claras. Entendemos a construção do *welfare* como um processo social, econômico e político, ocorrendo de forma inconstante, às vezes por saltos (Khun, 1994). Muitas foram as variáveis envoltas no desenvolvimento do *welfare*. É um processo cujas origens e desenvolvimentos acontecem entremeados, não é algo retilíneo. Como processo social, é complexo e variado. As experiências e os modelos são transportados de um a outro lugar das mais diferentes formas. Nas novas moradas, são reinterpretados à luz dos novos atores e das realidades econômicas, sociais e políticas com as quais se confrontam. Nessa linha, identificamo-nos com Peter Flora e Ian Gough, autores que "*...tentaram explicitamente desenvolver modelos integrados, fazendo convergir na interpretação, elementos e condições diversas*" (Draibe, 1989).

[16] Dentre essas obras, destacamos *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (Engels, 1985).

dos governantes de responder às reivindicações, ou mesmo adiantando-se ás cobranças já existentes de forma direta ou indireta por parte dos trabalhadores. Por essa via, os

> *parlamentos são, em princípio, instituições efetivas para a tradução de poder mobilizado em reformas políticas desejadas. De acordo com isso, a política parlamentar é capaz de sobrepor-se ao poder hegemônico e pode ser levada a servir interesses antagônicos aos do capital* (Esping-Andersen, 1991)[17].

Peter Flora (1981) soma-se a essa interpretação quando a partir do seu modelo integrado defende:

> *...os problemas de mobilização emergentes com a expansão do mercado, através da mediação das associações, exercem pressões sobre a burocracia estatal.*

King (1988) tem também interpretação semelhante,

> *Nesse sentido, a mobilização efetiva dos objetivos da classe trabalhadora através dos sindicatos trouxe importantes desafios às elites políticas da Europa Ocidental no final do século XIX e ao longo do século XX [...] a força da classe trabalhadora, atestada por sua organização e mobilização sindical, foi causa importante das primeiras leis do estado de bem-estar ...*

Uma outra possibilidade de explicação para o desenvolvimento do Estado de bem-estar é ser funcional, servir à necessidade de reprodução, acumulação, e legitimação do próprio capitalismo. Seria uma resposta à crise fiscal do sistema capitalista. Interpretação legitimada a partir da publicação do livro de O´Connor (1977), "*USA: A crise do Estado capitalista*"

> *... o Estado tem de tentar desempenhar duas funções básicas e muitas vezes contraditórias: acumulação e legitimação (...). Isto quer dizer que o Estado deve tentar manter, ou criar, as condições em que se faça possível uma lucrativa acumulação de capital. Entretanto, o*

[17] Poulantzas (1990) discute a possibilidade de autonomia relativa do Estado. Esta compreensão é factível de ser estendida ao parlamento.

> *Estado também deve manter ou criar condições de harmonia social. Um Estado capitalista que empregue abertamente sua força de coação para ajudar uma classe a acumular capital à custa de outras classes perde sua legitimação e, portanto, abala a base de suas lealdades e apoios. Porém, um Estado que ignore a necessidade de assistir o processo de acumulação de capital arrisca-se a secar a fonte de seu próprio poder, a capacidade de produção de excedentes econômicos e os impostos arrecadados deste excedente...*

Por esse autor, essa dupla função do Estado não deve aparecer de forma explícita. Para desempenhá-las bem tem que exercê-las de forma implícita, "*mistificando sua política, denominando-a de algo que não é*" (O´Connor, 1977). Segundo ele as despesas efetuadas pelo Estado possuem uma dupla função: ser *capital social* e ser *despesa social*. O primeiro item está dividido em dois sub itens: *investimento social* e *consumo social*. Ao primeiro cabe aumentar a produtividade, ampliando a taxa de lucro. Já os investimentos no consumo social visam a rebaixar o custo de reprodução do trabalho, aumentando também a taxa de lucro. Inserem-se na *despesa social* os custos relacionados com os projetos que garantam a paz e harmonia social (O´Connor, 1977).

Outro motivador para o desenvolvimento do Estado-Providência foi a própria ação do Estado enquanto instituição detentora de autonomia relativa[18]. Essa interpretação tem estado muito presente nas discussões contemporâneas.

> *Atualmente, a variável instituição tende a tornar-se incontornável nas pesquisas comparadas sobre o desenvolvimento dos Estados-Providência, criando uma corrente de pesquisa chamada neo-institucionalista [...] As instituições distribuem os papéis, impondo obrigações e deveres, definindo as expectativas em relação a outros membros. Elas contribuem para estruturar a ação pública.* (Mérrien, 1990).

[18] Acentuamos o termo *relativa* porque por nossa ótica o Estado não perde em essência seu caráter de classe.

Nesse contexto o desenvolvimento do *welfare* estará associado às estruturas, instituições e natureza de cada Estado que fará instituir-se sua burocracia no sentido de maximizar os seus interesses, que momentaneamente podem não ser os mesmos dos outros atores sociais. O Estado, sua burocracia e instituições interagem com os fatores exógenos e respondem aos mesmos a partir dos seus interesses e das necessidades a ele apresentadas,

> *...o Estado é uma organização que busca exercer o controle sobre determinado território, que estabelece relações geopolíticas de comunicação, dominação e competição com outros estados e que deve manter a ordem interna. Por esta razão os atores vinculados ao Estado, mais especificamente, as burocracias podem formular e perseguir objetivos próprios, que não são um reflexo nem um sub produto dos interesses organizados na sociedade na sociedade civil* (Arretche, 1995).

Faz sentido, portanto, concordar com a idéia defendida pelos institucionalistas ao afirmarem o desenvolvimento das políticas sociais do *welfare* como resultantes de políticas e formas de encarar as questões sociais anteriormente presentes e usuais no arcabouço institucional de cada país. É o chamado *policy feedback*, que corresponde à influência, ao retorno das ações políticas anteriores sobre as políticas futuras, levadas a efeito a partir das estruturas do Estado.

Essas são as questões que se percebem serem mais pertinentes no tocante a explicar o desenvolvimento do *welfare*. Como dissemos anteriormente não as percebemos como de ação isolada. O *welfare state* não se desenvolve apenas por que foi levado a isso pela mobilização de classe, ou por ser inexorável, necessário ao modo de produção do sistema capitalista no processo de acumulação e legitimação do capital. Muito menos seu desenvolvimento deveu-se aos interesses isolados de uma burocracia estatal que, de forma insular, age para maximizar seus

interesses ou simplesmente o seu desenvolvimento correspondeu a um processo natural e contínuo a partir do seu surgimento[19].

Esses três fatores atuam de forma integrada. Interagem em movimentos a partir do real, das condições concretas. Em determinado momento um ou outro contribuirá mais decisivamente. Por vezes os fatores somam-se, um incrementando as ações dos demais. Haverá momentos também em que os movimentos de uns tenderão a ser neutralizados pela ação dos outros e vice-versa.

Do ponto de vista deste estudo interessa reafirmar a relação dos movimentos de classe com o *welfare*. Como vimos, correntes analíticas importantes situam as mobilizações dos trabalhadores como um dos aspectos fundamentais para o seu desenvolvimento. Mais uma vez, portanto, consubstancia-se a hipótese de ser necessário considerar a classe trabalhadora quando do desmonte do modelo. Torna-se obrigatório incluir os trabalhadores no processo de desregulamentação do *welfare*. Mesmo que o processo de inclusão seja justamente para exclui-los como sujeitos autônomos de vontade. A inclusão excludente foi o processo utilizado na greve dos petroleiros de 1995.

1.2.4 Padrões

Os Estados de bem-estar originam-se de um rico processo de interação, com as mais variadas forças coabitando o mesmo espaço, incrementando-se ou diferenciando-se. Os Estados Providência apresentam-se extremamente variados. Existindo diversos tipos de cobertura; população alvo; níveis, intensidades e

[19] A última interpretação é uma leitura possível de ser feita em Marshal no seu *Política social (1965),* quando ao discorrer sobre a origem e desenvolvimento das políticas sociais faz afirmações do tipo: "*.. o movimento nunca cessa, [...] Colocou em movimento forças inerentes ao próprio sistema que levaram, por processos lógicos e naturais, à sua transformação em algo totalmente imprevisto e incomum" [...] a elaboração lógica dos princípios vitorianos e o crescimento natural das instituições [...] como o crescimento natural e evolução lógica do sistema"*.

tempo de duração da presença do governo nos diversos programas; tipos de benefícios e de contribuições.

Inicialmente, os estudos apontam apenas dois padrões analíticos: o *modelo bismarkeano* e o *modelo beveridgeano.* O primeiro, originário da Alemanha, caracteriza-se por ser seletivo e corporativo. De início beneficia apenas os operários em função da sua importância social. Destina-se à seguridade básica, com benefícios fixos e uniformes, independendo da renda dos seus segurados. Nesse modelo, o Estado não se responsabiliza sozinho pelos programas, sendo prevista também a contribuição de outras organizações como igreja, família, associações privadas e o próprio indivíduo.

O segundo modelo, o beveridgeano[20], surge na Inglaterra do pós-guerra. Esse plano funda-se em um tripé: pleno emprego, serviço nacional de saúde e abono família. Em essência, entendia ser obrigação do Estado a compensação dos indivíduos quando da perda de salário. Tencionava introduzir critérios mais universalistas. Os indivíduos seriam cobertos por um sistema uniforme e universal de seguro. Abole-se a comprovação de carência como forma de receber as pensões. O financiamento do sistema cabe a trabalhadores, empregadores e ao Estado (Faria, 1998).

Em 1974 Richard M. Titmus publica o *Social Policy*. *An Introduction*. Nessa obra, Titmus elabora uma das primeiras tentativas de classificar os vários tipos de políticas sociais, utilizando o método comparativo. Segundo sua classificação, tornada citação obrigatória nos diversos estudos a *posteriore*, existem três padrões de *Welfare*: *O Residual*, o *Meritocrático-Particularista* e o *Institucional Redistributivo*.

[20] T.H. Marshal, em *Política Social,* afirma que a Lei de Seguro Nacional, uma das três *vigas-mestras do Estado de Bem-Estar Social britânico,* está associada ao *liberal Beveridge* (obra citada).

O sistema *Residual* se caracteriza pela presença fugaz do Estado. O mesmo só intervém de forma periférica quando as organizações tradicionais como família e mercado não respondem a contento. Além de focada, a ação do Estado deve ser temporalmente limitada. Sua presença se dá apenas enquanto persistir a emergência. Os Estados Unidos configuram-se no modelo contemporâneo desse tipo de *welfare*.

No sistema *Meritocrático-Particularista*, a presença do Estado permanece de forma secundária, como no modelo anterior. O mercado é o espaço onde os indivíduos devem buscar suas provisões, mas dessa feita já se admite a existência de falhas nesse sistema, sendo necessária a intervenção do Estado. O exemplo seria a República Federal Alemã.

No tipo *Institucional Redistributivo*, o Estado é parte integrante do sistema não mais de forma periférica. Tem responsabilidades na produção (por sobre o mercado) e distribuição social dos bens e serviços. O Estado deve dotar-se de mecanismos que tornem universais os serviços sociais, como serviços essenciais públicos e gratuitos, possibilitando uma distribuição mais eqüitativa da renda. Os países escandinavos e a Inglaterra seriam os seus melhores exemplos (Draibe, 1989, Di Giovanni, 1998). Apesar dessa tipologia ser muito usada nos estudos do *welfare*, sofre críticas por seu esquematismo, na prática, é utilizada de forma dicotômica, ficando reduzida aos modelos Residual e ao tipo Institucional Redistributivo.

Em 1990, Esping-Andersen, ao publicar o *The Three Words of Welfare State Capitalism*, reconstitui de outra forma a tríade a partir do seu conceito de *desmercantilização.* Tornando-se desde então referencial para todos os que pretendem analisar os mais diversos tipos de *welfare*. Para esse autor "*a desmercantilização ocorre quando a prestação de um serviço é vista como uma*

questão de direito ou quando uma pessoa pode manter-se sem depender do mercado" (Esping-Andresen, 1991).

A temática da desmercantilização assume um papel fundamental na construção de tipologias de Esping-Andersen. Para ele os direitos sociais modernos possibilitam um afrouxamento no *status* de pura mercadoria no qual o homem foi transformado, a partir do momento em que os mercados tornaram-se *universais* e *hegemônicos*. O homem deixar de ser mercadoria é um movimento central para ele. A desmercadorização exerce também um papel político importante na medida, em que possibilita aos trabalhadores uma certa independência em relação ao mercado e aos empregadores

> *...a desmercadorização tem sido uma questão altamente controvertida no desenvolvimento do welfare state. Para os trabalhadores, sempre foi uma prioridade. Quando eles dependem inteiramente do mercado, é difícil mobilizá-los para uma ação de solidariedade. Como recursos dos trabalhadores espelham desigualdades do mercado, surgem divisões entre os que estão fora deste, dificultando a constituição de movimentos reivindicatórios. A desmercadorização fortalece o trabalhador e enfraquece a autoridade absoluta do empregador. É exatamente por essa razão que os empregadores sempre se opuseram a desmercadorização* (Esping-Andersen, 1991).

De posse do seu conceito, o estudioso constrói três tipos de combinações entre Estado, mercado e família. Um primeiro seria o R*egime Liberal*,

> *[...] em que predominam a assistência aos comprovadamente pobres, reduzidas transferências universais ou planos modestos de previdência social[...] É uma mistura de igualdade relativa da pobreza entre os beneficiários do Estado, serviços diferenciados pelo mercado entre as maiorias e um dualismo político de classe entre ambas as camadas sociais* (Esping-Andersen, 1991).

O resultado desse tipo de regime é promover pouca desmercadorização e seus exemplos *arquetípicos* são, principalmente, Estados Unidos, Canadá, Austrália e, de certo modo, a Grã-Bretanha.

O segundo R*egime* é o C*onservador*,

> *Aqui o legado estatal foi ampliado para atender a nova estrutura de classe 'pós-industrial'[...]; a previdência privada e os benefícios ocupacionais extras desempenham realmente um papel secundário. [...] seu impacto em termos de redistribuição é desprezível. [...] são moldados de forma típica pela Igreja e por isso muito comprometidos com a preservação da família tradicional. [...] o princípio de subsidiaridade serve para enfatizar que o Estado só interfere quando a capacidade da família servir os seus membros se exaure* (Esping-Andersen, 1991).

Nesse segundo regime estão países como Áustria, França, Alemanha e a Itália.

O terceiro modelo é o *Regime Social Democrata*,

> *[...] compõe-se de nações onde os princípios de universalismo e desmercadorização dos direitos sociais estenderam-se também às novas classes médias, [...] Nessas nações, a social democracia foi claramente a força dominante por trás da reforma social. [...] Os social democratas buscaram um welfare state que promovesse a igualdade com os melhores padrões de qualidade e não uma igualdade das necessidades mínimas, como se procurou realizar em toda a parte. [...] Esta fórmula traduz-se numa mistura de programas altamente desmercadorizantes e universalistas que, mesmo assim, correspondem a expectativas diferenciadas. [...] Este modelo exclui o mercado e, em conseqüência, constrói uma solidariedade essencialmente universal em favor do welfare state* (Esping-Andersen, 1991).

Para Esping-Andersen, a marca fundamental do regime social democrata é a garantia do pleno emprego. Este é um atributo inerente à filosofia do próprio sistema. Como o mesmo é altamente oneroso, é preciso distribuir com todos as suas despesas, e a melhor forma de isso ocorrer é quando a maioria trabalha e

apenas uma minoria fica sendo sustentada pelos programas sociais. Os países que melhor se enquadram nesse regime são os países Escandinavos, no norte da Europa.

Independentemente do tipo ou modelo escolhido, é perceptível o crescimento da rede de proteção social sobre os trabalhadores nos países do *welfare*. Crescem as garantias contra os infortúnios e ampliam-se os direitos. Nos casos mais avançados, os direitos independem inclusive da presença dos indivíduos no mercado de trabalho. Por outro lado, na crise do sistema, o capital precisa ter à disposição da sua reprodução o controle dos recursos que estão sendo disponibilizados socialmente, através dos diversos sistemas públicos, de seguridade e assistência social.

1.2.5 Limites a efetivação do w*elfare* no Brasil

Como salientado anteriormente, o Estado de bem-estar social foi uma realidade que se situou de forma bastante clara no núcleo da economia capitalista ocidental e mesmo nesses países, com grandes diferenciações, conforme explicitado nas *clássicas categorizações* de Titmus e Esping Andersen, problematizadas pelas posições das feministas Jane Lewis, Ann Shola Orloff e Siv Gustafsson[21]. Além de não extirpar a contradição fundamental entre capital/trabalho, fazendo brotar outras (Bihr, 1999), esse modo de regulação do Estado capitalista não conseguiu expandir-se de igual modo para a periferia do sistema.

Nas demais nações fora do núcleo central do capitalismo essa realidade praticamente inexiste, permanecendo a classe trabalhadora sujeita a condições abjetas do ponto de vista de direitos e garantias. O crescimento econômico dos

[21] Ver Lewis (1992); Orloff (1993); Siv Gustafsson (1994).

países centrais rebate, no Brasil, apenas na forma de industrialização (Cardoso de Mello, 1998). A política de substituição de importação, a partir da década de 50, caracteriza fase importante de desenvolvimento do país, impulsionado pela presença maciça do Estado na economia, dentro do modelo keynesiano de desenvolvimento. Entretanto, esse desenvolvimento, diferentemente do que ocorre no centro do capitalismo, não reduz as desigualdades, e contrariamente, aprofunda-as: "*Não é por acaso que o termo 'brazilianization' vai se tornando sinônimo de capitalismo selvagem*" (Cardoso de Mello, 1998).

No Brasil, desde a década de 30, a luta da classe trabalhadora e os interesses do Estado propiciam a alguns setores da sociedade um residual acesso à rede de proteção social. Trata-se, entretanto, de um fenômeno localizado e diretamente relacionado à presença da classe trabalhadora no mercado de trabalho. Ademais, o processo de construção de garantias para parte da classe trabalhadora não é linear nem acontece sem reveses. As ditaduras de Vargas de 1930 a 1945[22] e a posterior ditadura militar de 1964 a 1985 são momentos de ruptura na vida sócio-política e econômica do país. Nesses momentos, os trabalhadores são tolhidos em muitos dos seus direitos fundamentais e excluídos dos processos de decisão política. Essa situação negava por completo qualquer possibilidade de pacto *fordista* e Estado de bem-estar[23].

A modalidade de proteção existente no Brasil, assegurada apenas aos diretamente conectados ao mercado de trabalho, não conforma segundo Esping Andersen, o Estado de bem-estar. Conforme vimos, ao explicitar os variados tipos de *welfare* o autor tem por base o grau de *desmercadorização* da sociedade. Ao longo do processo de industrialização no Brasil, a *desmercadorização* da força de

[22] Sobre a relação Estado e classe trabalhadora na ditadura Vargas ver: Antunes, 1990; Araújo, 1994; Viana, 1989; Weffort, 1978; Saes, 1985.
[23] Os estudos de Marcio Pochmann abordando políticas salariais, renda e ocupação no Brasil denotam claramente essa impossibilidade. Ver: Pochmann, 1994 e 2001.

trabalho é praticamente zero, ou seja, inexiste, grosso modo, uma rede de proteção para aqueles que estão fora do mercado de trabalho. Mesmo os inseridos no mercado possuem graus de proteção bastante simples quando comparado à classe trabalhadora nos países de economias centrais. Por esse método de análise, não haveria no Brasil o Estado de bem-estar. Todavia, alguns estudiosos como Sonia Draibe (1989) identificam de alguma forma a presença do *welfare* por aqui.

A realidade de completa mercadorização da força de trabalho no Brasil só começa mudar com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF 88). Essa Constituição é o desaguadouro de parte importante das iniciativas da classe trabalhadora no Brasil. Na Constituinte, a ação dos trabalhadores e de seus representantes que vinha em um processo crescente de organização e presença político-social, desde as greves metalúrgicas de 1978, 1979, 1980 no ABC paulista[24], consegue inserir diversos elementos de desmercadorização, além de ampliar os espaços para os setores populares na sociedade; apesar da ferrenha oposição dos setores conservadores (Fagnani, 1997).

Na CF 88 dilatam-se os direitos, garantias e a rede de proteção social. Representando o ápice de um processo que vinha sendo construído de forma mais efetiva e substancial desde o fim dos anos 70. Nessa conjuntura, alguns setores da classe trabalhadora brasileira firmam um razoável espaço econômico, político e social. Dentre esses trabalhadores podemos listar os servidores públicos, setores de ponta da iniciativa privada (metalúrgicos, químicos, etc.), os petroleiros e trabalhadores de estatais.

As lutas travadas a partir do final dos anos 70, nas quais os petroleiros têm participação destacada, transborda para o conjunto da sociedade brasileira, encetam uma marcha de ampliação dos direitos sociais iniciando a conformação de um novo padrão de relação entre o Estado e a classe trabalhadora. São essas

[24] Sobre a greve no ABC ver: Abramo, 1999; Antunes,1992; Maroni, 1982; Sader, 1995.

mobilizações as responsáveis pelo alargamento dos espaços político-sociais ocupados pela classe. Dos movimentos articulados pelo o "N*ovo Sindicalismo*"[25], origina-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT)[26]. Apesar de não ter se configurado o *welfare* no Brasil, os trabalhadores conquistam dia após dia o direito à *fala*! Autonomizam-se enquanto sujeitos políticos (Sader, 1989).

1.2.6 Aspectos da crise do *welfare* e resistência dos trabalhadores

A crise do petróleo na década de 70 tem sido usada como marco nas mudanças que posteriormente colocam em xeque o *Estado-Providência*. A crise refletia o esgotamento do regime fordista de acumulação[27]. Os Estados reduzem sua capacidade de intervenção na economia à medida que ganha força o discurso do livre mercado. Inverte-se a ampulheta conceitual! A presença do Estado como agente regulador e propulsor da economia, os direitos dos trabalhadores e as políticas propugnadoras de uma maior eqüidade entre os cidadãos, transformam-se, nesse novo momento, em entraves ao crescimento da economia.

É preciso liberar o mercado das "amarras recessivas". A disputa mercadológica deve se dar de forma livre e no sentido mais amplo do termo. Competência e eficiência empresarial, em regra associadas a custos mais baixos, passam a ser metas diuturnamente buscadas. Entramos nos marcos da política neoliberal, balizada pelo *Consenso de Washington*[28], pela mundialização dos mercados, da produção e da financeirização da economia. A nova política cresce

[25] Ver: Antunes, 1995 Rodrigues, 1999; Boito, 1991; Mangabeira, 1993.
[26] Reflexo indubitável da presença crescente das classes trabalhadoras na arena política no Brasil é o PT ter-se tornado o maior partido de esquerda da América Latina e conquistar nas eleições de 2002, a Presidência da República.
[27] O esgotamento do fordismo seria fruto: a) da diminuição dos ganhos de produtividade; b) elevação da composição orgânica do capital; c) saturação da norma social de consumo; d) desenvolvimento do trabalho improdutivo.
[28] Batista Jr, 1994.

de forma avassaladora, esgarçando limites, desconhecendo as demarcações de fronteiras, degenerando os ordenamentos jurídicos dos Estados democráticos, e tornando cada dia mais frágil o sentido de nação[29].

Nessa conjuntura de crise e, para valorizar-se, o capital busca a reestruturação produtiva como alternativa. As empresas introduzem novas tecnologias, associam-nas às formas novas de gerenciamento conformando uma descontinuidade com traços de continuidade. Tudo é válido na medida em que se potencializam posições mais ou menos seguras no mercado.

Na tormenta em busca do lucro, os capitalistas procuram se reorganizar visando à recomposição da sua valorização e do controle político, ambos em queda pelo esgotamento do pacto fordista. Nesse momento as organizações dos trabalhadores tornam-se óbices aos novos rumos queridos e traçados. A orientação do capital é pela retirada de conquistas, direitos e garantias, pois,

> *... sob a pressão da crise estrutural, o capital não teve mais condições de oferecer qualquer ganho significativo ao interlocutor racional, mas ao contrário, foi obrigado a* ***retomar as concessões passadas*** *atacando sem piedade as próprias bases do Estado de bem-estar, bem como as salvaguardas legais de proteção e defesa do operariado por meio de um conjunto de* ***leis autoritárias contrárias ao movimento sindical*** (Mészaros, 2002)[30].

Encontra-se nesses fatos a explicação do brutal ataque sofrido por parte dos movimentos e das organizações dos trabalhadores nas duas últimas décadas do século XX. Na defesa dos seus interesses, não resta aos operários outra alternativa diferente da luta de resistência. Entre os embates travados no apagar das luzes do século passado, destacam-se as greves dos mineiros ingleses, dos aeronautas americanos e dos petroleiros no Brasil.

---

[29] Ver: Oliveira, 1988; Bihr, 1999; Ianni, 1999; Salama, 1999; Wallerstein, 1999.
[30] Grifo nosso.

À medida que, no âmbito internacional, essa forma de dominação do capital entra em crise e ele reorienta suas ações visando ao controle absoluto do mercado sobre a produção e serviços, devidamente acompanhado pela supressão de direitos dos trabalhadores, isso repercute no Brasil. Gestava-se aqui, guardadas as devidas proporções, de forma nascente e *hipertardia*, o ocorrido nos países capitalistas centrais, a saber, a presença central do Estado tanto na conformação de um sistema de proteção social assentado nos fundos públicos, como no controle de parte importante da economia através do sistema produtivo, financeiro e bancário estatais.

O desmonte do modelo alhures reverbera no Brasil, é o móvel para o governo comportar-se de forma repressiva e intransigente com os petroleiros. Menos pela força *incontrolável* do mercado, mais por opção dos setores dominantes na esfera estatal. Mais uma vez o Estado brasileiro em nome da acumulação capitalista, agindo pelo *alto*, busca cessar o dissenso, a política. Estão em jogo interesses para além de reajuste econômico pleiteado pelos petroleiros. Será o espaço da *fala* da classe trabalhadora que a política do governo FHC tenciona fazer calar.

1.2.7 Conclusões

Ao discorrermos sobre o *welfare* deixamos à margem algumas questões. Conceitos e autores a exemplo de Chico de Oliveira (1988, 1993) e seu conceito de *fundo público* poderiam ter sido incluídos na discussão. Apesar de sua análise inicialmente poder ser vista como inserida junto aos que analisam o *welfare* com conteúdo funcional, ela sem dúvida alguma enriquece a discussão ao permitir enxergar os aspectos novos que adquire a estrutura estatal a partir do Estado de bem-estar social. O mesmo pode ser dito sobre as elaborações extremamente

instigantes e atuais das feministas — Lewis, Orloff e Siv Gustafsson — que reivindicam a introdução das questões de gênero quando da formulação de tipologias, e das críticas que as mesmas fazem aos modelos atuais por não levarem em consideração esses aspectos, tornando limitados os alcances das formulações[31].

Não obstante essas reconhecidas limitações, a nossa intenção ao dissertarmos sobre o Estado de bem-estar foi situar sua importância para os interesses da classe trabalhadora. Pretendeu-se demonstrar a indelével relação entre os movimentos de classe e as origens, desenvolvimento e crise do *welfare*. Somos partícipes dos que advogam a sua inexistência no Brasil. Entretanto, as tentativas[32] de desconstrução do Estado de bem-estar nos países centrais, através da pragmática neoliberal, trouxeram repercussões para nós. Apesar de não terem usufruído dos ganhos do *pacto fordista*, em sua essência, os trabalhadores brasileiros vão ajudar a pagar a conta quando da sua desestruturação no centro do capitalismo internacional.

O sentido de trabalharmos o *welfare* na tese, não foi pela sua presença no Brasil, mas pelos efeitos da sua desconstrução nos países centrais e pelo seu sucedâneo, o neoliberalismo, este sim atinge de forma direta e com graves ressonâncias a classe trabalhadora brasileira. Na nossa hipótese, a greve dos petroleiros de 1995, suas repercussões e condicionantes traduzem, fenomenologicamente, a crise do pacto fordista em um país periférico, seu modelo de estado capitalista e a institucionalização de uma nova forma de controle e organização societal, o neoliberalismo.

---

[31] Obras citadas.

[32] Alguns estudos questionam a capacidade do neoliberalismo em desmontar o Estado de bem–estar. Ver: Conde, 2004; Laurell,1997.

1.3 A reestruturação produtiva do capital

Chama-se de reestruturação produtiva ao conjunto de transformações ocorridas a partir da base do sistema produtivo e de serviços do capital no final do século XX. As mudanças impactaram o conjunto societal, seja do ponto de vista técnico-científico e organizacional, seja no campo das relações sociais, resultando uma nova divisão internacional do trabalho[33]. No Brasil, a reestruturação ocorre notadamente em fins dos anos 80 e década de 90, com grandes transformações no corpo do sistema produtivo nacional e nas relações entre o trabalho/capital, significando, no tocante aos aspectos técnico-científicos, o aporte de novos equipamentos, tecnologias, instrumentação e novo *know-how*.

A reestruturação pela qual passou o sistema produtivo e de serviços, notadamente nas duas últimas décadas do século XX, foi complexa e multifacética alterando métodos, valores, conceitos e, ao mesmo tempo, configurando um novo regime de acumulação a serviço do capital. A reestruturação produtiva mobiliza transformações sem negar completamente a realidade anterior; mais do que isso, recria conceitos e metodologias que aparentemente estariam sendo abandonados pela reestruturação.

1.3.1 Mudam as formas, a essência se mantém

Os postos a partir dos quais, o capital em reestruturação, elege como prioritários a sua reprodução, sofrem mudanças de tal monta, que originam fenomenologicamente um *mundo novo*[34]. A relocalização industrial altera a

[33] Ver sobre o tema: Antunes, 1997; Harvey, 1999; Alves, 2000; Castells, 2000.
[34] Fundamentalmente as mudanças não significam necessariamente nenhuma mudança do ponto de vista das relações de produção. Relações que para nós continuam basilares para se analisar a sociedade e suas transformações.

geografia física, humana e econômica. Operários que antes usavam grossos fardamentos, hoje vestem finos jalecos; os grandes e grosseiros painéis de controle, cheios de luzes, setas, alarmes sonoros e visuais são substituídos por singelas telas de computadores imersos em ambientes esmeradamente limpos e organizados.

Em lugar das agências bancárias surgem os *homebanking*; o papel dinheiro gradativamente perde espaço para o cartão magnético. As antigas salas de controle são substituídas pelos Centros Integrados de Controle (CIC). Nas novas linhas produtoras de veículos, robôs e máquinas altamente automatizados estão a exercer e executar tarefas antes realizadas por mulheres e homens.

O uso de tecnologia de base microeletrônica e informática potencializa novos instrumentos e equipamentos. Permitem acompanhar, em alguns casos em tempo real, as variações e respostas dos diversos processos e máquinas. São analisadores de linha, Sistemas Digitais de Controle Distribuídos (SDCD), controladores inteligentes, máquinas de controle alfanumérico, fotocélulas, raio laser, isótopos radiativos, sistemas CAD/CAM, todos à disposição dos novos usos.

Uma série de inovações ocorridas na reestruturação produtiva adveio da objetivação no sistema produtivo das novas tecnologias computacionais, de informática, robótica e dos materiais. Esse conjunto de diversificações permite a redução, de forma avassaladora, do tempo e do espaço. Os movimentos das máquinas apresentam-se mais e mais precisos, a velocidade das comunicações e dos sinais transmitidos é, muitas vezes, instantânea. O tamanho, a dimensão, o peso dos instrumentos e equipamentos encolhem de forma abrupta, seguidos de perto da redução das resistências físicas possibilitadas pelo surgimento dos novos materiais, a exemplo das fibras óticas.

Se do ponto de vista técnico as possibilidades abertas são enormes, o mesmo pode ser dito no tocante às novas formas de administrar o trabalho e a produção. *Just in time*, *produção flexível*, *internalização*, *5 S*, *qualidade total*, *kanban*, *programas de qualidades*, *certificações*, *externalização*, *andon*, *GDP*, *trabalho em equipe*, *terceirização*, *empregabilidade*, *visão de conjunto*, *quarterização* são termos novos que surgem no *chão da fábrica*, importados grandemente da nação nipônica ou dela derivados. Signos novos, objetivados no real, na construção de novos valores materiais e imateriais introduzidos freneticamente no vocabulário societal.

As formas emergentes de gerenciamento do trabalho criam situações inusitadas para os trabalhadores em proporção parecida com as advindas em função das novas configurações no padrão tecnológico. Em alguns setores, as mudanças atuam de forma mais ou menos balanceada; parte delas ocorre em função das inovações tecnológicas e parte por conta de variações organizacionais. Em outros setores, as novas tecnologias dão a tônica das transformações. Existem ainda aquelas empresas nas quais as novas formas de administração são o elemento determinante das mudanças.

Os organogramas das empresas *liofilizam*-se[35] grandemente: funções são extintas, níveis hierárquicos são reduzidos. Ao tempo que investem na importância do coletivo, incentivando e mobilizando o trabalho em equipe, aprofundam métodos indutores das ações individualizadas, a exemplo dos salários variáveis e personalizados[36].

[35] O termo tem origem como técnica de separação físico-química. Consiste em um método de purificação a partir do qual se extrai o solvente usando baixa pressão e baixa temperatura. O solvente passa do estado sólido para o gasoso via sublimação. Tem sido utilizado por Antunes (1999, 2003) no sentido de expressar as bruscas mudanças ocorridas nas organizações em função da reestruturação do capital.
[36] Ver: Humprey, 1993; Leite, 1994; Gitahy e Bresciani, 1998; Druck, 1999; Alves, 2000.

1.3.2 A ciência como instrumento do capital

Para não cair no determinismo tecnológico, erro cometido por Jeremy Rifkin[37], é preciso inserir todas essas transformações no contexto sócio-econômico e político em que elas ocorreram. Não é a ciência nem suas descobertas ou construções a senhora dos destinos da sociedade. Trata-se de escolhas, de opções. Mesmo seus efeitos não se apresentam de *per si*. Desde o momento da separação do trabalhador dos seus meios de produção e da subjugação do valor de uso das coisas pelos seus valores de troca, o desenvolvimento dos meios de produção não está mais ligado ao desenvolvimento das necessidades humanas. Os meios de produção transformam-se em capital, implicando que os avanços científicos ocorridos a partir de então não terão mais como prioridade servir às necessidades humanas, pois são utilizados na medida em que servem ao *sistema do capital* (Mészaros, 2002).

A reestruturação produtiva, portanto, não é função apenas dos avanços científicos, ela ocorre como resposta do capital a mais uma das suas crises cíclicas de acumulação que, por sua vez, expressa-se no esgotamento do regime *fordista* de acumulação. Desde o início do século XX o modo de produção capitalista passa a organizar-se com base no *taylorismo/fordismo*, novo modo de controle do capital que alavanca um padrão de produção e consumo de massas.

> *O período de desenvolvimento do pós-guerra foi, indubitavelmente, preenchido, antes de mais nada, pela habilidade do capital em ativar imensos recursos humanos e materiais, anteriormente reprimidos ou latentes, em seus propósitos de auto-expansão, ampliando significativamente e intensificando as áreas de atividade econômica produtiva em todo o mundo, tanto pelo incremento da grandeza absoluta da força de trabalho quanto pela sua produtividade relativa* (Mészaros, 2002).

[37] Rifkin Jeremy, 1995.

Essa nova forma de organização/controle da produção, do trabalho e do consumo capitalistas consolida-se a partir da instauração de um novo desenho relacional entre o Estado, o capital e o trabalho, o *pacto fordista* avalisador do *welfare* dos países centrais. Não obstante o pujante crescimento ocorrido nesses anos; no final dos anos 60, no centro do capitalismo, o sistema passa a dar sinais claros de exaustão tanto do ponto de vista econômico como social.

> *As coisas tiveram que mudar dramaticamente, contudo, quando a própria "produtividade" crescente principiou a conflitar com a exigência de ampliação (ou mesmo apenas de manter estacionária) a força de trabalho* (Mészaros, 2002).

A crise se materializa em diversos planos: ecológico, cultural e de sociabilização pela incapacidade do capital de se valorizar e controlar o trabalho vivo dentro do regime existente. Faz-se necessária a reestruturação das bases sobre as quais a sociedade se organiza. Os custos do *welfare* não são mais passíveis de serem suportados pelo capital, sendo preciso desmontar o Estado de bem-estar. Como o desmonte significa a supressão de direitos sociais e trabalhistas, os administradores do capital presenciam a resistência por parte dos trabalhadores, que ao contrário, buscam ampliá-los. É preciso portanto desarmar a classe trabalhadora e suas organizações (Bihr, 1999).

Ideologicamente a derrocada do chamado "*socialismo real*" representa o fim de elementos subjetivos importantes para os trabalhadores na disputa com o capital dentro da reestruturação produtiva[38]. A *débâcle* desse modelo de sociedade leva com ele grande parte do discurso de justiça social, projetos coletivos, autonomização da classe trabalhadora e da correção da presença do Estado de forma central na economia. Isso não nega as críticas profundas, caústicas e procedentes já realizadas pela esquerda àquela forma de socialismo;

[38] Atingem mais precisamente, as direções das organizações e partidos trabalhistas.

entretanto, o seu colapso fortalece o discurso da *mão livre do mercado*, permitindo grassar avaliações do tipo *fim da história* (Fukayama, 1992).

Também não significa a impossibilidade de ocorrer a reestruturação caso o muro não ruísse, trata-se apenas da constatação que o fim da "*experiência socialista*" fortalece, ao menos momentaneamente, a reestruturação dentro da pragmática neoliberal, que se consolida econômica e ideologicamente. Primeiro, pela abertura das novas fronteiras do Leste Europeu para os investimentos capitalistas e segundo, por atingir de frente a subjetividade dos representantes trabalhistas e de suas organizações, pelo empobrecimento e incerteza quanto aos horizontes e perspectivas futuras. As saídas antes apresentadas como coletivas, para o conjunto da classe, ficam agora apenas no campo da individualidade, contribuindo para a

> *desconstrução ideológica do projeto socialista que deixou completamente desorientadas as forças política de esquerda em todo o mundo. A isso deve-se somar o fato de que, neste momento de absoluta hegemonia das idéias liberal-conservadoras, o movimento sindical sofreu o seu mais duro revés neste século, fragilizado pelo ataque simultâneo dos governo conservadores, da flexibilização dos mercados de trabalho e do aumento exponencial do desemprego* (Fiori, 1995).

No campo organizativo, os altos índices de desemprego no período contaram favoravelmente à reestruturação do capital. Historicamente, nos momentos de desemprego, os trabalhadores recuam. Afora a redução dos postos de trabalho de forma estrutural, surgem as técnicas de persuasão *toyotistas* baseadas no "*envolvimento participativo*" dos trabalhadores. Nos ambientes em que esses métodos não surtem efeitos, utiliza-se dos mecanismos históricos a serviço da burguesia. Transformam a questão social em caso de polícia: demitem, usam da truculência, do exército, etc. A repressão aplicada na greve dos petroleiros em 1995 e dos mineiros ingleses em 1984/1985 é um caso típico.

CAPÍTULO 2: ERA FHC: CONSOLIDAÇÃO DE UM NOVO REGIME DE ACUMULAÇÃO NO BRASIL

Take away my people, but leave my factories, and soon grass will grow on the factory floors. Take away my factories, but leave my people, and soon we will have a new and better factory (Andrew Carnegie).

2.1 Notas sobre nacional desenvolvimentismo e sua crise nos anos 90

2.1.1 Nacional desenvolvimentismo

O processo de acumulação capitalista no Brasil contemporâneo pode ser analisado de forma simplificada, a partir de três grandes ciclos econômicos. O primeiro estende-se de 1929 até 1945. O segundo inicia-se em 1945 indo até a década de 90, a partir do qual se inicia o terceiro ciclo. Apesar das variações se percebem alguns traços permanentes nesse processo ao longo dos anos, mais notadamente entre os anos 30 a 80, quais sejam: a) um rápido e continuado crescimento econômico; b) a presença dominadora do Estado como *condutiere* do processo; c) contumaz negação da *fala* à Classe Trabalhadora seja pela via do aliciamento, seja pelo uso da violência.

> *A formação da sociedade brasileira, se a reconstruirmos pela interpretação de seus intelectuais "demiúrgicos", a partir de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Machado de Assis, Celso Furtado e Florestan Fernandes, é um processo complexo de violência,* ***proibição da fala***[1]*, mais modernamente privatização do público,* (Oliveira, 1999).

Do ponto de vista do papel econômico desempenhado pelo Estado frente à sociedade brasileira, existe uma clara continuidade até os anos 80; entretanto, com a *crise da dívida,* o padrão de acumulação que vinha desde o *crack* de 29 começa a entrar em colapso, cobrando a necessidade de se reformar a função do

[1] Grifo nosso.

Estado. Na década de 90 as atribuições/obrigações do Estado sofrem uma redefinição, adequando-se ao formato neoliberal no qual a presença do Estado como condutor econômico é fortemente reduzida. A greve dos petroleiros em 1995 ocorre em meio, portanto, a uma reestruturação das atribuições do Estado e das suas responsabilidades como dirigente do processo econômico, social e político. Dentro desse contexto a greve na Petrobrás é uma mistura com um alto *poder calorífico* por varias questões: o setor de petróleo é o combustível por excelência da sociedade contemporânea; o maior acionista da companhia é o Estado, logo, compunha o setor produtivo estatal (SPE); Os SPEs, muito em voga no modelo de desenvolvimento anterior, sofrem nos anos 90 uma desconstrução. Toda essa combinação apontava para que a paralisação dos trabalhadores petroleiros não poderia ser nunca apenas mais uma greve, uma "*ordinary industrial dispute*," ela obrigatoriamente ganharia inteira configuração de disputa política, pois para além de diferenças no plano econômico, a greve envolvia projetos díspares de sociedade.

A nossa proposta nesse momento é trazer dados que fundamentem nossa afirmativa de que ao longo do seu desenvolvimento, a acumulação capitalista no Brasil, apesar dos diferentes momentos históricos, guardou traços de continuidade, condensados no papel do Estado, que serão reordenados profundamente durante os anos 90. As mudanças envolvem diretamente os trabalhadores, particularmente os que haviam conquistado a *fala*.

2.1.2 Década de 30

A crise do capitalismo internacional em 1929 vai significar uma ruptura no padrão de acumulação que, ao cabo, trará a derrocada do padrão ouro e da hegemonia inglesa. A crise desarticula as economias centrais que entram em depressão. O comércio e as finanças internacionais se desmantelam dificultando os mecanismos de articulação interimperialista, ocasionando maiores graus de liberdades para as economias dependentes. A dimensão e profundidade da crise impedirá ao seu término a volta ao passado, ao anterior padrão de consumo e investimento (Cano, 2000).

A crise de 29 encontra nossa economia baseada na exportação do café. Apesar das restrições à compra desse produto que surgem no mercado internacional em função da conjuntura, a nossa produção cresce e continuará aumentando até 1933. Então desponta a questão: O que fazer com o excedente produzido? Deixar o mercado por si só resolver a questão significaria a quebra do setor e, portanto, de toda a economia que dele era dependente. O preço do café cai 60% enquanto a nossa taxa de câmbio cai 40% no mesmo período. A queda cambial compensava em certa medida a redução nos preços do café, a tendência dos produtores seria colher, para não perder tudo, mas ao continuar colocando café em um mercado já saturado o preço cairia ainda mais recomeçando o ciclo negativo. O usual nas crises cíclicas do setor cafeeiro até então era repassar para a

coletividade os prejuízos. E essa mais uma vez foi a saída encontrada. O governo resolveu comprar o excedente de café a preço mínimo e queimá-lo (Furtado, 2001).

Ao fazer a opção de proteger o setor cafeeiro, o Estado manteve a economia funcionando pelo aquecimento do mercado interno, pois o prejuízo causado pela queima do café era menor do que a renda produzida internamente. Nesse mesmo tempo se eleva o preço dos importados em função da depreciação cambial e cresce a procura de bens de capital como conseqüência da expansão do mercado interno. Esses dois fatores irão favorecer a produção industrial endógena destinada a substituir importações, concorrendo para o crescimento da economia. Em um primeiro momento o crescimento da produção de bens de capital se fará a partir do uso da capacidade instalada ociosa e, no segundo momento, com a ampliação do parque produtivo pela utilização do acúmulo de capital ocorrido no próprio setor e da apropriação de capital que se desloca do setor agroexportador[2]. A saída encontrada pelo Estado para defender o setor cafeeiro fomentou a renda nacional e ao final da década de 30 a nossa economia está mais diversificada com a produção industrial passando a ser o fator dinâmico principal no processo de criação da renda. Esse movimento possibilita o Brasil quebrar um ciclo de dependência do mercado externo, que tornava nossa economia dependente de impulso externo. A dependência nos fazia crescer com o estímulo externo e se

[2] A produção industrial cresceu 50% entre os anos de 1929 a 1937 e a produção primária para o mercado interno cresceu 40% (Furtado 2001).

deprimir com a sua redução pela contração da renda monetária e seu reflexo no aumento do desemprego e da capacidade ociosa (Furtado, 2001).

As mudanças estruturais levadas a efeito pelo Estado para superar a crise dos anos 30 deixaram marcas indeléveis na nossa economia, que irão aflorar durante a economia de guerra no decênio posterior. Um dos rebatimentos dessas alterações será observado sobre a taxa de câmbio que passará nos anos 40 a influenciar a nossa economia de forma diferente da década anterior. Até a crise de 29, como tínhamos uma economia fundamentalmente exportadora de matérias-primas, era desprezível a concorrência entre produtores internos e importadores, nesse caso a taxa de câmbio não tinha grandes influências. Entretanto, durante o esforço de guerra, o centro dinâmico da economia não é mais o setor exportador é mercado interno. Na medida em que o mercado interno é setor que puxa a economia, a concorrência interna ganha relevância e, nesse caso, a taxa de câmbio tem influência decisiva.

A industrialização por substituição de importação durante os anos 30 ocorreu pela elevação relativa dos níveis dos preços dos importados. Caso se mantivesse o câmbio sujeito às condições de mercado, poderia vir a ocorrer uma valorização da nossa moeda. A melhoria do câmbio teria como conseqüência a retração das vendas para os produtos destinados ao mercado interno, em função do aumento da procura de bens importados, além de provocar dificuldades para as vendas externas, portanto, para o setor exportador como para o setor ligado ao

mercado interno se tornava impraticável a manutenção da taxa de câmbio flutuante. Em oposição a esses interesses havia uma possibilidade concreta de sobrevalorização da nossa moeda, como resultado do acúmulo de saldos positivos da balança de pagamentos, resultante da situação de guerra e da crescente liquidez internacional de divisas.

Como as flutuações na taxa de câmbio significavam instabilidades incompatíveis com uma economia centrada no mercado interno, "*Perdia-se, assim um dos mecanismos de ajuste mais amplos de que dispunha a economia e ao mesmo tempo um dos instrumentos mais efetivos de defesa da velha estrutura econômica com raízes na era colonial*" (Furtado, 2001) e, como era inexeqüível a utilização do padrão ouro, fazia-se necessário encontrar uma outra forma de garantir a estabilidade cambial. A saída encontrada pelo governo brasileiro foi fixar a taxa cambial a um nível de preços que guardava identidade com os valores da década anterior (anos 30), que haviam sido rebaixados para equilibrar a balança de pagamentos. Essa decisão irá favorecer aos setores ligados ao mercado externo, mas não apenas os tradicionais, pois como a estrutura de procura do mercado internacional havia se modificado, a nova realidade cambial provocou fortes mudanças internas, privilegiando os setores que produziam para esses novos mercados. Em função dessas circunstâncias, a decisão de fixar a taxa cambial servirá para manter o nível de renda monetária, cumprindo o mesmo

papel que a compra do excedente de café jogou no período anterior[3] (Furtado 2001).

2.1.3 Os anos de guerra

Entre 1937 e 1942 houve elevação em torno de 35% da renda monetária criada no setor exportador e se reduziram em torno de 43% as importações provocando um acúmulo de reservas. A acumulação monetária, a baixa produtividade e a conseqüente utilização plena da capacidade produtiva foram os responsáveis pela alta generalizada de preços que atinge a economia brasileira nos anos de guerra[4]. Mas afora os desequilíbrios e sacrifícios os anos de guerra abririam novas oportunidades ao projeto nacional de desenvolvimento autônomo. Antes mesmo de se recuperarem da depressão, os países centrais se envolvem na guerra reduzindo suas capacidades de controle sobre o comércio internacional. Além disso as restrições impostas ao comércio pelo ambiente de guerra nos obrigaram a produzir aqui no Brasil, peças de reposição e máquinas antes importadas. Avançamos na siderurgia e química, muitas vezes ajudados nessa empreitada pelo próprio Estados Unidos interessado em ter bases logísticas,

[3] O índice de preços de exportação cresceu em 75 por cento, entre 1937 e 1942, sendo, portanto, muito forte o estímulo externo. Ora, como o *quantum* das exportações no mesmo período reduziu-se apenas em 25 por cento, ainda que a taxa de câmbio houvesse baixado de 20 para 15 cruzeiros por dólar, a renda monetária criada pelo estímulo externo não se teria reduzido. Ao conservar a taxa de câmbio estava-se, na realidade, incrementando a renda monetária do setor exportador, em um momento em que a oferta de produtos importados se havia reduzido em mais de 40 por cento (Furtado 2001).

[4] Entre 1940 e 1943 a quantidade total de bens e serviços à disposição da população no território nacional aumentou apenas 2%, enquanto o fluxo de renda se incrementou em 43% (Furtado, 2001).

tendo-se assim, cerca de 15 anos de expansão e diversificação (Cano, 2000; Tavares 2000).

2.1.4 O pós-guerra

Entre os anos de 1944 a 1949 a inflação ocasiona uma crescente elevação nos preços internos sem conseqüente paridade com os preços de importação. O encarecimento da produção endógena quebraria o equilíbrio que havia possibilitado a industrialização por substituição de importação desde o início dos anos 30. Associado à inflação, com o fim da guerra ocorre um crescimento das importações em função da regularização da oferta externa. O crescimento das importações apesar de poder servir ao controle da inflação, era incompatível com a nossa capacidade de pagamento, além de causar prejuízos a nossa produção industrial.

Em função da crescente inflação e da elevação do nível das importações, restava ao governo dois caminhos: desvalorizar significativamente o câmbio ou controlar seletivamente as importações. O Estado brasileiro optou pela segunda alternativa que, não obstante se destinar inicialmente ao controle de preços internos, serviu em última análise, para incrementar ainda mais o processo de industrialização. Ficando nos marcos do controle de preços, a liberação da importações deveria se voltar para itens do setor de bens de consumo acabados,

mas a opção não foi essa, o governo resolveu liberar apenas a importação de matérias-primas e bens de capital.

O caminho escolhido fortaleceu a industrialização, beneficiada duplamente seja pela reserva de mercado que a protegia da concorrência externa, seja pela elevação dos preços internos em relação ao preço das matérias-primas e bens de capital. Ao mesmo tempo em que crescia internamente o preço dos seus produtos a indústria comprava insumos e máquinas no mercado externo a preços quase constantes. Esse movimento permitiu ao capitalismo brasileiro crescer captando renda no mercado internacional e transferindo para o mercado interno. O crescimento do setor industrial não se circunscreveu apenas aos seus limites, teve rebatimento no conjunto da economia. O aumento da produtividade na indústria possibilitou uma baixa relativa dos preços dos produtos industrializados que ficaram mais acessíveis à crescente massa de trabalhadores incorporados à produção industrial que se concentrava nas cidades, fruto de uma precoce e rápida urbanização (Furtado, 2001; Cano, 2000).

No pós guerra o Brasil é pressionado pelos EUA, no sentido de retornar a políticas econômicas ortodoxas, na qual a prioridade deveria ser a nossa "*vocação agrícola*", sem controle cambial ou de comércio. Em síntese, anunciava-se a volta ao velho liberalismo pré-29, de forma a não causar óbices aos interesses norte-americanos. As pressões americanas conseguem algum intento durante o governo Dutra, mas novamente a conjuntura internacional nos ajuda. O enfrentamento

"*leste-oeste*" na conhecida *Guerra Fria*, somado à guerra da Coréia e as guerras no norte da África desviam as atenções dos EUA que afrouxam mais uma vez seus instrumentos de controle. O resultado é que as políticas liberalizantes sofrem um forte revés durante o segundo governo de Vargas, no qual avançamos na industrialização pesada[5].

Com Vargas o Estado mais uma vez é chamado a suprir as deficiências do capital privado nacional e o desinteresse do capital internacional. Incrementou-se a indústria pesada e outros setores tais como: "*petróleo, aço, produtos químicos básicos, infra-estrutura, bancos, transportes, energia e telecomunicações*" (Cano, 2000). Foi criada com a presença direta do Estado a Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Álcalis, a Petrobrás e o BNDE. Esse projeto de desenvolvimento autônomo tem um breve interregno, em função da morte de Vargas, mas será retomado pelo plano de Metas de JK e pelo II PND de Geisel (Tavares, 2000).

2.1.5 O Plano de Metas e o II PND

Não obstante a 2ª Guerra Mundial ter consolidado a hegemonia americana, nos anos 60 a Europa e Japão, já recuperados da guerra, disputam com os EUA os

[5] Cardoso de Melo (1992) chama atenção para o fato de estarmos continuamente atrasados no processo de industrialização em relação ao padrão tecnológico internacional, "*Levamos cem anos, de 1830 a 1930, para imitar a inovação fundamental da Primeira Revolução Industrial, o setor têxtil. E noventa anos, de 1890 a 1980, para copiar os avanços da Segunda Revolução Industrial*".

mercados mundiais. Os anos compreendidos entre o fim da segunda guerra mundial e o início dos anos 70 assistem o mais longo e extraordinário crescimento nos países ricos. Estes anos ficaram conhecidos como os *trinta gloriosos*, conformadores do *pacto fordista*, que tornou possível a existência do *welfare state* no centro do capitalismo. Nesse contexto, a re-divisão internacional do trabalho no mundo capitalista transforma os países em desenvolvimento em áreas de expansão para o sistema produtor de mercadorias. A antiga dicotomia entre produtores de matérias-primas versus produtores de manufatura avança para produtores de manufaturas de consumo versus produtores de manufaturas de bens de produção.

A conjuntura de crescimento nos países ricos provoca a saída de capitais produtivos e financeiros para a periferia, para os chamados países em desenvolvimento, ávidos por investimentos visando a dar prosseguimento ao seu processo de industrialização. Os excedentes financeiros e creditícios à disposição do mercado darão inicio nesses anos à crescente financeirização da economia internacional (Cano, 2000).

O Brasil foi um dos que melhor aproveitou esses investimentos para incrementar seu parque produtivo de maior complexidade, a exemplo dos transportes, equipamentos elétricos, petroquímica, entre outros, consolidando no fim desse período a indústria com maior integração na América Latina. A continuidade no processo de industrialização brasileiro associada à urbanização

fará "*andar a fila para frente*" se constituindo no principal amortecedor das contradições advindas de um processo de desenvolvimento excludente, que ao não resolver a questão agrária, possibilita conformar um mercado de trabalho frouxo, concorrendo para superexploração da força de trabalho e gerador, por conseguinte, de uma brutal desigualdade social (Henrique, 1999).

O crescimento da indústria entre os anos de 1955 a 1961, no Brasil, concentrou-se nos setores de transporte, material elétrico e de comunicações ficando em segundo plano a indústria de alimentos e têxtil, refletindo-se com isso a desigualdade na distribuição das riquezas. Mais uma vez o avanço do capitalismo no Brasil não se fez pela autonomia da burguesia nacional. O Estado comandou o processo a partir de um forte núcleo industrial estatal, cabendo papéis complementares à burguesia brasileira e ao capital forâneo

> *O cerne do projeto "nacional-desenvolvimentista" mantém-se ancorado no Estado e desdobra-se com eixos claros de acumulação de capital e de ocupação do espaço territorial. O BNDES, a Petrobrás, e suas encomendas à industria naval e ao setor de bens de capital; a siderurgia, em conjunto com a mineração e a metalurgia de Minas Gerais, com o desdobramento regional dos projetos da Vale do Rio Doce e o sistema hidroelétrico e de construção rodoviária foram os núcleos estratégicos que deveriam dar apoio à burguesia industrial nacional durante três décadas. Esta por sua vez, depois de ter um papel complementar na montagem do Plano de Metas, deveria ser fortalecida mais tarde no II PND* (Tavares, 2000).

Durante o Plano de Metas do governo JK, o avanço do capital privado industrial foi alavancado a partir da indústria pesada pela continuidade da política de substituição de importações. São Paulo concentrou a montagem de complexos industriais, fundamentalmente o metal-mecânico, que abrangia da indústria automobilística a indústria naval. Nessa fase não ocorreram grandes investimentos de capitais estrangeiros. O capital americano permaneceu concentrado no complexo agroindustrial e mesmo o crescimento do capital europeu e japonês se deu muito mais pelo reinvestimento dos lucros que obtinham em suas filiais já instaladas do que pelo aporte de capitais novos. Nesses anos ocorre de forma considerável a expansão do mercado interno consubstanciado pela articulação entre o complexo metal-mecânico de material de transporte com o sistema de infra-estrutura, particularmente energia e transporte rodoviário. Essa expansão consolida dois elementos basilares da burguesia nacional, quais sejam: as construtoras e os bancos brasileiros, que se fortalecem na medida em que se interioriza o desenvolvimento tanto pela edificação da nova capital, Brasília, como pelas construções de barragens e estradas (Tavares, 2000).

A política de substituição de importações, apesar dos percalços, tem prosseguimento após o golpe de 64. O Estado permanece como indutor do desenvolvimento criando para isso fundos públicos a partir da contribuição compulsória dos trabalhadores (FGTS, PIS-PASEP). Os recursos acumulados eram repassados à iniciativa privada nacional via o BNDES. O financiamento do

crescimento industrial endógeno foi feito até o início dos anos 70 sem a presença significativa do capital estrangeiro. Os custos da industrialização ficaram a cargo basicamente dos bancos nacionais. Entretanto, apesar do fortalecimento por que passou o sistema financeiro nacional notadamente durante a administração de Delfim Neto no Ministério da Fazenda (1968), nunca se conseguiu uma articulação entre empresas e bancos, características do capitalismo organizado na Europa e Ásia[6]. O sistema bancário e de crédito, não conseguindo se constituir enquanto um verdadeiro capitalismo financeiro, limitou-se a servir de intermediário entre as empresas brasileiras e o sistema financeiro internacional (Tavares, 2000).

O processo de endividamento externo foi iniciado de forma privada por Delfim e teve continuidade no governo Geisel, já na sua forma estatal. Essa modalidade de financiamento foi uma das contradições do general Presidente, pois ao tempo em que propugnava um desenvolvimento autônomo e de longo prazo via o II PND, atrelava essa política a liquidez internacional extremamente fugidia. O Estado brasileiro, por se ressentir da existência de um capital financeiro privado nacional, buscou nessa fase financiamento externo visando a dar continuidade à política de industrialização por substituição de importação notadamente a indústria pesada resultante da segunda revolução industrial. Com Geisel houve um notável crescimento da capacidade produtiva das indústrias

[6] Sobre a característica organizada do capitalismo e a relação capital financeiro/capital industrial nos países centrais, ver Tavares, 1993.

pesadas, de insumos e de bens de capital. Observa-se tanto no plano diplomático quanto no plano industrial uma tentativa concreta de dar continuidade a um projeto de nação autônoma a partir de uma concepção autoritária.

Não obstante as intenções manifestas no II PND, a modalidade de financiamento utilizada deixou a economia brasileira refém das oscilações da liquidez internacional. A contradição entre o projeto estatal e o liberalismo econômico, no tocante ao endividamento externo, mostrar-se-á incapaz de superar os problemas que se iniciam em fins de 1979 quando os EUA elevam suas taxas de juros na chamada "*diplomacia do dólar forte*". De acordo com Carneiro (2002) os Estados Unidos com essa ação buscam, através da área financeira, recompor a hegemonia perdida nos campos tecnológico e comercial. A elevação dos juros fez triplicar a dívida externa brasileira, empurrando o país para o interior da chamada *crise da dívida externa*, que se caracterizou por uma radical redução do financiamento externo pelo lado dos países ricos e pela busca de *superávits* comerciais e adoção de políticas monetárias e fiscais restritivas, pelo lado dos países em desenvolvimento.

> *Com o início da subida dos juros nos EUA, aumento da inflação e das desvalorizações cambiais, muitas empresas e bancos privados que haviam contraído dívida externa e que tinham liquidez em moeda nacional, entre 1978 e 1979, resgataram suas dívidas em moeda estrangeira, pagando-as com moeda nacional a seus governos, que por sua vez, assumiram aquelas obrigações externas. [...] Ao processo de*

> *passagem de passivos externos do setor privado para o público deu-se o nome de ´estatização da dívida externa´* (Cano, 2000).

Segundo Cano, (2000) a estatização da dívida externa tem como contrapartida o aparecimento de uma considerável dívida pública interna, criando um imbricamento das duas dívidas em um processo de auto alimentação. O Estado brasileiro com baixa credibilidade para fazer frente à dívida era obrigado a negociá-la a juros cada vez mais altos, o que ampliava ainda mais sua dívida e causava inflação. Nos anos 80, com a reestruturação dos países centrais, o capital financeiro começa a retirar-se do Brasil e tem início a pressão pelo pagamento dos juros do endividamento comandada pelo FMI.

Carneiro (2002) explica que o esgotamento do financiamento externo deu origem, a partir de 1979 e mais profundamente em 1981, a um movimento inverso no fluxo de capitais, com os países em desenvolvimento transferindo recursos líquidos para os países centrais. Na década de 70 houve continuada absorção de recursos do exterior em função de *déficits* comerciais permanentes, na década seguinte os *superávits* comerciais serão responsáveis pela constante transferência de recursos para o exterior. Entre os anos 1980 e 1989, apesar de realizar um *superávit* de transações correntes de US$ 32,3 bilhões, houve um acréscimo nas reservas de apenas US$ 2,3 bilhões. Para conseguir realizar essas transferências visando a pagar o serviço e amortização parcial da dívida externa, a

política adotada pelo Estado brasileiro passou a ser de contração drástica da demanda interna

No Brasil "*Durante a segunda metade da década de 1980, vários programas de estabilização de inspiração heterodoxa foram postos em prática com vistas a eliminar a inflação e a restaurar a credibilidade da moeda*" (Carneiro, 2002). Apesar de breves altercações os resultados não foram satisfatórios. A recessão, o desemprego e a hiperinflação foram uma constante durante todos esses anos, caracterizando-os pela estagnação da economia com um crescimento do PIB entre os anos de 1980 a 1989 em torno de 2,0%, daí o codinome de "*década perdida*" (Carneiro, 2002).

A regra dos planos era combinar juros altos e restringir o crédito líquido interno, visando a atrair capital externo a partir do endividamento público. O ambiente de debilitamento fiscal, com constantes socorros financeiros a instituições privadas, associados aos crescentes subsídios e incentivos ao setor privado, levou ao esgotamento o Estado nacional desenvolvimentista, a partir do qual o Brasil vinha construindo desde os anos 30 um caminho de gestão econômica autônoma (Cano, 2000; Tavares, 2000).

2.1.6 O Estado *benefactor*

Asseverou-se inicialmente que o desenvolvimento do Brasil, ao longo de cinco décadas (1930 a 1970), guardou ao menos três traços de continuidade quais

sejam: o rápido crescimento, a presença do Estado como *condutiere* e a contumaz negação da *fala* das classes subalternas. Se durante esses anos o crescimento nem sempre foi contínuo, havendo alguns pequenos interregnos, o mesmo não pode ser dito quanto aos outros dois traços, pois o Estado sempre teve presença central no desenvolvimento, oscilando apenas quanto ao maior ou menor uso de instrumentos autoritários. A nossa formação desde sempre tem se caracterizado pela violência, negação da política e anulação do dissenso. Tudo isso em um processo dirigido por um executivo forte e centralizador que produziu, geriu e financiou a acumulação do capital. Um poder controlado a partir do executivo e da burocracia estatal, que fragiliza os partidos políticos e faz subsumir os conflitos de classe no aparelho de Estado.

As mudanças operadas na sociedade brasileira ao longo desse tempo se dão pelo *alto*[7], muito distantes do povo, não obstante não se tratar também de revolução burguesa na sua forma clássica, pois a burguesia brasileira de acordo com Fernandes (1981) assume o processo econômico sem rupturas revolucionárias, não conseguem romper com as estruturas latifundiárias nem tão pouco consegue se autonomizar em relação ao imperialismo. Agindo em grande medida em uma correlação de seus interesses às vontades do capitalismo internacional, a burguesia brasileira sempre esteve atenta a qualquer possibilidade de ampliação dos espaços públicos em favor das classes populares, pelo que a sua resposta é dada através dos golpes; isso ocorreu de forma mais pronunciada em 1964.

A ditadura de Vargas se caracteriza pela presença de um Estado forte, centralizador e empreendedor que implementa um projeto de desenvolvimento a partir do controle das demandas do operariado. O Estado é o *tertius* na disputa entre capital e trabalho. Vargas traz a disputa para o interior do aparato estatal,

[7] Ver: Viana, 1978.

através da criação de uma legislação trabalhista protecionista entre os anos de 1931 a 1943. A contrapartida da legislação trabalhista foi a criação de uma legislação sindical, visando a controlar os ímpetos das organizações operárias, limitando-as nas suas ações e aspirações. O conflito inerente às relações entre capital e trabalho foi regulado de forma tão detalhada, que cabe a afirmação de que os sindicatos eram parte do aparato Estatal. A normatização legal desse período consolidou um sistema de relações industriais altamente dependente do Estado e reforçou o assistencialismo (Cardoso, 1999). A resultante desse processo foi uma estrutura sindical fragmentada e descentralizada que obstaculou e mesmo proibiu a organização horizontal e a organização por local de trabalho. A busca da *harmonia social* desses anos vai significar, *roubo da fala*, anulação da política enquanto:

> *...reivindicação da parcela dos que não têm parcela, a da reivindicação da fala, que é portanto, dissenso, em relação aos que não têm direito às parcelas, que é, portanto, desentendimento em relação a como se reparte o todo, entre os que têm parcelas ou partes do todo e os que não têm nada* (Oliveira, 1999).

Ao fim da Segunda Guerra a vitória das forças aliadas cria um ambiente internacional que torna insustentável a permanência da ditadura no Brasil. Entre os anos de 1946 a 1964, o Brasil respirara ares mais democráticos. Não obstante a existência de fortes limitadores à livre expressão da *fala*, ampliam-se os espaços para as classes trabalhadoras e suas organizações. Um exemplo claro desses limites foi a decretação da ilegalidade do Partido Comunista em 1947, após esse partido conseguir quase 10% dos votos na eleição presidencial de 1945 e ter elegido diversos parlamentares pelo Brasil afora. Outro momento que marca de forma indelével a tentativa de silenciar a *fala* foram às manobras que redundaram no suicídio de Vargas em 1954. Como essas ações não tiveram a capacidade de fazer cessar a busca cada vez maior dos despossuídos por maior espaço no

cenário político, econômico e social do Brasil, foi dado o golpe de 64 (Oliveira, 1999).

A ditadura militar de 64 significou uma brutal anulação da *fala*, que só voltaria a se manifestar de forma mais pronunciada quase vinte anos depois. O golpe foi a forma encontrada pela burguesia para recompor um novo bloco no poder. Apesar de não existir antes de 64 uma situação pré-revolucionária, existia uma situação potencialmente pré-revolucionária. À incapacidade histórica da burguesia de realizar sua hegemonia se somou um crescente movimento de massas. No campo a expressão maior desse movimento era as Ligas Camponesas, que segundo Oliveira (1999), não podem ser medidas por sua capacidade de travar a luta armada com o latifúndio, mas porque "*deram a fala, o discurso, capaz de reivindicar a reforma agrária e des-subordinar o campesinato, após longos séculos, da posição de mero apêndice da velha classe dominante latifundiária*". Já nas cidades o movimento de massas se organiza e mobiliza em torno das *Reformas de Base.*

Segundo Antunes (1992), visando a frear as movimentações do campo e da cidade armou-se o golpe de Estado, um movimento contra-revolucionário que ao intensificar a forma de dominação autocrática reordenou o bloco no poder. Saía-se de uma ditadura dissimulada e paternalista para uma ditadura aberta e rígida. Foi o início de uma forma particular de Estado *bonapartista*[8], que para reordenar as forças do capital irá agir política e economicamente, buscando se autonomizar, distanciar-se das classes, em mais uma transformação pelo *alto*. Em meados da década de 70 o modelo econômico começa a dar sinais de esgotamento, evidenciando o solapamento das bases materiais do poder ditatorial. Mais uma vez será preciso rearrumar o bloco no poder.

[8] Na crise surge o *tertius* que de fora, de forma reacionária ou progressista intervêm. Ver Gramsci, 1991.

A crise econômica atinge a materialidade da sociedade civil, repercutindo na política. Isso provocou a distensão e em seguida a abertura, ou seja, a auto-reforma do poder. Buscava-se transitar de forma controlada do Estado *bonapartista-militarizado* para o Estado *autocrático-burguês* institucional, porém o que não estava previsto nesse processo regulado por cima, foi o desabrochar de um elemento novo, agudo e intenso sob a forma de ação operária reivindicativa. As lutas operárias travadas no ABC paulista, pelo *Novo Sindicalismo* no final dos 70 e início dos anos 80, contra a superexploração e pelo direito à *fala*, fará agudizar a crise que porá fim a mais uma ditadura e restabelecerá, mesmo que de forma limitada, o direito ao dissenso (Antunes, 1992; Oliveira 1999). Esse processo de reconquista da política originará um movimento sindical reivindicador e contestador. Será a partir dele e contribuindo para o seu alargamento, que encontraremos os petroleiros e suas organizações sindicais. O movimento dos trabalhadores do petróleo é peça importante na nova conformação sindical. Os seus sindicatos crescem e se organizam *pari passu* com a consolidação do *Novo Sindicalismo* e, na mesma medida, terá que "*ser desorganizado*" quando, em função da implantação da pragmática neoliberal consolidada durante o governo FHC, o modelo de Estado que vinha perdurando desde 30 é *des*-montado. A nova ordenação estatal e suas diferentes relações com o conjunto societal atingem em cheio o movimento operário. A greve dos petroleiros de 1995 é expressão fenomênica dessas transformações, menos como ponto de partida, mais como ponto de chegada.

2.2 Da heteronomia à conquista da fala

2.2.1 Novos atores entram em cena

Entre o fim dos anos 70 e durante os anos 80, ocorre no Brasil um pujante crescimento dos movimentos sociais e de forma particular o sindical. O Brasil então estava na contra mão da história, visto que, na maioria dos outros países, ocorria um grande refluxo das lutas sindicais. Após 14 anos de regime militar são retomadas, de forma massiva, as greves operárias. As lutas que surgem no ABC paulista se espraiam por todo o Brasil. O processo de organização e luta dos trabalhadores, iniciado em São Paulo, adquire a denominação de Novo Sindicalismo (NS)[9]. Não obstante a polêmica que subjaz a esse denominação, os limites e horizontes das lutas, organizações e lideranças vinculadas a esse processo[10]

> *Diria que na contabilização da década, seu saldo foi muito positivo. Houve um enorme movimento grevista; ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; deu-se continuidade ao avanço do sindicalismo rural, em ascenso desde os anos 70; houve o nascimento das centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983; procurou-se, ainda que de maneira insuficiente, avançar nas tentativas de organização nos locais de trabalho, debilidade crônica do nosso movimento sindical; efetivou-se um avanço na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado; verificou-se um aumento do número de sindicatos, onde se sobressai a presença organizacional dos funcionários públicos; houve aumento nos níveis de sindicalização, configurando-se um quadro nitidamente favorável para o novo sindicalismo ao longo da última década* (Antunes, 1997).

---

[9] Almeida (1975) foi uma das primeiras estudiosas a utilizar essa expressão na academia brasileira. No âmbito internacional Hobsbawm (1988), destaca que o uso do termo "novo sindicalismo" remonta à década de 1880, portanto dentro de um contexto completamente diferente do brasileiro.

[10] Não é objetivo desse trabalho explicitar todos os elementos presentes na discussão que envolve o conceito *Novo Sindicalismo*. Diversos artigos e obras tratam dessa discussão. Ver: Antunes, 1995 e 1997; Boito 1991, 1999; Mangabeira, 1993; Rodrigues, 1999; Blass, 1999; Santana, 1999; Sader, 1995; Rodrigues, Leôncio, 1970 e 1991; Almeida, 1975; Cruz, 2000; Véras, 2002. Foi considerando essas leituras e outras a serem citadas que o presente texto foi construído.

Ademais, associado a todas essas questões, a reemergência do movimento dos trabalhadores faz, segundo Santana (1999), estremecer os arranjos políticos da transição para o regime democrático, que iam sendo pensados sem eles, uma transição *conservadora*, *pelo alto*, uma "*transição transada*", conforme O'Donnel (1988). A entrada em cena de novos atores irá concorrer para ampliar e democratizar o espaço público, que desde 1964 só conhecia por motivo díspares, os militares e os estudantes. A classe trabalhadora ganha o *status* de sujeito político coletivo. Demandam e são demandados pelos poderes constituídos. Passam a negociar diretamente seus interesses endógenos na contenda com outros representantes de classes ou frações dessas. São movimentos que deslocam os trabalhadores, no sentido da superação da heteronomia, *de classe em si em classe para si*.

Dois momentos são particularmente elucidativos quanto ao alargamento do espaço público conquistado pelo NS. O primeiro data de 13 de novembro de 1988, quando o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, sob a presidência de Luís Marinho, promove na sede do sindicato um ciclo de debates em defesa do emprego. A discussão foi dividida em dois momentos; o primeiro trata de "*Alternativas em defesa do emprego no ABC*"; dele participaram os prefeitos da região e o prefeito de Belo Horizonte. O segundo momento discutiu "*Alternativas em defesa do emprego no Brasil*" dessa segunda mesa participaram como debatedores: os governadores do Rio Grande Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, Olívio Dutra (PT), Anthony Garotinho (PDT), Mário Covas (PSDB reeleito) respectivamente. Afora esses, participaram ainda Luís Inácio Lula da Silva, presidente de honra do PT, José Carlos Pinheiro Neto, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) e Vicente Paulo da Silva (Vicentinho), presidente da Central Única dos Trabalhadores. A abrangência do tema explicita o caráter do evento e o grau de publicização e

legitimidade política conquistada pelos trabalhadores. Conseguem trazer para discutir na sede do seu sindicato mandatários maiores de diversos estados da federação. Discutem não apenas os seus interesses imediatos, digo do ABCD, mas avaliam saídas para a questão do emprego no âmbito nacional.

O segundo momento elucidador dos novos papéis conquistados pelo NS foi a presença dos trabalhadores nas câmaras setoriais durante o governo Collor/Itamar. Os trabalhadores que sequer eram ouvidos em suas reivindicações específicas, passam a poder opinar sobre as políticas industriais. A presença de sindicalistas nesse fórum tripartite, envolvendo governo, empresários e trabalhadores, é motivo de vasta polêmica seja na academia, seja entre dirigentes sindicais. Alguns analisam esse processo de forma positiva como a incorporação do dissenso[11], ao contrário da anulação política perpetrada anteriormente[12]; outros vêem as câmaras setoriais como um processo de "*acomodação dentro da Ordem*[13].

Do ponto de vista do estudo sobre a greve dos petroleiros de 1995, ora desenvolvido, interessa destacar que, diferentemente da exclusão política que era impingida aos trabalhadores, durante os *anos de chumbo da ditadura*, é irrefutável a conquista do espaço público por parte dos trabalhadores. Nesse cenário que se descortina, um novo sujeito coletivo se torna interlocutor legítimo de suas aspirações no campo econômico, político e social. Negociam diretamente com patrões privados e públicos. Os petroleiros são protagonistas desse processo, estão juntos aos metalúrgicos, bancários e, em seguida, aos servidores públicos das diversas esferas. Estes trabalhadores dão o tom das ações, ajudando a

[11] Ranciere (1996) discute a política como espaço para o dissenso para as discordâncias. Ao se negar o conflito, está se anulando o outro, a diferença, é portanto a negação da política.
[12] Segundo Oliveira (1997) "*o acordo parecia-se, em muito, com modalidades experimentadas na constituição do Welfare State e aproximava-se por vezes da co-gestão alemã*". Ver ainda Oliveira, 1993.
[13] Antunes 1997. Ver ainda sobre câmaras setoriais: Véras, 2002; Arbix , 1996; Boito 1994; Franco, 1993a, 1993b;

conformar um emergente espaço público, no qual novos atores ganham visibilidade. Durante os anos 90, esse quadro irá se modificar completamente. A reestruturação do capital em curso no centro do capitalismo mundial, desde o final dos anos 70, atinge o Brasil. Poderíamos afirmar que o *ponto de viragem*[14] foi a derrota de Lula para Fernando Collor nas eleições presidenciais. A partir daí se inicia a desconstrução de todo um o modelo societal no qual o NS havia se conformado[15]. Durante o governo Collor, a implantação da política neoliberal é feita de forma *atabalhoada*, com idas e vindas, sofre interrupção com o *impechament* do presidente, mas inegavelmente ficam as bases que são retomadas com toda força durante o governo de Fernando Henrique. A consolidação dos conceitos e práticas neoliberais na gestão de FHC se caracteriza, entre outras coisas questões, pelo estreitamento dos espaços públicos, pela negação da *fala* às classes subalternas. Esse movimento atinge em cheio o movimento sindical. A *nova* política visa a roubar-lhes a legitimidade. Como não podia ser diferente, os sindicatos de petróleo terão também que ser retirados de cena. Desse ponto de vista, interessa agora trazer breves elementos sobre como se processou a construção do chamado novo sindicalismo.

2.2.2 A retomada dos movimentos

Após o golpe militar de 1964, no Brasil foi erigido um Estado que se fundamentava pela negação da política enquanto espaço do dissenso. Todas as vozes dissonantes ao regime de arbítrio foram caladas. Utilizaram intervenções em entidades de classe, cassações de mandatos, prisões, torturas e mortes.

[14] Conceito da química analítica que denomina o final de uma titulação clássica. O *ponto de viragem* se caracteriza pela mudança de cor ou formação de precipitado colorido. Ele ocorre no momento exato em que se extingue uma das substâncias presentes inicialmente na solução.

[15] Desde a saída de Dílson Funaro no governo Sarney já há indícios da política neoliberal, mas somente ganham concretude com Collor.

Tentativas de resistência eram implacavelmente destroçadas. A ditadura não permitia a menor possibilidade de conflito. Os generais presidentes respondiam a qualquer contestação à ordem com repressão. Esse foi o exemplo das greves de Contagem e Osasco/MG em 1968 e da intervenção no Sindipetro-BA em 1968. Apenas em fins 1973, com a anticandidatura a Presidente da República de Ulisses Guimarães e do seu vice Barbosa Lima Sobrinho, a sociedade brasileira começa encontrar caminhos "*legítimos*", para expressar sua discordância àquele tipo de Estado. Os *anticandidatos emedebistas* discursam pelo Brasil, denunciando as práticas autoritárias e defendendo o retorno ao Estado de Direito. Nas eleições do ano seguinte (1974) o MDB conquista uma grande votação. É a primeira grande manifestação pública contra o arbítrio. O partido de oposição é o desaguadouro do descontentamento social que, naquele momento, ganha maior relevo, em função dos problemas econômicos resultantes, entre outras questões, da crise do petróleo.

Alguns estudos dão conta de que as greves operárias iniciadas em maio de 1978 em São Bernardo, alastrando-se em seguida pela grande São Paulo, "*não surgiram do ar*" Rodrigues (1997) ou como "*uma coisa solta no ar*" Negro (1999); denotariam, na verdade, uma insistente tentativa de resistência dos trabalhadores. Seriam fruto de um "*continuado*" trabalho em meio a todas as tentativas de solapamento das lutas por parte dos gerdames militares. Em consonância com essas interpretações, ocorre, em 1974, o primeiro congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (SMSB), no qual são aprovadas as reivindicações de: contrato coletivo, liberdade sindical e uma legislação trabalhista garantidora dos seus direitos fundamentais, entre outras bandeiras.

As grandiosas assembléias realizadas em fins dos anos 70, no Estádio da Vila Euclides em São Bernardo, são a demonstração clara da disposição dos novos personagens, ávidos por adentrar o espaço político, desejosos de

retomarem sua *fala*. Das greves do ABC à Constituição Federal de 1988, na qual são consagradas diversas bandeiras históricas dos trabalhadores[16], deu-se um rápido crescimento. No nascedouro do movimento se encontra um grupo de novos dirigentes sindicais, a saber, Luis Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (SMSB), Benedito Marcílio presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Henos Amorina, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Marcelo Gatto e depois Arnaldo Gonçalves na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia (Sader, 1985).

Foi importante a presença dos movimentos populares e dos setores de esquerda da Igreja Católica, *instrumentalizados* com a teologia da libertação, na construção do NS. O trabalho da Igreja progressista, via as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), politiza o dia a dia dos trabalhadores em seus locais de moradia, transforma os bairros em locais de articulação operária (Rodrigues 1991). A politização dos bairros chega às fábricas e os problemas da superexploração e tirania nas fábricas chega aos bairros. Essa interação leva os trabalhadores ligados às CEBs a atuarem nos sindicatos normalmente como oposições. Conjuga-se uma articulação entre os diversos movimentos sociais: das donas de casa contra a carestia, dos operários e movimentos comunitários.

Do ponto vista institucional, um marco foi a realização, em julho de 1978, do V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais. No congresso estão presentes Luis Inácio Lula da Silva, do SMSB; João Paulo Pires de Vasconcelos, do Sindicato de Metalúrgicos de João Monlevade; Arnaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e Hugo Peres, da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo. Esse grupo passa a ser conhecido como grupo dos

[16] Rodrigues (1997) afirma que não obstante os avanços inegáveis presente na CF de 1988 "*reivindicações históricas do sindicalismo-CUT não foram contempladas: o primeiro exemplo é o da própria estrutura sindical*."

autênticos e, a partir de então, se organiza, mantendo sempre diferença com um outro conjunto que agrupava os dirigentes sindicais direta ou indiretamente vinculados a partidos políticos, em especial o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em 1980, ocorre um outro evento de grande significação, que foi o chamado *Encontro de João Monlevade* (MG), realizado no sindicato dos metalúrgicos dirigido por João Paulo Pires. Nesse encontro estão também lideranças de pastorais operárias, de movimentos populares, das oposições sindicais. É a junção dos sindicalistas com os movimentos sociais e militantes católicos, em uma articulação muito pouco comum historicamente. Nesse encontro defendem: democratização da estrutura sindical, fim da CLT, contratos coletivos, liberdade e autonomia, convenção 87 da OIT, direito de greve, negociação direta entre patrão e empregado. Criticam a ditadura e defendem uma sociedade mais democrática. Dão ênfase à participação e movimentação das bases. À medida que os fóruns de discussão crescem, aprofundam-se também as diferenças já presentes entre os participantes do V Congresso da CNTI em 1978. Os sindicalistas ligados ao PCB, PCdoB, MR8 e antigos pelegos[17] se unificam em torno da denominação "*Unidade Sindical*" e os demais se articulam em torno de denominações como *Independentes*, *Combativos* e *Autênticos*.

Ainda em 1980, ocorre o encontro em Taboão da Serra. Participam juntos, mais uma vez, sindicalistas, movimentos sociais e militantes católicos. As discussões postulam a necessidade da unidade entre os movimentos sociais e sindicalismo. Discute-se a fundação da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais - ANAMPOS. Seus documentos destacam como imperativo: a necessidade de unificar as lutas dos trabalhadores no campo; a

[17] Termo pejorativo que identifica os trabalhadores a serviço dos patrões. Os assim denominados normalmente não fazem greves nem participam das mobilizações articuladas pelos sindicatos ou trabalhadores.

criação de um partido político capaz de contribuir para a libertação das classes populares; defesa da reforma agrária; eleições diretas em todos os níveis; liberdades políticas; direito de greve. Esse encontro teve forte influência da Igreja que, por concepção, buscava construir uma organização que fosse capaz de articular o conjunto dos movimentos sociais e não apenas o sindical. Nessa articulação deveriam estar presentes os clubes de mães, associações de favelados, os grupos de loteamentos clandestinos, comunidades de base, grupos de luta pela terra, associações de bairros e sindicalistas (Rodrigues, 1991).

Em paralelo às articulações pela fundação da ANAMPOS, ocorriam encontros das oposições sindicais. Na ponta de lança desse movimento, encontra-se a oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo (OSMSP). Em abril de 1979, a OSMSP realiza seu primeiro Congresso. Como desdobramento, realiza-se nos dias 10 e 11 de maio do ano seguinte (1980), o Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS). Em seguida, realiza-se entre os dias 13 e 14 de novembro, na cidade de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES). Dele participam as oposições e direções de sindicatos combativos. A articulação dos ativistas nas oposições sindicais foi causa importante no rompimento dos *autênticos* com os militantes da *Unidade Sindical*, pois enquanto os últimos viam a organização das oposições sindicais como fator de divisão do movimento, os primeiros, ao atuar junto ao ENTOES E ANAMPOS se fortaleceram enquanto bloco, o que veio a viabilizar a fundação da CUT (Rodrigues, 1991; Rodrigues, 1997).

2.2.3 Surgem as centrais sindicais

Os anos 80 foram de muita efervescência social e política. Encontros e seminários pululam em diversas partes do país, capitaneadas pelas organizações

sindicais do sudeste. Os trabalhadores contribuem com suas ações para ampliar as contradições políticas e econômicas do regime. Entre os anos de 1981 e 1982[18], apesar de haver um certo refluxo do ponto de vista das greves e lutas mais massivas, em função do recrudescimento da situação econômica, manteve-se na ordem do dia o trabalho organizativo em busca da reconstrução de entidades representativas dos trabalhadores, sejam de cunho sindical, seja político partidária. Em 1981 ocorre a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em 1983 é fundada a CUT; em 1986 é fundada a CGT e em 1980 é fundado o PT.

Em agosto de 1981, em um processo[19] bastante concorrido, acontece em Praia Grande, São Paulo, a CONCLAT com a presença de 1.126 entidades e 5247 delegados[20]. Apesar das divergências, o evento elege unitariamente, em chapa única, uma Comissão Nacional Pró-CUT, formada por 56 sindicalistas rurais e urbanos, que teriam a responsabilidade de convocar para o ano de 1982 um novo congresso, visando à criação da CUT. Entretanto as diferenças de posições se agudizam[21] e o congresso de 1982 é adiado para agosto de 1983. Em agosto a

[18] Em 1983 a greve dos petroleiros de Paulínia e da Relam ocorrida em julho contribuiram para por fim ao refluxo do movimento.

[19] Segundo Rodrigues (1991), a organização do I Conclat contou com a organização prévia de 17 ENCLATS que ocorreram nos estados. Havia quatro grandes correntes em disputa: 1) a primeira tendência se denominava *unidade sindical*, aglutinava militantes do MR8, PCB e PCdoB. Defendiam moderação nas ações sindicais para não colocar em risco a política de abertura dos generais, opunham-se a construção do PT e buscavam alianças com os setores de oposição aglutinados em torno do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No tocante às relações sindicais e trabalhistas, defendiam a autonomia frente ao Estado, mas não a liberdade sindical, opunham-se à Convenção 87 da OIT e ao fim do imposto sindical; 2) O segundo grupo denominado de *autênticos* era composto por sindicalistas independentes do ponto de vista partidário, sem experiência política no pré 64, mas que vinham nos últimos anos organizando greves e se confrontando com o Ministério do Trabalho, já tendo sido alguns deles, inclusive, cassados. Do grupo fazem parte Lula e outros; 3) O terceiro grupo era composto pelas oposições sindicais com destaque para OSMSP. De composição ideológica heterogênea, aglutinavam posições *obreiristas* bastantes radicais. A maioria desses militantes tinham ligações com a igreja; 4) O quarto e minoritário grupo era formado por militantes de extrema esquerda, ativistas que compunham pequenos grupos de ideologia leninista.

[20] Será o primeiro e último momento que reúne todas as correntes políticas atuantes no movimento sindical até a eleição de Lula à Presidência da República.

[21] As diferenças diziam respeito à unicidade sindical, participação e papel das oposições sindicais, o papel das federações e confederações na futura CUT, contribuição sindical, papel e oportunidade da greve geral.

maioria da comissão resolve adiar por mais 60 dias a realização do Conclat. Os setores mais à esquerda da comissão Pró-CUT, discordando de mais um adiamento resolvem manter a data mudando o local de São Paulo para São Bernardo. O Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, também denominado de (CONCLAT), realiza-se entre os dias 26 e 28 de agosto de 1983 em São Bernardo. Nesse Conclat é aprovada[22] a fundação da CUT.

O bloco de sindicalistas, organizados em torno da Unidade Sindical, que não participam do I Conclat organizado pelos autênticos, convoca para o mês de novembro de 1983 o seu Congresso Nacional da Classe Trabalhadora também o denominando de CONCLAT, ao final do qual aprovam a criação de uma Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora sob a sigla (CONCLAT). Essa coordenação em 1986 se transformará em central, denominando-se Central Geral dos Trabalhadores (CGT)[23]. A CGT aglutina os sindicalistas ligados ao MDB, PCB, PCdoB, MR8, pelegos reciclados, e do "*sindicalismo de resultado*"[24]. São mais moderados, repudiam a convenção 87 da OIT e não defendem a greve geral. Em 1988, a CGT adota a denominação de Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

A CGT, por sua grande heterogeneidade, tem dificuldade de conduzir um programa comum e sofrerá diversos rachas. Em janeiro de 1988, ao serem

---

Segundo Santana (1999) uma outra diferença pouco destacada diz respeito ao enfrentamento à ditadura, os autênticos, somados às oposições sindicais, defendiam o combate aberto, a partir de ações sindicais e o segundo bloco evitava o enfrentamento.

[22] São aprovadas também bandeiras como: rompimento dos acordos com o FMI, reformulação da CLT, direito de greve, estabilidade no emprego, redução da jornada do trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário, direito a sindicalização dos funcionários públicos, fim das leis de exceção, reforma agrária sob controle dos trabalhadores, não pagamento da dívida externa; autonomia dos sindicatos frente ao Ministério do Trabalho, liberdade de organização partidária, anistia, convocação da Assembléia Nacional Constituinte; eleições diretas para Presidente; direito de organização no local de trabalho.

[23] Caderno de resoluções do II Conclat. ano I, nº 1, abril, São Paulo: 1986.

[24] O "*sindicalismo de resultado*" era comandado por Luís Antônio Medeiros, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Antônio Rogério Magri, Presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. Ele defende explicitamente a economia de mercado, as privatizações, abertura comercial e financeira.

derrotados em uma Plenária da CGT, os sindicalistas ligados ao PC do B abandonam a reunião e formam, em abril do mesmo ano, a Corrente Sindical Classista (CSC)[25]. A partir daí, a CSC inicia um processo de aproximação da CUT, incorporando-se em seguida à mesma, no IV Congresso dessa central, realizado em setembro de 1991. Em maio de 1989, durante seu segundo congresso, a CGT sofrerá mais um racha. Dessa feita a disputa foi entre os partidários de Magri e de Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo (SMSP). O grupo de Joaquinzão perde a disputa da presidência para Magri e convoca novo congresso para setembro do mesmo ano; nesse congresso, é fundada a Central Geral dos Trabalhadores, mantendo a mesma sigla CGT. Existirão, portanto, duas CGTs, uma controlada por Magri, outra por Joaquinzão (Rodrigues, 1991; Antunes, 1995).

Ainda como resultado das diferenças existentes na CGT, ocorre em março de 1991, em São Paulo, o congresso de fundação de mais uma central, denominada Força Sindical (FS). Esta central se mostra detentora de maior fôlego do que as predecessoras CGTs. Apesar de apoiada no sindicalismo de Estado, assume-se como "*moderna*", uma alternativa entre o peleguismo conservador da USI[26], das CGTs e do radicalismo da CUT. A sua maior base de sustentação na fundação foi o SMSP e seu presidente, o Luís Antonio de Medeiros. A FS terá um "*ativo papel no processo de constituição da hegemonia neoliberal*" (Tropia, 2002). Suas lideranças aderem à agenda neoliberal, defendem as políticas de privatizações, de desregulamentações do mercado de trabalho e se posicionam contrários às lutas sindicais que visavam a resistir à sanha voraz do capitalismo neoliberal. Um dos grandes exemplos desse tipo de comportamento foi a

[25] Documentos do III Congresso da CSC, realizado entre os dias 25 e 27 de janeiro de 1996.
[26] A União Sindical Independente, criada em 1985, em São Paulo, diferentemente das CGTs e CUT, não surge da divisão da antiga CONCLAT. De comportamento moderado, se denomina apolítica. Tem uma abrangência limitada ao setor do comércio (Rodrigues, 1991).

campanha desenvolvida pela FS contra a greve dos petroleiros em 1995. Os dirigentes da FS assumiram a linha de frente nas críticas e articulações contrárias à greve, tendo por álibi uma pesquisa de opinião feita pelo SMSP, e divulgada por eles, a qual apontava que 77,13% dos entrevistados eram contra aquele movimento. De acordo com Antunes (1995), a Força Sindical e o sindicalismo de resultados adotam política "*perfeitamente inserida na onda neo-liberal que penetrou também no movimento sindical em nosso país*".

2.2.4 O *fazer*-se do Novo Sindicalismo

A retomada das lutas dos trabalhadores, iniciada em maio de 1978, na região do ABC paulista, se inicia no setor moderno da economia brasileira, nas grandes unidades industriais, geralmente multinacionais, e depois se espalharão por todo o país. Houve dois núcleos centrais, a partir dos quais se propagam as ações; quais sejam, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (SMSB) e a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSMSP). A esse núcleo são agregadas novas lideranças como os bancários do Rio Grande do Sul, sob a direção de Olívio Dutra, e os petroleiros de Paulínia, comandados por Jacó Bitar. É a junção de um novo padrão de ação sindical, presente no SMSB, com a prática de organização dos militantes na base existente na OSMSP.

O crescimento das atividades sindicais acontece de forma surpreendente, fruto entre outras questões de: a) um operariado de formação recente, sem os temores e vícios do pré-64; b) os novos ativistas sindicais, na sua grande maioria, não haver militado no período anterior ao golpe, portanto, eram menos visados pelos órgãos de repressão da ditadura; c) a estrutura sindical existente no pré-64 está intacta e é utilizada pelos novos atores; d) utilização de novos métodos de mobilização e relação com as bases.

O NS centra o foco de suas ações sobre os problemas existentes no chão de fábrica; busca soluções para as reivindicações imediatas da classe, mobilizando a partir dos conflitos típicos do processo de trabalho. Combatem o despotismo gerencial, as relações discriminatórias entre gerentes e operários e a exploração do trabalho. Os dirigentes sindicais realizam manifestações nos portões das fábricas[27], vão ao encontro dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, compensando a pouca presença desses nas sedes dos sindicatos. Fazem crescer o número de filiados, buscando através desses a sustentação econômica e política de suas entidades. Defendem a criação das Comissões de Fábrica, que deveriam se dedicar às Organizações por Local de Trabalho (OLT). Buscam abandonar as práticas isolacionistas e de cúpula que tanto rejeitavam.

O NS tenciona inovar nas suas ações. Aprimoram-se os meios de comunicação entre as bases e as direções. O uso de carros de som nas portas das unidades industriais e a distribuição de boletins informativos às categorias se tornam freqüentes. Algumas bases produzem informativos diários, que trazem notícias com questões específicas da categoria, abordam questões gerais e mesmo algumas matérias de utilidade pública. Politizam as atuações dos cipeiros e incentivam que seus filiados entrem com ações na Justiça do Trabalho de forma coletiva ou individual, visando a fazer avançarem os direitos. Utilizam atividades lúdicas nos locais de moradia e nas sedes dos sindicatos, muitas sedes são transformadas, nos fins de semana, em locais de apresentações artísticas e pontos de encontro. Busca-se politizar o cotidiano de vida e trabalho. Defendem métodos mais democráticos e transparentes nas relações das direções sindicais com os trabalhadores. Mesmo sem anuência do Ministério do Trabalho (MT), tencionam dotar os estatutos das entidades de mecanismos que ampliem a transparência e a democracia na relação com as bases. Combatem a tutela do Estado e procuram

[27] Esse movimento também ocorre nas portas das agências bancárias, prédios públicos, etc.

romper com as políticas salariais restritivas, negociando diretamente com os patrões, utilizando-se para isso das greves como forma de obter negociações coletivas ao nível das empresas[28].

A CUT é a central que encarna toda essa série de novas formulações e práticas do NS. Fundada no congresso de São Bernardo, recebe a contribuição militante e intelectual dos " '*combativos', (do ex-bloco dos autênticos), das oposições sindicais, da esquerda católica, e dos pequenos grupos de esquerda de orientação marxista leninista" ou trotskista*" (Rodrigues, 1991). A esse primeiro grupo se juntam militantes do PDT, PCdoB, e independentes. A CUT, de tal modo, se tornou a maior e mais representativa central de trabalhadores do Brasil. Adotando uma postura claramente de esquerda, a CUT abriga em seu interior uma interessante diversidade de concepções. Essas diferenças estão, desde o nascedouro da central, em disputas. As bandeiras e concepções em debate podem ser acompanhadas, de forma bastante simplificada, através das resoluções aprovadas e embates travados nos seus diversos congressos.

O I CONCUT se realiza em 1984, em São Bernardo do Campo, e contou com 5.620 participantes. Os participantes, entre outras questões, criticaram a pouca presença da central na campanha das "Diretas JÁ" e da necessidade de se radicalizar no enfrentamento a CONCLAT. O II CONCUT se realizou no Rio de Janeiro, entre os dias 31 de julho a 3 de agosto de 1986, no qual houve a presença de 5.564 delegados. O ponto alto desse congresso foi a CUT adquirir contornos claros anticapitalistas, assumindo-se como entidade de luta por uma sociedade

[28] Como ressaltamos anteriormente, existe uma polêmica instalada no seio da academia e na militância sindical quanto às mudanças e inovações trazidas pelo N*ovo Sindicalismo*. Apesar de ser unânime, entre os pesquisadores, de que houve grandes transformações, alguns advogam que nem tudo foi inventado, mas tratou-se em alguns casos da reintrodução, a partir de um novo contexto histórico, de práticas já existentes, mesmo que as mesmas não tivessem a abrangência e profundidade que adquirem nesse novo momento. Para alguns analistas, o *Novo Sindicalismo*, apesar do grau de transformação que enseja, não pode ser entendido simplesmente com uma ruptura, como conceitos e práticas sindicais absolutamente inovadores em detrimento de outras existentes no pré-64, que seriam populistas, cupulistas e de Estado.

socialista. Essa posição representou a força crescente da esquerda socialista no congresso. Nesse congresso o setor majoritário tentou incrementar mudanças estatutárias, que visariam a dotar a central de uma organização mais formal, mais verticalizada, mais de acordo com as exigências *celetistas*. Esse setor, apesar de não conseguir aprovar todas as suas propostas, deixa patente o desejo de reduzir a presença das oposições sindicais e de elastecer o prazo entre os congressos, que passariam a ocorrer a cada três anos e não de dois em dois como acontecia[29].

O III CONCUT ocorre entre os dias 7 e 11 de setembro de 1988 em Belo Horizonte. Foi o maior de todos os congressos com 6.218 delegados. A disputa maior travada foi sobre a mudança nos estatutos. O campo majoritário conseguiu efetivar muitas das alterações estatutárias que não conseguiram no congresso anterior. As mudanças de estatuto em curso, desde o II CONCUT, e de forma mais radical no terceiro congresso, refletirão na composição dos delegados presentes e, por conseqüência, nas resoluções do IV CONCUT, realizado em setembro de 1991. Para muitos esse congresso simbolizou o fim de um ciclo[30].

> *A trajetória da Central Única dos Trabalhadores desde sua fundação até o seu terceiro congresso nacional realizado em 1988, representou o período de sua construção e afirmação, cuja fase mais movimentista, libertária, socialista e conflitiva enfim, heróica, encerrava-se com o III CONCUT* (Rodrigues, 1997).

[29] Após o II Congresso, ficam bem definidos os campos da Articulação Sindical, da CUT pela Base e da Convergência Socialista. Se nesse congresso a esquerda da CUT ganha impulso, ele significa também um acirramento das disputas internas. Nessa disputa a Articulação Sindical e seus aliados irão de congresso a congresso construindo sua maioria.

[30] Galvão (2002), discute as *ambigüidades e contradições* na postura da CUT nos anos 90. Por sua leitura a central mantém o discurso crítico e classista, em meio a práticas que *despolitizam e desmobilizam*.

2.2.5 O movimento grevista

O crescente ciclo de greves, uma das grandes marcas do *Novo Sindicalismo*, segundo Noronha (1991), realizou um feito sem precedentes na história dos conflitos brasileiros, sendo

> *... o principal instrumento de redefinição das relações de trabalho no Brasil e de reconquista de um espaço político para os sindicatos [...] por fim, elevaram os sindicalistas ao status de interlocutores válidos dos governos. [...] De fato a greve foi um instrumento de conquista de reivindicações específicas (principalmente salariais), mas jamais deixou de ter ao mesmo tempo duas dimensões políticas: a inserção dos trabalhadores como atores da transição política brasileira e pressão pela evolução das relações de trabalho...* (Noronha, 1994).

Do final dos anos 70, quando surgem no ABC, até os anos 90 quando entram em declínio, as greves crescem em número de setores envolvidos, em número de horas não trabalhadas e avançam do operariado privado para os serviços públicos e para os assalariados médios. Deixam de ser apenas greves de empresa, atingem o conjunto das categorias e se tornam Greves Gerais. Segundo Boito (1991), diferentemente do que ocorria no pré-64, quando as ações grevistas eram levadas de fora para dentro, através das ações dos piquetes. Com o advento do NS, pelo menos nas grandes empresas, as greves são organizadas no interior das próprias fábricas com a "*participação ativa dos operários*". A palavra grevismo passa a fazer parte do léxico diário de muitos brasileiros. São greves econômicas, ao derivarem das perdas salariais, mas também são políticas, por conterem intencionalidades que extrapolam os conflitos industriais. Em síntese, as greves não possuem um significado único. Elas marcam, indubitavelmente, as relações econômicas, políticas e sociais da sociedade brasileira e contribuem para resgatar a *fala* aos trabalhadores.

As greves iniciadas no ABC são lidas pelos analistas por vários prismas[31]. Para Amneris Maroni (1982) são uma demonstração da resistência operária contra o processo de trabalho capitalista. Abramo (1999) defende que as lutas foram motivadas pela defesa da dignidade. Para Antunes (1992) "*definia-se contra a superexploração do trabalho, contra o arrocho salarial*", contra a legislação repressiva, contra o sindicalismo atrelado, constituindo-se em uma luta econômica, mas com clara significação política. Por fim, temos a posição de Rodrigues (1997), segundo o qual as greves surgem "*basicamente como expressão de uma luta mais ampla por direitos de cidadania no interior da sociedade*".

Entre os anos de 1980 a 1982, ocorre um refluxo das greves motivadas por questões políticas e econômicas, a saber: a derrota da greve de 41 dias no ABC, no inicio dos anos 80; o crescimento da recessão, com o conseqüente crescimento do desemprego; a mudança na política salarial, ocorrida em novembro de 1979[32]; o atentado no Riocentro e os sinais do governo de que não incluiria as questões sindicais no projeto de abertura (Noronha, 1994). Quando as lutas são retomadas, a partir de 1983, surgem no cenário de forma definitiva, os servidores públicos. A indústria, entretanto, é quem mais uma vez apresenta o maior número de greves, particularmente o setor metalúrgico. O maior número de jornadas não trabalhadas ocorre por conta das paralisações dos assalariados médios. Estão inseridos nesse setor os servidores públicos, professores, médicos entre outros. A maior longevidade é uma característica da greve nesse segmento. Começam a partir dos anos 80, a crescer as greves por empresa[33]; mas não só isso, as greves ganham em criatividade. Ocorrem de formas diferenciadas de acordo com cada empresa e, mesmo dentro das empresas, as greves às vezes não atingem todos os setores ao

[31] Não temos a pretensão de esgotar todas as possibilidades de análises.
[32] A nova política salarial que visava a conter a onda grevista, criou: reajustes semestrais via o uso do INPC; estabeleceu faixas salariais diferenciadas; possibilitou a negociação direta a título de produtividade.
[33] Esse crescimento já denota as ações do chamado "*sindicalismo de resultado*".

mesmo tempo. A expressão *greve vaca brava* reflete bem esse espírito, pois deixa no ar a indefinição sobre como, onde e quando vai ocorrer a paralisação.

Aumenta o número de greves por categorias. Param bancários, metalúrgicos, portuários, petroleiros, médicos, professores e servidores das universidades federais. Param também servidores públicos de autarquias e fundações. Dentre essas categorias ganham notoriedade as movimentações dos bancários, petroleiros e metalúrgicos. Como essas categorias possuem data base em setembro, esse mês passou a ser denominado de "*setembro negro*", em alusão às greves desses trabalhadores, que ocorriam nesse mês. Algumas dessas greves ficaram marcadas, por exemplo, entre os dias 6 e 10 de julho de 1983, os petroleiros de Paulínia e da RLAM[34] param protestando contra a política salarial do governo. Nos dias 7 e 8 os seus sindicatos respectivos sofrem intervenção. Em solidariedade aos petroleiros e contra o decreto salarial, 53 mil metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema paralisam suas atividades (Noronha, 1991)[35]. Em julho de 1983 logo após a greve dos petroleiros e metalúrgicos ocorre a 1ª Greve geral depois de 64. Em 1985, ocorre outra luta muito especial no período a greve nacional dos bancários, ocorrida entre os dias 11 e 13 de setembro de 1985. Essa greve atingiu os 700 mil bancários e aproximadamente 30 mil estabelecimentos. Em maio/junho desse mesmo ano já havia ocorrido também a greve articulada pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) e pela Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA), que durou aproximadamente um mês e mobilizou

[34]Refinaria Landulpho Alves.

[35] A greve dos Petroleiros e a solidariedade dos metalúrgicos é algo que reflete a imbricação dessas duas categorias com as ações do *novo sindicalismo*. Em certa medida, espelha, também, a concatenação política entre os movimentos da categoria petroleira com a conjuntura brasileira. Em momentos importantes da vida política do Brasil é possível perceber a presença dos petroleiros. Isso não será diferente durante o governo FHC, quando estavam em curso mudanças profundas no Estado brasileiro, com grandes repercussões para o conjunto da sociedade. Em 1995 os petroleiros realizam mais uma vez uma greve histórica e os metalúrgicos do ABCD, também mais uma vez, repetirão o mesmo gesto de solidariedade paralisando suas atividades, realizando ato político e recolhendo doações para os grevistas.

aproximadamente 45 mil trabalhadores. Professores e servidores públicos realizaram, durante esses anos, importantes paralisações (Antunes, 1995; Noronha 1991).

Os trabalhadores não apenas paralisam suas atividades, mas adotam em muitos lugares a prática de ocupar as instalações das unidades industriais. Fazem isso em 1981 na Ford, em São Bernardo, com uma ocupação que durou 5 dias. Ocupam por 28 dias a GM, em São José dos Campos, em abril/maio de 1985. No início de 1986, ocorre a greve de ocupação organizada pelos mineiros da extinta Petromisa, em Sergipe[36]. A ocupação durou 26 dias. Em novembro de 1988, os metalúrgicos da CSN ocupam a siderúrgica, em sua quarta greve da década. Em represália, o exército invade a siderúrgica com mais de 2 mil homens, realizando um verdadeiro massacre militar, que resultou na morte de três operários (Mangabeira, 1993; Graciolli, 1997). Em março de 1989, ocorre a ocupação das siderúrgicas Belgo-Mineira e Mannesman, na região de Contagem, em Minas Gerais (Antunes, 1995).

O novo sindicalismo faz ressurgir na, década de 80, as greves gerais, de caráter nacional. A primeira delas foi puxada pela Comissão Nacional Pró-CUT; ocorreu em 21 de julho de 1983 contra os decretos-leis 2012, 2024 e 2045; os registros apontam para 3 milhões de grevistas. Em 12 de dezembro de 1986, novamente, é convocada outra greve geral, dessa feita sob o comando conjunto da CUT e da CGT, cuja palavra de ordem era contra o descongelamento de preços do Plano Cruzado. Os números de grevistas oscilam entre 10 e 25 milhões. Em 1987, mais uma vez, a CUT e a CGT puxam outra greve geral, mas que não tem a repercussão da greve anterior[37]. Em 1989 os trabalhadores voltam à carga e realizam outra greve geral, nos dias 14 e 15 de março, exigindo a reposição das

[36] A Petromisa era uma empresa subsidiária da Petrobrás. Foi extinta durante o governo Collor.
[37] Luís Antonio Medeiros, que era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ficou contra a greve. É o prenúncio do que viria a ser a Força Sindical.

perdas ocorridas nos Planos Cruzado e Verão. Essa greve contou com a participação de algo em torno de 35 milhões de trabalhadores, notabilizando-se como a maior greve da década (Véras, 2002; Antunes, 1995; Noronha 1991).

Tabela 1: - Números de greves por grandes setores
Brasil - Região Urbana 1978-1990

ANO	setor público	setor privado	ambos setores	total
1978	08	108	02	118
1979	38	184	24	246
1980	33	94	17	144
1981	40	87	23	150
1982	40	97	07	144
1983	114	274	05	393
1984	142	467	09	618
1985	289	622	16	927
1986	403	1.197	65	1.665
1987	838	1.344	06	2.188
1988	1.116	947	74	2.137
1989	1.298	2.540	105	3.943
1990	826	1.460	71	2.357

Fonte: Noronha, 1994.

Tabela 2: Números de jornadas perdidas por grandes setores Brasil/ Região Urbana 1978-1990

ANO	setor público	setor privado	ambos setores	total
1978	443.489	1.366.649	11.100	1.821.239
1979	4.072.537	11.611.194	5.100.884	20.784.615
1980	4.945.247	7.683.344	1.282.516	13.911.106
1981	3.761.313	2.428.749	790.314	6.980.376
1982	3.406.838	1.285.318	474.678	5.166.833
1983	10.900.699	2.298.783	14.606	13.214.087
1984	11.621.737	2.363.557	63.008	14.048.303
1985	56.336.016	15.570.512	4.652.822	76.559.350
1986	40.133.423	11.351.228	1.598.951	53.083.602
1987	106.312.661	19.506.813	6.482.413	132.301.887
1988	75.549.895	12.482.883	531.589	88.564.367
1989	189.210.807	47.560.165	9.651.476	246.422.449
1990	126.056.642	43.814.198	17.407.883	187.278.723

Fonte: Noronha, 1994.

Tabela 3: Números de grevistas por grandes setores
Brasil - Região Urbana 1978-1990

ANO	**setor público**	**setor privado**	**ambos setores**	**total**
ANO	**SETOR**	**SETOR**	**AMBOS OS**	**TOTAL**
1978	26.806	115.175	0,0	141.981
1979	175.990	1.253.826	340.974	1.770.790
1980	220.533	533.624	56.935	811.092
1981	351.943	171.922	99.030	622.895
1982	262.105	116.532	100.000	478.637
1983	504.502	369.574	550	874.626
1984	871.538	426.213	25.636	1.323.387
1985	2.901.889	2.401.147	790.250	6.093.286
1986	3.478.498	1.991.505	692.745	6.162.748
1987	5.453.873	2.397.345	737.160	8.588.378
1988	6.236.689	1.704.334	241.523	8.218.546
1989	10.912.568	3.981.395	3.484.660	18.378.623
1990	14.258.304	4.588.486	1.449.566	20.296.356

Fonte: Noronha, 1994.

2.2.6 Conquista de direitos e reconquista da fala

O processo através do qual os trabalhadores brasileiros reconquistam direitos usurpados pela ditadura, e mesmo adquirem outros, foi rápido, mas repleto de idas e vindas. Inicialmente os sindicatos sequer podem negociar salário; havia decretos-leis que na prática impossibilitavam isso. As políticas estatais não consideravam os interesses dos trabalhadores. Os dirigentes sindicais nem ao menos eram recebidos em palácio com regularidade, pelas autoridades. A partir do advento das greves esse quadro começa a mudar. O processo de distensão de Geisel, que inicialmente desconsiderava a Classe Trabalhadora como sujeito dotado de vontade coletiva, passa a incluir os trabalhadores e suas

organizações[38]. Ocorrem mudanças nas políticas salariais, permitindo maior presença dos sindicatos nas disputas industriais. Os Ministros do Trabalho adotam posições mais flexíveis quando dos embates sindicais. Nesse particular, ganham destaque as mudanças patrocinadas pelo Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, no Governo Sarney[39].

Mas como dissemos inicialmente, o processo não se deu sem percalços. Desde o final da década de 70 e, apesar dos discursos dos governantes, foi preciso que os trabalhadores abrissem caminho "*a força*". Diversos sindicatos foram postos sob intervenção e houve até prisão de alguns dirigentes sindicais, a exemplo do ocorrido nos sindicatos dos petroleiros e metalúrgicos do ABC. Em julho de 1983, houve intervenção federal nos sindicatos dos petroleiros na Bahia e em Campinas, como represália às mobilizações da categoria. Em julho desse mesmo ano, o governo intervém nos sindicatos dos bancários e metroviários de São Paulo, após a greve geral. Em 1987, ano caracterizado por Noronha (1991) como "*o ano das greves dos funcionários públicos*", Sarney manda o exército intervir em diversas greves, a exemplo dos portos e refinarias da Petrobrás, em março; na CSN em agosto e Itaipu, em setembro.

2.2.7 Conclusões

De novembro de 1977, quando os trabalhadores em reunião com Geisel pedem autorização para realizar o CONCLAT, a fevereiro/abril de 1987, quando por diversas vezes os trabalhadores são convidados a estarem presentes na Granja do Torto[40], para discutirem com o presidente José Sarney uma proposta de *Pacto Social*, muita coisa havia mudado. Inegavelmente, no fim dos anos 80, *novos*

[38] Ver Noronha op. cit.
[39] Sobre o papel de Pazzianotto ver: Boito, 1991; Véras 2002.
[40] Residência de campo no Distrito Federal de ocupante do cargo de Presidente da República.

sujeitos políticos coletivos haviam entrado em cena, reconquistado a fala. Chauí nos explica o porquê dos **novos sujeitos**:

> *Antes de mais nada, porque é criado pelos próprios movimentos sociais populares do período...[...] Em segundo lugar, porque se trata de um sujeito coletivo e descentralizado, portanto despojado das duas marcas que caracterizam o advento da concepção burguesa da subjetividade: a individualidade solipsista ou monádica [...] e o sujeito como consciência individual soberana [...] Em terceiro lugar porque é um sujeito que, embora coletivo não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização que operaria como centro, vetor e telos das ações sócio políticas e para a qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos ou engrenagens da máquina organizadora* (Chauí, 1995).

Ainda Chauí (1995) nos dá elementos que legitimam a afirmação de que os novos sujeitos **entraram em cena,** a partir do momento em que passaram a agir dentro de uma

> *Sociabilidade fundada na solidariedade de classe e pela qual as chamadas classes populares passaram a fazer parte da cena histórica, não como atores desempenhando papéis pré-fixados, mas como sujeitos criando a própria cena através de sua própria ação e, com isso, 'constituíram um espaço público além do sistema da representação política' permitida, ou seja, o espaço da participação cívica e trabalhista* (Chauí, 1995).

Com Oliveira (1999) apreendemos o significado da **reconquista da *fala***,

> *Penosamente, na brecha das próprias contradições da expansão capitalista, poderosamente ajudada por esse quase fascismo, as classes sociais dominadas voltaram a reconstruir a política. Pondo por terra e inviabilizando a política salarial do governo e, com isso, sua capacidade de previsão e de aglutinação do novo e poderoso bloco burguês, recuperando suas entidades antes sob intervenção e, engenhosamente, encontrando formas de, ao enfrentar diretamente os grandes grupos econômicos, obrigando-os a acordos salariais, evitando, assim, a tutela do Ministério do Trabalho que permanecia meramente formal. Criando comitês de luta contra a carestia, na década de setenta, deslocando a luta do terreno da reivindicação*

> *salarial para o terreno das políticas públicas, através dos movimentos populares, criando milhares de comitês pela anistia e pela constituinte, as classes dominadas reinventaram a política e novamente encurralaram as forças dominantes, que, à falta de capacidade para se autodirigirem, haviam deixado, desde o golpe de 64, a tarefa dirigente nas mãos das Forças armadas. Com a crise de hegemonia, nunca resolvida, somou-se uma crise de previsibilidade, as Forças Aramadas viram, de repente, fugir a terra de sob seus pés. Reapareceu, então em lugar do consenso imposto, o consenso "policial", isto é, democrático* (Oliveira 1999).

O movimento crescente de mobilizações e conquistas que resultaram na ampliação do espaço público para novos sujeitos coletivos, presenciado entre fins dos anos 70 até o final dos anos 80, sob a batuta do *Novo Sindicalismo,* não se mantêm nos anos 90. A *Era* FHC consolida enormes perdas para a Classe Trabalhadora no Brasil, seja no plano material ou imaterial. Com FHC os trabalhadores vêem seu poder de compra ser reduzido, cresce o desemprego, categorias são destroçadas, direitos negados e/ou extintos. Ademais são atingidos, também, na sua subjetividade; vêem ser embotado o conceito de classe. Eles, os trabalhadores, são em razoável medida hegemonizados por conceitos liberais, tais como individualismo. As saídas buscadas deixam de ser coletivas; no "*salve-se quem puder"* ganha força o retorno ao *reino do privado*. A derrota nas eleições presidenciais de 1989 é revestida de todo um simbolismo. Estavam em disputas dois projetos díspares. A vitória de Collor significará para os assalariados, nos anos posteriores, a objetivação da perda de direitos e garantias políticas, econômicas e sociais, patrocinadas pelo advento do neoliberalismo, que há muito grassava de forma avassaladora as classes subalternas nos países de economias centrais.

2.3 Agenda neoliberal dos anos 90: a *Era* FHC

2.3.1 A *Era* FHC

A *Era* FHC consolida a introdução do Brasil na agenda neoliberal. As primeiras tentativas de submeter o país a essa agenda já se expressam no governo Sarney; estruturam-se enquanto política de governo com Collor em 1990, sofrem um interregno no governo Itamar e serão levadas a cabo pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Ao tomar posse em 1995, FHC tinha pela frente uma árdua tarefa; o compromisso era consolidar as transformações iniciadas por Collor. Fazia-se necessário aprovar as mudanças constitucionais da ordem econômica, flexibilizar os monopólios estatais e dar continuidade à abertura da economia financeira e comercial ao mercado internacional. Precisava-se, inicialmente, manter a estabilidade monetária e implementar ações no sentido de reduzir o "*custo Brasil*"[41]. No afã de atingir seus objetivos, FHC terá que atacar os trabalhadores em várias frentes: a) com mudanças na legislação na direção da flexibilização dos seus direitos; b) com a reestruturação da economia que desemprega e arrocha salários; c) com ações repressivas através do uso da superestrutura do Estado, seja o Executivo, seja o Judiciário. Neste caso a greve dos petroleiros de 1995 foi o maior exemplo.

A consecução dos aspectos fundamentais do programa de governo de Fernando Henrique, tanto no campo econômico, quanto na política, passava pelo Controle do Congresso Nacional, pela cumplicidade do Judiciário, pela aprovação das reformas neoliberais e dentro da nossa hipótese do *roubo da fala* dos trabalhadores. Necessitava-se, em última análise, de construir um novo bloco de poder que garantisse a "*governabilidade*", assentado em uma nova hegemonia,

[41] Chama-se de "*Custo Brasil*" o custo das empresas em função dos direitos trabalhistas mais impostos. Para alguns esse custo inviabiliza os investimentos produtivos e porconseguinte o crescimento da economia e a geração de emprego (Amadeo, 1998). Pochmann (2001), discorda dessa abordagem do *Custo Brasil*.

haja vista o caráter confuso e disperso em que se encontravam *as forças da ordem* naqueles dias. A nossa proposta, nesse momento, é reconstruir o panorama inicial da *Era* FHC permitindo-se entender o cenário social, econômico e político no qual se desenrolou a greve dos petroleiros.

2.3.2 A Nova República frustrada

Como vimos anteriormente, o fim dos anos 80 encontra o Brasil imerso em crise econômica, política e social. Os desajustes econômicos se exteriorizam de forma fenomênica, por um crescimento insignificante do PIB e uma crescente inflação por toda a década. Foram anos de recessão e desemprego. Do ponto de vista político a situação não é muito diferente. O fim do regime militar e a implantação da Nova República (NR) não conseguem conformar uma nova hegemonia. A movimentação das classes subalternas que provocou a abertura política não cessava; eram anos de freqüentes greves e mobilizações sociais. Essas movimentações refletiam a permanência da situação de *superexploração* do trabalho e fracasso quanto ao "*resgate da dívida social*"; pois, não obstante algum avanço no tocante a elementos dos direitos políticos democráticos, a NR não teve a capacidade de incorporar a participação popular, no que diz respeito às questões econômicas, o que seria o seu segundo "compromisso"

> *....a opção da aliança política hegemônica na Nova República, por não enfrentar o problema da ampliação da participação política da sociedade organizada na resolução dos conflitos econômicos – isto é, de não viabilizar a institucionalização de espaços formais de negociação e tomada de decisões coletivas sobre conflitos distributivos ou sobre os temas candentes da agenda econômica,....* (Rodrigues, 2000).

O sentimento da nação, segundo Cruz (1997), era de frustração com o sentido reformista que se creditava à NR. Haviam fracassado os esforços contra a

inflação a partir de instrumentos não recessivos. Notadamente nos seus dois últimos anos, o governo Sarney caracterizou-se por uma "*paralisia decisional*", concorrendo para fazer agudizar a crise econômica e deteriorar as instituições estatais. O foco do governo se restringia a ações de curto prazo, tentando evitar a hiperinflação. A base de sustentação política do governo encontrava-se fragmentada, seja pelos insucessos freqüentes na economia, seja pelo acirramento da disputa ideológica travada com setores da esquerda, particularmente no processo constituinte.

> *A conseqüência política foi da generalização da apatia e do cinismo na sociedade em plena transição, o que tende a tornar difícil a mobilização da opinião pública para resistir a qualquer eventual tendência à regressão autoritária* (Martins, 1989).

Às vésperas da primeira eleição presidencial pelo voto direto, depois da ditadura militar, o ambiente, de acordo com Rodrigues (2000), era de ampla desarticulação do sistema partidário. O PMDB que havia saído ungido das eleições de 1986, elegendo 22 dos 23 governadores, não consegue unidade na escolha do seu candidato. A *débâcle* do governo Sarney, a partir do fracasso do *Plano Cruzado,* atinge profundamente o partido da *resistência democrática* e já nas eleições municipais de 1988 perde terreno. Diversos próceres são cogitados como candidatos a candidatos a presidente da república pelo PMDB; Waldir Pires, Íris Resende, Miguel Arraes, Álvaro Dias, Ulisses e Quércia. Este último seria o nome mais forte, entretanto se recusou a entrar na disputa. Depois de tumultuado processo, Ulisses Guimarães, *o Senhor Coragem*, *Senhor Diretas*, consegue sagrar-se vencedor como candidato a presidente na Convenção, mas não sem traumas, esse candidato perceberá ao longo do processo diversas defecções, veladas ou não a sua candidatura, que resulta em fiasco.

O PFL, segundo eixo de sustentação da Aliança Democrática, se encontrava as voltas com a candidatura de Aureliano, que não decolava; diversas

manobras foram tentadas para substituí-lo por Ermírio de Moraes e Sílvio Santos, mas resultaram infrutíferas. Aureliano continuou candidato mesmo sem perspectiva de sucesso. As candidaturas mais à direita, de Maluf e de Guilherme Afif Domingos, também patinavam. Mario Covas, candidato do PSDB, tem dificuldade de escolher seu vice e definir o foco de campanha, seja pela direita, pelo centro ou mais à esquerda. Covas tinha ainda a agravante de estar em um partido sem densidade eleitoral. O PSDB até então se mostrava um partido de quadros, mas fraco em se tratando de resultado nas urnas.

As elites estavam órfãs. Foi nesse vácuo que Collor operou, a partir do duplo movimento de se fazer confiante perante as lideranças econômicas, ao tempo em que se comunicava com as massas via um discurso populista e autoritário. Falava ao povo o que ele queria ouvir. Desde 1986, como candidato a governador em Alagoas pelo PMDB, Collor responsabilizava os servidores públicos e seus supostos altos salários, pela crise do Estado. Por suas ações midiáticas ganhou a alcunha de "caçador de marajás". Após sair do PMDB, Collor se filia ao PJ, que depois irá se transformar em PRN, partido a partir do qual sai candidato. Nos primeiros momentos sua candidatura contará apenas com a ajuda de partidos nanicos, tipo PSC e o PTR. À medida que o processo eleitoral avança, Collor conquista importantes apoios[42].

Do ponto de vista dos partidos de esquerda, a situação era bem mais confortável. Os nomes de Brizola (PDT) e Lula (PT) apareciam em março de 1989, bem posicionados nas pesquisas, com 19% e 15% respectivamente. Os dois, apesar de apoiados por estruturas partidárias pequenas, tinham a seu favor a coesão dos seus partidos em torno dos seus nomes. Brizola vinha com o seu

[42] Em abril recebe o apoio do Governador da Paraíba, em seguida aderem Antônio Carlos Magalhães, Espiridião Amim e os sindicalistas Luís Antonio Medeiros e Antonio Rogério Magri. Outro apoio fundamental para Collor foi de Roberto Marinho, que colocou a serviço de seu candidato a sua poderosa Rede Globo.

carisma histórico e a força dos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, que ele governou; no processo avançou conquistando novos apoios, a partir de defecções nas oligarquias, a exemplo da Paraíba e Rio Grande do Norte. Lula contava positivamente com o fato de o seu partido estar em ascenso, havia conquistado prefeituras importantes nas eleições de 1988[43]. Mas jogava "contra" Lula a campanha contrária da mídia, a onda de greves organizada pela CUT que assolava o país, em 1989, denominada de "*grevismo selvagem*''.

Ao término do primeiro turno, a disputa de projetos está claramente estabelecida. Pela esquerda ascende Lula, após vencer Brizola por 0,61%. Pela direita chega Collor. Essa polarização, apesar das incomensuráveis diferenças, guardava entre si o fato comum de terem, os dois candidatos, exercido ferrenha oposição ao governo Sarney que se ultimava.

Lula incorporava o pujante movimento social que vinha se autonomizando, conquistando a *fala*, desde o final dos anos 70. Significava a desprivatização do Estado e, para além disso, representava o anseio de um Estado que incorporasse, não apenas em seus aspectos formais, a participação popular como ferramenta de construção de políticas públicas. O seu partido, o PT, inovava nas políticas participativas em suas administrações. Collor era a contradição amalgamada em candidato a presidente. A despeito da sua roupagem nova, da sua oratória negadora da política e dos políticos, era político profissional, originário das oligarquias nordestinas, representava a permanência do insulamento tecnocrático Estatal frente às aspirações das classes subalternas. Ao mesmo tempo, porém, Collor não era confiável às elites do eixo Rio-São Paulo. Ele não estava inserido entre as personalidades caudatárias da dominação burguesa tradicional. Naquela quadra da vida política brasileira havia outros nomes já devidamente incorporados ao *status quo* eleitoral das classes dominantes, a exemplo de Maluf,

[43] São Paulo, Campinas, Porto Alegre, Vitória, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo.

Jânio, Ulisses. Collor era um *outsider*, tinha corrido por fora na raia eleitoral, entretanto, no segundo turno, tornara-se o remédio amargo à disposição da burguesia brasileira. Para Antunes (2005) "*Era a saída possível de uma ordem, num quadro eleitoral em que seus representantes, de Maluf a Ulisses, passando pelo ensaio da candidatura Jânio, não conseguiam decolar*".

Uma disputa e dois projetos distintos:

> *No discurso dominante na mídia, entre empresários, na opinião conservadora em geral, a crise do Estado é endógena, interna, e se afigurava como a razão principal das dificuldades que afligem nossa economia e nossa sociedade. O Estado vai mal porque gasta descontroladamente, porque intervém em excesso, porque é incapaz de gerir adequadamente suas atividades. Empreguismo, déficits, rigidez e incúria burocrática são termos de uso corrente para designar essas realidades. A uma avaliação tão simples correspondem soluções algo simplórias. A idéia básica é a de que o mercado é o lugar por excelência do dinamismo e da liberdade e que, por esse motivo, deve caber a ele o papel de organizar o conjunto da sociedade. 'Menos governo, menos miséria': austeridade, corte de gastos, desregulamentação, liberdade de iniciativa, transferência de funções ao setor privado. Para se contar com um Estado mais operativo, mais forte, é preciso ter um Estado menor.*
>
> *No discurso de esquerda ou progressista, no campo popular, diagnóstico e propostas são de outra ordem. Para começar, há a recusa de encarar o Estado como uma entidade discreta, separada, distante e acima da sociedade. Daí que a origem e a natureza de sua crise não podem ser buscadas no interior mesmo das instituições estatais, mas devem ser rastreadas nas relações que estas mantêm com as classes, frações de classe e grupos que compõem o tecido da sociedade. O estado está em crise, mas na raiz desta estão comportamentos e estratégias difundidos entre atores sociais. Por outro lado, para além das diferenças que possam existir na maneira de conceber o mercado, reconhece-se que ademais de um mecanismo de coordenação econômica, ele é um espaço onde se nutrem relações de dominação e se cristalizam desigualdades. O mercado deve, portanto, ser socialmente regulado, e é preciso que o Estado tenha meios para desincumbir-se dessa tarefa. Nessa perspectiva, ao invés de reclamar*

> *menos governo e maior atitude para a realização dos interesses privados, o que se propõe é a recuperação, a reconstrução da esfera pública e a desprivatização do Estado* (Cruz, 1994).

Não obstante a observância de dois projetos opostos, de acordo ainda com Rodrigues (2000), a disputa eleitoral e a conseqüente vitória de Collor no segundo turno, não se pautou por esses marcos. Para os eleitores essa contradição não estava clara, porque, diferentemente de Lula, que assumiu claramente o seu projeto de classe defendendo a *desprivatização* do Estado, Collor não se assumiu enquanto representante dos empresários, do Estado mínimo e do livre mercado.

Giannotti (1990) descreve bem o quadro que fez ascender Collor à presidência da República:

> *Como que o Estado brasileiro se tornou um objeto de assalto a ser conquistado por um condottiere, cercado por um bando de aventureiros que souberam substituir a força das armas pelo trafico de esperança? Porque no fundo, passadas a refrega e a ressaca, percebe-se que as últimas eleições não passaram de um grande logro e um desastrado salto no ar.*

2.3.3 O meteórico neoliberalismo de Collor

Após vitória de Collor no segundo turno e, antes mesmo do início do governo, Oliveira (1990) já identificava as dificuldades que o mesmo teria para governar em função do *multifacetado* e *disparatado* conjunto de forças a sua volta

> *Como um espelho partido, cada pedaço espelha apenas uma parte; e um espelho partido re-juntado – que o momento da vitória eleitoral – mostra uma imagem quebrada, descontinua, refratada. Este é o grande problema da governabilidade do vitorioso* (Oliveira, 1990).

Segundo ainda Oliveira, o maior contingente eleitoral de Collor foi oriundo das parcelas mais pobres da população, não somente os miseráveis, mas

também os que possuíam uma inserção periférica na economia, que enfrentavam as filas e os maus tratos do serviço público. Os que tinham motivos para verem nos "*marajás*" seus inimigos. Aqueles que trabalhavam, mas que não tinham carteira assinada.

O segundo contingente de eleitores seriam as frações das classes médias, um grupo mais heterogêneo, *de recorte impreciso*, composto também por pequenos e médios empresários. Setores temerosos da proletarização que, por se manterem longe da política, preferem o candidato não político.

O último bloco de eleitores *colloridos*, para Oliveira (1990), seria formado pela burguesia que, apesar de possuir pequeno número de votos, abasteceram com seus *cifrões* os cofres da campanha. São os que se locupletaram usando o Estado até exaurirem a sua capacidade de regulação. Dele faziam parte os grandes grupos econômicos que boicotaram os esforços anteriores para domar a inflação.

Discutindo os aspectos culturais e simbólicos da votação de Collor nas camadas de baixa renda, a partir da antropologia, Velho (1990) nos explica que fazem parte da história do Brasil os heróis salvadores. São personagens que, elevados pelo carisma messiânico, cada um mobilizando valores de acordo com seu tempo, e dentro de circunstâncias específicas, se transformam em governantes: Getúlio, Carlos Lacerda, Jânio Quadros e Brizola são, para ele, em certa medida, exemplos desse processo; a reedição no Brasil do "*sebastianismo*", herdado da cultura portuguesa. A crença em indivíduos excepcionais, possuidores da capacidade de redimir as misérias das suas existências, libertando-os dos seus opressores, dos abusos e injustiças.

Da posse de Collor em 15 de março de 1990 até o dia 02 de outubro de 1992, quando ele e sua esposa deixam o Palácio do Planalto, após ter sido votado no plenário da Câmara dos Deputados seu afastamento, o Brasil conviveu

diuturnamente com sobressaltos. Diariamente, lances surpreendentes, mas quase sempre deprimentes, protagonizados por membros do governo, ou de sua vizinhança, causavam espanto, perplexidade e revolta, seja aos investidores nacionais e estrangeiros, seja ao cidadão comum. No campo político, a insegurança e o descontentamento grassavam da base aliada à oposição.

Em coletiva à imprensa, no dia 14 de fevereiro de 1990, ao retornar de uma viagem de descanso ao exterior[44], Collor explicita a dubiedade e o autoritarismo que serão as marcas do seu governo, ao tempo em que trata a inflação como caso de polícia, afirmando não tolerar as livres remarcações de preços, declara que irá promover a completa liberdade de mercado promovendo meios de estabelecer a livre competição na economia.

No dia seguinte a sua posse, Collor proclama seu primeiro Plano econômico, batizado de Plano Collor. Segundo Faria (1993), nesse plano está expressa a sua disposição de reformar o Estado, reduzindo o seu tamanho e sua capacidade de intervenção sobre a sociedade, sobre o aparato produtivo. O sentido era abrir a economia brasileira fazendo-a interagir mais fortemente com o capital internacional.

Mas, a despeito de suas intenções e não obstante ter sido eleito com 35 milhões de votos, o presidente Collor foi rapidamente perdendo legitimidade. Por seu insulamento *tecnoburocrático*, e fragilizado por sua incapacidade de promover a estabilidade monetária, o governo era constantemente atacado pelos empresários. Diversos foram os depoimentos ácidos de Mário Amato e Antônio Ermírio de Moraes ao governo e sua equipe. O modo despótico de fazer política de Collor não permitiu que o mesmo construásse uma base estável no Congresso

[44] Nessa viagem Collor reuniu-se com os principais líderes mundiais, demonstrando às economias centrais sua disposição em promover as mudanças estruturais necessárias à inserção do Brasil no novo cenário internacional (Rodrigues, 2000).

Nacional, em função do que, sofreu derrotas em votações importantes. Os seus esforços em buscar alianças, mesmo em setores como o PDT e PSDB[45], apesar de reduzirem o comportamento oposicionista dessas siglas, não redundavam em posições mais sólidas em defesa do governo, que não tinha garantia de antemão do resultado das votações dos seus interesses no Congresso Nacional.

O constante desrespeito aos marcos democráticos e constitucionais custava ao governo forte oposição de setores da intelectualidade, juristas e organizações da sociedade civil, a exemplo da OAB, FIESP e CNBB. Fruto desse clima, em maio de 1990, é criada a "Frente Nacional pela Democracia e Contra a Recessão", capitaneada pela OAB. Ao mesmo tempo em que conseguia emplacar medidas provisórias dotadas de elementos flagrantemente inconstitucionais, Collor era derrotado em questões importantes no STF[46]. O clima era de muitíssima instabilidade.

Agravando o quadro institucional, econômico e político, somava-se a oposição das organizações trabalhistas, visto que a inflação, a recessão, a política de privatização e demissões nas estatais e no serviço público atingiam em cheio a classe trabalhadora. Os planos eram reduzir 20% de trabalhadores ligados ao serviço público (algo em torno de 350 mil); desse total, 330 seriam demitidos das estatais. Essa política faz espocarem greves por todos os lados em 1990. Nos pólos mais avançados do operariado no sudeste, particularmente no ABCD, a luta é contra a recessão, responsável por demissão em massa. Nas estatais, eletricitários, economiários da CEF e petroleiros fazem greves reivindicando reajustes e contra as demissões. O movimento social de esquerda e progressista estava em ascenso.

---

[45] Em junho, Collor toma café da manhã com líderes do PSDB no Senado e na Câmara, Fernando Henrique Cardoso e Euclides Scalco respectivamente.
[46] Um exemplo foi quando ele tentou, de forma grosseira, limitar as ações dos tribunais.

> *Nenhuma política salarial e de preços passará sem atuação da CUT, por exemplo, e nenhuma gestão estatal, das empresas estatais, será possível sem a tecnocracia alinhada no PSDB; assim como nenhuma política científica passará sem consulta as sociedades científicas, cujos membros estão no PT e mais no PSDB; nenhuma política social poderá furtar-se do crivo das forças enquadradas tanto no PT quanto no PDT* (Oliveira, 1990).

Visando a atenuar o descontentamento das classes trabalhadoras, o governo busca em junho reeditar o "*pacto social*" tentado por Sarney. A ministra da economia, Zélia Cardoso de Melo[47], senta-se à mesa com Jair Meneghelli, presidente da CUT, Luiz Antonio Medeiros do SMSP e Emerson Kapaz do PNBE. Essas reuniões mostrar-se-ão infrutíferas e serão suspensas definitivamente em dezembro desse mesmo ano.

Ao clima geral de descontentamento e preocupação com os rumos do governo, somavam-se as denúncias de corrupção que surgiam de todos os lugares, atingindo diversas estatais, seus dirigentes e ministros. Muitas das denúncias guardavam relação com Paulo César Farias, amigo e tesoureiro da campanha de Collor. O resultado de todo esse desgoverno será uma fragorosa derrota do governo nas eleições de 03 de outubro de 1990. Collor não consegue eleger nenhum governador da sua base.

O ano de 1991 se inicia sob os auspícios do Plano Collor II, lançado em janeiro; este sofrerá, como o primeiro, críticas à forma autocrática de construção e implementação, além de conter também importantes elementos de inconstitucionalidade. Esse segundo plano será insuficiente, outrossim, para debelar a inflação. Em março o governo lança o chamado "Projetão", que se

[47] No mês seguinte Zélia irá à Europa e Estados Unidos, acompanhada de banqueiros e empresários, buscando retomar as negociações com FMI, visto que o Brasil estava em moratória não declarada desde 1989. Nessa viagem ela se encontrou com a primeira ministra da Inglaterra, Margareth Thatcher. (Rodrigues, 2000).

destinava a criar novas bases para retomada do desenvolvimento. Sua repercussão também fica aquém do desejado.

Do ponto de vista do Congresso Nacional, a instabilidade permanece, apesar de contar nesse momento com a boa vontade de setores da esquerda a exemplo de Brizola. Continuam surgindo denúncias de corrupção. Ganha força em meio a toda essa instabilidade a preocupação com a governabilidade. Diversas lideranças do Congresso se movimentam com essa preocupação.

Os trabalhadores, por sua vez, permanecem organizando greves contra as medidas governamentais. No mês de fevereiro ocorrem paralisações importantes. Param metalúrgicos em São Paulo; portuários em Santos; funcionários do fisco no Rio de Janeiro e petroleiros nacionalmente. Em 1991 a greve dos petroleiros ocorreu entre os meses de fevereiro e março, portanto fora da data-base e durou 24 dias[48]. Nessa greve os trabalhadores de petróleo, reivindicam entre outras coisas: a reintegração dos demitidos, o fim da política de privatização e reposição salarial com reajuste mensal. A greve foi declarada abusiva pelo TST, desconhecendo essa decisão os petroleiros decidiram continuar, mas suspenderam em seguida por perceberem o esvaziamento. A medida que o ano de 1991 avança, tornam-se perceptíveis os efeitos das medidas do governo sobre a capacidade de resistência dos trabalhadores,

> *Claro que a mobilização dos sindicatos e centrais sindicais, aguçada em 1990, perdeu fôlego com a recessão forte, a retomada inflacionária e o desemprego crescente. Foi nesse clima que fracassou o movimento dos bancários, petroleiros e petroquímicos, sindicatos ligados a CUT, que haviam marcado para 11 de setembro de 1991 uma mobilização conjunta* (Rodrigues, 2000).

O ano de 1992, em todos os aspectos, será uma reedição dos anos anteriores. O governo não alcança a estabilidade monetária e seu programa de

[48] Ver: Resumo histórico de datas importantes na luta dos petroleiros.

privatização e reestruturação da máquina estatal não consegue avançar na velocidade desejada. Mesmo não contando nesse momento com a oposição organizada das greves, que vinham perdendo força desde meados de 1991.

> *Qualitativamente distinta do descontentamento de setores do capital, a rebeldia do mundo do trabalho encontrava-se, entretanto, moldada por uma ação ultradefensiva, que se deve também à incapacidade e paralisia dos seus organismos de representação sindicais e políticos, que não sabem por onde caminhar* (Antunes, 2005).

O governo se mostrava cada dia mais isolado no Congresso Nacional e na sociedade. As denúncias de corrupção, que pipocavam a cada instante, tornavam insustentável a sua situação; dentro da continuada preocupação de amplos setores com a questão da governabilidade, passou-se a aventar a possibilidade do parlamentarismo, como forma de debelar a crise. O propósito era manter Fernando Collor, enquadrando-o dentro de limites confiáveis. Entretanto, nenhuma manobra diversionista foi capaz de obstacular o processo de *impeachment*, após as denúncias de Pedro Collor, do motorista Francisco Eriberto e do movimento das ruas.

Desde meados de 1992, começam a acontecer atos políticos pelo *impeachment* do presidente, mas a preocupação com a governabilidade não permitia que o processo ganhasse força. O *impeachment* se torna irreversível quando o movimento ganha as ruas de todo o país. Isso só vem ocorrer, após a passeata de 11 de agosto, articulada pela UNE e UBES, na qual os estudantes "caras pintadas" tomam o centro de São Paulo. A campanha ganha uma dimensão de massas, em lances que guardavam semelhança com a campanha pelas "Diretas Já". A palavra de ordem era "*Fora Collor*" pela "*ética na política*". O desfecho, como não podia ser diferente, foi o *impeachment* do presidente e a posse de seu vice Itamar Franco.

2.3.4 O interregno neoliberal com Itamar Franco

A posse de Itamar Franco na Presidência da República não foi suficiente para debelar o clima de instabilidade política, atingindo a tão propalada estabilidade monetária, e realizar as reformas estruturais do Estado, dentro do espírito do *Consenso de Washington*. Em diversas oportunidades, o novo presidente deixou transparecer seu desapego pelo cargo. Desde a primeira hora ele explicita esse sentimento ao só aceitar tomar posse 72 horas depois do afastamento de Collor. O presidente Itamar, durante seu mandato, aventou, em diversas oportunidades, a possibilidade de renunciar. Falou-se também, outras vezes, na oportunidade de antecipar as eleições para 1993, ou mesmo precipitar a escolha de um primeiro ministro caso o parlamentarismo fosse aprovado no plebiscito. Durante a gestão de Itamar o clima foi de constante instabilidade.

No início do seu mandato, Itamar Franco contou com a boa vontade dos partidos de esquerda que fizeram oposição a Collor. Mesmo o PT, que não aceitou participar do seu governo, fez indicações, via Lula, de personalidades da sociedade para compor seu ministério[49]. Entretanto, rapidamente, o cenário político foi se deteriorando, seja pelas idiossincrasias do próprio presidente, seja pela postura cada dia mais oposicionista do PT e PDT e PPR, concorrendo para fragilizar a base parlamentar de apoio ao governo. Esses fatores, somados à manutenção de uma inflação mensal próximo aos 30% e à vitória do presidencialismo no plebiscito, apressou o calendário eleitoral. A saída passava a ser as eleições presidenciais do ano seguinte.

---

[49] *"Itamar Franco assumiu o poder, entretanto, num quadro político que lhe era enormemente favorável. Amplos setores, até mesmo do espectro mais à esquerda, mostraram-se (equivocamente) generosos em relação ao novo governo, o que ficou estampado no seu Ministério, que aglutinou desde o centro-direita, por meio de membros do PFL, até o centro-esquerda, chegando ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Brizola e ao Partido dos Trabalhadores (PT) de Bareli"* (Antunes, 2005).

Com a antecipação das articulações visando às eleições de presidente, mais uma vez, percebe-se que, a exemplo de 1989, a direita e mesmo o centro não possuíam um nome de consenso com densidade eleitoral. O PSDB, mais uma vez, teve um resultado ruim nas eleições de 1992, apesar de contar com dois presidenciáveis, Mário Covas e Tasso Jereissati. O movimento desse partido apontava mais para uma aliança de centro esquerda em torno de Lula do que para uma candidatura própria. O PFL, depois do fiasco da candidatura de Aureliano Chaves, buscava uma composição com o PDT, via Jaime Lerner, mas Brizola não topava; além do que, no próprio PFL, havia as operações contrárias de ACM, que preferia o nome de Adib Jatene. O PMDB se dividia entre os nomes de Quércia, Fleury e Antônio Brito, havendo ainda a hipótese de Sarney. Paulo Maluf do PPR, por sua vez, apesar de apontar bem nas pesquisas, não conseguia ser o nome de consenso dos setores conservadores, ACM então vetava qualquer aliança com ele.

Este cenário foi caldo de cultura para que, de forma artificial[50], se forjasse uma falsa polarização entre os nomes de Lula-Maluf possibilitando, a partir daí, um caminho para a construção de uma terceira via. Desse momento em diante, a mídia vai ser colonizada fortemente com o ideário da *governabilidade*. Fala-se com freqüência da necessidade de uma alternativa que não se resumisse aos extremos direita e esquerda,

> *Agora, volta ao desalento de um governo incerto e de uma classe política que nos seus extremos, não está disposta a contribuir para que haja condições mínimas de governabilidade* (Fausto, 1993).
>
> *Convém alertar, no entanto, para os enormes riscos que estamos correndo com esta proposta eleitoralizante que reacende as frustrações da campanha de 1989 e que vai dividir parte das*

[50] Dados da pesquisa Datafolha publicados no dia 22 de abril de 1993 apontavam: Lula 22%; Maluf 15%; Brizola, 14%; Sarney 9,0%; Quércia 6%; Tasso 5%; ACM 4%. Esses dados indicam muito mais uma fragmentação do que verdadeiramente polarização.

> *lideranças expressivas do país em um grande Fla-Flu de Lula contra Maluf, deixando outras forças entregues à orfandade partidária e ao imponderável das disputas políticas* (Camargo, 1993).

O conteúdo da colonização não dizia respeito apenas aos elementos da política; a proposta era evitar a polarização e ao mesmo tempo consolidar um projeto que tivesse a capacidade de dar novos rumos à economia ou seja, capaz de construir a estabilidade monetária a partir dos ditames do *Consenso de Washington*, que campeava a solto pelo mundo, desde os anos 80[51].

> *Essas idéias terão que reaproximar necessariamente, a agenda econômica e a agenda política. Glasnost sem perestroika é como eleição sem projeto nacional. É puro suicídio político* (Camargo, 1993).

> *Traumatizados pelos fracassos dos choques heterodoxos, ortodoxos e mistos anteriores, as elites querem uma 'estabilização sem sustos', 'sem violência' [...] Desde 1987 estamos no vácuo político. Collor tentou esboçar um pacto moderno, mas fracassou [...] Itamar, dividido entre o arcaico e o moderno, não tem forças para liderar um novo pacto político* (Pereira, 1993).

Criada a ambiência na sociedade, a oportunidade para a construção de uma nova hegemonia surgiu durante a agudização da crise no governo Itamar, em função das denúncias de corrupção envolvendo o Ministro da Fazenda Elizeu

---

[51] Segundo Fiori (1994) ocorreu entre os dias 14 a 16 de janeiro de 1993 no *Institute for International Economics de Washington* um seminário cujo tema foi *The political economy of policy reform*. Nele estiveram presentes representantes de governos, banqueiros, empresários e acadêmicos, discutindo quais as circunstâncias seriam as mais favoráveis aos "technopol" (técnicos de economia com capacidade de operar a política para viabilizar seus planos), para que esses obtivessem o apoio político necessário para levar a cabo as reformas econômicas preconizadas pelo "*Washington Consensus*". As discussões giravam em torno de um plano único de ajustamento visando a homogeinizar as políticas econômicas nacionais. Os insucessos iniciais das políticas monetárias nos anos 80 trouxeram, para o FMI e Bird, a necessidade de incluir entre os elementos indispensáveis ao bom êxito desses planos a questão do poder político e da governabilidade. Por essa análise, após catástrofes políticas/econômicas ou quando as oposições estão desacreditadas, é quando os planos têm maior viabilidade, mas para isso precisa de uma coalizão suficientemente forte que dê estabilidade por um longo período. O Plano teria fases: A primeira seria obter estabilidade macroeconômica priorizando o *superavit* primário; em segundo lugar viriam as reformas estruturais com liberação financeira e comercial, desregulação dos mercados e privatização das empresas estatais; por último viria a retomada dos investimentos e crescimento econômico. Luis Carlos Bresser Pereira participou do seminário.

Resende; os fatos vieram a público em maio[52]. As acusações envolvendo o ministro e a construtora Odebrecht, associados aos embates intragoverno, eram tratados pela mídia como sinal de *despreparo* e *fragilidade*. Esses elementos trouxeram mais uma vez à baila a possibilidade de renúncia do presidente, falava-se do "vácuo de poder". A crise concorre para a mudança ministerial que levará Fernando Henrique, no dia 21 de maio, para o ministério da Fazenda.

2.3.5 FHC Ministro da Fazenda

A nomeação de FHC é saudada por amplos setores empresariais, políticos e acadêmicos do Brasil e de organismos internacionais[53]. Os pronunciamentos destacavam seu preparo intelectual, seu trânsito e experiência com o parlamento. Rapidamente o novo ministro é transformado em unanimidade. O clima de tensão se transforma em alívio. As elites brasileiras pareciam ter encontrado finalmente a tão buscada "*terceira via*" entre Lula e Maluf. Não obstante os percalços da nova equipe econômica, a boa vontade desses setores para com ele não sofre alteração. O clima de *lua de mel* se manterá apesar de FHC não conseguir, até o lançamento do real em julho do ano seguinte, ou seja, mais de um ano após sua posse no ministério, reduzir a inflação.

A "qualidade" da equipe montada no ministério por FHC e sua liberdade no comando da economia eram sinais claros de que Itamar Franco havia passado antecipadamente, em grande medida, a responsabilidade pelos rumos do país para o novo ministro. Em junho, Fernando Henrique anuncia um reajuste fiscal que visava a conter o "déficit público". Em julho lança uma MP cortando três zeros e criando o Cruzeiro Real. Em dezembro anuncia novas medidas destinadas a

[52] Nesse período, Elizeu Resende foi duramente criticado pela ministra Luiza Erundina, por ele ter vetado o reajuste ao funcionalismo. Erundina é demitida no dia 20 desse mesmo mês.
[53] Ver: Biondi, 1993; Camargo, 1993; FSP, 21/05/2003.

alcançar a estabilidade monetária. Mesmo havendo todas essas intervenções, a inflação fechara o ano de 1993 como a maior da história: 2.567%.

O quadro econômico e político eram de difícil solução. A boa vontade da mídia e dos setores dominantes não era suficiente para equacionar em bons termos os diversos problemas. Setores importantes da sociedade civil se mobilizavam no sentido de restringir a revisão constitucional[54]. Os petroleiros participam na linha de frente dessa luta. Em muitas bases foram criados Comitês de Defesa do Sistema Petrobrás reunindo dirigentes da empresa, sindicalistas e técnicos com o objetivo de arrecadar recursos e subsidiar com informações os deputados federais e a população. Os petroleiros realizam inúmeras manifestações nas suas bases, arrecadam dinheiro para a campanha e juntos com outras entidades como CUT, CMP e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), por diversas vezes vão a Brasília pressionar o Congresso Nacional[55]. "*Durante a revisão, somente os petroleiros contrários à quebra do monopólio invadiram sete vezes o salão verde*" (FSP, 22/03/1995). Em 1993 os petroleiros realizaram uma greve que durou 11 dias, mais uma vez consta da pauta de reivindicação a luta contra a revisão e pela reintegração dos demitidos[56].

Afora a oposição dos setores progressistas e de esquerda ao processo revisor, o país será agitado mais uma vez com denúncias de corrupção envolvendo a Comissão de Orçamento do Congresso, parlamentares e governadores de estado. Mais uma CPI é instalada ajudando a tumultuar a revisão

---

[54] Em direção oposta se encontrava o sindicalista Luis Antonio Medeiros, da Força Sindical, que se somava FIESP pressionando pela ampliação da ação revisora.
A equipe de FHC viva o momento da revisão como fundamental para retirar diversas "amarras" que inviabilizavam as reformas estruturantes do Estado, com vistas a dar continuidade ao processo de desregulamentação da economia. O processo revisor teve início em outubro de 1993, mas com uma agenda limitada de reformas e após diversas outras disputas, a revisão será encerrada em 31 de maio, de 1994 sem mudar concretamente muita coisa.
[55] Requena, Arcâgelo e Torres, 1999.
[56] Os petroleiros conseguem com essa greve reverter o restante das demissões ocorridas durante o governo Collor.

constitucional. Em função das denúncias no Congresso se chegou a cogitar a possibilidade de renúncia de todos os detentores de cargos eletivos, proposta que Itamar aceitou como uma das suas possibilidades. Nesse clima as privatizações caminham muito lentamente sob forte oposição jurídica e com manifestações de rua, de sindicalistas (CUT), estudantes (UNE) e dos partidos de esquerda. Ocorrem massacres de índios em Rondônia e de moradores de favela no Rio de Janeiro e conformando um quadro muito distante da calmaria desejada.

No plano partidário permanece a falta de opção para os setores de direita. As disputas internas no PMDB levam ao fortalecimento de Quércia e, por conseguinte, da sua candidatura, inviabilizando a alternativa de uma aliança PSDB-PMDB. Maluf continuava enfrentando fortes resistências ao seu nome. Lula aparece bem nas pesquisas, inflado por sua atuação no processo de *impeachment* e pelo desejo de mudanças presente na população.

Durante o ano de 1993 e meados de 1994, todos os problemas: de ordem fiscal, de descontrole da inflação ou mesmo de ordem institucional[57], não foram suficientes para colocar em cheque a capacidade resolutiva de FHC ou lhe enfraquecer, de forma contraditória, à medida que os problemas surgiam o seu poder aumentava. Diversos escribas nativos ou do *além mar* colonizam a mídia, dotando FHC do sentido *sebastianista*.

> *Fernando Henrique Cardoso e sua equipe estão enfrentando sua primeira crise. Haviam pensado um cronograma para a estabilização, que começaria pelo ajuste fiscal ora em curso, seria seguido pela revisão constitucional e a reforma tributária, no segundo semestre, e se completaria no início do próximo ano com o plano de estabilização propriamente dito. [...] Ainda há tempo para o Brasil, porque se o ministro fracassar não sei o que será do país. É sabido que ele é a última esperança do governo Itamar. Se falhar, viveremos um ano de caos em meio a uma campanha eleitoral* (Pereira, 1993b).

[57] Durante o ano de 1993, chegou-se a falar da possibilidade de golpe e adiamento das eleições. Ver Reis, 1993; Rodrigues, 2000.

> *Se Cardoso não for eleito, o Brasil corre o risco de afundar no caos e na violência, porque as necessidades da economia e as exigências da sociedade se tornarão imediatamente incompatíveis* (Touraine apud Fernandes, 31/07/1994).
>
> A vitória de FHC "*Seria a melhor notícia da década"* (Domingos, Cavalo, FSP, 29/08/1994).

O apoio e o clima criado em torno de FHC, pelos setores da burguesia nativa e forânea, não acontecia gratuitamente. Segundo Fiori (1994a), desde os estudos comparativos de J. Nelson, Stephan. Haggard e Robert Kaufman realizados, na segunda metade dos anos 80, em 25 países que aplicaram o *Consenso de Washington*, ficou claro para os administradores do capital que o projeto não avançava sem credibilidade e "*não há credibilidade possível sem governos com autoridade centralizada e forte*". Isso porque, os mesmos estudos apontaram que os resultados positivos dos ajustes demoram a ser percebidos e tem *inicialmente* um alto custo social. Esse diagnóstico é assumido nos anos 90 como política pelo *World Bank* na forma de *governance* ou *good governace*. FHC, por suas características se conformou no nome que podia ser capaz de articular um governo forte, dotado de suficiente e prolongada estabilidade; elementos indispensáveis a consecução das reformas.

Em diversos episódios, o ministro candidato deixou explícito seu alinhamento com as *novas* políticas ditadas pelo *Consenso de Washington* iniciada por Collor: a) A linha teórica de membros da sua equipe foi o primeiro e mais importante sinal a esse respeito[58]; b) Seu interesse em reduzir as garantias sociais, via revisão constitucional; c) Sua disposição em realizar cortes no orçamento; d) Sua orientação no sentido de endurecer na política salarial. "*Acho que o trabalhador tem direito de reivindicar aumento de salário. Mas ir contra a moeda é ir contra a bandeira"* (pronunciado em 27/08, durante greve e protesto

[58] O grupo da PUC-Rio era reconhecidamente neoliberal. Ver: Nassif, 1994.

da CUT) FSP 07/10/1994; e) Disposição em prestar contas aos organismos internacionais. "*Se ganhar a presidência da república não terei pruridos ideológicos na negociação com investidores nacionais ou estrangeiros*" (15/05 Convenção do PSDB em Contagem/MG) FSP 07/10/1994; f) Posição contrária à reintegração de servidores demitidos por Collor.

Em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em julho de 1994, FHC assume em diversas passagens seu ideário e propósitos de reformar o Estado "*enfrentando os interesses corporativos*". Visava a combater um tipo de "*estatismo envergonhado*" que vinha sendo "*manipulado pelos interesses corporativos de funcionários, as expensas dos interesses da imensa maioria do povo*". Ao esclarecer a quem deveria servir o novo Estado ele acrescenta, "*mais voltado para inovação social e menos preso aos interesses corporativos das empresas estatais e dos segmentos cutizados da burocracia"*. Sua argumentação deixa explicito quem seria seus adversários e quais às organizações a serem combatidas: os sindicatos, as estatais e a CUT.

Como dito anteriormente, o clima de insegurança e a falta de alternativa à burguesia fortaleciam FHC. Até porque, Segundo Fiori (1994a)

> *...o Plano Real não foi concebido para eleger FHC, foi FHC que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI. E dar visibilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial*

Fernando Henrique, por sua vez, correspondia a confiança depositada.

> *...costurou de forma brilhante e eficiente a adesão de quase toda a grande imprensa e do empresariado, mas sobretudo os apoios internacionais que faltaram a Collor, haja vista, além das avaliações de risco das grandes consultoras financeiras publicadas pela imprensa internacional, o desfile recente de personalidades mundiais (públicas e privadas) do neoliberalismo que têm vindo dar apoio ao programa de estabilização e reformas de FHC. Faltam-lhe ainda, contudo, duas*

> *coisas: o apoio das lideranças políticas regionais que vêm negociando com imensa dificuldade a partir do PFL e, sobretudo, o dos eleitores que pretende obter através do seu sucesso instantâneo de seu Plano Real. Em síntese, FHC optou por sustentar a estratégia do Consenso de Washington, valendo-se da mesma coalizão de poder que construiu e destruiu o Estado desenvolvimentista de forma igualmente excludente e autoritária* (Fiori, 1994a).

O resultado dessa simbiose vai ser o lançamento em maio do nome de FHC para presidente em aliança com PFL[59]. De acordo com Fernandes (1994)

> *Lula corporificou – apesar de seus esforços em contrário – o mal em si. Destruí-lo como candidato à beira da vitória exigiu composições partidárias esdrúxulas, que envolvem um retorno à Republica Velha, em matéria de práticas políticas.*

Na concepção de Sader (1994), todos seriam bem vindos para a tarefa de derrotar Lula e implementar os ajustes neoliberais[60],

> *O palanque de FHC comporta os banqueiros, as empreiteiras, os latifundiários, os grandes empresários, os monopolizadores dos meios de comunicação. Comporta o governo Sarney e o governo Collor. Comporta os partidos que mais freqüentaram a lista dos acusados na CPI da corrupção no orçamento. E, no entanto, FHC se apresenta como um candidato que reivindica a social-democracia, que nega ser a expressão brasileira do Consenso de Washington.*
>
> *O neoliberalismo é o ponto de encontro da aliança PSDB-PFL, o coração da candidatura de FHC. [...] O neoliberalismo foi posto em prática no Brasil, de forma mais clara, desde o último ano do governo Sarney, como o chamado "feijão com arroz" de Maílson da Nóbrega, teve continuidade no governo Collor e, posteriormente, no de Itamar Franco.*
>
> *Os dois candidatos mais cotados para ser eleitos representam dois palanques, dois programas e dois Brasis absolutamente diferentes e incompatíveis.*

---

[59] Segundo Dora Kramer (1994), a aproximação com o PFL teve início na revisão constitucional. Ao PFL interessava não ver o PSDB aliado ao PT, e ao PSDB era importante evitar uma aliança do PFL com Maluf ou Quércia. Itamar resistiu a essa aliança mas foi derrotado. JB Caderno Especial, 07/10/1994.

[60] FHC e o PSDB nunca irão assumir sua política como neoliberal. Ver: Fonseca, 1994.

Após o anúncio do novo candidato, seu nome aparecia com 10% das preferências. Em seguida as pesquisas apontam Lula oscilando entre 40% e 42% e FHC entre 15% e 17%[61]. Esse quadro se manterá até julho quando é lançado o real em paridade com o dólar. Daí em diante a candidatura de FHC cresce vertiginosamente, em agosto ultrapassa Lula nas pesquisas; em 03 de outubro vence as eleições com 54,28% dos votos válidos[62].

2.3.6 Entre a vitória e a posse de FHC

O arco de aliança que elegeu Fernando Henrique era tão diverso que após a vitória a interrogação passou a ser a capacidade de FH em conseguir manter a unidade no que João Manuel Cardoso chamou de "*Arca de Noé*" (FSP, 23/10/1994). Para esse professor a coalizão se firmou pelo medo de Lula, "*E agora que não tem mais o 'sapo barbudo'? Como ele enfiar toda essa gente dentro do governo?*" (FSP, 23/10/1994). O Historiador Luiz Felipe de Alencastro ia na mesma direção; para ele era uma incógnita se o "*fernandismo*"conseguiria sobreviver à *Arca de Noé* (FSP 23/10/1994). Francisco de Oliveira, ao contrário, não acreditava na dissolução da *Arca de Noé* pelo fato de terem os grandes

[61] Ver: FSP 07/10/1994

[62] Alcançada a estabilização monetária após o lançamento do real, a discussão deixou de ser política, passando a ser econômica. Saía do campo das mudanças, da ética e da honestidade, para o campo da estabilização econômica. Lula perdia, portanto seu grande trunfo. A força da candidatura de Lula era o pujante movimento de mudanças e incorporação da *fala* que ocupava os espaços públicos desde os fins dos anos 70. Era um movimento que para além dos elementos políticos e sociais trazia consigo importantes variáveis econômicas objetivadas na luta contra a superexploração do trabalho, pela desprivatização do Estado. No entanto, segundo Rodrigues (2000), na década de 90, particularmente após as manifestações pelo *impeachment*, os elementos econômicos perderam força. A questão da ética é quem ganha relevância. A questão moral se sobrepõe à econômica. Dentro dessa plataforma a candidatura de Lula cresceu e assumiu a ponta nas pesquisas de opinião. Na medida em que a discussão se reduziu ao combate à inflação, Lula perde espaço. Mais uma vez, portanto, nas eleições de 1994, os elementos fundantes da disputa ficam obnubilados.
Ao contrário, Fernando Henrique ganhava, pois se caracterizou como o candidato da estabilidade contra o candidato da inflação. Ao mesmo tempo, Fernando Henrique ao estabelecer como prioridade o emprego, a educação, a saúde, a agricultura e a segurança, se apropriava de bandeiras que calavam fundo na população e que vinham sendo defraldadas historicamente pelo PT.

interesses encontrado "*no Fernando um canal para o poder e não vão combatê-lo [...] é um governo de perfil neoliberal, que tentará suprir algumas carências sociais, mas que não conseguirá construir uma nova cidadania*" (FSP, 23/08/1994).

O clima em relação a FHC após a sua vitória e durante os primeiros passos do seu mandato, por parte de setores de centro e da esquerda, era um misto de incredulidade na sua capacidade de manter a unidade em torno da aliança que o elegeu, e também uma certa esperança nos rumos progressistas que ele pudesse imprimir ao governo, pois, não obstante sua coligação com a direita, FHC possuía um passado e uma formação intelectual de esquerda que poderia fazer a diferença. Francisco de Oliveira, ao mesmo tempo, afirmava que o governo de *Fernando* seria um "*desastre do ponto de vista social*"; acrescentava: "*Minha esperança é que ele, pela força de sua personalidade, dê um outro rumo ao governo. O Fernando tem ambição de passar a história no mesmo nível de um Getúlio ou de um Juscelino*" (FSP, 23/10/94).

O clima é muito amistoso entre o presidente eleito e os partidos de oposição. Mesmo o PT, partido que legitimamente foi guindado pelas urnas a ser oposição, vinham sinais de boa vontade. Francisco Weffort, um dos seus mais profícuos formuladores, vê elementos auspiciosos em FHC, já no dia seguinte após a eleição[63]. Fala-se inicialmente até na participação do PT no governo, mas

---

[63] *Mas se não estou convencido de que Fernando busque modelos lá fora, sempre me pergunto o que vai poder fazer no seu governo, tendo os aliados conservadores que tem. Se sua obra permite alguma previsão sobre a sua conduta futura, esta será a de um chefe de Estado empenhado na modernização e na democratização da sociedade brasileira. Ele desejará que o país continue crescendo, mas que seja menos injusto – esse é o ponto. Significa dizer, desde logo, que quem quiser fazer oposição ao novo governo supondo que seu presidente é um conservador, estará tomando o caminho errado.*

No campo da oposição, haverá que se entender que se já não há lugar, neste país, para governo monopolíticos, também já não há espaço para as chamadas oposições sistemáticas. Em determinando

isso será descartado por FHC "*Não é bom para o PT, não é bom para nós e não é bom para o Brasil*" (FSP 24/10/1994) (bem diferente do que ele dizia antes da eleição)[64]. Lula também descarta a possibilidade: "*não vejo nenhuma necessidade de o partido participar do governo*" (FSP, 25/10/94)[65]. Na reunião do Diretório Nacional do PT, ocorrida em novembro de 1994, substitui-se o termo de "*oposição sistemática*" por "*oposição propositiva*". Segundo o líder do PT na câmara, deputado Federal José Fortunati, "*Collor desprezava o Congresso. Fernando Henrique deve abrir espaço para a oposição com propostas, o que é saudável e democrático*" (FSP, 25/111994).

No PDT havia dúvidas a respeito dos compromissos de FHC com o Consenso de Washington. Brizola dizia que o seu partido faria uma "*oposição construtiva"*, mas se o governo assumisse um perfil neoliberal aí sim teria que enfrentá-lo "Terá que passar por cima de nós" diz ele (FSP, 16/11/1994). Parlamentares do PT e o governador eleito do Distrito Federal Cristóvão Buarque participam da festa de posse de FHC, tem até quem se diga orgulhoso por ter sido convidado (FSP, 04/01/1995).

O que essa parte da esquerda não havia percebido é que

---

momento da campanha, Lula acusou Fernando de plágio. Curiosamente, o "intelectual orgânico" da classe operária, trazia à baila um tipo de acusação que só teria sentido entre intelectuais "tout court". Plágio ou coincidência de pontos programáticos, a questão que se coloca agora é a seguinte: como poderá o PT deixar de apoiar o novo governo pelo menos nestes pontos?

Se a agenda apontar para o lado certo, nós estaremos, como país, caminhando no sentido da consolidação da democracia política e de uma sociedade menos desigual. Estaremos caminhando no sentido de uma economia mais desenvolvida e de uma sociedade menos injusta. Não é isso que se chama, em geral, de modernidade? Se for este o caminho, e eu sinceramente espero que assim seja, estas eleições de 1994 ficarão na nossa história, depois de 1930, como início da nossa segunda revolução democrática (Weffort, 1994).

Weffort assume o Ministério da Cultura no governo FHC, sem sofrer grandes críticas por parte da cúpula do partido (FSP, 08/12/1994).

[64] Em 03 de setembro FHC afirmou ser possível uma aproximação com o PT no governo (GM, 04/09/1994).

[65] Uma pesquisa do Datafolha apontava que 60 % dos eleitores petistas queriam a participação do PT no governo recém eleito (FSP, 23/10/94).

> *FHC aparece como peça essencial de uma estratégia global que transcende em muito as nossas fronteiras, como fica visível na entrevista de John Williamson à Folha (07/ago). O seu programa de estabilização e reformas é perfeitamente consistente com os desígnios do G-7 e da chamada comunidade financeira internacional Mas isto não envolve conspirações, envolve uma convergência a partir da aceitação realista por parte de FHC, de uma correlação de forças que ele considera imutável* (Fiori, 1994b).

O PMDB permanece, como ao longo dos últimos anos, em meio as suas eternas disputas. O resultado das eleições presidenciais havia enfraquecido os setores ligados a Quércia, permitindo a FHC operar com desenvoltura no sentido de trazer esse partido para sua base de apoio. O deputado Luiz Henrique, presidente nacional do PMDB, emite sinais claros de que o seu partido deverá apoiar o governo "*Há inegavelmente tendência de respaldá-lo*" (FSP, 23/11/1994). A negociação com o PMDB deu a presidência do Senado a José Sarney, enquanto a da Câmara ficou com Luiz Eduardo Magalhães, do PFL. O mesmo movimento é feito em direção ao PP.

Mas se os setores de esquerda estão em compasso de espera, o mesmo não acontece com os setores representantes do grande capital. Estes não perdem tempo e pressionam no sentido das reformas neoliberais. É a política continuada de colonização pela mídia dos grandes interesses das burguesias nativas e forâneas. O horizonte estratégico buscado pela colonização midiática é dar consecução à construção da agenda neoliberal, o inimigo a ser destruído é o corporativismo, em última análise, as organizações dos trabalhadores, posto que essas se consolidaram dentro de parâmetros societais, que nesse momento são óbices à reprodução ampliada do capital.

O nacional desenvolvimentismo, e por último, as estruturas sociais participativas que legitimavam o dissenso, a *fala dos debaixo*, e vinham sendo construídas desde fins dos anos 70, pela ação do movimento operário, precisavam

ser sepultadas. Mas, nesse momento, calar a *fala*, combater abertamente o movimento sindical não está posto. O ataque ainda não pode ser direto. É preciso dar continuidade à construção nas mentes e corações, inclusive da própria classe trabalhadora, de novos conceitos. É necessário que a nação absorva novos valores. Esse papel cabe aos *escribas da ordem*. Pontes (1994), entre outros, defende que Fernando Henrique não pode se comportar no governo como na campanha: é preciso cumprir os compromissos mesmo que desagradem alguns setores.

> *um mundo de dificuldades que exigirá também atitudes antipáticas para determinados grupos ou correntes que votaram nele com devoção. Não se governa apenas baixando o preço da gasolina ou cancelando demissões de petroleiros grevistas* [...]
>
> *Se não fizer as privatizações que prometeu (as do setor petroquímico), as que não explicou direito (do setor elétrico) e as que acha possíveis (a Vale do Rio Doce, por exemplo), enfrentando o corporativismo das estatais; e se não fizer um novo desenho de gerência do Estado, enfrentando tabus e, principalmente, os governadores aliados, não será o mesmo. [...] Ou seja, FHC só existe com FHC2* (Pontes, 07/10/1994).
>
> *Se puser em prática a reforma constitucional, com as reformas estruturais no Estado, que a proposta do PT se recusava a admitir; se privilegiar a economia de mercado, usando as tarifas alfandegárias como instrumento da política de preços, abandonando a tradição de proteger indústrias que nem sempre procuravam ser eficientes e competitivas; se adotar a livre negociação entre empregados e empregadores.* [...]
>
> *A sociedade espera que Fernando Henrique Cardoso opere nas costas do Estado verdadeira revolução sem alarde. É preciso acabar com toda a forma de corporativismo ainda entranhado na vida brasileira* (Veiga, 07/10/1994).

2.3.7 O mundo do trabalho na ante-sala do governo FHC

No *chão de fábrica* a luta desde julho de 1994 e início de 1995 era pela recomposição das perdas salariais. A lei Nº 8.880/94, que criou o real em julho de 1994, previa reajuste apenas na data-base de cada categoria, quando seria utilizado o IPC-r acumulado no período como fator de correção. Para os trabalhadores essa fórmula trazia embutidas perdas salariais. Desde então diversos sindicatos fazem campanhas emergenciais, visando a repor seu poder de compra. Na linha de frente desse processo se encontravam os petroleiros, bancários, economiários, trabalhadores das siderúrgicas estatais, da Rede Ferroviária Federal, metroviários, dos correios, telefônicos e metalúrgicos.

O governo de Itamar reage com firmeza para evitar o que, na opinião daquele governo, seria a continuidade da indexação da economia. No Rio Grande do Sul, o sindicato dos metalúrgicos conseguiu, em julho, negociando diretamente com os empresários, um acordo prevendo gatilho e reposição trimestral de perdas. Esse acordo será duramente atacado pelo governo. Da mesma forma, a administração federal intervém em negociação que envolvia o sindicato dos metalúrgicos do ABC e os patrões[66]. A palavra de ordem do governo era opor-se à indexação e pela estabilidade monetária. O Ministro da Fazenda, Ciro Gomes e o Ministro do Trabalho, Marcelo Pimentel denunciavam que esses acordos colocavam em risco a estabilidade e o Plano Real, criticavam os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e ameaçavam com punição as empresas (GM, 01 e 03/08/1994). Foi essa orientação que fez com que não fosse levado a efeito o acordo denominado de *Termo de Entendimento*, celebrado entre o presidente Itamar, seus ministros a CUT e os petroleiros, em Juiz de Fora/MG.

[66] A pressão do governo contrária ao acordo entre metalúrgicos e as empresas provocou uma greve de seis dias (FSP, 19/09/1994).

Acordo esse que possibilitou a suspensão da greve da categoria, conforme veremos adiante.

A orientação do governo era para que as estatais não negociassem e recorressem ao dissídio. O governo apostava na postura dos tribunais superiores em particular do STF, que vinha, desde a edição do Plano Bresser, não interferindo nas políticas salariais do governo. Em 1987 os ministro do Superior Tribunal Federal reconheceram como legítimo o expurgo de 26,5%, da inflação do mês anterior, levado a efeito pelo plano Bresser. Em 1988, o mesmo STF permitiu que o governo retirasse 16% referente à URP de fevereiro daquele ano. No Plano Verão em 1989 foram expurgados 26,06%, e em 1990, durante o Plano Collor, mais uma vez aquele tribunal concordou com o expurgo da inflação de 84,32%. O imbricamento das ações do STF com as políticas de governo levou essa instância a suspender sentenças proferidas por outros tribunais que davam direito a algumas categorias de receber os índices expurgados (GM, 1/2/3 de 07/94). No dia 16 de novembro, o TST revoga dois enunciados que davam aos trabalhadores direito adquirido sobre receberem reajustes por perdas durante planos econômicos anteriores.

Era grande a disparidade entre as reivindicações dos trabalhadores e os reajustes oferecidos pelas empresas[67]. Afora a recomposição das perdas, os sindicatos reivindicavam reajustes mensais e produtividade. A diminuição do poder de ação dos trabalhadores das empresas particulares estava evidente. O movimento sindical no setor privado se encontrava já bastante enfraquecido pelo

---

[67] *****Petroleiros reivindicavam 112,68%, a Petrobrás oferece 13,38%; bancários reivindicam 116%, a Fenaban oferece 16%; economiários reivindicam 108,36% a CEF oferece 13,39%; os trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) reivindicam 97,46% a empresa nega qualquer acordo, pois a data-base deles é em janeiro; bancários do Banco do Brasil (BB) reivindicam 120% o BB oferece 13,53%. eletricitários reivindicam 131%, o sistema Eletrobrás oferece 15,67%. Aeroportuários e aeroviários reivindicam 20% e 171% respectivamente. A Infraero oferece zero por eles estarem fora da data-base. A diferença era fruto dos índices escolhidos como balizadores. Os trabalhadores usavam o ICV-Dieese, as empresas só queriam dar o IPC-r do governo.

***** Esses índices podem variar em 1 ou 2 por cento. Nos jornais pesquisados ocorre essa diferença.

efeito do desemprego. Por exemplo, em 1989 havia 49,5 bancários por agência, em 1993 esse número cai para 37,4 (GM, 13/07/1994).

Tabela 4: Números de greves e grevistas Brasil - Região Urbana 1990-1994

ANO	Nº Greves	Nº Grevistas
1990	2.357	20.296.356
1991	1.399	16.701.635
1992	568	2.923.472.
1993	653	3.595.770
1994	1034	3.266.071

Fonte: Noronha (1994). Nepp/Unicamp; Desep/CUT; DIEESE.

À medida que se aproxima o fim do ano, as mobilizações se circunscrevem ao setor estatal e aos servidores públicos, mesmo assim com grandes limitações. O mês de setembro, reconhecido por seus enfrentamos trabalhistas, já que ele é data-base de categorias importantes como bancários, metalúrgicos e petroleiros, não reproduz os enfrentamentos ocorridos em anos anteriores. Apesar das paralisações ocorridas nessas categorias, apenas a greve dos petroleiros, ocorrida entre os dias 27 de setembro a 05 de outubro de 1994, teve maiores repercussões. A redução da força das greves é motivo de galhofa por parte do Ministro Presidente do TST, Orlando Teixeira Costa, que afirma ter havido um setembro *cor de rosa* (GM, 26/09/1994).

O ano de 1994 termina com mais uma greve dos petroleiros ocorrida entre os dias 23 a 25 de novembro. Esta segunda greve é suspensa sem uma resolução definitiva, a exemplo da ocorrida em setembro. É evidente o clima de insatisfação e disposição de luta dos trabalhadores das estatais que, comandados pela CUT, passam a agir em um processo de enfrentamentos e recuos. Sob fogo cerrado do

governo e dos tribunais, os trabalhadores entram em greve; após alguns dias de paralisação retornam; alguns acordos ou promessas são feitos, mas em seguida não são cumpridos. O espírito de disputa permanece no ar, apesar de objetivamente ter reduzido o número de greves, os congressos da CUT e da FUP realizados em maio e julho respectivamente, avaliam que do ponto de vista político, a década de 90 até aquela data era positiva e que havia perspectivas favoráveis a luta dos trabalhadores,

> *O recente período é marcado pela ascensão de um amplo movimento democrático, por uma intensa atividade política e pela tomada de consciência das massas, que alcançaram novas posições e fortaleceram sua capacidade de influência e de pressão* (Caderno de Resolução do V CONCUT)[68].

Ficava patente que os petroleiros e os servidores públicos, eram as categorias, que apesar da *des*construção neoliberal sobre o mundo do trabalho, guardavam maior poder de pressão e davam sinais claros de que voltariam à greve. Deve ter sido esse o clima apreendido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), antigo SNI, quando procedeu, a pedido de FHC, o levantamento das áreas nas quais "*poderão ocorrer conflitos sociais durante o seu governo*" (Dimenstein, 1994). Mesmo porque, a proposta do futuro Ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira, previa uma série de cortes para os servidores públicos, no que enfrentaria a oposição da CUT[69].

[68] O *impeachment* de Collor, o fracasso da Revisão Constitucional e a instalação da CPI do Orçamento com suas cassações eram os balizadores. Este congresso aprovou um plano de ação visando a unificar as campanhas salariais no sentido da construção de uma Greve Geral.

[69] Bresser defendia o fim da estabilidade no emprego e das aposentadorias especiais para os servidores públicos. Seu desejo era unificar os mercados de trabalho, acabando com as diferenças entre publico e privado (FSP, 22/12/1994).

2.3.8 O intróito do governo FHC

Os primeiros quatro meses do novo presidente eleito vão se caracterizar pelas indefinições e incertezas: falta ao governo base sólida no Congresso; ocorre uma perda crescente de popularidade; não consegue fazer acontecerem as reformas constitucionais; as privatizações não deslancham; sofre derrotas importantes no Congresso; a oposição inicia um processo rápido de articulação; o movimento social organizado, capitaneado pela CUT e pela Central dos Movimentos Populares – CMP, se define pelo confronto; os fundamentos da economia começam a dar sinais de exaustão; há indefinições na condução do Plano Real e desencontros entre os próprios ministros[70]. Esse quadro só muda a partir de fins de abril, quando o governo assume claramente o aprofundamento da política neoliberal e passa a operar fortemente com o fim de consolidar suas posições. A greve dos petroleiros, ocorrida em maio/junho de 1995, vai se dar quando o governo começava, de forma incisiva, a controlar o jogo político.

Fernando Henrique traz para sua base de sustentação, além do PFL, PTB e PSDB, que o apoiaram na eleição, o PMDB, o PP e o PL. Teoricamente; isso seria mais do que suficiente para lhe dar maioria no Congresso Nacional, entretanto, não é o que ocorre durante os quatro primeiros meses do seu mandato. Nesse período o governo assistiu a derrotas importantes no Congresso ou para evitá-las teve que fazer "descabidas" concessões. Por exemplo, a indicação de Pérsio Arida para o Banco Central foi rejeitada pelo Senado por duas vezes, logo no mês de janeiro. O presidente teve que vetar, em fevereiro, o reajuste do salário

[70] José Serra bate de frente com Dorothéa Werneck; Os ministros da agricultura e fazenda se desentendem sobre reajuste de preço; Bresser Pereira (Administração Federal) e Adib Jatene (Saúde) divergem sobre a estabilidade do servidor público que o primeiro quer pôr fim e o segundo discorda (FSP, 07/01/1995).

mínimo, por não conseguir evitar sua aprovação no Parlamento em janeiro. Ao mesmo tempo, sancionou a anistia para o Senador Humberto Lucena[71].

Na questão do aumento do imposto de renda para as empresas, o governo só conseguiu aprovar, em janeiro de 1995, quando limitou a validade do reajuste para apenas um ano. Jader Barbalho, líder do PMDB no Senado, comandou no mês de março, a aprovação de emenda que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, indo frontalmente de encontro aos interesses da equipe econômica; em abril os ruralistas derrubam o veto presidencial que impedia as dívidas destes serem pagas pela URV. Mesmo no PFL, partido extremamente fiel ao governo, havia problemas. O senador Antônio Carlos Magalhães, descontente com os pronunciamentos e ações do ministro das comunicações, Sérgio Mota, atacava constantemente membros do governo e ameaçava articular sua base contra o veto do presidente ao salário mínimo, caso não houvesse compensações. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dividiu em quatro a emenda da Previdência, prejudicando os interesses do governo.

A maioria dos entraves era provocado pela base aliada do governo, não surge a partir da oposição. Os partidos disputam espaços na administração federal e a forma de pressão usual é barganhar nas votações do Congresso. Mesmo no PSDB não se tem garantia de fechamento de questão em torno das reformas "*Não acredito que, formalmente, vamos fechar questão*" diz o líder do PSDB na Câmara (FSP, 27/03/95). Em março, Pimenta da Veiga renuncia à presidência do PSDB, descontente com a preferência de FHC por Sérgio Mota. Inicialmente a oposição não faz grandes enfrentamentos com o governo. Na crise cambial de março, a oposição na voz de suas lideranças na Câmara dos Deputados, Jacques

[71] A Justiça eleitoral cassou a candidatura do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) pelo uso irregular que ele havia feito da gráfica do Senado. O projeto de anistia ao senador foi aprovado na Câmara em janeiro.

Wagner (PT) e Miro Teixeira (PDT), apóiam o governo e combatem os especuladores.

O maior partido da oposição, o PT, apesar de majoritariamente se posicionar contra a política econômica e as propostas de reformas constitucionais de FHC, trava internamente uma grande polêmica sobre esses temas. Em algumas cidades administradas por dirigentes petistas, parte do receituário neoliberal, como enxugamento da máquina pública e privatizações, é aplicada, a exemplo de Quixadá (CE), Ribeirão Preto (SP) e Curitiba (PR). Os deputados federais José Genuíno, Eduardo Jorge e Paulo Delgado são criticados dentro e fora do partido por estarem muito "alinhados" com o governo federal[72]. O fato de Weffort ter ido para o governo não foi motivo de maiores críticas por parte da direção petista. Era um certo clima de dúvida quanto ao verdadeiro perfil que teria o governo FHC. Não obstante desde o mês de novembro do ano anterior, a reunião do Diretório Nacional ter definido por ser oposição ao governo FHC[73].

A falta de apoio no Congresso é explicada inicialmente por se tratar de uma fase de transição. O governo novo teve que conviver com um Congresso antigo[74]. Reflete também a pouca disposição de negociar do governo; na opinião de analistas; o governo se isolava[75]. A fraqueza de FHC frente ao Congresso Nacional refletia na economia, visto que o sucesso do governo dependia, segundo os próprios operadores da economia de mudanças no sistema tributário, previdenciário, financeiro e na ordem econômica. Como não se percebia força do governo no Congresso para aprovar essas mudanças criava-se um clima de instabilidade.

---

[72] A polêmica envolvendo os três deputados federais avança até o mês de maio, quando Lula, de forma pública critica o alinhamento de José Genuíno com o governo.
[73] Na reunião do Diretório Nacional realizada em fevereiro de 1995 o partido se define por apresentar propostas alternativas de reforma à Constituição. Fecha questão também na defesa da manutenção dos monopólios do petróleo e das comunicações.
[74] O novo Congresso só assumiria em 15 de fevereiro.
[75] Ver Clovis Rossi (FSP, 08/01/1995).

A composição do ministério de Fernando Henrique não trouxe novidades, ou se pode dizer que a novidade foi à ausência dela. Especialmente na área econômica, porque, diferente do que aconteceu quando da mudança de outros presidentes, não ocorrem mudança no comando da economia. FHC mantém a mesma equipe que foi para o Ministério da Fazenda durante a sua gestão[76]. Inicialmente foi um sinal positivo para os agentes econômicos, fica patente a continuidade da opção que vinha desde FHC. Havia, entretanto, uma disputa instalada no governo entre José Serra, no Ministério do Planejamento e Pedro Malan, no Ministério da Fazenda. Era a disputa de dois modelos distintos de condução da economia sob uma mesma base neoliberal. Para o primeiro, o aperto na economia estava de bom tamanho, sendo necessário adotar políticas de crescimento e desenvolvimento da indústria local. Para o segundo grupo, a redução da inflação inicialmente foi satisfatória, mas era necessário aprofundar de forma ortodoxa o plano, priorizando duramente o combate à inflação. A contenda entre esses dois projetos só terá desfecho visível na última semana de abril.

Esse clima é percebido pela população. Em fevereiro pesquisa Datafolha aponta queda nos índices de popularidade de FHC. Sua aprovação cai de 70% antes da posse para 36%. Reduzia-se pela metade o número de cidadãos que acreditavam que o seu governo seria ótimo ou bom. A mesma pesquisa apontava também um aumento do percentual de pessoas que acreditavam na volta da inflação, este cresce de 30% para 36%.

Agravando ainda mais a atmosfera de insegurança, na primeira semana de março, o governo se rende às evidências. Após haverem afirmado insistentemente que o Brasil não era o México, logo, estava longe da crise, os condutores da política econômica, visando a conter a fuga de capitais e, por conseguinte, o

[76] Durante a redemocratização do país, entre os anos de 1985 a 1994, o controle da economia mudou de mãos mais de dez vezes.

desajuste externo, se vêem obrigados no dia 06 de março a desvalorizar o real em 2,8%. Criam o sistema de banda flutuante para controle do câmbio. Aumentam as tarifas de importação de bens de consumo duráveis e elevam brutalmente a taxa de juros. Essa primeira grande mudança no Plano Real em oito meses, ao tempo em que serviam para amenizar o desequilíbrio externo, reduz a capacidade de controle inflacionário que, por sua vez, poderia tornar inócua a desvalorização realizada. Analistas reagem demonstrando insegurança,

> *A política econômica está mudando e a cada guinada a equipe diz que age preventivamente. A cada reação, porém, seus objetivos parecem ficar menos nítidos. Produzir superávits comerciais, controlar consumo via juros, tentar fazer avançar a privatização e aguardar a revisão constitucional parece um retrocesso —ao início da gestão de FHC no Ministério da Fazenda de Itamar* (Campos, 1995).

A última quinzena de março e a primeira de abril registrarão um aprofundamento da crise no governo Fernando Henrique Cardoso. Os setores de oposição capitaneados pelo PT, PDT e CUT se mostram menos "*pacientes*", passam a confrontar o governo organizando manifestações contrárias às reformas constitucionais. O presidente passa a ser vaiado em suas viagens pelo país por estudantes, sindicalistas, desempregados e trabalhadores das estatais. O movimento sindical e outras organizações populares começam a se articular contra as mudanças na constituição. Estes setores desejavam reeditar os movimentos vitoriosos que levaram ao *impeachment* de Collor e derrota da direita na revisão constitucional.

O governo FHC, ao priorizar a reforma da previdência[77], unificou contra ele diversos setores, ficando de fora apenas a Força Sindical, que defendia as reformas. A penúltima semana do mês de março é tempo de grandes manifestações em Brasília articuladas pela CUT e CMP. As movimentações

[77] Em março, o Executivo enviou ao Congresso um projeto de emenda constitucional para reformar a previdência (PEC 21).

incluíam aposentados, trabalhadores rurais, desempregados, sindicalistas, lideranças comunitárias e dirigentes dos partidos de esquerda. Vem gente de todas as partes do Brasil. Os manifestantes tomam a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes. Bradam[78] contra as reformas, exigem mais investimento social nas áreas de saneamento, moradia, habitação e saúde. Em outras partes do país, também são realizados atos contrários às reformas[79].

Diversas lideranças governistas reconhecem dificuldades crescentes. "*Há insatisfação na bancada. O PP é o único partido que integra a base e não participa do governo. É preciso saber se o presidente quer nossa participação ou não*" (Álvaro Dias, presidente nacional do PP. FSP, 22/03/1995). "*O clima político não é bom*" diz Ney Lopes, do PFL/RN. "*O clima já teve mais favorável às reformas [...] O governo está incolor, insípido e amorfo"* afirma Geddel Vieira Lima PMDB-BA. Para Miro Teixeira (PDT) e Jacques Wagner (PT) a situação era favorável à oposição, que precisava ter apenas 40% dos votos dos congressistas para manter inalterada a Constituição (FSP, 27/03/1995).

O mês de abril se inicia sob o manto da necessidade de reação por parte do governo:

> *FHC herdou um caos econômico, político e social. Resolver tudo em três meses seria um milagre. Mas vivemos um momento difícil, porque a revisão constitucional está mal-articulada. Não há investimentos na área social. O aumento para 70% das alíquotas de importação é um erro* (Pedro Camargo Neto, 1º coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais - PNBE. FSP, 02/04/1995).
>
> *Os pontos positivos são a manutenção do Plano Real, a prioridade ao combate à inflação e o início do encaminhamento das emendas constitucionais. Pontos negativos são as dificuldades na área de comunicação, a falta de coordenação da equipe e a falta de entrosamento com o Congresso* (Carlos Eduardo Moreira Ferreira,

[78] "*Se reforma chegar nós vamos parar*" – "*De Fernando em Fernando o Brasil vai se afundando*" – "*FHC – Chega de nhenhenhém. Já tiramos um Fernando, tiramos você também*".
[79] No ABCD paulista o sindicato dos metalúrgicos organiza manifestações e discussão sobre o tema.

> presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. FSP, 02/04/1995).
>
> *As reformas são necessárias, mas não no modelo do neoliberalismo, que tenderia a agravar as desigualdades, e sim nos moldes da democracia [...] a OAB estará atenta à nefasta influência de grupos minoritários e impatrióticos que querem desnacionalizar o país e destruir os direitos e garantias constitucionais conquistados pelo povo* (Uchoa Lima, presidente da OAB nacional. FSP, 04/04/1995).

A gravidade da situação não ocorria de forma desapercebida por parte do governo. FHC busca um novo articulador político e inicia o mês de abril reunindo os lideres dos três maiores partidos aliados (PFL, PMDB, PSDB). Envia seus ministros para negociar diretamente no Congresso as demandas dos parlamentares. Troca a tática do "*rolo compressor*" pela negociação. Na mesma semana, o líder do PSDB na Câmara, reúne pela primeira vez os líderes dos outros cinco partidos aliados – PFL, PMDB, PTB, PL e PP, para um jantar. Essas articulações, se de pronto não resolvem a situação, servem para começar a reverter o quadro. O Senador José Sarney, Presidente do Congresso, que tinha chegado a defender a retirada da emenda da Previdência, depois de uma conversa com FHC, muda de idéia e começa a articular apoio dos senadores às propostas do governo.

Esses movimentos não eram suficientes para aplacar a angústia dos escribas neoliberais. Em um artigo do dia 23 abril, o economista Eduardo Giannetti da Fonseca, critica os impasses do Plano Real e "antevendo" o que viria, cobra maiores iniciativas e fatos positivos,

> *O problema, contudo, é que a engenharia financeira do Real está visivelmente esgotada e isto está ocorrendo muito antes que os fundamentos da estabilização tenham se materializado ou sequer surgido no horizonte. A política macroeconômica parece cada vez mais descaracterizada e pendurada nas emergências do momento, enquanto as reformas constitucionais e medidas de fundo, como a privatização dos bancos estaduais sob intervenção do Banco Central,*

> *patinam e atolam no mais escabroso varejo da pequena política nacional [...]*
> *A deterioração das expectativas em relação ao Plano Real reflete acima de tudo a percepção de que a condução da política econômica de curto prazo perdeu a consistência e o projeto reformador do governo FHC está devagar quase parando.*
> *Para reverter este quadro e garantir o sucesso do Real daqui para frente, o governo precisa recuperar a iniciativa e mostrar que tem um programa de ação claro e exeqüível que ele é capaz de cumprir. Está mais do que na hora de o Executivo gerar um fato positivo de peso na consolidação do Real* (FSP, 23/04/1995).

Durante essa mesma semana o quadro político se modificara grandemente. FHC, ao retornar ao Brasil, após passar quase uma semana nos EUA[80], quando se encontrou com dirigentes do mundo político/empresarial daquele país e de organismos internacionais como FMI, Bird, e BID, adota algumas medidas que transformam radicalmente o panorama econômico e político. O governo assume a tão cobrada iniciativa, passa à ofensiva. Na terça-feira, 25 de abril, o Ministro do Planejamento, José Serra, anuncia um radical programa de privatização de 17 empresas estatais a serem vendidas entre junho e dezembro. Incluem-se entre as privatizáveis as empresas do setor elétrico, subsidiárias da Eletrobrás, meninas dos olhos do capital privado, que deveriam ser privatizadas até 1998. Anuncia-se a venda da Vale do Rio Doce dentro de um prazo de seis meses. A disposição de privatizar agora era para valer. Essa postura pega de surpresa dirigentes de estatais privatizáveis, que afirmavam desconhecer as decisões (FSP, 26/04/1995).

No mesmo 25 de abril, o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, fugindo de sua própria característica, endurece o discurso e, de Washington, onde participa de reunião com o FMI, ataca quem ele denomina de "*coveiros do Real*", *alarmistas de plantão*" e "*catastrofistas*"

[80] FHC viajou no dia 17 de abril e retornou no dia 22.

> *Existe um número excessivamente grande de coveiros do Real, que procuram antecipar o fracasso do plano. Eles estão em operação desde antes da introdução do plano [...] os coveiros estão errados, já que muitas previsões publicadas desde o ano passado não se confirmaram [...] a inflação dos três primeiros meses é a menor dos últimos 25 anos [...] A despeito das cassandras (anunciadores de desgraças), alarmistas de plantão e dos catastrofistas, que estão em busca de declarações para antecipar o fracasso do plano, seremos bem-sucedidos[...] o Real é o plano de estabilização mais bem-sucedido já feito no país* (Malan, FSP, 26/04/1995).

Na quarta-feira, dia 26, FHC faz um pronunciamento à nação; de forma inflamada defende o Plano Real e pede apoio à população para as reformas constitucionais: "*Não se omita, manifeste o seu apoio, diga ao deputado, ao senador em quem você votou o que você espera dele* [...] *Nós precisamos vigiar mais os preços* [...] *Denuncie aos Procons (procuradorias de defesa do consumidor) os que abusam. Evite os crediários e os empréstimos, porque os juros estão muito altos* (FSP, 27/04/1995). No dia seguinte são lançadas medidas duras, no sentido de reduzir a liquidez do mercado. O cartão de crédito e o cheque especial ficam mais caros e os bancos são proibidos de negociar cheques pré-datados. A meta era reduzir o consumo, visando a conter o processo inflacionário que dava sinais de descontrole.

A partir de então, deixou de haver dúvidas sobre qual o caminho que o governo FHC seguiria no tocante a sua política econômica. O anúncio das ações de governo, o comportamento dos ministros Malan, Serra e do presidente do Banco Central, Pérsio Arida, explicitou que a opção foi refazer a aposta original do Plano Real; o objetivo precípuo era eliminar a inflação. A desvalorização do real em março e a restrição das importações dos duráveis apontaram no sentido de reduzir a abertura da economia; para muitos o governo teria dado meia volta e

optado pela proteção da indústria endógena, protegendo-a e sustentando o crescimento. Seria o caminho de Serra. Agora não. As medidas não deixam dúvidas, o caminho escolhido segue a orientação de Malan: é o retorno aos fundamentos que originaram o Plano Real.

No Congresso Nacional o governo emite sinais de ter retomado a iniciativa. No tocante às reformas constitucionais, foi também uma semana promissora para FHC. Percebendo as resistências acerca da reforma da previdência, o governo resolve apostar na quebra dos monopólios e na abertura da economia. No dia 25 de abril de 1995, o governo comemora sua primeira vitória na luta pela abertura de mercado. Aprovou-se, na comissão especial da câmara que analisava o assunto, parecer favorável à emenda que quebrava o monopólio dos estados na distribuição de gás canalizado. No dia seguinte, 26 de abril, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade da emenda constitucional que permite a reeleição para presidente da república, governadores e prefeitos[81]. No dia 28 de abril mais uma importante vitória para o governo, que consegue aprovar na CCJ da Câmara a admissibilidade de sua proposta de reforma constitucional da Previdência. Nesse mesmo dia 28 FHC demite José Machado Sobrinho da direção da Petrobrás. Machado Sobrinho havia publicado um artigo na imprensa criticando o processo

[81] Apenas o PT votou contra.

de privatização. Era mais uma demonstração inconteste da firme disposição do governo de privatizar, não aceitando contestações.

As iniciativas e vitórias do governo descortinam um cenário completamente diferente. Em pouco mais de 15 dias modificam-se inteiramente as expectativas sobre o quadro político e econômico do país. O mês de maio de 1995 se inicia dentro de uma nova perspectiva para o governo. De um cenário de incertezas e fragilidade FHC passa a demonstrar consistência e rumo. Será nesse contexto que se dará início à greve dos petroleiros. Essa greve é, na verdade, a continuidade da luta da categoria iniciada ainda durante o governo Itamar. Os petroleiros reivindicam reposição de perdas, cumprimento de acordos e defendem a manutenção do monopólio estatal do petróleo. Uma luta que visa, sobretudo, resistir aos avanços da política neoliberal sobre direitos anteriormente conquistados. Mas a grande diferença é que nesse momento está sendo implementado, de forma organizada e bem articulada sob um novo *condottiere*, um diferente projeto que visa acima de tudo, a oferecer melhores condições à reprodução do capital.

Em função do cenário posto, a luta dos petroleiros não significará apenas mais uma disputa industrial. Não se tratam de simples reivindicações que pudessem ser ou não negociadas, aceitas ou negadas, como seria comum na disputa sindicato/empresa. O que se coloca em jogo , ora, são dois modelos de organização social, formas distintas de controle da produção societal. É a reedição da disputa travada nas eleições presidenciais de 1989; que tornaram a se confrontar durante a revisão constitucional em 2003 e, em seguida, no embate das eleições presidenciais de 2004.

Para os setores dominantes a greve ocorre justamente no momento em que eles retomam a iniciativa do processo político e econômico. Voltam a dar continuidade na implantação da agenda neoliberal, que havia sido iniciada de forma mais incisiva[82] e também desorganizada por Collor. Não pode haver vacilação por parte do governo nessa disputa. Outros setores da classe trabalhadora, resistentes ao neoliberalismo, já haviam ficado para trás; foram vencidos pelas privatizações, fechamentos de fábricas, pelo desemprego. Agora há que se derrotar aquele que seria o último grande bastião de resistência, a categoria petroleira.

[82] É interessante registrar que desde a queda de Dílson Funaro no governo Sarney começam a ser gestadas iniciativas dentro do receituário neoliberal.

CAPÍTULO 3: A PETROBRÁS, OS PETROLEIROS, SUAS ORGANIZAÇÕES E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Pois não posso, não devo, não quero viver como toda essa gente insiste em viver e não posso aceitar sossegado qualquer sacanagem ser coisa normal (Bola de meia, bola de gude - 14 Bis).

3.1 Características do processo produtivo

A caracterização do processo produtivo da Petrobrás passa pela discussão da Indústria de Processo Contínuo (IPC). A indústria de petróleo em sua fase final, especialmente quando do processamento de gás e petróleo, insere-se dentro da IPC. Ao traçar os elementos constitutivos das IPCs, esboçamos também as características da indústria de petróleo, notadamente no que diz respeito aos processos envolvidos no segmento jusante ou *downstream* que envolve as refinarias, usinas e unidades de processamento de gás, fábrica de asfalto e fábricas de fertilizantes[1]. O segmento *upstream* — qual sejam, prospecção, exploração, produção — apesar de poder ser abordado quando da descrição/análise da greve de 1995, não será tomado centralmente no presente trabalho.

Discorrer sobre a indústria de processo contínuo, tratar das suas objetividades e particularidades é um elemento fundamental ao conhecimento não só da indústria de petróleo, como dos petroleiros, e para compreender melhor não apenas os aspectos técnicos, mas também os elementos sociais subjazentes à produção. É importante o conhecimento dos meios de trabalho, pois eles são "*não só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também são indicadores das condições sociais nas quais se trabalha*" (Marx, 1984).

As IPCs[2] são plantas que produzem a partir de complexas reações físico-químicas, fracionadas e interligadas por operações unitárias. A continuidade dessas reações envolve o macro e o micro controle. O macro-controle é realizado

[1] O transporte e a distribuição apesar de inseridos nesse segmento não serão analisados centralmente.
[2] Ao estabelecer a definição sobre esse tipo de indústria, seus equipamentos, controles e outros aspectos envolvidos, temos clareza de não esgotarmos todas as suas características. Essa não é a pretensão, nem tampouco é o objeto do presente trabalho, Por isso apenas reportamo-nos aos aspectos que julgamos centrais, possibilitadores de uma razoável *visualização* da mesma. Sobre a indústria de processo contínuo ver: Blauner, 1964; Gallie, 1978; Coriat, 1981; Carvalho, 1987; Tertre, 1989; Toledo, 1989.

à distância por uma variada rede de instrumentos e equipamentos, visando a manter as variáveis de processo — notadamente pressão, temperatura, vazão, velocidade e densidade dos fluidos — sob padrões rígidos previamente estabelecidos. O micro-controle é o desenvolvido pelos operadores nas suas respectivas áreas[3]. Apesar da crescente automação das plantas, muitas operações ainda são realizadas manualmente no campo. Cabe aos operadores de campo o preparo de soluções a serem adicionadas ao processo, os ajustes e troca das máquinas e/ou instrumentos, a colocação e retirada em operação de equipamentos.

As reações físico-químicas se processam no interior de torres, vasos, tanques, fornos, fornalhas e reatores[4]. Os equipamentos encontram-se normalmente fechados e isolados do ambiente. Na maioria das vezes inexiste possibilidade de acompanhamento visual do ocorrido nos seus interiores. A observação realiza-se através da leitura dos instrumentos inseridos nos próprios equipamentos ou situados à distância.

Os fluidos se deslocam de um a outro local por meio de tubos e/ou dutos, a partir da energia fornecida por bombas, compressores ou gradientes de pressão, temperatura e/ou viscosidade. As plantas da IPC ocupam normalmente grandes áreas. Vistas com o *olhar do estranho*, de quem não conhece o processo, enxerga-se apenas um emaranhado de tubulações[5] e equipamentos de cor cinza metálico interligados e integrados entre si, que não permitem reconhecer quando é o início, o meio ou fim da produção.

---

[3] O termo *área* nesse tipo de indústria é usado para denominar os locais onde ficam os equipamentos, máquinas e tubulações. Ocupam grandes espaços e, na maioria das vezes, estão a céu aberto.

[4] Marx já identificava diferenças desse tipo de indústria com as indústrias mecânicas tradicionais. As indústrias tradicionais se caracterizariam pela presença dos "*meios mecânicos de trabalho, cujo conjunto pode-se chamar de sistema ósseo e muscular da produção*". A indústria química se caracterizaria pela presença "*de sistema vascular da produção, como por exemplo, tubos, barris, cestas, cântaros, etc. Eles só começam a desempenhar papel significativo na fabricação química*" (Marx, 1983).

[5] É chamado *tubovia* o local por onde passa uma grande concentração de tubos.

Existe uma padronização das cores através da qual é possível identificar o tipo de fluido que se desloca pelas tubulações: verde claro para água de serviço, água bruta e água filtrada; verde escuro para água de refrigeração e água potável; vermelho para água de incêndio; azul escuro para ar de serviço; azul claro para ar de instrumento; cinza para gás de processo; amarelo escuro para nitrogênio; amarelo claro para amônia; branco para condensado; inox para água desmineralizada; laranja para ácido sulfúrico; marrom para soda caústica.

Na maioria das plantas a cor cinza metálico normalmente se sobressai em função de estar presente não só nas tubulações como nos diversos equipamentos. As IPCs operam[6] em regime de vinte quatro horas de forma ininterrupta. Apesar do trabalho ininterrupto não ser uma característica exclusiva das IPCs, visto que qualquer outro tipo de indústria pode assumir esse padrão de atividade, na indústria de processo contínuo o regime de 24 horas é obrigatório pela complexidade do seu processo de produção.

Não é possível nessa indústria obter produção, partir e parar as unidades a cada 24 horas. Em média o processo de colocá-la em pleno funcionamento ou paralisação dura mais de 24 horas. Outra questão que torna obrigatória a continuidade operacional são os altos riscos envolvidos nos processos de parada e partida dessas unidades. Durante essas fases os fluxos de processo saem das suas condições ótimas de controle, exigindo mais dos sistemas de segurança, dos equipamentos e dos operários envolvidos. Os equipamentos nessas fases ficam submetidos a esforços bem superiores ao que normalmente são exigidos durante as fases de normalidade operacionais.

[6] *Operar* é o termo usado nesse tipo de indústria significando funcionar, trabalhar. Dizer *Colocar a unidade para operar* é o mesmo que dizer *colocar para funcionar; dizer operar a planta* é o mesmo que afirmar *trabalhar na fábrica*.

De altíssimos custos de instalação e produção, essas unidades têm na fabricação em escala sua fonte maior de reprodução. A continuidade operacional, portanto, é algo vital. Tempo parado significa perda de produção, resulta em desperdício de energia. Mesmo quando não se está produzindo tem-se a necessidade de manter em funcionamento algumas unidades ou sistemas. Muitas vezes, as maiores e mais importantes máquinas não podem ficar sem lubrificação e refrigeração. Alguns reatores precisam estar continuadamente recebendo fluídos refrigerantes e/ou passivantes, do contrário perde-se toda uma gama de equipamentos.

Nesse tipo de indústria, os acidentes podem trazer prejuízos incomensuráveis no tocante a vidas humanas, meio ambiente e/ou instalações. Por isso a maior preocupação dos trabalhadores envolvidos na produção é fazer continuamente os ajustes devidos, tentando evitar o *trip*[7] das unidades. Quando o *trip* torna-se inevitável, à rapidez com que são debelados é algo essencial. Quanto mais rápido normaliza-se o processo, mais rápido volta-se a produzir e fica-se menos tempo com as variáveis de processo fora das suas faixas ótimas de controle, já que esse é um elemento potencializador de acidentes. Nessas ocasiões os operadores de processo têm que associar um altíssimo conhecimento técnico, com preparo psicológico sólido que o permita buscar saídas rápidas sob um ambiente altamente adverso, sujeito a ruídos acima da 100 decibéis.

Como operam de forma ininterrupta existem alguns equipamentos que são obrigados a trabalhar também continuadamente sem poderem ser alternados. Para evitar que esses equipamentos venham apresentar problemas de forma inesperada, sobre eles é feito um acompanhamento constante e realizam-se periodicamente as *paradas para manutenção*, quando de forma planejada se fazem ajustes, reparos e

[7] Denominação utilizada para indicar parada fora de controle, parcial ou total de unidade, equipamento ou instrumento.

ampliações anteriormente identificados como necessários. A periodicidade dessas paradas varia não só em função de determinações legais como também das particularidades de cada processo. Devido a custos elevados e riscos altíssimos, o tempo entre uma e outra parada varia em média de um a quatro anos.

Uma outra característica das IPCs, pelo alto grau de investimentos, recursos materiais e humanos mobilizados quando das suas implantações, é a modificação considerável que provocam, ao seu entorno, do ponto de vista econômico, técnico, social e político. Modificam as regiões onde se instalam por mobilizarem altas somas de recursos seja no âmbito dos projetos, instalação e/ou na produção. Mobilizam continuadamente recursos quando da movimentação de sua produção, que impactam fortemente do ponto de vista fiscal nas regiões onde se instalam. Essas empresas tornam-se, em geral, os maiores contribuintes nos municípios em que se localizam, além de propiciarem o aquecimento das economias locais pelo pagamento de salários comumente mais elevados.

Do ponto de vista técnico, têm contribuído para elevar a qualificação da força de trabalho. Em função das suas exigências precisam treinar uma força de trabalho mais qualificada do que a normalmente existente em nosso país. Do ponto de vista social, provocam transformações ao fomentar, construir e manter sozinhas, ou em parcerias com o setor público, adutoras, redes de energia, bairros, escolas, etc. Modificam também politicamente suas regiões quando, em média, possibilitam aos trabalhadores uma maior independência das lideranças políticas tradicionais e dos seus favores[8].

---

[8] No tocante as questões sociais Oliveira (1998), destaca o papel *civilizador* que as mesmas têm desempenhado no Brasil e prossegue, d*o ponto de vista civilizatório, a empresa estatal, em especial no Brasil, pode ser tomada como constitutiva do moderno Estado nacional. A autonomia do Estado frente às suas bases de classe no Brasil não existiria sem as empresas estatais – uma autonomia necessária até para realizar políticas econômicas de longo prazo que se chocavam, a curto prazo, com os imediatos interesses da burguesia. O Petróleo, ainda na berlinda, é um caso exemplar dessa contradição. A curto prazo, os interesses da burguesia consistiam em ter combustíveis e lubrificantes a preços baixos, para o que a importação sem monopólio estatal poderia ser a solução. A longo prazo, tal desiderato se chocaria*

As IPCs são, normalmente, complexos com grande número de trabalhadores reunidos em um só local de trabalho, (ontem mais do que hoje) ajustando-se, portanto dentro do paradigma *taylorista/fordista*. Esse ajuntamento reduz dificuldades, potencializa o trabalho de organização dos sindicatos e dinamiza suas conseqüências no tocante ao poder de organização e mobilização das classes subalternas. A planta petroquímica, química, de petróleo, cimento, papel e celulose e siderurgia são alguns dos maiores exemplos desse tipo de organização industrial (Guimarães e Castro, 1990; Borges e Franco, 1997; Santos, 1999).

3.1.1 A divisão do trabalho.

Sob o aspecto do horário de trabalho, constituem-se dois grandes grupos de trabalhadores. Um grupo formado pelo pessoal da operação, enfermaria, vigilância, alimentação e, em algumas unidades, de parte da segurança industrial, que trabalha em turnos ininterruptos de revezamento (manhã, tarde e noite). Dentro dessa subdivisão é preciso ressaltar, por sua característica peculiar, a segurança industrial. Ela se divide normalmente em duas áreas. Uma diz respeito às questões de planejamento e burocracia do setor, a outra trata das questões mais operacionais como: combate a incêndio, treinamento de brigada, acompanhamento dos equipamentos, cursos, etc. São os profissionais dedicados a essa segunda área que trabalham em turno em algumas unidades.

Após a Constituição de 1988, os trabalhadores em turno de revezamento ininterrupto conquistaram o direito de trabalhar em turnos de 6 horas. Na maior parte das unidades os trabalhadores optaram por jornadas diárias de 8 horas, compensando as duas horas diárias trabalhadas a mais com folgas maiores. Antes

---

com a escassez de divisas fortes, insuficientes para promover, simultaneamente, a importação de bens de capital e de bens intermediários" Oliveira (1998).

era maior a diversidade de funções que trabalhavam no regime de turno. Afora os operadores, havia também o pessoal de manutenção: eletricistas, caldeireiros, instrumentistas. Depois da reestruturação produtiva pela qual passou a Petrobrás, da década de 90, muitas dessas atividades foram extintas; hoje algumas das unidades não possuem nem mesmo segurança industrial no turno.

O segundo grande grupamento é o pessoal que trabalha no horário administrativo, normalmente em jornadas de 40 horas semanais: entram por volta das 7 e 8 da manhã e saem no final da tarde. Nesse último grupo encontra-se um número maior de funções. Existem as funções mais diretamente ligadas à produção, caso da engenharia[9] e do pessoal de manutenção e há as tarefas executadas pelo pessoal responsável pela segurança industrial e saúde ocupacional. Apesar de não serem assimiliados como elementos prioritários no presente estudo, é importante ressaltar a relevância do pessoal de engenharia e manutenção. Os mesmos desenvolvem atividades vitais à produção, seja inovando os projetos, encontrando soluções para os problemas surgidos no decorrer dos trabalhos, seja por se anteciparem aos mesmos quando das manutenções ou modificações preventivas.

O setor ou divisão de segurança industrial e saúde ocupacional fica, na maioria dos casos, diretamente ligado às superintendências das unidades. Ao se colocar hierarquicamente dessa forma, busca-se evitar a ingerência da área industrial sobre a segurança, dando ao setor *status* de prioridade. Na prática, entretanto, o observado, notadamente nos tempos de reestruturação produtiva, é a

[9] Os engenheiros chamam a atenção por seu comportamento político no interior do processo produtivo. Eles normalmente assumem nas fábricas as funções de gerência, supervisão, etc, Têm nas mãos o comando maior das unidades. Como nos organogramas os engenheiros estão sempre situados acima dos trabalhadores de nível médio, mesmo os que não possuem cargos de chefia são tratados normalmente por "doutor"; essa é a cultura. Os engenheiros incorporam de forma exacerbada as suas prerrogativas de gerente, ou preposto, e comportam-se como se fossem o próprio capitalista. Agem como proprietários e detentores do capital. Usam de todos os instrumentos de gestão, no sentido de aumentar a exploração e opressão sobre os trabalhadores.

prioridade para os aspectos referentes à produção e continuidade operacional, ficando as questões relativas à segurança e saúde ocupacional relegadas a segundo plano. Por último, existem os setores normalmente conhecidos como de apoio, responsáveis pela parte burocrática, de vigilância, limpeza, alimentação, etc.

3.1.2 Os operadores de processo

Neste trabalho o foco concentra-se nos aspectos que envolvem os trabalhadores ligados à produção, notadamente os operadores de processo, em função da sua importância técnica e política na produção. Do ponto de vista de formação escolar, é exigido dos operadores, na maioria dos casos, segundo grau ou formação técnica. O grau de escolaridade exigido tem se modificado ao longo dos tempos e mais intensamente após a já citada reestruturação produtiva.

Anteriormente era possível ser admitido com apenas o primeiro grau; hoje é bastante comum, apesar de formalmente não exigido, encontrar entre o pessoal da operação um grande número de trabalhadores cursando ou já tendo cursado o terceiro grau. Normalmente passam por cursos teóricos e práticos de durações variadas, nos quais adquirem conhecimentos gerais e específicos dados pelas próprias empresas ou organismos credenciados como SESI ou SENAC e Escolas Técnicas. Essa formação é algo que também tem se modificado ultimamente como veremos mais à frente. São os operadores de processo os responsáveis por controlar mais diretamente a produção. Diuturnamente trabalhando nas áreas ou dentro das salas de controle, debruçam-se sobre equipamentos, máquinas, instrumentos e painéis a fim de manter nos valores desejados as variáveis de processo.

Em linhas gerais[10], antes da reestruturação na Petrobrás, os operadores de processo estavam divididos de forma bastante estanque entre operadores I, II, III, Técnico de Operação e Supervisor de Turno. Essa era a hierarquia crescente dentro dessa função. Os operadores I sempre foram em maior quantidade. Desenvolviam suas atividades na área junto aos equipamentos, lendo as variáveis de campo, registrando e acompanhando o funcionamento das máquinas via instrumentos e pelo uso da visão, audição, tato e olfato.

É importante destacar que o uso desses sentidos por parte dos operadores, quando nas áreas operacionais, tem uma razoável importância no tocante à manutenção da continuidade operacional. Através deles os operadores podem perceber e mesmo se adiantar aos problemas operacionais. Muitas vezes os primeiros sinais de anomalias são imperceptíveis aos instrumentos.

Os operadores I devem comunicar aos operadores II e III possíveis alterações e realizar as manobras *solicitadas* pelo processo ou pelos operadores II e III. Os operadores II eram em número bem menor, um a dois por grupo, possuidores de maior experiência, operavam normalmente os painéis de controle e quando necessário também trabalhavam nas áreas para cobrir ausências ou ajudar em manobras mais complexas e/ou desgastantes.

Os operadores III eram conhecidos como "*Operadores Chefes*"; responsáveis diretos pelas equipes, permaneciam na sala de controle dirigindo-se às áreas apenas eventualmente. Eram em regra os mais antigos e com maior nível de qualificação, daí serem elementos de grande importância tecnopolítica. Chegavam à função de operador III, no geral, os operadores mais destacados, com maior capacidade de discernimento, rapidez de raciocínio e poder de liderança,

[10] Nossas afirmações são *genéricas*, pois como não é uma profissão sujeita à legislação específica, existem variações entre uma empresa e outra no tocante a essa organização. Ver: Afonso, 1999; Santos, 1999; Druck, 1999.

entre outras qualidades. Por esses atributos, eram os elementos que transmitiam ao grupo segurança e estabilidade no tocante tanto aos aspectos técnicos como políticos. Eles foram elementos fundamentais para a organização do movimento sindical na maioria das unidades industriais.

Os técnicos de operação (TOs) trabalhavam nas áreas operacionais, na maioria dos casos, nos horários administrativos, apoiando aos chefes de setores, que são engenheiros. Os supervisores de turno (SUTUR), ou coordenadores de turno (COTUR), eram escolhidos pelas direções das empresas entre os técnicos de operação ou operadores III para assumirem, nos horários de turno, a organização de todo o complexo industrial, enquanto substitutos dos gerentes. Por ser função de confiança, os escolhidos recebiam uma gratificação pelo cargo. Com a reestruturação produtiva, esse quadro se modifica grandemente.

Essas são as características da indústria de processo contínuo, na qual estão inseridos os trabalhadores e as unidades de processamento da Petrobrás que participaram da greve de maio de 1995, a maior greve do setor no mundo e a que se mostrou mais envolvente na sua processualidade. A greve atingiu a sociedade brasileira, por seus aspectos econômicos, políticos, sociais, simbólicos e concretos. Todo o discorrido anteriormente caracteriza de forma geral o processo produtivo, o trabalho e do trabalhador das IPCs. Através dele é possível estabelecer uma linha de continuidade presente em todas elas.

Entretanto, é preciso ressaltar alguns fatos. Os trabalhadores da Petrobrás são mais do que trabalhadores da indústria de processo contínuo. Os petroleiros encontram-se submetidos a um mesmo contrato de trabalho. Estão sujeitos a um mesmo tipo específico de administração e de normas. São formados ética e profissionalmente segundo uma mesma escola de valores. A partir dos anos 80, passam a ter também uma ação sindical cada dia mais unitária no âmbito nacional. Além desses elementos indutores de um comportamento identitário

comum, o fato dessa empresa ser a Petrobrás, criada a partir de um amplo processo de mobilização da sociedade brasileira, ajuda a conformar uma carga de valores comuns entre esses trabalhadores.

Nessas circunstâncias o processo associativo da categoria também é elemento diferenciador. Os seus sindicatos há muito buscam lutas comuns e unificadas. Esse processo ganhou corpo na década de 90 com a fundação da Federação Única dos Petroleiros (FUP), entidade responsável pela unidade da categoria no âmbito nacional. Estes últimos elementos expostos por nós devem servir de pistas no sentido de dar aos petroleiros o seu caráter particular dentro das IPCs, e explicar a unidade com essa categoria enfrentou a greve de 31 dias contra o governo, a justiça e a mídia.

3.2 Organizações e lutas sindicais dos petroleiros[11]

3.2.1 Organização sindical

O que pode ser dito sobre essa categoria composta, então em 1995, por 45.000 trabalhadores espalhados pelo Brasil, organizados diretamente em 21 sindicatos e uma Federação, que ajude a entender os porquês de essa ter resistido, durante o mês de maio/junho de 1995, aos ataques que sofreu da direção da empresa, do governo, do judiciário e da mídia? Quais as características sócio-políticas e estruturais desses trabalhadores e de suas organizações, que os fizeram suportar toda sorte de adversidades, levadas a efeito pela estrutura e superestrutura do Estado, em uma greve que marcou a sociedade brasileira?

A história e a luta dos trabalhadores petroleiros no Brasil se confunde com a própria historia política, econômica e social do povo brasileiro no século XX. É possível perceber uma estreita ligação das greves e movimentações dos petroleiros com a vida política do país. Toda grande inflexão no cenário político brasileiro reverbera, em certa medida, na categoria petroleira e tem repercussão no tocante a suas mobilizações. A maioria dessas lutas possui um forte viés autonomizador, visando à conquista da *fala;* contribuem para romper a heteronomia imposta, desde sempre, pelo Estado do capital aos trabalhadores brasileiros, pois é forte a capacidade que têm essas lutas em transbordar os seus efeitos para o conjunto da classe trabalhadora no Brasil.

3.2.2 A criação da Petrobrás e a conformação de valores societais.

Os petroleiros no Brasil trabalham, praticamente todos, dentro de uma única empresa a Petrobrás[12]. A história desses trabalhadores e de suas

[11] O detalhamento de muitos dos acontecimentos citados nessa parte do trabalho está no anexo Resumo histórico de datas importantes na luta dos petroleiros.

organizações está umbilicalmente ligada aos movimentos, pressões e desafios que são postos a essa companhia. Inicialmente a grande questão foi mesmo a própria gestação da empresa. A relação de que falamos acima tem início no próprio alvorecer dessa estatal. A Petrobrás nasceu a partir de uma grande disputa política, travada na sociedade brasileira, entre os setores que defendiam a continuidade da nossa dependência em relação ao capital internacional, no tocante aos projetos de infra-estrutura, e os nacionalistas que propugnavam soluções especialmente brasileiras[13]. Essa polêmica acesa no Brasil, na primeira metade do século passado, guarda semelhança com o movimento que acontecia internacionalmente de nacionalização ou criação de empresas estatais de petróleo[14].

O processo pelo qual o Estado assume o comando do setor de petróleo no Brasil se inicia nos anos 30, com a criação, em 1934, do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral. Em 1938 é criado o Conselho Nacional do Petróleo. Até esse momento a disputa se dava apenas nos gabinetes e palácios, muito sujeita a acordos e barganhas políticos. O cenário começa a mudar a partir de 1947, com as discussões no Clube Militar, no Rio de Janeiro, travadas entre os que defendiam a presença do capital estrangeiro (General Juarez Távora) e aqueles que preferiam o monopólio estatal (Marechal Horta Barbosa). As discussões evoluíram para a criação do Centro de Estudos de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN) com a presença de intelectuais, estudantes e militares. Com o lema "*O Petróleo É Nosso*", a campanha pelo monopólio ganha as ruas do país, impulsionada, fortemente, pela presença da União Nacional dos Estudantes (UNE).

---

[12] Existem apenas duas pequenas refinarias privadas: Manguinhos no Rio de Janeiro e Ypiranga no Rio Grande do Sul.
[13] O segundo grupo se subdividia entre os que defendiam a constituição da empresa com capital privado nacional e outro grupo que defendia o monopólio estatal.
[14] Yergin (1993) discute a saga do petróleo no âmbito internacional.

A campanha do petróleo vai ser marcada por inúmeras manifestações de massa, com passeatas e atos públicos. Ocorreram pelo Brasil afora debates nas escolas e ambientes acadêmicos. Foi uma campanha que teve a capacidade de mobilizar a nação. Seu desfecho se dará em 03 de outubro de 1953, quando o presidente Getúlio Vargas sanciona a Lei 2.004, que institui o monopólio estatal do Petróleo e criou, para executá-lo, a Petrobrás. O processo político envolvendo ampla participação popular que desaguou na criação da Petrobrás, marcou de forma indelével a empresa e seus empregados; seja do ponto vista empresarial[15], seja do ponto vista sócio político. Por sua forma de criação, assume o caráter mitológico como *patrimônio de todo o povo brasileiro* (Araújo, etalli, 1995). Daí para frente todo e qualquer óbice ao seu bom desempenho será lido pelas lideranças sindicais como ação dos seus inimigos a serviço do capital internacional. Os ataques a essa empresa serão vistos, de forma mais profunda, não apenas como agressão a mais uma empresa estatal, mas entendidos e trabalhados pelos sindicatos como uma agressão ao projeto de nação.

> *Durante toda a vigência do período populista, os trabalhadores das estatais, e principalmente da Petrobrás, jamais farão greves contra empresa: quando entram em greve, é para "defender as conquistas nacionais" e sobretudo a Petrobrás mesma, contra o imperialismo. Suas greves serão antes de tudo de caráter político: de apoio ao regime populista, contra o Fundo Monetário Internacional, de apoio a outras categorias de trabalhadores, contra a direita.* (Oliveira, 1996).

A Petrobrás foi dirigida na maior parte do tempo por militares. Esse fato, ao tempo que denota sua importância estratégica, serviu para conformar um tipo específico de sociabilidade entre a empresa e seus empregados, e entre eles

[15] Segundo Alveal (1994) o *nascimento privilegiado* da Petrobrás, ... *proveu-a de autonomia considerável no âmbito jurisdicional e no do monopólio de competência. [...] Ademais a lei definiu várias fontes de recursos financeiros [...] outorgou à empresa uma série de benefícios fiscais, incluindo-se a isenção de tributos de importação para consumo e de impostos para importação de maquinário, equipamentos, sobressalentes e outros*. De acordo com a mesma autora, é muito grande a diferença entre o tratamento dado à Petrobrás e às outras estatais, como a própria Eletrobrás (Alveal, 1994).

próprios. Valores como disciplina, dignidade, autoridade, responsabilidade, respeito às normas e, hierarquias foram sempre muito fortes nas construções coletivas do trabalhador petroleiro. Nos seus primeiros anos, a cultura era fortemente militarizada e autoritária. A ação do movimento sindical petroleiro, notadamente, a partir dos anos 60, vem no sentido de democratizar os espaços, porém o sentimento de serem guardiãs da nação brasileira é algo que continuou marcante em cada um, e justo porque "*este sentido foi sempre muito trabalhado tanto pela Companhia como pelas lideranças sindicais*" (Fernando Siqueira, presidente da AEPET).

Os valores sociabilizados durante anos pelos petroleiros serão fundamentais para ajudar a entender a reação deles nas greves de 1994/1995. Em função da cultura incentivada ao longo de anos, o fato de acordos assinados pelos mandatários maiores do país e da empresa não serem cumpridos era algo que os petroleiros, não aceitavam. Da mesma forma que as decisões dos tribunais sempre tiveram um peso muito grande para a categoria, dificultando inclusive a continuidade das greves, após os julgamentos negativos do TST. No caso da greve de 1995, o significado era o inverso, os petroleiros se sentiam no direito de exigir o cumprimento do acordo, para eles quem descumpria, quem faltava com a palavra, quem não queria se submeter às normas era o governo e a empresa. O respeito às normas tão duramente aprendido vem à baila em 1995.

> *Nós sabíamos que teríamos que reagir; o sentido de revolta era grande na base, os trabalhadores queriam fazer alguma coisa, "isso é falta de* ***respeito", "****aonde fica nossa* ***dignidade****", era isso que nós ouvíamos nas bases* (Maurício, ex-coordenador geral da FUP) [16].

[16] Grifo nosso.

3.2.3 As mudanças de rumo do país e os petroleiros.

Como dissemos anteriormente são muito fortes os paralelos entre a vida política brasileira e as lutas dos petroleiros. Da criação da Petrobrás até 1964, os petroleiros dentro do espírito democrático e de mudanças que campeava no Brasil, organizam suas entidades de classe e conquistam vitórias importantes. De 1960 até 1963, ou seja, em apenas três anos, são criados mais oito[17] sindicatos de petróleo, que somados aos outros quatro[18] já existentes, perfaziam um total de 12. No início dos anos 60, portanto, a maioria dos sindicatos de petróleo já está criado. Nesse período os petroleiros conseguem influenciar na indicação de presidentes[19] e superintendentes da Petrobrás além, de obterem importantes vitórias no tocante aos salários e condições de trabalho[20].

Os primeiros anos da década de 60 encontram os sindicatos dos petroleiros participando ativamente da vida política nacional. Em 1961, com a renúncia do Presidente da República Jânio Quadros, o Sindipetro-BA faz greve de dois dias pela legalidade e lança nota pública, com o mesmo intento, em conjunto com o STIEP-BA e o Sindipetro Cubatão. No ano seguinte, 1962, os petroleiros fazem greve junto com outras categorias, exigindo a nomeação de um "*Gabinete Democrático Nacionalista*". Param nessa greve a Bahia, Cubatão, REDUC, a Refinaria de Manguinhos, o terminal da Guanabara, o escritório no Rio de Janeiro

---

[17] Sindipetro-SE/Al e Sindipetro-Mauá em 1960; Sindipetro-AM em 1961; Sindipetro-Caxias e STIEP-PA/AM/MA em 1962; Sindipetro-RS, Sindipetro-MG e Sindipetro-PR em 1963.

[18] STIEP-BA 1957; Sindipetro-Cubatão 1958; Sindipetro-BA e Sindipetro-RJ em 1959.

[19] Geonísio Barroso e seu sucessor Francisco Mangabeira foram presidentes da Petrobrás no início dos anos 60, indicados sob a pressão dos sindicatos. Em 1962 os petroleiros Baianos fizeram greve contra a demissão de Geonísio Barroso. Em maio desse mesmo ano, os petroleiros da Bahia, ameaçam fazer greve mais uma vez em apoio a Mangabeira.

[20] Em 1959 conquistam a obrigatoriedade do concurso público para admissão na Petrobrás; começam a conquistar, através de greve em 1960, a equiparação salarial pelos salários mais altos, que eram os de Cubatão. O processo de equiparação entre os estados é concluído em 1963; a Bahia e Cubatão conquistam através de greve turno de seis horas; em 1962, a Bahia vai preferir continuar trabalhando 8 horas (Oliveira Jr, 1996).

e Belém. Em 1964 os petroleiros participam da tentativa da CGT em resistir ao golpe militar. Na Bahia fazem greve até o dia 04 de março. A maioria dos sindicatos de petróleo sofre intervenção e tem muitos dos seus diretores cassados, presos e torturados. Com as cassações, perseguições, torturas e fechamento de sindicatos, o movimento sindical petroleiro, assim como o conjunto da classe trabalhadora no Brasil, é tirado de cena, perde por completo o direito à *fala*, afora a greve de fome dos petroleiros do Rio Grande do Sul em 1966, não encontramos registros de outras manifestações da categoria[21].

Em 1968 os sinais de descontentamentos que pipocam no país e a perspectiva de abertura política também atingem os petroleiros. Em agosto de 1968 a categoria organiza uma greve de fome de caráter nacional, exigindo melhores condições de trabalho. Diferentemente de outras bases, a greve foi forte na Bahia e o resultado será mais uma intervenção no Sindipetro e STIEP-BA. Novamente a ditadura recrudesce e o movimento petroleiro, em consonância com o que acontecia com o conjunto da classe, só retomará suas lutas em fins dos anos 70, influenciado pelas ações empreendidas pelo "*Novo Sindicalismo*" no ABC paulista.

À medida que os trabalhadores brasileiros voltavam a se organizar, lutando contra a *superexploração* do trabalho e exigindo o fim da ditadura, os petroleiros fazem o mesmo. Em 1977 o Sindipetro de Paulínia e do RS elaboram um abaixo-assinado contra a manipulação dos índices de inflação. Em Cubatão os petroleiros também retomam seus movimentos organizando operações amnésia[22]. Por diversas vezes, nesses anos, os petroleiros de Paulínia fazem arrecadação para o fundo de greve dos metalúrgicos do ABC. Mas o grande feito desse período será

[21] É possível que tenham ocorrido outros eventos que não foram observados na presente pesquisa, mas nada que invalide as presentes considerações.
[22] Durante essas operações os petroleiros esqueciam os crachás.

a greve de 1983, quando param a RLAM e REPLAN[23], em uma greve eminentemente política contra o *Decreto das Estatais* (decreto Nº 2.037) e contra os acordos com o FMI. Após ter iniciado a paralisação dos petroleiros, os metalúrgicos do ABC fazem greve de solidariedade, criando um clima político extremamente adverso para os militares. A greve durou de 06 a 11 de julho, conformando um clima de muita efervescência política. Chegou-se a cogitar intervenção no Estado de São Paulo, caso as greves evoluíssem. Essa greve termina com mais uma intervenção nos sindipetros da RLAM e REPLAN e 198[24] e 152 demitidos nas respectivas refinarias, além da intervenção no sindicato dos metalúrgicos do ABC.

O processo de redemocratização que viveu o país com o fim da ditadura, teve na luta dos petroleiros um parceiro de todas as horas. Em todos os grandes eventos políticos dessa fase, a categoria se fez presente. Ajudando a reconstruir o movimento sindical a partir das práticas do *Novo Sindicalismo*, com suas ações políticas e de solidariedade. As estruturas dos sindicatos de petróleo serviram grandemente para ajudar diversas outras entidades que nasciam. As suas sedes foram palcos de inúmeras reuniões de caráter sindical e político. Os petroleiros se mobilizaram realizando greves, visando a resistir ao neoliberalismo desorganizado de Collor, foram às ruas no seu processo de *impeachment* e tiveram presença importante na fracassada *Revisão Constitucional*.

Pelo exposto, não pode ser surpresa o comportamento de resistência adotado pelos petroleiros no início do governo FHC, na greve de maio/junho de 1995. Com Fernando Henrique mais uma vez o Estado brasileiro faz uma importante inflexão. Abandona por completo qualquer vestígio do nacional desenvolvimentismo, eixo através do qual o país, grosso modo, vinha se pautando

[23] A RECAP teve seu processo de paralisação duramente reprimido pela polícia.
[24] Segundo Germínio (Diretor do Sindipetro-BA) a RLAM foi invadida por mais de 1.000 militares.

desde os anos 30, e adota de forma organizada a pragmática neoliberal, na qual não cabia a presença da *fala*. Como ocorreu no início dos anos 60, no golpe militar, em 1968 e na reconstrução democrática dentro das ações do *Novo Sindicalismo*, a greve dos petroleiros em 1995 refletiu e significava a resistência dos trabalhadores à grande mudança conservadora, a serviço da espoliação capitalista, que consolidava-se na vida política econômica e social do país.

3.2.4 Características das organizações sindicais

As primeiras tentativas de organização dos trabalhadores de Petróleo ocorrem nos anos 40. Entretanto a legislação proibia a constituição de sindicato pelos servidores públicos; isso mudará com a criação da Petrobrás. Até o início dos anos 70, a Bahia era o principal produtor de petróleo do Brasil. Nesse estado surgirá a primeira associação e, em seguida, o primeiro sindicato dos petroleiros em 1957 e 1959, respectivamente[25]. Nos primeiros anos a situação era muito adversa para os petroleiros e suas lideranças sindicais. As condições de trabalho eram as piores possíveis.

Na RLAM não havia sequer dormitórios suficientes para todos. Os trabalhadores eram obrigados a dividir a cama com seus companheiros de turnos diferentes e eram transportados em *paus de arara*. Havia, na vila operária, espaços distintos para uso dos engenheiros e do pessoal de nível médio. Os primeiros tinham direito a clube exclusivo e a lugares reservados no cinema. Chegou-se ao ponto de ter uma rua, "*Rua dos Gringos*", na qual os operários sequer podiam transitar. As primeiras organizações dos petroleiros, apesar de

[25] O Almanaque Memória dos Trabalhadores Petrobrás editado pela Petrobrás (2003), confunde os fatos, datas, e coloca a fundação do Sindipetro-BA como se tivesse ocorrido em 1956, antes mesmo do que o STIEP-BA, que segundo esse mesmo almanaque, teria sido fundado em 1962. As informações que coletei em diversas outras fontes não dizem isso. Ver anexo: Resumo histórico de datas importantes na luta dos petroleiros.

constituídas dentro da lei, não são respeitadas. As contribuições para as entidades precisam ser feitas de forma clandestina e os seus dirigentes são demitidos, como ocorreu na Bahia, em 1960[26] (Araújo, et. al., 1995; Oliveira Jr, 1996).

Uma característica dessa categoria é buscar incessantemente organizar suas entidades de classe. Na medida em que se iniciam os trabalhos envolvendo o setor de petróleo, *pari passu*, são organizadas as associações e, em seguida, essas são transformadas em sindicatos. Na Bahia a RLAM, primeira refinaria estatal, começa a operar em 1950; em 1954, já existe associação. Em 1957 é criado o STIEP-BA. Em Cubatão a RPBC é inaugurada em 1955; em 1958 é criado o sindicato.

A precocidade das organizações petroleiras não ocorre apenas nos locais em que se encontram as refinarias, ou seja, nos espaços com maior concentração de trabalhadores e conseqüentemente, com maior facilidade de organização conforme apregoa a literatura. Mesmo nas áreas de exploração e produção, nas quais o trabalho é bastante disperso, esse fato se repete. Na área de produção que envolve Alagoas e Sergipe, o petróleo foi descoberto em 1957 e 1961, respectivamente; em 1960 é criado o Sindipetro SE/AL. Às vezes a organização surgiu antes de haver uma base organizada da Petrobrás. Este foi o caso de São José dos Campos; a Associação dos Petroleiros de São José dos Campos (ASPETRO) foi criada em 1979, um ano antes da Refinaria Henrique Lages (REVAP) que só começa a operar em 1980.

A brevidade com que se dá a organização dessas entidades não tem relação necessariamente, com o fato de serem os petroleiros, hegemonicamente, trabalhadores empregados de empresa estatal, portanto possuidores de uma maior liberdade de ação. No Rio de Janeiro a primeira associação de petroleiros foi

[26] Em 1960 são demitidos Osvaldo Marques e Mario Lima, presidente e secretário respectivamente, do STIEP-BA.

criada em 1959, a partir da ação dos trabalhadores da Refinaria de Manguinhos que era, como hoje, uma refinaria privada. O mesmo pode ser dito com relação à REMAM. Esta refinaria foi inaugurada em 1956, não era estatal; em 1961 já existe o Sindipetro AM.

Uma outra característica das organizações petroleiras é sua capacidade de resistir à repressão e retomar a luta. Por diversas vezes, ao longo desses anos, os sindicatos sofreram intervenção; tiveram suas lideranças cassadas, mas logo em seguida eles retomam a luta, seja com as lideranças anteriores, seja com novas lideranças. O Sindipetro-BA é o maior exemplo de capacidade de sobrevivência. Desde 1959, quando foi criado, já sofreu três intervenções; afora as diversas demissões de suas lideranças. A primeira das intervenções sofridas pelo Sindipetro-BA ocorreu em 1964, a segunda em 1968, e a terceira em 1983.

Os petroleiros de Paulínia firmam-se como exemplo da capacidade de retomar a luta. Lá após a intervenção de 1983, foi indicado pelo Ministério do Trabalho (MT) um interventor estranho à categoria, que renuncia por pressão dos sindicalistas. Com a renúncia do primeiro, o MT indica três interventores da categoria, mais uma vez a pressão dos sindicalistas leva-os a renunciar e o MT suspende todas as intervenções que haviam em outros sindicatos.

A maior, mais abrangente e devastadora intervenção ocorreu no golpe militar em 1964. Na Bahia, o TEMADRE e a refinaria são ocupados pelo exército, que também invade e destrói a sede do sindicato no dia 02 de abril. O Inquérito Policial Militar (IPM) dos trabalhadores do refino na Bahia foi o maior do Norte e Nordeste. Na Bahia, navio ancorado no terminal servia de local para prisões e interrogatórios. Ocorre intervenção no Sindipetro e no STIEP-BA. Dá-se intervenção também: no Sindipetro-PR, o presidente do sindicato é preso e seis diretores são demitidos. Os interventores ficam por 19 anos. Intervenção no Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul, diretores são demitidos. Há

intervenção no Sindipetro-MG, que dura ate 1966. Intervenção no Sindipetro-Cubatão, diretores são demitidos. Intervenção no Sindipetro da RECAP, diretores são demitidos. Intervenção no Sindipetro-Caxias, diretores são demitidos, presos, torturados.

Em 1995 a história de exclusão política dos despossuidos no Brasil mais uma vez se repete. O Estado brasileiro, usando a superestrutura a sua disposição mostra o seu traço mais marcante, que é não dar *fala* aos que não têm *fala*[27]. Os sindicatos de petróleo, mais uma vez, sofreram um duro golpe. A greve de maio/junho termina com 95 demitidos; sindicatos sob uma intervenção branca, com suas contas bloqueadas e bens penhorados. E mais uma vez os petroleiros terão que pôr à prova sua capacidade de resistir.

Outra marca da categoria tem sido a solidariedade e a busca por se organizar e articular-se nacionalmente, visando a construir um corpo coletivo unitário em todo território nacional. Desde a década de 60 já começam a ocorrer as primeiras articulações. Em 1960, quando da realização do III Congresso Sindical Nacional, os sindicatos de Cubatão, de Manguinhos, Capuava, o Sindipetro-BA e o STIEP-BA organizam um grupo de trabalho e discutem a organização do I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Petróleo. Em 1961 ocorrem mobilizações conjuntas dos sindicatos de petroleiros da Bahia e da base de Cubatão. Em 1962 a passeata realizada pelos petroleiros baianos, contra a demissão de Geonísio Barroso da presidência da Petrobrás, contou com a presença de representante dos trabalhadores da REDUC. A luta travada por equiparação salarial, iniciada na Bahia e depois utilizada por outros sindicatos,

[27] Dar a fala não tem o sentido de dádiva, tem ao contrário sentido de direito conquistado usurpado.

também foi uma forma de buscar a unidade da categoria. Assim como a luta dos petroleiros pela encampação por parte da Petrobrás das refinarias privadas[28].

Após o golpe militar as articulações entre os sindicatos de petróleo sofrem um duro revés. Praticamente cessam as reuniões intra-sindicatos e somente se observa o reinício dessas atividades com o advento da retomada das lutas, capitaneada pelo "*Novo Sindicalismo*"[29]. A partir do final dos anos 70 são criadas diversas entidades, organizações e comandos, visando a aglutinar os trabalhadores por ramo de atividade econômica. Os sindicatos de petróleo se farão presentes nesse processo[30]. As movimentações do ABC emulavam também os petroleiros

> *Aquelas coisas do ABC contagiavam muita gente aqui, 78, 79, 80... pelo boletim do sindicato, que colocava muito da questão do ABC. Nós fizemos campanha, inclusive, para ajudar os companheiros do ABC, isso em 80, depois das grandes greves, da cassação do Lula. Assim foi se criando, a partir de 80, uma cultura, um debate mais intenso sobre a questão do movimento sindical.* (Sílvio Marques, ex-presidente do Sindipetro-Paulínia apud Souza, 2001).

Ao tempo que cresce o número de ativistas do N*ovo Sindicalismo* no movimento sindical petroleiro, aumenta a presença dos seus sindicatos nas entidades e articulações intra sindicais nacionais.

---

[28] Em 1963 os petroleiros baianos fazem manifestação apoiando a luta dos trabalhadores da RECAP, pela encampação daquela refinaria pela Petrobrás.

[29] Em 1962 ocorre a I Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo. Dele participaram delegações da Guanabara, Rio de Janeiro, Bahia e Alagoas; em 1963 a CGT organiza o Encontro Nacional de Petroleiros na Guanabara, quando é criado o Comando Nacional pelo Monopólio Integral; em 04 de junho de 1965 ocorre o 1º Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais dos Trabalhadores de Petróleo; em 1977 cria-se o Departamento Nacional dos Petroleiros e Petroquímicos, ligado a CNTI; em 1981 os petroleiros de São Paulo fazem campanha salarial unificada aglutinando Mauá, Paulínia, Cubatão e São José dos Campos; em 1983 existe o Departamento Nacional de Petróleo (reunia os 14 sindicatos); em 1985 é criada a Federação Nacional dos Petroleiros e o Departamento Nacional dos Petroleiros; em 1986, é criado o Departamento Nacional dos Petroleiros da CUT (DNPC); em 1986, criam o Comando Nacional dos Petroleiros; 1989 criado o Departamento Nacional dos Químicos da CUT (DNQ-CUT); em 1990 o DNQ-CUT se transforma em Confederação Nacional dos Químicos da CUT (CNQ-CUT); em 1992 ocorre o I Congresso Nacional dos Trabalhadores do Sistema Petrobrás (CNTSP); em 1993, no II CNTSP, é fundada a Federação Única Cutista Petroleira (FUC-P); em 1994, no III CNTSP, a FUC-P se transforma em Federação Única Petroleira (FUP).

[30] Em 1981, Jacó Bittar, presidente do Sindipetro-Paulínia, fará parte da Comissão Executiva Pró-CUT.

> *A gente foi ganhando sindicatos. Gradativamente a gente foi ganhando espaço nos encontros nacionais dos petroleiros e em cada eleição a gente foi conseguindo derrubar a diretoria e foi mudando a maioria dos sindicatos foram se filiando a CUT...* (Sílvio Marques, ex-presidente do Sindipetro Paulínia apud Souza, 2001).

Os petroleiros contribuem para a consolidação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ao mesmo tempo em que esta central ajuda, com sua política e estrutura, na unificação e fortalecimento das entidades petroleiras. Ano após ano o número de sindicatos petroleiros filiados à CUT cresce, facilitando a unidade política. A consolidação do processo de unificação da categoria se inicia em 1992, com o I Congresso Nacional dos Trabalhadores do Sistema Petrobrás (CNTSP), concluindo-se no ano seguinte com a criação da Federação Única Petroleira[31].

3.2.5 As greves e mobilizações

Desde o nascedouro das suas organizações os petroleiros lutam contra a superexploração do trabalho e por melhores condições de trabalho, associando, na maioria das vezes, as lutas econômicas com as políticas. São bastante diversificadas e criativas as formas encontradas pelos petroleiros, ao longo dos anos, para protestar: passeatas públicas e no interior das unidades, tarjas pretas, inchaço no interior das unidades, crachás invertidos, abaixo-assinados, não uso dos crachás, distribuição de notas públicas, campanhas de mídia e os diversos tipos de greve. As greves de fome foram um instrumento muito utilizado pela

[31] Instâncias de deliberação da FUP: a) Congresso Nacional - órgão soberano, realizado anualmente. b) Plenária Nacional - órgão intermediário, também realizado anualmente ou extraordinariamente a qualquer tempo. c) Diretoria Executiva* - reúne-se mensalmente. Composta em 1995 por 11 membros, eleitos pelo critério da proporcionalidade qualificada: 6 da Articulação Sindical (AS); 3 do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS); 1 da Corrente Sindical Classista (CSC); 1 da Alternativa Sindical Socialista (ASS). d) Conselho Fiscal.
* Existe na prática uma quarta instância que é o Conselho Consultivo. O Conselho é composto por um membro indicado de cada sindicato. É convocado pela Diretoria Executiva da FUP sem poder deliberativo, mas as suas posições têm sido assumidas pela direção executiva.

categoria nas suas primeiras mobilizações e durante a ditadura militar[32]. Com o fim da ditadura e o retorno às formas mais radicais de paralisação, as greves de fome perdem importância.

A primeira greve da categoria ocorre na Bahia, em 1960. Essa greve vitoriosa foi puxada pelo Sindipetro-BA e durou 03[33] dias. Ficou conhecida por sua palavra de ordem... "*Equipara ou Aqui Para*". As reivindicações eram: equiparação com Cubatão; melhores alojamentos; direito de passar na "*Rua dos Gringos*". Pela primeira vez, então o exército vai ser convocado para reprimir os trabalhadores na Petrobrás. No ano seguinte, mais uma vez, os petroleiros da Bahia inovam, ao realizarem a primeira greve eminentemente política da categoria. Após a renúncia de Jânio Quadros, os petroleiros em conjunto com outras categorias, fazem greve "*pela legalidade*". Ainda no ano de 1961 a RPBC entra em greve pelo turno de seis horas e os petroleiros de Manguinhos e da REDUC organizam mobilizações, exigindo melhores condições de trabalho.

Entre os anos de 1960 e 1964, irão se realizar diversos enfrentamentos, ora por questões específicas da categoria, ora por questões políticas[34]. Com o golpe militar e as conseqüentes intervenções nos sindicatos, o ímpeto grevista dos anos 60 se reduz. A única tentativa de greve que ocorre, depois do golpe, será em setembro de 1968, quando os petroleiros baianos tentam entrar em greve, mas são duramente reprimidos. Do golpe em 1964 até o ano de 1983, os petroleiros usam a greve de fome e outras táticas como forma de protesto.

---

[32] Durante a greve de fome os trabalhadores recusam a comida da empresa, alimentando-se do que trazem de suas casas. Em 1967, greve de fome no RS; 1968, greve de fome na RLAM; 1978, greve de fome na REPLAN; 1980, greve de fome na REPLAN; 1981, greve de fome na RLAM e REPLAN durou quatro dias; 1982, greve de fome na REPLAN, REPAR, RPBC, RECAP.

[33] A página da FUP na WEB diz erroneamente que essa greve foi de 15 dias. Ver: Araújo et. al. (1993) e Oliveira Jr. (1996).

[34] Ver relação das greves no apêndice: Resumo histórico de datas importantes na luta dos petroleiros.

Em 1983 os petroleiros da RLAM e REPLAN realizam a greve já citada, contra o "*Decreto das Estatais*". Além do exposto anteriormente é importante ressaltar que essa greve passará para a história por sua influência na retomada das lutas do movimento sindical que se encontrava em refluxo desde 1981. Toda a mobilização que ocorreu por conta da greve e os seus resultados serviram para despertar e/ou apressar a necessidade de ações maiores do ponto de vista da classe trabalhadora. O resultado foi a realização da Greve Geral, que ocorre nesse mesmo mês de julho, puxada pela CUT.

> *Logo em seguida à nossa greve, ocorreu a greve geral. Depois da greve de 83, a discussão passou a ser a necessidade de parar tudo, estava claro que paralisações isoladas não adiantaria, foi nossa greve que deu o pontapé para a largada* (Germínio, Diretor do Sindipetro-BA)
>
> *Já então diversas lideranças do movimento sindical, ligadas à Comissão Nacional pró-CUT (organização que precedeu a criação da Central Única dos Trabalhadores), que congregava as várias correntes do sindicalismo brasileiro, passavam a enxergar na iniciativa dos Trabalhadores de Paulínia, de Mataripe e do ABC o primeiro passo para a realização de uma greve geral nacional* (Brant, 1990).

Ao passo que avança o processo de unidade da categoria, crescem concomitantemente, as greves em número e coesão. A inovação e releitura das táticas e do trabalho sindical, trazidas pelo *Novo Sindicalismo*, servem para soldar os laços de unidade da categoria petroleira. Em 1987 a decisão da categoria em permanecer em vigília, no interior das unidades, levou o exército a ocupar nove refinarias e seis outras áreas[35]. Em função da presença das forças armadas a mobilização foi suspensa. Entre os anos de 1987 até 1995, à exceção de 1992, ocorreram greves todos os anos. Haverá anos em que os petroleiros pararam mais

[35] De 1960 até 1995 o exército e a polícia ocuparam por 06 vezes as instalações da Petrobrás: 1960, RLAM; 1963, REDUC; 1964, várias refinarias; 1983, RLAM, REPLAN, e REVAP; 1987, nove refinarias e seis áreas da Petrobrás; 1995, 04 refinarias.

de uma vez, como aconteceu em 1991[36] e 1994; nesses anos os petroleiros realizaram duas greves gerais consecutivas em cada ano.

Desde o final dos anos 80, a categoria tem dado prova de grande organização e unidade. Apesar da diversidade de pensamento político de esquerda que existe na direção do movimento petroleiro, as forças políticas têm sabido conviver e fazer crescer a luta a partir da pluralidade. O fato de a direção da FUP ser escolhida a partir da proporcionalidade qualificada é prova inconteste dessa afirmação. Dentre as forças que compõem a FUP, a corrente Articulação Sindical é hegemônica, apesar dessa corrente, ser criticada pelo conjunto do movimento sindical cutista, por impor-se de forma pouco classista e democrática na organização das lutas, entre os petroleiros, isso é visto de outra forma, muitos dirigentes sindicais de outras correntes, dentro e fora da categoria, apesar das críticas, reconhecem ser a articulação sindical petroleira bem mais avançada[37].

A unidade conseguida pelas direções reflete nas atividades práticas. E, apesar de continuarem ocorrendo as disputas internas, as lideranças do movimento sindical petroleiro têm conseguido nas greves parar quase que completamente todas as unidades industriais. Quando por qualquer motivo as mobilizações não avançam ou precisam recuar, a direção do movimento soube coordenar as ações, a exemplo do ocorrido nas greves de 1987, na primeira greve de 1991, nas greves de 1994 e 1995. De sorte que, mesmo quando ocorrem problemas e o resultado da greve é desfavorável aos trabalhadores, a categoria não sai destroçada com suas lideranças irremediavelmente desacreditadas.

---

[36] Na Revista Questão de Honra, (maio/junho, 1995), e no Almanaque Memória dos Trabalhadores Petrobrás (2003) consta uma terceira greve de 11 dias que teria ocorrido no mês de setembro de 1991. Crê-se que houve confusão com as informações referentes à greve de 11 dias que ocorreu no ano de 1993, após o *impeachment* de Collor. Ver: Souza (2001); Lucena, (1997); Santa Bárbara, (s/d).

[37] Esse foi o sentindo captado nas entrevistas realizadas com dirigentes dentro e fora da categoria.

3.3 O Ouro Negro e a reestruturação produtiva do capital.

3.3.1 A reestruturação produtiva na Petrobrás

Este tópico tem como objetivo apresentar a reestruturação produtiva do capital pela qual passou na década de 90 a maior empresa brasileira, a Petrobrás. Nesse tópico são tratadas as mudanças ocorridas na Petrobrás desde os fins dos anos 80 até outubro de 2000, quando o seu Conselho de Administração aprova uma revisão estrutural, criando as unidades de negócios.

3.3.2 Os programas de qualidade e a corrida pelas normas, padrões e certificações

Os novos programas de qualidade e gerenciamento do trabalho, baseados na *modernidade japonesa,* são introduzidos no Brasil desde o final dos anos 70 (Druck, 1999). No setor de petróleo iniciam-se em meados dos anos 80, primeiramente via Balanço Social (BS) e, em seguida, pelos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ).

O BS consistia em conhecer as opiniões e anseios dos empregados através do uso de questionários. De posse dos dados, a empresa "*executava*" algumas mudanças, as quais atribuía ser do interesse da maioria. Durante esse processo, alguns trabalhadores eram escolhidos para compor as comissões responsáveis pela operacionalização do BS. A partir daí, muitos operários incorporavam o discurso da empresa e tentavam influenciar os demais.

O BS normalmente acontecia próximo às campanhas salariais. Era uma forma de esfriar os ânimos dos trabalhadores. Tática logo percebida por alguns[38]

[38] Durante os anos 80 a diversidade nas direções do movimento sindical petroleiro é bastante grande. Esse quadro vai se modificando à medida em que o *Novo Sindicalismo* conquista as direções desses sindicatos. Em função disso, ao analisarmos as reações dos sindicatos, estaremos considerando as ações sindicais mais ligadas ao movimento sindical cutista. Será esse setor que se tornará hegemônico na década de 90 entre os petroleiros conforme visto anteriormente.

sindicatos da área do petróleo, que desde cedo passaram a combatê-la. O enfrentamento do sindicato e as próprias limitações do programa esvaziaram o BS.

O Círculo de Controle de Qualidade (CCQ), surge no final dos anos 80, após o BS ter caído no descrédito, tendo conotação claramente econômica. A tese é: operário, chefe e engenheiro devem juntar-se sem distinções, formando os grupos de controle de qualidade para fazer a empresa economizar e produzir mais. A questão da disputa por mercado (globalizado)[39] já despontava no horizonte.

Como seu antecessor, o CCQ tem, no início, aspectos interessantes para os trabalhadores

> *Eles falavam que aquilo era o que existia de mais moderno no mundo, vinha da Inglaterra, um processo novo de melhoria no ambiente de trabalho e inevitavelmente as grandes empresas estavam fazendo e a Petrobrás como grande empresa não poderia ficar de fora desse processo porque do contrário ela seria ultrapassada, esse era o discurso da gerência* (Humberto, ex-diretor da FUP)[40].

Os engenheiros e chefes, normalmente distantes dos trabalhadores, agora se comportavam mais cordialmente. Nas reuniões todos estavam em pé de igualdade. Todos estavam mobilizados em discutir o que, onde e como melhorar a produção e o ambiente de trabalho. Como economizar e produzir mais. O ápice do CCQ foi a apresentação dos trabalhos produzidos pelos grupos. As apresentações aconteciam nos auditórios, feitas normalmente pelo pessoal de nível médio, na presença das gerências[41]. As melhores idéias recebiam prêmios tipo bicicleta, relógios, etc., nunca em dinheiro. Inicialmente os trabalhadores

[39] O termo globalizado e seus congêneres ainda não tinham a força que adquirem anos depois.
[40] Quando não houver explicação adicional significa que foram depoimentos coletados diretamente por nós.
[41] O fato de os trabalhadores de nível médio apresentarem os trabalhos dos grupos, nos quais havia também a participação de engenheiros, possui um simbolismo muito forte. Os engenheiros, até o advento das novas formas de gerenciamento *toyotistas*, detinham total hegemonia nos eventos da empresa.

incorporaram-se ao CCQ, formando diversos grupos, mesmo com a firme oposição do sindicato.

> *Quando começou o processo de reestruturação o sindicato foi para a categoria avisando para ela não ceder às informações que permitissem a empresa realizar seu projeto, mas o canto da sereia da empresa colocava que a reestruturação era um negócio maravilhoso e com esse discurso conseguiu ganhar politicamente das direções do sindicato. Você via o pessoal passando para a empresa suas informações dando sugestões* (Humberto, ex-diretor da FUP).

Apesar de *a prior*i ter conseguido legitimidade, o CCQ foi, em seguida, também questionado pelos trabalhadores. Induzidos pela ação sindical, passaram a reivindicar os prêmios em dinheiro e a ampliação dos espaços desse programa rigidamente delimitados pela empresa,

> *Se fazia a empresa ganhar mais, por que nós não poderíamos ganhar mais também ?* (Funcionário administrativo).

Mais uma vez, como havia ocorrido com o BS, as cobranças esvaziaram o programa, que foi também abandonado. O CCQ esgota-se por não ter capacidade de ir para além dos seus aspectos simbólicos. Mostra-se incapaz de incorporar as reivindicações objetivas dos trabalhadores[42]. No fim ficou a impressão de que,

> *O CCQ, balanço social foi oba oba, e o tiro saiu pela culatra. Esses projetos só funcionam onde o peão não tem esclarecimento, onde ele é preparado não dá certo, só criou um fosso. Tanto é que acabou* (Engenheiro).

Apesar da vida curta, o BS e o CCQ simbolizam uma mudança de posição da empresa, ao buscar legitimar seus métodos. Isso é uma demonstração clara do interesse em disputar com o sindicato o controle político do processo produtivo.

[42] Lojkine, 1995 identifica processo semelhante.

Exauridas essas tentativas, novos programas surgiram com força na crise dos anos 90. No setor petrolífero ganharam destaque os programas de Gestão de Qualidade Total (GQT), entre os quais se encontra o Gerenciamento de Desempenho Pessoal (GDP), o 5S, o programa de treinamento de supervisores de primeira linha e a introdução das certificações ISOs. As certificações são características marcantes da reestruturação produtiva na indústria de petróleo.

A busca pelas certificações está presente em todos os estudos e entrevistas realizados. Algumas unidades da Petrobrás já conquistaram, inclusive, todas as certificações[43]. Tais certificações se fundamentam nas normatizações das rotinas a serem executadas pelos trabalhadores. Todas as ações no processo de trabalho devem ser padronizadas. As manobras operacionais e de manutenção devem ser realizadas via procedimentos previamente definidos. Nos procedimentos devem constar: o tempo gasto no cumprimento da tarefa, números de trabalhadores envolvidos, forma de execução, objetivos a serem atingidos, entre outras.

A busca incessante e impositiva por essas certificações na década de 90 encontrou resistência. Os trabalhadores têm uma visão negativa desse processo,

> *[...] é fundamentalmente uma maquiagem* (JR, dirigente sindical).
>
> *a ISO é só burocracia. Prepara-se tudo para ganhar, mas depois... o que melhora mesmo é só limpeza e a documentação mais bem organizada. Depois que passa, os procedimentos são largados. Depois da auditoria tudo é largado. É só pra ganhar o certificado* (Eletricista).

[43] ISO 9000; ISO 9001; ISO 9002 (sistema de qualidade nos processos industriais); ISO 14001 (sistema de gestão ambiental) e BS 8800 (sistema de gestão em saúde e segurança no trabalho); OHSAS 18001 (sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional).

3.3.3 Acentua-se o controle taylorista

A implantação dos novos programas atingiu de frente os trabalhadores nas unidades de petróleo, em particular os operadores de processos. A partir das normatizações cresceram sobremaneira as cobranças da empresa para que eles elaborassem procedimentos operacionais[44]. Os operadores mais experientes foram convocados por suas gerências, sem direito à negativa, a discriminar documentalmente os seus conhecimentos, suas formas e tempos de ação quando das paradas, partidas e dos *trip*.

Os manuais elaborados pelos operários deviam ser bastante detalhados. Neles deviam ser relatadas as tarefas exatamente como são executadas. Já havia manuais elaborados pelos engenheiros da própria Petrobrás ou pelos fabricantes dos diversos equipamentos. Mas era grande a distância entre o conteúdo desses manuais e o praticado efetivamente. Reconhecidamente as plantas não eram operadas de acordo com os manuais existentes.

A complexidade na indústria de petróleo é muito acentuada. Seu controle envolve uma gama enorme de variáveis, por serem sistemas grandes, interligados entre si, através de um sem número de equipamentos. Esse processo produtivo é também extremamente sensível. Às vezes, a simples variação das condições ambientais existentes entre o dia e a noite é responsável por tirar o sistema do seu equilíbrio.

São essas mudanças, não constantes nos manuais previamente elaborados, que foram apreendidas pelos operários no decorrer das suas vidas laborativas. Foi o aprendizado incorporado pela prática diária, formas alternativas de operar os equipamentos e encontrar soluções para problemas surgidos durante as operações. É um conhecimento armazenado individual e coletivamente pelos trabalhadores,

[44] Apesar de focarmos na área de operação, esse processo acontece também junto à manutenção.

no qual eles aprendem quando se dão por inteiro ao processo de produção, através do uso do tato, do olfato e da audição. O que a empresa busca com a feitura dos manuais é se apropriar desse conhecimento.

As propostas de procedimentos elaboradas pelos operadores deviam ser discutidas com os demais trabalhadores da área, modificadas quando for o caso e, por fim, tornar-se-iam padrões a serem seguidos por todos. Após tornarem-se normas devidamente cadastradas pela empresa, os procedimentos voltam aos grupos para serem discutidos em forma de curso *on the job trainnig*. O líder (não mais operador chefe) do grupo é o responsável pelo treinamento. Transformaram-no em multiplicador. Transferiram para os operadores mais essa atribuição, a do seu próprio treinamento[45].

O processo normatizador dos tempos e tarefas dos operários da indústria de petróleo é marcadamente *taylorista*, apesar de inseridos no processo de modernização técnico-gerencial a partir de padrões *toyotistas* de produção. Essa aparente contradição demonstra de forma marcante o caráter multifacético da reestruturação produtiva.

Os métodos *toyotistas* surgem advogando a superação do controle *taylorista* de produção. Apresentam-se como elemento humanizador da produção, capazes de superar até mesmo os aspectos do *estranhamento*[46] destacado por Marx. Os métodos *toyotistas* notabilizaram-se por, pretensamente, terem a capacidade de, no seu fazer-se, incorporar as ações autônomas dos operários,

---

[45] Afonso (1999) identificou o mesmo processo na indústria petroquímica.

[46] O *estranhamento* se expressa em torno de quatro momentos: 1) do homem com o mundo exterior, com a natureza; 2) do homem com o seu processo trabalho; 3) do homem com a objetivação do seu trabalho; 4) do homem com o próprio homem. Na medida em que o *toyotismo* incorpora, de acordo com a sua teoria, o homem no processo produtivo, não como acessório do trabalho morto, mas ontologicamente como trabalho vivo. Significaria o fim da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. Estaria encerrando o estranhamento do homem em relação ao processo produtivo. O ato de produzir não seria mais algo mecânico, no qual o homem é colocado como extensão das máquinas. O processo produtivo incorporaria o homem enquanto um todo. O seu pensar e o seu agir. (Sobre estranhamento em Marx, ver Raniere, 2000).

rompendo com a mecanização heterônoma do *taylorismo*. As discussões de métodos e procedimentos, o trabalho em equipe, viriam rescindir com a *standardização* da produção *taylorista*.

No caso dos operadores de processo o movimento de cariz *toyotista* veio reduzir a autonomia que os mesmos tinham anteriormente. Ao contrário do apregoado pelos novos métodos, esses trabalhadores da indústria de petróleo passaram a ter seus tempos de trabalho e sua autonomia reduzidas. Dois vetores da reestruturação produtiva jogaram papel nesse sentido: a introdução das certificações advindas dos modelos *toyotistas*, e os novos equipamentos de controle possibilitados pelo avanço da informática.

O insulamento geográfico, técnico e temporal dos operadores de processo, associado às características específicas das indústrias de processo contínuo (IPC), do qual a indústria de petróleo é caso particular, eram elementos favoráveis ao exercício do trabalho de forma mais autônoma por parte dos operadores. O insulamento geográfico acontece pela distância existente entre a área industrial e a área administrativa. As plantas industriais, locais onde os operadores exercem suas atividades, ficam normalmente distantes dos núcleos administrativos. Segundo os outros trabalhadores, os operadores de processo normalmente trabalham "*lá em cima na área*" ou "*lá em baixo na área*"[47]. Essa distância reduzia o contato e, por conseguinte, o controle das gerências sobre esses trabalhadores. Hoje, com os circuitos internos de TV, as gerências podem acompanhar *on line* os trabalhos realizados nas áreas.

O insulamento técnico era possibilitado pela escassez de informação à disposição das gerências sobre o trabalho efetivo dos operadores e pelas próprias características técnicas da IPC. Nas indústrias de processo em batelada, a aplicação dos métodos *taylorista/fordista* desconsiderava o saber operário, essa

[47] Essa diferença depende da topografia de cada unidade.

forma de controle não foi possível efetivar-se na mesma intensidade nas IPCs, muito pelo contrário, nessa indústria as gerências dependiam largamente do saber operário. Isso não significava a inexistência de controle dos tempos ou de procedimentos. Havia os livros de instrução das gerências e livros de relatórios dos operadores. Nos primeiros eram pré-estabelecidas orientações e procedimentos a serem executados. Nos segundos eram relatados os serviços efetuados. Esses instrumentos permitiam razoável controle por parte das gerências.

A complexidade do trabalho dos operadores, no controle de uma unidade industrial de tipo IPC, obriga-os a tomarem decisões de forma rápida e, na maioria das vezes, sem qualquer possibilidade de contato com as gerências. A inexistência de tempos e formas exatas de execução associadas às características técnicas desse tipo de indústria somavam-se para uma maior autonomia dos trabalhadores. Ficava, muitas vezes, a critério dos operadores definir a melhor hora e a forma de executar as tarefas exigidas.

Com o aprimoramento das normatizações, o insulamento técnico dos operadores é reduzido enormemente. Além das certificações, a reestruturação produtiva trouxe novos instrumentos de controle, permitindo um maior acompanhamento dos tempos e tarefas executadas. A instrumentação introduzida, além de potencializar um controle mais rígido das unidades, registram e transferem à distância uma maior quantidade e qualidade de variáveis em um menor espaço de tempo.

Fica claro, portanto, que as novas tecnologias e formas de administrar, pautadas nas normatizações possuem uma capacidade não só de controlar melhor as variáveis, como de informar e armazenar um número bem maior de dados permitindo aos supervisores e à engenharia um acompanhamento mais preciso, com menor dependência da fala do operador.

No que diz respeito à última questão, o insulamento temporal, ele se explica pelo fato de que em mais de 2/3 do seu tempo de trabalho os operadores de processo permaneciam isolados do restante da empresa. Por trabalharem em regime de revezamento ininterrupto de turno, os operadores de processo só mantêm contato com as gerências quando estão trabalhando no horário administrativo de 7:00 às 15:00[48], ou nas primeiras horas de trabalho, quando estão no turno da tarde.

Não existe contato entre os operadores e as gerências, durante a maior parte do turno da tarde nem durante o turno da noite. Mesmo durante o turno do horário administrativo, o contato inexiste nos finais de semanas e dias feriados. Portanto, na maior parte do tempo, o corpo gerencial da empresa ficava distante desses operários. Esse tipo de insulamento também foi, em certa medida, atenuado no processo de reestruturação produtiva, quando a Petrobrás transformou em cargo de confiança a antiga figura do operador III.

Anteriormente, os grupos de operação eram formados sem haver entre eles qualquer relação especial com as gerências. No processo de reestruturação, a empresa acaba com o concurso interno, como forma de ascensão na carreira de operador, transforma o operador III em líder e gratifica essa função. Feito isso, os operadores passam a conviver diuturnamente com um elemento de "*confiança da empresa*".

A partir da reestruturação produtiva a Petrobrás conseguiu reduzir o insulamento geográfico, técnico e temporal dos operadores de processo. A empresa aumentou seu controle dos tempos de trabalho, apropriou-se mais efetivamente dos conhecimentos dos operários e reduziu a força dos sindicatos ao cooptar para seu lado elementos vitais das mobilizações. O resultado configurou-

[48] Esses horários variam de acordo com as unidades. Pode ser de 7:10 às 15:10 ou 8:00 às 16:00, etc.

se na perda de autonomia dos operários, em um movimento de cunho marcadamente *taylorista*.

3.3.4 Novos pactos: capital/trabalho

Dentre as novas medidas de caráter relacional companhia/trabalhador, aquela que causou maior polêmica foi a implantação do Gerenciamento de Desempenho de Pessoal (Cartilha GDP, 1994), lançada em julho de 1994[49]. A nova política gerencial é assumida pela Petrobrás como:

> *uma profunda mudança de filosofia, atitudes e comportamento. Por isso espera-se que haja uma evolução para um processo de negociação de compromissos recíprocos entre gerentes, empregados e equipes* (Cartilha GDP, 1994).

O novo programa aposta na fragmentação dos coletivos, mas não perde de vista as ações de equipe,

> *Apesar de o GDP adotar como critério a formalização da avaliação de maneira individual, não perde de vista a negociação de metas com as equipes, princípio básico de atuação da GQT* (Cartilha GDP, julho 1994).

Por sua filosofia, este novo programa apresenta-se como resultado de ações pactadas entre "*o gerente e sua equipe*". A partir da discussão aberta e livre entre eles, definem-se metas e objetivos a serem alcançados. O discurso do novo método valoriza o trabalho em equipe, a negociação, a discussão coletiva dos problemas na busca de soluções. A nova política busca convencer os trabalhadores de que o futuro de cada um está diretamente ligado ao futuro da empresa. "*Imagine, por exemplo, um barco a remo em que cada pessoa remasse para um lado. O barco não iria a lugar algum"* (Cartilha GDP, 1994). Essas palavras são incorporadas pelas gerências, tornando-se palavra de ordem. Todos

[49] Data de apresentação pelo Serviço de Recursos Humanos (SEREC) da cartilha explicativa.

devem ter em mente o crescimento e a sobrevivência da companhia. A abertura comercial, as privatizações e quebra dos monopólios reforçam essas idéias.

A filosofia do GDP destaca a importância do autocrescimento, ganha força a idéia da *empregabilidade*, a responsabilidade pela manutenção do emprego é do indivíduo. Apesar do discurso, o novo programa mostra concretamente suas limitações práticas. Ao explicar a forma como foi concebido o novo programa se delata,

> *Desde sua concepção até aprovação pela Diretoria, o GDP teve amplo envolvimento de todos os segmentos da Companhia. Desde o início, foram constituídos grupos de trabalho com a participação de membros das áreas de exploração, Produção, Perfuração, Industrial, de transporte, etc., incumbidos não só de elaborar os princípios do GDP, como também de estudar a literatura existente sobre o assunto [...] antes de serem aprovados pela Diretoria, foram validados por todos os Órgãos da Companhia e pelo GASP – Grupo de Administração Superior da PETROBRÁS* (Cartilha GDP, 1994).

Apesar de propagar o discurso de "*aproveitamento do potencial dos trabalhadores*", "*estabelecer, de forma negociada metas, resultados e fatores de desempenho*", a elaboração do GDP em nenhuma das suas fases considerou a posição dos trabalhadores, mais uma vez; os sindicatos, seus representantes legítimos, foram desconsiderados. O processo de cima para baixo, sem possibilidade concreta de *feedback*, fica explícito na fala de um gerente,

> *Então no início do ano traça as metas da alta administração, passa para as divisões, para setores até chegar ao trabalhador, porque é fundamental que ele conheça o seu peso a sua importância* (Engenheiro).

Aos trabalhadores resta apenas ter ciência do que a empresa espera dele. Dentro desse novo contexto e visando a estimular responsabilidade coletiva com a empresa, são implementados muitos artifícios. Modificam-se os planos de carreira, acabam-se os concursos, adotam-se as indicações de chefias como

instrumento de ascensão profissional e criam-se novos mecanismos estimulando a concorrência intraclasse, a exemplo do sistema flexível de remuneração. As novas formas de remuneração envolvem o uso dos bônus, prêmios e salários indiretos. Dentro do novo esquema político-gerencial, a empresa institui no ano 2000 o "*bônus por desempenho, cujo objetivo é distinguir empregados com alto desempenho e que tenham contribuído de forma diferenciada para o alcance de resultados*" (Relatório Anual, 2000). O novo instrumento de cooptação é distribuído individualmente segundo regras arbitradas pela empresa.

As mudanças em curso são muito grandes. A Petrobrás passa por uma reformulação de conceitos em todos os campos, seja o político, seja o técnico. A diretoria da Petrobrás, sob a presidência de Joel Mendes Rennó, nos anos de 1993/1994, durante a Revisão Constitucional, envia técnicos ao Congresso Nacional e produz vasto e rico material informativo defendendo a manutenção do monopólio estatal do petróleo,

> *Assim quanto à variável 'reservas'não há necessidade de abrir nossas áreas ao capital estrangeiro. Temos reservas suficientes para elevar a produção nacional de petróleo atendendo nossas necessidades energéticas e estamos descobrindo novas reservas a cada dia que passa* (Engenharia em Revista, 1994).

No ano seguinte, a mesma diretoria passa a defender o fim deste mesmo monopólio, estabelecendo inclusive punições aos seus funcionários que se posicionassem contra[50]. Esta metamorfose ocorre sem haver nenhuma mudança de caráter técnico gerencial que a explicasse; muito pelo contrário, os números e perspectivas da empresa são altamente satisfatórios[51]. Como não podia ser

[50] Em maio de 1995, José Machado Sobrinho, um dos diretores da Petrobrás, é demitido por publicar artigo no Jornal do Brasil contra as privatizações.
[51] Mesmo quando comparado com o contexto internacional de produção e consumo de energia a situação da Petrobrás é extremamente favorável. Ver apêndice: Petróleo e o consumo de energia na *Era* da taxa tendencialmente declinante do valor de uso das coisas.

diferente, dentro das novas diretrizes o zelo pelo seu corpo técnico foi substituído pelos incentivos à aposentadoria, configurando isso uma terceirização profunda e rápida.

O desrespeito às normas e parâmetros de segurança potencializa os acidentes. São tempos muito áridos em que só ascendem aqueles que introjetarem como seus os novos discursos da companhia. O novo pacto trabalhador/empresa pressupõe uma relação de total identificação do trabalhador com as novas políticas da companhia. Nessa fase não basta apenas ser um bom técnico, necessário se faz estar aberto a incorporar como suas as novas regras. Crescem na empresa os que têm a capacidade de abandonar e/ou substituir toda uma cultura apreendida ao longo dos anos na própria empresa.

Os sindicatos de petróleo não assistem a essas mudanças impassivos. A FUP promove diversas discussões sobre a reestruturação. Nessas atividades buscam o embasamento científico da academia, a exemplo do seminário organizado em outubro de 1994 em São Paulo, que contou com a presença dos professores Francisco Duarte (UFRJ), Leda Gitahy (Unicamp) e Ricardo Antunes (Unicamp). Fruto deste seminário, é publicado um documento no qual os trabalhadores dizem ver as "*Organizações por Local de Trabalho e Comissões de Fábrica como respostas às iniciativas da empresa de implementar a reestruturação na marra.*" (Cartilha, 1994). A FUP organiza campanha contra a efetivação do GDP, orientando aos trabalhadores que não assinem a adesão ao programa. A federação foca sua investida no fato de os sindicatos não terem sido ouvidos e na questão da possibilidade de esse novo programa servir à política de redução de efetivo. O GDP traz explicitamente a possibilidade de rescisão contratual quando "*o empregado não obtenha melhoria no seu desempenho*" (Cartilha GDP, 1994).

Apesar da resistência sindical, os anos da reestruturação produtiva representam a deterioração das relações de trabalho no interior da Petrobrás, particularmente após a greve de 1995. Apesar de todas as promessas, o relacionamento entre as chefias e os trabalhadores na Petrobrás pioraram:

> *O que percebemos foi um fechamento, um retorno à política do chicote, do manda quem pode e obedece quem tem juízo, voltamos à Idade Média* (Instrumentista).

3.3.5 Introdução de inovações tecnológicas.

Na década de 90, cresce a avidez por novos pacotes tecnológicos. No setor de petróleo se observa a busca pela otimização da produção e do controle do processo, introduz-se a automação de base microeletrônica. São implantados os Sistemas Digitais de Controle Distribuído (SDCD) e criados os Centros Integrados de Controle (CIC). Os CICs aglutinam praticamente todo o comando das unidades em uma única sala, substituindo as antigas salas de controle. Situados mais distantes da área industrial, nos CICs os antigos grandes painéis de controle são substituídos por telas de computadores. Em vez de um ou dois operadores responsáveis, são agora vários operadores, cada um observando seu monitor.

Anteriormente o controle das unidades era feito por ações dos operadores no campo e nas salas de controle. O controle existente no campo é o micro controle, diz respeito a cada máquina ou a cada equipamento individualmente. Daí a necessidade de vários operadores no campo, cada um responsável por uma subunidade dentro da unidade maior. Diferentemente da área que só possuía controle individualizado, nas salas de controle os sistemas de instrumentação

eletrônicos analógicos[52] permitiam controlar de forma individual e/ou integrada os equipamentos, a sua finalidade era integrar o sistema permitindo o macro controle.

A instrumentação e os recursos de informática disponíveis, apesar de já permitirem um alto grau de automação e de controle quando comparada com indústrias de produção discreta, impunham limites. Dessa forma, parte do controle era realizado pelos operadores de campo e parte pelo operador de painel. Os painéis ocupavam grandes espaços[53] nas salas de controle. Em função do tamanho dos painéis, eram necessárias várias salas de controle em uma mesma unidade industrial. Cada painel dizia respeito a número determinado de operações.

Por seus tamanhos, os painéis eram operados em condições normais, por um ou dois operadores. Nas condições de emergência, parada ou partida das unidades, era necessário um maior número de operadores para controlá-los. Nos momentos de descontrole das unidades, diversos eventos ocorrem simultaneamente, aos quais os operadores devem responder instantaneamente.

No painel punha-se fisicamente distribuída a instrumentação, de acordo com as várias áreas. Além da instrumentação, no painel ainda se podia identificar o organograma do processo *e janelas* de alarmes. No organograma constavam os principais equipamentos e instrumentos de controle. Ele permitia uma visão geral da unidade. As janelas de alarme eram pequenos locais nos painéis, nomeados especificamente de acordo com o equipamento ou instrumento a ser controlado. À medida que alguma variável saía da faixa ótima de controle, sinais sonoros e

[52] Os primeiros instrumentos de controle na década de 30 são essencialmente de base mecânica, são substituídos gradualmente por instrumentação pneumática. Em fins dos anos 50 surgem os instrumentos eletrônicos analógicos. O advento da microeletrônica e da informática possibilitou a construção dos microprocessadores e o surgimento do controle digital.

[53] São de dimensões variadas, mas podemos ter como exemplo um dos painéis da FAFEN/Petrobrás com 5 m de comprimento por 3 de altura e 2 de largura.

luminosos eram emitidos das janelas de alarme. Através dessas indicações no painel o operador acompanhava e controlava o processo.

Os avanços permitidos pela informática e o emprego de novos materiais condutores possibilitaram sistemas de controle mais efetivos e de respostas mais rápidas. Como resultado surgem os microprocessadores, os controladores inteligentes, os analisadores de linha. Esses novos recursos possibilitam o advento do SDCD, permitindo uma maior integração do controle do processo na indústria de petróleo e, por conseguinte, o advento dos CICs.

Nos Centros Integrados de Controle, os comandos, executados individualmente, instrumento a instrumento, passam a ser executados de forma integrada, via comando de um mesmo teclado de computador. Como as várias áreas de controle são distribuídas entre vários computadores, aumentou o número de operadores exercendo o macro controle; em contrapartida, o incremento de automação reduziu a necessidade das manobras executadas pelos operadores de campo, o micro controle. Dessa forma, o operador que antes trabalhava no campo foi transferido para o controle do computador.

Essas mudanças todas permitem que áreas maiores e mais distantes sejam controladas de um só local. O advento dos CICs possibilita integrar mais ainda o controle nas unidades de petróleo. As diversas salas de controle são substituídas por uma só, o CIC. O surgimento do CIC é o maior evento do ponto de vista de inovação tecnológica, mas ele não ocorre sem críticas. Os trabalhadores criticam a velocidade e a forma das mudanças.

Com os CICs aumentou o número de operadores necessários ao controle das plantas via computador. Diversos operadores que trabalhavam nas áreas foram transferidos para os CICs. Entretanto, a redução das tarefas no campo, em função da automação, não foi proporcional à redução de operadores nas áreas,

provocando sobrecarga e obrigando a multifunção dos que ficaram. Na década de 90, à proporção que os operadores se aposentavam, não eram substituídos. Para os trabalhadores a redução do número de operadores, o distanciamento e a sua retirada das áreas fez crescer a possibilidade de acidentes.

Os sistemas de controle estão mais refinados, com maior sensibilidade e poder de detecção e resposta. Os circuitos internos de TV permitem ver/ouvir as unidades; entretanto, na ótica dos trabalhadores, ainda são insuficientes para substituir os operadores na área. Segundo eles, os anos de experiência dos operadores, além de contribuir para o aprimoramento técnico, sensibilizavam-nos no uso do olfato, tato e audição usados, naturalmente quando percorriam as áreas.

A associação da experiência, dos sentidos e do uso dos instrumentos disponíveis permite a esses trabalhadores antever muitos problemas, indetectáveis apenas com o uso da instrumentação e dos sistemas de controle. Nessa nova fase, se por um lado a distância dos CICs das áreas industriais é um elemento que torna mais seguro os controles ao protegê-los de possíveis sinistros, por outro lado, essa mesma distância reduz a capacidade de acompanhamento dos operadores, potencializando os acidentes.

3.3.6 Crescem os segmentos *upstream* e *downstream*[54]

Os números da década de 90, do ponto de vista técnico e financeiro, foram extremamente positivos para a Petrobrás.

[54] *Upstream* ou segmento de montante diz respeito à pesquisa e produção de minério. O *downstream* ou segmento de jusante inclui refino, industrialização e transporte.

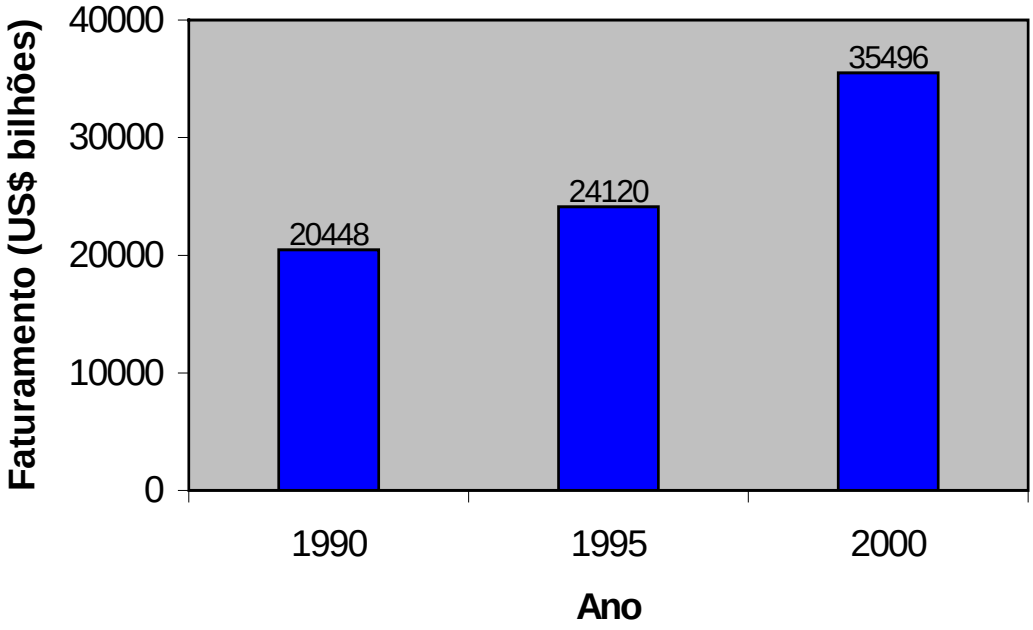
Tabela 5: Marcos importantes para a Petrobrás /Brasil - 1990/2000

Ano	**Evento**
1990	Assume a 19ª posição no *ranking* das maiores empresas petrolíferas do mundo mundo
1992	Conquista em Houston o prêmio no OTC por seus avanços na exploração de petróleo em alto mar
1992	Assume a 15ª posição no *ranking* das maiores empresas petrolíferas do mundo
1995	Maior greve já realizada pelos petroleiros (03/05 a 02/06)
1995	Aprovado no Congresso Nacional a quebra do monopólio estatal do petróleo
1997	Inicio do gasoduto Brasil Bolívia com 3.150 Km
1997	Aprovada Lei nº 9.478, regulamenta a flexibilização do monopólio e cria a ANP
1999	Inaugurada 1ª etapa do gasoduto Brasil/Bolívia
2000	Coloca ações na Bolsa de Nova York

Fontes: OEST, FSP, Revista Veja, Relatório anual e informativos Petrobrás. Elaboração própria.

A ampliação da capacidade de produção, do refino e dos lucros é aspecto importante da reestruturação produtiva na Petrobrás na década de 90. Seu faturamento cresce ao longo dos anos,

Gráfico 1: Faturamento da Petrobrás/ Brasil 1990/2000[55]

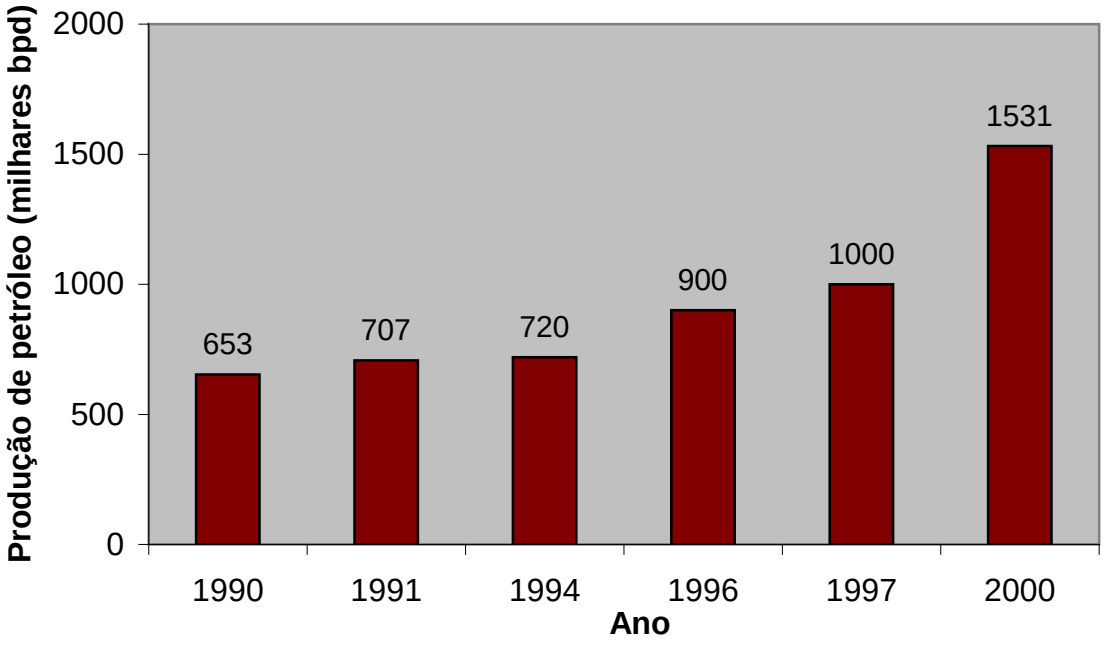


Fontes: FSP, Relatório anual 2000

[55] No apêndice se encontram tabelas com os dados usados na feitura dos gráficos. Ver: Dados sobre a Petrobrás utilizados na tese em forma de gráficos.

Os lucros também crescem muito, saltam de US$ 640 milhões em 1996 para US$ 5,3 bilhões em 2000. A produção de petróleo aumenta 94,3% em milhão de barris de petróleo dia (Mbpd) ao longo da década de 90[56], enquanto o consumo aumenta apenas 45%. Nestes anos o crescimento médio da produção gira em torno de 12%, superior aos 10% da década de 80. Isso fez reduzir em 50% a dependência externa do Brasil, que no ano 2000 é em torno de 18%.

Gráfico 2: Produção de petróleo/ Brasil – 1990/2000

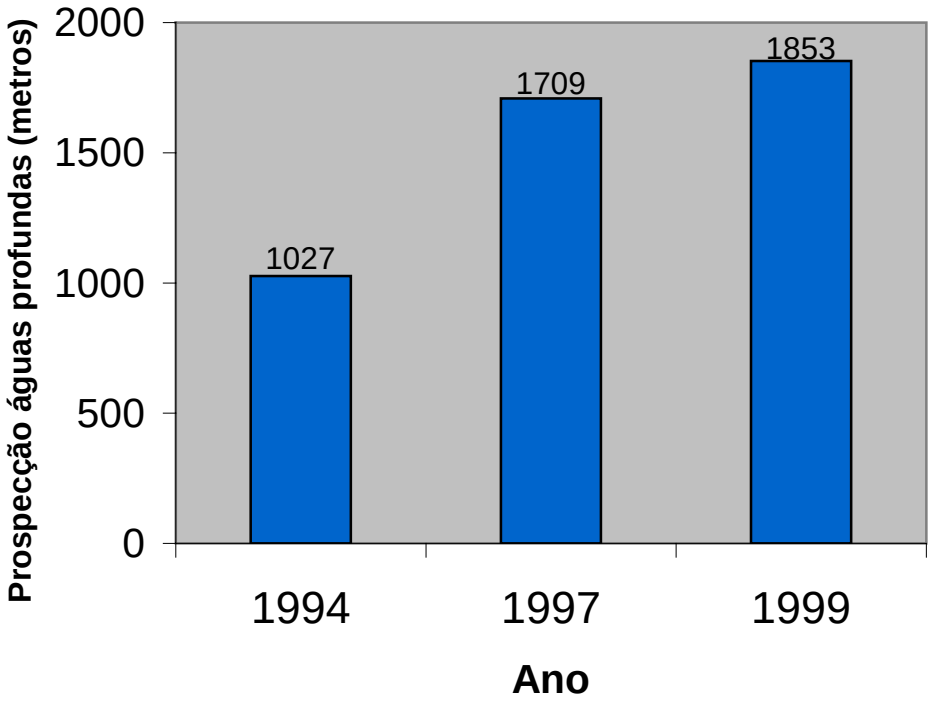


Fontes: OEST, FSP, Revista Veja, Relatório anual e informativos Petrobrás. Elaboração própria.

[56] Crescimento da produção de petróleo em barris petróleo/dia (bpd)ao logo dos anos: 1954 - 2.663; 1960 – 80.261; 1967 – 146.1; 1970 – 164.088; 1974 - 177.0; 1980 – 181.026; 1984 – 467.5

A capacidade de prospectar em lâminas d'água cada vez mais profundas foi uma constante durante estes anos. Esses contínuos recordes fez a Petrobrás ganhar pela segunda vez, em 2001, o prêmio no *Offshore Tecnology Conference* (OTC).

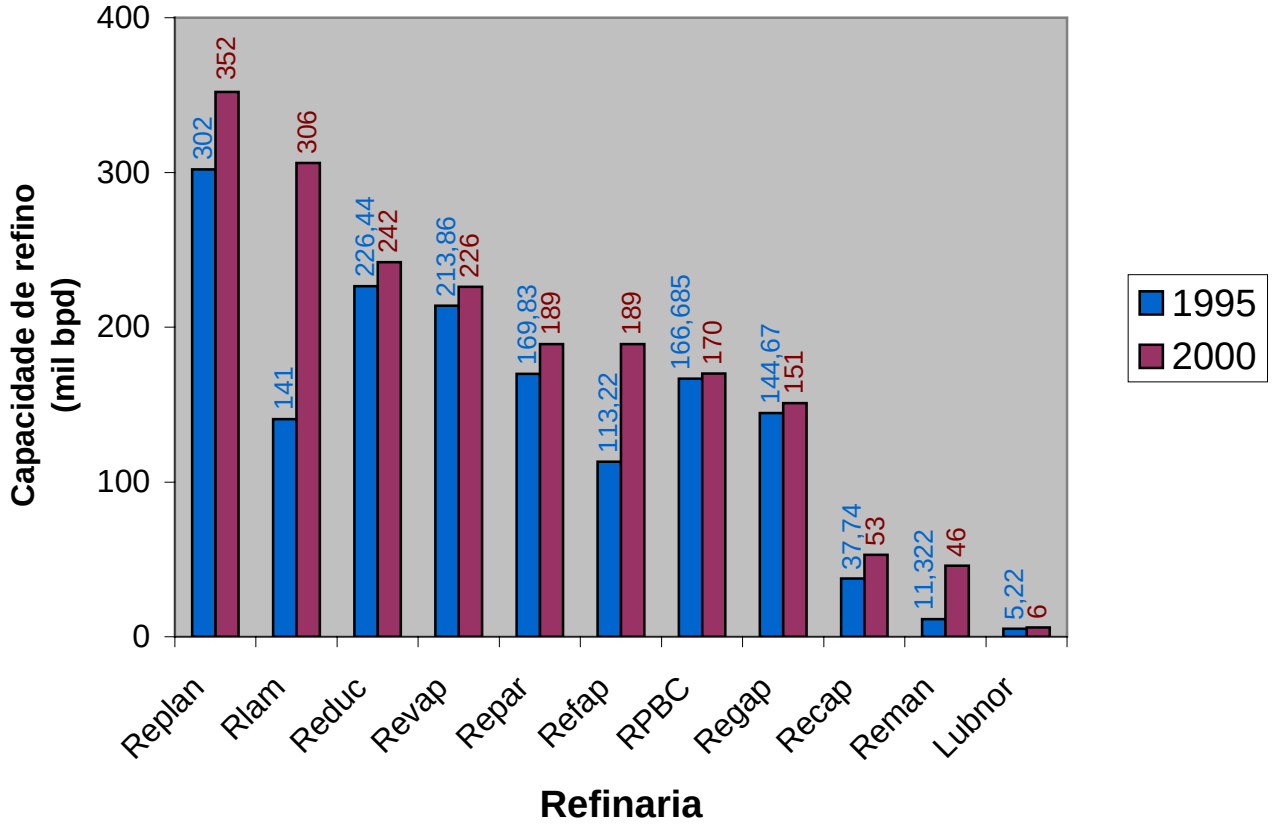
.....Gráfico 3: Prospecção em águas profundas/Brasil – 1990/2000



Fontes: OEST, FSP, Revista Veja, Relatório Anual e Informativos Petrobrás. Elaboração própria.

A capacidade instalada de refino da Petrobrás também cresce continuadamente. Em 1992 é de 1.383 mil bpd, em 1995 atinge 1.531.488 e em 2000 é de 1.930.000.

Gráfico 4: Capacidade de refino/Brasil – 1995/2000



Fontes: FSP, GM, Tchno, Petrobrás magazine 2001. Existem pequenas variações nos números divulgados pela própria Petrobrás. Elaboração própria.

O maior incremento no refino se dá na década de 90.

> *Somente no período entre 94 e 98, foram investidos US$ 23 milhões de dólares em onze projetos priorizados. Desse total, 17% em adaptação e modificação dos processos tecnológicos das refinarias; 15% na aplicação de tecnologias desenvolvidas recentemente no mundo e ainda não dominadas pela Petrobrás; e 10% em tecnologias inovadoras...* (Techno, s/d).

Nessa década as refinarias[57] da Petrobrás passam por modernização e/ou ampliação das suas capacidades de refino. A refinaria Landulpho Alves (RLAM) e a refinaria de Paulínia (REPLAN) ampliam suas capacidades de refino. A RLAM em 1996 inaugura o CIC, em 1997 com a inauguração da unidade U-32 (Unidade de Destilação Atmosférica e a Vácuo), eleva sua capacidade de refino de 104 para 306 mil barris de petróleo dia (bpd). A segunda responde atualmente por 22% da capacidade instalada de refino do país.

A LUBNOR em 1996 amplia sua capacidade de processamento de petróleo de 450 m^3/dia para 1.000 m^3/dia. A REPAR amplia em 11% sua capacidade de refino em 1998. Em 1998 a FAFEN/Petrobrás em Sergipe amplia sua capacidade de produção de amônia e uréia. A unidade de amônia amplia de 907 tonelada/dia (t/d) para 1.250 t/d, e a unidade de uréia amplia de 1.100 t/d para 1.800 t/d. A REFAP moderniza sua Unidade de Destilação Atmosférica e investiu em novas unidades. A REGAP em 1994 coloca em operação a unidade de coqueamento retardado, também conhecida como unidade verde. Na REMAN entra em operação uma nova unidade de destilação atmosférica com capacidade de 31 mil bpd.

O crescimento dos indicadores anteriores são conseguidos pela sinergia de vários fatores. As inovações tecnológicas permitem o uso de instrumentos e equipamentos mais modernos. Os novos equipamentos possibilitam aproveitar melhor os recursos naturais disponíveis com menor consumo de energia. As mudanças realizadas no processo reduzem os tempos mortos. Outro elemento importante é o aproveitamento das folgas dos equipamentos.

---

[57] Refinaria de Paulínia (REPLAN); refinaria Landulpho Alves (RLAM); Refinaria Duque de Caxias (REDUC); Refinaria Enrique Lage (REVAP); Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR); Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP); Refinaria Presidente Bernardes (RPBC); Refinaria Gabriel Passos (REGAP); Refinaria de Capuava (RECAP); Refinaria Isaac Sabbá (REMAN); Lubrificantes e derivados do nordeste (LUBNOR).

No decorrer das operações nas unidades observou-se que alguns equipamentos podiam produzir mais. Utilizar essas folgas, fazendo os equipamentos trabalharem nos seus limites e, às vezes, acima deles, foi outro elemento importante no crescimento dos indicadores. Por fim houve as ampliações de algumas unidades conforme descrito anteriormente.

Os trabalhadores criticam o modo como se processa o crescimento da produção na Petrobrás. Focam suas críticas principalmente em três questões: redução do quadro, a velocidade das mudanças e o uso desregrado dos equipamentos. A redução do número de trabalhadores foi bem superior à diminuição das tarefas, por conta da automação: além do que, a velocidade na incorporação dos novos equipamentos e instrumentação foi maior do que a capacidade dos trabalhadores de assimilarem e absorverem as novas informações[58]. Esse é um aspecto importante, notadamente no que diz respeito ao uso da instrumentação digital.

Os instrumentos digitais são menores do que os analógicos, com um maior número de funções por unidade. Isso dificulta inicialmente sua operação, sendo necessário um tempo para que os operadores se familiarizassem com os mesmos. Não obstante, eles foram introduzidos nas malhas de controle e colocados em operação, antes mesmo dos operadores e mesmo os instrumentistas se adaptaram a eles. Os trabalhadores se viram na obrigação de aprenderem fazendo, sob todos os riscos que esse procedimento traz e contradizendo enormemente o discurso de preocupação com a segurança.

> *Nos antigos* (painéis) *era possível saber o que estava acontecendo na planta com uma olhada geral, agora não temos que ficar passando de tela em tela. Ate a gente se acostumar, pegar a manha eles são até mais difíceis de operar* (operador).

[58] Nesse caso as inovações atingem o conjunto dos trabalhadores da Petrobrás.

Nos grandes painéis, os instrumentos estavam dispostos, cada um indicando na maioria das vezes a condição de apenas uma variável ou sistema. No novo *layout* as malhas de controle encontram-se distribuídas por vários consoles de computadores. Em um só sistema existem vários controles, isso obriga a terem que rolar telas para poder se chegar a um diagnóstico. Essa mudança e essas dificuldades fazem grande diferença nas emergências, quando cada minuto é vital, podendo significar ou não a continuidade operacional e mesmo um acidente de grandes proporções.

Do ponto de vista dos equipamentos, as críticas levantadas pelos trabalhadores envolvem as novas formas de uso e a manutenção. A necessidade de fazer crescer a produção persuade as gerências a não considerarem os limites. Até mesmo a manutenção foi deixada em segundo plano. Se a parada do equipamento para a realização de manutenção preventiva ou mesmo corretiva pudesse trazer algum óbice à produção, ela não era executada, o equipamento seguia trabalhando mesmo sob risco,

> *Com a redução de quadro caiu a qualidade na manutenção; acabou a manutenção preventiva e aumentaram as corretivas, já teve uma época em que só tinha preventiva; hoje é só corretiva e tem que fazer às pressas, só muda e faz preventiva quando é para preventivas da ISO* (Eletricista).

A prioridade era elevar a produção a qualquer custo. Essa decisão colocou os trabalhadores em situação real de risco. Esse processo foi um dos elementos que possivelmente impactou fortemente no crescimento das estatísticas de acidente na década.

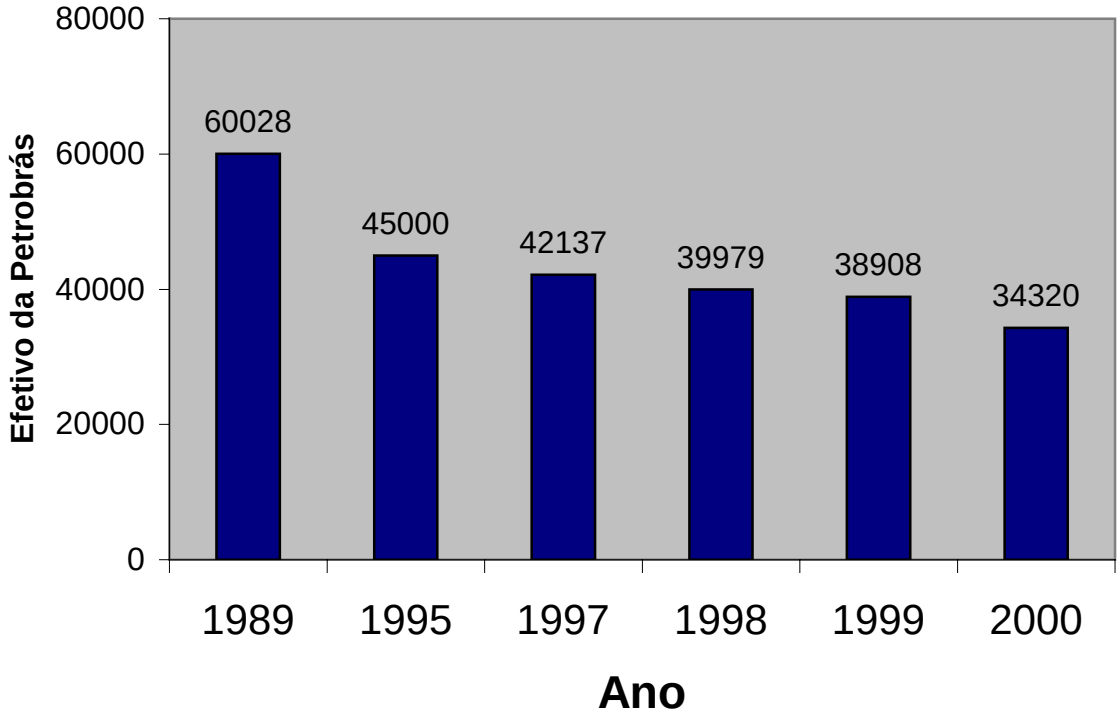
3.3.7 A redução de postos de trabalho e a *informalidade*

A redução do número de trabalhadores diretamente contratados pela Petrobrás e o crescimento da terceirização concorrem para conformar a informalidade[59] e a precarização do trabalho nos canteiros da Petrobrás, na década de 90.

Do ponto de vista da política de pessoal, uma marca altamente pronunciada no processo de reestruturação é a diminuição do número de postos de trabalho diretos. Não obstante a auditoria realizada em 1994 não ter feito "*qualquer menção a uma suposta necessidade de redução de funcionários*" (Debates, 1995). A Petrobrás reduz na década de noventa 25.708 trabalhadores diretamente contratados por ela. No ano 2000 a empresa tem 42,83% menos trabalhadores do que em 1989.

[59] Malaguti (2001) trabalha com o conceito de informalidade por ser mais amplo. Este autor chama atenção para o fato de que os conceitos de setor formal e setor informal não mais dão conta de explicar as relações da *sociedade do capital* seja nos países desenvolvidos ou subdesenvolvidos. Por sua análise, "'*o setor informal' está no 'setor formal', e as relações salariais mais 'transparentes' contêm informalidades mais ou menos latentes, mais ou menos realizadas, e informalidades aparentes são, quase sempre, manifestações de um salariado que perde sua materialidade relacional*." Ver também sobre o tema Alves, 2001.

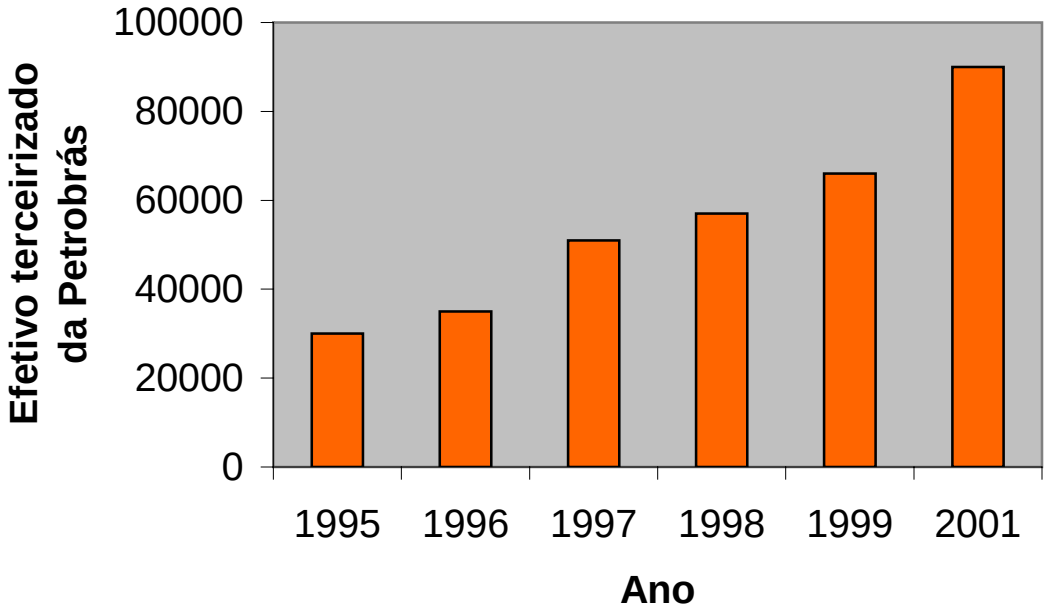
Gráfico 5: Efetivo próprio da Petrobrás/Brasil – 1989/2000



Fonte: Petrobrás. Elaboração própria.

À medida que reduz o número de seus trabalhadores diretos, "*a Empresa praticamente terceirizou todas as atividades de apoio*" (Debates, 1995). A terceirização na indústria de petróleo ocorre via externalização, internalização ou ambas. No primeiro caso, as empresas deixam de produzir ou efetuar determinados serviços nos seus canteiros, contratando tais serviços de terceiros que os executam fora das suas unidades.

Gráfico 6: Efetivo de terceirizados na Petrobrás/Brasil 1995/2001



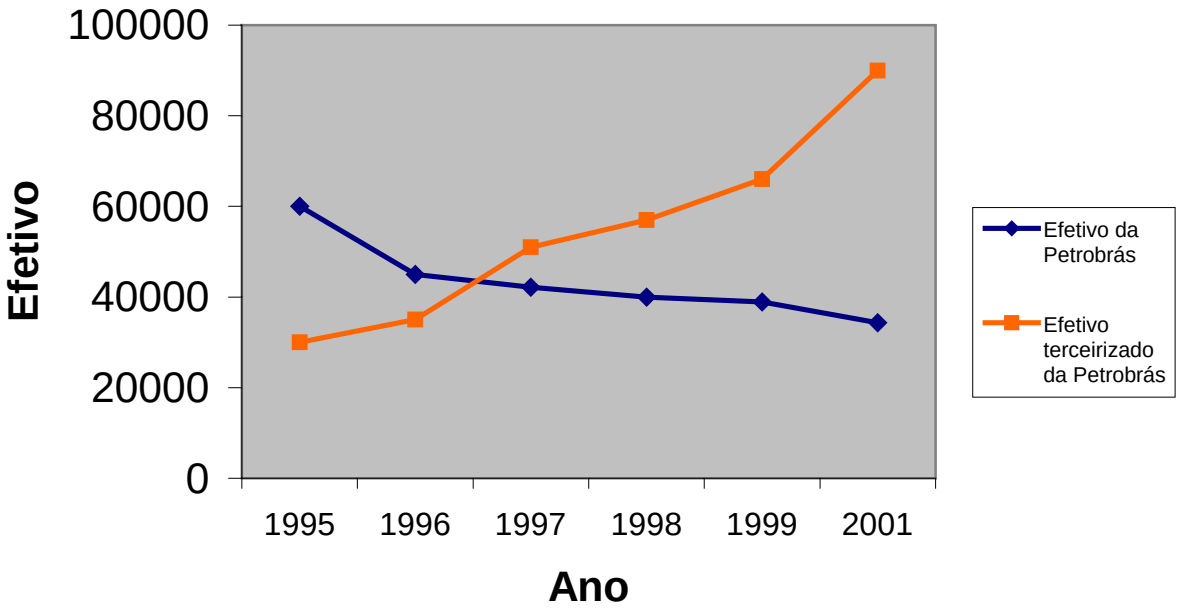
Fonte: Surgente 2001, Revista Época* trabalhando no interior da Petrobrás. Elaboração própria.

É importante ressaltar, como o processo produtivo na indústria de petróleo é integrado, os serviços executados pelas terceirizadas quando da externalização não possuem relação direta com o produto. São externalizados os serviços de construção de peças, de equipamentos, de reparos em unidades, projetos, etc. É um sistema diferente do ocorrido nas indústrias de processo sensível nas quais as terceirizadas produzem elementos que farão parte do produto final.

Na terceirização internalizada, as transferências de atribuições ocorrem dentro dos próprios canteiros da Petrobrás. A intensidade e a abrangência da terceirização varia de unidade para unidade, mas no geral encontram-se terceirizados os serviços de: manutenção, limpeza, projetos e planejamentos,

vigilância, produção de peças e equipamentos, alimentação, os motoristas, elaboração de estudos, até a sublocação de áreas em unidades produtivas, caso do incinerador na RLAM e da unidade de coque da REPLAN.

Gráfico 7: Relação efetivo próprio /terceirizado/Petrobrás - 1995/2001



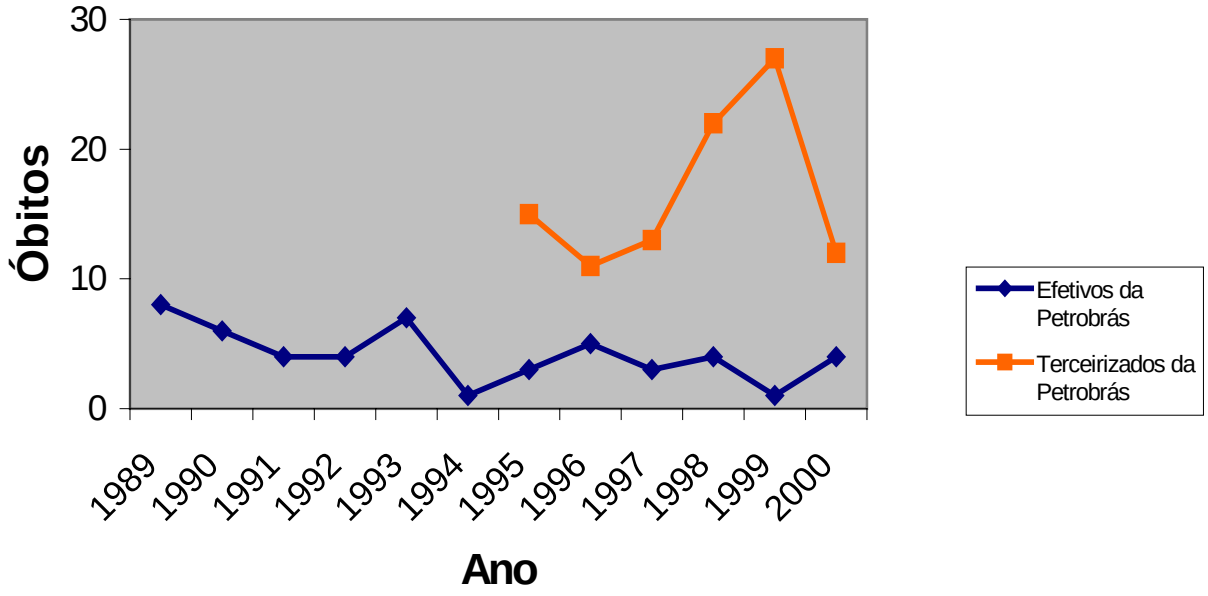
Fonte: Surgente 2001, Revista Época, Petrobrás. Elaboração própria.

Os trabalhadores terceirizados são, em média, pior remunerados, e possuem um menor nível de escolaridade. Estão alocados para os trabalhos mais desgastantes, sujeitos a um grau maior de rotatividade, e são insatisfatoriamente treinados. De forma contumaz, os terceirizados têm os direitos legais desrespeitados. Mesmo as condições de segurança e higiene são relegadas a segundo plano[60]. Não é por acaso que o número de mortes e acidentes com os

[60] Processo semelhante ocorre em outras indústrias. Ver: Afonso, 1999; Santos, 1999; Druck, 1999.

trabalhadores terceirizados durante a década de 90 é bem superior ao dos trabalhadores da própria Petrobrás,

Gráfico 8: Óbitos na Petrobrás/Brasil – 1989/2000



Fontes: FUP; Gil, 2000. Elaboração própria.

Como se essa situação por si só não bastasse, é possível perceber que nos anos 90, à medida que se acentua o grau de precarização sobre os trabalhadores diretamente contratados pela Petrobrás, ficam ainda piores as condições dos trabalhadores terceiros.

O exemplo da terceirização no setor de saúde ocupacional ocorrido na FFAEN/Petrobrás, na década de 90, espelha bem o caso. O setor de saúde ocupacional era composto por médico e técnicos em enfermagem, todos funcionários da Petrobrás. Nos anos 90, começa o processo crescente de

aposentadorias. Quando as técnicas em enfermagem da empresa foram se aposentando não mais eram substituídas por trabalhadoras da empresa. As novas técnicas de enfermagem eram terceirizadas.

Das primeiras enfermeiras terceirizadas era exigido o curso de especialização em enfermagem do trabalho. Elas tinham direito a plano de saúde e trabalhavam na mesma escala dos trabalhadores de turno da FAFEN. Em seguida, à medida que os contratos foram sendo renovados, as condições de trabalho foram sendo modificadas.

Nos novos contratos as enfermeiras passaram a ganhar praticamente metade do que ganhavam antes. Destacando-se, portanto, que, quando elas entraram, já percebiam metade do que ganhavam as técnicas da FAFEN. Na nova situação, perdem o direito a plano de saúde e não mais trabalham na escala de turno da FAFEN. Passam a trabalhar jornadas fixas de 24 horas, essa é a forma de burlar o regime de revezamento ininterrupto de turno que garantiria a elas o turno de seis horas. Para poderem pagar-lhes menos, não é mais exigido delas o curso de especialização em enfermagem do trabalho.

As novas condições de trabalho das enfermeiras terceirizadas implicam em uma menor qualificação técnica e condições mais precárias de trabalho concorrendo para o descrédito do serviço,

> *Estamos com enfermeiras que não estão ligadas a nossa área, não conhecem as nossas realidades* (Operador).
>
> *As novas enfermeiras não têm a mesma condição das antigas enfermeiras da empresa* (Mecânico).

A terceirização provoca uma apartação no coletivo de trabalhadores. Os terceirizados não se vêem como trabalhadores das empresas centrais e os trabalhadores dessas empresas não enxergam os terceirizados como tal. Essa

apartação também ocorre na Petrobrás. Os terceirizados, no seu conjunto, não se percebem como petroleiros, nem os petroleiros os reconhecem como iguais.

A apartação é provocada pela desidentidade entre os terceirizados e os demais. Essa desidentidade, no seio da classe trabalhadora, tem elementos causais concretos. As diferenças de condições de trabalho são por demais acentuadas. As mudanças começam pelos portões de acesso às unidades industriais. Muitas vezes os terceirizados eram obrigados a entrar por portões diferentes[61]. Os restaurantes, e, por conseguinte, as refeições são diferenciadas. Os uniformes e EPIs dos terceirizados são de qualidade bastante inferior[62]. Muitas vezes os terceirizados são obrigados a trabalhar sem todos os equipamentos de proteção necessários.

A formação técnica é muito desigual. Os trabalhadores da Petrobrás passam por cursos preparatórios antes de começarem a desempenhar suas funções. Os cursos são ministrados pelo Senai, Escolas Técnicas Federais ou pela própria empresa. Bem como são continuadamente reciclados[63]. Os terceirizados, além de não terem o mesmo treinamento inicial,

> *Quando muda alguma coisa o empregado da Petrobrás fica o dia todo numa sala com ar condicionado se atualizando, o terceirizado aprende na tora, pegando alguma coisa ali, outra acolá e assim vai aprendendo do que eles soltam. Quando dão palestra pra gente é de apenas uma hora, pela noite, ai já está todo mundo tão cansado... e você sabe, cansado ninguém aprende nada* (Eletricista, terceirizado).

As condições de trabalho para os terceirizados são bem piores. Os serviços mais desgastantes e menos qualificados são deixados para eles. Esse é um processo que se acentua à medida que se reduzem os efetivos próprios da Petrobrás,

---

[61] Depois de muita luta dos sindicatos, hoje isso praticamente inexiste.
[62] Existem diferenciações entre os terceirizados, pois alguns terceirizados de algumas empresas fazem suas refeições nos restaurantes da Petrobrás.
[63] Apesar da queda na quantidade e qualidade ocorridas na década de 90.

> *A situação hoje está bem pior. Sei muita coisa e tudo aprendi nas áreas da Petrobrás. Mas não adianta aprender mais, o serviço braçal, o serviço mais pesado sempre sobra pra gente. A gente sempre fica com a fatia do bolo mais desgastante. Hoje ficaram poucos empregados da própria Petrobrás, eles então executam os serviços mais leves, por isso sobra o mais pesado pro pessoal das empreiteiras* (Caldeireiro, terceirizado).

A instabilidade no emprego e a ausência da organização sindical os obrigam, muitas vezes, a executar serviços sobre condições completamente inseguras, agravando ainda mais as condições de trabalho. Diferentemente, o operário da Petrobrás tem mais condição de exigir segurança no trabalho. Em casos mais extremos, quando percebem sua vida em risco, os petroleiros têm condição de colocar dificuldade ou mesmo se negar a executar o serviço. A organização sindical e o próprio fato de ser uma empresa estatal dão essa condição aos operários.

Existem diversos casos de trabalhadores de empreiteiras que trabalham por 10, 15 anos. Alguns se aposentam trabalhando de forma continuada em uma mesma área da Petrobrás, mas isso não muda em nada sua subcondição. Esses trabalhadores são os que conseguem se especializar em algumas tarefas, às vezes executam trabalhos simples, são responsáveis pela limpeza das áreas industriais, mas ao longo do tempo, seja por aprenderem os macetes das suas funções, seja pelos vínculos pessoais firmados ao longo do tempo, passam a ser exigidos pelos contratantes a cada novo contrato firmado. Dessa forma, conseguem se manter trabalhando em uma mesma área mesmo sendo grande a rotatividade das empreiteiras.

Com a constatação da apartação, fruto do processo de desidentidade de classe e a exposição, inclusive da base concreta sobre a qual se consubstancia, está-se assumindo a fragmentação que existe no seio da classe trabalhadora. Nessa relação é evidente serem os terceirizados a fração "*mais degradada*". Mas,

é importante ressaltar o "*mais degradada*", existe uma relação de função entre os trabalhadores das empresas centrais e os terceirizados. A interpretação é que o conjunto dos trabalhadores, sejam eles terceirizados ou não, está sujeito à mesma lógica do capital, pois que todos estão imersos em um mesmo movimento que na década de 90 precariza o mundo do trabalho em busca de maiores taxas de lucro. Para além da conformação de um mundo dual, é possível perceber um mundo do trabalho fragmentado, crivado pela opressão e exploração crescente, que atingem embora com intensidades diferentes o conjunto da classe trabalhadora.

A terceirização tem contribuído fortemente para aumentar a fragmentação da classe trabalhadora e isso se aplica ao que acontece no interior da Petrobrás. As empresas terceirizadas usam de diversos artifícios para dificultar a soldagem dos vínculos classistas. Um dos artifícios mais usados é a empresa terceirizada ter natureza jurídica diferente da empresa central. Se a empresa central é metalúrgica, a empreiteira se configura juridicamente como de construção civil. Quando a empresa central é construção civil, a terceira se configura como de asseio e conservação e assim sucessivamente. Dessa forma uma só refinaria é base de diversos sindicatos.

Essa manobra dificulta que o sindicato da empresa central possa filiar os terceirizados. Como no processo de terceirização os postos de trabalhos das empresas centrais foram reduzidos e substituídos por terceiros, passa-se a ter nos canteiros um número cada vez maior de operários sem representação sindical ou no máximo com uma representação de fachada. As empresas terceiras de tal sorte além de situar-se juridicamente fora do contexto da empresa central, acabam por situar-se dentro da jurisdição de sindicatos pelegos[64]. Além desses artifícios mais sutis, as terceiras não se esquivam de usar outros métodos mais diretos quando necessários. É comum a perseguição aos ativistas sindicais, com transferências e a

[64] São denominados de pelegos os sindicatos que não defendem os interesses de classe dos trabalhadores.

colocação deles nas tarefas mais pesadas; quando isso não os faz recuar, são demitidos sumariamente. Esse processo castra as lideranças e amedronta o coletivo.

Essa situação tem trazido sérias complicações para o fazer sindical. A terceirização na década de 90 atingiu praticamente todos os setores das empresas. Dessa forma, durante as mobilizações e campanhas salariais, um grande número de trabalhadores que efetivamente trabalham não participa normalmente das atividades promovidas pelo sindicato.

No caso da Petrobrás, o único setor no qual não existe nenhum tipo de terceirização é a operação. Apesar de algumas tentativas localizadas, a Petrobrás não conseguiu efetivar a terceirização na operação. Diante disto, durante uma greve apenas o setor de operação pararia efetivamente, todos os demais teriam condição de continuar funcionando, mesmo que precariamente. Isto na prática não ocorre, os sindicatos encontram formas de parar todos, terceirizado ou não. Mas por aqueles funcionários não estarem sindicalizados aos sindicatos de petróleo, a paralisação dos terceirizados não possui a mesma força que teria caso fossem empregados da Petrobrás ou, ao menos, sindicalizados nos diversos sindipetros.

Além de ser um complicador nas campanhas salariais e mobilizações, as terceirizações têm provocado uma redução das bases dos sindicatos que, somada à redução do número de postos de trabalho próprios, redundam em subtração do poder sindical financeira e politicamente. Os sindicatos têm diminuído seu poder por ter sido sensivelmente reduzido o seus contingente de mobilização; e essa redução numérica, por sua vez, induz os trabalhadores diretos, agora em menor número, a serem mais reticentes quanto a participar das mobilizações.

A redução da capacidade de sublevação dos trabalhadores no processo de reestruturação produtiva, caminha em sentido contrário às teses que identificavam serem os efetivos menores e mais qualificados de trabalhadores detentores de um maior poder de pressão sobre os patrões. Segundo essa corrente, os trabalhadores que ficassem empregados após as reestruturações, teriam uma maior capacidade de negociação a partir do seu número reduzido e da sua alta qualificação. Entretanto, há de se crer que essa tese não identificou adequadamente os aspectos objetivos e subjetivos do referido processo.

Objetivamente existe nesse momento o crescimento do exército de reserva. Ao lado dos trabalhadores empregados existe

> *uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital* (Marx, 1984).

Os índices sociais trazidos à luz pela mídia refletem a miséria daqueles que estão desempregados. A publicização desses dados impactam os trabalhadores na sua subjetividade. Por comparação, passam a relativizar os seus baixos salários, suas precárias condições de trabalho.

> *O clima é de insegurança, se olharmos em volta vemos que ninguém tem estabilidade. O sindicato depois de 95 quebrou, ninguém está com ânimo, a instabilidade é muito grande e todo mundo vê que, se aqui está ruim, lá fora tem coisa pior* (Engenheiro).

Os desempregados ou sub empregados são uma constante ameaça aos seus empregos. Estão continuadamente batendo nos portões das fábricas, querem entrar. Atuam como membros de uma organização sem comando, desorganizados, do contrário não jogariam o papel de "*alavanca da acumulação capitalista*" (Marx, 1984) sujeitam-se a trabalhar em condições piores, com custos menores para o sistema.

> *O exército industrial de reserva pressiona durante os períodos de estagnação e prosperidade média o exército ativo de trabalhadores e contém suas pretensões durante o período de superprodução e paroxismo. A superprodução relativa é portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta. Ela reduz o raio de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de explorar e a paixão por dominar o capital* (Marx, 1984).

Esse conjunto de elementos *sabiamente* trabalhados pelos prepostos das empresas são grandemente desmobilizadores. Distante do apregoado, portanto, os efetivos menores e tecnicamente mais qualificados não têm conseguido responder aos avanços do capital sobre seus direitos, muito pelo contrário, a redução das conquistas observadas na década de 90 entre os petroleiros ocorre *pari passu* com a redução dos postos de trabalho e com o crescimento da qualificação dos trabalhadores.

Os sindicatos de petróleo têm lutado, tentando reverter a situação de penúria dos terceirizados. Nas direções foram criados os departamentos responsáveis pela questão das empresas terceirizadas. A Bahia é um dos locais em que mais avançou essa organização. Nesse estado, apesar de todas as dificuldades, o Sindipetro-BA já conseguiu inclusive assinar acordos com as terceirizadas Perbrás, Halliburton, BJ Service e Sotep. Na luta sindical, para fazer frente às investidas do processo de terceirização, a própria filosofia de atuação sindical mudou,

> *Na década de 80 a política do sindicato exigia o fim das empreiteiras. Hoje a luta é outra. O sindicato luta para dar aos trabalhadores terceirizados condições próximas às da Petrobrás. Como sabemos que a finalidade das empreiteiras é fazer crescer o lucro, se conseguirmos igualar as condições, os contratos com a Petrobrás ficaram inviáveis. Outra luta nossa é buscar igualar as condições das empreiteiras em todo o Brasil* (Germínio, Sindipetro-BA).

Os elementos apresentados anteriormente denotam que a reestruturação levada a cabo na Petrobrás tem no aumento da exploração do trabalho um dos seus sustentáculos fundamentais. Cresce a extração da *mais valia* tanto no seu caráter relativo como absoluto.

A extração relativa é elevada pelo fato de a empresa introduzir novos equipamentos e instrumentação fazendo aumentar sua produtividade tanto do ponto de vista da produção como do refino, no instante mesmo em que reduzia sua força de trabalho direta. Conseguiu fazer crescer a extração absoluta ao terceirizar diversos dos seus serviços e, através desse artifício aumentar de forma gritante a jornada de trabalho à disposição da sua produção. Diversos estudos já tornaram conhecido o fato de os terceirizados trabalharem em jornadas bastante superiores aos trabalhadores das empresas centrais.

Além de ter feito crescer a exploração sobre o trabalho, a partir dos seus mecanismos internos expostos anteriormente, a Petrobrás se beneficia também dos ganhos sobre o trabalho advindos dos movimentos mais gerais da economia brasileira. Estudo aponta que o governo Federal no *contexto do Plano Real* utilizou de artifícios jurídicos para permitir aos empresários transferirem dinheiro aos trabalhadores "*a um custo muito inferior ao dos tradicionais reajustes derivados das políticas salariais, uma vez que as parcelas decorrentes da participação dos lucros e resultados não se incorporam aos salários*" (Oliveira e Neto, 1999).

3.3.8 A *liofilização* organizacional

As mudanças no chão de fábrica nesse período são abundantes ocorrendo de forma impositiva e sem discussão com o sindicato. A extinção dos postos de trabalho na década de 90 é acompanhada pela redução dos níveis hierárquicos e pelo fim de muitas funções ou cargos como telefonista, telegrafista, teletipista. Setores e atribuições são fundidos. Modificam-se as formas de ascensão nas carreiras. Acabam os concursos internos para crescimento vertical. As ascensões passam a ser por indicação das chefias. As mudanças em curso atingem diretamente o pessoal de operação e manutenção. Esse pessoal tem suas carreiras e formas de trabalho completamente modificadas.

Anteriormente, havia operador estagiário, operador I, II, III e técnico de operação. Em algumas unidades os técnicos de operação podiam assumir a função gratificada de Coordenador ou Supervisor de Turno, elemento que faz às vezes de gerente das unidades nos horários de turno. Hoje os operadores estão reduzidos a operador I e II. Em algumas unidades ainda restam outros níveis, mas eles próprios reconhecem que é uma questão de tempo a extinção desses cargos. Com a saída deles, não haverá substituição.

O fim dos concursos internos foi um dos elementos da reestruturação que mais impactaram os coletivos de trabalhadores[65]. Os chefes de grupo eram os operadores III, concursados internamente entre os mais experientes e capazes das unidades. Por serem concursados esses elementos possuíam estabilidade nos seus cargos. Bem como o fato de terem passado por concurso os fazia técnica e

[65] Apesar de destacarmos o caso da operação, processo semelhante ocorre na manutenção com o fim do concurso para encarregado.

politicamente mais respeitados. O fim dos concursos e da gratificação da função, tornada de "*confiança da empresa*", significou o fim da estabilidade no cargo.

Não há mais chefes de grupo, existe doravante supervisores, e o são apenas enquanto a empresa assim o desejar. Com essas transformações os operadores III deixam de representar os interesses do seu grupo para ser um elemento de confiança da empresa. Reduzem o insulamento temporal dos operadores como vimos anteriormente.

> *não mais existe chefe de grupo, o chefe está.... a empresa manipula ao bel prazer, joga como quer, hoje o chefe vive na corda bamba, errou perde a chefia* (Operador).

Isso tornou os "*novos supervisores*" meros cumpridores de determinações. Como recompensa, os supervisores ganharam em algumas unidades "*o direito*" de ter um automóvel buscando-os em suas portas. Não usam mais o ônibus de turno, portanto, não ficam sujeitos ao convívio e às cobranças dos seus pares. Nem participam mais das assembléias na porta da fábrica, pois os carros pequenos passam direto não parando aos apelos dos sindicalistas..

Foram mudanças fundamentais para os interesses da empresa. Com o fim dos concursos internos reduz-se a força da competência técnica e amplia-se a presença da política. Não basta ser um bom técnico, há de se estar de acordo com as chefias. Isso é percebido pelos operários,

> *Hoje quem tem qualidade não tem vez. Só aparece quem a chefia quer, tem que servir a ela. Quando era por concurso tinha diferença, a equipe confiava mais no chefe, tinha mais segurança nele* (Operador).

A Petrobrás passou a ter o controle sobre um elemento fundamental na organização interna, tanto do ponto de vista técnico como político. Os supervisores possuem grande conhecimento operacional e comandam as equipes da produção. Sem esse pessoal, fica enfraquecida, sobremaneira, qualquer ação sindical. Segundo

depoimento de um ex-dirigente sindical, a presença desses supervisores na fundação do sindicato muito fortaleceu a entidade,

> *O sindicato surgiu com quem tinha poder de mando, é por isso que ele tinha força. A presença dos encarregados, dos chefes de grupo, dos técnicos de laboratório dava moral para os demais* (Paulão ex-presidente CUT/SE).

A separação que havia entre os diversos níveis de operadores na maioria das plantas[66] praticamente desapareceu. Anteriormente as diferenças de função eram bastante claras. O operador I tinha suas obrigações, que eram diferentes das obrigações do operador II, e assim sucessivamente. Existiam diferenças de atribuições dentro da mesma função. Determinado operador I, por exemplo, era operador da área *x*, não era cobrado dele conhecer e se envolver na área *y*. Na prática, essa última distinção não era tão pronunciada, em função da característica integrada do próprio processo. Com o advento das novas filosofias de orientação *toyotista*, o trabalho em equipe foi afirmado de forma mais enfática, a norma passou a ser *todos fazem tudo*[67].

Antes as atribuições entre as duas áreas (manutenção/operação) eram claramente definidas. Aos operadores cabia operar os equipamentos, mantendo-os nas condições de projeto. Quando havia algum problema era acionada a manutenção. Durante a década de 90, ao tempo que os setores de manutenção foram praticamente terceirizados em sua inteireza, em muitas áreas o operador passou a ser responsável também pela manutenção inicial dos equipamentos

[66] A Oxiteno (Cartoni, 2002) é um dos poucos exemplos no Brasil em que o rodízio sempre foi buscado como forma de igualar o conhecimento, a exemplo do que já acontecia nas petroquímicas do Japão (Hirata apud Carvalho, 1994).

[67] Santos (1999) encontra prenúncio de movimento contrário na Aracruz Celulose. Com o advento do SDCD, as funções passariam a ser mais fixas.

localizados em sua área, só acionando a manutenção em casos mais graves. Foi criada a figura do *operador mantenedor*[68].

Esta situação implica obrigatoriamente na polivalência dos operadores. Por suas novas atribuições eles são levados a desempenhar múltiplas tarefas. Do ponto de vista operacional as suas atribuições se ampliaram, na medida em que eles precisam responder não só por sua área, mas, quando necessário, assumir as tarefas do seu colega. Além disso, do operador mantenedor exige-se um profundo conhecimento não só de operação, como também de caldeiraria, mecânica, instrumentação e elétrica.

Os operadores comumente já detinham um razoável acúmulo de informação dessas áreas. Esses conhecimentos lhes permitiam identificar o possível tipo de problema que poderia estar ocorrendo. Exige-se nessa nova fase um grau de conhecimento bem superior. Eles precisam estar aptos a efetuarem os reparos quando necessário. Por suas novas funções o operador deve cobrir ao mesmo tempo diversas áreas e funções em um processo perigoso e estressante, conforme apontam os operários,

> *Quem fica, fica sobrecarregado, tudo sobre tensão, qualquer coisa está brigando* (Eletricista).

Mais a redução de quadro, e menos as novas tecnologias, impulsionaram a multifunção e a polivalência na operação. Com a diminuição dos postos de trabalho, áreas antes operadas por dois operadores passou a ser operada por um. Outras áreas ficaram sem um acompanhamento específico; outras ainda foram fundidas, às vezes, sem grandes mudanças técnicas. Para conseguirem efetivar esse processo as gerências obrigam que os operadores façam os rodízios entre

---

[68] Chamada: "*manutenção autônoma*" na petroquímica (Afonso, 1999) e de "*manutenção de primeira linha*" (Santos, 1999) no setor de papel e celulose. Segundo depoimento dos trabalhadores, depois do afundamento da P36 a "*Petrobrás recuou no seu projeto de operador mantenedor*" (Fernando, Sindipetro-NF).

áreas de forma mais rápida. Almejava-se que todos os operadores passassem por todas as áreas no mais curto espaço de tempo. Era preciso chegar à conclusão rapidamente que todos estavam devidamente treinados de acordo com os novos procedimentos ISOs.

> A*ntes eram dois para cada tarefa, hoje saem os dois, mas como são muitas tarefas temos que nos separar* (Instrumentista).

Os tempos de treinamentos foram reduzidos e desconsiderados, inclusive, as características individuais. O treinamento em si perdeu qualidade. Com o quadro de pessoal reduzido, muitas vezes o operador ia treinar uma nova área sem sequer ter o seu *trainer* junto a ele. O operador que deveria treiná-lo estava assumindo uma outra área. Antes o processo era completamente diferente, o operador não era considerado na contagem do grupo até estar devidamente treinado,

> *Você entrava lá e demorava até um ano para passar a ser contado*
> *– Olha, você vai passar a contar o número mínimo a partir de hoje.*
> *– Caramba! Agora eu estou contando.*
> *Você faz um monte de manobras, todas acompanhadas, faz alinhamento, desenha os alinhamentos, válvulas, bloqueios, bombas, instrumentos e etc. Depois, o cara vai explicar porque tem todo esse processo, porque o instrumento está aqui e não ali. Porque se bloqueia lá e porque tem uma válvula de controle e não uma que fecha.*
> *Um ano. Aí o camarada fala para você:*
> *– Você faz parte do número mínimo. É um orgulho para o cara fazer parte do número mínimo!* (Marcelo, Sindipetro-Campinas apud Sousa, 2001).

As mudanças foram impostas de cima para baixo e muito distante da teoria das mudanças negociadas. A empresa impõe o modelo, apostando no espírito de equipe e no sentido de sobrevivência dos operadores Conhecedores dos altos riscos a que estão submetidos, sabem que o erro de um, pode levar a acidentes de muitos, daí são obrigados a assumir para si a tarefa que seria da empresa. Uma

outra questão a serviço da política da empresa é o fato de os operadores saberem que uma equipe bem treinada reduz os riscos, o esforço físico e mental do coletivo.

No setor administrativo, funções foram extintas. Setores são enxugados ou têm suas atividades centralizadas em outros locais. Os departamentos de pessoal, antes existentes em cada unidade, são centralizados por região. Incentivam-se as aposentadorias. Na REGAP[69], entre os anos de 1993 a 1996, houve 232 desligamentos só por aposentadorias (Requena et. al., 1999).

As áreas técnicas como manutenção, laboratório e segurança industrial também passam por grandes mudanças. Em algumas unidades, efetivos inteiros são substituídos por terceirizados. As suas carreiras são modificadas, são relocados, transferidos, assumem novas funções. Alguns são deslocados para operação, substituindo operadores que se aposentam:

> *o cara era do laboratório, aí depois de 10, 15 anos, passa para operação, esse cara não tem malícia, pode se acidentar e acidentar os outros. Caldeireiro vira rapidamente instrumentista* (Instrumentista).

Essa é uma questão muito importante, pois em função do grau de complexidade da operação, segundo depoimentos de sindicalistas

> *são precisos, para fazer um operador razoável na área, 3 anos, um bom operador precisa de 5 anos na área, para ser um ótimo operador, podendo assumir chefia de grupo, uns 8 anos* (Germínio e Moisés, sindicalistas).

Nada disso foi considerado, sobram efetivos menores, compostos por trabalhadores mais velhos, tendo que responder as exigências de unidades também mais envelhecidas,

[69] Em 1980 a REGAP havia 1350 trabalhadores próprios, em maio de 1999 esse número foi reduzido para 600.

> *Surgiram trabalhos que não havia antes, como substituir válvulas, trocar trechos de tubulações e maior número de vazamentos* (Caldeireiro).

A segurança industrial também modificou-se. Antes da reestruturação, os setores de segurança acompanhavam diretamente as questões de segurança. Os técnicos e inspetores de segurança seguiam os trabalhos primando pelo respeito às normas. Ministravam cursos e eram responsáveis por manter em bom estado os equipamentos de segurança. Em todas as unidades havia os inspetores trabalhando no turno em apoio à operação e à manutenção. A manutenção também mantinha seu pessoal no turno.

As novas metodologias retiraram do turno o pessoal de segurança e manutenção. Suprimem os cuidados que antes cabiam à segurança,

> *Passamos a fazer nossa própria segurança devido à empresa tirar os orientadores,.. é até interessante,.. mas o povo da segurança hoje é só burocracia* (Eletricista).

Isso significou transferência de responsabilidade. O setor de segurança especializou-se em estatísticas e gráficos. Modificou-se a filosofia pela necessidade de se enquadrar nos padrões exigidos pelas certificações. Uma das questões explicitadoras das novas filosofias é a busca pelo *acidente zero*.

O que deveria ser algo benéfico para os trabalhadores, transformou-se no seu contrário. A meta "*acidente zero*" virou arma contra os trabalhadores. Para não interferir nas estatísticas e portanto não inviabilizar as certificações, passou-se a escamotear os acidentes. Evitam-se a todo custo os registros. Mesmo os mais graves, os que exigem afastamento, são agora burlados. Os trabalhadores se vêem obrigados a irem trabalhar doentes.

Objetivamente falando, eles não trabalham. Na verdade ficam nas salas sem fazer nada, mas não podem ficar em casa. A questão é não caracterizar o acidente com afastamento ou no mínimo reduzir suas repercussões.

> *As metas precisam ser cumpridas.. sem absenteísmo, sem afastamentos. Todo mundo está ficando com medo, vem trabalhar doente, ... está ficando com medo* (Operador).

O risco dessas atitudes, entre outros, é de mascarar a relação direta que existe entre os incidentes, acidentes sem e com gravidade, nessa ordem. Para cada x incidentes, ocorrem um (x-1) de acidentes sem gravidade. A cada y acidente sem gravidade ocorrem um (y-1) acidente com gravidade, e sucessivamente até o acidente com morte. Logo, se não são registrados os primeiros, reduzem-se as possibilidades de políticas preventivas eficientes. Isso implica no aumento da possibilidade de acidentes graves. Não se evitando os pequenos, acontecerão os grandes!

Em março de 2001, o Brasil assistiu ao maior acidente em plataforma no mundo, com o afundamento da P-36, maior plataforma de petróleo existente, provocando a morte de 11 petroleiros e a perda do investimento da ordem de US$ 475 milhões.

Tabela 6: Acidentes na Petrobrás/Brasil – 1989/2001

Ano	Acidente com vazamento de óleo
1989 (ago)	690 mil litros em São Sebastião (SP)
1994 (jan)	405 mil litros em plataforma no campo de Albacora (RJ)
1994 (maio)	3,12 milhões de litros em São Sebastião (SP)
1997 (mar)	694 mil litros em duto que liga a Reduc (RJ) a terminal na Ilha D'Água
2000 (jan)	1,4 milhão em duto na Baia da Guanabara
2000 (jul)	4 milhões de litros na Repar (PR)
2001 (fev)	50 mil litros em Morretes (PR)
2001 (mar)	1,4 milhão de litros no afundamento da plataforma P-36
2001 (abr)	26 mil litros na plataforma P-7 Bacia de Campos (RJ)
2001 (maio)	200 mil litros em Barueri (SP)
2001 (dez)	1 milhão de litros de nafta na baía de Paranaguá (PR)

Fontes: FSP, Almanaque abril 2002, Revista Época 2001, Relatório Anual *Petrobrás* 2000.

A base da reestruturação é econômica. Visa a reduzir os custos. Como não pode ser diferente, reflete tecnicamente na empresa, pois além de economia com pessoal, busca-se economizar em manutenção. Reduzem-se a compra de peças e as substituições preventivas,

> *As mudanças foram feitas de uma forma maluca, desorganizada e deu problema.. Tem peças que não existem na prateleira, o fabricante só entrega com 9 meses, se elas quebrarem não podem ser recuperadas, nesses casos, mesmo sendo caras é preciso ter estoque ou do contrário corre o risco de ficar parado 9 meses. No início, eles não*

> *respeitaram isso, e tentaram segurar, mas depois veio ordem de cima para voltar atrás* (Engenheiro).

Apesar das certificações, as condições de trabalho são inferiores, a manutenção preditiva acabou,

> *acabou a manutenção preventiva e aumentaram as corretivas, já teve uma época que só tinha preventiva, hoje é só corretiva e tem que fazer às pressas, só muda e faz preventiva quando é preventiva da ISO 9000* (Instrumentista).

Pela carência de pessoal e de peça de reposição, é comum verem-se equipamentos que originalmente deveriam ficar revisados e de *stand by* permanecerem quebrados[70].

Esses movimentos por seus aspectos multifacéticos, precisam ser observados atentamente. Ações que em tempos passados poderiam significar ganho de autonomia para os trabalhadores transformam-se com a reestruturação do capital em seu contrário. Com a redução do número de secretarias nas diversas unidades, os supervisores dos grupos, seja de operação ou manutenção, assumiram algumas das suas tarefas. Entre elas o acompanhamento de freqüência e a distribuição das férias. O fato dos próprios trabalhadores assumirem funções administrativas passando a poder, entre outras coisas, escolher suas férias sem a intromissão das gerências, pode ser visto a princípio, como aumento da autonomia dos trabalhadores. Ao analisarmos mais atentamente as situações percebemos que o sentido não é de aumento de autonomia, muito pelo contrário.

---

[70] É importante registrar que no seu relatório anual de 2000 a empresa reconhece a necessidade de rever a situação relativa à segurança e meio ambiente. Neste ano destina ao *Programa de Excelência em Gerência Ambiental e Segurança Operacional* um total de US$ 1 bilhão de dólares, a ser investido até 2003. Entretanto como ela própria reconhece "*um programa deste tipo, os resultados não aparecem no curto prazo*". Infelizmente o desmonte já era muito grande, daí a explicação para o afundamento da P-36 e a série de vazamentos que voltaram a ocorrer por todo o ano de 2001. Esta "*mudança*" de posição se refletiu também na assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2001/2002 quando a FUP consegue incluir o *Direito* de *Recusa* (Cláusula 94), na qual o trabalhador pode suspender a realização das atividades quando avaliar estar em risco sua vida e/ou dos colegas. Esta cláusula vinha sendo reivindicada há 10 anos.

Com a redução dos efetivos o alegado *ganho* de autonomia dos trabalhadores em marcar as próprias férias se transforma em problema. Os grupos precisam fazer a distribuição das férias no prazo máximo de vinte e três meses e ao mesmo tempo manter um número mínimo por equipe trabalhando, tendo que administrar os diversos interesses concentrados nos quatro meses nobres[71]. Anteriormente a dificuldade e o mal estar ficavam para a companhia, as gerências tinham que fazer os efetivos sem deixar área descoberta, tendo que desagradar a maioria. No cenário da reestruturação os problemas são transferidos para os coletivos de trabalhadores.

3.3.9 A perda de direitos

A década de 90 é apontada por diversos estudos como um momento de refluxo nas ações sindicais, diferentemente do que vinha sendo construído desde o fim dos anos 70 e por toda a década de 80, quando os trabalhadores comandados pelo *Novo Sindicalismo*, em ações ousadas e contestadoras, fazem avançar seus direitos e conquistam inúmeros avanços.

Era muito forte o sentimento que a categoria petroleira possuía sobre a sua força e seu poder de fazer a empresa respeitá-los

> *Antes o sindicato ditava as normas. O ambiente aqui em baixo era melhor, pois na balança, o sindicato pesava mais na relação com a empresa. Hoje a força do sindicato está muito menor* (Operador).

Esta força materializava-se nas conquistas dos trabalhadores, e na capacidade de fazer valer os seus direitos, mesmo aqueles engenheiros ou encarregados mais truculentos eram obrigados a recuar frente à força da organização sindical. Historicamente, as ações sindicais petroleiras são

[71] Meses de férias escolares.

responsáveis por ampliar direitos e reverter punições. Esse processo ganha corpo na década de 80 com a presença dos sindicatos cutistas.

Até os primeiros anos da década de 90, quando muitas categorias importantes como bancários e petroquímicos já amargam grandes perdas, os petroleiros ainda acumulam vitórias. Entre os anos de 1989 e 1995 o pólo petroquímico do Rio Grande do Sul reduziu em 43,3% o número de postos de trabalho. A força de trabalho bancária no país foi reduzida em torno de 50% nesse mesmo período[72].

À medida que avançam os anos 90, o quadro de dificuldades amplia-se para a categoria. Essa década caracterizar-se-á pela perda de direitos tanto no plano micro, da relação direta patrão/empregado, como nos planos mais gerais, de acordos, convenções coletivas e legislação específica. Desde o início da década a Petrobrás tenta acompanhar o processo de retirada de conquistas já bastante avançado em outras categorias. Em 1990 a Petrobrás demite mais de 1000 trabalhadores para se adequar a reforma administrativa de Collor. Em 1992 reduz o número de dirigentes sindicais petroleiros liberados, cortando o salário de alguns,

> *Aí houve uma grande bagunça nos sindicatos porque nossa cultura era de ter dirigentes sindicais pagos pela Petrobrás, por conquista sindical, e a partir desse momento tínhamos que discutir com a base o pagamento das diretorias através do aumento da mensalidade sindical [...] Com o tempo fomos retomando esse direito, mas não conseguimos o patamar de 89* (Spis, ex-coordenador geral da FUP apud Lucena, 1997).

Apesar das dificuldades, os trabalhadores conseguem manter um nível razoável de mobilização e de resistência à reestruturação produtiva do capital até

[72] Os petroquímicos em 1989 eram 2.344 trabalhadores, em 1999 são apenas 1.530 (Alberton, 2000). Os bancários se reduzem de 815 mil no fim dos anos 80 para algo próximo a 400 mil no ano 2000 (Jinkings, 2002).

a greve de 1995. Fazem retornar os demitidos do Plano Collor ainda no início da década, reconquistam o salário de parte dos dirigentes sindicais liberados, etc. Contudo, após a greve de 1995, os petroleiros reduzem fortemente sua capacidade de reação[73],

> *Na REMAN a questão da reestruturação produtiva, dos remanejamentos, das trocas e tal, vêm acontecer depois da greve, realmente. Em 1996, nós sofremos lá um processo agressivo, violento mesmo, de redução de quadros, de eliminação de postos, setores que foram terceirizados, por exemplo, a nossa vigilância, a nossa segurança patrimonial, ela foi totalmente extinta, totalmente* (Hildebrando, Sindipetro-Amazonas).

Aproveitando-se dos reveses da greve de 1995, a empresa avança na reestruturação que já vinha efetuando desde o início da década. Não aceita discussão com o sindicato e retira do acordo cláusulas históricas como a que impede demissão em massa.

> *Na verdade nunca tivemos cláusula de garantia de emprego, a gente tinha até então, uma cláusula em que a empresa comprometia-se a não proceder, dispensa coletiva de caráter sistemático, a não ser que aprofundasse em questões técnicas, econômicas e financeiras (e ponto).*
> *Era uma cláusula de compromisso, mas que historicamente, do nosso ponto de vista, era uma garantia no emprego e para a empresa também.*
> *O que significava isso? Ela ia para um acordo coletivo e se um trabalhador fosse lá com o patrão e falasse:*
> *— Me manda embora, eu quero pegar um fundo de garantia, vou abrir um barzinho, estou produzindo alguma coisinha, não quero mais ficar aqui.*
> *— Não pode, a cláusula não permite, só se o Sindicato autorizar.*
> *Então, cria uma cultura de que aquela cláusula de compromisso era estabilidade. Então quando acabou a greve (de 1995):*
> *— Essa cláusula nunca mais* (Spis, apud Lucena, 1997).

[73] As mobilizações com paralisações só começam a ser retomadas a partir de 2001.

Valendo-se da situação de refluxo do movimento sindical, a Petrobrás acaba com alguns direitos, exclui uma série de conquistas para os novos[74] e inicia um processo de compra de antigos direitos[75]. Na campanha salarial de 1999 a empresa consegue comprar o extra-turno[76]. Os sindicatos, apesar das debilidades momentâneas no período, fazem enfrentamento a essa política e impedem, no ano seguinte, que ela consiga comprar a quinta turma conquistada na CF 88. Com essa derrota a empresa recua no processo de compra de direitos.

São anos de ajuste para a Petrobrás. Fase de adequação às políticas neoliberais. A palavra de ordem passou a ser "*enxugamento*", traduzida em inúmeros cortes. Reduzem-se as despesas com manutenção. Os estoques de peças de reposição são diminuídos dentro da filosofia do *just in time.* Cobra-se das unidades redução das folhas de pagamento. O resultado é a precarização das relações e condições de trabalho.

Os PDVs, as aposentadorias proporcionais ou não, eram incentivadas com prêmios. Foi através desses dois instrumentos, mais particularmente das aposentadorias que a Petrobrás reduziu seu quadro de pessoal em 42,83% na década. Ocorreram cortes nos transportes e na alimentação. Em algumas unidades acabou-se com o café da manhã. Em outras o café foi substituído por um lanche mais simples, a assistência médica supletiva da empresa tornou-se mais cara, foram elevados os descontos dos trabalhadores para o sistema de previdência privada (Petros).

---

[74] A Petrobrás ampliou fortemente sua política de diferenciar os trabalhadores, excluindo diversos direitos para os novos empregados.

[75] Para Caetano (diretor da FUP) e Maurício (ex-coordenador da FUP), até mesmo a compra de direitos reflete a força dos petroleiros, pois em outras categorias as empresas simplesmente acabaram com conquistas antigas sem propor nada em troca.

[76] Em função do extra-turno a Petrobrás pagava ao pessoal de turno, 100% a mais por cada hora trabalhada nos feriados. Apenas a base de Paulínia permanece recebendo esses valores. Os trabalhadores dessa base recusaram em plebiscito a proposta da empresa.

A todas essas ações somava-se o discurso diuturno das gerências pela necessidade de redução de pessoal, as reduções nunca eram suficientes. Muitas eram as reuniões, gráficos e dados explicativos. Estava instalado o terrorismo psicológico. As notícias atingem os trabalhadores de frente: "*empresa y demitiu tantos*", "*a fábrica x foi privatizada*", "*anunciadas férias coletivas*", "*o governo exigiu 10% de corte com pessoal*", "*A Petrobrás pode ser privatizada*", "*O leste desmoronou*". Representam golpes na subjetividade dos operários o sentido era construir uma nova hegemonia. Os operários, que na década anterior, aprenderam a ser portadores de força e a estavam acumulando para transformar a sociedade, "*o sindicato tinha um sonho de transformar a realidade, construindo uma sociedade igualitária*", (operador) começam a se sentir incapazes na nova realidade.

> *Me sinto menos seguro, me sinto como um verme, jogado pra trabalhar sem valor nenhum, só dão valor na hora que estão no sufoco,... quebrou e vai parar,... na hora do trabalho,.. quando estão a 105% eles esquecem* (Mecânico).
>
> *A sensação é de que se está passando uma chuva... amanhã podemos estar em outro lugar, ninguém tem garantia de até quando fica. Perdeu-se o amor que se tinha pela empresa, o orgulho de ser petroleiro, o respeito.... hoje os trabalhadores não são respeitados, os chefes fazem o que querem* (Nilmário, Sindipetro-BA).

3.3.10 A divisão sexual do trabalho na indústria de petróleo

Apesar das grandes transformações ocorridas em função da reestruturação produtiva, a divisão sexual do trabalho na Petrobrás permanece, disponibilizando para as mulheres posições desiguais em relação aos homens.

Na indústria de petróleo as mulheres continuam sendo sintomática minoria. Trabalham quase que absolutamente na parte administrativa, sem ligação direta com o processo produtivo. Somente têm ocupado cargos de chefia é nas áreas

relacionadas a recursos humanos e comunicação social. As gerências diretamente ligadas às áreas industriais continuam a ser ocupadas na sua quase totalidade por homens.

Tabela 7: Mulheres na Petrobrás[77]- Brasil – 1998/1999

Ano	**Nº de mulheres**
1998	4.168
1999	3.981

Fonte: Petrobrás, 1999.

Na RLAM, no ano 2001, existiam 9 mulheres na área de manutenção para um efetivo de cerca de 350 trabalhadores. A Refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas, se destaca por possuir o maior número de mulheres na área industrial, dentre as unidades pesquisadas. Nessa refinaria, entre os 120 operadores de processo, 20 são mulheres em 2001. Na FAFEN/SE a realidade é a mesma. Existe em 2001 apenas uma engenheira, algumas poucas mulheres trabalhando como analistas químicas e as demais em serviços burocráticos. Na FAFEN não existe mulher na área de manutenção ou operação. Na REPLAN até 2001 há apenas duas mulheres trabalhando na operação (Souza, 2001)[78].

O preconceito de gênero é algo não assumido na empresa, mas percebido pelas trabalhadoras,

[77] Por falta de dados não estamos considerando as mulheres que trabalham em empreiteiras.
[78] Em 2003, já sob novo governo e nova direção na Petrobrás, a prática descriminatória no alto escalão permanece. O Conselho de Administração desta empresa é composto por 9 membros, a Diretoria Executiva possui 7 membros e o Conselho Fiscal 5 membros; desses 21 dirigentes do alto escalão apenas dois são mulheres, a Presidente do Conselho de Administração e um membro no conselho fiscal. Na diretoria anterior só havia uma mulher, que fazia parte do Conselho de Administração.

> *Existe um preconceito velado.*
> *Eles normalmente não assumem. Quando acontece algum problema dizem que é problema pessoal, mas fazem isso para não assumir que a questão é que sou mulher.*
> *Imagine você... O homem que tem uma esposa doméstica, que na casa depende dele para tudo, quando esse cara chega no trabalho tem de trabalhar com uma mulher do mesmo nível. Em casa você é superior, no trabalho está no mesmo nível, dá pra imaginar?* (Trabalhadora, 20 anos de Petrobrás).

É de se crer que no âmbito da divisão sexual do trabalho, a realidade da Petrobrás coincide com a existente no conjunto do *mundo industrial*. É resultado da aplicação na gestão da mão-de-obra dos *esteriótipos sexuados*:

> *A realização de trabalhos perigosos, pesados ou insalubres, o trabalho em turnos e o trabalho noturno, as atividades de manutenção e, de maneira mais geral, as atividades que requerem conhecimentos técnicos são todas ligadas a essas representações sexuadas* (Hirata 2002).

A permanência das mulheres fora das áreas de operação, mesmo com o advento dos CICs, nos quais o trabalho do operador torna-se mais leve, é a prova inconteste do conteúdo ideológico subsumido no discurso técnico. Antes se explica a ausência das mulheres nas áreas operacionais por tratar-se de ambientes insalubres, serviço pesado, etc. Recentemente, modificam-se essas condições, mas as mulheres permanecem grandemente excluídas.

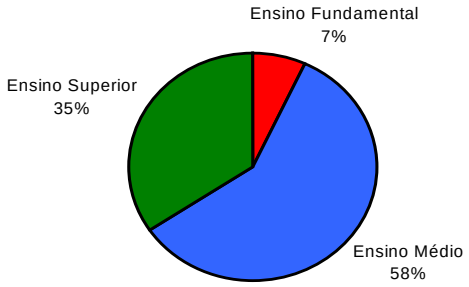
3.3.11 Escolaridade

Os dados apontam para o crescimento do nível de escolaridade dos trabalhadores na última década, impulsionados pelas exigências das novas tecnologias e pela disponibilidade de força de trabalho. Os trabalhadores da Petrobrás também incluem-se nessas estatísticas, notadamente os operadores de processo. Inicialmente, exigia-se para o cargo de operador apenas o ensino

fundamental; na década de 80 já era exigido o ensino médio e nos anos 90 os concursos passam a exigir o ensino médio ou técnico. Apesar de não ser exigência, tornou-se comum muitos trabalhadores fazerem concurso para operador já cursando universidade. Existem casos de alguns que fazem esses concursos para nível médio já sendo portadores de diploma de curso superior. A nova realidade fez crescer a presença de universitários na operação e na manutenção

Com o advento da nova instrumentação digital, da automação e informatização das unidades, os trabalhadores tiveram que aprender as linguagens da informática. A necessidade do conhecimento em computação vai além do exigido para executar suas funções técnicas no processo produtivo. Até a freqüência que antes era feita através de um cartão manual, foi informatizada, cabendo a cada trabalhador seu acompanhamento pelo uso do computador.

Gráfico 9: Escolaridade na Petrobrás- Brasil 1999



Fonte: Petrobrás, 1999

O crescimento da escolaridade dos trabalhadores, ao longo desses anos, não é acompanhado pelo crescimento dos salários e pela estabilidade nas funções desempenhadas. Em certa medida, os conhecimentos técnicos perdem a supremacia absoluta que detinham anteriormente.

> *Hoje em dia as promoções não são mais por concurso, o critério hoje é o chefe. O chefe escolhe quem ele quer. O cara que furou uma greve [...] vem entrando direto, até fraco profissionalmente, foi promovido pra TM (técnico de manutenção), fez o jogo da empresa, quando na verdade, companheiros com total condição não recebem essa chance [...] hoje a análise profissional é feita através de sua posição política* (Cipeiro/RPBC apud Gil, 2000).

Hoje são exigidos alguns outros atributos como capacidade de relacionamento coletivo, de iniciativa, visão empresarial e adequação aos interesses da empresa,

> *a chefia não olha você pelas coisas boas que você faz, ela lhe olha pelas posições que você toma em relação a ela. Antes você tinha condição de conversar com a chefia, contra-argumentar com*

> *tranquilidade, hoje fica difícil, quando você vai discutir, você ouve coisas que você jamais pensava ouvir* (Operador).

Além dos critérios não serem mais apenas técnicos, o fato de a empresa ter reduzido drasticamente o processo de treinamento[79], desconsiderando experiências anteriores, nos permite relativizar a força da qualificação meramente técnica como a existente anteriormente[80].

3.3.12 Conclusões

Parece evidente que a reestruturação produtiva na Petrobrás, durante a década de 90, caracteriza-se como no conjunto do parque industrial brasileiro por sua forma defensiva, conformada dentro de um mercado liberalizado indiscriminada e abruptamente[81], no contexto de uma globalização submissa praticada pelos últimos governos de cariz neoliberal. Não obstante esta empresa bater sucessivos recordes, seja de produção, seja de refino e de lucros, os seus trabalhadores (os próprios e os terceirizados) não puderam usufruir destas conquistas apesar de terem sido os maiores responsáveis por elas.

A metamorfose reestruturante na Petrobrás mostrou-se contraditória e cheia de sutilezas. Ao tempo em que explicita a necessidade de maior nível de escolaridade dos trabalhadores, introduz vetores que a descolam de certos critérios e *status* que possuía antes, a saber: tempo de treinamento, melhores salários, maior estabilidade e prestígio. Ser qualificado significa agora o tempo zero, a condição mínima necessária para ingresso e posterior ascensão no

---

[79] Essa afirmação pode ser relativizada se for levado em consideração *on the job train*, pois esse cresceu enormemente.

[80] Esses elementos foram observados também nas indústrias petroquímicas, química e de papel e celulose. (Afonso, 1999; Santos, 1999; Cartoni, 2002).

[81] Apesar da quebra do monopólio estatal do petróleo só ter ocorrido em 1995 e mesmo depois desse fato a Petrobrás não ter sofrido concorrência no nível ocorrido em outros setores, a empresa se reestruturou preparando-se para a disputa de mercado.

mercado de trabalho. Contrariamente, a qualificação não é mais garantia de valores aos quais estava ligada em outros tempos.

A tão propalada *autonomia***,** baseada nos novos programas, propugnadores de maior participação e engajamento autônomo dos trabalhadores, fica presentemente relativizada. Atua-se em larga medida não incorporando o saber dos operários e o novo instrumental possibilita um maior controle das ações e tempos da classe que vive do trabalho. Torna-se possível, portanto, caracterizá-lo nesse particular como um movimento retrógrado ao abrir a possibilidade de um maior controle das execuções e dos tempos dos operários em um sentido acentuadamente *taylorista*.

O gerenciamento de matriz *toyotista* e as remunerações variáveis aí inseridas visam, com ações a princípio contraditórias, a servir à reprodução do capital. Ao estimular as ações coletivas a serviço da empresa, eles mobilizam todos os esforços dos trabalhadores em função dos interesses da companhia em maximizar seus lucros, evitando com isso perda de energia. Ao instigar a concorrência intraclasse (via bônus, prêmios e seus congêneres), atingem igual objetivo; dessa feita, ao criar mecanismos de desagregação do coletivo, enfraquecem o poder das entidades representativas da classe.

A década de 90, tempo da reestruturação no Brasil, é marcada na Petrobrás, notadamente após a greve de 1995, pela dureza nas relações do capital sobre o trabalho. Caracteriza-se pela perda de direitos e garantias. Por um lado reduzem-se drasticamente os postos de trabalho, por outro lado cresce a produção e a exigência de maior qualidade. Dois movimentos de mesma intensidade, mas com sentidos contrários, provocando uma maior sobrecarga de trabalho e *stress* dos *sobreviventes*, submetidos à multifunção, à polivalência, à redução dos níveis hierárquicos e à completa modificação das suas carreiras. Todo esse processo é

resultante de uma automação incompleta ou desproporcional quando comparadas à redução do número de trabalhadores.

Acentua-se o número de acidentes de trabalho, continuamente escamoteados pelas empresas. A empresa esconde os números para não prejudicar as certificações ISOs. Os acidentes atingem mais fortemente os trabalhadores terceirizados, que crescem sobremaneira na década 90 e representam a parte *mais degradada* desse processo.

O crescimento da informalidade no interior da empresa denota que a reestruturação implementada na Petrobrás fundamenta-se no aumento da exploração e da opressão sobre o trabalho. A redução dos custos da sua força de trabalho foi um dos seus sustentáculos fundamentais. A extração da *mais valia* foi aumentada tanto nos seus elementos absolutos quanto nos relativos.

CAPÍTULO 4: A GREVE

Weeds that were kept down by the tread of thousands of men going to and from work in three shifts a day have colonised the surface of the mine and silence reigns where once was the noisy clamour of people going about their daily work (Justice of Mineworkers).

4.1 Greve: possibilidades de conceitos e definições

4.1.1 Conceitos gerais

Se buscarmos a definição do termo greve nos manuais técnicos de caráter geral, encontraremos:

> *Recusa, resultante de acordo, de operários, estudantes, funcionários, etc., a trabalhar ou a comparecer onde o dever o chama enquanto não sejam atendidos em certas reivindicações* (Aurélio, 1980).
>
> *Paralisação de um grupo de trabalhadores por decisão própria ou por ordem do sindicato, etc, tentam de forma organizada obter remédio contra perdas, por melhores condições de trabalho, etc* (The Oxford, 1983).

A primeira acepção denota um conceito ampliado. Hoje podem ser chamadas de greve as mais diversas manifestações: seja a recusa a prestar um serviço, continuar uma relação, manter a regularidade de uma prática, etc. A recusa pode, dentro do sentido mais largo, ser coletiva ou individual. Por exemplo, o preso político está em greve de fome; os estudantes resolveram não ir à aula.

A segunda conceituação está mais limitada ao mundo do trabalho. É fruto da importância que o termo adquiriu com a consolidação da sociedade das mercadorias e da disputa constante entre o capital e trabalho, que é sua marca indelével. Por um lado, o trabalho vivo busca fazer crescer seu preço, procura seguidamente melhores condições para a sua venda; por outro lado, o proprietário dos meios de produção tenciona comprá-lo sempre pelos preços mais baixos (Marx, 1987). Essa altercação torna recorrente o surgimento das greves de trabalhadores. Nesse caso, o sentido da ação coletiva é sempre dominante. É um grupo de trabalhadores que decidem parar por iniciativa própria ou por orientação da direção sindical ou partidária ou de grupo. Nessas duas formas se destaca a ação como resultado, como instrumento operacional de uma decisão coletiva.

4.1.2 Etimologia e primeiros eventos grevistas

Segundo Lefranc (1972) o termo "*Aparece por primera vez em 1877, después, se dice, del resonante êxito de um <<poema>> de François Coppée, La gréve des forgerons...*". Terneyre (1991) e outros autores relacionam o surgimento do termo greve a reunião de trabalhadores e desempregados franceses na *Pláce de la Grève*, praça do *Hotel de Ville* próxima ao rio Sena, em Paris (Castro, 1986; Freitas, 1995; Larousse, 1979; Terneyre 1991).

Concretamente, movimentos possíveis de serem denominados como greve ocorrem desde tempos imemoriais, "*Hacia el año 2100 aC. La población que estaba al servicio de um templo em la necrópolis de Tebas se nego a trabalhar*" (Lefranc, 1972). Há registro também de revoltas entre os operários judeus no Egito em 1440 aC., e durante a construção da pirâmide para o Faraó Ramsés II em 1300 aC., (Vianna, 1959).

Mesmo durante a antiguidade existe nota de greve que não diz respeito apenas às relações de trabalho. Na Grécia, em torno de 411 aC. Aristófanes escreveu uma peça denominada de *Lisístrata*. Essa peça, na forma de comédia, relata uma greve de sexo. As mulheres gregas cansadas de perderem seus filhos e maridos nas guerras resolvem não ter mais relações sexuais com seus cônjuges até que eles acabem com a rivalidade entre Atenas e Esparta (Aristófanes, 2002).

Na França existem informações sobre greves desde o século XIII. O século XVI é extremamente agitado em função de uma grande elevação dos preços, provocados pela descoberta de metais do "*Novo Mundo*". Ocorrem greves em Lion que começam em 1527 e só se encerram em 1539. A tática usada se repete

> *Todos los compañeros de um mismo oficio se retiran a los campos; su jefes se instalan em los alrededores, em las villas y pueblos por donde han de passar sus camaradas de la periferia y les ponen en guardia*

> *contra la ciudad condenada; al cabo de algún tiempo (un año y medio una vez, dos años en otra ocasión, en Dijon) los dueños capitulan* (Lefranc, 1972).

Desde o século XIII, na França, as greves são conhecidas como *takehan*, "*como uma aliança feita contra os interesses comuns*" (Vianna, 1959; Lefranc, 1972). Essa leitura fundamentava a atitude hostil dos poderes públicos contra os grevistas de então. Desde sempre as greves são combatidas pelos agentes da justiça. Elas só começam a serem suportadas em tempos recentes[1], "*Na maioria dos paises desenvolvidos, as legislações repressivas foram abolidas nas duas últimas décadas do século passado*" (Cattani, 2000).

Não obstante os registros anteriores, será mesmo após a consolidação do regime produtor de mercadorias que a greve se torna um evento "*normal*" dentro do conceito durkheimeano[2], tornou-se um fato recorrente e foi inserida no arcabouço jurídico legal do Estado capitalista[3] como uma tentativa de integrá-la estruturalmente ao sistema, artifício que não consegue se efetivar segundo a leitura de Meszáros[4].

Buscaremos agora apreender os elementos constitutivos essenciais na *greve* enquanto fazer coletivo. Discutir as diversas possibilidades de análises subjacentes a esse *fazer*. A proposta não é promover tipologias ou categorias

---

[1] Nem mesmo o direito a associação era permitido, isso foi conquistado na Inglaterra em 1824. "*Esta lei foi votada em 1824, anulando todos os textos legislativos que, até então, tinham proibido aos operários de se associarem para a defesa dos seus interesses. Obtiveram assim um direito que, até então, só pertencia à aristocracia e à burguesia, o direito de livre associação.*" (Engels, 1986).

[2] Segundo Durkheim é normal todo fato social que ocorre continuadamente na sociedade. Por sua compreensão o crime seria um fato social normal, pois tem ocorrido em todas as sociedades. Isso não teria nenhuma relação com a valoração deles serem certos ou errados, bons ou ruins. Independentes dos efeitos e resultados desses eventos sobre o mundo social eles serão normais se forem recorrentes e anormais quando não há recorrência.

[3] *A revolta dos operários contra a burguesia começou pouco depois do início do desenvolvimento da indústria e atravessou diversas fases.* (Engels, 1986).

[4] Para esse autor "a importância medular das greves reside em que elas não podem ser estruturalmente integradas, em toda sua extensão, no sistema de produção, ainda que paradoxalmente possam ser chamadas a remediar muitos defeitos momentâneos do capitalismo (Meszáros, 1973).

hermeticamente fechadas, mas buscar descortinar as muitas ocorrências e transformações que são levadas a termo no processo que envolve *o fazer greve*.

4.1.3 As primeiras teorizações sobre o conceito

A greve enquanto instrumento de luta na sociedade das mercadorias vem sendo tematizada em inúmeros estudos. Em 1844 Engels afirma que as associações de operários e suas greves,

> *são a primeira tentativa dos operários para abolir a concorrência. Eles partem do justo princípio de que o domínio da burguesia não é fundado senão na concorrência dos operários entre si, quer dizer, na divisão do proletariado até o infinito e na possibilidade de opor as diversas espécies de operários umas as outras. [...] Que a concorrência entre operários seja suprimida, que todos os operários estejam firmemente resolvidos a não mais se deixar explorar pela burguesia, e o reino da propriedade chegará ao seu fim* (Engels, 1986).

Engels entende que a Inglaterra de meados do século XIX vive imersa em uma guerra social "*declarada e aberta*". Para ele as greves "*São a escola de guerra dos operários, onde eles se preparam para o grande combate...*" (Engels, 1986).

Inicialmente muitos são os teóricos que combatem o direito de greve. Fazem isso não por aspectos legais, mas a partir dos conceitos da "*ciência econômica*".

> *O Trade-unionismo encontrava-se ante este dilema: vencedor ou vencido em seu objetivo imediato, o resultado final será desfavorável aos trabalhadores. Se sofresse uma derrota em sua exigência a respeito de salários mais elevados, todos os gastos de organização, tanto em dinheiro como em energia, seriam inúteis... E se conseguisse, por algum tempo, um êxito aparente, o resultado final seria ainda mais desastroso.*

> *As leis naturais violadas, restabelecerão sua autoridade por meio de uma reação inevitável. O mortal vaidoso que se atreva a opor a própria vontade às influências divinas, atrai sobre si um castigo inexorável. Seu êxito passageiro desaparece, e paga com largos sofrimentos a efêmera vitória* (Sterling, 1989)[5].

Ainda no século XIX Marx vai contestar essas posições, sejam dos socialistas sejam dos economistas, pois parte desses dois setores via nas greves apenas aspectos negativos. Para Proudhon[6] a luta dos trabalhadores por melhores salários era inóxia. Havendo greve e crescendo os salários as leis gerais da economia iriam empurrar todos os preços para cima, pondo por terra o pretenso aumento. Marx nega essa interpretação:

> *Se o preço de toda coisa dobra ao mesmo tempo que o salário, não há alteração nos preços, mas apenas nos seus termos. De fato, uma elevação geral dos salários jamais pode produzir um encarecimento mais ou menos geral das mercadorias: se todas as indústrias empregassem o mesmo número de operários em relação ao capital fixo ou aos instrumentos de que servem, uma elevação geral dos salários produziria uma redução geral dos lucros e o preço corrente das mercadorias não sofreria nenhuma alteração* (Marx, 1989).

Em seguida e continuando a defesa do seu argumento Marx afirma que uma alteração geral dos salários não atinge igualmente a toda indústria em função de não ser igual, também, a relação existente entre trabalho vivo e trabalho morto nas indústrias.

> *a elevação geral de salários afetará menos as indústrias que empregam, comparativamente às outras, mais máquinas que operários....uma elevação de salários conduzirá, não a um*

[5] Stuart Mill, defende interpretação semelhante Ver: D.Losovosky, 1989.

[6] Marx anteriormente havia elogiado as teses de Proudhon. "*Na Sagrada Família"* escrita em 1845, Marx destaca-o como o grande percussor da verdadeira ciência da economia política. Mas em 1847 a visão de Marx sobre Proudhon muda. Proudhon publicará em 1846 o seu livro "*Sistema das Contradições Econômicas"*, no qual "*atacou a luta dos operários por objetivos políticos e reivindicações salariais, colocando em seu lugar o projeto de intercâmbio harmônico entre pequenos produtores e a instituição de 'bancos do povo', que fariam empréstimos sem juros aos trabalhadores*" Marx escreve em 1847 "*Miséria da Filosofia*", para responder a Proudhon (Gorender, 1983).

> *encarecimento geral, como diz Sr. Proudhon, mas a uma baixa parcial, ou seja uma baixa no preço corrente das mercadorias fabricadas principalmente com a ajuda de máquinas* (Marx, 1989).

Naqueles anos a discussão gira em torno da correção ou não do uso da greve como elemento importante de defesa da classe trabalhadora. Essa, nos parece, é a primeira grande polêmica sobre o tema. A luta visa fundamentalmente à conquista do direito dos trabalhadores a formar suas "*coalizões*" e fazerem greves. Marx critica economistas e socialistas contrários à greve. Para ele os primeiros

> *querem que os operários permaneçam na sociedade tal como ela está formada e tal como eles a consignaram e sancionaram em seus manuais. Os socialistas querem que os operários deixem de lado a sociedade antiga para que possam entrar melhor na sociedade nova que tão previdentemente preparam para eles* (Marx, 1989).

Os textos não apresentam ainda a greve como instrumento com capacidade de derrubar o Estado capitalista. A greve se inseria na luta por melhores condições de trabalho, qual seja, a luta por elevação de salários e redução de jornada, até mesmo porque

> *A criação de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o produto de uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora* (Marx, 1983).

4.1.4 Greve como instrumento de transformação do Estado

Uma segunda grande polêmica que surge também nesse período diz respeito à Greve Geral sindical como instrumento revolucionário. Essa tese é defendida por Bakunin. Diferentemente de Proudhon, que seria seu predecessor como pensador anarquista, Bakunin estimula as insurreições populares como forma de conquista do poder político. A tática de "*propaganda através de ações*"

com insurreições e assassinatos é duramente reprimida e os anarquistas passam a apostar na ação sindical como instrumento revolucionário (Ostergaard, 1993). A Greve Geral seria o instrumento através do qual "*os trabalhadores assumiriam o controle dos meios de produção, da distribuição e da troca e aboliriam o Estado*" (Ostergaard, 1993).

Marx não tem acordo com essa leitura, travará com Bakunin e seus seguidores uma renhida disputa dentro da I Internacional. Para o primeiro a luta sindical se circunscrevia dentro de limites bastante definidos.

> *Ao mesmo tempo, e absolutamente fora da servidão geral que o regime de salariado implica, os operários não devem superestimar o resultado final dessa luta quotidiana. Não podem esquecer que lutam contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos, que o que fazem é refrear o movimento descendente, mas não alterar o seu rumo; que aplicam paliativos, e não a cura da doença* (Marx, 1987).

Diferentemente de Bakunin, Marx tem uma visão da luta dos trabalhadores como um processo:

> *As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política* (Marx, 1989)

Assim posto, a luta de libertação da classe operária para Marx consistia em uma luta eminentemente política e não obstante a importância da luta sindical como formadora da consciência de classe e responsável por causar prejuízos ao capital, a emancipação da classe passava pela ação política de um partido que visasse à conquista e não à destruição imediata do poder de Estado (Ostergaard, 1993).

Desde a leitura dos anarquistas a greve passou a ser interpretada, por uns mais e por outros menos, como instrumento para atingir a derrocada do Estado ou ainda alcançar conquistas de outras bandeiras políticas como o voto universal. Essa visão ganhou corpo especialmente após a greve belga de 1893 pelo sufrágio universal, e a revolução russa de 1905. Nessa nova fase a discussão sobre greve configuara-a como instrumento eminentemente político, de enfrentamento ao Estado.

Em 1889 Lênin escreve um texto intitulado "*sobre as greves*"[7]. Nessa elaboração os seus conceitos são ainda muito parecidos com as interpretações de Marx sobre o mesmo tema. Para Lênin as greves crescem à medida que cresce o capitalismo e suas fábricas. Ele defende que a princípio a consciência é ainda contingente e serão as greves responsáveis por fazer florescer e ampliar a consciência de classe.

> *A princípio, é comum que os operários não tenham nem sequer uma idéia clara do que procuram conseguir, não compreendem porque atuam assim: simplesmente quebram as máquinas e destroem as fábricas* (Lênin, 1979).

As greves terão a capacidade de mostrar aos patrões que os verdadeiros donos não são eles e mostrarão aos trabalhadores que eles não estão sós. As greves têm a capacidade de contagiar o conjunto da classe por isso uma greve nunca termina apenas no local que começou, ela se amplia[8]. Infunde nos operários a noção de luta de classe, de socialismo, da necessidade de se emancipar das rédeas do capital.

---

[7] Lênin escreveu esse texto quando estava preso na Sibéria. Diversos foram os textos escritos por Lênin durante o seu desterro, que durou de 1897 a 1900 (Neto, 1982).

[8] Blass (1990) ao tratar da greve bancária em São Paulo em 1985 destaca a capacidade que teve o movimento em conscientizar, despertando o espírito de solidariedade e camaradagem entre os grevistas. Nesse trabalho é feita uma análise muito interessante do processo descrevendo-o como uma festa diferentemente das leituras correntes que observam nas greves apenas seu aspecto conflitivo. Sobre a capacidade das greves em descortinarem a identidade coletiva ver: Cardoso (1991).

> *Mas a greve abre os olhos dos operários não só quanto aos capitalistas, mas também no que se refere ao governo e às leis. Do mesmo modo que os patrões se esforçam para convencer os operários de que o tzar e o governo tzarista se preocupam com os patrões e os operários na mesma medida, com espírito de justiça. [...] Eclode, porém, uma greve, apresentam-se na fábrica o fiscal , o inspetor fabril, a polícia e, não raro, tropas, e então os operários percebem que infringiram a lei;[...]*
>
> *O operário começa a entender que as leis são ditadas em benefício exclusivo dos ricos, que também os funcionários defendem os interesses dos ricos. [...]*
>
> *Assim, as greves ensinam os operários a unirem-se, as greves fazem-nos ver que somente unidos podem agüentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial* (Lênin, 1979).

Entretanto, da mesma forma que Marx e Engels, Lênin identificava nesse seu artigo as limitações dessa forma de luta no tocante a revolucionar o conjunto societal. Ele afirma que apesar da greve ser uma "*escola de guerra*" ela ainda não é a própria guerra. A preocupação de Lênin é que o alastramento das greves passe a idéia para a classe operária de que por si só elas sejam suficientes para possibilitar uma grande melhora nas suas condições e mesmo a libertação do jugo do capital. Pare ele nesse momento "*as greves são apenas um dos meios de luta, uma das formas do movimento operário*" (Lênin, 1979). A tarefa derradeira não seria alcançada pela greve, "*esta luta só pode ser levada a cabo pelo partido operário socialista, através da difusão entre os operários das justas idéias sobre o governo e sobre a causa operária*" (Lênin, 1979).

A revolução de 1905 na Rússia faz Lênin rever sua posição. Ao escrever seu artigo "*A greve política e a luta de rua em Moscou*", produzido no calor dos acontecimentos, do levante russo, Lênin descreve o desenrolar da revolução iniciada a partir do movimento de greve operária, o seu transbordamento e

incorporação de outros setores como o "*estudantado radical*". O movimento que havia começado de forma dispersa se desenvolveu rapidamente, ganhara as ruas, incorpora novos setores operários, transformando-se em greve de massas, em 1905 já se cristaliza como greve política.

> *A ação inevitável dos operários nas ruas, ainda que apenas para informar seus camaradas ainda não a par da greve, converte-se numa manifestação política com canções e discursos revolucionários. [...]*
>
> *A multidão canta a Marselhesa. Improvisam-se comícios revolucionários. São destroçadas as oficinas gráficas que se recusam a acompanhar a greve* (Lênin, 1979).

O movimento grevista, afirma Lênin, havia se transformado em insurreição. A partir desse texto Lênin passa a defender a greve não apenas por seu papel heurístico e organizador, mas, sobretudo, por sua capacidade de subverter o sistema capitalista. A greve se destaca como agente político. Teria sido ela a responsável pelas grandes transformações por que teria passado o solo russo.

> *Ate 22 de janeiro de 1905, o partido revolucionário da Rússia constava de um pequeno grupo de pessoas. [...] Não obstante o panorama mudou por completo no curso de uns meses. Centenas de social-democratas revolucionários converteram-se "rapidamente" em milhares, os milhares converteram-se em chefes de dois ou três milhões de proletários.*
>
> *É necessário estudar esta transição; compreender como foi possível, quais foram, por assim dizer, seus métodos e caminhos.*
>
> *O meio principal dessa transição foi a greve de massas.*
>
> *A revolução russa é, na história mundial, a 'primeira' grande revolução – e sem dúvida não será a última – em que a greve política de massas desempenhou um papel extraordinário* (Lênin, 1979)[9].

Rosa Luxemburgo radicalizará a abordagem da greve como instrumento de ação política por excelência. Ao defender seu ponto de vista, Rosa o faz revendo

[9] Escrito por volta de 1917.

a abordagem marxista e criticando a leitura anarquista. Seus textos buscam dar um novo caráter ao conceito de G*reve Geral de Massas* como instrumento político capaz de transformar e aglutinar amplos setores da classe no processo revolucionário.

> *A revolução russa de 1905 possibilita a Rosa desenvolver seu raciocínio acerca da via da luta de massas para chegar ao socialismo, alternativa ao oportunismo da social democracia alemã, engajada na via parlamentar e sindicalista. A greve geral de massas de 1905 prefigura, a seu ver, a forma que tenderão a assumir as lutas operárias em todo o continente* (Sader, 1990).

No seu livro *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*, escrito em 1906, também sob o calor dos acontecimentos de 1905 na Rússia, Rosa afirma:

> *Se é verdade que a revolução russa obriga a rever profundamente o antigo ponto de vista marxista relativo à greve de massas contudo, somente o marxismo, com seus métodos e perspectivas, obtém neste campo a vitória sob uma nova forma* (Luxemburgo, 1974).

Não obstante essa postura, ela precisa sua diferença com Marx e nega a leitura anarquista da greve geral

> *Não deve concluir-se que Marx e Engels sustentaram erradamente a tática da luta política ou que sua crítica ao anarquismo é falsa [...]*
>
> *A revolução russa, a mesma revolução que constitui a primeira experiência histórica da greve geral, não somente não reabilita o anarquismo como conduz à liquidação histórica do anarquismo* (Luxemburgo, 1974).

Rosa Luxemburgo não obstante fazer uma defesa explícita da tese da greve geral como redentora da Classe, por ser "*a arma mais poderosa da luta política na conquista dos direitos políticos*" (Luxemburgo, 1974), busca diferenciar sua construção dos conceitos anteriores.

> [...] *a greve de massas nem é <<fabricada>> artificialmente nem <<decidida>> ou <<difundida>> no éter imaterial e abstrato, é tão somente um fenômeno histórico resultante, num certo momento, de*

> *uma situação social a partir de uma necessidade histórica* (Luxemburgo, 1974).

4.1.5 Ideações enriquecedoras do conceito greve[10]

Os primeiros anos do século XX são ricos em documentos sobre greve. Os textos de Lênin, Trotsky e a discussão sobre Greve Geral travada por Rosa Luxemburgo, Kautsky, Parvus, entre outros, a partir das várias experiências grevistas naqueles anos[11], trazem à baila diversos elementos importantes para o desvendamento do fenômeno greve. Fundamentalmente nesses anos a polêmica continuará sendo a utilidade da greve na luta da classe trabalhadora e dos partidos de esquerda ante o enfrentamento com o Estado pela tomada do poder político. Não obstante, nessa etapa a discussão avança e se tematiza não apenas a oportunidade ou finalidade da greve, mas também diversos outros elementos constitutivos da sua processualidade: Discute-se o embricamento dos diversos tipos de greve. Greve espontânea ou dirigida? Política ou econômica? Defensiva, de resistência, ou ofensiva? Aborda-se também a capacidade de uma modalidade de greve se transmutar em outra. È um momento rico de teorização das greves.

Uma questão que em primeiro plano fica desnudada pelas diversas leituras é a incorreção de se fazer uma diferença esquemática das diferentes categorias presentes na greve, de tratá-las como coisas estanques. Apesar dos ataques

[10] Para essa discussão utilizaremos como fio condutor o texto de Antunes (1992) "*A dialética das formas da greve*". Essa escolha se deve ao fato de a exposição de Antunes, mesmo sendo construída a partir da leitura dos clássicos do tema, portanto inserida inteiramente na discussão travada em âmbito internacional, caracteriza de forma mais didática os elementos presentes nos movimentos grevistas que se apresentam nos nossos dias. Limitar-nos-emos a abordar a greve no mundo do trabalho sem com isso negar as outras esferas nas quais as greves podem irromper, a exemplo do meio acadêmico, estudantil, etc.

[11] Especialmente as greves belgas e russas.

mútuos e de suas diferenciações, tanto Rosa Luxemburgo como Kautsky têm acordo com isso[12]

> *Ahora bien, esta división estricta y esquemática de la huelga de masas, con tipos y subtipos pueden tener sentido en el papel y bastar también para la vida parlamentar. Pero apenas comienzan las grandes acciones de masa y los período políticos tormentosos, la clasificación es descompaginada totalmente por la vida misma* (Luxemburgo, 1975).
>
> *Esta claro que un movimiento huelguistico pueda entrecruzarse con outro, que pueda tomar en su desarrollo distintas formas que no se pueden prever. Una huelga demostrativa puede transformarse en un lock-out o en una huelga coercitiva, una huelga economica aislada puede tomar las dimensiones de una huelga de masas de solidariedad y finalmente alcanzar significado político. Una huelga de masa política triunfante puede arrastar detrás suyo ramificaciones econômicas aisladas* (Kautsky, 1975).

Assumir a inter relação entre as diversas categorias não significa a negação das diferenças

> *Em resumen la primeira condicion para apreciar seriamente la huelga general es distinguir entre huelgas generales nacionales y huelgas internacionales, huelgas políticas y huelgas sindicales, huelgas industriales en general y huelgas provocadas por un acontecimiento determinado, huelgas que surgen de los esfuerzos de conjunto del proletariado, etc* (Luxemburgo, 1975).
>
> *Todo esto no impide que haya tipos muy distintos de huelga, y que en nuestras condiciones haya que sopesar cuidadosamente el carácter y el tipo de una huelga al comenzarla, así como las metas y objetivos que se quieren fijar* (Kautsky, 1975).

[12] Essa também é a conclusão que chega Lefranc nas suas pesquisas: "*ninguna huelga correspondía ya exactamente a la etiqueta que intentaba aplicarle. Tal huelga reivindicativa se coloreaba con motivaciones política; por ejemplo, la huelga de los metalúrgicos italianos en 1920. Tal otra huelga política hacia suyas ciertas reivindicaciones concretas, como la huelga alemana de 1920. ¿ Que papel se debe otorgar, respectivamente, a los factores políticos y a los factores sociales en la huelga belga de 1960-1961? [..] sintiéndolo mucho, debemos renunciar a aplicar la palpitante realidad de la vida a la aridez de los esquemas prefabricados. He preferido intentar mostrar lo que cada huelga estudiada habia aportado de original´*" (Lefranc, 1972).

Trotsky (1979) em seu texto escrito nos anos trinta "*A estratégia das greves"* também dá sua contribuição à interpretação da relação existente entre as greves, "*A tentativa de separar a luta econômica da luta política é, na nossa época, menos realizável do que nunca*" (Trotsky, 1979).

Tendo observado a necessidade de se analisar a greve como um processo sujeito a variadas determinações, podemos adentrar no processo visando a identificar algumas categorias presentes no *fazer greve* sem com isso queiramos entendê-las como isoladas.

Antunes esclarece quais os fatores característicos de uma greve espontânea:

> *Uma greve é espontânea quando ela nasce do próprio movimento instintivo de classe, sem a presença da direção consciente. Quando a ação teleológica ocorre como resultado de uma situação concreta que levou, sem previa ideação social ou política, à eclosão daquele evento. É algo que brota da própria situação da classe, em sua processualidade e desenvolvimento. A ação espontânea é portanto, aquela que se atém ao nível da consciência da cotidianidade, da consciência contingente* (Antunes, 1992).

Diferentemente, uma greve não-espontânea

> *É aquela cuja ação teleológica prévia é elemento fundante para a deflagração e condução do movimento. É aquela que se insere no universo de um movimento previamente concebido e politicamente dirigido* (Antunes, 1992).

Para esse autor, uma greve não espontânea pode ter um caráter revolucionário[13] ou reformista. O primeiro caso ocorre quando partindo de uma análise científica assentada no método dialético, a direção do movimento de forma consciente busca fundir as motivações imediatas com as causas mais gerais da Classe Trabalhadora, visando a construir a possibilidade da derrubada do

[13] O caráter revolucionário pode estar presente também em uma greve espontânea. Quando o movimento mesmo sem ideação anterior se agiganta por sobre os fundamentos do Estado, sejam eles econômicos e ou políticos, a greve pode adquirir o caráter de insurreição. Esse foi o exemplo de 1905, na Rússia.

poder do capital na busca da construção de uma nova sociedade galgada nos valores e no modo de produção socialista. No segundo caso, a greve não adentra o âmago da contradição da sociedade do capital. Uma greve não espontânea é reformista, quando em seu construto ela não avança além das reivindicações mais imediatas, não se configura como um momento político de classe, não mexe no essencial do Estado capitalista (Antunes, 1992).

Outra categorização importante diz respeito ao fato da greve ser política[14] e ou econômica:

> *Uma greve é estritamente econômica quando suas reivindicações são parciais, limitadas, contra os efeitos e não as causas do regime de salários e por isso incapazes de ferir sequer minimamente a materialidade do sistema capitalista [...]*
>
> *Uma greve política é aquela que, numa das suas dimensões, contrapõe-se de alguma maneira ao aparato de Estado, quer por ferir-lhe a base material, quer por buscar reivindicações que chocam diretamente a sua superestrutura jurídico-política* (Antunes, 1992).

Tanto a greve econômica como a política podem se apresentar na forma espontânea ou dotada de uma direção consciente. Exemplos de greves econômicas espontâneas são os mais comuns, elas são inclusive anteriores a sociedade capitalista. Na *Era das mercadorias* elas ocorrem como fruto da exploração e opressão capitalistas sobre as diversas categorias de trabalhadores. Quando os desmandos do capital e de seus vassalos atingem limites insuportáveis, os trabalhadores buscam como defesa a "*parede*". Esse tipo de greve é

[14] Parvus (1975) nos ajuda a compreender a greve política. "*La huelga de masas política se diferencia de las otras en que su finalidad no es la obtención de mejores condiciones de trabajo sino la consecución de ciertas modificaciones políticas, y que por lo tanto no se dirige contra un capitalista individual sino contra el gobierno*" (Parvus, 1975).

normalmente o embrião de um processo maior, anterior à constituição dos trabalhadores enquanto classe para si[15].

As greves econômicas ideadas conscientemente são aquelas levadas a efeito por uma direção. Esse tipo de movimento tem alcance limitado, visa apenas à correção de desajustes específicos sejam salariais ou de condições de trabalho, buscam os efeitos e não as causas. Essa modalidade de greve pode ocorrer por limitações político ideológica da direção ou por questão tática de momento no qual mesmo uma direção avançada entenda que não comporte o momento maiores reivindicações. Um exemplo desse tipo de greve foi a ocorrida na França em 1869, quando os mineiros, dirigidos por sua organização "*la Fraternal*", reivindicavam melhorias salariais e jornadas de oito horas (Lefranc, 1975).

As greves políticas espontâneas são aquelas que surgem no interior do movimento operário sem ideação anterior de nenhum tipo de direção, porém a sua objetivação provoca óbices ao Estado seja por atingi-lo nos seus fundamentos econômicos, seja por contribuir para desorganizar seus elementos superestruturais. De outro modo a greve política pode já no seu nascedouro ter sido pensada por um núcleo dirigente, seja do movimento operário e/ou partidário, com a vontade expressa de provocar estorvo à ossatura estatal.

Muitas vezes as greves se metamorfoseiam na sua processualidade. Movimentos surgidos de forma espontânea com um viés puramente econômico crescem, adquirem direção consciente ou não, transformando-se em greves políticas. Outras vezes, greves surgidas por interesses políticos avançam sobre os elementos da economia e a sinergia desses fatores provoca verdadeiras insurreições. Um exemplo da riqueza e complexidade do processo grevista é a

[15] No principio, lutam operários isolados, depois os operários de uma mesma fábrica, a seguir os operários de um mesmo ramo da indústria, numa dada localidade, contra o burguês singular que os explora diretamente. Dirigem seus ataques não apenas contra as relações burguesas de produção, mas contra os próprios instrumentos de produção (Marx, 1990).

generalização da greve que ocorreu nos meses de maio/junho de 1968 na França. Uma greve iniciada por estudantes cresce avassaladoramente, trazendo consigo os trabalhadores franceses em um processo completamente distinto do usual. Tal evento não teve o conhecido movimento vertical, seja da direção para a base, característica das greves puxadas pela direção; ou no sentido inverso, da base para direção, característica das greves espontâneas. Foi um movimento que se espraiara horizontalmente e mais do que isso, a iniciativa veio de fora do chão de fábrica (Lefranc, 1975).

Independente do aspecto consciente ou espontâneo, as greves políticas podem estar associadas a elementos reformistas ou revolucionários. Em 1893 a Bélgica assiste à irrupção de um movimento grevista político, iniciado de forma espontânea pelos mineiros de *Borinage*, exigindo-se o direito do voto universal. Esse movimento se torna geral e dirigido pelo Partido Obreiro Belga. Alguns dias depois, apesar da greve ter se alastrado por muitas localidades, ficava claro que as forças grevistas por si só não seriam suficientes para enfrentar a reação policial. A única saída seria conseguir armas nos quartéis e dotar e movimento de força insurrecional. Essa proposta não foi aceita pelo Partido Obreiro e a greve terminou nos marcos de uma reforma reduzida da constituição (Lefranc, 1975). Esse nos parece um bom exemplo de uma greve política espontânea na sua origem, torna-se consciente na sua objetivação inserindo-se por fim nos marcos do reformismo.

Nos escritos dos clássicos aparecem várias outras denominações de greve. Luxemburgo se expressa sobre o que chama de *greves de política acidental* e *greves de protesto político*. As duas são ideadas anteriormente visando a fins específicos, exigem grande concatenação das direções com as massas, ocorrem dentro de condições políticas concretas, diferenciando-se no tocante ao nível de

controle da situação (Luxemburgo, 1975 e 1974). Kautsky também distingue entre outras as greves do tipo demonstrativas e coercitivas,

> *La huelga de masas política como médio de coerción se efectua para obligar a los posedores del poder político, el gobierno o el parlamento, a hacer o dejar de hacer algo. Si la misma no logra esto, fracasa, lleva a una derrota. Hay que prolongarla con el máximo de fuerza posible hasta lograr el objetivo, o hasta que las masas desfallecientes se derrumben.*
>
> *La huelga demonstrativa desde su inicio tiene una duración limitada, sin tomar en consideración si logra o no un resultado práctico. Las masas, después de su finalización, son retiradas de la acción con sus filas tan cerradas como cuando entraron en ella* (Kautsky, 1975).

Nesse mesmo texto Kautsky afirma que toda greve econômica é uma greve coercitiva, e que, apesar de serem de tipos distintos as greves econômicas e demonstrativas, podem se combinar (Kautsky, 1975).

São muitos os elementos e categorias presentes no *fazer greve*, mas apesar das diferenças, eles, como exposto anteriormente, não se apresentam isolados nem é opção desse estudo trabalhar com modelos ideais. Nesse sentido há que se concluir com a apresentação de duas outras dimensões destacadas por Antunes, quais sejam o caráter ofensivo ou defensivo do movimento.

> *A greve em sua manifestação concreta poderá assumir uma dimensão ofensiva, quando ocorrer em momentos de expansão econômica e dentro de condições favoráveis ao avanço do movimento grevista, onde os operários reivindicam melhorias nas suas condições de vida e trabalho. Ou defensiva, quando eclode em situações desfavoráveis, em épocas de crise econômicas, objetivando evitar que conquistas anteriores sejam usurpadas dos trabalhadores ou que se deteriorem ainda mais suas condições materiais* (Antunes, 1992).

As greves têm sofrido muitas modificações ao longo dos tempos. Surgem novas táticas, são atribuídas novas denominações, também se modificam as suas

finalidades e alcances[16]. Elas tendem a acompanhar o grande cenário político e econômico internacional. Esse processo foi percebido por Lefranc "*Entre las grandes huelgas anteriores a 1914 y lãs grandes huelgas posteriores a 1918 podemos apreciar muchas diferecias*" (Lefranc, 1972). Depois da Segunda Guerra Mundial, apesar das greves apresentarem elementos de continuidade, elas ganham novas determinações, agora trazidas pelo clima da "Guerra Fria"[17].

> *A este nuevo carácter de la huelga se añader otro hecho que adquiere una amplitud desconocida: en varias ocasiões lãs huelgas aparcen como una confrontación internacional entre concepciones y fuerzas antagonistas* (Lefranc, 1972).

No pós-guerra, apesar da ocorrência de algumas grandes greves a exemplo das ocorridas na Bélgica, EUA, Alemanha e França[18], parece-nos que as greves caminham no sentido de assumir em grande medida os contornos da ordem, mesmo que por motivos e situações bastante diferenciadas. Nos países nos quais ocorreram revoluções socialistas ou que estão no campo do *socialismo real*, as greves de cariz político insurrecional desaparecem. No centro do mundo capitalista, no qual o *welfare state* era sustentado pelo *pacto fordista*, ocorre em larga medida o mesmo. Como estavam situadas nesses dois grandes campos as maiores experiências grevistas já realizadas, à proporção que elas perdem força, igualmente perdem força nos demais países.

Movimentos continuam ocorrendo, muitos com características claras de greves políticas. A greve dos petroleiros no Brasil em 1995, a dos mineiros na Inglaterra em 1984/1985 e a dos controladores de vôo americanos em 1981 nos EUA são exemplos de greves políticas. As três greves citadas se contrapunham a elementos do neoliberalismo, que estruturavam econômica, política, social e

[16] Existem hoje várias denominações de greve: de fome, de protesto, geral, de advertência, de ocupação, pipoca, por tempo determinado, conta gotas, vaca brava, *lockout*. ver: Castro, 1986; Leite, 1988; Noronha, 1994.
[17] Denominação dada à disputa entre o bloco capitalista e o bloco do socialismo real.
[18] Lefranc, op. citada.

ideologicamente os Estados e as sociedades desses países. Mas, ao conceituá-las dentro do critério político o fazemos compreendendo esse conceito na sua expressão mais ampla, não no sentido discutido por excelência, em fins do século XIX e início do século XX, isto é, greves políticas como instrumentos a partir dos quais se abrisse a possibilidade de se iniciar movimentos que subvertessem o Estado burguês. As greves atuais estão postadas nos marcos do reformismo, por mais fortes e abrangentes que tenham sido, muitas inclusive tiveram capacidade de ferir elementos vitais da política capitalista, daí a definição de greves políticas, entretanto não buscavam a tomada do poder, não tinham como objetivo a derrocada do Estado dentro de um contexto de construção processual para uma nova sociedade de tipo socialista. As *paredes* ocorridas nas últimas décadas, mesmo as que podem ser denominadas de políticas, casos das três greves citadas anteriormente, contrapõem-se apenas a aspectos da economia ou política do Estado capitalista[19].

4.1.6 Conclusões

As greves acontecem desde tempos imemoriais. Ocorrem greves relacionadas ao mundo do trabalho e de outros tipos. Pelas definições mais amplas as greves podem ocorrer atingindo diferentes agentes e das mais diferentes formas sejam coletivas ou individuais.

Apesar das ocorrências anteriores, com a consolidação da sociedade erigida com base no valor de troca das mercadorias, a greve se torna fato recorrente. Desde então, inúmeros pensadores vêm debatendo sobre o fenômeno. Inicialmente as primeiras formulações teóricas se debatiam sobre a correção ou

[19] O caráter revolucionário ou reformista não diz respeito a posição política ou visão da direção do movimento, mas está umbilicalmente ligada ao conjunto de condições sócio-político-econômicas em que a greve ocorre. Isso significa que mesmo greves nas quais as suas direções estejam dotadas de conceitos e vontades revolucionários, se efetivem reformistas em função das outras condições que a conformam.

não do uso da greve como arma de defesa dos trabalhadores. A Classe Trabalhadora luta para vender o trabalho vivo sob as melhores condições possíveis, já os patrões buscam o inverso. Economistas e mesmo alguns socialistas defendiam ser inócuas as greves, pois para eles as leis imanentes da economia colocariam por terra todo o esforço. Contra essas posições se insurgem, Marx e Engels.

Uma segunda grande polêmica desse mesmo período é a defesa da greve como instrumento revolucionário capaz de vitórias políticas como o voto universal e mesmo a derrocada do Estado capitalista. Bakunin foi o maior propagador dessa compreensão de sociedade e forma de luta. Marx e Engels mais uma vez vão assumir posição diferenciada, criticando as leituras anarquistas. A visão anarquista sobre greve e suas formas de enfrentamento ao Estado burguês são derrotadas nos fóruns que organizavam os setores de esquerda, a exemplo da Primeira Internacional, mas elementos importantes da concepção anarquista sobre greve sobrevive, notadamente após as experiências das greves belgas e russas entre fins do século XIX e início do século XX.

Até as movimentações de operários ocorridas na Europa, Lênin observava nas greves um papel organizativo, heurístico e despertador da consciência de classe, seguindo as leituras de Marx e Engels. Após os eventos Europeus Lênin passa a ter a greve como agente político capaz também de contribuir efetivamente para a subversão do sistema do capital. Diversos outros teóricos e militantes importantes como Rosa Luxemburgo, Kausky, Trotsky, entre outros, com suas diferenças, têm compreensão idêntica. No debate alimentado entre eles, sempre estará colocada a questão da insurreição popular através do uso da greve de massas.

O debate clássico travado durante a última fase referida anteriormente, enriquece a discussão. Discutem-se não somente a finalidade ou oportunidade,

mas diversas outras variáveis presentes na greve. Alguns elementos ficam claramente estabelecidos: a) não é correto fazer tipologias estanques, de realizar diferenças esquemáticas sobre o *fazer greve.* As greves como processo social coletivo estão inseridas em todo um contexto sócio estatal sujeitas a inúmeros nexos causais os quais interagem com variadas possibilidades de resultados. b) compreendendo a insuficiência das caracterizações desentranhadas dos contextos, é possível discernir algumas categorias presentes nas greves, que se apresentam mais ou menos de acordo com os contextos objetivos dados. Ser espontânea ou ideada? Ser política ou econômica? Ser de resistência ou defensiva? Ser revolucionária ou reformista? São, entre outras possibilidades, resultado da objetivação da luta de classes no momento mesmo da sua efetivação. c) Outro aspecto importante a ser considerado é a possibilidades de a greve se metamorfosear durante a sua processualidade. As greves necessariamente não se encerram dentro dos mesmos limites nos quais se iniciam. Greves que despontam espontâneas, adquirem durante a sua efetividade, direção assentada em análise da realidade estruturada cientificamente. Outras vezes, movimentos eminentemente econômicos avançam sobre categorias estruturantes do aparato estatal e se consolidam como greves políticas, podendo também ocorrer o inverso.

Por fim, é importante reafirmar que as greves têm se modificado ao longo dos anos acompanhando as transformações no grande cenário sócio-político-econômico. Suas determinações, denominações, táticas e finalidades adquirem novos contornos, se conformam aos interesses dos novos atores sociais quando de suas ações coletivas. Não obstante toda sorte de mudanças as greves permanecem sendo um fundamental instrumento da Classe Trabalhadora por conquistas e/ou defesa dos seus direitos. A greve como efetivação da ação coletiva descortina o âmago da sociedade do capital, anuncia aos trabalhadores os limites da democracia e do Estado burguês. Os trabalhadores na sua luta compreendem que

o arcabouço jurídico-político-institucional está, em última instância, a serviço do capital. Durante o enfrentamento os grevistas podem, de forma mais clara, compreender quem são seus aliados e quais os adversários. A luta traz a identidade coletiva e serve para soldar os interesses de classe, fazendo desabrochar a solidariedade e a camaradagem.

4.2 A greve dos *miners workers:* 1983/1984

Na madrugada do dia 06 de março de 1984, os trabalhadores das minas de carvão da região de Yorkshire/Inglaterra resolvem parar de trabalhar contra a política do "*Coal Board*" (CB) de fechamento das minas. A iniciativa desses trabalhadores de parar logo é seguida pelos mineiros das regiões de *Kent*, *Scotland* e *South Wales*. No dia 12 de março, a paralisação já envolvia metade dos 187 mil mineiros do Reino Unido (RU), atingindo em seguida 90%[20] da categoria. Foi o mais violento conflito do Pós-Guerra na Grã Bretanha, uma das maiores greves já registradas no mundo, foi menor apenas do que a greve dos mineiros, ocorrida em 1926 (Winterton e Winterton, 1989; Curcuru, 1990).

A greve dos mineiros ocorrida no RU entre os anos de 1984/1985 marcou profundamente a sociedade britânica, seja do ponto de vista industrial/econômico, seja do ponto de vista social. Após ela, as vilas envolvidas no conflito se viram divididas para sempre, pais grevistas deixaram de falar com filhos *scabs*[21], vizinhos não mais se cumprimentaram, centenas de minas foram fechadas e milhares de trabalhadores perderam seus empregos.

Foi uma luta de gigantes,

> *It was civil war which saw miner against miner, coalfield against coalfield, and the forces of right and left ranged against each other in a titanic struggle for the political heart of Britain* (Williams, 2004).

Fala-se na disputa entre *Union Baron versus Iron Lady*[22]. De um lado estava o National Union Mineworkers (NUM) com seu exército de mineiros distribuídos por 180 filiais, do outro lado o *CB*, o poder executivo, o poder judiciário, o sistema policial, a mídia e o capital.

---

[20] Outros números falam em 80% de adesão (Bain, 2004).
[21] Fura greve.
[22] Os Barões dos sindicatos *versus* a Dama de Ferro.

Todos os elementos envolvidos nessa greve são grandiosos. A greve envolveu diretamente 187.000 trabalhadores mineiros, além dos metalúrgicos, doqueiros, trabalhadores do setor de transporte, operários das centrais de força que também se enredaram no movimento. Diversas organizações sindicais pelo mundo afora (Polônia, Bélgica, Austrália, França, URSS, África do Sul, Ucrânia) tomaram parte na disputa. Personalidades internacionais do quilate de Kadaffi, Presidente da Líbia e do Primeiro Ministro sueco[23] se viram envolvidas na contenda.

A coroa britânica assistiu a inúmeras manifestações de rua, algumas contaram com mais de 50 mil pessoas. Municípios inteiros como *Nottinghamsire* foram bloqueados pela polícia. Mineiros bloquearam seção de rodovias. Tudo por conta da greve. Piquetes gigantescos aconteciam nos *coal fields*[24], envolvendo, às vezes, 5.000 pessoas. Ocorreram grandes batalhas campais, abarcando os grevistas e policiais. A maior delas se dera mesmo em junho de 1984, em *Orgreave*, uma das maiores plantas de carvão. Nessa batalha, digladiaram-se em torno de 2.000 piqueteiros e 3.000 policiais. A repressão foi brutal. O aparato militar fez uso de cavalos, cassetetes e cães, mais de 100 mineiros foram presos, incluindo Arthur Scargill, presidente do NUM, e número igual de mineiros machucados, inclusive 05 policiais.

Os números do tesouro britânico dão conta de prejuízos da ordem de 1,5 bilhões de *pounds*[25] com a greve. Cerca de 20.000 pessoas foram feridas ou hospitalizadas, 200 mineiros foram presos e 966 foram demitidos. Um taxista e cinco mineiros morreram durante esse processo. O taxista morreu ao tentar atravessar uma *linha de piquete*, transportando um *strike-breaker*[26] em *South Wales*. Naquela oportunidade, dois outros mineiros grevistas jogaram um bloco

[23] O Primeiro Ministro sueco fez doações à greve (Seifert e Urwin, 1988).
[24] Campos de carvão.
[25] Libra esterlina ou *sterling*.
[26] Fura greve.

de concreto sobre o seu táxi, matando-o. Dos cinco mineiros mortos no período, dois morreram nos piquetes e três trabalhando nas minas.

A greve durou um ano. No dia 03 de março de 1995, a reunião da *Special Delegate Conference* (SDC) aprova, em decisão apertada de 98 a 91[27], o fim da greve para o dia 05 daquele mesmo mês, com a seguinte decisão,

> *that the National Union should now organised and authorise a return to work of our members that are still on strike, and that this return to work should commence on Tuesday 5 March 1985 without any signed agreement* (Seifert e Urwin, 1988).

Os mineiros voltaram ao trabalho sem conquistas, ou acordo de qualquer tipo. O movimento terminou por exaustão. Em março, metade da categoria já havia retornado. O resultado representou um grande prejuízo para os mineiros e para o movimento sindical inglês. O NUM saiu da greve dividido, com inúmeras multas a pagar, com centenas de mineiros processados. O poderoso sindicato se viu obrigado a assistir à continuidade da política de esvaziamento dos campos de carvão, com o fechamento das minas e demissões em massa dos mineiros. Esse resultado simbolizou a queda do último bastião dos trabalhadores na luta contra o neoliberalismo no Reino Unido, "*This strike not represented one front-line, but last ditch"* (Benoy, 1985). Thatcher conseguiu sagrar-se vitoriosa na sua segunda guerra[28].

Desde o fim dessa greve, muitas perguntas e correlações são feitas a seu respeito, dentro e fora do Reino Unido. A primeira delas é como uma categoria tão importante e poderosa , conhecida como a "*shock toops for organised labour*"[29] (Jones, 2004), que efetivamente consegue mobilizar seus membros, levando-os à greve e mantendo-a por

---

[27] No dia 28 houve a reunião do *National Executive Committee* (NEC), foi aprovado por 38 a 41 o retorno ao trabalho e a convocação da SDC. Essas decisões apertadas denotam a disposição da direção de continuar a greve mesmo passado já um ano de movimento. O retorno foi permeado por atos emocionantes. Em muitos lugares os trabalhadores voltaram portando bandeiras e faixas do sindicato. Houve minas em que os trabalhadores voltaram apenas de manhã, fora do horário habitual; os gerentes não os deixaram entrar, eles retornaram para casa só trabalhando no dia seguinte. Em outros eles exigiram a saída da polícia para poder entrar, em outros ainda exigiram a saída dos fura greve. Muitas bases aprovaram a continuidade da greve até que fossem retiradas as punições.

[28] A primeira foi nas ilhas *Falklands*.

[29] Tropa de choque dos trabalhadores organizados.

todo um ano, não conseguira vitória? Por que sairá derrotado um sindicato numericamente grandioso? Que contava com quase 200 mil membros, inseridos em uma atividade fundamental para economia, influente politicamente por sua presença no Labour Party e com forte sentido simbólico na sociedade britânica. A Nação britânica assistiu ao crescimento do seu império a partir do carvão. Várias gerações de ingleses labutaram nas profundezas sombrias e quentes das minas.

Por que os mineiros não ganharam? O que explica o resultado daquela disputa? Muitas são as possibilidades de explicação do resultado. Ela pode ser explicada pela não existência do "*ballot*"[30]? Pela decisão firme do governo Thatcher em usar da truculência e não negociar? Por ter sido iniciada em época incorreta, já no fim do inverno? Pela divisão interna do NUM? Pelo fracionamento dos trabalhadores e o não efetivo apoio do *Trade Union Congress* (TUC) e do *Labour Party* (LP)? Pela não efetivação da tríplice aliança (mineiros, ferroviários e metalúrgicos), ou pela fraqueza do movimento trabalhista que já tinha sido derrotado em outras frentes*?* O que mudou entre 1974 e os anos 80? Na greve de 1974, os mineiros saem vitoriosos, conseguindo inclusive ser um dos elementos provocadores da derrota do governo conservador Ted Heath. Na greve de 1984/1985 tudo ocorreu de forma diferente. Por quê? Responder as essas indagações é o desafio.

A greve dos mineiros passou a ser citada como um marco na luta dos trabalhadores contra o neoliberalismo. Diversas associações são feitas entre a greve dos mineiros ingleses 1983/1984 e a greve dos petroleiros no Brasil em 1995 (Bocayuva, 1999; Sader, 2000). Em função das analogias dessas duas greves, interessa-nos buscar elementos sobre esse confronto britânico, tentando entendê-lo nas suas diferentes circunstâncias, e a partir disso, procurar explicar melhor a greve dos petroleiros em 1995, no Brasil.

[30] Termo mais usado para explicar as votações ocorridas nos sindicatos.

Para entender melhor a greve dos ingleses mineiros, faz-se necessário buscar discutir mesmo que rapidamente a vida política e econômica do RU em tempos recentes.

4.2.1 Elementos da economia e da política na Inglaterra do pós-guerra

Os problemas na estrutura industrial britânica durante os anos 70/80 foram o ápice de mais de 100 anos de declínio da economia inglesa, durante o qual sua liderança foi sendo desmontada, enfraquecendo sua posição de comando no cenário internacional. O Estado britânico foi incapaz de fazer frente à crescente crise, diferente do que fizeram o Japão e a França. Nem mesmo no pós-guerra, o Estado foi capaz de superar todos os problemas (Rowthorn, 1983).

Os anos iniciais após a II Guerra Mundial mostraram-se razoáveis ao capitalismo britânico. Ao término da guerra da Coréa, os ventos continuam soprando favoráveis à economia inglesa. Em meados da década de 50, a queda nos preços dos alimentos e a redução das despesas militares liberaram consideráveis recursos, possibilitando uma elevação do padrão de vida dos britânicos sem prejudicar os lucros do sedento capitalismo.

O fim dos anos 50 assiste à desintegração do império britânico formal e informalmente. As empresas protegidas pela coroa haviam crescido, dentre outros motivos, por possuírem mercados cativos dentro do império. As fronteiras imperiais excluíam as empresas rivais da disputa. Com a desintegração do domínio britânico, as suas companhias se viram sujeitas à concorrência do capital americano, japonês e da Europa continental. A desagregação do comando imperial gerou óbices para a cidade de Londres. A força bancária, financeira e comercial da cidade do *Big Ben*, baseava-se na presença do *sterling* como moeda padrão internacional[31]. A sua continuidade estava atrelada a continuidade formal

[31] O papel que hoje assume o dólar americano.

e informal do império. Com o crescimento da competição estrangeira, o balanço de pagamento torna-se problemático e a crise da moeda se torna sobremaneira endêmica.

Os anos 60 foram marcados por constantes oscilações entre recessão e recuperação. Ao fim desses anos, a recessão era profunda.

> *Houve uma sincronização entre a recessão capitalista em escala global e a crise de acumulação específica da Inglaterra — o elo fraco da cadeia* (Hall, 1983).

A política era dominada pela constante intervenção do Estado na economia, assegurando as condições de produção e reprodução do capitalismo. Apesar das idas e vindas, a produção industrial britânica cresce até meados da década de 60. O crescimento era razoavelmente rápido, apesar de inferior em relação a outros países do continente.

Tabela 8: % da variação na produção industrial RU 1951-1981

	1951 a 1966	**1966 a 1974**	**1974 a 1979**	**1979 a 1981***
Bélgica	51	46	5	-1
França	127	56	10	-8
Itália	227	53	10	6
Espanha	238	123	7	0
Suécia	103	44	-2	-1
Alemanha Ocidental	185	43	10	-1
Reino Unido	57	18	-1	-14

Fonte: NIESR, B. Mitchell, European Historical Statistics, Apud Hall, 1983.
* meados de 1981

Durante esses anos o emprego na manufatura cresce um pouco e o desemprego é pequeno. A situação se deteriora profundamente a partir de 1966, ao longo desses anos, surgem os primeiros sinais de desindustrialização e queda na taxa de emprego (Hobsbawm, 1983).

Tabela 9: Variação do emprego no RU entre 1966-1981 (milhões)

	1966 a 1974	**1974 a 1979**	**1979 a 1981**
Manufatura	-713	-695	-1000
Não manufatura	250	825	-596
Total	-463	130	-1596

Fonte: NIESR, B. Mitchell, European Historical Statistics, Apud Hall, 1983.

Até 1974, o declínio da produção industrial é relativo, pois a produção ainda apresenta crescimento (em 1974 o crescimento industrial foi 18% mais alto do que em 1966). Entretanto, após 1974, a produção industrial fica estagnada, conformando uma situação de maior gravidade quando comparada com outros países. Agudização da crise se deu de forma crescente a partir desta data (Rowthorn, 1983).

4.2.2 O capital buscou alternativas

Uma das possíveis saídas à crise do capital inglês poderia ter se dado a partir da intervenção do Estado na economia, entretanto razões de ordem econômica e política impediram essa atuação de forma satisfatória. Em 1945, assume o governo trabalhista, herdando um poderoso aparato de planejamento que foi utilizado para converter a economia de guerra para os tempos de paz. Completada a conversão, a estrutura estatal de planejamento foi completamente destruída e não mais foi feita uma tentativa real de reorganização da economia. Por razões de ordem política, o capital tem se posicionado geralmente contra ações vigorosas de planejamento e intervenção do Estado na economia. Para os capitalistas, o sucesso das políticas intervencionistas pode legitimar essas idéias nas consciências populares, abrindo espaços à penetração cada vez maior da presença do Estado até a completa expropriação do capital (Rowthorn, 1983).

Planejamento e nacionalização têm sido contumazmente associados ao socialismo. A expansão dos mecanismos de mercado sob o controle dos funcionários e especialistas estatais é vista pela mesma ótica. O capital inglês tem buscado se prevenir do controle estatal sobre o dia-a-dia da indústria. Ele quer evitar a existência de um forte e integrado sistema de planejamento. As agências

estatais de planejamento são vistas como corpos quase autônomos fora do controle governamental.

Do ponto de vista econômico, a regulação estatal também não é bem vinda ao capitalismo britânico. As largas conexões capitalistas da libra esterlina poderiam sofrer limitações nas suas margens de manobras pela ação do Estado. A cidade de Londres, como banco e centro comercial do capitalismo internacional, exige grande flexibilidade e possibilidade de transferências dos fundos. Em igual maneira a indústria britânica assumiu nas décadas finais do século XX características internacionais, foi dominada pelas companhias multinacionais, produzindo em diferentes países e se organizando de acordo com uma complexa divisão internacional do trabalho. As empresas sediadas no Reino Unido são de diversas nacionalidades, as quais não se importam com a cidadania, elas precisam apenas operar em condições internacionais favoráveis com a mínima intervenção do Estado. Em igual medida, desde que a indústria nacional britânica se lançou além mar, elas não querem trocar sua liberdade pelo crescimento da economia internacional (Rowthorn, 1983).

Em 1961, a *Federation of British Industries*, propôs um planejamento nacional como alternativa à crise. O planejamento deveria garantir segurança para os investimentos das grandes empresas, devendo ainda conseguir que os sindicatos aceitassem o rebaixamento dos salários. Apesar da tentativa, as limitações políticas e econômicas levantadas anteriormente, e outros, não permitiram a consolidação de planejamento com fôlego, posto que o capital se recusava ao controle das autoridades. Apesar das diferentes abordagens, a alternância entre governo conservador e trabalhista não conseguiu efetivamente organizar o aparato produtivo de forma planejada.

Ensaios de planejamento foram feitos, a exemplo de 1964, quando o governo trabalhista, recém eleito, criou sua própria agência de planejamento. Essa

agência lança um plano em 1965, a iniciativa se pretendia a longo prazo, mas em julho de 1966 é abandonada pela necessidade do governo de fazer frente a uma severa crise da libra. Com a renúncia do planejamento, foi abandonado também o compromisso de crescimento e pleno emprego. Após essa tentativa, as crises se sucederam, não existindo uma política de longo prazo até o advento de Thatcher em 1979.

4.2.3 O thatcherismo

A vitória de Margareth Thatcher nas eleições de 1979, segundo Martin Jacques e Stuart Hall (1983), aconteceu sob a confluência de três fatores: a) o declínio da economia britânica; b) o colapso dos três governos trabalhistas, associado à desintegração do consenso democrático existente desde 1945; c) o reaparecimento da nova guerra fria na qual o thatcherismo inspirou um belicoso fervor patriótico. Esse movimento político esteve longe de significar apenas mais um movimento pendular dos eleitores, sendo muito mais do que um velho conservadorismo com disfarce de suburbano. As teses de Thatcher conseguiram ingressar em áreas anteriormente controladas pelo trabalhismo e manipular os símbolos nacionais a exemplo do que ocorreu na guerra das Malvinas[32].

O thatcherismo tinha raízes profundas na sociedade britânica desde os anos 50 por vários motivos: pelas ações de controle de guerra, na censura, nos programas racistas, no Powellism dos anos 60 e no evangelho do Sir Keith Joseph, nos anos 70. Todas essas posições prepararíam o terreno para o neoliberalismo que viria, construindo assim uma idéia força, cujo mote era se

[32] Ver: Hobsbawm, 1983.

posicionar contra o grande sindicato, adversário do grande governo[33]. A mensagem neoliberal foi ganhando as ruas, tornando-se hegemônica por conquistar as pessoas comuns. O estatuto basilar era ser contra o estatismo da *Era* social democrata, pois ele buscava casar o livre mercado com o patriotismo autoritário populista. Sua missão histórica não era ganhar essa ou aquela eleição, mas reverter inteiramente às políticas do pós-guerra. Visava a forçar a sociedade britânica na direção contrária às vitórias do movimento trabalhista e das forças progressistas. Tinha como norte desorganizar as organizações dos trabalhadores[34] (Jacques e Hall, 1983).

Os temas do anti coletivismo e anti-estatismo foram se tornando senso comum. Os centros de estudos e universidades substituem as leituras de Keynes por Hayek e Frydman. A colonização dessas idéias contou com a força da mídia[35]. O jornalismo econômico foi fundamental para revolucionar as idéias em torno do monetarismo. *The Times, Telegraph, The Economist, Mail, The Express, The Star, e The Sun* publicavam freqüentemente artigos dos líderes do livre mercado como Sir Keith Joseph e Rhodes Boyson. Os defensores do neoliberalismo traduziam a doutrina econômica para o senso comum a partir das experiências vivenciadas diariamente. A ideologia foi traduzida para o idioma populista. Converteu-se a linguagem dura da economia para o moralismo como elemento muitas vezes central. A questão da solidariedade social foi substituída pela busca da competência e rentabilidade da economia nacional a qualquer custo.

---

[33] Deve-se entender como grande governo a presença do Estado de forma central na economia via as empresas estatais, exercendo o controle público sobre o mercado de capital e atuando decisiva e favoravelmente aos mais pobres nas questões sociais.

[34] Segundo Oliveira o processo de privatização levado a cabo na Inglaterra e França teve um conteúdo "explicitamente ideológico", de luta de classe por serem as empresas estatais desses paises, bastiões da classe operária que havia fundado e viabilizado o Estado do bem-estar (Oliveira, 1999).

[35] A imprensa teve papel idêntico nos Estados Unidos da América (EUA) sendo um dos grandes responsáveis pela vitória de Reagan. Milton Friedman fez dezenas de conferências públicas entre os anos de 1977 e 1978 que foram gravadas e retransmitidas pela TV (Moraes, 1994).

A colonização das idéias neoliberais atingiu a educação britânica. A educação devia perder seu sentido universalizador, deixar de ser vista como um elemento de política, no sentido da igualdade de oportunidades utilizada com sucesso nos anos 60. As falhas do sistema educativo foram superdimensionadas pelos diários *Mail, The Sun, Express*. O ensino foi colonizado pela direita, passou a ser medido com a escala da produtividade, como valor direcionado para o capital. Com a crise da economia, a educação passou a ser vista pelas famílias apenas como espaço para ocupar o mercado de trabalho. Dava-se ao ensino o sentido da qualificação técnica em detrimento dos conhecimentos universais humanizadores. Cresce o interesse pelas formas pedagógicas tradicionais e conservadoras, espaço no qual a direita leva vantagem.

A exemplo do que acontece na educação, nos elementos lei, ordem e raça, a direita coloniza o espaço mesmo antes de ocupar o poder. Os crescimentos da violência, os roubos e assaltos, foram associados à pouca lei e flexibilidade no cumprimento das normas legais e familiares. Esses problemas passaram a ser vistos como frutos da desintegração social, daí a necessidade de maior policiamento, maior rigidez na educação familiar. No tocante às discussões raciais, os discursos de Mr. Powell, que não conseguiram guarida nos anos 60, retornam com força. A questão da raça/imigração passou a ser associada com a destruição de sua cultura e seu modo de vida (Hall, 1983).

As responsabilidades voltaram a ser individuais como na época da *Poor Law*[36]. O *welfare* passou a ser responsabilizado por ter minado com seus mimos a moral que precisava ser refeita. A idéia agora é que ninguém pode viver às expensas dos outros. Destruia-se a noção de solidariedade social duramente conquistada ao longo dos anos. A doutrina thatcherista é um *mix* de temas. Combina elementos orgânicos do *Torism*: nação, família, dever, autoridade,

[36] Ver Marshall, 1967.

padrão tradicionalismo com elementos trazidos à tona agressivamente pelo neoliberalismo: interesse próprio, competitividade, individualismo, anti-estatismo.

O advento da pragmática neoliberal implementada por Thatcher, teve êxito por atuar dentro das falhas internas do trabalhismo, não se tratou de *mera ideologia*. Os governos do LP malograram em não conseguir distribuir por inteiro as conquistas do *welfare state*. Seu projeto foi de, claramente, reter e reformar, ao contrário de transformar o capitalismo. A partir do uso de instrumentos do Estado foram efetuadas reformas, mas essas não foram capazes de romper com a lógica capitalista (Mcllroy, 2002).

Os governos sociais democratas fizeram o que o próprio capitalismo não teria legitimidade para fazer, usando o Estado como representante do interesse geral, criou as condições para a retomada do capitalismo. Por exemplo, os negros e mulheres continuaram com os piores trabalhos. Para os setores da sociedade que não eram contemplados com os avanços obtidos naquele arranjo societal, restava a constatação de que os direitos e as lutas buscadas pelos sindicatos contemplavam apenas aos interesses de parte da sociedade, eram ações não englobantes do conjunto social.

O *welfare*, portanto, não conseguindo transformar a correlação de forças, permitiu o retorno do individualismo e da competitividade como senso comum. O neoliberalismo capitalizou na Grã Bretanha os erros e insuficiências de longo prazo do LP. O Partido Trabalhista não conseguiu acompanhar as mudanças de composição da classe trabalhadora, não teve capacidade de se modernizar do ponto de vista político, social, cultural e ideológico, visando à composição de uma nova agenda política (Jacques e Hall, 1983).

A estratégia política dominante no pós-guerra no RU se baseava em um consenso com um claro viés corporativo. Os setores da classe trabalhadora e os sindicatos foram incorporados dentro da barganha entre Estado, capital e trabalho. Um dos aspectos desse compromisso se caracterizava pelo capital concordar com reformas básicas inseridas no *welfare state*, provendo o crescimento do padrão de vida e do pleno emprego. A classe trabalhadora, por sua vez, confinaria suas demandas dentro de expectativas limitadas, sejam políticas, sejam econômicas, não lutando para fazer crescer sua parte sobre a renda nacional, nem buscando mudar os direitos básicos do capitalismo. O capital, entretanto, não suportou por muito tempo os custos desse compromisso e como resultado recomeçaram os conflitos sociais (Rowthorn, 1983).

As crises foram sucessivamente administradas através da mesma cartilha: restrição das políticas salariais, inicialmente feitas com o consentimento das próprias lideranças trabalhistas, e com o aprofundamento da crise pela imposição dos cortes de salários. As primeiras políticas de redução dos direitos do *welfare*, seus primeiros cortes cirúrgicos, foram operados pelo LP, quando Mr. Healey[37] incorpora a ortodoxia monetarista e as restrições fiscais orientadas pelo FMI (Hall, 1983; Bloomfield, 1983).

Na agudização da crise bretã as posições de centro perdem espaço, seja no centro do LP, seja no centro do Partido Conservador (PC). O processo de desintegração do consenso no Reino Unido é muito complexo. Dentro dos dois partidos (o *Tory* e o *Labour*) havia os partidários da radicalização, da busca de um novo balanço de poder na sociedade. Nos *Tories*, a radicalização se expressa com a ascensão de uma virulenta direita em 1974 após a derrota eleitoral, desalojando Edward Heath da liderança do partido. No *Labour*, a consolidação aparece no crescimento da ala mais à esquerda, em torno de Tony Benn, também após a

[37] Denis Healey ocupou o cargo de Ministro da Fazenda.

derrota das eleições em 1979, o qual levou setores do centro do partido a debandarem (Rowthorn, 1983).

A direita radical britânica trabalhou em cima das tendências de longo prazo, usou as hesitações e profundas fraquezas sociais democráticas, para associar burocracia estatal com o coletivismo socialista e o socialismo com o regime do leste. O crescimento das filas nos serviços públicos e as deficiências no serviço de saúde aparecem com imposições da burocracia estatal. Na verdade, as insuficiências das políticas estatais ocorriam em função dos lucros capitalistas, como resultado de um estado a serviço do capital, mas a esquerda não soube confrontar essa contradição.

O laborismo continuou apresentando o Estado como representante do interesse geral, acima das lutas de classe. E foi exatamente esse Estado abstrato que apareceu no discurso de Thatcher como inimigo. O Estado interventor falhou no combate à inflação e na definição de preços e salários. Polarizaram as posições entre o Estado e as pessoas. O LP se tornou representante do velho bloco no poder, da burocracia e Thatcher com a liberdade com as pessoas[38]. O LP teria compromissos com as coisas como elas estavam, com aquela situação que se deteriorava a olhos vistos e Thatcher via-se associada com à reconstrução das coisas, mudando-as pela raiz. Para se contrapor a todas as insuficiências estatais, os *Tories* propõem o livre-arbítrio em oposição ao planejamento estatal fechado. É preciso jogar fora as amarras do Estado e deixar que as pessoas tenham o destino em suas próprias mãos, esse foi o discurso de Thatcher (Hall, 1983).

O thatcherismo conseguiu soldar os interesses das camadas populares com o bloco no poder. Apesar das contradições intrínsecas entre as posições de classe, elas não são exteriorizadas ou fixadas apenas pelos interesses classistas, podem

[38] Não é por acaso que uma das bíblias do neoliberalismo foi a obra de Hayek *The Road of Serfdom*. O estatismo seria o caminho para a servidão, o neoliberalismo representaria a liberdade, o novo...

ser recompostas dentro de diferentes discursos, posicionando as classes populares em consonância com o bloco no poder de diferentes modos. A crise possibilita as forças do bloco no poder a assumirem arranjos diferentes com as camadas populares. O radicalismo se associa com o radical sentimento popular. Cria-se um novo bloco histórico, ligando certas frações da classe dominante à classe dominada. Thatcher conseguiu passar para as pessoas que o futuro das empresas era idêntico ao delas. Difundiu a idéia de que as pessoas só sobreviveriam, se as companhias sobrevivessem, que elas prosperariam, caso as empresas prosperassem. Ademais solidificara a idéia da cooperação e não do confronto (Hall, 1983).

4.2.4 Carvão: economia e trabalho

O carvão foi o ouro negro que impulsionou o Império Britânico. As minas do *South Wales*, *Yorkshire* e de outras regiões de produção eram efetivamente os motores da nação. Apenas na região de *Yorkshire* havia mais de 200 minas profundas. Centenas de milhares de homens, mulheres e crianças arriscavam suas vidas, utilizando as forças dos seus corpos suados e sufocados pela poeira negra na escuridão das profundezas da terra. Nos campos de carvão era extraído o combustível que fornecia energia aos navios a vapor da poderosa frota britânica, símbolo do poder do *United Kingdom* sobre suas colônias espalhadas pelos quatros cantos do mundo.

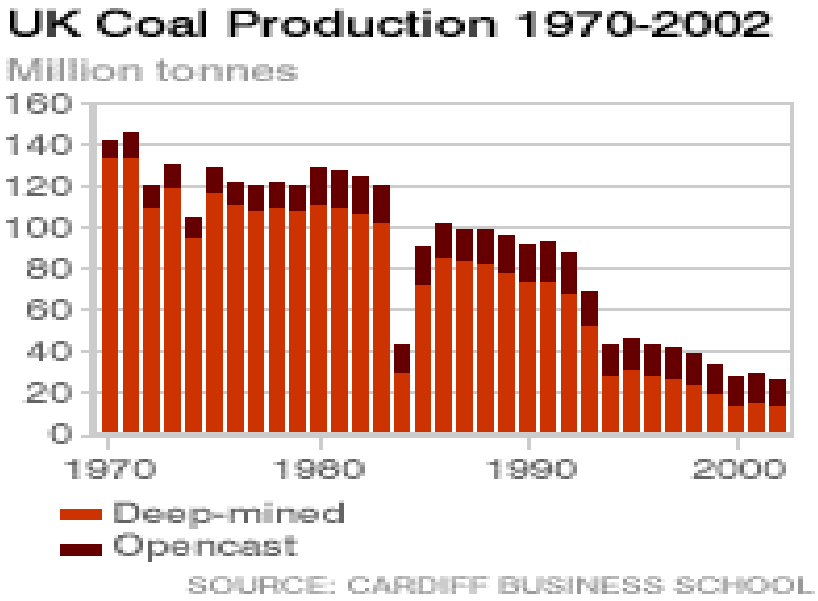
A força da economia carbonífera deixou suas marcas não apenas no sub-solo. Na região das *Midlands*[39], a terra foi *rasgada* a céu aberto para construção dos canais hidroviários. As barcaças serviam para transportar o carvão das regiões produtoras aos centros consumidores como Londres e Manchester. Foram

[39] Região central do território britânico.

construídos 4.800 km de canais, antes do advento da ferrovia nos idos de 1840, sendo eles o meio mais rápido e barato de transportar o carvão (Guia visual, 1998).

O pico de produção do carvão ocorre em 1913, um ano antes da Primeira Guerra Mundial. O RU produziu, naquele ano, 284 milhões de toneladas de carvão, mais de 1 milhão de trabalhadores estavam escavando nas minas. Os mineiros representavam 15% da força de trabalho em 1926 (Bain, 2004). Após esses anos, inicia-se uma queda longa, tortuosa e continuada da produção. O carvão vai continuamente sendo substituído por novas fontes de energia (Smale, 2004).

Gráfico 10: Produção de carvão - Reino Unido 1970-2002



A perda do poder econômico do carvão, portanto, se inicia bem antes da greve de 1984/85. Não obstante a política de fechamento das minas ter se

acelerado após essa greve[40], o esvaziamento do setor já estava em processo célere mesmo durante o governo trabalhista. Durante os 5 anos de governo do Labour Party[41] foram fechadas 36 minas de um total de 259 herdadas do governo Heath. Esse corte representou 14% e 7% de redução de *pits*[42] e força de trabalho respectivamente (Winterton e Winterton, 1989). Nos doze meses, imediatamente anteriores à greve, por determinação do *National Coal Board* (NCB), foram fechadas 23 minas, com a perda de 21.000 postos de trabalho. Apesar da rapidez dos fechamentos, houve pouca resistência do NUM (Winterton e Winterton, 1989; Bain, 2004). Em 1980, os mineiros tiveram condição de sair em greve junto com os trabalhadores do aço, mas recuaram e aceitaram a oferta do NCB (Winterton e Winterton, 1989).

4.2.5 Aspectos do *fazer-se* mineiro

A estrutura de controle do trabalho nas minas está dividida em *manager*, d*eputy Manager*, *undermanager*, *overmen* (supervisores) e *deputy* (inspetor de segurança). Os *overmen* e *deputy* são altamente qualificados e necessários ao funcionamento das minas, sem eles o trabalho tem que parar. O *National Association of Colliery Overmen, Deputies and Shotfires* (NACODS) é o sindicato em que eles estão representados. Os *shotfires* são os homens que trabalham com os explosivos. Os *overmens* e *deputies* são recrutados entre os mineiros e qualificados em cursos técnicos. Esses trabalhadores estão no topo do processo de trabalho, recebendo um tratamento diferenciado no tocante a salário, lazer e moradia. O NACODS realiza suas negociações em separado do NUM (Smith, 1997).

[40] Ver em apêndice a relação das minas fechadas após a greve dos mineiros de 1984/85.
[41] Entre os anos de 1974 e 1979.
[42] Minas.

O trabalho nas minas de carvão é intrinsecamente perigoso e altamente desgastante. Trabalhar embaixo da terra envolve inúmeros perigos. Problemas de aeração, desabamento, inundação e explosão são uma constante, exigindo sempre um esforço físico e mental, sobre-humano. No seu livro "*A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*", publicado em 1845, Engels dedica um espaço ao "*Proletariado das Minas*". Nessa obra, o autor a partir de outros estudos sobre os mineiros e das suas próprias observações denuncia,

> *... os homens que começam a trabalhar muito cedo nas minas não atingem o desenvolvimento físico correspondente ao das mulheres que trabalham na superfície; demonstra que muitos morrem jovens de tuberculose galopante e a maior parte na meia idade, devido à tuberculose lenta; envelhecem prematuramente e tornam-se inaptos para o trabalho entre os 35 e 45 anos* (Engels, 1986).

Ao longo dos anos e após muitas lutas, as condições de trabalho se modificaram, tornaram-se menos letais, mas continuaram muito duras conforme relato de Cristine Jeavans, repórter da BBC, que em fevereiro de 2004 desceu em Hartworth[43]. Ela afirma que apesar de não se utilizarem mais os pôneis, o ambiente ainda é terrível: escuro, úmido e com temperaturas sempre acima de 30 graus em meio a uma constante poeira de calcário. A mina visitada pela jornalista tem 960 metros de profundidade e, à medida que se aproxima do local onde se lavra, os espaços ficam mais escuros, mais estreitos, o teto mais baixo e com mais poeira no ar. A iluminação se reduz àquela emitida dos capacetes. Os mineiros trabalham 7 horas por dia sob essas duras condições.

Apesar das árduas tarefas, Christine não percebeu ninguém querendo abandonar o trabalho, ao contrário, observou uma grande camaradagem entre os operários. O sentimento de companheirismo foi explicado pelo mineiro Mark Walter,

[43] Mina ao norte de *Nottinghamshire*.

> *Due to the conditions you are working in, the heat, the confined spaces, you have to look after each other and there is no room for backbiting – you would not get very far if there was* (Jeavans, 2004).

Essa é também a interpretação de Dave Douglas que foi dirigente do NUM por 29 anos,

> *To a great extent the job was self-regulating – collective work, where people decide things together, literally watch each other's backs and look after each other – real comradeship. In this respect, you can actually be less alienated from your work than in many other jobs* (Douglas, 2004)[44].

Os salários dos mineiros, na maioria das regiões, sempre foram acima da média. Em sua obra Engels (1986) já destacava isso, "*...o seu salário é elevado em comparação ao dos jornaleiros agrícolas dos arredores (que, é verdade, morrem de fome)...*". A realidade dos bons salários perdurou também no pós-guerra. Os mineiros eram conhecidos como a "*blue-collar aristocrats*"[45]. O salário deles era o dobro do auferido pelos operários industriais. Ser mineiro era garantia de emprego a vida toda, ter seguro e pensões (Hennock, 2004; Jones, 2004; Brun, 2004).

O NCB utilizava os altos salários como elemento de atração de força de trabalho. Segundo Steve Brun (2004), mineiro da mina de *Arkright*, e um dos membros do comando de greve, *strike co-ordinator*, o governo chegou a fazer campanha de recrutamento, utilizando como atrativo os altos salários, "*We had left all sorts of industries to go into the mines because of the money and the recruitment campaign"* (BBC, 1985). Inúmeras regiões da Grã Bretanha se sustentavam na pujante economia carbonífera. Ela havia formatado por séculos um tipo específico de história. A greve dos mineiros representa a insurreição dos

[44] Sentido semelhante é observado entre os operadores das IPCs.
[45] Aristocracia operária.

trabalhadores e de seus familiares contra a aplicação de uma política de governo que representava o fim de hábitos e modos de vida secularmente condicionados.

4.2.6 A crise do sindicalismo inglês

O sindicalismo britânico se notabilizou por sua força e estabilidade (Mcllroy, 2002). Até os anos 70, o sindicalismo tinha força para enfrentar os governos, seja por suas ações industrias, seja pelas ações política via o LP. A eficácia da ação dos sindicatos se centrava especialmente na velha indústria manufatureira. Os trabalhadores do aço, carvão, gráfica, docas e motores eram a linha de frente do movimento. O poder dos *barões* dos sindicatos era muito grande. Os mineiros eram liderados por Joe Gormley, os sindicatos do setor de "*Transport and General Workers Union*" (TGWU) por Jack Jones. Inúmeras greves ocorreram, atingindo os correios, a indústria do aço, as ferrovias, as montadoras, etc. Os ministros do governo trabalhista eram cortejados e os do governo conservador foram humilhados por eles (Wilenius, 2004).

Em 1974, os mineiros em greve colocaram em xeque o governo do Primeiro Ministro *Tory*, Ted Heath. Essa derrota foi resultado de um processo desencadeado dois anos atrás. Em 1972, a categoria havia saído vitoriosa de uma greve por melhores salários. Em novembro de 1973, dezoito meses após a greve de 1972, durante o inverno, eles voltam à carga através da decretação pelo NEC do *overtime ban*[46], por rejeitarem a proposta de reajuste salarial do NCB. Com esse movimento, eles reduzem a produção de carvão. A ação dos mineiros provocou um agudo colapso no fornecimento de energia. No mesmo mês, o governo decretou estado de emergência, impondo uma série de restrições ao consumo. Com a continuidade da disputa, o governo é obrigado a impor novas

[46] Proibição de fazer hora extra.

medidas no mês de dezembro. Entre as novas medidas estão a humilhante jornada *three-day per week* no mês de janeiro. Diante da crise política que se estabeleceu, Heath, resolvido a enfrentar os trabalhadores, convocou no dia 07 de fevereiro eleições gerais para 28 de fevereiro cuja palavra de ordem em disputa era "*Who governs Britain*"? Dispostos a enfrentar o governo, o NEC convoca no dia 08 de fevereiro greve para ser iniciada no dia seguinte. Nas eleições Ted Heath foi vencido e sai da *Downing Street*[47] em 04 de março. Com a derrota dos conservadores, os trabalhistas assumem o governo com o Primeiro Ministro Harold Wilson (Winterton e Winterton, 1989).

Outro momento em que ficou patente a força dos sindicatos e o grau de esgarçamento em que se encontrava o *compromisso fordista* foi quando do "*winter discontent*". Nos três primeiros meses do ano de 1979[48], ocorreram greves com durações de semanas. Montanhas de lixo se acumularam pelas ruas das cidades; árvores que caíam não eram recolhidas; mortos não podiam ser sepultados. Um verdadeiro caos. *Liverpool* foi uma das cidades que mais sofreram com as ações reivindicatórias dos grevistas. Os trabalhistas, que tinham até aquela data conseguido controlar os trabalhadores, davam sinais de perder esse domínio (Wilenius, 2004).

O TUC contava em suas fileiras com milhões de trabalhadores. O ápice desse número foi atingido em 1979, oportunidade em que se contabiliza 13,5 milhões de filiados, mais de 55% da força de trabalho inglesa (Mcllroy, 2002). Após essa data, observa-se um declínio constante das filiações, atingindo em meados dos anos 90 algo próximo a 6 milhões de associados inscritos nas organizações sindicais.

---

[47] Endereço da residência oficial do Primeiro Ministro Britânico.

[48] Durante o rigoroso inverno britânico, no qual a temperatura chega a alguns graus abaixo de zero que associado aos ventos e chuva constantes baixam ainda mais a sensação térmica.

Em igual intensidade ocorreu a redução do número de greves. Nos anos 60, as paredes crescem em número e atingem seu ápice no início dos anos 70, quando houve algo em torno de 3.000 paralisações, mobilizando um número de 12,5 milhões de grevistas por ano, entre 1969 e 1974 (Mcllroy, 2002). Esse número foi reduzido para 1.500 em 1979 (Wilenius, 2004). As greves foram reduzidas pela adversidade de condições encontradas pelos trabalhadores. Em 1980, os poderosos trabalhadores do aço foram derrotados na sua greve por salário e, depois disso houve muitas demissões, fragilizando a categoria (Winterton e Winterton, 1989).

Gráfico 11: Filiados ao TUC 1949-2002

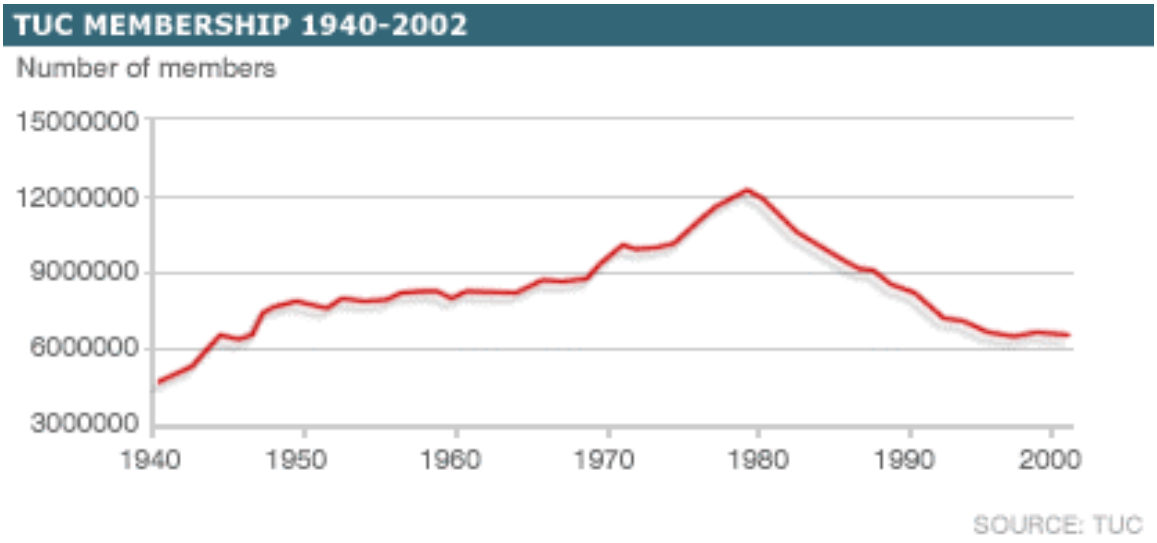


Tabela 10: Número de filiados dos grandes sindicatos – Reino Unido 1980-2000

BIGGEST UNIONS
T&G 1980: 2m 2000: 0.7m
*GMB 1980: 0.9m 2000: 0.7m
*UNISON 1980: 1.6m 2000: 1.3m

*significant mergers
source: TUC

Segundo Richard Hyman (2004) professor de relações industriais da *London School of Economics*, uma das explicações para o declínio do movimento sindical residiu nas mudanças econômicas ocorridas no RU. O decaimento industrial dos anos 70 e a recessão da década seguinte, levaram consigo milhões de postos de trabalho. O ambiente tornou-se muito mais competitivo, passando a ser favorável aos empregadores enfrentarem os sindicatos, ocasionando a redução dos espaços de barganha. A política econômica de Thatcher veio agravar as dificuldades já enfrentadas pelos sindicatos, a recessão dos primeiros anos de seu governo elevou o desemprego para acima de 3 milhões.

A mudança atingiu os grandes sindicatos como o TGWU, GMB, AEEU, que perderam milhares de membros. Os doqueiros, que haviam sido aliados fortes dos mineiros na greve de 1974, encontravam-se agora enfraquecidos e amedrontados pela perda de milhares de empregos (Benoy, 1985). Apesar de ter crescido o número de filiados nos sindicatos do setor público, isso não foi suficiente para suprir a queda nos sindicatos de trabalhadores na manufatura. Nesse processo, categorias importantes como: "*the steel workers*[49], *ASLEF*[50] *the*

[49] Ian MacGregor antes de ser presidente do NCB, foi presidente do *British Steel*. Durante seu mandato ele reduziu em mais de 80.000 o número de postos de trabalho (*Newsletter*, 1998).

Health Service Workers, and the NGA in the Warrington Messenger" (Justice for Mineworkers, 2004) sofreram derrotas nas suas lutas. Trabalhadores de montadoras e unidades têxteis não conseguiram impedir o processo de fechamento de fábricas (Benoy, 1985; Seifert e Urwin, 1988). Para o Hyman, a crise daqueles anos deu início a um processo em função do qual ser um

> *union member has ceased to be social norm, and a new generation has grow up who not only are trade unionists, but whose parents have never been in unions either* (Hyman, 2004).

As mudanças econômicas e a redução numérica dos militantes sindicais foram acompanhadas pelas mudanças inseridas na legislação sindical, proibindo táticas importantes para a luta dos trabalhadores. Norman Tebbit, Secretário do Emprego do governo Thatcher, foi responsável por conduzir as reformas que retiraram dos sindicatos suas proteções legais[51]. Os trabalhadores foram proibidos de: usar piquetes de apoios e ações não oficiais, de bloquear fábricas, portos, prédios públicos. Os sindicatos, por sua vez, foram indiretamente responsabilizados pelas infrações às leis praticadas por seus associados. As votações[52] se tornaram compulsórias. Em função da nova legislação as greves só poderiam ocorrer a partir da aprovação prévia das categorias, em votações com requerimentos complicados e detalhados (Wilenius, 2004; Macllroy, 2002).

Anteriormente, o movimento sindical britânico se caracterizou pela unidade institucional, relativa ausência de fragmentação política, partidária e pela descentralização. Havia uma forte tradição de ações no local de trabalho pela atuação efetiva dos *shopstewards*[53]. Na relação entre patrão, sindicato e Estado, a

---

[50] *Associeted Society of Locomotive Engineers and Fireman* (ASLEF).
[51] A proteção existia pela inexistência de normas proibitórias. Com a regulamentação diversas ações sindicais passaram a ser proibidas.
[52] Passou a ser exigido antes de qualquer greve que os sindicatos realizassem votações com seus filiados ou do contrário as greves seriam declaradas ilegais sujeitas a penalidades, como aconteceu no caso da greve dos mineiros.
[53] Delegado sindical de base.

marca era uma regulamentação voluntária das relações de trabalho. Por mais de cem anos, os conflitos industriais haviam sido mantidos fora das cortes. No RU, não havia uma legislação detalhada, isso o diferenciava dos outros sistemas reguladores nacionais (Macllroy, 2002; Winterton e Winterton, 1989).

> *Até os anos 70, em alguns casos mesmo depois, não existia nenhum direito legal de sindicalização ou de reconhecimento do sindicato, nenhuma obrigação por parte dos patrões em negociar, nenhuma garantia do cumprimento de acordos coletivos por parte das cortes de Justiça, nenhum direito à greve* (Mcllroy, 2002).

Algumas vezes, houve tentativas de normatizar as relações industriais, mas essas não prosperaram. Em 1974, o *Social Contract Act* pôs por terra as normatizações, mas o *inverno dos descontentes* entre agosto de 1978 e maio de 1979 fez desintegrar o contrato. A partir daí foi dado início ao processo de redução de imunidades dos sindicatos, introduzindo no ordenamento jurídico nacional algumas cláusulas, rompendo com o voluntarismo até então existente. Dois desses atos tiveram grande influência sobre a greve dos mineiros: O *The Employment Act 1980*, que restringia a tradicional imunidade dos indivíduos envolvidos em piquetes e o *The Trade Union Act* 1984,

> *which removed the imunity of unions over industrial action authorised or endorsed by a union without reference to a secret ballot* (Winterton e Winterton, 1989).

O Reino Unido sai de um sistema de regulamentação relativa do sindicalismo, para um sistema de muita regulamentação, tornando-se um grande limitador da ação sindical. Esses elementos demonstram que a greve dos mineiros se insere dentro da crise por que vinha passando o sindicalismo britânico, de forma mais aguda desde os fins dos anos 70.

4.2.7 A greve começa em *Yorkshire*

Em 27 de setembro de 1983, o NUM aprova suas reivindicações a serem apresentadas ao NCB. Os trabalhadores reivindicam reajuste salarial e se posicionam contra o fechamento das minas produtivas. Nas negociações, o NCB reafirma sua posição de fechamento das minas, a perspectiva era fechar 70 minas em cinco anos. Era na verdade a continuidade da política que vinha sendo anunciada desde a posse dos conservadores. No mês seguinte, o *Special Delegate Conference* do NUM (SDC) aprova por unanimidade: a) Rejeitar o reajuste salarial apresentado pelo NCB; b) Reafirmar a posição de só aceitar fechamento das minas por exaustão; c) Aprovar a implementação do *overtime ban* a partir de 31 de outubro, caso não houvesse avanço nas negociações (Winterton e Winterton, 1989).

Em outubro, como as negociações não avançaram, os trabalhadores se negam a fazer hora extra. Essa é uma tática usada pelos mineiros britânicos, normalmente antecedendo a convocação da greve. A sua implementação causa prejuízos ao NCB, e ao mesmo tempo reduz os estoques de carvão, tal como em movimentos anteriores já tinha surtido muito efeito. Entretanto, o movimento contra as horas extra também traz problemas para a categoria, pois reduz os ganhos dos trabalhadores, tendo portanto que ser sua aplicação administrada pelo sindicato.

A ausência de horas extras já estava entrando em seu quinto mês, quando em 01 de março, o NCB anuncia o fechamento da mina de Cortonwood em *Yorkshire*. Era sabido que essa mina ainda tinha carvão por mais cinco anos. Em resposta a ação do NCB, o *Yorkshire Concil* aprova greve para ter início no dia 09 desse mesmo mês. Mas, antes mesmo desse dia, na madrugada do dia 06 de março, os mineiros da mina de *Cortonwood* pararam suas atividades. A paralisação desses trabalhadores estava coberta pela decisão aprovada por uma

votação em 1981. Por essa votação, ficou autorizada greve em caso de fechamento de mina sem ser por exaustão[54]. Nesse mesmo dia 06, em reunião do *Coal Industry National Consultive Committee* (CINCC), que reunia o NCB, NUM, NACODS e *Britsh Association Colliery Management* (BACM); o presidente do NCB, Ian MacGregor, anuncia um corte de 4 milhões de toneladas de carvão para o ano seguinte. Isso representava um corte de 20.000 empregos (Benoy, 1985; Callinicos, 1985; Richards, 1996).

O anúncio de MacGregor foi o estopim que faltava. A paralisação dos primeiros mineiros em *Yorkshire* foi logo seguida pelos mineiros de *Scotland*, *South Wales*, em seguida *Kent*. A partir daí, o movimento fez-se em crescente onda conseguindo atingir a esmagadora maioria dos mineiros. A tática usada para irradiar a greve foram os piquetes. Os trabalhadores das minas que entravam em greve saíam para piquetar[55] nas minas que ainda estavam em funcionamento. Esse movimento fez muitas bases se alertarem dos perigos que estavam passando. Os trabalhadores das áreas não inclusas no processo de fechamento, à medida que conversavam nos piquetes com os grevistas, passavam a entender o que significava a continuidade da política do NCB e aderiam à greve. Pesava nesse momento também o respeito à tradição sindical de não atravessar as linhas de piquete. Essas ações de convencimento, fortaleceram o movimento e consolidaram a greve (Callinicos, 1985; Seifert e Urwin, 1988).

Não obstante a adesão dos mineiros, essa greve tinha alguns elementos diferentes da vitoriosa greve de 1974 e mesmo das ações em 1981, que fizeram recuar a política de Thatcher de fechar minas (Benoy, 1985). Diferente da greve de 1974, a qual começou no inverno, a greve de 1984 inicia na primavera, quando

[54] Nesse ano o NCB anunciou em reunião no CINCC a necessidade de fechar 50 minas. Várias áreas fizeram greves isoladas, e o governo recuou na sua política (Benoy, 1985; Winterton e Winterton, 1989).
[55] Os mineiros criaram códigos para informar aos outros o local exato em que se daria o piquete. Apesar desses cuidados muitas vezes eles eram surpreendidos pela presença da polícia o que denotava haver informantes entre eles.

a necessidade de carvão está reduzida pelo fim do inverno. Em 74, os preços do óleo estavam em alta, quatro vezes mais caros, e o governo paralisado por sua política de preços e salários (Winterton e Winterton, 1989; Hannan, 2004). Em 1984, os estoques de carvão eram elevados : 22 milhões de toneladas nas minas e 26 milhões de toneladas nas estações de força[56]. Muitas estações de força haviam trocado o seu combustível de carvão para óleo/carvão. Em muitas minas foi implantado o *Mine Operating System* (MINOS), programa de controle centralizado, o qual reduzia a dependência dos mineiros no funcionamento das minas.

A implantação do MINOS e a substituição do carvão pelo óleo não aconteceram apenas como fruto dos avanços tecnológicos; existiram pelo menos dois documentos produzidos por dirigentes conservadores, demonstrando preocupação com as ações dos trabalhadores e buscando formas de neutralizá-los. A derrota de 1974 tinha sido amarga, havia deixado suas marcas, inclusive em Thatcher, que era membro do governo derrotado. A preocupação desde então dos conservadores era como neutralizar a luta dos trabalhadores (Hannan, 2004).

Em 1973, Wilfredo Miron, dirigente do NCB, escreve um relatório para o presidente do NCB, explicitando a necessidade de reduzir o poder dos dirigentes marxistas no NUM. Para esse executivo, os mais jovens sindicalistas estavam todos, de uma forma ou de outra, contaminados pelo marxismo. Entre os jovens estava Arthur Scargill.

O relatório de Miron denominado "*Plan for Coal*" só veio a público em 1986, falava na mecanização como também na automação das minas, visando tornarem suas direções menos dependentes dos operários. Defendia o fortalecimento dos sindicalistas moderados, no sentido de contrabalançar a força dos marxistas. Por sua proposta, era preciso investir no NACODS e no BACM

[56] Os números sobre os estoques variam, mas ficam nessa faixa. Ver: Winterton e Winterton, 1989.

em detrimento do NUM. Propugnava ainda o fechamento de minas com o intuito de reduzir o exército dos trabalhadores mineiros. Foi a partir dessas preocupações, que foi criado em 1977 o *Area Incentive Scheme* (AIS), o qual fracionava a unidade nacional dos mineiros (Benoy, 1985; Winterton e Winterton, 1989).

O segundo documento, que tinha como objetivo neutralizar a ação política dos trabalhadores, veio a público em 1978, quando o *The Economist* divulgou uma versão do relatório produzido por Nicholas Riddley, *Membre of Parlament* (MP) do partido conservador, que ficou conhecido como "*Ridley Report*"[57]. No documento eram evidenciadas as preocupações que um governo *Tory* deveria ter quando das realizações de privatização, frente às organizações e ações dos trabalhadores. A idéia era não ver reproduzida a catástrofe de 1974. Ridlley analisava a correlação de forças nas áreas mais sensíveis, explicitando em que locais o governo poderia agir com mais força ou não. O objetivo central era evitar o surgimento de mártires como em na década de 70 quando eles foram duramente derrotados (Benoy, 1985; Justice for Mineworkers, 2004).

O *Ridley Report* afirmava que deveria ser evitada a greve nos setores de água e luz. O aço para ele seria facilmente derrotado pelo governo. O carvão estava na faixa de vulnerabilidade intermediária, deveria ser nessa área o grande embate. O relatório apontava ainda que uma das grandes reivindicações seria reajuste salarial. O plano de Riddley previa: a) Garantir estoques altos de carvão, principalmente nas estações de força; b) Elevar as despesas dos sindicatos. Com esse intuito foram cortados os subsídios sociais dos grevistas, obrigando-os a serem sustentados pelos sindicatos e apoiadores; c) Utilizar a força policial para impedir os piquetes; d) Converter as estações de força de carvão para óleo/carvão;

[57] Apesar de todas as evidências, Ned Smith que era dirigente do NCB durante a greve, diz nunca ter ouvido falar dele (Smith, 1997).

d) Contratar motoristas não sindicalizados para transportar carvão; e) Considerar a possibilidade de elevar os salários para as áreas mais vulneráveis (Benoy, 1985; Justice for Mineworkers, Bain, 2004).

A contratação de Ian MacGregor[58] para Presidente do NCB é entendida por muitos, inclusive pelo próprio Scargill, como dentro do espírito de confrontação. MacGregor trabalhou a maior parte de sua vida no USA, país no qual aprendeu o modo americano de confrontação com os trabalhadores e construiu fama de ser anti-sindicato, um "*vicious union buster*". Retornou ao RU em meados da década de 70. Na Grã Bretanha, ele inicialmente vai ser dirigente de uma montadora, depois assume em 1980 a *British Steel*. Nessa última companhia ele ficou com a fama de ter reduzido 80.000 postos de trabalho[59]. Sua posse na presidência do NCB, em 1983, foi anunciada pelo secretário de energia Nigel Lawson e causou polêmica em função dos altos valores pagos a ele. Ao saber que o escocês assumiria a presidência do NCB, o presidente do NUM afirma, "*The polices of this government are clear – to destroy the coal mining industry and the NUM*" (Hannan, 2004; Douglas, 2004).

4.2.8 As fases da Greve

A greve dos mineiros pode ser dividida em quatro etapas: A primeira de março a maio; a segunda, de maio a julho/agosto; a terceira, de agosto/setembro a novembro; a quarta vai de novembro/dezembro até o fim da greve. Na primeira não houve negociações, as partes acumulavam forças, nenhum dos lados

[58] Nasceu em 21 de setembro de 1912, em *Kinlochleven*, no *West Highland*s. Foi educado em *Edinburgh* e *Glasgow*, graduando-se em metalurgia. Trabalhou com seu pai na companhia britânica de alumínio. Foi em missão aos EUA comprar tanque durante a Segunda Guerra Mundial e não voltou. Passou grande parte de sua vida trabalhando nos EUA. Naquele país, em 1966, se tornou presidente da *American Metal Clímax*. MacGregor morreu em 1998, vítima de enfarto.

[59] Essa versão não é aceita por Smith (1997). Ele afirma que o responsável pela derrota dos trabalhadores da *British Stell* na greve de 1980, foi *Sir* Charles Villiers, presidente da empresa na época. Para Smith, MacGregor teria apenas dado continuidade à política de Villiers.

demonstrava pressa em negociar. O NUM lutava para consolidar a greve e o NCB buscava formas de desestruturá-la. O que os dois lados almejavam era negociar apenas quando se sentissem fortalecidos. A guerra de informação fora intensa.

Os números envolvidos na greve, divulgados pelo NCB, eram completamente diferentes dos apresentados pelo NUM. As maiores diferenças diziam respeito aos estoques de carvão/tempo de duração desses estoques e no tocante ao número de fura greves. Na segunda fase, a greve já está consolidada, as negociações começam a ocorrer, mas os dois lados se comportam como não apostando muito nelas, permanece a guerra de informação. Na terceira fase, as negociações ocorrem com a presença do NACODS, ACAS, e TUC. Nesse período a greve tomou uma dimensão tal, que obrigou outros agentes sociais se envolverem. A última fase se caracteriza pelo início da desmobilização. A chegada das festas de fim de ano, o cansaço pelos oito meses de greve, a incapacidade de materializar a tríplice aliança e a determinação do governo em não negociar, começa a surtir seus efeitos sobre uma parte dos grevistas, que começa a retornar ao trabalho.

Foram muitas dificuldades a serem superadas. Uma delas foi tornar a greve nacional, já que a mesma começou de forma espontânea em apenas uma mina, só depois foi alastrando-se. Essa greve, diferentemente da anterior, não foi aprovada em votação específica. Não houve uma votação de toda categoria determinando a greve. A não realização do escrutínio foi um dos maiores óbices enfrentados pelos sindicalistas. Alguns vêem a não realização da votação como elemento fundamental na derrota da greve. A sua não efetivação foi utilizada por muitos para contestar a greve e acusar de anti-democrática a mesma, por tal responsabilizando os sindicalistas envolvidos. O fato de não ter havido o

escrutínio, foi motivo de ação judicial[60] cujo desdobramento impediu o NUM de usar seus recursos. Na hora em que o sindicato mais precisava dos seus "*fundos*", eles ficaram indisponíveis e passaram a ser controlados por interventores. Pela primeira vez em toda sua história o sindicato sofria intervenção (Richards, 1996; Curcuru, 1990).

Outro grande obstáculo foi o aparato da macro-estrutura estatal, seja o governo, seja o judiciário se posicionam frontalmente contra a greve. Centenas de

---

[60] A ação perpetrada por Ken Foulstone e Robert Taylor, mineiros da região de *Yorkshire*, cobrava a ilegalidade da greve pela mesma ter sido convocada sem a votação nacional, portanto uma greve não oficial. Em 10 de outubro um juiz julgou procedente a ação determinando multa no valor de 200.000 libras. O NEC e em seguida o SDC decidem não cumprir a determinação judicial. As duas instâncias de decisão do NUM entendiam que se acatassem a ordem da Corte estariam violando o espírito e as normas dos seus estatutos além de romper com os princípios do *Trade Union Congress Wembley Conference*. Em função desse descumprimento em 25 de outubro a Alta Corte indicou *sequestrators* para administrar os recursos do sindicato. O interventor não efetuou o pagamento dos funcionários, aposentados ou de qualquer outro tipo de conta. O NUM ficou sem condição de colocar em funcionamento sua gráfica ou qualquer outra estrutura. Apesar das suas crescentes obrigações em função da greve, o sindicato estava impedindo de honrá-las. Não tinha nem como pagar suas taxas de filiação ao TUC, ao *Labour Party*.

Os sócios, não obstante continuarem pagando em dia suas obrigações com o seu sindicato, não obtinham o devido retorno da sua entidade que estava completamente sem recursos. As contribuições dos filiados eram repassadas pelo *Coal Board* diretamente ao interventor. Além dos seus poderes sobre os recursos do NUM, o interventor ameaçava entrar com ações na justiça contra o TUC ou qualquer um que quisesse ajudar o NUM financeiramente, na sua visão ajudar ao NUM significava descumprir a decisão da Corte.

O NUM além de estar sem dinheiro para fazer a necessária disputa política durante a greve ainda era obrigado a conviver com a provocação e desrespeito aos seus princípios levados a cabo pela intervenção. O sindicato nacional dos mineiros tinha uma política bastante clara, conhecida publicamente, de não manter qualquer tipo de relação com as companhias Sul Africanas, a despeito disso, o interventor em 1984 fez operações financeiras usando os recursos do sindicato com bancos ligados a África do Sul. Outra provocação e prova da posição política dos interventores foi a disparidade no tratamento dado ao NUM e à base sindical de *Nottinghamshire*. Enquanto a primeira era privada de tudo, apesar de ter obrigações nacionais, a segunda recebia recursos para pagar seus funcionários, tocar sua estrutura, além de dinheiro para viabilizar propagandas que naquele momento eram usadas contra o NUM.

Diversos subterfúgios foram utilizados pela justiça para evitar que os mineiros obtivessem de volta os seus recursos. As medidas protelatórias prolongaram-se por meses depois da greve e mesmo após os donos da ação terem retirado a mesma por compreenderem ser necessária a entidade ter seus recursos de volta. A posição da corte em continuar mantendo sob custódia os recursos do NUM traduz a disposição do aparato de Estado contra os trabalhadores.

É interessante ressaltar, entretanto, que só foi possível o seqüestro dos bens do NUM, em função do pacote de medidas legais legislando sob as relações industriais, criado pelo governo trabalhista em 1974, no seio das tentativas de controlar as demandas dos trabalhadores, "t*he 1974 Labour Government's Trade Union and Labour Relations Act, such an attack on a union by a receiver would have been impossible […] removed an immunity for trades unions which had previously existed for decades"* (Justice for Mineworkers, 2004). Antes deste ato, portanto, era praticamente impossível para a Corte ter conseguido base legal para agir contra os sindicatos (Justice for Mineworkers, 2004).

sindicalistas foram levados às barras da justiça por estarem fazendo piquete e eram soltos condicionalmente, sob fiança. As prisões limitavam a capacidade dos militantes e dos sindicatos. Alguns foram presos mais de uma vez. A cada nova prisão, aumentava os valores da fiança, dificultando ainda mais a já precária situação financeira do sindicato, obrigando-o a afastar os sindicalistas presos das atividades de maior enfrentamento (Fletcher, 2004). Multas foram impingidas ao NUM e aos sindicalistas durante o decorrer da greve. As posições da Alta Corte eram sistematicamente desfavoráveis aos trabalhadores em luta[61].

4.2.9 Thatcher e a greve

Apesar de Thatcher[62] ter afirmado no início do processo que não se envolveria na greve por se tratar de uma "*disputa industrial*", fazia exatamente o contrário, colocou todo o seu aparato contra os grevistas (Curcuru, 1990). Segundo o Lorde Peter Walker, na época Secretário de Conservação de Energia do governo, Thatcher teria dito a ele,

> *Almost certainly in this Parliament we'll have an attempt by Scargill to have a major strike. He tried three times in the last government and I'm sure he'll keep on trying. I want you to handle it* (Walker, 2004).

Fruto dessa orientação, ele preparou um pacote de medidas para serem aprovadas pelo Parlamento, garantindo, assim, uma vitória do governo em uma votação sobre a greve "*..if approved, I get a strike ballot..*" (Walker, 2004).

As palavras de Ned Smith (1997) reafirmam ter sido política de governo as ações contra os grevistas,

> *Our government, that is the Prime Minister and other Ministers, informed the House of Commons and the British public that the strike*

[61] Em 08 de julho a alta Corte declara a Conferência Anual do NUM como ilegal.
[62] Pronunciamento em 11 de maio.

> *was not political. It was an industrial dispute which must be settled by negotiation within the industry. Privately, however, they employed agents to influence events to obviate the possibility of settlement by agreement, with the objective of defeating the striking miners and their fam ilies through dire need… in the sense that they had chosen to strike…*

Thatcher instruiu o NCB a não negociar e de forma habilidosa fazia acordos com outras categorias, evitando que as mesmas se envolvessem de alguma forma no processo de greve. Quando essas negociações não resolviam, o governo acionava a direção da empresa estatal a fim de ameaçar com demissão todos que fizessem greve de apoio, ou participassem de ações que fortalecessem os grevistas. Thatcher fez mais, tratou os grevistas convertendo-os na figura dos "*inimigos internos*". À medida que hegemonizava a sociedade com essa figura de linguagem, o seu governo legitimava o uso de toda a dureza dos instrumentos de Estado contra os grevistas. Eles na prática perdiam a proteção de serem cidadãos britânicos. Eram inimigos do Estado britânico, portanto; contra os inimigos é legítimo o uso de toda força necessária. O desejo de derrotar os sindicatos de uma vez por todas já havia sido expresso anteriormente por Thatcher,

> *We had to fight the enemy without in the Falklands. We always have to be aware of the enemy within, which is much more difficult to fight and more dangerous to liberty* (Wilenius, 2004).

Essa questão foi trabalhada exaustivamente pela direita na mídia. A tática deles era tornar senso comum a sua política neoliberal privatista. Todos os que a ela se opusessem, eram tratados como inimigos internos.

4.2.10 A mídia

A mídia foi outro setor a se posicionar frontalmente contra os grevistas. Os noticiários eram acentuadamente desfavoráveis à greve. Eles omitiam

informações e deturpavam os fatos (Schwar e Foutain, 1985). Uma análise de Dave Douglas, dirigente do NUM, sobre documentários da greve produzidos pelo *Channel 4* e *BBC* reflete bem como eles foram tratados pela mídia,

> *To call this programme a 'documentary' would be a travesty of the English language. It is, however, a fairly good representation of the kind of lies, half-truths and bias we got for 12 months by the bulk of the press and TV news channels* (Douglas, 2004).

Diversos são os momentos em que ficam explícitas as posições patronais da mídia. Dois desses momentos deixam claro o baixo nível da disputa. Na batalha de *Orgreave*, a mídia trocou a seqüência dos fatos. A *BBC* mostrou os trabalhadores atacando a polícia e, em seguida, esta revida. Na realidade, tinha acontecido o inverso. O piquete, apesar de envolver em torno de 5.000 pessoas, era pacífico. A polícia chegou agindo de forma truculenta, usando cavalos, cães e cassetetes, batendo e prendendo as lideranças. Nesse enfrentamento, Arthur Scargill foi preso. A realidade desses fatos só veio a público, anos depois, quando em 03 de julho de 1991, sete anos após o incidente, a BBC reconhece seu engano.

> *The BBC acknowledged some years ago that it made a mistake over our sequence of events at Orgreave. We accepted without question that it was serious, but emphasized that it was a mistake made in the haste of putting the news together. The end result was that the editor inadvertently reversed the occurrence of the actions of the police and the pickets* (BBC, 1991).

Outro momento elucidador do comportamento de classe da mídia foi o caso *Daily Mirror*. No dia 05 de março de 1990, cinco anos após a greve dos mineiros, o jornal *Daily Mirror* de propriedade de Roberto Maxweel publica uma extensa matéria na qual é contada uma escabrosa história envolvendo o presidente do NUM, Arthur Scargill, o secretário geral do NUM, Peter Heathfield, um ex dirigente do NUM, Roger Windsor, Jim Parker, ex-motorista de Scargill e Kadaffi, presidente da Líbia. Pela matéria construída a partir das informações de

Windsor, Scargill e Heathfield teriam desviado para uso pessoal (pagamento de hipoteca de casa, etc.) parte dos recursos enviados por Kadaffi para ajudar na greve dos mineiros 1984/85. A história do empréstimo líbio envolvia toda uma série de elementos pelos quais o dinheiro teria chegado de forma ilegal às mãos dos dirigentes. Falava-se também de recursos da ordem de 1 milhão de libras, doados pelos mineiros russos, que teriam passado por bancos suíços e irlandêses (Routledge, 1994; Justice for Mineworkers, 2004).

A publicação dessa matéria exigia do *Daily Mirror* uma extensa investigação sob o codinome de *Operation Cyclops*. Jornalistas e recursos teriam sido destinados pela redação para a referida informação. Com a publicação da reportagem, o NUM e seus dirigentes retornaram ao cenário central da mídia como desonestos e aproveitadores.

A verdade só viria a público 12 anos depois quando Roy Greenslade, antigo editor do *Daily Mirror*, em uma entrevista publicada no dia 27 de maio de 2002, no *The Guardian*, conta os fatos que envolveram as investigações do jornal, o editor assume o erro e pede desculpas aos dirigentes do NUM.

> *I am now convinced that Scargill didn't misuse strike funds and that the union didn't get money from Libya. I also concede that, given the supposed wealth of Maxwell's Mirror and the state of NUM finances, it was understandable that Scargill didn't sue....I can't undo what has been done, but I am pleased to offer the sincerest of apologises to Heathfield and to Scargill, who is on the verge of retirement. I regret ever publishing that story. And that is the honest truth* (The Guardian, 2002).

Com a publicização dos fatos verdadeiros, veio à baila também a possível ligação de Windsor com o serviço de inteligência do governo britânico (M15). Outro fato importante acontecido dias antes de Roy Greenslad assumir seu engano, foi a alta Corte francesa ter em última instância determinado a Roger Windsor a devolução de 29.000 libras que ele assumiu ter recebido do sindicato.

Essa ação estava sendo movida desde 1994 pela *International Energy and Miners Organisation* (IEMO) com sede na França, país no qual Windsor estava morando. Outras ações continuaram sendo movidas pelo NUM, desde que foi publicada a matéria a um custo aproximado de 750.000 libras.

A ação da polícia contra os piquetes foi outra grande diferença em relação a movimentos anteriores dos mineiros. Nessa greve a presença da polícia foi ostensiva e truculenta. Mineiros chegaram a ser retirados das suas casas durante a noite. Vilarejos foram cercados. Reuniões e clubes foram invadidos de forma ilegal. Cavalos, cães e cassetetes foram usados de forma indiscriminada. As ações dos policiais visavam a impedir a realização dos piquetes e intimidar os grevistas. O NCB e os policias agiam em conjunto, com a agência estatal cedendo seus instrumentos de observação nos canteiros, para serem utilizados na espionagem dos grevistas fora dos portões das minas (Seifert e Urwin, 1988; Callinicos, 1985; Curcuru, 1990).

Agentes *M15* se infiltraram entre os trabalhadores. Foram descobertas roupas usadas pelos piqueteiros e manuais ensinando a dispersar piquetes. (Wilenius, 2004; Winterton e Winterton, 1989). Enquanto o policiamento foi feito pelos policiais dos próprios vilarejos, a relação foi razoável, porém quando começaram a vir policiais de locais distantes dos campos de carvão, principalmente a Polícia Metropolitiana, as arbitrariedades se multiplicaram (Brunt, 2004). Os mineiros passaram a ser motivo de escárnio por parte dos militares, alguns chegando a dizer, "*Keep it up lads, I'm going to go on my Caribbean holiday with my overtime*" (Vipond, 2004).

4.2.11 A lenda Scargill

Os diversos elementos já elencados anteriormente denotam como a greve foi travada contra todo o aparato do Estado. Ela simbolizou posições limites. De um lado havia a direita radical, Thatcher condutora maior do pensamento neoliberal e seu *staff*, dentre os quais encontrava-se Ian MacGregor, operador da política no *front* industrial. Por outro lado, à frente dos trabalhadores mineiros, havia uma nova geração de militantes formadores de uma esquerda também radical. A nova formação de ativistas mineiros foi composta durante as ações que ocorreram entre o final dos anos 60 e início dos anos 70. A postura aguerrida desses novos militantes foi decisiva para que o NUM convocasse a greve geral da categoria em 1972, a primeira depois da fracassada greve de 1926[63].

Um evento ocorrido durante a greve de 1972 é particularmente importante para esclarecer o que viria acontecer anos depois. Os mineiros da região Yorkshire conseguiram mobilizar um total de 15.000 piqueteiros, sitiando o *Saltley Gate coke plant*, próximo à cidade de *Birmingham.* A polícia foi forçada a fechar os portões para proteger o suprimento, o que ao mesmo tempo impedia a circulação do carvão, isto era exatamente o intento dos piqueteiros. Para muitos, esse foi o episódio que deu a vitória aos mineiros e serviu de exemplo para suas ações em 1974, quando derrubaram o governo de Heath. Essa vitoriosa ação foi dirigida por um desconhecido oficial do NUM da *Yorkshire Area* – Arthur Scargill (Hannan, 2004).

Das ações em 1972 nasceu a lenda Scargill. Era um líder diferente da velha esquerda e da velha direita (Benoy, 1985). No ano seguinte, 1973, ele conquista a presidência do *Yorkshire Area*[64]. A sua influência e dos setores mais à esquerda

[63] Na greve de 1926 os mineiros saem derrotados e só fazem uma nova greve geral da categoria nos anos 70.
[64] Área notabilizada pela forte militância mineira e por ser responsável por quase 1/3 da força de trabalho e da produção.

continua crescendo até ganhar as eleições gerais para a presidência do NUM em 1981[65]. A vitória foi acachapante, Scargill obteve 70,3% dos votos, contra 17,3% do seu adversário. Com essa vitória a esquerda assume a direção do *Natinonal Union* of *Minerworkers* (Benoy, 1985; Seifert e Urwin, 1988; Winterton e Winterton 1989; Routledge, 1994).

A ascensão dos setores mais à esquerda na direção do NUM era um movimento de direção e sentido contrário à ascensão dos neoliberais no governo. Enquanto os thatcheristas assumem o governo a partir de uma pragmática neoliberal, Scargill assume a direção do sindicato fazendo campanha contra a privatização e o fechamento das minas[66]. Alguns esperavam que ele mudasse, mas isso não ocorreu. O antagonismo desses dois movimentos teria que em algum momento ser resolvido, foi justamente isso que significou a greve dos mineiros britânicos. Uma disputa de modelos de sociedade, confronto de políticas díspares e concepções econômicas opostas. De um lado o individualismo como forma de inserção social e o mercado como senhor absoluto de todas as coisas. Do outro lado a perspectiva de buscar saídas coletivas, de se encontrar alternativas sociais à busca incessante de lucro do capital.

4.2.12 Três grandes problemas

Os grevistas tiveram que enfrentar ainda três outros grandes problemas no decorrer da greve: A não consolidação da *tríplice aliança*, a divisão no próprio NUM e a capacidade limitada do TUC e do *Labour Party* já expressa em lutas anteriores (*Justice for Mineworkers*). A tríplice aliança era formada pelos sindicatos do carvão, dos ferroviários e do aço; o NUM, o *National Union*

[65] Scargill sai da presidência do NUM ao se aposentar com 64 anos.
[66] Scargill em campanha, viajou por toda a Grã Bretanha se posicionando frontalmente contra a política de fechamento das minas (Benoy, 1985).

Railwaymen (NUR) / ASLEF e *Iron and Steel Trades Confederation* (ISTC) respectivamente. Esses sindicatos tinham tradição de atuarem juntos. Como o processo produtivo dessas três categorias está intrinsecamente interligado, a existência ou não da solidariedade delas entre si mostrou-se fundamental no desfecho de outras lutas.

Na greve dos mineiros de 1984/1985, diversas tentativas foram feitas pelas direções dessas entidades, no sentido de paralisar o transporte e o uso do carvão, mas não conseguiram êxito (Curcuru, 1990). Reunidos em 27 de março, a *tríplice aliança* e seus aliados fecharam questão em torno da greve. As ações aprovadas diziam respeito a piquetes e paralisações industriais conjuntas. A intenção era evitar o transporte do carvão, fechar ferrovias, rodovias e docas. *O National Union of Seamen* (NUS) se comprometia a impedir a entrada de carvão importado. O ASLEF instruiu seus membros a não cruzar as linhas de piquetes, o TGWU fez o mesmo.

A realidade entretanto se evidenciaria maior do que a vontade das lideranças. O carvão continuou, apesar das dificuldades criadas pelos trabalhadores e suas lideranças, sendo transportado e consumido, seja pelo indústria do aço, seja pelas estações de força. As categorias estavam com dificuldades nas suas bases. O melhor exemplo são os trabalhadores do aço; eles ainda não tinham se recuperado da derrota da greve de 1980 e amargavam muitas demissões na base. Durante a greve, em diversos momentos, as categorias[67] decidem apoios, mas depois as ações não se confirmam como esperado[68]. Esses problemas se arrastam até setembro quando definitivamente saem das

[67] Além dos sindicatos já mencionados os gigantes *Transport and General Worker´s Union* (TGWU) e *General Municipal Boilermarkers' and Allied Trades Union* (GMBATU) também apóiam os mineiros.
[68] Em 08 de julho os doqueiros convocam uma greve nacional contra o uso de trabalhadores não sindicalizados para enfraquecer a greve dos mineiros. Em 21 de julho, entretanto, a greve termina.

mobilizações os doqueiros e ferroviários, esses últimos por pressão da *British Rail* (Seifert e Urwin, 1988; Winterton e Winterton, 1989;).

A divisão na sua própria base foi outro grande problema enfrentado pelos mineiros. A esmagadora maioria das áreas entrou em greve, entretanto em algumas delas, existiram problemas. As regiões de *Nottinghamsire* e *Staffordshire* foram as que mais oposições fizeram à greve (Benoy, 1985; Curcuru, 1990). Historicamente essa é uma região de militantes mais moderados politicamente (Seifert e Urwin, 1988; BBC, 2004). Não obstante, nas outras greves eles participaram de forma mais efetiva do que na greve de 1984/85.

Diversas lideranças sindicais dessa região se opunham à greve, o argumento para isso era a não existência da votação nacional. *"NUM rules said a national strike needs a national ballot"* essas são as palavras de Neil Greatrex presidente do *Union Democratic Mineworkers* (UDM) para explicar o porquê de sua não adesão à greve (Greatrex, 2004). Os *breaking-strikes* chegam a criar nessa área o W*orking Miners Committee*, visando a organizar os fura greves para o retorno ao trabalho.

Apesar da presença de piqueteiros de várias partes da Grã Bretanha, nessa região não se conseguiram parar por completo suas minas. Durante a greve a continuidade da produção das minas de *Nottinghamsire* foi responsável por manter o fluxo de carvão para as estações de força. Diferentemente do que afirmou o próprio Scargil[69], parar a produção de *Nottinghamsire* era vital para o sucesso da greve (Winterton Winterton, 1989). Dessa região saíram os líderes dos *breakways*, fundadores em outubro de 1985 da UDM[70], estabelecendo

[69] Em 30 de abril Scargill afirma que a greve seria vitoriosa mesmo sem a região de *Nottinghamsire*.
[70] Esse sindicato se mostrou incapaz de articular grande número de trabalhadores, limitando-se apenas à região.

definitivamente o racha na categoria dos mineiros e quebrando o monopólio sindical existente ate então (Personal Stories, 2004).

O terceiro grande óbice ao sucesso da greve foi a posição do TUC e *Labour Party*. Essas duas grandes organizações poderiam ter buscado articular nas suas áreas de atuação específicas maior suporte para a greve. O TUC poderia no campo sindical, jogar o papel de articulador das demais categorias em apoio ao NUM. O LP poderia ter feito o mesmo papel na arena política. O Partido Trabalhista poderia usar seu espaço político não só para articular apoios políticos e financeiros, bem como para denunciar de forma enfática o desrespeito dos direitos dos grevistas perpetrados pelo Estado britânico através dos seus documentos oficiais. Os trabalhistas poderiam ter exercido uma intervenção mais direta na contra ofensiva da mídia, teriam condição de divulgar informações corretas sobre a greve usando sua estrutura; tinham força para pressionar o Parlamento em um debate sobre a real situação do carvão. Muito pouco disso foi feito. Mas o comportamento dessas duas organizações se mostrou na maioria das vezes vacilante (Seifert e Urwin, 1988, Winterton, Winterton, 1989, Routledge, 1994). Tanto o LP como o TUC, explicavam seu comportamento pelo fato de não haver acontecido o escrutínio. (Seifert e Urwin, 1988; Bain, 2004). A crítica geral era que os líderes do movimento manipularam no sentido de levar os mineiros para fazerem ações que não queriam (Benoy, 1985).

O governo em suas ações associou repressão com política de aliciamento. A sua tática era impedir o transbordamento do movimento para outros setores. Os governantes buscaram evitar o uso direto de qualquer tipo de instrumento legal que se soubesse ir de encontro às tradições históricas do TUC. A tática já evidenciada anteriormente de evitar transforma-los em mártires. Dentro dessa lógica de não dar motivos explícitos às ações de apoio do TUC, o governo evitou usar as novas leis anti-piquete contra os mineiros e evitou "*provocative pay offers*

to other public setor workers" (Bain, 2004). Apesar desses cuidados o governo soube aproveitar as oportunidades para evitar um possível efeito cascata. Em 05 de junho o *Daily Mirror* revela que o governo concordou em aceitar as reivindicações dos ferroviários "*to divorce them from the miner´s dispute*".

Não obstante a greve ter se iniciado em março e desde então líderes do NUM cobrarem apoio do TUC, somente em julho ocorre a primeira reunião entre lideres das duas entidades, nessa reunião Scargill entrega pauta de reivindicações na qual era cobrado:

a) *No Trade unionist should cross picket lines*;
b) *No industry should accept supplies of iron or coal or anything else delivered by scabs*;
c) *Assitance with food and money* (Routledge, 1994).

Apesar dos apelos anteriores, apenas em agosto ocorre a primeira reunião formal do TUC *General Council* para tratar da greve. Para Ned Smith o *turning point* para o governo e patrões vencerem os trabalhadores em greve foi o fato de o TUC não ter fechado questão quanto a impedir os pelegos de movimentarem o carvão (Justice for Mineworkers, 1998).

Poucos meses antes da greve Neil Kinnock foi eleito presidente do LP. Seu comportamento em relação ao movimento grevista era de críticas. Ele questionava o fato de não ter havido o *ballot.* Apenas em 30 de novembro ocorre a primeira reunião entre Scargill e Neil Kinnock para discutir a greve. Kinnock, embora afirmasse apoio à greve, concentrava seu discurso em combater a violência. Por sua fala parecia que os excessos eram cometidos igualmente pelos policiais e pelos piqueteiros. Suas palavras eram iguais às de outros membros do LP, que ao combater a violência faziam veladamente crítica aos lideres do movimento. Neil dizia apoiar os grevistas, porém não fazia criticas ao governo (Fountain, 1985).

4.2.13 Os apoios

As dificuldades enfrentadas pelos grevistas foram inúmeras, conforme se fizeram enumerar anteriormente, o que explicaria o fato deles terem suportado seu movimento por tanto tempo, contra toda sorte de adversidades? A explicação para esse fato se encontra fundamentalmente nos apoios recebidos. Os mineiros não estavam sós. Se o apoio do TUC e *Labour Party* enquanto direção geral, cúpula, foi limitado, o mesmo não pode ser dito no tocante às bases dessas duas agremiações. Muitas foram as organizações sindicais de base que se mobilizaram em apoio aos grevistas, na Grã Bretanha e em outros países. Apoiavam com dinheiro, usando seus militantes nos piquetes, e negando-se na medida das suas organizações, a executar ações que pudessem fragilizar a greve. Da mesma forma muitos foram os MP do *Labour Party* que apoiavam explicitamente a greve[71] (Curcuru, 1990).

Houve também muitos apoios nos vilarejos. Neles os moradores foram solidários doando alimentos, roupas e participando das manifestações puxadas pelos grevistas. Vieram doações e brinquedos de muitos lugares do mundo, notadamente durante o natal. Foram criados diversos tipos de fundos a exemplo do fundo da bota e sapato da cidade de Durham e Grupo Gay, de Londres. Essas diferentes organizações coletavam roupas e alimentos pelas cidades. Muitas vezes os apoiadores foram impedidos de realizar suas coletas pela polícia. Ficou registrado um caso pitoresco, quando uma criança jogou o seu ursinho em um policial que queria impedir o seu pai de fazer doação.

Sem dúvida alguma a mais marcante das organizações de apoio foi o *Women´s Suport Group*. Formados fundamentalmente, pelas mulheres esposas e parentes dos mineiros grevistas, esses grupos percorriam toda a Grã Bretanha em

[71] Eles estabeleceram inclusive a contribuição de 5 libras por mês para os grevistas a partir de maio.

busca de apoio aos seus homens na luta pela defesa dos seus empregos. Faziam de tudo, desde recolher alimentos de porta em porta, cozinhá-los coletivamente, organizar palestras e debates até participar junto com seus filhos dos piquetes. Muitas foram presas e algumas permaneceram na política após a greve (Stead, 1987; Suddick, 2004). As organizações de mulheres foram as que mais contribuiram para sustentação da greve, (Curcuru, 1990). "*the kitchen and food parcels organised by the womes´s group probably sustained the strike more than any other factor*" (Winterton, 1989). Os grupos de mulheres foram importantes para o movimento e para as próprias mulheres, conforme depoimento de uma das suas lideranças, "*I think a lot of women proved there were things they had never, ever done before that we were now capable of doing*" (Williams, 2004).

4.2.14 Conclusões

Muitas são as questões envoltas nessa greve. Vários outros aspectos, afora os apresentados podem ser evidenciados como componentes de suas circunstâncias. Diversas outras questões e polêmicas poderiam ser aventadas, como por exemplo a questão do fornecimento de uma cota de carvão à indústria do aço pelos grevistas. Isso foi uma decisão acertada ou não? Houve no seu decorrer momentos em que se teve a greve como vitoriosa, entretanto isso não se verificou, por quê? Esses e outros elementos poderiam ter sido objeto de análise. Com certeza não esgotamos todos, todavia, acreditamos que as informações aqui apresentadas hão de ser suficientes para que possamos articulá-las a guisa das conclusões, mesmo porque o interesse é buscar concatenar os dados ora apresentados com a greve dos petroleiros de 1995.

A primeira questão que vem a tona é a impossibilidade de compreendermos a greve dos mineiros britânicos, iniciada em março de 1984, em

todas as suas dimensões, se não buscarmos entender as mudanças políticas e econômicas que estavam ocorrendo na Grã Bretanha desde os anos 60.

A política de fechamento das minas foi a expressão da crise do compromisso fordista nos campos de carvão. Essa mesma crise já havia atingido diversos outros setores da economia britânica, trazendo demissão, desemprego e perda de direitos.

A crise da economia britânica se inseriu dentro da crise de reprodução do capital, que se iniciara na transição entre as décadas de 60/70 no centro do capitalismo mundial. As medidas adotadas no sentido de buscar saídas para o capital foram levadas a efeito a partir da pragmática neoliberal em oposição ao *welfare state*. As decisões se fundam: a) na abertura da economia para o capital internacional; b) na privatização das empresas estatais e do serviço público; c) no monetarismo e desregulação financeira; d) na redução dos direitos e garantias dos trabalhadores.

Os conjuntos das práticas neoliberais não surgiram de forma aleatória, nem de forma abrupta na Grã Bretanha. Houve muita construção teórica anterior. Uma nova forma de pensar e se relacionar na sociedade, econômica, social e politicamente foi sendo reformulada pelos intelectuais orgânicos do capital. Encastelados nas organizações de cariz conservador e utilizando notadamente a mídia, os escribas a serviço da "*mais valia*" colonizaram e tornaram hegemônicos conceitos, como o individualismo e o patriotismo de direita a muito desmobilizados na Ilha.

A vitória eleitoral que originou o governo thatcherista não significou apenas mais um movimento pendular dos eleitores. Foi de fato o resultado da incapacidade da esquerda trabalhista de encontrar alternativas viáveis. Representou o desfecho de uma crise de longo prazo na qual estava inserida a

sociedade britânica, e mais do que isso, significou a tomada do poder de Estado por uma concepção já razoavelmente hegemônica no seio daquela sociedade. Tanto isso é verdade que Thatcher se manteve no poder por um longo período tendo conseguido por em prática todo um conjunto de ações articuladas anteriormente.

O objetivo da administração da *Dama de Ferro* não era periférico, mas visava alavancar mudanças profundas naquele país. A proposta era mesmo fazer retroceder todo o aparato sócio/econômico/político e social, erigido no período dominado pela concepção keynesiana, levado a efeito dentro do compromisso fordista envolvendo o Estado, o capital e o trabalho. Dentro do marco teórico neoliberal, eram adversários do governo, "*inimigo interno*", todos os que se colocassem contra o seu processo de transformação.

O compromisso fordista, que estava assentado sobre o tripé Estado/capital/trabalho, já havia perdido dois de seus integrantes nas décadas de 60 e 70. O Estado e o capital já haviam abandonado o pacto, restava apenas o terceiro elemento. A categoria trabalho[72] teimava em continuar defendendo uma forma de organização societal que vinha desde há muito dando sinais crescentes de insuficiência, até porque, mesmo durante os seus melhores anos a prática keynesiana, objetivada no *welfare* não tinha sido capaz de resolver em essência os problemas inerentes a contradição do metabolismo produtor de mercadoria. A sociedade permanecia excludente no seu cerne, mesmo que de forma minorada.

Não lhes parecia restar outra saída para os representantes do capital se não utilizar os meios a sua disposição para neutralizar a ação dos trabalhadores que com suas ações visavam a impedir a formatação do novo arranjo. A crise de reprodução do capital e as alternativas utilizadas para enfrentá-la, tais como; o

[72] A rigor os trabalhadores e seus representantes, sejam as organizações sindicais, sejam as suas organizações político-partidárias.

monetarismo, as privatizações e a abertura de mercado, provocaram fechamento de muitas unidades industriais com o aumento conseqüente do desemprego e queda na qualidade de vida. Grande número da Classe Trabalhadora britânica já havia sido nocauteada. A neutralização da maior parte dos trabalhadores já houvera ocorrido no decorrer do processo de consolidação do neoliberalismo. Alguns estudos deixam explícito que as lutas operárias (greves, boicotes, operações padrões) crescem à medida que a economia cresce e, quando a economia entra em crise, as lutas também se tornam menos freqüentes.

Não sem luta os trabalhadores britânicos estavam enfrentando a nova política. Houvera resistências, greves, mas a cada investida dos trabalhadores havia o endurecimento do outro lado, obrigando-os a recuar. Isso ocorreu com os trabalhadores gráficos, do aço, etc. Mesmo as organizações históricas dos trabalhadores como o TUC e o *Labour Party* já haviam, ao longo desse período de crise, dado demonstrações de suas limitações.

O LP foi responsável por algumas mudanças "*cirúrgicas*" na economia e na legislação, que depois foram continuadas de forma radicalizada pelos conservadores. Os trabalhistas não conseguiram enquanto governo apontar saídas rompendo com a lógica do capital. O TUC por sua vez assistia a uma continuada redução do seu exército. O desemprego, ao tempo que reduzia o número de trabalhadores a disposição da luta, amedrontava os que ainda permaneciam no mercado de trabalho e reduzia as receitas dos sindicatos. Em um momento em que mais as entidades sindicais precisavam de recursos esses minguavam. Seja pelas limitações estruturais, seja pelos problemas de formulação de ordem política ideológica, o TUC não conseguia articular no espaço sindical, lutas e alternativas de combate as políticas neoliberais.

Em um contexto de derrotas restavam os poderosos *mineworkers.* Pelo tamanho da sua base, nível de organização, importância econômica e história de

luta, os mineiros ainda tiveram força para se insurgir e se manter na luta por um ano, contra toda aquela política. A greve não foi na verdade uma iniciativa organizada e política decidida pela direção do NUM. Surgiu em um primeiro momento de forma expontaneista e só em um segundo momento foi assumida pela direção. A decisão de começar a greve foi apenas de uma mina, não foi articulada pela direção do movimento. Não obstante, estar ocorrendo fechamento de minas gradual e continuadamente, o sindicato nacional dos mineiros o NUM, apesar de se posicionar veementemente contra essa política em todos os seus fóruns, efetivamente não puxou greve.

O fato de o sindicato não chamar greve geral até os mineiros da região de *Yorkshire* saírem na frente já denota problemas sérios. A sua direção era inegavelmente combativa. O seu presidente tinha uma longa história de lutas. Qual a explicação de Arthur Scargill assistir o esvaziamento da sua categoria de forma lenta e gradual sem fazer uso até então da sua maior arma, a greve? Foi via greve que os mineiros ajudaram a derrotar um governo conservador. A resposta para isso nos parece residir no fato de a direção ter clareza das dificuldades da nova situação. O NUM estava acompanhado o que acontecia nas outras categorias e percebia o retrocesso.

Muitas são as conclusões que podem ser tiradas quando se aprofunda na questão na busca de explicações para os seus resultados. Uma das questões levantadas como negativas foi a data em que a greve se iniciou. Ela começou no fim do inverno quando a necessidade de carvão está reduzida. Para alguns a greve deveria ter sido iniciada durante o pleno inverno, mas isso não quis dizer muita coisa quando observamos que ela continuou e por todo o inverno do ano seguinte e nem por isso o NCB recuara.

Outra questão levantada como equívoco teria sido a tática de se priorizarem os piquetes nas usinas de aço. Para os que pensam assim a prioridade

deveria ter sido sobre as estações de força. Embora se esquecessem eles que essas estações já possuíam carvão armazenado. Fala-se muito que foi a falta da votação o responsável pelo insucesso do movimento, mas novamente deixa-se de lado que mesmo sem *ballot* mais de 2/3 da categoria entraram na greve, de tal modo verificou-se sim, o apoio de base à greve. Outra leitura atribui o seu insucesso às posições do TUC e LP; para aqueles que enxergam assim, a falta de apoio dessas duas organizações foi responsável determinante pelo resultado. O que no caso precisa ser registrado é que mesmo sem a decisão formal dessas duas entidades gerais as suas bases entraram na greve.

Muitas e importantes categorias se somaram a greve dos mineiros. Doqueiros, trabalhadores do aço, ferroviários, motoristas e mineiros de outros países, tiveram uma participação direta seja com dinheiro, seja se incorporando a greve nos piquetes e ações de solidariedade. Algumas dessas categorias chegaram a decretar greve de apoio, mas não conseguiram praticar suas decisões por um longo tempo. Esses dados explicitam que não faltou apoio. Com certeza ações mais incisivas do TUC e LP organizariam melhor a luta, aumentariam o poder de fogo dos mineiros, mas nada garante teria sido isso suficiente para mudar o cenário. As categorias aderentes voltaram ao trabalho não por falta de decisão de suas direções, mas por falta de condição nas bases.

A greve dos mineiros foi um movimento de resistência, não buscava avanços, mas tentava evitar o retrocesso. A greve foi a última alternativa dos trabalhadores, não foi sua opção primeira. O fato de os operários de uma mina terem tomado a iniciativa de parar, com um certo espontaneísmo, denota o grau de constrangimento que o capital impunha à categoria. Mostra ainda que a direção do NUM tentava buscar outros caminhos, a suspensão das horas extras foi um deles. Mas, não havia escolha, ou se lutava na tentativa de barrar os avanços do capital sobre seus direitos, sobre suas vidas, das suas famílias e das suas

comunidades ou seriam esmagados sem lutar. Tratou-se de uma luta pela manutenção do emprego. Uma batalha de homens pelo direito de poder continuar alimentando seus filhos, mantendo suas famílias dignamente em defesa das suas vilas, de todo um particular modo de vida.

O *National Union of Mineworker* e os mineiros da comunidade britânica, ao fecharem questão em torno da greve fizeram a opção de resistir, de não se render e se fosse o caso de cair, cairem lutando. A luta deles foi, naquela conjuntura, o último grito da classe trabalhadora britânica contra o capital. A greve dos mineiros iniciada em 1984 foi uma greve que eclodiu de forma espontânea e parcial, mas em sua processualidade ganha direção política consciente e caráter geral. Fôra defensiva e de resistência, primeiro por não aceitar as imposições do capital e segundo por visar a defender a classe dos seus ataques; porém foi ofensiva no confronto à política econômica. Caracterizou-se por ser um movimento econômico, político e sobretudo heurístico.

Foi uma greve cuja causa fundante era econômica, tinha entre suas reivindicações centrais as questões da manutenção do emprego e dos salários. Mas transforma-se em sua processualidade em greve política[73], não por tencionar derrubar o Estado burguês, mas por se contrapor de forma central a um conjunto de ações estruturantes do Estado Britânico e, para além disso, por se insurgir contra a imposição de um modelo de sociedade. É heurística quando contribui para desnudar, denunciando ao mundo, a partir do centro do capitalismo internacional, o caráter daquele Estado. Depois da greve fica em grande medida descortinado o papel do neoliberalismo e seu rebatimento sobre os trabalhadores. A partir dessa greve o conjunto da classe teve elementos mais concretos sobre o que esperar desse novo regime de acumulação. A pragmática neoliberal

[73] Chasin, 1980 aponta que mesmo nas lutas econômicas existem determinações políticas.

objetivava fazer o capital se reproduzir a taxas mais confortáveis, tendo em vista a crise em que o mesmo estava imerso desde o final dos anos 60.

4.3 As greves dos petroleiros em 1994[74]

Desde a posse de Collor os petroleiros associam suas lutas econômicas à luta contra privatização e ou à luta contra a revisão constitucional, visto que o processo de privatização ou quebra do monopólio da Petrobrás haveria que exigir uma mudança na Constituição. Os anos de 1993 e início de 1994 estavam se mostrando bastante profícuos, tanto do ponto vista político mais geral como do ponto de vista das questões especificas da categoria. *"Uma conquista histórica: não há mais nenhum petroleiro punido pelo governo Collor!"* Afirma o jornal da FUP, distribuído no dia 15 de dezembro de 1993.

Os trabalhadores de petróleo haviam contribuído para barrar a revisão constitucional e, na greve de 11 dias realizada após o *impeachment* de Collor, a categoria consegue reverter demissões e garantir reajuste de salário. A disposição de luta era grande. No dia 05 de julho de 1994 houve a primeira tentativa de greve naquele ano, que foi suspensa pela FUP, por avaliar o quadro de mobilização desfavorável (Primeira mão, 01/07/1994; Movimento/RN, 1994)[75].

Do ponto de vista organizativo, esse período também é bastante positivo. No II Congresso Nacional dos Trabalhadores do Sistema Petrobrás, realizado em junho de 1993, é criada a Federal Única dos Petroleiros (FUP), no ano seguinte, no III congresso ocorrido nos dias 21, 22, 23 e 24 de julho, em Salvador, é reafirmada a Federação e aprovado seu estatuto.

As avaliações positivas e as perspectivas dos petroleiros no tocante a FHC ficam explícitas nas resoluções aprovadas no III congresso:

---

[74] Na Revista Questão de Honra (maio/junho, 1995), fala-se de 04 greves no ano de 1994. Acreditamos se tratar de equívoco, pois em todo o material pesquisado não foram encontradas outras greves gerais petroleiras diferentes das relatadas nesse trabalho.

[75] As reivindicações eram: *Contra o arrocho salarial do Plano FHC; pagamento das perdas do Plano Bresser à toda categoria; anistia aos 16 companheiros punidos por Collor; jornada de turno de 6 horas; pagamento das 60h extras mensais; pagamento do 13º, de acordo com o A.C. 93/94* (Primeira mão, 29/06/1994).

O III Congresso dos Trabalhadores do Sistema Petrobrás acontece após uma etapa vitoriosa da luta da classe trabalhadora na qual os petroleiros e os trabalhadores rurais sem terra estiveram na linha de frente contra o golpe da Revisão Constitucional. Graças a esta decisiva participação se pode preservar o já espoliado Patrimônio Público brasileiro das garras do Capital, com a manutenção do monopólio estatal do petróleo, das telecomunicações, da energia elétrica, dentre outros princípios constitucionais essenciais à soberania nacional e pertinentes aos interesses da classe trabalhadora.

> *Como dissemos, esta foi uma etapa e, certamente, os arautos do neoliberalismo e seus asseclas não se darão por vencidos. A meta de estabelecimento de um Estado mínimo, sem poder de interferência nos mecanismos de concentração de renda, será perspectiva sombria que se construirá através da candidatura FHC, representante maior de todos os setores conservadores do Brasil. Clara está a comprovação deste projeto através do Plano de Estabilização Econômica em que, mais uma vez, atribui-se aos salários a responsabilidade pelos altos índices inflacionários permitindo, por outro lado, total liberdade de preços* (Caderno de Resoluções, 21/24 de julho de 1994).

Em seguida os petroleiros deixam muito clara sua disposição e qual a arma que usarão para enfrentar as novas investidas neoliberais,

> *Este será um ano decisivo para a classe trabalhadora brasileira, pois além de termos o desafio de derrotar mais uma vez a investida neoliberal e de termos que* ***enfrentar o plano FHC com nossas greves*** *e manifestações, temos a possibilidade de eleger um presidente oriundo da classe operária.*

[...] Derrotar FHC significa denunciar o plano econômico que é a base de sustentação de sua candidatura. Se isso não ocorre, a implementação dos planos neoliberais vai levar miséria e fome ao povo brasileiro. Por isto dizemos que esta luta tem que ser preparada na base, desde já: 1) Incentivando a discussão, a organização e a mobilização dos trabalhadores nos locais de trabalho (reuniões setoriais, plenárias de base, etc; 2) Divulgando nos **meios de comunicação de massa para ganhar a**

população para esta luta; 3) Unificando, a partir da FUP e da CUT, esta luta com as demais categorias, rumo à **Greve Geral** contra o Plano FHC[76].

> [...] *A ação do movimento sindical petroleiro nesta conjuntura deve ser estratégica, pois o futuro do monopólio estatal do petróleo, o conceito e o papel do Estado, entre outras questões estará em disputa nas eleições* (Caderno de Resoluções, 21/24 de julho de 1994).

Essas resoluções explicitam algumas questões: a) mostram o sentido positivo da luta acumulada; b) deixam patente que o movimento sindical petroleiro, diferentemente de outros setores, não guardava ilusão sobre o que representaria o governo de Fernando Henrique; c) percebem a necessidade de disputar a hegemonia junto à população; d) reconhecem a dimensão da luta e defendem a necessidade da unificação com outras categorias.

4.3.1 A primeira greve

Cumprindo as determinações do III Congresso, a FUP entrega à Petrobrás sua pauta de reivindicação no dia 26 de agosto (sexta-feira), antecipando-se à data-base que é setembro. Constavam da pauta o índice de reajuste de 112%[77], incorporação das perdas de 26% em função dos planos econômicos, produtividade de 10%; pagamento das horas-extras-turno; reposição do efetivo e readmissão dos demitidos do sistema Petrobrás pela reforma administrativa de Collor; reajuste mensal da inflação pelo ICV-Dieese, entre outras cláusulas. A Petrobrás se comprometeu a dar uma resposta no dia 30 de agosto (Primeira mão, 26/08/1994). No dia 29, Vicentinho (presidente da CUT) e a direção da FUP foram recebidos por Rennó. Ao mesmo tempo, a CUT anunciava grandes

[76] Grifo nosso.
[77] Este valor previa uma inflação para o mês de agosto de 5% conforme o ICV-DIEESE, como a inflação foi de 2,86%, o índice reivindicado ficou em 108,36%.

mobilizações para o mês de setembro envolvendo bancários, metalúrgicos, químicos e petroquímicos. Era o conhecido "*setembro negro*".

Ao dar o retorno sobre a proposta da FUP, a Petrobrás afirma estar impossibilitada de discutir qualquer coisa que fugisse às determinações do Plano Real. Ela só garantia 13,39%, que era o IPC-r do período, comprometia-se ainda, em manter as cláusulas sociais históricas da categoria. Em função do impasse, a FUP convoca uma Plenária Nacional com representantes da categoria para discutir os desdobramentos da campanha. A Plenária ocorre nos dias 17 e 18 de janeiro, no Rio de Janeiro, e aprova greve a partir do dia 27 de setembro.

Enquanto o governo e a empresa dizem não acreditar na realização da greve, os dirigentes sindicais realizam suas assembléias visando à deflagração do movimento[78]. No dia 27 de setembro, como previsto, a greve começa. Todas as bases participam da greve, a adesão é grande. Nesse mesmo dia ocorre a audiência de conciliação no TST[79]. Fracassada a conciliação, fica marcado o julgamento para o dia 30. À noite desse mesmo dia o Procurador Geral do Trabalho emitiu parecer declarando a greve "*ilegal*" e "*abusiva*".

Nesse meio tempo, a mídia e o governo acusam os petroleiros de quererem boicotar a estabilidade econômica. São chamados de privilegiados e corporativistas. As notícias dão conta de que o governo não deve ceder aos grevistas, pois isso abriria precedente para outras categorias, inclusive do setor privado. Será nesse clima que o TST julgará no dia 30 a greve como abusiva, retira 32 cláusulas presentes em acordos anteriores. Por essa decisão ficam fora do acordo coletivo: o ganho de produtividade; o direito de os representantes do sindicato participarem de reunião da CIPA; do direito de liberação dos dirigentes

[78] Ao discorremos sobre a greve de maio/junho de 1995 detalharemos os preparativos que antecedem uma greve na Petrobrás.
[79] A Petrobrás havia entrado com pedido de dissídio na sexta-feira dia 23.

sindicais. O TST determina ainda o retorno ao trabalho estipulando, pela primeira vez, multa de R$ 50.000,00 por cada dia parado após o julgamento. A Petrobrás imediatamente envia telegramas aos trabalhadores, comunicando a decisão do TST; exige o retorno imediato ao trabalho e ameaça com a possibilidade de demissão.

Em represália a FUP orienta pela continuidade da greve. O movimento se mantém forte mesmo após a decretação da abusividade. Entretanto os ataques contra a categoria se tornam agora maiores. Nesse momento além de corporativos passam a ser *fora da lei*, por não se submeterem ao Estado de Direito. O ministro da Fazenda, Ciro Gomes, vai mais longe e chama o ato de continuidade da greve de "*ato antidemocrático, autoritário, fascista e eleitoral*" (FSP, 02/1019994). Os veículos de comunicação intensificam as notícias que falam no risco de desabastecimento. A empresa anuncia demissões, caso a greve continue. Cria-se um clima visando a jogar a população contra os petroleiros; "*são 50 mil petroleiros pondo em risco o interesse de 140 milhões de brasileiros que estão querendo o sucesso do Plano Real*" (Marcelo Pimentel. FSP, 05/10/1994). O impasse está criado.

Apesar das outras categorias não conseguirem realizar grandes mobilizações como desejava a CUT[80], o clima era de muita efervescência haja vista que a greve ocorreria em meio a uma campanha política movimentando inúmeros interesses. Visando a sair do impasse, a direção da FUP busca a mediação da CUT. Fruto da intervenção de Vicentinho (presidente da CUT), o presidente Itamar aceita receber os representantes da categoria e envia um comunicado à Petrobrás para suspender o anúncio das demissões por 24 horas. No dia 05 de outubro, no Hotel Ritz na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, ocorre uma reunião com o presidente Itamar Franco. Dessa reunião participam

[80] A exceção foi os metalúrgicos.

Itamar, os ministros Delcídio Gomes (Minas e Energia), Marcelo Pimentel (Trabalho), Ciro Gomes (Fazenda) e Mauro Duarte (Secretaria Geral). Do lado dos trabalhadores estão Vicentinho, Spis (coordenador geral da FUP), além de Geraldão, Maurício e Moia, os dois primeiros dirigentes da FUP e o último dirigente sindical de Cubatão.

Ao fim da reunião, foi feito um acordo chamado *Termo de Entendimento*, que permitiu a suspensão da greve no mesmo dia 05. O *Termo de Entendimento* incluía 13,59% de reajuste, a não demissão ou punição dos grevistas[81], a criação de uma comissão para discussão dos passivos trabalhistas; a readmissão de 07 sindicalistas demitidos em 1989; pagamentos das horas extras turno, decorrentes da quinta turma e novas negociações das cláusulas sociais que não foram prejudicadas na decisão do TST.

A reunião é noticiada com grande alarido pela imprensa, são divulgadas imagens dos seus participantes brindando em um restaurante da cidade. Antes mesmo da discussão nas bases os dirigentes já falam da suspensão da greve pela mídia.

> *E eu acho que acordo era certo, mas tomar chope na frente das câmeras estava errado. Porque nós não tínhamos nem mandado indicativo para categoria e já estávamos bebendo com o nosso patrão. [...] Eu escrevi uma nota à categoria, 50 mil notas e fui entregar em vários lugares do país fazendo autocrítica...*(Geraldão, diretor da FUP).

A forma de suspensão da greve causou descontentamento na categoria, em muitas bases o clima era pela continuidade da greve[82]. Passados alguns dias após o término da greve, as negociações com a empresa não avançam. A mídia por sua vez veicula matérias criticando a Petrobrás e os petroleiros,

---

[81] A Petrobrás acusava sindicalistas das unidades da Bahia e Minas Gerais de terem tentado sabotar suas unidades. Na Bahia teria havido quebra de elementos dos *cavalos mecânicos* e em Betim alguns homens encapuzados teriam invadido a casa de força. A empresa queria demiti-los (GM, 05/10/1994).

[82] Para Spis o acordo foi bom, pois não havia perspectivas para avançar mais até porque a categoria, em alguns lugares, dava sinais de cansaço. Na REVAP, REGAP e na REMAN a greve já havia sido suspensa.

> *Há muito a opinião pública exige maior transparência nas contas públicas e, em especial, nas contas de estatais como a Petrobrás. Os resultados têm sido pífios. [...] Há, por exemplo, parcela considerável de funcionários (mais de 10% da empresa) que recebe vencimentos adicionais por periculosidade sem estarem expostos a qualquer trabalho que implique riscos. [...] Falta ainda dar outros passos para colocar a nu as alternativas de racionalização da empresa e outros gargalos provocados pelo corporativismo dos seus privilegiados funcionários* (FSP, 25/10/1994).

4.3.2 A greve que não ocorreu em 10 de novembro

As notícias dão conta de que a Petrobrás não cumprirá o acordo por não ter participado dele e, diferentemente do que havia sido acordado com Itamar Franco, a empresa instaurou processos administrativos contra os grevistas de Minas Gerais, da Bahia e do Ceará. "*O clima de descontentamento na base era grande; nós fomos muito cobrados* (Daniel Samarate, diretor da FUP). A partir disso, novamente os dirigentes sindicais iniciam um novo processo de mobilização das bases. Começam do zero todo um novo processo de preparação, de novo são marcadas assembléias nas bases. A possibilidade de greve volta à ordem do dia. "*O clima era de revolta, a categoria se sentia desrespeitada*" (Moraes, diretor da FUP).

Nesse mesmo período a empresa anuncia a punição de 20 petroleiros de Betim e da Bahia por sabotagem. Ocorrem reuniões com dirigentes e ministros, mas não se obtêm avanços. "*A empresa não demonstrava interesse nas negociações, as questões da CIPA, liberação dos dirigentes sindicais, da estabilidade não iam adiante*" (Maurício, ex-coordenador geral da FUP). Mais uma vez a FUP convoca a Plenária Nacional, que aprova, no dia 30 de outubro, o indicativo de retomar a greve, caso não fosse cumprido o *Termo de Entendimento* de Juiz de Fora. Os dirigentes retornam às suas bases reconstruindo o trabalho de

preparação para greve. A Petrobrás recrudesce, ameaça demitir e retirar a cláusula de garantia no emprego.

A ameaça de nova greve a ser iniciada no dia 10 de novembro, levou a mais uma reunião no dia 09 de novembro entre representantes do governo, da empresa e da FUP. Como resultado das discussões, foi assinado um *Termo de Acordo* por Delcídio Gomes, Ministro das Minas e Energia, e por Spis pela FUP. O *Termo de Acordo* previa o pagamento de *dois salários referentes* a título de antecipação da reposição das perdas provocadas pelo Plano Bresser a serem pagos nos meses de dezembro e janeiro; pagamento da segunda parcela do 13º pela URV de junho e não de fevereiro (mês em que foi pago a 1ª parcela); anistia aos dirigentes sindicais punidos anteriormente; direito de defesa a todos os petroleiros ameaçados de punição; garantia de estabilidade e retomada das discussões das cláusulas sociais.

> Houve grande polêmica. Em uma dessas reuniões com o Ministério do Trabalho, com o Pimentel e depois com o Ministério de Minas e Energia, fomos para o Ministério com o Delcídio. Então apareceu o Beni Veras, ministro do Planejamento. A reunião começou às 9h, no dia 9 de novembro, terminou às duas horas da manhã do dia 10. Aí saiu o acordo chamado Termo de Acordo, assinado por mim e pelo Delcídio, sendo que ele assinou pelo Ministério de Minas e Energia e pela Petrobrás. Como ela foi até as duas da manhã, o ministro do Trabalho, Pimentel, não estava presente, mas participava da redação das cláusulas pelo telefone. Uma cláusula do dissídio era discutida com o Ciro, outra com o Marcelo Pimentel. Eles participaram da elaboração desse acordo. Quem datilografou o acordo foi o advogado da Petrobrás e o Clotário, e não houve greve... *(Spis apud Lucena, 1997).*

Em função de ter havido a assinatura do *Termo de Acordo,* a FUP encaminha a suspensão da greve marcada para começar naquele dia. Novamente ocorrem reuniões de assembléias gerais em todas as bases e a greve é suspensa. No dia seguinte à assinatura do acordo ele já é bombardeado pela imprensa. As notícias dão conta de o acordo, ter sido feito à revelia da empresa, cancelando

inclusive "*inquéritos administrativos para punições e demissões*". Chega-se a veicular um possível pedido de demissão de Joel Mendes Rennó por discordar do acordo (FSP, 11/11/1995).

A partir daí uma série de desencontros começam a acontecer e o novo acordo mais uma vez não será cumprido.O ministro do Planejamento Beni Veras afirma "*Não é justo que concedamos aos empregados da Petrobrás o que está sendo negado às demais categorias. Isso é uma afronta a todos os demais trabalhadores*[83]"; o Ministro da Fazenda, Ciro Gomes, argumenta que as "*concessões não afetam o Plano [...] Ninguém mexeu no plano em salário de petroleiro. Tiveram o IPC-r e pronto. O IPC-r não ameaça ninguém*" (FSP, 12/11/19994)[84].

Os desencontros entre os ministros, o fato de Ministros do TST dizerem que o acordo vai servir de balizador para outros julgamentos e depoimentos de dirigentes sindicais como Luiz Gonzaga Tenório, da Federação Nacional dos Urbanitários, afirmando que o acordo dos petroleiros abria precedentes para outras categorias (GM, 17/11/1995)[85], levam Itamar a convocar uma reunião para o dia 16 de novembro, afim de rediscutir o acordo[86]. Durante o dia 16 o TST revogou os enunciados que davam como direito adquirido dos trabalhadores os índices inflacionários expurgados dos planos econômicos Verão, Bresser e a URP dos meses de abril e maio de 1998. Essa posição se somava a idêntica interpretação do STF (GM, 17/11/1994). Ao final do dia 17, o presidente Itamar

[83] O ministro argumenta haver parecer da Advocacia Geral da União (AGU), do dia 10 de outubro, negando às estatais qualquer pagamento referente aos planos econômicos.
[84] A grande questão colocada pelos ministros, contrários ao cumprimento, era que o acordo fosse cobrado por outros setores do funcionalismo, a exemplo da estabilidade, justamente no momento em que a política visa a suprimir esses direitos.
[85] A questão mais polêmica do acordo seria o pagamento para os petroleiros da segunda parcela do 13º salário, convertido pela URV do dia 30 de junho e não pela URV de fevereiro, mês em que os petroleiros receberam a primeira parcela. Essa mudança majorava em 38% a segunda parcela dos petroleiros.
[86] Nesse mesmo período entra em discussão a anistia para os demitidos por Collor e a elevação do salário mínimo para R$ 100,00. FHC, já presidente eleito, chega a criticar Itamar por essas ações (FSP, 16/11/1994).

Franco anuncia a revogação do acordo. Ele usa como argumento a nova posição tomada pelo TST, no dia 16, e o risco de voltar a indexação.

4.3.3 A segunda greve

Novamente as lideranças petroleiras e sua categoria se defrontam com mais um acordo descumprido. É anunciada a retomada das negociações com o Ministério do Trabalho para o dia 21 de novembro. A resposta dos petroleiros será recomeçar o trabalho para mais uma greve. É interessante pensar que esses movimentos de entrar e sair de greves abarcam em torno de 200 mil pessoas, se considerarmos que as famílias também se envolvem no processo. Há que ponderar que a aprovação de uma greve não ocorre em ambiente estéril política, social ou tecnicamente falando. Existem as disputas políticas entre as correntes, as tensões e riscos de ordem técnica, as pressões familiares, as cobranças dos amigos. O próprio cansaço e mesmo exaustão física, os medos decorrentes dos perigos que envolvem as manobras de parar e partir as unidades. Relevante ressaltar que algumas equipes ficaram trabalhando mais de 24 horas ininterruptas em função da paralisação anterior. As que não trabalharam estão com várias horas de faltas que poderão ser descontadas, criando uma situação de difícil absorção. Fez-se a greve, entre outras coisas, por mais salário; e alguns saíram com menos. São muitos os elementos a serem administrados pela direção do movimento. Em síntese, o processo de entrar e sair de uma greve, ou mesmo a perspectiva de fazê-lo, é algo que envolve um esforço sobremaneira acentuado, e no espaço de um mês, isso já ocorria, por três vezes; com o agravante de estar acontecendo em um período que naturalmente as famílias estão se preparando para as festas de fim de ano.

A reunião entre o governo e a FUP ocorre no dia 21 no Ministério do Trabalho, como previsto, mas não se chega a definição alguma. A FUP, que no dia anterior havia emitido um comunicado para a categoria não retomar à greve até o resultado dessa negociação, convoca uma nova greve para a quarta-feira (24 de novembro). Algumas bases, como a refinaria Henrique Lages (REVAP), já havia começado a greve no próprio dia 21. A paralisação dos trabalhadores da REVAP é um sinal do nível de descontentamento da categoria

> *Os trabalhadores estavam se sentindo desrespeitados na sua dignidade, eles diziam que quem trabalhava e cumpria suas obrigações não podia ser tratado daquela forma, completamente desrespeitosa. Era como se mais ninguém se respeitasse. A pergunta era se não havia mais lei. O presidente diz e não cumpre, ministro diz e não cumpre e fica por isso mesmo* (Eduardo, dirigente sindical Cubatão).

No dia 23 a greve é retomada; mais uma vez a direção e a categoria mostram unidade; a paralisação, apesar de todas as dificuldades elencadas anteriormente, ocorre mais uma vez, em menos de dois meses, com muita força humana. Dá-se tudo novamente; a imprensa passa a divulgar o risco de desabastecimento, os prejuízos provocados pela greve em outras empresas. O país é mais uma vez convocado a discutir a Petrobrás, os petroleiros e seus entornos[87], seja pela ação da mídia, seja pela presença dos seus governantes, que se envolvem na questão. Novamente o presidente da república e seus ministros falam sobre o tema. A Petrobrás por sua vez garante que não faltará combustível. Surgem as ameaças, é retomado o combate à categoria e a seus "*privilégios*"[88]

> *...a sociedade brasileira não mais tolera a concessão de privilégios iníquos a funcionários de grandes corporações estatais. [...] não passa de uma triste herança de um corporativismo hoje insustentável. [...] seria deplorável que o governo fosse obrigado a determinar demissões em grande escala na empresa, mas não pode haver alternativa.[...]*

[87] *Quebra ou não quebra o monopólio*?.... *Privatiza ou não privatiza*?... *É direito ou é privilégio*?

[88] Jânio de Freitas publica artigo criticando os descumprimentos de acordo por parte das autoridades constituídas (FSP, 25/11/1994).

> *Seja como for, o governo só tem uma linha a seguir; agir com rigor e determinação para manter a regularidade no abastecimento de combustíveis, sendo inadmissível que venha a curvar-se diante dessa nova investida* (GM, 24/11/1994).

Vicentinho, presidente da CUT, culpa os ministros, particularmente Ciro Gomes, pela greve dos petroleiros e prevê dias difíceis para FHC. Ele chega a falar da possibilidade de greve geral, caso a proposta de desindexação prossiga em um ambiente inflacionário (GM, 24/11/1994). A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) acusa Rennó de estar trabalhando mais para FHC do que para Itamar (FSP, 25/11/1994)[89].

O Ministro Presidente em exercício do TST, José Ajuricaba da Costa e Silva, no mesmo despacho que convoca as partes para conciliação, estipula multa diária de R$ 100.000,00 para cada sindicato que não respeitar o efetivo mínimo de 30%. O Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, José Pedro Ferraz dos Passos entende a greve, mais uma vez, como abusiva (FSP, 25/11/1994). No dia 25 de novembro, dois dias após o início da greve, durante a reunião de conciliação entre a empresa e os petroleiros no TST, faz-se um novo acordo, desta feita denominado de *Protocolo;* que fora assinado por José Lima de Andrade Neto, Superintendente Adjunto do Serviço de Recursos Humanos (Serec) e por Rosemberg Evangelista Pinto diretor da FUP. Enquanto em Brasília Spis participava da audiência de conciliação na qual se encontrava também Rennó, no Rio. Rosemberg negociava uma saída com o pessoal do Serec. Por telefone eles se comunicaram até se conseguir chegar a um acordo, ainda durante a audiência de conciliação. Mais uma vez a greve é suspensa de forma relâmpago, sem prévia discussão nas bases.

---

[89] A suspeita da AEPET se confirma pela mudança de posição de Rennó que no prazo de um ano muda de posição em relação a defesa da manutenção do monopólio estatal do petróleo. Tudo de acordo com as orientações de FHC. Em fevereiro FHC ampliará sua proposta inicial m relação a quebra do monopólio do petróleo.

> *Nós temos uma avaliação crítica: a gente se precipitou um pouco ao aprovar o protocolo na direção. Deveríamos ter posto o protocolo nas assembléias. Durante a conciliação, eu recebi um telefonema do Rio, do companheiro Rosemberg, que estava sendo feito o acordo. Do meu celular o Rennó falou com o Clotário* (SEREC). *Nós solicitamos a suspensão da audiência para pegar uma cópia deste documento pelo fax, para ver se dava para aceitar ou não. De comum acordo, Petrobrás e trabalhadores, suspenderam a audiência de conciliação devido à possibilidade de acordo* (Spis apud Lucena, 1997).

Pelo *Protocolo* a Petrobrás se comprometia em retomar as negociações e manter as cláusulas constantes do acordo 1993/1994, desde que não conflitassem com a sentença normativa do TST; efetuar a adequação dos níveis salariais, atualizando os interníveis (por esse acordo haveria um reajuste para os petroleiros de 3% a 18%). O *Protocolo* foi mantido em sigilo, oficialmente é divulgado que as negociações serão retomadas em fins de dezembro (GM, 30/11/1994), oficiosamente a empresa se comprometeu a implantar o *Protocolo* em 20 dias.

Ao tempo em que a Petrobrás negociava, o governo se preparava para aprofundar o Plano Real. As propostas visavam a eliminar completamente a indexação, através do fim do IPC-r como forma de reajuste salarial; da TR sobre as aplicações financeiras; e da Ufir sobre os impostos (GM, 22/11/1994). Nos primeiros dias de dezembro, a direção da FUP denuncia que a empresa, ao invés de cumprir o *Protocolo,* começa a punir com demissões, suspensões os grevistas que na opinião da Petrobrás cometeram abusos. Segundo a FUP as punições ocorrem sem direito de defesa. No dia 15 de dezembro, findo o prazo para que fossem retomadas as negociações, a Petrobrás pede um prazo maior. A FUP em resposta convoca os trabalhadores:

> *... a categoria deve se preparar para acabar com a enrolação da empresa. Nossa arma para isso é a mesma de sempre: mobilização. Devemos ter claro que a conjuntura está mudando. Um novo governo está assumindo, ao mesmo tempo em que o quadro gerencial da empresa permanecerá inalterado [...] Não aceitaremos mais nenhuma*

> *enrolação! Se necessário, voltaremos à greve, mais fortes do que nunca* (Primeira mão, 16/12/19994).

No dia 27 de dezembro, conforme combinado, à direção da FUP vai à sede da Petrobrás no Rio de Janeiro (Edise), mas lá é informada de que Rennó viajou. Não havia retorno para as reivindicações. Este seria mais um acordo não cumprido; mais uma negociação não respeitada. Pelo *adiantado da hora* não dava para os petroleiros encetaram mais uma greve. Um novo Presidente da República estava para assumir, era preciso buscar acumular forças, voltar a apostar em uma ação conjunta com outros trabalhadores conforme orientação do III congresso, mesmo porque outras categorias estavam enfrentando o problema do descumprimento de acordo.

> *Nas assembléias que fomos para fazer a avaliação disso, a direção da FUP foi muito criticada, de cabo a rabo ... sobrou para todos os coordenadores da Federação. Fomos muito criticados porque, do ponto de vista da base, nós fomos enganados ... Não dava para fazer mais nada até o final do ano. Aí fizemos uma discussão com a CUT, para pegar todas essas pendências de data-base e verificar se dava para fazer uma mobilização conjunta. A gente queria fazer alguma coisa, a base estava agredida na sua dignidade. Não confiava muito em nós: "esses caras vão negociar de novo e fazer outra atrapalhada, vão assinar outro acordo que não vai ser respeitado. Já tinha assinado com o presidente da república, com o ministro e com a empresa ...* (Spis apud Lucena, 1997).

Essa questão passaria para o governo FHC como um problema não resolvido, mas que cedo ou tarde teria que ser equacionado, conforme apregoa um *escriba da ordem*, que ao discorrer sobre a greve afirma:

> *... suponhamos que ela ocorresse já no início do governo FHC. Aí ela poderia se inscrever no elenco daqueles males que vêm para bem [...] Em algum momento da nossa História, se de fato quisermos o país caminhando na direção de uma sociedade mais eficaz, eficiente e menos injusta, e se o petróleo de fato for nosso e não deles, essa questão da Petrobrás e de seus petroleiros vai ter de ser enfrentada. É um duelo, que poderá ser desencadeado por uma greve, será*

> *praticamente inevitável, porque com o quadro de forças hoje delineado é difícil esperar um desenlace sem nenhum trauma [...] Seria uma boa ocasião para rediscutir esse monopólio, que é da União ou, pelo menos, sua concessão exclusiva à Petrobrás, a pretexto de argumentos sem maior substância como 'recurso estratégico', 'segurança nacional' e outros que tais. [...] e que segurança é essa de deixar a coisa nas mãos de uma única empresa e de uma representação sindical unificada?* (Roberto Macedo, OESP, 01/12/94).

Este desenlace se dará em maio/junho de 1995, com a retomada da greve dos petroleiros. A categoria não dá sinais de arrefecer da luta

> *O governo FHC retomará com mais ímpeto o programa de privatização, de quebra dos monopólios estatais, de corte de funcionários, de retomada da Revisão, de ataque aos direitos dos trabalhadores, entre outros projetos, de cunho neoliberal, defendidos pelo "Consenso de Washington".*
>
> *Urge, portanto, que estejamos conscientes desses desafios, para que possamos enfrentá-los organizados e decididos.*
>
> *Se muito vale o já feito, mas vale o que será.*
>
> *Avante petroleiros!* (Movimento/RN, dezembro de 1994).

4.4 A greve de 1995

4.4.1 A madrugada de 03 de maio de 1995

Havia algo mais na madrugada do dia 03 de maio de 1995 em diversas cidades do Brasil, além dos latidos dos cães e do pisar trôpego de bêbados retardatários a caminho de casa. Em muitos lares os sonos não serão tranqüilos, antevê-se o dia a amanhecer como um dia incomum. Em muitas casas não haverá propriamente sono, homens e mulheres não estarão em casa. Em diversos locais pelo país afora ocorrem ajuntamentos de trabalhadores; nessa madrugada as sedes de diversos sindicatos, federações e central sindical ainda estão repletas; as assembléias e reuniões ocorreram até tarde. A greve foi aprovada! Agora, procuram-se organizar as equipes e distribuírem-se os presentes pelas diversas atividades. Os telefones, *faxes*, *e-mails* não param, as direções dos sindicatos precisam manter contato com as suas respectivas federações e central, informando os últimos acontecimentos, passando os informes, o clima das assembléias.... Por sua vez, as federações recebem as informações vindas dos diversos cantos do país, com base nelas e, considerando também os informes recebidos das outras federações e da central, fazem suas avaliações. Ainda na madrugada as federações remeterão seus encaminhamentos de volta aos sindicatos.

Essas primeiras horas do dia 03 de maio são extremamente tensas para os envolvidos. As dúvidas, apreensões e tensões sobre a processualidade do movimento deixam a todos muito agitados. A greve começou! É preciso garantir sua efetividade; muita coisa ainda a ser feita. As assembléias elegem comandos de greve, esses junto com as direções dos sindicatos devem dirigir o processo. É preciso encaminhar as questões relativas à imprensa e propaganda, à infra-estrutura, aos piquetes e ações incomuns, como obstruir fechaduras e cadeados com *superbond*, palitos, etc. Formam-se comissões e distribuem-se as diversas

tarefas. Algumas precisam ser encaminhadas ainda no decorrer da madrugada. Equipes aglutinam-se de modo relativamente espontâneo, os dirigentes são escolhidos para as tarefas de acordo com suas habilidades, os possuidores de maior representatividade e poder de convencimento são designados para comandar os piquetes, os escolhidos, por sua vez, saem em busca de outros parceiros. As afinidades interpessoais avultam-se nessas horas, percebem-se grupos formados pelos amigos mais próximos saindo para realização das tarefas.

Nessas primeiras horas o esclarecimento e convencimento são fundamentais. Muitos trabalhadores desconhecem as últimas decisões, outros ainda estão vacilantes. Nos dias anteriores à deflagração dos movimentos grevistas, a disputa entre os representantes do capital — privado ou estatal — e do trabalho, torna-se mais acirrada, os dois lados travam um combate, cada um a seu modo, visando a convencer da oportunidade ou não da realização do evento e/ou de suas possíveis conseqüências. Os sindicatos tornam mais intensa sua presença na porta das empresas, distribuindo boletins[90] e fazendo agitação com o uso de carro de som; seus dirigentes e/ou militantes no interior dos locais de trabalha puxam discussão e defendem suas propostas, busca-se formar uma consciência pró-movimento. Por sua vez, a empresa utiliza os seus prepostos para fazerem o trabalho contrário ao realizado pelo sindicato, convoca reuniões, busca contatos informais, trabalha na cooptação pessoal e promove ameaças, explicitam por sua ótica os prejuízos coletivos e individuais que poderão advir da participação nas ações sindicais.

[90] Os informativos distribuídos gratuitamente pelos sindicatos são conhecidos pelos trabalhadores por diversos nomes: informativos, boletins, "*o sindicato distribuiu hoje o boletim*", jornaizinhos. Às vezes eles são chamados pelo seu nome mesmo, exemplo é o "*Primeira mão*", Jornal da Federação Única dos Petroleiros (FUP), "*você viu a matéria que saiu no Primeira mão?.... é dessa forma que os petroleiros tratam nosso jornal"* (Caetano, diretor da FUP).

Nas empresas que trabalham em turnos ininterruptos de revezamento, a exemplo das refinarias, plataformas marítimas[91] e áreas de produção da Petrobrás, a troca de turno da noite, o horário conhecido como "*zero hora*", ocorre normalmente entre 23 e 24 horas, portanto, nessas empresas, é preciso que rapidamente sejam direcionadas equipes para esclarecer aos trabalhadores as últimas decisões da assembléia. Os trabalhadores que estão entrando para trabalhar no turno "*zero hora*", normalmente[92], não participam das assembléias, essas, na maioria dos casos, ocorrem geralmente à noite, e eles precisam ser avisados nas portas das unidades[93].

Mesmo nas unidades ou empresas nas quais não se precisam efetuar os piquetes e os esclarecimentos durante a noite, existem outras tarefas a serem desenvolvidas no decorrer da madrugada. O boletim com os últimos informes, avaliações e decisões haverá de estar pronto o mais rápido possível para viabilizar sua distribuição. Como geralmente as sedes dos sindicatos e suas estruturas gráficas ficam nas capitais, vê-se a necessidade de que companheiros se desloquem rapidamente, levando os boletins para as bases no interior ainda na madrugada. As categorias que têm sub-sedes dotadas de estrutura repassam por

---

[91] Nas plataformas e áreas confinadas, as direções sindicais não têm acesso aos trabalhadores diariamente nas trocas de turno. O contato se dá apenas durante o embarque e desembarque, de acordo com a escala de trabalho.

[92] Há aqueles que mesmo estando de *zero hora* participam das assembléias e de lá saem direto para seus locais de trabalho, seja para trabalhar, quando a greve não é aprovada para ter início naquela noite, portanto não havendo *corte de rendição*, seja para participar dos piquetes de convencimento.

[93] Os trabalhadores que estão de serviço no turno do *zero hora*, ficam descansando em suas casas, não ocorrendo a greve deverão estar aptos ao trabalho por toda noite ou até por mais tempo, porque as vezes é adiado o horário de início da greve, ao invés de iniciá-la à noite, aprova-se começá-la pela manhã; nesse caso, a turma do "*zero hora*" entra e permanecerá trabalhando indefinidamente, sua *rendição* não entrará para o revezamento pela manhã, ocorreu o *corte de rendição!* Os trabalhadores terão que permanecer no interior dos seus locais de trabalho por um período indeterminado. Esta permanência variará de acordo com o desenrolar e o tipo da greve, se greve de ocupação, se parada por exaustão, se substituição controlada, etc. Mesmo quando o corte de rendição (CR), ocorre no turno do *zero hora*, pode surgir a necessidade de substituir algum trabalhador específico, por questão de saúde, pessoal, ou outra qualquer (esses casos quando surgem são avaliados pelo comando na hora), dessa forma os trabalhadores devem estar descansados para adentrar, se necessário, o seu local de trabalho e nele permanecer de forma indeterminada.

fax ou *e-mail* a *boneca*[94] do boletim, para serem reproduzidos por lá. Como a greve puxada pela CUT e iniciada no dia 03 de maio de 1995, envolve categorias possuidoras de organizações nacionais, os boletins só poderão ser produzidos a partir do recebimento dos diversos informes nacionais. Faz-se necessário colar cartazes nas proximidades dos diversos locais de trabalho com os dizeres ESTAMOS EM GREVE. Ao amanhecer faixas já haverão de estar fixadas nas imediações dos locais onde hão de ocorrer as grandes concentrações.

Em síntese, no amanhecer do dia 03 de maio de 1995, todos os órgãos e empresas envolvidos na greve deverão portar nas suas fachadas e cercas, faixas e cartazes com os dizeres da greve. Nessa noite, a cada notícia nova ou problema que surja os grupos se reúnem, discutem, aprovam encaminhamentos e rapidamente, quando necessário, são enviadas equipes para implementá-los. O barulho de carro chegando e saindo das sedes dos sindicatos e federações não cessará, o movimento é constante e durará a noite toda, é uma noite frenética para os homens e mulheres da classe trabalhadora. O dia que estava para amanhecer era o dia da greve!

4.4.2 O primeiro dia de greve

A greve é destaque nos jornais no dia 03 de maio,

> ***Greve hoje em vários setores do País***[95] *- As reformas constitucionais são o alvo dos servidores públicos federais e de empresas estatais, uma greve geral, começou hoje em todo o país, alguns por tempo indeterminado, outros por apenas 24 horas. A frente do movimento está a CUT juntamente com as 17 entidades nacionais [...] amanhã os ferroviários prometem se integrar à greve* (A Tarde 03.05.95 Salvador).

[94] Estrutura a partir do qual se monta o boletim.
[95] O uso do negrito para destacar as manchetes.

> ***Onda de greve*** *– servidores públicos e funcionários de estatais devem iniciar hoje greve unificada contra as reformas constitucionais. Petroleiros e eletricitários param por tempo indeterminado....* ***CUT marca para hoje greve unificada de servidores*** *– Paralisação será por tempo indeterminado* (GM, 03.05.95).
>
> ***CUT faz greve em defesa do monopólio*** *- Petroleiros, telefônicos, eletricitários, previdenciários e funcionários públicos das universidades federais, da base da CUT, iniciam greve hoje, a partir da 0h, por tempo indeterminado. Os trabalhadores do Correio também devem realizar paralisação de 24 horas hoje.*
> *[...] contra as privatizações do Correio e do setor elétrico e defendem o monopólio dos setores de petróleo e telecomunicações.*
> *Há também reivindicações salariais, como o cumprimento de acordos já assinados, reajuste mensal pelo índice de inflação do Dieese (órgão econômico dos sindicatos) e reposição das perdas.*
> *"Se o governo for inteligente, ele senta para negociar", afirmou o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho [...]*
> *"Os petroleiros vão parar de norte a sul", disse o coordenador da FUP (Federação Única dos Petroleiros), Antonio Carlos Spis.*

Os **telefônicos** também estão "afiados" para a greve, segundo Marcelo Beltrão, da Fittel (Federação Interestadual dos Telefônicos). Em São Paulo, cujo sindicato não é filiado à CUT, os telefônicos não vão aderir à paralisação. [...]

> *Entre os* ***eletricitários****, devem parar os funcionários da Eletrobrás e das usinas geradoras de energia, como Furnas, Eletronorte e Eletrosul, além da Light, segundo José Maria de Almeida, secretário de organização da CUT e presidente do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, antiga Convergência Socialista). Segundo ele, também os ferroviários e demais funcionários públicos federais devem aderir à paralisação nos próximos dias.*
> *[...] também podem parar a Receita Federal, os ministérios, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre outros.*
> *Os trabalhadores do* ***Correio*** *optaram por uma paralisação de 24 horas. "Nosso processo de organização ainda não está muito avançado", disse José Aparecido de Oliveira, o Cidão, da Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores nos Correios).*
>
> A Força Sindical promete parar metalúrgicos nos próximos dias em defesa da privatização *(FSP, 03.05.95).*
>
> ***Petroleiros entram em greve hoje em todo o País*** *- Paralisação é por tempo indeterminado, para reivindicar reajuste salarial de 26,63%.*

> *[...] Outras categorias também vão parar [...] O movimento é unificado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e as 17 entidades sindicais nacionais [...]*
> ***Aeroportuários também param em SP -*** Eles reivindicam o cumprimento de acordo no TST, que prevê aumento do valor do vale-refeição.[...] Infraero do Rio não aderiu ao movimento (OESP, 03.05.95).

A greve começou com muito espaço na mídia, foi notícia em praticamente todos os jornais de grande circulação. Como pode ser observado pelo noticiário, é uma greve dirigida pela CUT e por alguns sindicatos e federações filiados a essa central. Em documento protocolado no dia 27.04.95 na Presidência da República, a CUT e demais entidades explicitam suas reivindicações: a) faz inicialmente uma avaliação negativa das relações entre o governo e os trabalhadores do setor público, pela não existência de espaço de discussão e pelo descumprimento dos acordos salariais. b) reivindica reajuste mensal pelo ICV do Dieese, em função da perspectiva de inflação provocada pelas dificuldades vividas pelo Plano Real. c) critica o tratamento especial dedicado ao grande capital, os juros altos, a deterioração dos serviços públicos e pede a reintegração dos demitidos do Plano Collor. d) denuncia a proposta de substitutivo da LDB do Senador Darcy Ribeiro. e) por fim, baseando-se na crise Mexicana, contrapõe-se ao modelo econômico que se fazia implantar, acusando-o de ser gestado pelo *Consenso de Washington*. O documento é concluído com os seguintes termos: *"estamos completamente integrados à campanha da CUT em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores e da Cidadania e Contra as Reformas pretendidas pelo governo."* Em seguida expõe de forma objetiva, em seis pontos, as reivindicações de caráter geral da CUT e das demais entidades.

Na pauta de reivindicação havia questões gerais e específicas por categoria. Os petroleiros apresentaram uma pauta específica com sete ítens:

> ***1****-Cumprimento do Protocolo assinado em 25/11/94 (item3): "Amparada na cláusula 105 da Sentença Normativa do Processo TST DC-131.024/94.0, a Petrobrás adequará a atual relação de interníveis, no prazo de 20 dias, visando a promover eventuais ajustes".O prazo se expirou em 15/12, o pagamento deve ser retroativo a setembro de 94.*
> ***2****- Reposição das perdas salariais pelo ICV-Dieese (estimativa de set/94 a abril/95) – 23,63%*[96].
> ***3****- Reintegração dos companheiros demitidos por participação em movimentos reivindicatórios.*
> ***4****- Cumprimento da Lei de Anistia aos companheiros demitidos durante o governo Collor, com a readmissão imediata.*
> ***5****- Efetivos mínimos, com uma política de contratações antecipadas, através de concursos públicos.*
> ***6****- Pagamentos dos passivos trabalhistas.*
> ***7****- Suspensão imediata da implantação do GDP, das flexibilizações de normas e multifunções* (Pm, 26.04.95).

Além dos petroleiros, eletricitários, telefônicos, previdenciários, servidores técnicos administrativos das Universidades Federais e da saúde que, comandados pela CUT, iniciaram a greve no dia 03 de maio, havia outras categorias importantes em processo de mobilização ou com greves já instaladas. A greve na Infraero com os aeroportuários começou dia 02.05 (terça-feira), reivindicam o cumprimento do acordo assinado pela Infraero em agosto de 94, retroativo a maio, que previa reajuste mensal do vale-refeição, os aeroportuários param em São Paulo e permanecem trabalhando no Rio de Janeiro. Os metroviários de São Paulo, categoria que também estava em campanha salarial, reivindicam 70,43% de reajuste e mais 15% de aumento real, o Metrô oferece 29,55%. Além dessas categorias, havia ainda outras que já estavam em processo de paralisação anterior, a exemplo dos marítimos em greve desde o dia 15 de abril, os servidores da saúde estadual de São Paulo categoria com 78.000 na base, parados desde o dia 09 de abril, reivindicando reajuste linear de 30% e rejeitando o reajuste diferenciado

[96] Nos outros documentos e na mídia virá 26,63% e não 23,63% como saiu nesse primeiro boletim.

que foi dado e os servidores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, também paralisados.

O clima social é de muita efervescência, são categorias importantes que paralisam seus serviços contrários as políticas de governo estadual e federal. Segundo os próprios sindicalistas, a paralisação começa com muita força, entre os petroleiros e servidores técnico-administrativos de Universidades Federais, de *porte médio* entre eletricitários, e apresenta dificuldades de mobilização entre os telefônicos, previdenciários, trabalhadores dos correios e servidores da saúde.

O trabalho da direção da CUT vinha no sentido de fazer crescer a paralisação nas categorias que haviam iniciado o movimento e incorporar outras a exemplo dos metroviários. Os ferroviários apontam o início de sua paralisação para o dia seguinte, dia 04 de maio. Os sindicatos dos servidores públicos federais realizam assembléias por todo o Brasil defendem a greve, funcionários dos diversos Ministérios e do Judiciário também se mobilizam. Os trabalhadores da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos param em solidariedade às categorias em greve, por duas horas. A perspectiva é de um movimento crescente especialmente a partir do dia 09 de maio.

Os boletins distribuídos pelos sindicatos[97] de petróleo e pela FUP entre os dias 02 e 03 traz como manchete " *Vamos todos à greve – a partir de 3 de maio, os petroleiros e outras categorias vão parar por tempo indeterminado*" (Pm 02.05.95). Nos boletins fica claro que a "*Greve!* (é) *pelo cumprimento dos acordos*" coletivos descumpridos pelo governo[98] anterior e o atual (Sindipetrosul 03.05.95)[99]. Apresentam o lucro líquido da Petrobrás em 1994 no valor de U$ 1,6 bilhão, afirmando ainda ser de R$ 0,01 o impacto sobre o valor dos combustíveis

[97] Quando não houver especificação os termos sindicato e federação dirão respeito às organizações sindicais dos petroleiros.
[98] Quando não especificado, o termo governo diz respeito ao Governo Federal.
[99] Boletim do Sindipetrosul.

do reajuste pretendido. Segundo os boletins, os descumprimentos dos acordos assinados efetivaram-se não por falta de condição da empresa, mas em função da política de governo "*visando à privatização e o sucateamento do serviço público e das estatais*", logo, a greve do dia 03 adquire também o caráter de "*defesa do patrimônio público e da soberania nacional*" (Rádio Pião 03.05.95)[100] permanentemente em risco com a continuidade do processo de reformas caracterizado por um perfil neoliberal (Petroleiros na Luta 03.05.95)[101]. A greve dos petroleiros está incluída dentro de uma luta mais ampla, os boletins realçam o movimento grevista como ocorrendo em unidade com outros trabalhadores de estatais e do serviço público federal.

No primeiro dia de greve a adesão entre os petroleiros é muito grande, ficando de fora apenas a refinaria de Capuava (RECAP), em Mauá/SP e a base de Pernambuco, que iria realizar assembléia nesse mesmo dia[102]. Nas demais bases a greve é aprovada. Nas unidades que trabalham em regime de revezamento ininterrupto de turno (RRIT), aconteceu o corte de rendição (CR) ainda na madrugada do dia 03, nos outros locais, os trabalhadores não entraram para trabalhar pela manhã. Como de costume, nessas ocasiões os comandos de greve saem para passar os informes para a base assim que aprovados os encaminhamentos nas assembléias. Algumas vezes, eles saem mesmo antes de terminar as assembléias pela necessidade de abordar o pessoal de turno nas entradas. Dirigem-se para os portões das unidades sejam refinarias, usina de xisto, de fertilizantes, ou de asfalto. Vão para os locais de embarque e desembarque quando se trata das plataformas marítimas ou de áreas de produção confinadas, nas quais o acesso só é permitido por avião, como acontece na base de Urucu, no Amazonas. Deslocam-se também para bases de campo, no caso das áreas de

[100] Boletim do Sindipetro-Ce.
[101] Boletim do Sindipetro-RN.
[102] Em Pernambuco localiza-se o terminal de Suape, não existe refinaria.

produção terrestre. Diferentemente de uma refinaria, nas áreas de produção terrestre os trabalhadores ficam dispersos por grandes regiões tornando quase impossível o contato individual. A concentração ocorre apenas na chegada e saída das bases, em seguida cada um dirige-se para os seus locais de trabalho.

Os comandos aproveitam os locais de concentração para conversar com as equipes que estão chegando, passar os informes, os encaminhamentos e discutir a incorporação deles nas atividades. Apesar da decisão já ter sido tomada na assembléia, a direção do movimento precisa ter muita habilidade, o esforço é para conseguir 100% de adesão.

> *Na greve os nervos de todo mundo estão à flor da pele, além das preocupações próprias da decisão tomada, o turno do zero hora é muito sensível*[103]*, daí a exigência de habilidade e pulso forte da direção para evitar que um ou outro trabalhador resolva furar a greve.* (Silva, sindicalista na RPBC).

A adesão nessas primeiras horas é fundamental para a efetividade da greve. Apesar de serem os trabalhadores do turno os responsáveis diretos pela produção, é importante, do ponto de vista simbólico e de *marketing*, que os trabalhadores do horário administrativo, mesmo aqueles que exercem funções distantes da produção, como o pessoal de escritório, se incorporem ao movimento. Afora a questão da relação classista soldando os interesses das diversas frações da classe trabalhadora, notadamente ao tratar-se de trabalhadores de uma mesma empresa em luta, impõe-se a questão da visibilidade da greve e o uso que pode ser feito dela tanto por parte dos trabalhadores, quanto pela direção da empresa, do governo e da mídia.

---

[103] Muitos trabalhadores não conseguem dormir pelo dia o necessário para refazer o cansaço e o *stress* da noite anterior e já retornam cansados e de mau humor. Além dessa questão, eles podem ter saído de suas casas deixando um doente na família, portanto chegam preocupados e existe a chateação de saber que passarão mais uma noite em claro, tendo que brigar com o sono. Por todos esses motivos, esse é o horário mais suscetível a problemas relacionados ao humor.

As áreas e unidades de produção[104] localizam-se, em média, distante dos olhos e ouvidos da população, geralmente em regiões isoladas. Diferentemente, os escritórios, na maioria dos casos, situam-se próximos dos centros urbanos, portanto, mesmo de fora, é possível perceber o seu funcionamento pelo entrar e sair de pessoas e veículos. A produção[105] pode estar completamente parada e/ou produzindo a capacidade bastante reduzida, mas se as áreas administrativas funcionam com regularidade, pode se denotar para a população, e mesmo para o conjunto dos trabalhadores, estar tudo normal. Nesse sentido configura-se importante a adesão do pessoal administrativo, para tal, fundamental é que pela manhã a direção do movimento, além da decisão da assembléia do dia anterior, informe, ademais, *o turno do zero hora cortou rendição.* Nessas ocasiões, o pessoal do *zero hora* normalmente participa da assembléia para reforçar a mobilização.

4.4.3 As diferentes formas de efetividade da greve na Petrobrás

Visto que são áreas com características distintas, para cada uma existe procedimento específico quando das greves. Nas unidades industriais[106] a greve de 95 significou, no seu primeiro momento,[107] corte de rendição, os turnos que chegaram para trabalhar no *zero hora* não entraram. Com essa ação os trabalhadores tencionavam parar as unidades por exaustão. A direção do movimento orientou, como das outras vezes, aos trabalhadores no interior das unidades, não aceitarem descansar e fazerem pressão junto às chefias para serem

[104]Ao registrar *áreas da Petrobrás ou áreas de produção da Petrobrás* ou termo semelhante, estaremos nos referindo ao conjunto de unidades industriais; refinarias, campos de exploração e produção da Petrobrás.
[105] Na produção de petróleo existem as fases de prospecção, exploração, produção e refino. Quando não especificado o termo produção dirá respeito a todas elas de forma genérica.
[106] Denominamos de unidades industriais as refinarias, as fábricas de asfalto, de fertilizantes , usina de xisto, além das unidades de processamento de gás natural.
[107] Na RPBC houve ocupação pelos trabalhadores da refinaria no decorrer da greve.

liberados após às 16 horas de serviço[108]. Ao agirem dessa forma os trabalhadores visavam a tensionar as superintendências a parar as unidades, pois o risco de sinistro em mantê-las trabalhando com equipes completamente exaustas, por mais de 16 horas de forma continuada, é muito grande.

Os primeiros momentos da greve no interior das unidades é de muita apreensão. Os trabalhadores ficam isolados algumas vezes sem comunicação com o mundo exterior, pois os telefones são desligados[109]. Surgem as dúvidas quanto à efetividade do movimento nas diversas áreas, seus efeitos e implicações. Apreensão também em relação à paralisação da produção, não apenas pelo esforço físico exigido de corpos já exaustos, como pelos riscos de acidentes, nas indústrias de processo contínuo, como vimos. A complexidade e os riscos são muito grandes.

> *Todo processo de paralisação é delicado. Tem muita coisa envolvida, e quando o processo de paralisação está sendo desencadeado pelo movimento sindical, a responsabilidade sobre os ombros dos trabalhadores é maior ainda. Nada podia dar errado* (Charles, presidente do Sindipetro-CE)[110].

Nas plataformas marítimas e nas áreas de produção confinadas em áreas de difícil acesso, como na unidade de Urucu, no meio da selva amazônica, o processo é bastante diferente. O contato da direção sindical acontece apenas durante o embarque e o desembarque do pessoal. Os embarcados da Petrobrás[111] nas plataformas trabalham 14 dias e folgam 21. Existem normalmente, duas equipes embarcadas em regime de trabalho de 12 por 12, enquanto uma trabalha 12 horas, a outra equipe descansa na própria área (plataforma ou base), seja dormindo, ou nas salas de tv e jogos. Durante os 14 dias de trabalho o contato dos

[108] Limite permitido pela legislação.
[109] O uso de celular reduziu esse problema.
[110] Quando não for citada a fonte, havendo apenas o nome ou função de quem fala, significa que foi depoimento colhido por nós durante a pesquisa de campo.
[111] Os terceirizados trabalham em escalas e regimes diferentes.

trabalhadores com a direção do sindicato se realiza via rádio ou telefone. Informados da decretação da greve, os embarcados realizam as assembléias em cada plataforma e referendam ou não o movimento. Referendada a greve o coletivo distribui as tarefas, elegem um comando e partem para informar a chefia e operacionalizar a parada dos trabalhos de acordo com as condições específicas de cada operação realizada na plataforma. "*Algumas vezes aprovamos a greve pela noite, mas determinadas tarefas devem permanecer ocorrendo até o dia seguinte para evitar comprometer a operação ou os equipamentos envolvidos*" (operador da Bacia de Campos). Desse momento em diante, sabe-se, a direção da plataforma fica sob a orientação do comando,

> *anteriormente eram colocados tonéis, guindastes nos helipontos e nos ancoradouros para evitar a aproximação e desembarque de elementos da empresa, hoje não fazemos mais isso, percebemos que estávamos colocando em risco as nossas próprias vidas em caso da necessidade de desocupação rápida. Hoje o movimento é mais consciente e organizado* (Caixeta, sindicalista da BC).

Nos campos de produção, a direção do movimento aproveita a chegada e saída dos trabalhadores antes deles se dispersarem pelas áreas, para discutir a greve e proceder aos encaminhamentos. Nesses locais são realizadas reuniões, em seguidas as equipes saem informando aqueles que se encontram trabalhando, e promovendo a paralisação dos equipamentos.

4.4.4 As primeiras reações do governo

Já nas suas primeiras ações o governo dá demonstrações da sua disposição de enfrentar o movimento grevista. Na primeira avaliação do movimento, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio de seu porta-voz Sérgio Amaral, afirmou "*a greve é um direito do trabalhador, desde que não transgrida a lei*" (GM, 04.05.95). Dentro desse contexto e visando a adequar a legislação às

necessidades de governo, FHC baixa o Decreto nº 1480, no dia 04 de maio, no qual estabelece punições para os servidores que aderissem à greve,

> Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais, enquanto não regulado o disposto no art. 37, inciso VII, da Constituição.
>
> *O presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 116, inciso X, e 117, inciso I, da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,*
> *Decreta:*
> *Art. 1º - Até que seja editada a lei complementar a que alude o art. 37, inciso VII, da Constituição, as faltas decorrentes de participação de servidor público federal, regido pela lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em movimento de paralisação de serviços públicos não poderão, em nenhuma hipótese, ser objeto de:*
> *I - abono;*
> *II - compensação; ou*
> *III - cômputo, para fins de contagem de tempo de serviço ou de qualquer vantagem que o tenha por base.*
> *Parágrafo 1º - Para os fins de aplicação do disposto neste artigo, a chefia imediata do servidor transmitirá ao órgão de pessoal respectivo a relação dos servidores cujas faltas se enquadrem na hipótese nele prevista, discriminando, dentre os relacionados, os ocupantes de cargos em comissão e os que percebam função gratificada.*
> *Parágrafo 2º - A inobservância do disposto no parágrafo precedente implicará na exoneração ou dispensa do titular da chefia imediata, sem prejuízo do ressarcimento ao Tesouro Nacional dos valores por este despendidos em razão do ato comissivo ou omissivo, apurado em processo administrativo regular.*
> *Art. 2º - Serão imediatamente exonerados ou dispensados os ocupantes de cargos em comissão ou de funções gratificadas constantes da relação a que alude o artigo precedente.*
> *Art. 3º - No caso em que a União, autarquia ou fundação pública for citada em causa cujo objeto seja a indenização por interrupção, total ou parcial, da prestação dos serviços desenvolvidos pela administração pública federal, em decorrência de movimento de paralisação, será obrigatória a denunciação à lide dos servidores que tiverem concorrido para o dano.*
> *Parágrafo único. Compete ao Advogado-Geral da União expedir as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.*

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,04 de maio de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FHC já havia exposto claramente sua disposição de fazer enfrentamento a quem contestasse sua política, quando no mês de março declarou não permitir divergências de dirigentes de estatais as suas diretrizes. Reafirmou sua posição um dia antes da decretação da greve puxada pela CUT, quando saíra publicada no Diário Oficial da União a demissão do advogado José Machado Sobrinho da direção da Petrobrás, que fora exonerado dia 28 de abril, por ter feito críticas ao programa de privatização do governo. José Machado publicou artigo no Jornal do Brasil (JB), com o Titulo de "*Lesa Pátria*", condenando as privatizações das empresas como Vale do Rio Doce, Eletrobrás, Petrobrás e Telebrás (Diário do Nordeste 03.05.95).

Raimundo Brito, Ministro das Minas Energia, pasta responsável pela maioria dos servidores em greve, denomina a greve, iniciada no dia 03 de maio, "*como coisa da CUT contra as reformas*" (FSP, 05.05.95). Por determinação desse Ministro a Petrobrás e a Eletrobrás entram no TST com pedido de abusividade ainda no primeiro dia do movimento. No mesmo dia, o Presidente do TST, José Ajuricaba, marcou a audiência de conciliação com os petroleiros a acontecer no dia 06 de maio às 10 horas, e determinou a todos os sindicatos de petróleo a manutenção de 30% de efetivo mínimo, sob pena de multa diária de R$ 100 mil por dia de descumprimento para cada sindicato. Para garantir o cumprimento dessa sua decisão, Ajuricaba orienta a empresa a convocar nominalmente os trabalhadores para fazerem cumprir o efetivo mínimo, ficando os petroleiros convocados sujeitos a demissão por justa causa em caso do descumprimento da mesma (O Vale Paraibano, 04.05.95)[112].

[112] Jornal de São José dos Campos.

4.4.5 O segundo dia de greve

Os petroleiros de Pernambuco aprovam em assembléia se somarem à greve a partir do dia 08.05 (segunda-feira). Apesar de ser uma base pequena, essa decisão tem um forte efeito simbólico, mostra o crescimento do movimento. Na RECAP os petroleiros também decidem se incorporar, portanto as duas únicas bases que estavam de fora agora também se integram. Em Paulínia, os petroleiros, já com mais de 24 horas ininterruptas de trabalho no interior da refinaria, começam uma greve de fome para forçar as suas liberações pela direção daquela unidade. Na Bacia de Campos, as informações apontam para a paralisação da maioria das plataformas. Mesmo havendo diferenças de números entre os divulgados pelos trabalhadores e os divulgados pela empresa e/ou governo, a paralisação dos petroleiros é muito forte e ocorre em todo o território nacional. Como se pode verificar historicamente, é característico na categoria dos petroleiros, à adesão é maior entre os trabalhadores ligados a produção. Na operação e manutenção a greve oscila em torno de 90% e 65%, nos setores administrativos. Não obstante a adesão elevada adesão à greve, o Diretor do Departamento Nacional de Combustíveis informa que os estoques estão tranqüilos por mais 15 ou 20 dias (FSP, 05.05.95).

De acordo com a CUT, o segundo dia de paralisação envolveu algo em torno de 300 mil trabalhadores do total de 500 mil. Atingem 85% entre os eletricitários, 60% entre os servidores técnicos administrativos das universidades, 45% dos previdenciários, apresenta um certo recuo entre os telefônicos, mas cresce entre os petroleiros. Ferroviários no país, e metroviários em São Paulo permanecem prepaRando suas paralisações para o dia 09 de maio. O sentimento geral que se faz transparecer nas falas dos trabalhadores é de muita disposição.

A atmosfera avaliada como positiva para o movimento grevista permanece durante a primeira semana de greve. As matérias publicadas nos jornais pesquisados[113] continuam tratando a greve, iniciada no dia 03 de maio, como uma greve capitaneada pela CUT contra as reformas de FHC, mas que teria no seu bojo também as reivindicações econômicas e a cobrança de cumprimento de acordo por parte do governo. São poucos os editoriais e comentários negativos ao movimento. Tal é o editorial do dia 8 de maio da Gazeta Mercantil exortando governo a agir contra "*esse movimento de 'grevilha' pelo qual se procura criar um clima de greve geral, que não encontra apoio na população*". Carlos Chagas, em um artigo reproduzido no dia 07.05 no jornal Tribuna do Povo, analisa a semana vitoriosa para o movimento, e diz que é uma greve política contra as reformas, apesar de assumir sua posição também contrária às reformas, este analista chama atenção para o uso negativo que dela pode ser feito pela direita se os *patetas*, (dirigentes da CUT) persistirem em uma linha de radicalização[114].

Durante esses primeiros dias, a greve dos petroleiros fôra focada como apenas mais uma em meio a tantas greves que estão a ocorrer, não obstante ser disponibilizado a ela um espaço maior na mídia. A greve na Petrobrás, por suas peculiaridades, é colocada em destaque, seja pela responsabilidade com o abastecimento de gás, gasolina e óleo diesel, seja pela abrangência nacional da categoria, pelos custos vultuosos da paralisação, seja por ser a que consegue maior adesão da categoria. As matérias trazem sempre a questão da queda da produção e o desabastecimento, mas este último é sempre negado pela empresa,

[113] Folha de São Paulo, Gazeta Mercantil, O Estado de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, A Tarde, O Povo, Diário do Nordeste, Tribuna do Ceará, Tribuna do Norte, Tribuna do Povo, Diário de Natal, Jornal O Mossoroense, Zero Hora, Vale Paraibano, A Crítica, Gazeta do Povo, Gazeta do Oeste.

[114] Esse tipo de posição será uma constante, de um lado estão alguns poucos analistas que criticam FHC, mas que não deixam também de criticar o movimento, do outro lado se encontram os que apóiam incondicionalmente o governo e fazem duras críticas aos grevistas.

que explica, inclusive, ter se preparado para a grave com compras e estoques adicionais de combustíveis e GLP.

O clima de certa imparcialidade da mídia em relação à greve dos petroleiros, até aquele momento, pode ser observado pelas avaliações presentes no material distribuído pelos sindicatos de petróleo. Enquanto no S*indipetrosul*, no Rio Grande do Sul, divulga-se a *indignação* dos c*ompanheiros da Bacia de Santos* contra a Rede Globo e SBT, pelos comentários de Boris Casoy e Joelmir Beting (08.05.95), no *Petroleiros em Luta* (PL), no Rio Grande do Norte, é publicado "*a grande imprensa, estranhamente, adota um comportamento menos tendencioso* (em relação à greve), *comparando-o com o dispensado em outras ocasiões*" (PL, 09.05.95).

Nos dias iniciais o tensionamento entre os petroleiros e a empresa se prendeu à questão da parada ou não das unidades industriais (UI)[115]. Como dito anteriormente, afora a RECAP, o corte de rendição aconteceu na madrugada do dia 03 de maio em todas as refinarias, mas as unidades continuaram operando com os turnos que haviam entrado para trabalhar na tarde da terça-feira. De posse da orientação do TST no tocante à convocação nominal dos trabalhadores para compor os efetivos mínimos, os prepostos da Petrobrás passaram a fazê-lo por documentos, nos quais constavam nominalmente os convocados. Subjacente à questão dos efetivos mínimos estava, em verdade, a possibilidade de parar ou não as refinarias. Um dos resultados da reestruturação produtiva do capital na Petrobrás foi a redução dos efetivos, conforme já vimos, portanto, era possível manter as unidades operando com efetivos menores mesmo sob riscos maiores.

[115] Estaremos considerando nesses casos as refinarias, as unidades de processamento de gás e as fábricas de fertilizantes, asfalto e usina de xisto. Os outros setores da empresa, como os terminais marítimos têm uma posição secundarizada no processo de greve. Para simplificar a linguagem trataremos todas elas por *refinarias*. Quando for necessário especificaremos a unidade.

Por entender a operacionalização do efetivo mínimo nos moldes da empresa como o fim da greve, a FUP decidiu orientar aos trabalhadores, via seus respectivos sindicatos, ao não acatamento das convocações feitas pelas chefias. No que foi plenamente acatada, os trabalhadores não responderam às convocações da empresa. Entrementes, os sindicatos cobravam das direções das refinarias os números dos estoques para com bases neles decidir o funcionamento das unidades e os efetivos mínimos. A empresa por sua vez se nega a prestar as informações, afirmando "*É entendimento da PETROBRÁS de que a determinação do Exmo. Presidente do TST independe das informações solicitadas por V.Sa*"[116]. Em Paulínea trabalhavam por turno na refinaria em torno de 60 trabalhadores, a superintendência convocou 112 para o efetivo mínimo, praticamente o dobro dos que trabalhavam em um turno regular. As divergências de encaminhamentos provocam reuniões envolvendo as superintendências, as direções sindicais, o Ministério Público e/ou as Procuradorias Regionais do Trabalho, como foi o caso do Rio Grande do Norte. (Diário de Natal, 06.05.95). Essa foi a grande disputa no alvorecer da greve, parar ou não parar a produção?

Nesse ínterim, ocorre dia 06 de maio a audiência de conciliação no TST. Durante a audiência a FUP defendeu o cumprimento do acordo assinado em 25 de novembro e afirmou estar cumprindo o efetivo mínimo de 30%. As posições da Petrobrás se mostram contraditórias na audiência, Clotário Francisco Cardoso, Superintendente de Recursos Humanos (SEREC) da empresa, reconhece em parte o descumprimento de acordo e atesta as condições financeiras da Petrobrás em efetuar os ajustes, evidenciando claramente que eles não foram feitos apenas por discordância do governo (FSP 09.05.95).

A Petrobrás na audiência não se mostrou disposta a encontrar saídas, o interesse da Petrobrás era que rapidamente a greve fosse julgada abusiva. A

[116] Oficio REVAP-50012/95 ao Sindipetro de São José dos Campos.

recusa da Petrobrás em apresentar alternativas viáveis causa *irritação* de José Ajuricaba Costa e Silva, Presidente do TST, conforme noticiado pela imprensa. Apenas o Jornal Nacional da Rede Globo (JN) inverte os papéis e apresenta os petroleiros como responsáveis por não haver conciliação. A Globo abre seu jornal das 20 horas com a chamada "P*etroleiros não entram em acordo*" (A Tarde, FSP, GM, 07.05.95, Sindipetro Sul 08.05.95). Sem alternativas, depois de 7 horas de reunião, a audiência de conciliação é suspensa e marca-se o julgamento para o dia 09 de maio. Ainda na reunião de conciliação conhece-se o parecer do Procurador-Geral Substituto do Trabalho, Ives Gandra Martins Filho considera o *Protocolo* assinado em 25 de novembro como válido, *contesta* o argumento de desconhecimento da greve por parte da Petrobrás, mas considera a greve abusiva por não ter cumprido o efetivo mínimo (O Petroleiro, 08.05.95). Após a reunião o Ministro do Trabalho, Paulo Paiva, comunica-se pelo telefone com Ajuricaba, e, em função das ponderações deste último, assume o compromisso de fazer gestões junto ao Ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, visando a buscar saídas para o impasse (A Tarde, 08.05.95).

Nesse primeiro *round* o movimento dos petroleiros sai na frente; apesar da pressão da Petrobrás com as convocações, a semana seguinte (08.05), começa com 8 refinarias e as fábricas de asfalto e fertilizantes paralisadas. Operam[117] apenas as refinarias de Manaus e Betim; a REMAN e REGAP, respectivamente, efetuaram o corte de rendição e a categoria nesses locais aprovou greve, tendo a empresa conseguido mantê-las operando com alguns poucos trabalhadores. Por possuírem pequena capacidade de refino, essas duas unidades não teriam condição de fazer frente à demanda nacional[118]. Um quadro ilustrativo é que a Bacia de Campos responsável por quase 70% da produção nacional, "*25*

[117] O verbo operar é usado na Indústria de Processo Contínuo (IPC) no sentido de trabalhar, estar funcionando, "a planta está operando".
[118] As duas juntas eram responsáveis por 3,2% da capacidade instalada de refino do Brasil.

plataformas, num total de 36, estavam paralisadas" (GM, 08.05.95). Fato novo foi gerado pela direção central da Petrobrás no dia 08.05.95 (segunda-feira); diferentemente do que vinha dizendo até então, a empresa distribui nota classificando de muito baixos os estoques de GLP nas áreas atendidas pelas refinarias de São Paulo. Depois dessa nota a falta de GLP passou a ser tratada com muita apreensão por parte da mídia, fato que não vinha acontecendo até aquele momento.

No conjunto do movimento o clima permanece de ascensão, apesar de já apresentar problemas. Os eletricitários e telefônicos não conseguem fazer o movimento crescer como divulgado, apresentando, ao contrário, certo recuo. Os telefônicos praticamente suspendem a greve no seu segundo dia. Entre os eletricitários, os trabalhadores de Furnas suspendem a greve com indicativo de retornar na segunda-feira (08.05.95). O dia 9 de maio permanece como um forte balisador, em função da perspectiva de adesão de categorias importantes como ferroviários, nacionalmente, e metroviários de São Paulo. Essa última categoria teve audiência de conciliação no dia 05 (sexta-feira) e no dia 08 (segunda-feira), mas não se chegou a um acordo.

Além das categorias paralisadas desde o dia 03, como os aeroportuários e previdenciários, outras se mobilizam para entrar em greve. Os funcionários da SABESP, responsáveis pelo tratamento e distribuição de água e esgoto do estado de São Paulo, fazem assembléia dia 08.05 e resolvem parar a partir do dia 09.05, reivindicam reajuste real e o repasse total do IPC-r. Os trabalhadores da CETESB/SP (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), também discutem em assembléia a possibilidade de aderir à greve. Os rodoviários do Distrito Federal se encontram parados desde a zero hora da segunda-feira (08.05.95), também reivindicam reajustes acima do IPC-r acumulado. Os trabalhadores do IBGE decidem parar a partir do dia 10.05 (quarta-feira). Nas

Universidades Federais os professores que, até então estavam fora da greve, fazem assembléias discutindo sua incorporação ao movimento a partir do dia 09.05.

Em sentido oposto ao da CUT, a Força Sindical, segunda maior central sindical do país, preparara para o dia 11.05 uma greve na zona leste da capital paulista de apoio às reformas de FHC e contra as greves organizadas pela CUT. Durante todo o processo de greve os dirigentes daquela central fazem pronunciamentos contrários aos paredistas e às estatais. A Força Sindical defende abertamente as privatizações e a política neoliberal[119].

Nesse clima de muita efervescência, mesmo as paralisações em nível estadual contribuem para elevar a temperatura social, notadamente quando essas ocorrem em estados centrais da federação como São Paulo e o Distrito Federal, e, sintomaticamente, em categorias envolvendo transporte e abastecimento de água. Além de haver problemas de mobilização em algumas categorias, ocorrem diferenças na direção do movimento.

A direção da CUT nacional realizou uma reunião dia 05.05 (sexta-feira), e modificando sua posição decide negociar com o governo a reforma constitucional. Essa posição foi defendida e capitaneada pela "*Articulação Sindical*", corrente de que faz parte Vicentinho, então Presidente da Central. A decisão foi aprovada mesmo tendo a discordância dos sindicalistas ligados a outras forças, como a Convergência Socialista, a CSC, e a CUT pela Base. Foi uma reunião bastante polêmica. A posição de sentar com o governo ia de encontro ao espírito da greve puxada pela Central, ainda mais porque havia setores dentro da CUT defendendo a decretação da greve geral já naqueles dias. A proposta destes setores era aproveitar o clima de "*onda de greves*" como denominou o próprio presidente do Metrô paulista (FSP, 09.05.95).

[119] Sobre a adesão da Força Sindical ao neoliberalismo ver: Boito (1999), Tropia (2002).

4.4.6 O julgamento do TST

O dia 09.05, (terça-feira), amanhece trazendo nos diversos jornais do Brasil, estampadas, as seguintes manchetes,

> ***Gás já começa a faltar em São Paulo*** (FSP, 09.05.95).
>
> ***Estoque de gás da Petrobrás termina sexta*** (O Povo, 09.05.95).
>
> ***Indústria sofre com falta de gás*** (Gazeta Mercantil,09.05.95).
>
> ***Estoque de gás pode acabar antes de sexta no Rio de Janeiro*** (A Tarde, 09.05.95)
>
> ***Estoque de gás de cozinha é muito baixo*** (FSP, 09.05.95).
>
> ***Greve pode provocar falta de gás em Mossoró*** (O Mossoroense, 09.05.95).
>
> ***Sindicato: gás está chegando ao fim*** (Vale Paraibano, 09.05.95)**.**

Depois da nota divulgada no dia anterior pela Petrobrás, colocando a possibilidade de falta de gás, as reportagens passam a trabalhar com a questão do desabastecimento de gás e combustíveis de forma diferente da posta até aquela data. É um ambiente ainda dúbio, as informações aparecem na mídia de forma desencontrada. No mesmo dia em que a Petrobrás afirmava em Brasília haver risco imediato de desabastecimento, no jornal *Zero Hora* do Rio Grande do Sul, o superintendente da REFAP afirmava não haver risco nenhum. No Rio Grande do Norte, enquanto O Tribuna do Norte publicava "*petroleiros garantem abastecimento no RN*", o jornal Mossoroense, do mesmo estado, fala em desabastecimento.

Apesar da dubiedade, pode-se perceber ali uma mudança de postura da mídia. Antes as matérias e artigos de jornais já levantavam a preocupação com o desabastecimento; não obstante, o problema era tratado enquanto tese, como uma possibilidade, agora se afirma já estar faltando gás e combustíveis em alguns

locais. Às vezes os próprios sindicalistas corroboram em suas entrevistas com a tese "*o desabastecimento é iminente*". Palavras usadas por Wenzel Vilas Boas, diretor do Sindipetro do Vale do Paraíba (Vale do Paraíba, 09.05.95).

No dia 9 de maio a paralisação entre os petroleiros está consolidada, problemas são resolvidos por negociações localizadas, mas que não colocam em risco a unidade do movimento nem a força da greve. Na REPLAN, dois trabalhadores foram demitidos no dia 07.05 (domingo), por não responderem as cartas de convocação da empresa. No dia 08.05 o sindicato negociou a suspensão das demissões, em troca da garantia da produção de 30% de GLP.

Os Ferroviários, categoria de 45 mil trabalhadores, como fruto de articulação anterior, param no dia 09.05 em todo o país, à exceção de Curitiba, lá o sindicato não é filiado à CUT. Em São Paulo, os metroviários filiados à CUT também param desde a zero hora desse dia. É um movimento de muita relevância, haja vista que desde 1988 não ocorria uma greve por tempo indeterminado na categoria. Ademais, a repercussão é patente. Em torno de 3,5 milhões de pessoas ficam sem transporte, os engarrafamentos atingem cerca de 117 km. (FSP, 09 e 10.05.95). Em vista disso ocorre uma reunião no TRT, entre os metroviários e a direção do metrô, mas não se chega a um acordo e a greve continua.

Estão em greve também os funcionários da Sabesp e servidores da saúde e aeroportuários de São Paulo (filiados à CUT). No Paraná, a SANEPAR está paralisada. Nas Universidades Federais, os sindicatos dos professores, em sua maioria filiados a CUT, resolvem então se somar aos técnicos administrativos que já estavam paralisados desde o dia 03. Os eletricitários e previdenciários, mesmo com muitas defecções, continuam mantendo seus movimentos. No Rio de Janeiro, os trabalhadores da construção naval resolvem entrar em greve. Já em Brasília, os rodoviários põem fim à greve depois de 38 horas de paralisação. Permanece ainda a greve dos rodoviários de Mato Grosso, iniciada no dia 07.05.

Em São Paulo os rodoviários também discutem entrar em greve. Na categoria, há os que apontam o dia 16 de maio e outros defendem que se dê inicio ao movimento paredista já a partir do dia 12.

Há muita mobilização nos meios sindicais. Apesar de alguns reveses o quadro é de grandes movimentações nas categorias. Dentro desse clima será julgado a greve dos petroleiros pelo TST no dia 09.05 (terça-feira). No dia anterior (08.05) o TST já havia julgado abusiva a greve dos marítimos por sete votos contra três. Os marítimos estavam em greve desde o dia 15 de abril, reivindicando cumprimento de acordo e o reajuste do IPC-r acumulado. O relator ministro Almir Pazzianotto nega as duas reivindicações, na sentença o TST determina o não pagamento dos 24 dias parados, e dá uma estabilidade de 90 dias.

"*O julgamento dos petroleiros ocorreu de forma exageradamente rápida quando comparado com outros julgamentos dessa envergadura*" (advogado da FUP). Em apenas três horas a greve é julgada abusiva por 11 votos contra 1. Apenas o ministro Taumaturgo Cortizo votou pela não abusividade. Em outra votação, nessa mesma seção, por 9 contra 3, desconhecem a legalidade do *Protocolo* firmado em 25 de novembro de 94. O acordo de 25 de novembro, ainda no governo Itamar Franco, foi o responsável pela suspensão da segunda greve dos petroleiros havida naquele ano. O TST decidiu ainda que os petroleiros deveriam retornar ao trabalho a partir das 12 horas do dia 10, estipulando para os sindicatos multa de R$ 100 mil por cada novo dia de greve. A decisão permite à Petrobrás descontar os dias parados com todos os seus reflexos sobre férias, promoções, aposentadoria, etc., não se verificando nenhuma estabilidade como se fez conceder aos marítimos, deixando a critério da empresa a possibilidade de demissão.

Logo no inicio do julgamento o ministro relator, Ursulino Santos, questionou o direito da federação de representar os petroleiros. Para ele a FUP

seria mais "*um clube não representa uma federação*". Essa compreensão só não foi para votação em função da ponderação do ministro classista, fazendo ver aos seus pares o prejuízo no tocante a tempo, posto que, caso a FUP não pudesse representar os petroleiros o julgamento seria adiado com maiores prejuízos para a população. Nessa decisão, venceu a sua posição por 7 votos contra 4 (GM, 09.05.95). Durante o julgamento um elemento importante foi a posição do ministro "*Almir Pazzianotto que esteve o tempo todo com as piores posições, ele fazia questão de se posicionar da forma mais retrográda possível.* P*azzianotto tratou o acordo como ficção*" (advogado da FUP).

Na sua tese, Pazzianotto acusava o ex-presidente Itamar Franco de ter praticado atos inconseqüentes. Para ele, Itamar Franco, ao ter firmado acordo ilusório no fim de seu mandato com os petroleiros, levou-os a erro (isto é: fazer uma nova greve reivindicando o cumprimento do acordo). Afirmava também que um presidente não pode tripudiar da Justiça do Trabalho como fez Itamar, ao sentar com os petroleiros e negociar uma greve, depois de tal ter sido julgada pelo TST como abusiva: "*O Presidente da República não pode assinar acordo coletivo de trabalho em nome da Petrobrás. Menos ainda um ministro de Estado"* (OESP, FSP, 10.05.95)[120].

Esse julgamento era aguardado com muita ansiedade pelos dirigentes da CUT; ele seria um referencial para todas as outras categorias em luta desde o dia 03. O julgamento dos marítimos no dia anterior evidenciou certa sinalização; mas os marítimos apesar de também estarem em greve, não tinham toda a simbologia envolvida na greve dos petroleiros e seu processo era diferenciado. A rapidez do

[120] As argumentações de Pazzianotto e a expressão da Folha de São Paulo "*A greve iniciada há oito dias pelos petroleiros foi a retomada de um movimento iniciado em 1994, durante a data base da categoria*" (10.05.95) vão ao encontro de uma das nossas hipóteses. A greve dos petroleiros iniciada em 03 de maio de 1995 é a continuidade de todo um processo iniciado durante a campanha salarial de 1994. Para entender algumas das nuances que envolveram a greve dos petroleiros de 1995, objeto de nosso estudo, é fundamental entender a processualidade das greves dos petroleiros ocorridas em setembro e novembro de 1994, no governo Itamar Franco.

julgamento e o teor das argumentações dos diversos ministros julgadores deixaram claro para o movimento sindical e as categorias em luta o horizonte esperado daquele órgão. A perspectiva para o julgamento da greve dos eletricitários no dia 12 (sexta-feira), agora mais do que nunca, não era de um resultado positivo para os trabalhadores.

A revolta dos sindicalistas com a decisão foi proporcional a ela. O Presidente da CUT, Vicentinho, afirma:

> *a decisão do TST foi lamentável e mostrou que a Justiça do Trabalho não existe mais, está podre. [...] A coisa vai se complicar. Os petroleiros saíram revoltados. Trabalhador não é besta. Quem morre calado é sapo em pé de boi [...] A CUT vai apoiar os petroleiros até as últimas conseqüências* (FSP, GM, 10.05.95).

Nessa mesma noite Vicentinho mantém contato com o Ministro do Trabalho, Paulo Paiva, cobrando abertura de canais de negociação e afirmando "*este governo está pior do que os empresários do setor privado, porque não aceita nem discutir*". Ainda no início da noite a FUP envia para os sindicatos o DN 167/95, com o resultado do julgamento indicando, ao final, a continuidade da greve,

> *A análise feita pela direção da FUP sobre a decisão do TST, aliada aos elementos políticos sociais e econômicos, aponta para a continuidade da greve.*
>
> *As assembléias de hoje devem avaliar o resultado do julgamento e o sindicato deve enviar esta avaliação para a FUP, por escrito, o mais breve possível. A partir destas avaliações, a FUP enviará o indicativo às bases para as assembléias nacionais de amanhã pela manhã*

Durante a noite do dia 09, antes mesmo do prazo limite dado pela FUP, manhã do dia 10, algumas bases já tomam posição de permanecer em greve. As bases da REFAP, REVAP, RLAM, RPBC e a REDUC decidem continuar o

movimento. REPLAN, RECAP, REPAR, REGAP e REMAN[121] deixam suas decisões para a manhã seguinte quando realizarão suas assembléias nas portas das unidades ou em locais estratégicos como o "*trevo de resistência*" (confluência entre a refinaria Landulpho Alves em Mataripe e o Terminal de Madre de Deus, na Bahia).

Abusivo é o governo (Petroleiros na Luta).

Às favas com o TST (O Petroleiro).

FUP indica manutenção da greve (Surgente)[122].

Essas são algumas das manchetes estampadas nos boletins dos sindicatos petroleiros na manhã do dia 10. Refletem o espírito da categoria! Pelo informativo da FUP enviado para as diversas bases petroleiras, às 15h da tarde, a greve se mantinha praticamente ilesa depois do julgamento. Foram poucos os recuos: em São Paulo a RECAP; no Rio de Janeiro 5 plataformas, o Parque de Tubos, o Edise, o CENPES e a FRONAP; no Paraná o NEXPAR. Essas são as bases em todo o Brasil que decidiram suspender a greve. Mesmo nesses locais o retorno ao trabalho foi aprovado por margens pequenas de votos. No Parque de Tubos, na Bacia de Campos, por exemplo, a votação foi de 44 pela suspensão e 42 pela manutenção da greve; no CENPES aprovou-se a suspensão do movimento, mas já se marcou uma nova assembléia de reavaliação.

A maioria das bases petroleiras optou por manter a greve, algumas de forma mais radicalizada como foram os casos da ASFOR, REDUC, e da RPBC. Nestas bases, aprovou-se cortar qualquer tipo de relação com as gerências no sentido de manter pequenas unidades funcionando, efetivos mínimo e/ou

[121] Algumas vezes uso as siglas das refinarias simbolizando os coletivos de trabalhadores, podendo usá-las também para denotar a relação sindicato/base "o Sindipetro da REFAP". Quando as siglas simbolizarem questões técnicas, corpo gerencial ou a própria Petrobrás; virá explicitado.
[122] Boletim do Sindipetro-RJ.

negociações similares. Em Pernambuco aprovou-se a idéia de demissão coletiva, caso a "*empresa demitisse algum companheiro*". O mesmo encaminhamento foi aprovado em São Sebastião no Tebar. O espírito de maior radicalização foi transmitido às bases pelo DN:169/95 da FUP, "*...orientamos que se implemente, em todas as unidades da Petrobrás, a parada total da produção sob o controle dos trabalhadores.*" O documento chama ao final atenção para essa decisão não significar *penalização da população* em relação ao Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e Gás Natural (GN) utilizado em hospitais.

Ao tomar conhecimento da continuidade da greve o governo anuncia, na noite do dia 10.05, com exclusividade "*na última frase do Jornal Nacional*" da Rede Globo, "*E atenção! A Petrobrás acaba de anunciar a demissão de 25 petroleiros entre os quais dirigentes sindicais*". Todos demitidos por justa causa[123], Antonio Carlos Spis, encabeçava a lista divulgada no dia 11. A decisão de demitir parece ter sido tomada apenas no final do dia 10, pois dirigentes da empresa da RLAM e da REVAP, locais onde haveriam demissões, dão entrevistas aos jornais que circularam no dia seguinte (11.05), sem fazer nenhuma referência às demissões que já foram notícia no dia anterior (10.05) (A Tarde, FSP, 11.05.95/12.05.95).

Com esse ato de força o Presidente da Petrobrás, Joel Rennó, deixa patente seu completo alinhamento com as diretrizes do governo. Notícias davam conta de haver descontentes na direção da estatal com a decisão do TST; esses comentários deixavam Rennó em situação desconfortável junto a FHC. Com as demissões as

---

[123] *São Paulo 1. Antonio Carlos Spis, dirigente, 2. José Genivaldo da Silva, 3. Nilton Alves de Oliveira, 4. Roberto Tadeu Constantino, 5. Edson Gasparini Junior, dirigente, 6. Wanderley Matheus Pequeno; Paraná 1. Jaime de Oliveira Ferreira, dirigente, 2. Giovani Negrello, 3. Wanderlei Lousano da Silva; Sergipe 1. Luiz Manoel Andrade Menezes, dirigente, 2. Antonio Baltazar de Almeida Costa Neto, 3. Romulo Rodrigues, dirigente, 4. Pedro Vieira do Amaral, 5. Francisco Gualberto da Rocha, dirigente, 6. Antonio da Cruz, 7. Dalton Francisco dos Santos, dirigente, 8. Zenilde Santana Santos, dirigente; Bahia 1. Moisés de Sá Barbosa, 2. Robson Egon Witzke, dirigente, 3. Nelson Araújo Filho, dirigente, 4. Manuel da Conceição de Souza, 5. Wilton Nascimento Brito, dirigente, 6. Cesar Humberto Penalva Correia Filho, 7. Henrique Crispim, dirigente, 8. Antonio Menezes dos Santos* (FSP, Vale do Paraíba, 12.05.95).

dúvidas são postas de lado (A Tarde, 11.05.95). Rennó resolve assumir esse ato mesmo correndo o risco de estar passando por cima da legislação, visto que interpretação de juristas entendem como ilegal a demissão sumária de dirigentes sindicais, sem o prévio e devido processo legal na Justiça do Trabalho (JB, 12.05.95).

As demissões parecem ter surpreendido[124] a própria FUP. Apesar de alguns dos seus diretores, como o coordenador Spis, Sérgio Santos e Humberto Campos, já terem dado entrevistas falando em demissão coletiva caso a empresa demitisse alguém, bem como afirmando que nesta condição haveria como resposta uma maior radicalização da categoria (FSP, A Tarde, GM 11.05.95), no Primeira mão (Pm) distribuído com data do dia 11.05 (quinta-feira), nada é dito sobre as demissões. As 25 demissões só abordadas apenas no Pm seguinte, distribuído no dia 12.05. Mesmo assim, o boletim trata apenas das 25 demissões anteriores, quando no final do dia 11.05 já estavam sendo anunciadas mais 34 demissões[125].

Observando o endurecimento por parte do governo e do Judiciário a FUP responde com o chamamento para radicalizar ainda mais, orienta que seja feito o corte total da produção,

> *Nessa nova fase da greve, a parada de produção será total. Onde houver falta de gás de cozinha e gás natural para a população e*

---

[124] Essa surpresa pode ser constatada também pelo boletim Rádio Pião, distribuído no dia 12.05 "Ontem (11.05), nem a FUP nem a direção da Petrobrás confirmou a notícia" (sobre a lista com 25 demitidos noticiada pela Globo na noite do dia 10).

[125] *Rio de Janeiro1 - Otto Moacir Melro Pecego; Bahia 1 - Jair Purificação dos Santos, 2 - Oscar Cezar Ferreira Magalhães, 3 - Edinaldo Mendes Sacramento, 4 - José Ferreira Mendes, 5 - Lázaro José de Jesus da Silva, 6 - Neuzito Ferreira de Araújo, 7 - Luiz Oliveira dos Santos, 8 - Hildeiza Costa Souza Lima, 9 - Juvenal Inácio Silva; Sergipe/Alagoas 1 - Alberto Dantas Rocha – dirigente, 2 - Marcos Barboza Cruz – dirigente, 3 - Orlando Nepomuceno Figueiroa; São Paulo 1 - Marcos Margarido – dirigente, 2 - Antonio Monteiro dos Santos, 3 - Leonardo Garcia dos Santos – dirigente, 4 - Luiz Roberto Bastos – dirigente, 5 - Sidney Lázaro Covre da Silva, 6 - Antonio Carelli, 7 - Ari de Carvalho Pinho, 8 - Armando Pereira da Silva, 9 - Valter Torres, 10 - Pedro Camargo Serra, 11 - Edson José Guimarães, 12 - Manoel Cerpa Pinto Neto, 13 - Ronaldo Pereira Monteiro, 14 - Regina Celi de Almeida, 15 - Ricardo Marques, 16 - Paulo Gois de Lima Filho, 17 - Mario Antônio Rodrigues Gomes, 18 - Luiz Veras da Silva, 19 - Luiz Carlos Figlioli; Paraná 1 - João Carlos Batista de Souza, 2 - Antonio Monteiro dos Santos.* (FSP, Vale do Paraíba, 13.05.95).

> *hospitais, os petroleiros deverão discutir em assembléia como fazer o atendimento de emergência. Afinal a comunidade é, como nós, vítima deste governo* (Pm, 11.05).

Orienta-se também a implementação das listas de demissão coletiva sugeridas pelas bases de Pernambuco e São José dos Campos: "*Temos agora que acelerar a implementação das demissões coletivas que serão uma arma contra as arbitrariedades da empresa.*" (Pm 12.05.95). Em Cubatão, durante a assembléia do dia 11.05, quando tiveram conhecimento das primeiras demissões os operários resolveram ocupar a refinaria. Essa ação já havia sido discutida anteriormente no comando, mas como era polêmica[126], teve sua decisão adiada. Entretanto, durante a assembléia do dia 11 (quarta-feira), o clima de revolta com as demissões acirrou os ânimos e a ocupação foi aprovada. No primeiro momento ela contou com algo como 250 e depois mais 100 trabalhadores foram incorporados à ocupação[127].

Ao final do dia 12.05 havia uma refinaria ocupada e 59 demitidos na Petrobrás, "*podendo haver mais demitidos nos próximos dias*" afirmava a empresa (JB, 12.05.95). Entre os demitidos encontram-se dirigentes sindicais, trabalhadores comuns e até supervisores de operações. Como não podia ser diferente, a decisão causou grande agitação entre os trabalhadores,

> *Ninguém na empresa estava acostumado com demissão. Na Petrobrás não existia cultura de demissão; era aposentadoria e PDV, as primeiras demissões aconteceram no governo Collor em 1990, mas foram revertidas com a luta* (Sandra, Sindipetrosul).

[126] As entrevistas que fizemos com alguns sindicalistas da RPBC denotaram haver divergências quanto à implementação dessa ação, suscitando informações diferentes, no tocante aos detalhes da operacionalização.
[127] Nas entrevistas que fizemos com sindicalistas da base de Cubatão os números não foram exatos.

4.4.7 Nova etapa da greve

A greve dos petroleiros, após ser julgada abusiva pelo TST, entra em uma nova fase. Na nova etapa o indicativo da FUP vai além da manutenção da greve nos moldes conhecidos até então. Na situação anterior, pequenos acordos foram feitos com a empresa; a orientação era manter a produção/distribuição localizada de alguns derivados e garantir os efetivos mínimos. Depois do julgamento a orientação lida nos seus boletins e DNs da FUP é "*parada total da produção*". O sentimento transmitido pela FUP é de radicalizar o movimento (JB, 12.05.95). "*Os petroleiros vão coordenar greve geral contra o Plano Real. A greve será radicalizada porque o governo está truculento*", afirma Geraldão diretor da FUP (FSP, 12.05.95).

A batalha torna-se mais encarniçada. Conclui-se pela exigência de fazer retornar à greve as bases que saíram e, onde ela se manteve, radicalizá-la ainda mais. O esforço, agora torna-se imensamente maior do que simplesmente manter a greve. O comando orienta a radicalização da greve depois de uma decisão judicial totalmente adversa ao movimento, após a empresa ter iniciado as demissões, fatos novo em certa medida, para a categoria em seu 10º dia de greve. Anteriormente, os petroleiros só haviam convivido com demissões em massa em 1990 quando houve em torno de 1.100 demissões no governo Collor. Em 1988 e em 1994 o TST julgou as respectivas greves abusivas e elas continuaram; o elemento novo seria, nesse caso, enfrentar as duas situações incomuns agora somadas, a decisão do TST e as demissões.

Afora os complicadores relatados acima, há de se considerar a existência de problemas anteriores. A categoria não havia conseguido até aquela data zerar efetivamente a produção, refino ou distribuição. As refinarias em Betim, Manaus e Mauá continuaram operando mesmo após o corte de rendição. Em Mauá, a

situação foi sempre muito instável; lá a greve só foi aprovada depois das outras, e, assim que o TST julgou a greve abusiva a base decidiu retornar ao trabalho. Na Bacia de Campos, entre 05 e 09 plataformas de um total de 33[128], também mantiveram a produção. Em algumas regiões de produção terrestre, como em Sergipe e no Rio Grande do Norte, havia problemas sérios de adesão. No Ceará houve uma retomada *negociada* da produção da ASFOR, que também causava mal estar na direção do movimento[129]. No administrativo as adesões sempre foram menores e proporcionais à adesão dos turnos em cada região. Se esse quadro não significou problemas maiores nem colocava em risco o sucesso e a força da greve até agora, dentro da nova conjuntura torna-se um elemento importante a ser considerado.

4.4.8 A greve nas outras categorias

Mesmo depois do TST ter julgado a greve dos petroleiros abusiva, a disposição da CUT foi continuar fortalecendo o movimento. Cobrando dos seus 2.300 sindicatos filiados um maior apoio às categorias em greve. A CUT orientava aos seus sindicatos a realização de paralisações, passeatas, comícios, e ajuda material para manter o movimento e seus 59 demitidos. O Presidente da CUT, Vicentinho, fala da disposição de negociar dos trabalhadores e compara as negativas de negociação por parte do governo com os nazistas "*que cada dia matavam um pouco*" (GM, 15.05.95).

O clima presente nas manchetes da mídia televisada no dia 11.05 (quinta-feira) anuncia-se por si só.

A paralisação do metrô provoca mais um dia de caos (TJ Brasil).

[128] Os números de plataformas variam nas entrevistas, nos boletins dos petroleiros e nos jornais pesquisados por nós, mas a pequena variação não significa prejuízo para a nossa análise.
[129] Quadro construído a partir das várias entrevistas, especialmente a de Geraldão diretor da FUP.

> *A greve transforma o dia em São Paulo num caos* (Jornal da Record).
>
> *Greve no metrô: inferno na volta para casa* (Aqui Agora, do SBT).
>
> *Greve provoca o maior congestionamento da história de São Paulo* (telejornal da CNT).
>
> *E milhões de brasileiros enfrentam um dia de agonia com greves de trem e de metrô* (JN).
>
> *Petroleiros, eletricitários, ferroviários, mais o pessoal das telecomunicações, da saúde, das universidades. São 300 mil funcionários federais em greve, segundo a CUT* (TJ Brasil) (FSP, 12.05.95).

Passados mais alguns dias o quadro grevista parece se estabilizar. Categorias importantes como funcionários da saúde, metroviários e rodoviários de São Paulo põem-se fora da greve. Os metroviários suspendem sua greve no dia 11.05 acatando a decisão do TRT[130], quando marcam uma assembléia de reavaliação para o dia 15.05. No dia 15.05(segunda-feira), realizam a assembléia e deliberam por não retornar à greve. Os rodoviários de São Paulo em processo de construção de greve desde o início do mês, resolvem em assembléia, também no dia 15.05 (segunda-feira), não entrar em greve no dia seguinte como previsto, o TRT ofereceu a esses últimos índice de produtividade de 7%. A diretoria da Federação Nacional dos Urbanitários já havia orientado a suspensão do movimento dos eletricitários desde o julgamento dos petroleiros no TST. Permanecem parados os trabalhadores da Ceming de Minas Gerais e outras categorias, conforme o seguinte quadro[131].

---

[130] TRT concedeu: 29,55 de reajuste salarial (IPC-r de julho a abril de 95), 7% de aumento real, estabilidade por 90 dias, elevação do adicional de periculosidade de 3% para 12%, implementação do plano de carreiras...

[131] Houve, durante esse processo, paralisações de categorias menores em outros estados da Federação, (metroviários em Recife, rodoviários da cidade de Votorantim/SP, etc.) nós preferimos não as citar por entendermos não serem fundamentais para a contextualização do movimento grevista pelo qual passava o país. Ademais, a finalidade de nosso estudo não é discorrer sobre todas as greves que ocorreram naquele período. Citamos apenas as greves que entendemos serem relevantes para contextualização do processo.

Tabela 11: Categorias em greve – Brasil - dia 15.05.95

Petroleiros	Nacional	40.000	80%
Ferroviários	Nacional	45.000	85%
Eletricitários	Minas Gerais		50%
Servidores Universidades Federais	Nacional	61.000	60%
Professores Universidades Federais	Nacional	10.000	20%
Saúde/Previdência	Nacional	125.000	55%
Telefônicos	Nacional	10.000	15%

Fonte: Elaboração própria a partir das informações colhidas no material pesquisado.

Afora os petroleiros, servidores e professores das Universidades Federais[132], as outras categorias ressentem-se de problemas nos diversos estados, para gerir seus movimentos. Nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e no Distrito Federal (DF), as adesões são maiores em algumas dessas categorias. Em Salvador um ato convocado para o Campo Grande, com todas as categorias em luta, no dia 12.05, só contou com a presença dos petroleiros e de mais alguns dirigentes da CUT (A Tarde, 13.05.95).

Apesar de não continuar havendo um clima de ascensão, do ponto de vista numérico, a forma e o conteúdo do movimento grevista mantêm um clima de tensão no país. O tensionamento social é gerado por diversos motivos: pela *divulgação* de problemas no abastecimento de combustíveis, especialmente gás de cozinha, pela cobertura sensacionalista da mídia, bem como pelo envolvimento e enfrentamento com e aos poderes constituídos. O ex-presidente Itamar Franco envia um telegrama ao presidente da CUT, taxando de "*impertinentes*" as declarações do ministro do TST, Almir Pazzianotto, e reafirmando a validade dos acordos firmados com a FUP durante o seu mandato. O ex-presidente envia ainda

[132] Havia 25 universidades com paralisações de servidores técnicos administrativos e 15 com paralisação também de professores (Pm, 19.05.95).

um outro telegrama ao Presidente FHC, cobrando maior parcimônia nas palavras dos seus subordinados.

No dia 11.05, a CUT promoveu um ato público em frente ao TST em Brasília, fazendo o enterro simbólico do Tribunal Superior do Trabalho. No dia seguinte (12.05), os eletricitários compareceram ao julgamento da sua greve, no TST, com vendas negras nos olhos e vestindo camisas pretas com os dizeres "*Solidariedade aos petroleiros*"[133]. Ao terem sua greve julgada abusiva, os eletricitários respondem com a possibilidade de blecaute. Luiz Gonzaga Ulhôa Tenório, presidente da Federação Nacional dos Urbanitários, sai do julgamento defendendo o retorno da greve dos eletricitários para a semana seguinte. No dia 14.05, na rádio Bandeirantes, Vicentinho envolve-se em um *bate-boca* com Almir Pazzianotto, ministro que vinha assumindo as piores posições contra as categorias em greve, segundo avaliação do sindicalista. Na discussão, Vicentinho denunciou, entre outras coisas, a submissão do Judiciário ao governo (OESP, 15.05.95).

4.4.9 As táticas do governo/empresa no segundo momento[134]

As 59 demissões impingidas aos petroleiros, quaisquer que sejam as suas últimas motivações, advindas de uma pressão governamental sobre o Joel Rennó, ou surgidas dentro da própria Petrobrás, tornam sensível, mais uma vez, a disposição do governo e da direção da empresa em não ceder frente às reivindicações dos grevistas. FHC, através do seu porta-voz, expressa como "*falta*

[133] Os Eletricitários, categoria que reunia 45 mil trabalhadores à época, reivindicavam do governo a seguinte pauta específica: a) reposição de 133,84% de novembro de 1993 a novembro de 1994 e mais 17,64% de novembro de 94 a abril de 95; b) política salarial; c) cumprimento dos acordos coletivos; d) aposentadoria integral; e) reintegração dos demitidos no governo Collor; f) mudança na data do pagamento.

[134] Passaremos a tratar assim, pois as ações surgem sempre conjugadas entre o governo e a empresa, com proeminência do primeiro.

grave" a continuação da greve, sujeitando os petroleiros às penalidades previstas em lei.

Diversos interlocutores do governo apontam como positivo para aprovação das reformas no Congresso a continuação da greve. Segundo eles, ao tornar a sociedade refém das suas ações, os petroleiros estariam se isolando. Dentro dessa linha, afirmava Benito Gama (PFL/BA, vice-líder do governo na Câmara), "*o governo vai continuar endurecendo*" (A tarde, 14.05.95). O endurecimento do governo foi percebido dentro das suas próprias hostes

> *...o deputado Almino Affonso (PSDB-SP) se diz testemunha de que o ministro Brito endureceu com os petroleiros na negociação salarial deixando-os sem alternativa fora da greve...* [...] *O PFL está morrendo de rir, porque esta greve caiu do céu para acabar com o corporativismo do Petrobrás,* afirmava outro líder governista (OESP, 13.05.95).

Explica-se por essas avaliações as negativas de FHC, expressas via o seu porta-voz, da rejeição do governo em negociar qualquer acordo de saída para a greve. (GM, 16.05.95). A senha era a decisão do TST, depois dela o governo passou a afirmar, recorrentemente, nada poder fazer até o retorno dos grevistas ao trabalho, como determinado pela sentença do TST. Daí para frente diversas e infrutíferas tentativas de saídas são buscadas, encontrando sempre a negativa do governo.

Uma outra tática do governo/empresa, verificável nas leituras feitas nos diversos documentos pesquisados, foi a tentativa de criar um clima de fim de greve logo depois do julgamento do TST. Notícias são divulgadas dando conta de bases saindo da greve e refinarias voltando a operar. A produção divulgada de óleo estava em 320 mil barris, 40% do normal. A produção de gás em 7,5 milhões de m^3, 67% do normal. O refino segundo o divulgado pelo governo/empresa havia aumentado para 276 mil bpd, 18% da capacidade, anteriormente estava em

16%. Encontravam-se, segundo a empresa, operando a plena carga a REGAP, REMAN, RECAP, ASFOR, Usina de Xisto, FAFEN/Ba e, parcialmente, a RLAM (OESP, FSP, 15.05.95).

Os números divulgados pela empresa referentes à produção e refino denotam um recuo da greve, apesar de serem incapazes de negar a sua força. Ao mesmo tempo, de forma contraditória, o governo veicula oficialmente, mais uma vez, os riscos iminentes de falta de combustíveis e a possibilidade de racionamento (OESP, 12.05.95). Tornou-se comum a divulgação dos prejuízos causados pela greve. São números sempre muito altos, na ordem de R$ 200 milhões de reais (GM, 15.05.95). Esse é mais um elemento de desgaste dos petroleiros junto à população, já que um país nas condições do Brasil não poderia se dar ao luxo de tamanha despesa. Tais informações, na maioria das vezes contraditórias, ajudam a criar um clima de insegurança na população quanto ao abastecimento.

No sentido de tornar reais as informações prestadas quanto ao esvaziamento da greve, as superintendências de diversas refinarias tentam colocar em funcionamento algumas unidades, mesmo em locais onde não ocorreram defecções entre os grevistas. Utilizam para isso engenheiros e os poucos operadores que não estavam paralisados. Outra tática foi impedir a saída de operadores dos efetivos mínimos e colocar a polícia para reprimir o movimento como ocorreu de forma mais ostensiva na REVAP e na REGAP (OESP, 12.05.95). A idéia é criar um clima adverso com rebatimento na moral dos petroleiros. Veicula-se também a possibilidade de contratação de técnicos e abertura de concurso público no caso da efetivação da proposta de demissão coletiva pelos petroleiros.

A partir do dia 11.05, começa a ser ventilado na imprensa a possibilidade de intervenção das forças armadas nas refinarias e hidrelétricas, possibilidade

sempre negada pelo governo. Apesar das negativas, o exército entra de prontidão em 05 regiões militares. Os comandos militares do Leste (no Rio de Janeiro), Sudeste (em São Paulo), Sul (em Porto Alegre), Nordeste (em Recife) e na Amazônia passaram a reter um contingente de tropas nos quartéis por ordem do ministro do exército Zenildo Lucena (OESP, 13.05.95).

4.4.10 O comportamento da mídia

Modifica-se o enfoque dos meios de comunicação de massa à medida que os dias vão passando. Cada dia mais a mídia trata de forma diferenciada a greve dos petroleiros. Em verdade, desde o inicio do movimento no dia 03 de maio, os petroleiros tinham um destaque maior do que o dado às outras categorias em greve; tal desproporção aumentara cada dia mais. Afora a mudança de quantidade, muda também a qualidade dos noticiários. Os grandes veículos de comunicação assumem cada vez mais uma postura parcial. Evidencia-se a defesa do governo, de suas ações e são deliberadamente contrários aos grevistas.

Depois de ter sido decretada a abusividade, os noticiários da Rede Globo e do SBT se incorporam à política do governo/empresa, no sentido de construir a imagem de fim da greve. Os sindicalistas passam a travar uma luta no sentido de desfazer a imagem passada pelos noticiários,

> ***Mentiras veiculadas pela Mídia*** *[...] Alertamos aos companheiros que são mentirosas as notícias veiculadas nos telejornais desta noite* (DN, 175/95).
>
> ***Contrariando a Rede Globo, o Ceará está em greve*** *(Petroleiros na Luta 15.05.95)*
>
> ***A Globo mente*** *[...] num complô dela e do governo, tentaram desmobilizar a categoria, anunciando que a greve na REFAP tinha acabado* (Sindipetrosul, 13.05.95).

> ***Globo mente a serviço da direção da Petrobrás!*** *A Globo continua a mesma não informa, deturpa, mente, omite, manipula* (Surgente, 19.05.95).

A questão do desabastecimento de combustíveis e gás de cozinha tratada pela mídia desde o inicio da greve, passou a ganhar maior destaque depois da nota da Petrobrás no dia 08.05; daí em diante torna-se seguidamente manchetes nos jornais: fotos de filas quilométricas de populares em busca de botijão; de pessoas em simples bicicletas transportando 7 botijões; depoimentos de cidadãos falando da dificuldade de comprar o gás de cozinha; possibilidade de racionamento, cotas de limite máximo de botijão por pessoa, botijão sendo vendido com ágio de quase 100%[135] (O Povo, 09.05.95).

As matérias veiculadas pela imprensa escrita no Nordeste são bastante desencontradas, publicam fotos das filas de populares em busca de gás de cozinha, ao tempo que falam não haver escassez. Os depoimentos dos superintendentes da Petrobrás e das distribuidoras nessa região mostram flagrantes contradições: "*Sindipostos diz que não falta combustível até o próximo mês*" (Diário do Nordeste, 18.05.95); completamente oposta é a reportagem de outro jornal no mesmo estado: "*Suspensa entrega de gás de cozinha no Ceará*" (O Povo, 19.05.95); Ao mesmo tempo na Bahia, "*Petrobrás afasta perigo de falta de gás na Bahia*" (A Tarde, 15.05.95). Na região sudeste e na região sul o teor das notícias são mais lineares, "*Falta de gás afeta 40% da população de S. José*" (FSP, 13.05.95); "*Falta de gás já afeta as indústrias do Rio*" (OESP, 11.05.95). Ao final, o resultado é o mesmo, cria-se um clima de muita apreensão junto à sociedade.

[135] Vendido por até R$ 7,0, quando então o preço seria de R$ 3,84.

4.4.11 A sociedade "*civil*" e a greve

Inicialmente a greve dos petroleiros está circunscrita ao ambiente da própria greve e dos seus interlocutores mais diretos, sejam eles sindicalistas, diretores da Petrobrás ou membros do governo. À medida que o tempo passa a greve adquire uma maior publicização. Amplia-se a sua rede de relações, crescem os seus efeitos e condicionantes, abre-se o leque de personagens envolvidos[136].

O marco para a ampliação da publicização da greve será a decretação de sua abusividade pelo TST. A decisão do TST é respondida pelos petroleiros com a disposição em continuar com o seu movimento de forma mais radicalizada. O governo por sua vez assume uma posição de não negociar saídas. O impasse estava posto! A publicização é dilatada à medida que outros atores incorporam-se a ela na sua processualidade. Os seus efeitos transbordam os marcos iniciais, ultrapassa a liturgia formalmente exigida dos investidos em cargos públicos. Esse foi o caso dos ataques verbais públicos, entre membros dos poderes constituídos com personalidades políticas da importância de um ex-presidente (Itamar Franco) e de Vicentinho, presidente da CUT. Somam-se aos elementos anteriores as notícias de falta de combustíveis, tanto para os carros, como para lares e indústrias. Os noticiários dão conta de prejuízos na ordem de milhares de dólares. Configura-se, pois, um clima de impasse e crise.

Nesse instante, surgem no cenário da greve sujeitos até agora, em grande medida, ausentes. No Congresso Nacional, parlamentares dos partidos de oposição e mesmo da base de sustentação do governo dão depoimentos favoráveis à saída negociada. Essa foi a postura de Inocêncio de Oliveira, Líder do PFL na Câmara e do Líder do PSDB, José Aníbal. Destaca-se nesse processo a figura do Senador Antonio Carlos Magalhães; por sua relação de mando com o ministro das

[136] De forma semelhante ao que ocorre na 3ª fase da greve dos mineiros britânicos em 1984/1985.

Minas e Energia, Raimundo Brito, indicado por essa espécie de neocoronel baiano para aquele cargo. ACM foi procurado por lideranças partidárias e pelos petroleiros, "*mas nunca se comprometeu com propostas efetivas, quando muito assumia o compromisso de conversar com o seu ministro*" (Rosemberg, ex-diretor da FUP).

No dia 12.05 Luiz Inácio Lula da Silva, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), envia à FUP uma carta do próprio punho de apoio à greve, após ter participado de ato público, em Macaé, com os petroleiros no dia 11.05 (Pm, 12.05,95). Em reunião de sua executiva no dia 13.05.95 (sábado), o PT resolve declarar publicamente seu apoio à greve dos petroleiros. Entre outras medidas, o partido decide buscar no Congresso Nacional formar uma frente parlamentar de apoio ao movimento. Lula, em coletiva conjunta com a direção dos petroleiros no Congresso Nacional, critica a intransigência do governo, acusa-o de querer jogar a sociedade contra os grevistas e cobra do governo abertura de negociações, e "*questiona se o interesse do governo é quebrar a espinha dorsal do movimento sindical"* (GM, 17.05.95), chamando atenção para o risco de acontecer fatos tão graves como os ocorridos na greve da CSN em 1988, quando morreram três operários na invasão do exército. Essa menção já havia sido feita também pelo presidente da CUT quando afirmou "*a greve pode se transformar num conflito sangrento*" (FSP, 13.05.95).

Dia 13.05, a FUP recebe carta de Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), endereçada a FHC, na qual pede abertura de negociação. Na carta o jornalista critica a sentença do TST e lembra ao presidente que os acordos reivindicados pelos petroleiros foram assinados por um governo do qual ele pertenceu. O senador Eduardo Suplicy, Deputados Federais do PT e do PCdoB, e demais partidos, tentam construir saídas. Luciano Zica, Deputado Federal do PT, e dirigentes petroleiros aproveitam a reunião da

Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pedem a intermediação daquela organização. O presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida solicita a reabertura de negociação em ligação para o governo no dia 16.05, mas tem sua proposta recusada.

Diversas personalidades e empresários vêm a público externar sua posição em relação a greve,

> *estamos caminhando para o regime anárquico, onde as pessoas se sobrepõem ao império da lei* (Sind. das Micro e Peq. Empresas de SP).
>
> *pode levar o Executivo a não ter outra opção senão criar um Estado de emergência* (Celso Bastos, professor da PUC/SP).
>
> *A Justiça é um poder desarmado, mas pode requisitar a força para que suas decisões sejam cumpridas* (Mailson da Nóbrega, ex-ministro).
>
> *Os limites de uma greve se estabelecem, quando começa a prejudicar outras categorias e o povo em geral* (Fábio Konder Comparato, professor da USP).
>
> A decisão do TST foi *corretíssima*...(Galba Magalhães Velloso, ministro do TST, não votou no tribunal que julgou a greve dos petroleiros).
>
> *e a greve foi considerada abusiva, ela não obedeceu as vias pelas quais deveria ter sido organizada* (Associação Brasileira de Máquinas).
>
> *Não há dúvida de que a atitude dos petroleiros é uma desobediência civil, mas a decisão do TST é tão escancaradamente política que o trabalhador não pode levá-la a sério* (Dalmo Dallari, professor da USP).
>
> *A decisão da Justiça é soberana* (Associação Comercial de SP).
>
> Os petroleiros deveriam voltar ao trabalho *porque este é o modo de acatar a decisão do Judiciário* (D. Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB) (FSP.17.05.95).

A partir desses fatos e posições a greve sai dos marcos regulatórios iniciais. Passa a envolver o conjunto da sociedade de forma efetiva .

4.4.12 As táticas da FUP e dos sindicatos

Após o julgamento do TST e a publicidade das listas de demissões, a FUP dirige internamente suas ações para duas novas frentes de ação: a) coletar o maior número de assinaturas nas listas de demissão coletiva. b) zerar completamente a produção. Além dessas questões, as direções sindicais permanecem na disputa diária no sentido de manter alto o moral da categoria e fazer retornar a greve às bases recuaram depois do julgamento. Essas são as ações percebidas como prioritária no âmbito interno.

Em resposta às orientações, as bases se mobilizam visando a implementar efetivamente a nova orientação da FUP no tocante à demissão coletiva,

> *Temos agora que acelerar a implementação das demissões coletivas* (O petroleiro, 13.05.95).
>
> Na REVAP "*A decisão foi aprovada em assembléia na manhã de ontem*" (FSP, 12.05.95).
>
> Na Bahia os petroleiros "*intensificaram a coleta de assinaturas para encaminhar o pedido de demissão coletiva*" (A tarde, 12.05.95).
>
> "*Vamos assinar a demissão coletiva*" (Sindipetrosul, 13.05.95).

Em referência à parada geral da produção, a disposição é a mesma. Os sindicatos investem no sentido de cortar completamente a produção.

> *Os funcionários do Terminal Marítimo Almirante Barroso decidiram suspender o quadro mínimo de 30%* (Vale do Paraíba, 11.05.95).
>
> *Fazenda Belém: corte de rendição, retirada do pessoal do sindicato da base* (Radio Pião, 19.05.95)
>
> *Na REPLAN parou a produção de GLP* (O Petroleiro, 13.05.95).

Em algumas unidades, a empresa ao perceber a não substituição dos efetivos mínimos, tenta impedir a saída dos trabalhadores. No Rio Grande do Sul o sindicato denuncia: "O*utro equívoco da superintendência da refinaria foi*

manter os companheiros do grupo 1 sob cárcere privado. O sindicato está tomando todas as providências para tirá-los" (Sindipetrosul, 12.05.95). Na REPLAN 28 petroleiros começam uma greve de fome no dia 10.05 para pressionar a empresa a liberá-los (FSP, 12.05.95).

Do ponto de vista das ações externas, os petroleiros passam a centralizar suas ações prioritariamente em duas frentes: a) aumentar suas ações de rua chamando atenção da sociedade. b) intensificar a busca de contatos na sociedade visando a pressionar o governo à negociação. Permanecem no cenário, ademais, as ações conjuntas com a CUT e os seus sindicatos.

Manifestação de ruas ocorrem em diversos locais sob a coordenação dos petroleiros [137] e da CUT, buscando envolver a sociedade,

> *Respondendo uma reivindicação do sindicato [...] a Comissão de Saúde e Meio Ambiente e Cidadania da Câmara de Vereadores de Canoas esteve ontem na REFAP* (Sindipetrosul, 13.05.95).
>
> *Os petroleiros da REVAP [...] farão hoje um ato público em conjunto com a CUT* (FSP, 13.05.95).
>
> *Em Manaus, no dia 15, os petroleiros promoveram um ato público em frente ao TRT com cerca de 300 participantes* (Diário do Nordeste, 17.05.95).

Ações são encetadas no sentido de abrir canais de negociação, nesses atos os petroleiros contaram com a participação efetiva dos partidos de esquerda no Congresso Nacional, que denunciam a intransigência do governo. No dia 17.05 é lançada em Brasília, na Câmara dos Deputados, a Ação Parlamentar Brasil Soberano em defesa do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações. O ato contou com a presença de Miguel Arraes, Leonel Brizola e Lula[138] entre

[137] Não existindo uma caracterização diferente, referimo-nos às ações dirigidas pelos sindicatos de petróleo e ou FUP.
[138] Lula já estava em Brasília participando pessoalmente de ações no sentido de pressionar o governo pela abertura de negociações.

outros, mais uma vez a greve dos petroleiros veio à baila. Nesse momento, a posição da mídia é ostensivamente contrária à greve.

No dia 14.05 (domingo), os petroleiros conquistam uma grande vitória, a base da RECAP, que havia retornado ao trabalho depois do julgamento, aprova em assembléia o retorno à greve e inicia-se o processo de paralisação das unidades. Dia 16.05 (terça-feira), dentro da orientação de pressionar por negociação, petroleiros de várias partes do Brasil realizam na porta do Edise um ato público com a presença de parlamentares do PT e PC do B.

4.4.13 As reações do governo/empresa

A reação vem no sentido de responder a toda movimentação dos trabalhadores. O governo/empresa também não estão parados e, ao mesmo tempo em que fecham as negociações por cima a empresa, busca realizar negociação nas bases. As gerências regionais começam a procurar os sindicatos visando a encontrar saídas locais. A meta é promover fraturas no movimento e desacreditar seu comando nacional. A FUP responde com a seguinte orientação: "*Não realizar negociações com as superintendências regionais. Se a Petrobrás está disposta a negociar, deve ser com a direção nacional eleita pela categoria e nos termos de nossas reivindicações*" (DN,182/95).

As notícias falam da possibilidade de contratação de trabalhadores para partir as unidades, a FUP responde: "*Orientamos os sindicatos a implementar a adequada 'recepção' a estes pelegos*" (DN, 182/95). A Petrobrás tenta formar equipes de operadores com pessoal aposentado, seja petroleiros, seja petroquímicos. Na RLAM apesar de a greve se manter, a empresa consegue partir uma das 25 unidades, passa a produzir GLP e anuncia o fim da greve. Segundo os sindicalistas, as superintendências tentam colocar em operação as unidades a

qualquer custo. Buscam fazer funcionar qualquer coisa, mesmo não dizendo respeito diretamente à produção, o intento como já se fez evidenciar anteriormente é criar um clima de esvaziamento da greve.

Na REFAP, em função dessas tentativas, na madrugada do dia 11 ocorre um acidente na unidade de destilação atmosférica com vazamento de produto.

> *As orientações era para colocar para rodar de qualquer jeito. Só não teve maiores problemas e problemas graves, pelo fato de a temperatura ambiente estar muito baixa, caso contrário poderia haver incêndio desastroso e de grandes proporções* (Dari Beck, Sindipetrosul*).*

Na RPBC em Cubatão, a empresa consegue uma liminar de reintegração de posse no dia 14.05. Os petroleiros permanecem ocupados, a direção do sindicato entra com recurso, recorrendo da decisão e ganha a ampliação do prazo. A Petrobrás continua enviando cartas com caráter ameaçador, as cartas já chegam abertas,

> *Era terrorismo puro.... A pressão vinha de todos os lados, da família, dos amigos e da empresa, as cartas tavam abertas não dava nem para escondê-las dos familiares, todo mundo via* (Bill, sindicalista da REMAN).

As gerências ligam para as residências dos petroleiros pressionando de diversas formas. Quando falavam com alguém da família

> *comportavam-se como amigos preocupados conosco dizendo que iríamos perder o emprego..., que a greve era loucura..... e ai como ficariam as nossas famílias?*" (Operador de Cubatão).

Na prática, a idéia era plantar o terrorismo psicológico.

O governo por sua vez permanece na sua posição de não negociar. FHC diz no fim de semana (13/14.05) "*que o governo nada mais tem a fazer*" (GM, 15.05.95). O presidente se recusa sequer a receber parlamentares para discutir a greve. Na noite do dia 15.05, Suplicy, ao participar de uma solenidade no

Itamarati, consegue com FHC uma audiência para o dia seguinte, com membros do Congresso. Mesmo com o agendamento ele não consegue ser recebido pelo presidente (GM, 16/17.05.95). Por sua vez o ministro Raimundo Brito afirma que aceitará o pedido de demissão coletiva caso ele seja entregue e diz: "A *Petrobrás está autorizada a contratar até trabalhadores estrangeiros*" (GM, 17.05.95).

4.4.14 Nova etapa na greve dos petroleiros

Mais uma vez o impasse se estabelece sem perspectiva de solução. O governo se mantém inflexível e a greve dos petroleiros ante as ameaças, demissões e boicotes da mídia, especialmente das redes de televisão, continua muito forte. Em uma decisão polêmica, a FUP, "*por sugestão do Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho*" (FSP, 17.05.95), decide recorrer da decisão do TST. No dia 17.05 a FUP dá entrada no próprio TST com um *embargo infringente* recorrendo da decisão que julgou a greve abusiva[139]. Esse era o quadro das posições em disputa. O governo/empresa não podia ceder, pois caso fizesse demonstraria fraqueza e criaria muitas dificuldades com o TST. O TST já havia julgado a greve abusiva, não tendo nada mais a fazer nesse momento; a FUP por sua vez, também não poderia defender o fim da greve, retornar sem ganhos a colocaria numa posição muito difícil junto aos petroleiros.

A Federação Única dos Petroleiros, ao dar entrada no recurso, demonstrava disposição em reconhecer os poderes constituídos, *retornando* aos espaços legais. Com essa decisão a federação abria alguns espaços para possíveis saídas: a) governo poderia apresentar propostas, sem ir de encontro à decisão do TST, tendo em vista que a questão estaria novamente em discussão nesse órgão. b) o próprio

[139] Segundo Maurício (ex-coordenador da FUP) essa foi uma decisão bastante polêmica entre os diretores da federação. Ele particularmente discordava do recurso e divergiu abertamente de Spis que a defendia. Por fim, ele resolveu acompanhar a posição defendida por Spis.

TST, a partir de entendimentos prévios, envolvendo governo, Ministério Público e sindicalistas, tinha condição de apresentar no novo julgamento uma proposta que significasse uma saída mediana para todos os envolvidos. Com o recurso da FUP abria-se a possibilidade de uma saída pactuada[140].

O recurso no TST inicia uma terceira etapa da greve. Mais uma vez, haveria se instaurado a estabilidade na instabilidade; o quadro da greve se estabiliza, a categoria soube responder às investidas do governo/empresa. A situação das bases em greve é de relativa estabilidade, apesar dos problemas advindos imediatamente após o julgamento do TST, quando algumas bases retornaram ao trabalho; a direção nacional dos petroleiros tinha razoável controle sobre o movimento. O seu trabalho diário era trazer para a greve as bases que saíam. Um fato simbólico é que, algumas vezes, a própria direção da greve, quando percebia o movimento fraquejando em alguma base, defendia a suspensão do movimento naquele local específico. A greve era suspensa ali e, em seguida começava-se um novo trabalho de convencimento para o retorno à greve. Com ações desse tipo, as direções conseguiam evitar o fim da greve por esvaziamento. Essa tática permitiu comprovadamente uma grande flexibilidade no movimento.

Nessa fase, aproveitando-se da força do movimento, fica bastante evidente a procura por parte da FUP de abrir canais de negociação com o governo; a orientação é para tentar buscar interlocutores com o governo em todos os locais possíveis,

> *a nossa tática foi caracterizar todas as conversas como negociação, porque era importante pra gente mostrar à sociedade que os petroleiros tinham vontade de negociar* (Luiza, ex coordenadora da FUP).

[140] Esse é o sentimento que se nos evidencia, a partir das diversas entrevistas realizadas.

No Ceará, o sindicato articula uma reunião da FUP com o Governador Tasso Jereissati – "*um dos principais caciques do PSDB*" (Rádio Pião, 19.05.95). Na Bahia, Rosemberg, diretor da FUP, estabelece contatos com familiares de Ajuricaba, presidente do TST.

No Rio Grande do Norte, o representante do Sindipetro/RN participa de audiência na Assembléia Legislativa, quando solicita ao presidente da casa intermediar negociação com FHC. Em Sergipe, aprova-se um documento em defesa da Petrobrás na Assembléia Legislativa, a ser enviado ao Presidente da República e articula-se o fechamento da Câmara de Vereadores da Capital por uma semana, para que uma delegação de vereadores vá a Brasília. No Congresso Nacional a busca por saídas negociadas ganha corpo envolvendo parlamentares de partidos como PFL, PSDB, PMDB, PT, PCdoB, PDT, PSB. À frente desse processo se encontram o senador Eduardo Suplicy e o deputado federal Luciano Zica.

O dia 17.05 vai ser repleto de fatos favoráveis aos grevistas. Surge a denuncia no jornal do Brasil da apreensão pela Polícia Rodoviária Federal de um veículo da Rede Globo contendo explosivos próximo a REVAP, o fato ganha notoriedade, a deputada federal do PCdoB Jandira Feghalli cobra neste mesmo dia investigação da polícia federal[141]. Um documento do Congresso Nacional assinado por 25 congressistas, do PT, PDT, PC do B, PPS, PMDB, PTB, PSDB, PFL, PP, solicitam a intermediação do ex-presidente Itamar "*...no sentido de abrir canais de negociação com o Governo...*".

Ainda durante o dia 17.05 o coordenador da FUP Spis mais parlamentares do PT e Lula são recebidas pelo presidente do Congresso, senador José Sarney, na pauta discute-se a busca por canais de negociação. O senador se compromete a

[141] Ofício 25/95 do Congresso Nacional. Infelizmente não foi possível checar a conclusão das investigações.

discutir o assunto com FHC (FSP, GM, 18.05.95). O senador do PPS[142], Roberto Freire, é recebido em Palácio por FHC e pelo ministro do trabalho Paulo Paiva; no encontro o senador apela por saídas negociadas (FSP, 20.05.95). Nas ruas continuam acontecendo em muitas partes do Brasil manifestações puxadas pela CUT, que são denominados de "*Dia Nacional de Luta Contra a Reforma Constitucional*" (A Tarde, 18.05.95). No Paraná a CUT promove um ato com as categorias em greve em frente ao Tribunal de Justiça do Paraná (Sindipetro[143], 18.05.95). Em Manaus, as categorias em luta realizam Ato Público em frente ao TRT.

Todas essas iniciativas colocam os grevistas em situação de momentânea vantagem em relação ao governo. É certo que a pressão contrária da mídia faz-se cada dia maior, as outras greves praticamente saem do noticiário, somente se falando em petroleiros e falta de gás. Entretanto, a entrada em cena de diversos setores da "*sociedade civil*", preocupados com os desdobramentos da greve, e buscando saídas, soma-se com as demonstrações dadas pela FUP em querer negociar. A cada momento a federação dos petroleiros criava um fato novo. Já se anunciava para o dia 19.05.95 (sexta-feira), uma outra coletiva da FUP contando com a presença de Aureliano Chaves e de José Machado Sobrinho, ex-diretor da Petrobrás demitido por FHC. Dirigentes partidários da expressão de Leonel Brizola e Lula defendem nos seus pronunciamentos públicos os petroleiros e criticam o governo.

De um lado havia todas essas articulações da FUP, legais e políticas, demonstrando boa vontade para negociar, com capacidade de envolver até elementos da base de sustentação do governo, do outro lado permanecia o

[142] O PPS, diferentemente dos outros partidos de esquerda, a exemplo do PV, estava com uma posição, à época, bastante próxima do governo FHC em relação as reformas econômicas em trânsito no Congresso Nacional.
[143] Boletim do Sindipetro Paraná e Santa Catarina.

governo na sua posição estanque de não negociar enquanto durasse a greve. O presidente FHC nega-se até mesmo a receber parlamentares. Configurando-se assim, o estereótipo da intransigência!

As convocações de apoio e mobilizações da CUT, a presença dos partidos de esquerda, as ações no Congresso, são um somatório de eventos ajudando a conformar um clima positivo para os trabalhadores grevistas. A categoria petroleira estava conseguindo sair do isolamento, transferindo o estigma de intransigente para o governo. "*Greve unificada mobiliza Congresso*" é a manchete do *Primeira mão* no dia 17.05. Na REVAP dirigentes sindicais "*esperam que a Petrobrás tente, ainda esta semana, realizar acordo*" (Vale do Paraíba, 18.05.95).

No dia 18.05, diferentemente do que se havia propagado, FHC resolve receber uma representação do Congresso para discutir a greve. A comissão de parlamentares era composta por Eduardo Suplicy (PT), Roberto Freire (PPS), Júnia Marise (PDT), Emilia Fernandes (PTB), o deputado Jacques Wagner (PT), José Aníbal (Líder do PSDB), Inocêncio de Oliveira (Líder do PFL) e Michel Temer (PMDB). No mesmo dia, dirigentes da FUP e Vicentinho, são recebidos por representantes do PSDB, no gabinete do Senador Artur da Távola, presentes ainda o senador Geraldo Melo e o deputado Artur Virgílio, todos do PSDB. O compromisso firmado foi o de se buscarem saídas junto ao Ministro do Trabalho, Paulo Paiva (Pm, 19.05.95).

Apesar de, no dia 17.05, o deputado do PMDB, Germano Rigotto, estando ainda imbuído do espírito anterior, afirmar que seria conversa, mas não negociação, o presidente acenou para a comissão de parlamentares a possibilidade de rever as demissões e os descontos dos dias parados caso a greve encerrasse. Nessa mesma noite, a Petrobrás divulga nota oficial afirmando que manterá entendimentos com os sindicatos após a suspensão da greve, tudo conduzido

dentro das orientações governamentais e sem ferir as decisões já tomadas pelo TST. Essa mudança de posição do governo é reforçada pelo governador Victor Buaiz, que ao sair de audiência com FHC afirma ter ouvido do próprio Presidente sua disposição em honrar os compromissos assumidos com os parlamentares.

Ao ter conhecimento da proposta, a FUP recusa-a por não estar sendo atendida nenhuma das reivindicações econômicas. Segundo os dirigentes da FUP, depois de três acordos assinados e não cumpridos, eles seriam *apedrejados* caso propusessem uma saída sem nenhum ganho econômico,

> *naquele momento em que a greve estava forte se nós fossemos fazer essa discussão com a categoria a gente teria sérios prejuízos, a categoria estava num pique... com tal força... que não teria compreensão, poderia até acatar nosso indicativo, mas as direções sindicais perderiam a credibilidade* (Mauricio, ex-coordenador da FUP).

Nessas circunstâncias nem mesmo Spis ou Vicentinho seriam ouvidos pelas bases, segundo os sindicalistas (GM, 19.05.95).

Após tomar conhecimento da recusa dos sindicalistas, FHC no mesmo dia fala através do vice-líder do governo na Câmara "*o Fórum para as negociações é a mesa da Petrobrás, no Rio de Janeiro, e não o Congresso, os partidos políticos e muito menos o gabinete da Presidência da República*" (GM, 19.05,95). Com essa posição o governo retorna à condição anterior de só negociar com o fim da greve. E passa a divulgar que os salários não serão depositados no dia 25. Como o salário na Petrobrás é pago em duas parcelas, os trabalhadores já haviam recebido os primeiros 40% no dia 10/05, fato que gerou críticas por parte do governo, obrigando a empresa a explicar como tinha efetuado o pagamento mesmo após o julgamento da abusividade[144].

[144] Segundo a explicação, o pagamento foi efetuado por conta da folha já estar pronta, e não haver tempo hábil para confecção de outra até o dia 10.

Pela interpretação da FUP, "*só o fato de FHC receber os parlamentares já é sinal de que o governo começa a dar o braço a torcer*" (Pm, 19.05,95). Cabia ao movimento permanecer radicalizado; caso os trabalhadores mantivessem nessa posição não haveria outra saída para o governo a não ser a negociação. "*Nas próximas 72 horas, esperamos que haja uma iniciativa do governo ou do próprio TST para reabertura das negociações*".

"*Fracassa primeira tentativa de acordo*", esta é a manchete do Estadão (OESP, 19.05.95). A posição do governo de aceitar discutir as demissões e os descontos dos dias parados, embora sem tocar na questão do reajuste salarial, externada à comissão de parlamentares, teve como resposta a negativa da FUP; o impasse volta se instalar, e o governo volta a sua posição anterior de só negociar com o fim da greve. Alguns dos seus interlocutores como o senador José Serra, descartam qualquer saída fora do TST; o senador ACM vai mais longe ao afirmar: "*as refinarias têm que funcionar mesmo no pau"* (GM, 23.05.95). A posição do governo recebe o reforço do ex-ministro Ciro Gomes, ao negar o acordo do governo anterior do qual era ministro, e acusar a greve de "*corporativismo fascistóide*" (Diário de Natal). Dentro desse clima a Petrobrás reafirma o não pagamento da segunda parcela dos salários dos petroleiros no dia 25 e FHC afirma "*que se ceder às pressões dos petroleiros o seu governo acaba*" (FSP, 23.05.95).

Na semana iniciada em 22.05, o país retoma suas atividades ainda sob o risco de desabastecimento de gás e combustível. A greve dos tanqueiros, ocorrida durante a semana anterior nas cidades do Rio de Janeiro e Duque de Caxias, aumentou ainda mais o problema de desabastecimento (JB, 19.05.95). Apesar da suspensão da greve no dia 19 de maio, os problemas de desabastecimento ainda duraram todo o fim de semana. Os jornais noticiam falta de combustível por todo

o Brasil, notadamente na região sudeste. Empresas reduzem suas produções, e a reclamações de prejuízos são de várias ordens. O clima é de total apreensão.

> "*A greve dos petroleiros ameaça produção industrial de plásticos, tintas, ceras e velas"* (JB, 22.05.95).
>
> "*Bombeio de combustíveis já foi reduzido em 40% - Dez empresas do Rio não recebem gás natural*" (GM, 24.05.95).
>
> "*Especuladores aproveitam-se da falta de gás*" (A Tarde, 24.05.95).
>
> "*Abastecimento de gasolina depende de importações*" (Zero Hora, 23.05.95).

Na ótica dos petroleiros a luta começa a tomar um caráter de *resistência;* é esse o termo que passa a aparecer em alguns dos boletins distribuídos pelos diversos sindicatos do Brasil, "*Resistir é nossa única alternativa*" (Sindipetro, 18.05.95). *Dignidade* é outra palavra bastante utilizada a partir de então, "*trata-se da luta por dignidade*" afirma diversos boletins. Propaga-se, então a idéia de resistir em nome da dignidade, em nome de acordos assinados e não cumpridos; "*Se recuarmos agora, voltaremos ao trabalho sem nada..."* (Pm, 23.05.95). Apesar de efetivamente não terem conseguido zerar a produção e implementar a lista de demissão conforme haviam anunciado, os trabalhadores começam uma nova semana dando provas da força da categoria em resistir ao tempo e ao cansaço natural de 21 dias de greve, não obstante, já haver 67 demissões com justa causa (GM. 17.05.95).

A greve dos petroleiros continua muito forte e não mostra sinais de cansaço insuperáveis. As tentativas da Petrobrás de contratar funcionários aposentados pagando até R$ 4.000,00 por mês, como efetuado na REMAN (FSP, 19.05.95), mostram-se insuficientes. Na RPBC, a superintendência volta atrás e pede a cassação da liminar que determinava a saída dos grevistas da refinaria (FSP. 19.05.95). Na Bahia, a Petrobrás usa a COPENE para recrutar operários para operar a refinaria, essa ação também não apresenta resultados concretos. Na

Bacia de Campos, os petroleiros respondem à ocupação por parte da empresa de três plataformas com engenheiros e vigilantes, ameaçando fechar poços que ainda se encontravam produzindo. Vinte e sete das 33[145] plataformas de Campos encontravam-se paralisadas.

Unidades importantes como as refinarias RLAM, REFAP e REGAP voltam a parar suas unidades depois das investidas da empresa em colocá-las em operação. Dia 20 a RLAM parou de produzir gás de cozinha. A REGAP aprova a retomada da greve no dia 23.05, após ter ficado de fora da greve por duas semanas (OESP, 24.05.95). Em outras bases, a exemplo do Terminal Marítimo Almirante Barroso (Tebar), a gerência do terminal afirma que a adesão à greve aumentou (O Vale Paraibano, 19.05.95). Na RPBC no dia 22.05, foi suspenso totalmente o bombeamento do gás de cozinha, gerando acusações do lado da empresa e dos sindicalistas sobre as responsabilidades e o porquê de tal ato. Na REFAP, na meia noite do dia 20.05 (sábado), os petroleiros que se encontravam a mais de 200 horas trabalhando ininterruptamente "*foram finalmente libertados*" (Sindipetrosul, 22.05.95), saem da refinaria depois de muita pressão do sindicato. No dia 23.05, os petroleiros do DTSUL (TDUT) decidem também aderir ao movimento. A greve permanece sólida.

Do ponto de vista do movimento mais geral, a greve continua ocorrendo nas universidades federais, entre previdenciários, telefônicos, ferroviários e em outras categorias menores espalhadas pelos diversos estados. Dirigentes eletricitários de todo o país, reunidos no dia 18.05 em São Paulo, falam da perspectiva de retomar o movimento caso não sejam imediatamente abertas as suas negociações. Os ferroviários da CBTU e da RFFSA, tem a sua greve julgada abusiva pelo TST no dia 22, por oito votos a dois. Apesar do julgamento, as

[145] Esses números não são exatos, mas as divergências variam de duas a três plataformas, o que não modifica o quadro.

lideranças do movimento defendem a continuidade da greve. O movimento nacional também não mostrou capacidade de se efetivar como inicialmente planejado. As paralisações evidenciaram-se refluentes. Em Minas os eletricitários da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), suspendem a greve no dia 22.05, quando completavam seu 13º dia de paralisação. As categorias ainda em greve, eram ostensivamente desconhecidas pela mídia.

A CUT permanece buscando apoio para os petroleiros. Segundo José Maria de Almeida, da direção nacional da central, a orientação é aprovar campanhas de arrecadação de fundos, realizar atos conjuntos e paralisações relâmpagos nas diversas categorias em solidariedade aos petroleiros. Segundo ainda este sindicalista, a idéia é espalhar as paralisações por todo o país (FSP, 23.05.95). Em diversos locais do país assiste-se o resultado dessas iniciativas. Os metalúrgicos do ABCD saem na frente. No dia 23 realizam assembléia com mais de 6 mil trabalhadores e começam a paralisar uma hora a cada turno. Vicentinho chama o TST de elefante branco e acusa "*o Pazzianotto de virar casaca*". O primeiro dia a paralisação foi na Ford, o segundo dia será 24.05 (quarta-feira) a *Volkswagem*; na quinta-feira na Mercedes e na sexta-feira nas empresas de autopeças (Tribuna do Norte, 24.05.95). Em Belém do Pará, os bancários realizam festa na quadra do seu sindicato para arrecadar fundos. No Rio, os metalúrgicos fazem paralisação de uma hora de apoio.

O esforço coletivo de ajuda aos petroleiros faz-se grande, mas se reconhecem também as limitações do movimento. No Paraná, o comitê de apoio a greve tem dificuldade de encontrar entidade sindical que assuma as tarefas na distribuição de material informativo no dia 03.06 de (sábado). Não obstante as várias entidades ajudarem a pagar suas despesas, realizarem atos conjuntos, distribuírem material explicativo à população, os sentimentos anunciavam um fato indubitável,

> *Havia muita ajuda de outras categorias, muitas queriam ajudar davam força, mas no duro mesmo, a categoria que tinha que segurar toda a onda, a categoria que na prática continuava em greve era a categoria petroleira* (Clarckson, coordenador da FUP).

Além das ações intra categorias, no Congresso Nacional a CUT promove juntamente com os partidos de esquerda PT, PC do B e PSTU atos contrários a FHC, por onde ele passa pelo país. Em seus deslocamentos são organizados atos de protestos[146]. Em Campina Grande na Paraíba, uma assessora de imprensa de FHC feriu-se no braço por estilhaços de vidros em uma dessas manifestações. Nos atos, os petroleiros fazem-se presentes com seus protestos

> *os trabalhadores do RN estão preparando uma "calorosa" recepção para o Presidente Fernando Henrique Cardoso, na visita oficial que faz ao Estado hoje* (Petroleiros NA LUTA, 19.05.95).

Os dias transcorrem sem a perspectiva de alteração no quadro. Refluem-se as iniciativas de negociação; as atenções voltam-se para o julgamento do "*embargo infringente*", interposto pela FUP, no dia 17.05 no TST. Essa era a chance de se ter uma saída negociada. O TST sorteou no dia 22.05 o ministro Hylo Grugel como relator do processo. O julgamento fica inicialmente previsto para o dia 29.05 (segunda-feira). Desejando reduzir o prazo do julgamento, o ministro do trabalho, Paulo Paiva, telefona pessoalmente para o ministro do TST, pedindo o apressamento do julgamento (GM, 24.05.95). O presidente da Petrobrás também faz gestões junto a José Ajuricaba pelo apressamento do julgamento. Fruto dessas pressões o julgamento é adiantado para as 13:00 h dia 26.05, mas diferentemente do esperado, "*não será realizado pelo Pleno do TST e sim pela mesma Seção Especializada em Dissídio Coletivo"* (DN, 23.05.95). O julgamento torna-se, portanto, a única porta de saída, desde que refluíram as negociações no Congresso Nacional e caíram por terra as tentativas de acordo

[146] Gazeta do Oeste, 20.05.95.

encetadas pelo Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, Pedro Paulo Ferraz. Anunciara o procurador que os petroleiros aceitavam negociar, mas não suspendiam a greve, e, contrariamente, a Petrobrás só negociaria com a suspensão da greve.

A direção da FUP via o julgamento como alternativa de saída negociada, "estamos confiantes" diz Spis (OESP, 22.05.95). Apesar de ter esse novo julgamento como uma possibilidade de saída, a FUP reconhecia as limitações da ação: "*essa é mais uma necessidade de esgotar todas as possibilidades jurídicas do que qualquer coisa*", diz Carlos Boechat, advogado da FUP (GM, 23.05.95). Nesse meio tempo, apesar das tentativas da empresa de continuar passando informações de refluxo da greve, a Gazeta Mercantil notícia em primeira página, no dia 24.05, "*A Petrobrás reduz ainda mais a produção*".

A publicização do movimento permanece mobilizando a sociedade civil. São feitas pesquisas de opinião e tomados depoimentos de personalidades a respeito da greve. A sociedade anuncia posicionamento de um lado ou de outro. Lula em ato na Ford afirma "*que a falta de gás de cozinha é de responsabilidade da insensibilidade do governo*". O presidente da Fiesp declara ser a greve "*política e um problema gravíssimo*". A discussão central passa a ser sobre o "Estado de Direito", em que medida a greve dos petroleiros colocava-o em risco. A respeito são ouvidas diversas personalidades do campo jurídico, econômico, político e social do país.

Pesquisa de opinião divulgada pela Datafolha apontava que 60% da população eram totalmente contra a greve. No espaço acadêmico as posições são igualmente bastante diferenciadas. Na Unicamp, os professores Ricardo Antunes e o professor Leôncio Martins Rodrigues, estudiosos do mundo do trabalho, assumem posições antagônicas. O primeiro defende o movimento e critica a inabilidade do governo (Diário de Natal 13.05.95); o segundo afirma "*os*

grevistas estavam motivados em impor uma derrota política humilhante ao governo" (Diário do Nordeste, 03.06.95).

A mídia traz artigos e informações apenas sobre a greve dos petroleiros. As outras categorias em greve, quando tinham alguma notícia publicada, o era de forma bastante resumida. As críticas à greve da CUT, em particular a dos petroleiros, tornam-se cada dia mais freqüentes. Alguns articulistas, a exemplo do Gilberto Dimenstein, notabilizam-se por seus ataques à categoria petroleira acusando-a de corporativa, de elite, de insensível e similares. No geral os editoriais trabalham pelo isolamento a greve ao acusarem os petroleiros de atingirem apenas os mais humildes, as donas de casa. Reafirmam sistematicamente a necessidade da quebra do monopólio: "*o país não pode continuar refém de uma única categoria*" Essa frase é veiculada por muitos.

No leque de críticas e ataques aos grevistas, surgem vozes dissonantes. O jornalista Jânio de Freitas, por exemplo, exerce nos seus artigos críticas à postura de FHC, porém as poucas posições nessa linha ficam diluídas no conjunto incomensuravelmente maior de críticas aos grevistas. Apesar do ataque cerrado da mídia escrita, a maior contundência parte da mídia televisada. Numa flagrante reação, os boletins dos sindicatos passam, então, a trazer constantes artigos de crítica às TVs, notadamente à Rede Globo. Atos de protestos são convocados para a sede dessa empresa, no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro e para a frente da repetidora da TV Amazonas, em Manaus, dentre outros.

O cerco da mídia reverbera-se dentro das próprias hostes grevistas. Em entrevistas a jornais, o deputado federal do PT e ex-presidente da CUT, Jair Meneguelli, juntamente com o presidente do sindicato dos bancários de São Paulo, Ricardo Berzoini, levantam questionamentos sobre a oportunidade da greve quando a mesma atinge os setores mais humildes da população. Esse

argumento soma-se ao que existia na mídia, contribuindo para isolar o movimento.

A revista Istoé, nas suas edições dos dias 17 e 24 de maio, trata a greve dos petroleiros como um caso de guerra. A greve é analisada como se estivessem avaliando a disputa entre dois exércitos inimigos. As gravuras e imagens trazidas pela revista colocam em cena a guerra entre dois exércitos regulares. De um lado o "*exército grevista"* e do outro as "*tropas oficiais*". Os títulos são "*Greve vai ou racha*"; "*Querem parar o país*" (Istoé, 17.05.95 e 24.05.95), no referido semanário, Vicentinho, José Maria e Spis aparecem vestidos em roupas de campanha e portando *walkie takes.* Os bonés da CUT são transformados em capacetes militares. A Istoé, nas suas páginas, constrói um verdadeiro teatro de operações de guerra. Estapam-se fotos de pessoas carregando botijões, charges de grevistas com os braços cruzados, tanques e tiros em torno dos poços de petróleo. Transformam os petroleiros em inimigos internos como feito com os mineiros no Reino Unido. O clima para ocupação do exército está criado!

4.4.15 O exército ocupa as refinarias

"*Quatro refinarias ocupadas pelo exército"* (A Tarde, 25.05.95). Essa foi a manchete, na maioria dos jornais brasileiros, no dia 25.05 (quinta-feira). A ocupação começou pela REPAR, às 00:30 do dia 24.05, com cerca de 500 soldados. Às 2:30h foi a vez da REVAP; a refinaria Henrique Lages foi ocupada por nove caminhões com 300 homens da infantaria de Caçapava. As refinarias de Paulínia e Mauá foram ocupadas na mesma hora, às 3:30 da manhã. Na ocupação de Paulínia foram envolvidos 19 caminhões, 17 jipes e oito blindados, todos escoltados por jipes da polícia militar. Nessa última refinaria, a Globo e a Telesp

chegaram antes da ocupação e prepararam todo o seu material de transmissão ao vivo.

Após ser informada da ocupação do exército[147], a FUP orienta, ainda na madrugada, aos sindicatos evitar provocações e conflitos com os militares. No mesmo comunicado a federação convoca os sindicatos a manterem os efetivos mínimos sob seu controle, no sentido de impedir que a Petrobrás colocasse em funcionamento as unidades. O documento defende ainda a continuidade da greve e convoca o Conselho Consultivo da FUP para uma reunião em Brasília no mesmo dia 25.05. Como resultado da orientação do Conselho Consultivo, as bases realizam assembléias e aprovam a continuidade do movimento. A CUT e o comando unificado da greve publicam notas criticando a ação do governo, apontada como *burra* e *fraca*. A direção da central conclama as categorias para realizarem na sexta-feira (26.05) atos e paralisações de apoio aos petroleiros. A questão da convocação de uma greve geral para o mês seguinte volta à baila e a executiva nacional da CUT marca reunião de avaliação com a FUP para o dia 28.05 (domingo), já anunciando uma ação de inconstitucionalidade no STF contra as ocupações.

A ocupação do exército dá início a mais uma etapa na greve dos petroleiros. Mais uma vez, como tática explícita da empresa, a greve dada por esvaziada, como já ocorrido das outras vezes. As manchetes na mídia divulgam o fim da greve e o retorno dos trabalhadores à produção. Segundo os noticiários,

---

[147] Ocupações do exército em movimentos grevistas após a ditadura militar: 1986 o exército ocupa a CSN, no dia 27 de setembro, e acaba a greve dos metalúrgicos. Em 1987, os petroleiros estavam em estado de greve, o exército ocupa nove refinarias e seis campos de produção a pedido do então Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. A intervenção militar durou 48 horas. (os jornais publicam números diferentes: 5 dias na REVAP, segundo o Vale Paraibano, 25.05.95 ou 3 dias pela FSP, 26.05.95). Em 1988 o exército ocupa a CSN no dia 27 de maio, o movimento grevista acaba rapidamente. Em novembro desse mesmo ano, os metalúrgicos da CSN retomam a greve no dia 8 contra as perdas do Plano Bresser e pelo turno de seis horas. Dia 10 (09) o exército ocupa a CSN com mil militares e 300 homens da polícia militar, nesta ocupação são mortos três operários e 46 ficam feridos. A greve, entretanto, continuou até o dia 23 de novembro.

apenas na RPBC a greve continuava. Os números apresentados apontam o crescimento e a normalização da produção. É patente, tenta-se demonstrar que com a ocupação do exército a greve havia acabado. As informações enunciam conta da presença de novos contratados e aposentados que, juntamente com os engenheiros, estavam tocando a produção.

Em igual medida, anunciavam a falta de gás, os transtornos causados à população. Os editoriais contundentes continuavam sendo divulgados mais intensamente pela mídia, de forma a isolar o movimento. Os jornais e revistas publicam fotos de populares em filas quilométricas. A revista Istoé publica uma foto do senador e ex-candidato a vice presidente na Chapa de Lula nas eleições presidências de 1994, José Paulo Bisol, carregando um botijão de gás. As imagens das diversas revistas e jornais falam por si só. Por boicote das empresas distribuidoras e do governo, ou por falta real do produto, a questão do desabastecimento de gás atinge em cheio ao conjunto da população, provocando sua ira contra os grevistas. Na Bahia, populares chegam a apedrejar ônibus que transportava os petroleiros[148].

Pesquisa da *Vox Populi* aponta posição favorável da população à quebra dos monopólios (GM, 26.05.95). Do ponto de vista industrial, a questão do gás também é alarmante. São inúmeras as empresas que reduzem sua produção por falta da gás. Diversos dirigentes de associações empresarias falam em processar a FUP pelos prejuízos. Segundo Gil Siuffo, a Federação Nacional dos Revendedores de Combustíveis vai tentar ressarcir os prejuízos dos 25 mil postos espalhados pelo país (Tribuna do Norte, 27.05.95).

[148] Em diversas entrevistas e nos documentos pesquisados aparece a desaprovação da população contra os grevistas. Segundo os depoimentos coletados na pesquisa, a população foi, ao longo da greve, ficando contra os grevistas. A exceção parece ter ficado por conta de Brasília. Nesta cidade, segundo os dirigentes da FUP, a população mostrava-se favorável a eles. A explicação para esse apoio pode ser o elevado número de servidores públicos naquela capital. Os servidores estavam sob a iminência de perda de direitos.

A ocupação do exército foi uma ação bem diferente das saídas negociadas que o movimento grevista vinha construindo, através da busca de vários interlocutores; esse ato de força do governo deixou clara a continuada disposição de FHC para o confronto. Permanecia, portanto, apenas a saída via TST. Alguns depoimentos dão conta de que, no seu novo julgamento, o TST poderia manter a abusividade da greve, porém acenando para que a Petrobrás promovesse revisão nos acordos assinados. Essa seria a senha para o fim da greve. Buscando tal alternativa, Lula procura o presidente do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, para que ele intermediasse uma saída negociada junto a José Ajuricaba do TST. A questão passou a ser uma saída honrosa para os petroleiros, termo que fora continuadamente recusado por Spis, coordenador da FUP: "*não estamos de pires na mão, nem buscando saída honrosa*" (GM, 30.05.95).

Não obstante todas as expectativas, o resultado do julgamento do TST, no dia 26.05, não abre nenhuma porta. Por 10 a 2 não foi reconhecida a validade do *Protocolo*, por 12 a 0 foi reafirmada a abusividade da greve e por 12 a 0 foi mantida a multa. Como já era esperado, a categoria desconhece o julgamento e aprova novamente, em suas bases, a continuidade da greve. Nesse momento, para os sindicalistas "*só a continuidade da greve é a forma de pressão necessária para a solução do impasse, abrindo canais de negociação"* (DN, 208/95, 26.05.95).

A direção da greve continuou apostando na capacidade de resistência da categoria petroleira. A FUP, apesar de não ter conseguido até então zerar a produção, acende insistentemente "*a necessidade dos trabalhadores assumirem o controle total da produção das unidades operacionais*". Documentos dos petroleiros são distribuídos nas outras categorias, alertando-as para a necessidade de apoiamento maior da sua greve. Nesses documentos eles anunciam ser a sua derrota a derrota do conjunto da classe no Brasil.

Os atos de solidariedade aos petroleiros continuam a ocorrer sistematicamente. Em muitas regiões do Brasil o MST faz doações de alimentos para ser distribuídos aos grevistas que se encontram sem salários,

> *para uma categoria elitizada, corporativa como a petroleira, ver o MST ir lá no nosso acampamento e descarregar uma carga inteira de alimentos e os petroleiros começam a pegar os alimentos para fazer a comida e para levar para casa, ah... aquilo ali tocou muito, tocou muito, o petroleiro de uma maneira geral* (Sandra, Sindipetrosul)[149].

Outros sindicatos promovem eventos e fazem doações de cestas básicas, variadas manifestações estudantis também apóiam os petroleiros. Professores universitários no Pará doam desconto de 1% do salário para os grevistas. Na Argentina ocorre ato de solidariedade aos petroleiros em frente à embaixada brasileira. A FUP continua recebendo de diversas partes do país e do mundo moções de apoio e solidariedade. Em Santos, os portuários fazem paralisação de uma hora em solidariedade, no dia 28.05.

Em algumas bases a greve ganha um novo alento depois do julgamento. Na Bahia, os trabalhadores da FAFEN que haviam saído da greve, desde o dia 15.05, resolvem retornar ao movimento no dia 26.05 (sexta-feira) após o julgamento do TST. No Ceará, os sindicalistas, no sábado (27.05), decidem cortar o fornecimento de gás natural. São sinais de que a greve ainda tinha fôlego. Não obstante, as iniciativas de a empresa colocar as unidades em operação também mostram seus resultados. Na RLAM a empresa consegue colocar em operação as unidades 4 e 5, a unidade 8 e a unidade 9. Na REVAP e REPAR se faz funcionar o SEDIL. Na REPLAN conseguem partir uma das unidades de destilação. Em Campos, algumas plataformas já aprovam a suspensão da greve.

---

[149] O MST esteve em muitas concentrações ou sindicatos de petroleiros distribuindo alimentos produzidos por eles nos seus assentamentos. Para muitos dos entrevistados, esse foi um dos momentos mais marcantes da greve, seja simbolicamente do ponto de vista da solidariedade de classe, seja como elemento pedagógico.

As tentativas de partir as unidades não são feitas sem problemas. Diversas bases fazem denúncias de acidentes, incêndios e de problemas nas unidades. Mas a Petrobrás não recua em seu intento. O processo de colocar em operação as unidades, usando para isso aposentados, petroquímicos e engenheiros, prossegue. A esperança dos grevistas era que essas iniciativas se esgotassem com o passar dos dias, por se tratar de equipes pequenas (de fura greves) e a empresa não teria como fazer o revezamento, tentativas desse tipo já havia acontecido, a grande questão é que o tempo se impunha contra os grevistas. A categoria dava sinais claros do cansaço, a mídia fecha o cerco e a população expressa, de diversas formas, sua revolta contra a greve.

> *Ana Paula Padrão, da Rede Globo, na época, era repórter em Brasília, e queria crescer, ela acabava com a greve todo dia, era um combate sistemático, nada que nos fizéssemos estava certo* (Geraldão, ex-coordenador da FUP).

Naquele momento o tempo se aponta como adversário da FUP. Nos seus informativos fica clara a magnitude dos problemas a serem enfrentados. Em bases como a de Mauá os informes dão conta do risco de isolamento, em função dos ataques da mídia. Na usina de xisto, no Paraná, é aprovada a suspensão da greve; os trabalhadores suspendem a greve e aprovam permanecer fazendo atrasos na entrada. A dúvida agora é se o comando terá capacidade de reverter esses reveses, como o fizera das outras vezes.

A Petrobrás pratica como que um jogo duplo. No dia 26.05 (sexta-feira), acena com a possibilidade de diálogo. Em comunicado aos sindicatos afirma estar autorizada a retomar as negociações, ao mesmo tempo faz publicar notícias de demissão em massa a partir do 30º dia de greve, cujo mote seria o abandono do emprego. Essas ameaças ganham força no dia 28.05 (domingo), quando a REPLAN demite mais 26 petroleiros por não terem respondido à convocação da empresa. A FUP responde a essas ações convocando mais uma vez, aos

trabalhadores, para assumirem *controle total da produção* e *acelerar* as listas de demissão em massa. Uma vez mais a FUP apela para ações que até aquele momento a categoria não havia conseguido realizar; mesmo com todos os seus apelos. A situação real é que nem as listas conseguiram a adesão necessária nem a categoria tinha conseguido também ter o controle total da produção e distribuição.

Naquele final de semana ocorrem diversos contatos da FUP com lideranças políticas, no sentido de se abrirem canais de negociação. No dia 28.05 a Petrobrás volta a lançar um informe gerencial, no qual aponta algumas alternativas como rever punições, discutir os dias parados, comprar férias, etc. A Federação rejeita, quer garantias contra as demissões e exige uma alternativa econômica. Ao mesmo tempo, a FUP passa a fazer contatos com um novo interlocutor, o Deputado Federal do PSDB, Franco Montoro com o qual se reúne no dia 29.05 (segunda-feira). Enquanto isso, a CUT encerra sua reunião do final de semana em Brasília sem convocar a Greve Geral.

Cada dia que passa a situação nas bases recrudesce-se. Em Manaus ocorrem algumas defecções no movimento. Em Sergipe, a Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) volta a operar iniciando seu processamento. Em Pernambuco, base que oscilou muito durante todo o movimento, a greve é suspensa. Na FAFEN Bahia, reduz-se a capacidade das unidades, mas não conseguem pará-la completamente. A FAFEN Sergipe, inicia processo de partida. No Espírito Santo, a greve também é suspensa.

Para a FUP os contatos e comunicados distribuídos pela Petrobrás caracterizam que "*começam as negociações*" (Pm, 10.05). No sábado à tarde (27.05), diretores da FUP reúne-se com o superintendente do SEREC, Clotário Cardoso, em sua casa no Rio de Janeiro. No dia seguinte (28.05), a Petrobrás solta mais um informe gerencial com suas propostas. Na segunda-feira (29.05), no Rio de Janeiro, o senador Suplicy e o deputado federal Luciano Zica, reúnem-

se com Rennó na sede da Petrobrás, ao mesmo tempo em que dirigentes da FUP se reuniam na mesma sede com Clotário Cardoso. Em Brasília o deputado Franco Montoro tenta formar uma ampla comissão para intermediar junto ao governo. Diferentemente do espírito da FUP de buscar saídas negociadas, a Presidência da República, a partir dia 29.05, cobra da Petrobrás e do Ministério da Justiça o acionamento das medidas judiciais cabíveis contra os responsáveis pela greve. São acionadas a Procuradoria-Geral da República, a Procuradoria-Geral do Trabalho e a Polícia Federal; paira no ar a possibilidade de prisão do comando da greve[150]. Nesse mesmo dia, o ex-presidente Itamar Franco liga para a FUP revelando que manteve contato com FHC reafirmando a validade dos acordos assinados.

Com a entrada em cena do deputado Franco Montoro e o retorno das ações de Tarso Jereissati, as possibilidades de negociação voltam a se evidenciar junto a FHC, mas nada de concreto é alcançado. As propostas esbarram na questão das demissões, "*não conseguimos remover o obstáculo colocado por FHC em relação ao cancelamento das demissões, ponto que consideramos fundamental para que haja início de qualquer entendimento*" (Pm). No 29º dia de greve a questão das demissões em massa por abandono no emprego, muito divulgada pela mídia, pressiona as bases petroleiras. A FUP envia documentos às bases explicando que esse prazo só se completaria ao meio dia do dia 10.06.95, um mês após a decisão do TST que julgou a greve abusiva.

No dia 30 morria no seu apartamento, no Rio de Janeiro, o superintendente do serviço de recursos humanos da Petrobrás, Clotário Franscisco Cardoso. Segundo depoimentos dos sindicalistas, Clotário faleceu depois de ter participado de uma reunião tensa com Rennó. Sua morte representava maiores dificuldades para os grevistas, visto que ele era elemento chave na reabertura de negociação

[150] Segundo Geraldão, Lula e Spis procuraram o ministro Sepúlveda Pertence, para tratar desse assunto.

com os petroleiros, possuía bom trânsito no movimento e vinha demonstrando boa vontade em encontrar saídas negociadas[151]. A cada dia a disputa entre os petroleiros e o governo se anunciava em uma batalha extremamente desigual. No dia 31 de maio a FUP emite um documento que deveria ser enviado por cada sindicato as gerências da Petrobrás. Nesse documento é dito que os trabalhadores não abandonaram o emprego e que voltarão ao trabalho assim que os acordos com a FUP forem efetivados.

Ao mesmo tempo que buscava saídas negociadas e apostava na mobilização, a FUP recebia os informes do movimento, todo dia novos problemas surgiam. Até mesmo no PT o apoio à greve nessa fase não acontece sem problemas. Opinião de Lula publicada no dia 30.05 na Gazeta Mercantil questiona a oportunidade da continuidade da greve, posição que é condenada em nota pública pela direção estadual do partido em São Paulo. Diferentemente de sua entrevista, Lula, no dia 01.05 (quinta-feira), envia *fax* a FHC responsabilizando-o como principal obstáculo nas negociações. Essas idas e vindas denotam o grau de dificuldade e de isolamento social enfrentado pelo movimento. Esse diagnóstico o governo também conhecia.

Ciente das suas debilidades a FUP propõe, no dia 31.05, um documento intitulado *Carta da FUP ao Congresso Nacional.* Nele eram explicitadas algumas condições para o retorno ao trabalho. Esse documento deveria ser assinado pelos congressistas constando "*um apelo aos petroleiros para que retornem ao trabalho e à Petrobrás que retome imediatamente as negociações*". Ao mesmo tempo, nesse mesmo dia, mais 11 petroleiros são demitidos, por não responderem à convocação da empresa, nove na REGAP e dois na REPAR.

[151] Rosemberg (ex-diretor da FUP) afirma ter Clotário Cardoso ligado para ele depois dessa reunião, na madrugada da sua morte, explicitando a necessidade de se encontrar uma alternativa rápida para a greve.

No dia 01.06 o informe da FUP trata das negociações que estariam se desenvolvendo junto ao governo. Em Brasília, uma comissão de parlamentares teria se reunido com o ministro da Minas e Energia que ficara de dar uma resposta sobre a Carta da FUP, ainda no mesmo dia, especialmente em relação às demissões. Mas o próprio informe da federação deixa explícito: "*não podemos ter nenhuma expectativa de que o retorno do ministro reflita alteração na posição do governo*". Se em condições mais adversas o governo nunca aceitou negociar, não seria agora que o movimento dava sinais concretos de exaustão que o governo cederia, mesmo porque, a própria FUP reconhecia, "*a greve permanece forte nas refinarias e tem problemas nas áreas de exploração/produção*".

No dia 01.06 (quinta-feira), os informes dão conta de que em Sergipe as plataformas já estavam ocupadas com pessoal da gerência, no Ceará acontecia o mesmo e em Guararema, no Rio de Janeiro, o turno da manhã entra para trabalhar. No Rio Grande do Norte a greve é suspensa. É a primeira grande baixa dos grevistas. Não é mais apenas uma base, ou unidade que resolve sair da greve, mas todo um conjunto de unidades em terra e no mar. Na Bahia, funcionários do administrativo da Calçada e Itaigara resolvem suspender a greve. Na RLAM, o informe aponta o "*Clima de mobilização não está muito favorável*", apesar do clima desfavorável os trabalhadores resolvem ocupar a refinaria, entram mas permanecem de braços cruzados. No Paraná, o clima é de acirramento, no dia anterior a base rejeita o documento da FUP aos parlamentares e defende a radicalização do movimento. Dentro do mesmo espírito de radicalização, na REVAP é provado em assembléia que a FUP deveria esgotar todas as possibilidades de negociação, após o que entregaria a lista de demissão coletiva, deixaria Brasília, passando a se instalar em Cubatão.

Ainda no dia 01.06, a FUP permanece orientando a continuidade da greve e explicando como cada sindicato haveria de se portar no tocante à cobrança das

multas. "*Achamos que é prudente evitar receber qualquer notificação judicial*". Durante esse mesmo dia, o ministro Raimundo Brito responde a comissão de parlamentares que as negociações só seriam retomadas com o fim da greve. O governo está em posição de força. Nesse ínterim, a FUP "*aguarda posição de um grupo de parlamentares para irmos a FHC*", ou seja, os sindicalistas, no dia primeiro de junho, ainda trabalhavam com a possibilidade de serem recebidos por FHC; entretanto, no dia 02.06 (sexta-feira), percebendo não haver mais nenhuma chance de negociação e reconhecendo que a cada hora que passava mais bases suspendiam a greve, a FUP comunica às suas bases,

> *De posse do quadro nacional de hoje, onde apesar de ainda haver muita disposição em algumas refinarias, a realidade da maioria das bases aponta um caminho que não marca para a continuidade de uma greve forte na categoria, e de que é necessário mantermos a nossa unidade nacional para que não haja divisão, e ainda de que não vemos perspectiva de que possamos encontrar negociação por dentro da greve, a análise da direção da FUP, por unanimidade, é de que devemos SUSPENDER O MOVIMENTO, MANTER O ESTADO DE GREVE e indicar a 3ª feira (06.06) para data de inicio das negociações com a companhia.*

Era o fim da Greve!

Chegava ao seu término uma das maiores manifestações de luta da classe trabalhadora no Brasil em todos os tempos. Nas refinarias o retorno não foi imediato. Houveram negociações e resistências. Na RECAP e REPLAN aprova-se o fim da greve, mas exige-se a saída do exército para que os trabalhadores retornem ao trabalho, no que são atendidos. Na REVAP e REFAP a proposta de fim da greve é rejeitada no primeiro momento. Depois de novas avaliações e diversas negociações com as gerências locais, durante esse mesmo dia 02, é aprovado o fim da greve. Na RPBC o retorno ao trabalho só ocorre no dia 03.06. Nessa refinaria após várias horas de *emocionada assembléia*, os trabalhadores abandonam a RPBC cantando o Hino Nacional, não sem antes darem mais um

susto nas gerências, "*fizemos um percurso na saída que deixou dúvidas qual seria a nossa decisão, se abandonar ou não a refinaria; eles ficaram todos apreensivos, foi nossa última lição nos pelegos*" (Averaldo, ex-presidente do Sindipetro).

CONCLUSÕES

Foram muitas as transformações ocorridas no último quartel do século XX. As mudanças são de tal ordem que analistas arriscam afirmar ter havido a III Revolução Industrial. O fausto mundo dos países ricos se viu imerso em grandes agitações. Desde fins dos anos 60, o regime de acumulação fordista dava sinais de exaustão, refletindo negativamente por sua vez *no pacto fordista*, base sobre a qual se erigiu o *welfare state*. No plano econômico, as brutais elevações dos preços do petróleo na década de 70 levam à agudização da crise que desde a década anterior se expressava pelos crescentes índices de desemprego, de inflação e desacelaração industrial. Do ponto de vista social ocorrem às contestações de caráter ambiental, de sociabilidade e cultural. Avolumaram-se também os desajustes no mundo do trabalho, objetivados pelo crescimento das greves e do absenteísmo. Era o prenúncio do fim dos "*trinta gloriosos*", que haviam produzido grandes somas de riquezas no mundo hegemonizado pelas trocas de mercadorias, sem contudo conseguir mundializar os ganhos que se concentraram no convencionado *primeiro mundo*.

A saída encontrada pela metabólica do sistema produtor de mercadorias para responder à necessidade de recomposição das suas taxas de lucro foi radicalizar na sua internacionalização, abandonando as orientações *keynesianas* e reeditando o velho liberalismo, não mais pelas mãos de Adam Smith ou David Ricardo, pensadores do período concorrencial. O *remake* liberal, atualizado com a denominação de neoliberalismo, na fase monopólica e financeira do capital, teve como pensadores Friedman e o *sofisticado* Hayek. Seu ideário promove a disjunção entre liberalismo e democracia, assumindo a possibilidade do uso de instrumentos do autoritarismo. Colonizam-se as sociedades não apenas por seus elementos econômicos, mas manipulando fortemente valores morais, as suas culturas.

O neoliberalismo operara a partir dos países ricos em duas frentes: uma interna e outra externa. Internamente a tática será reestruturar-se do ponto de vista técnico, financeiro e jurídico, visando a desconstruir o *welfare*. A solidez do Estado de bem-estar e a resistência da classe trabalhadora desses países criam estorvo a essa primeira empreitada; são anteparos ao retrocesso neoliberal. Ocorrem mudanças; o capital *retoma suas concessões;* os trabalhadores perdem conquistas históricas; os trabalhadores ingleses são um grande exemplo, mas ainda permanecem com uma cesta razoável de direitos e garantias, quando comparados com os trabalhadores que labutam na periferia do sistema.

Externamente, fora do eixo central da economia ocidental, a adoção das políticas neoliberais reflete na sua forma mais dura. Os países dependentes serão pressionados pelos industrializados a abrirem suas economias de forma predatória, competindo no mercado globalizado. As políticas subalternas desses países focam a desestatização e o combate à inflação. A primeira produz a desnacionalização dos parques industriais. A segunda se efetiva a partir de políticas monetaristas restritivas. O resultado é uma reestruturação produtiva de caráter defensivo.

A reestruturação produtiva do capital, que ocorre nos países em desenvolvimento, tem dois pré-requisitos. O primeiro seria econômico, fruto da re-divisão internacional do trabalho, da financeirização das economias e da redução da capacidade operativa dos Estados nacionais. O segundo vem das *possibilidades* abertas pelo uso das inovações tecnológicas de base microeletrônica e de informática. Estes elementos explicitam, conforme Fiori (1994b), que o processo de reestruturação globalizada é uma realidade, mas que

não ocorre por sobre vontades, objetiva-se efetivamente como resultado de decisões políticas e econômicas, que são implementadas de forma cada vez mais concentrada.

O Brasil não irá assistir a esse conjunto de mudanças de forma incólume. Apesar de não adotar as políticas neoliberais até os anos 90, a partir dessa década, o Estado brasileiro assume o *novo* ideário com graves prejuízos para a classe trabalhadora. Desde os anos 30 existem linhas claras de continuidade no processo de desenvolvimento do Brasil. O rápido crescimento, a presença do Estado como *conduttiere* e a negação da *fala* aos despossuídos são invariantes. O crescimento econômico, rápido e continuado, foi uma marca do Brasil até os anos 80. Nesses anos, apesar de não resolver os graves problemas de desigualdade social, "*a fila andou para frente*". Nos oitenta a reestruturação dos países centrais provoca a "*crise da dívida externa*"; os números do PIB brasileiro se tornam pífios, inicia-se o processo de transferência de capitais para o exterior, recessão, hiperinflação e desemprego persistentes, que perduraram até os anos 90, quando é adotado o receituário neoliberal.

A partir de Vargas, a presença do Estado na economia tem sido um valor fundamental para o desenvolvimento. Foi assim na crise de 29, quando a decisão do governo[152] de comprar o excedente de café e queimá-lo serviu para alavancar nossa produção endógena, quebrando o ciclo de dependência do mercado externo. Da mesma forma ocorreu no imediato pós-guerra. A inflação e alta dos preços foram combatidas com controle seletivo das importações. Esta opção do Estado brasileiro serviu para transferir renda do exterior para o mercado interno. Fazendo

[152] Às vezes fazemos uso dos termos governo e Estado como uma coisa só. Cardoso, (1998) de forma precisa define: *governo é o conjunto de instituições, mecanismos e pessoas que exercem o poder. Estado refere-se às instituições e mecanismos que asseguram a dominação. O primeiro pode imprimir rumos variáveis, por meio de políticas específicas, ao aparato do Estado. Este reflete mais duradouramente os interesses de classe e dos segmentos organizados da sociedade que dão forma a uma estrutura de controle social e político.*

desenvolver mais uma vez o parque industrial brasileiro. Em seguida temos o Plano de Metas do governo JK e o II PND do governo Geisel. Em todos eles o Estado age como *master* no processo; primeiro, via empresas estatais, em seguida pela utilização dos fundos públicos e, finalmente, pelo endividamento externo, que se inicia com Delfim e terá continuidade no governo Geisel.

No tocante ao processo político, o Estado tem recorrentemente negado o dissenso, seja pelo uso do aliciamento, do *transformismo* (Romão, 2002), seja pela utilização da violência física mais extremada. A partir da dominação dos instrumentos de Estado, o capital no Brasil tem exercido um duro controle sobre o trabalho vivo e seus representantes. As transformações ocorrem sem a democrática participação das Classes Trabalhadoras, dão-se *pelo alto*. Desde fins da República Velha, foram poucos os períodos sob regime democrático. A burguesia brasileira que não conseguiu realizar sua revolução é ciosa no tocante a impedir o alargamento dos espaços públicos. À perspectiva de ampliação do dissenso, da conquista da *fala*, tem sempre como contrapartida os golpes militares. Essa constatação é um dos elementos que nos levam a negar a existência do *welfare* no Brasil.

Em 1964, mais uma vez, a triste história se repete. O Estado assume sua face mais dura, em um movimento contra revolucionário, exclui por completo qualquer possibilidade de contestação à ordem do capital. Foram mais de 14 anos de total escuridão. Durante esse período as tentativas de dissenso foram duramente reprimidas. Somente em fins dos anos 70 os trabalhadores conseguem de forma duradoura retornar á cena política. Em um movimento rápido e

vigoroso, entremeado de idas e vindas, capitaneado pelo *Novo Sindicalismo*, a Classe Trabalhadora brasileira ocupa os espaços coletivos a partir da inovação e releitura dos seus instrumentos de luta, particularmente com o uso da greve.

A década perdida, do ponto de vista dos interesses do capital, não o foi no tocante ao incremento da participação popular. Esses anos assistem a um processo crescente de mobilização dos trabalhadores em sentido diverso do que ocorria nos países centrais. Milhões cruzam os braços, saem às ruas, portam bandeiras políticas e econômicas. Exigem democracia, respeito aos direitos civis, lutam contra a superexploração do trabalho. Ao final dessa década, as ações operárias contribuem para desmascarar as *transições transadas*, as mudanças operadas pelo alto. Em quadro bastante distinto, os trabalhadores se vêem convidados, na arquitetura das novas tentativas de pactos, a sentar-se à mesa com os governantes. Conseguem tornar norma legal, via CF de 1988, diversos instrumentos do direito da cidadania há muito reivindicados. As organizações trabalhistas e suas lideranças conquistam o direito à fala, reintroduzem o *dissenso,* entram em cena no espaço político.

Porém, os avanços conquistados no campo social não se traduzem em melhorias concretas quanto aos interesses econômicos da Classe Trabalhadora. Na arena política, a Nova República, imersa nos seus *insuperáveis* desajustes econômicos, não consegue estabelecer uma nova hegemonia. Em 1989, a primeira eleição presidencial direta após 64 ocorre sem as forças da ordem terem unidade na disputa. A força das ações populares e a fragmentação da direita levam Lula, candidato galvanizado pelas lutas populares, ao segundo turno, e Collor, um *outsider,* candidato apátrida do capital. O poderio midiático oblitera os projetos em disputa e dá a vitória ao "*caçador de marajás*".

Com Collor, o Brasil entra pela *porta dos fundos* na globalização neoliberal. As linhas mestras do seu Plano explicitavam isso. Ao tempo que

imprimia uma política afeita aos interesses internacionais, o presidente colorido perdia rapidamente legitimidade pelo despotismo, insulamento *tecnoburocrático* e por sua incapacidade de promover a estabilidade monetária. Por fim, surgem as denúncias de corrupção, mas isso também não será suficiente para defenestrá-lo do poder; setores do centro e da direita têm como preocupação a questão da governabilidade; essa passou a ser a idéia força. Apenas o grito das ruas teve capacidade de quebrar mais um arranjo pelo alto. O vigoroso movimento de massas, capitaneado pelos estudantes *caras pintadas*, rompe as articulações das elites e o faz naufragar. O presidente abandona o Palácio do Planalto no dia 02 de outubro de 1992, após ter sido *impichado* pelo Congresso Nacional.

O meteórico e desorganizado governo Collor passa, mas deixa assentadas as bases do neoliberalismo. Começou o processo de privatizações, abriu de forma predatória o mercado brasileiro, atacou os direitos e garantias da classe trabalhadora. Acima de tudo, dando continuidade a sua política de *caçador de marajás*, responsabiliza a categoria *trabalho* pelos desajustes por que passava a sociedade brasileira. Os altos salários dos servidores públicos e o custo Brasil seriam responsáveis por atrasar a entrada do país no primeiro mundo. Com uma massiva campanha de mídia, associou a imagem do Estado, das estatais do serviço público e dos seus trabalhadores ao elefante, pesado e desajeitado.

O mundo do trabalho não acompanha impassivo aos duros ataques, reage com seu mais importante instrumento de contestação. Já no seu primeiro ano de governo, Collor enfrenta greves importantes, entre elas está a dos petroleiros. Mas as bruscas e agressivas medidas governamentais adotadas e seus efeitos atingem objetivamente a capacidade de reação da Classe Trabalhadora, reduzindo-se fortemente o número de greves. Os trabalhadores começavam a perder, portanto, o seu mais importante instrumento utilizado na reconquista da *fala*. Com Collor, para além dos frios fundamentos econômicos, são trabalhados mentes e corações,

hegemoniza-se a sociedade com os conceitos neoliberais, a partir do uso das estruturas de Estado e aparelhos midiáticos.

O governo Itamar, sucedâneo de Collor, caracteriza-se por sua instabilidade política e incerteza de rumos. Não dá prosseguimento à implantação das políticas liberalizantes na velocidade desejada pelo capital, mas não as faz cessar. Não consegue, a exemplo dos seus dois últimos antecessores, estabelecer hegemonia política. O quadro de incertezas e instabilidade do governo Itamar cessa apenas após o anúncio de FHC para o Ministério da Fazenda. Em seguida a indicação, observa-se uma mudança clara de comportamento da imprensa e de amplos setores das classes dominantes. Os escribas da ordem colonizam a sociedade com loas ao novo mandatário da economia. A boa vontade desses setores não sofre abalos apesar de efetivamente FHC não ter conseguido, até o lançamento do Real, em julho do ano seguinte, ou seja, mais de um ano depois de sua posse, concretizar a tão buscada estabilidade monetária. As dificuldades encontradas pelo novo ministro, "*contraditoriamente*", reforçam sua posição junto aos intelectuais orgânicos do capital que o dotam do sentido *sebastianista*.

Aproximava-se a eleição presidencial de 1994; novamente os setores conservadores não têm unidade. São lançados diversos nomes pelo centro e pela direita, com vetos mútuos. Mais uma vez se observa o trabalho dos intelectuais orgânicos a serviço da ordem. Usam a mídia para artificializar uma polarização direita-esquerda, Lula e Maluf, respectivamente, em seguida, visando à *governabilidade* tão necessária ao sucesso das políticas de ajustes neoliberais (Fiori,1995), defendem a construção de uma terceira via. Respondendo à essa demanda de *governabilidade* do capital, é lançado o nome de FHC para presidente. Ele é a objetivação de imperativos: a necessidade do poder político, da governabilidade na condução da *homogeinização* econômica. É posto muito claramente qual o seu papel, de novo *conduttiere*, com força política suficiente

para gerir um tipo específico de economia, consolidando um tipo particular de Estado, criando um novo bloco de poder.

As eleições presidenciais de 1994 colocam em disputa pela segunda vez, em curto espaço de tempo, dois projetos opostos de sociedade. Por um lado, Lula aglutinava a força dos movimentos contestatórios dos anos 70, do processo de reconquista da *fala*, da legitimação do dissenso, da ampliação dos espaços públicos. A derrota de 1989 e as investidas neoliberais, apesar dos percalços, não atravancaram por completo a força desse seguimento. O *impeachment* e a vitória pelo fracasso da Revisão Constitucional serviram para manter acesa a chama que movia esse movimento. Pelo outro lado, FHC era o desaguadouro de forças aparentemente díspares, cuja unidade se assentava nos interesses comuns; interesses que deveriam ser contemplados a partir da consolidação do programa de estabilização ditado pelo *Washington Consensus* e assumido pelo FMI e BIRD.

Do lançamento do Real, no dia 01 de julho de 1994, até à vitória nas eleições em 03 de outubro, o crescimento de FHC se deu de forma vertiginosa, seu maior cabo eleitoral foi a estabilização dos preços, alcançada com o lançamento da nova moeda. Da vitória até posse, enquanto FHC monta seu governo, buscando ampliar sua base de sustentação no Congresso Nacional, havia ao menos dois campos de posições políticas sobressaindo-se. No primeiro, estavam situados setores de direita, cobrando coragem e disposição de FHC em aprofundar as medidas iniciadas com Collor. No segundo, havia setores de esquerda colocando dúvida na disposição de FHC em fazê-lo. Mesmo dentro do PT, maior partido de esquerda na oposição, observa-se postura vacilante, apostando-se que o passado do presidente eleito era garantidor do sentido progressista e democrático do seu governo. Não conseguiam enxergar a

profundidade dos compromissos de Fernando Henrique com o projeto de *homogeinização* das políticas macroeconômicas.

De janeiro a meados de abril de 1995, o governo federal se viu imerso em incertezas. Não conseguia uma base parlamentar de sustentação confiável; acumulou derrotas importantes no Congresso Nacional; não fazia deslanchar as reformas; perdia-se em disputas internas, a mais importante delas travada pelos ministros José Serra e Pedro Malan. Chegou-se a aventar, durante a crise de março, que as mudanças no Plano Real seriam correções de rumo, no sentido preconizado por Serra. Ao tempo em que o governo patinava, começaram a crescer os movimentos de contestação. Apesar de permanecer o refluxo no tocante às greves, a CUT se soma ao MST, CMP, mais outras entidades do movimento popular, e juntos aos partidos de esquerda organizam manifestações contrárias às reformas. FHC em suas viagens pelo país sofre contestações públicas. Toda essa situação é percebida pelos institutos de pesquisa, que apontam queda nos índices de popularidade do presidente. Mesmo entre seus apoiadores começa a se perceber inquietação.

Na segunda quinzena de abril, após várias tentativas, o governo consegue retomar a iniciativa política. Regressando de sua viagem ao EUA, Fernando Henrique (FH) por suas palavras e dos seus ministros, Serra e Malan, anuncia medidas e posições demonstrando, de forma cabal, a disposição do governo no sentido de aprofundar os ajustes dentro das orientações dos organismos internacionais. No Congresso Nacional o cenário também muda, o governo consegue vitórias fundamentais ao novo projeto. Será, portanto, no contexto de retomada de iniciativa de FHC que ocorrera a greve dos petroleiros.

A greve dos petroleiros iniciada no dia 03 de maio de 1995 não foi uma iniciativa isolada da FUP. Foi articulada pela CUT com as categorias que estavam em processo de luta, seja pela data base, seja por estarem reivindicando

cumprimento de acordo ou outras questões específicas. Esse é um primeiro elemento que precisa ser observado. A direção do movimento petroleiro tinha consciência, já desde o seu inicio, que a sua luta não passava apenas pela unidade da categoria. As mobilizações ocorridas em 1994, entre elas as duas greves explicitavam isso. Como planejado, a greve da CUT começou com um caráter geral. Claramente estavam colocados elementos econômicos e políticos. Tinha um caráter coercitivo. Não havia prazo determinado para acabar, tal iria depender das conquistas gerais e específicas alcançadas. A perspectiva era de ampliação horizontal das manifestações, com entrada a partir do dia 09 de maio de outras categorias. A CUT trabalhava no sentido de ampliar a greve.

O governo por sua vez, ao mesmo tempo em que afirma ser a greve um direito, endurece na prática. Baixa decretos proibitórios e orienta as estatais a entrarem imediatamente com dissídios. Desqualifica as reivindicações específicas, denomina a greve de política. Portanto, no nascedouro da greve, o próprio governo demonstra o caráter político que as reivindicações tinham para ele. Quando os diversos ministros, das áreas envolvidas na paralisação, vêm a público politicizar a greve, evidenciam que o governo a assume pela sua ontologia. Independente da legalidade/legitimidade das reivindicações específicas e gerais, e, conforme visto, no que diz respeito aos petroleiros, havia *Termo de Entendimento*, *Termo de Acordo* e *Protocolo* a serem cumpridos. A questão era política, pois, sejam as reivindicações de caráter eminentemente salarial ou não, elas iam de encontro a consolidação de uma nova postura estatal em curso.

Das categorias que iniciam a greve poucas demonstram potencial para segurá-la por muito tempo. Na primeira semana, apesar do clima ainda efervescente, começam a ficar claros os limites das categorias. Os petroleiros, diferentemente, mostram muita força, já na largada conseguem praticamente unanimidade na paralisação. Na primeira semana a greve ainda estava se

fortalecendo pela entrada de categorias importantes, como ferroviários (nacionalmente) e metroviários de São Paulo. À medida que os dias avançam, a greve nas outras categorias começa a arrefecer. A desmobilização é menos por conquistar parte das reivindicações, e mais pela incapacidade de manter o movimento. Os efeitos da reestruturação produtiva do capital, em curso desde a ascensão de Collor, mostram seus resultados. A partir de 1991, as dificuldades de mobilização nas diversas categorias se expressavam na redução do número de greves.

Em função do esvaziamento da greve nas outras categorias e por suas próprias características, a greve dos petroleiros tornou-se o foco das atenções. Os noticiários quase que silenciam sobre as outras greves. A paralisação articulada pela CUT havia perdido o seu caráter mais geral. Os petroleiros, do ponto de vista simbólico, enfrentavam, desde esse momento, uma greve sozinhos. A partir de então tinham que contar com sua própria capacidade de luta, organização e articulação. Em sua processualidade é possível perceber quatro fases na greve dos petroleiros: a 1ª fase vai do início da greve, no dia 03 de maio, até o primeiro julgamento do TST no dia 09 de maio, no qual a greve foi declarada abusiva; a 2ª fase inicia-se no dia 09 e vai até o dia 17, quando a FUP entra com o *embargo infringente* no TST; a 3ª fase vai do dia 17 até o dia 24 de maio com a ocupação, pelo exército, de refinarias; a 4ª e última começa com a ocupação do exército e se prolonga até o dia 02 de junho, dia em que a FUP encaminha às suas bases o indicativo de fim da greve.

Em cada uma das fases é perceptível identificar dois momentos distintos. Nos primeiros instantes de cada uma dessas quatro fases, acontecem muitas iniciativas. Por um lado os petroleiros, suas organizações sindicais e aliados, por outro lado o governo, a Petrobrás. Os protagonistas no processo procuram durante esses momentos ganhar terreno. Inovam nos métodos, nas táticas, buscam aliados,

tentam avançar. É um período de instabilidade, bases saem da greve, outras retornam ao movimento. Elementos novos da "*sociedade civil*" entram em cena ou passam a se comportar diferentemente. É factível afirmar tratar de guerra de posição, momento no qual os lados em disputa tentam tomar posições novas.

No segundo momento, dentro da mesma fase, vem o período de acomodação. É quando se percebe um reposicionamento do comportamento dos sujeitos sociais. Os avanços e recuos de ambos os lados quase não acontecem, cristalizam-se posições. Discursos e propostas se tornam repetitivos. Não ocorrem elementos novos no cenário. A exemplo da guerra de trincheira, a prioridade para os lados em conflito é manter suas posições. Esse movimento de instabilidade e estabilidade fica claramente estabelecido em quatro oportunidades.

O comportamento da mídia e do Judiciário em relação à greve dos petroleiros em 1995 não diferiu de outros grandes momentos nos quais as aspirações populares se confrontaram fortemente com os interesses do capital. As organizações dos trabalhadores de petróleo, em diversos momentos da sua história, tiveram que se organizar para a luta contra a vontade desses dois setores. No caso específico, ora tratado, o TST já tinha deixado claro desde o ano anterior o seu alinhamento com as políticas de ajustes neoliberais ao revogar seus próprios enunciados, cassando direito adquirido dos trabalhadores. Mesmo a multa diária de R$ 100 mil reais, estipulada por esse tribunal e tão fortemente contestada inclusive pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), já havia sido estabelecida na greve de novembro de 1994, pelo mesmo Ministro Ajuricaba, à época presidente em exercício do TST.

Cabe destacar que, diferentemente do corrido no Reino Unido, a legislação brasileira não precisou sofrer nenhuma modificação para que os juízes pudessem arbitrar suas sentenças condenatórias contra os trabalhadores. Na Inglaterra antes da greve, ainda durante os governos trabalhistas, modificou-se o arcabouço

jurídico. Normatizaram os conflitos no sentido de controla-los. Essas mudanças vieram a permitir que pela primeira vez, em toda sua história, o NUM sofresse uma intervenção. No caso brasileiro, o sentido é inverso; os movimentos vinham em fase de ascenso, tendo conquistado alguns avanços quando da CF de 1988, inclusive no tocante ao direito de greve. Mas nada disso contou e mais uma vez os petroleiros vêem suas organizações serem atacadas. Se a intervenção não foi direta como em outros períodos, nem por isso foi menos violenta, ela se deu de uma forma que visava a inviabilizar por completo as existências das organizações dos trabalhadores de petróleo[153].

A grande mídia inicialmente se comportou de forma imparcial; mas foi se metamorfoseando ao longo da disputa, do meio para o fim da greve mostrava um comportamento claramente negativo em relação aos grevistas, seu movimento e sua empresa. Havia uma diferença entre o tratamento dado pelos veículos de circulação nacional e os regionais. Nesses últimos as informações são menos eivadas de juízo de valor; aproxima-se mais dos fatos. A grande mídia com ataques diários aos grevistas, criminalizava-os. Os petroleiros são identificados como *marajás*, retomam-se com força símbolos que vinham sendo trabalhados desde Collor. Após o dia 08 de maio quando a própria Petrobrás, em nota pública, assume a possibilidade de falta de gás de cozinha, essa questão será diariamente utilizada, mostram-se filas e mais filas de populares e mesmo de autoridades tentando compram os botijões; o ágio do botijão de gás, em alguns lugares, chega a mais de 100%. Noticia-se o risco de faltar gás em creches e hospitais; o clima torna-se de terror.

A mídia buscou isolar por completo a greve. Com seus artigos, matérias e imagens construiu um cenário bipolar. De um lado estava a população, o conjunto

[153] Mesmo os acordos coletivos não tiveram capacidade de proteger os trabalhadores. Categorias importantes como os bancários foram completamente destroçadas apesar da vigência dos acordos coletivos. Sobre os acordos ver: Oliveira e Neto (1999).

da nação e seu governo, lutando para derrotar o *dragão da inflação*, para estabilizar a economia. Gente simples e humilde que se sacrificava em nome de um futuro melhor para todos. Do outro lado se encontrava o *corporativismo*, trabalhadores já privilegiados por seus altos salários, que se preocupavam apenas consigo mesmos. Todos funcionários de uma única empresa que, por sua vez, viviam de costas para o país; uma empresa que apesar de estatal não prestava contas ao povo, sequer pagava devidamente seus impostos. Era a desejo da nação contra os interesses corporativos; a luta do bem contra o mal. As ações da imprensa criaram um consenso contra a greve (Rizek, 1998). Na Inglaterra, o governo Thatcher e a mídia criaram a figura do *enemies within* para legitimar toda sorte de ação contra os mineiros; no Brasil os petroleiros foram tornados criminosos para validar o uso do exército, que mais uma vez ocupa as unidades industriais da Petrobrás.

As ações da mídia e do Judiciário contribuíram fortemente para isolar a greve, para promover a disrupção entre consumidor e trabalhador (Oliveira, 1998). Obstruídos os direitos do segundo, restava apenas o "*consumidor livre*" no mercado. As decisões dos tribunais e o comportamento da imprensa não foram fruto apenas das suas subserviências a um executivo forte e centralizador, pois ainda não existia essa figura, correspondia aos seus próprios alinhamentos ideológicos com uma nova hegemonia, que vinha sendo construída desde o final da década passada. Um "*novo*" pensar sobre o mundo, sobre a economia, sobre as coisas; não era por acaso que importantes segmentos da própria Classe Trabalhadora, a exemplo da FS, também se posicionaram negativamente em relação à greve.

O governo desde logo entendeu a gravidade da disputa e se preparou para ela. FHC já havia, como Ministro da Fazenda, optado por acompanhar as orientações do *Consenso de Washington*. Radicalizou nessa opção ao escolher

como aliado preferencial o PFL; decidiu, portanto, não só reformar o Estado, mas realizar isso pela direita. Intelectual de estofo, o presidente era sabedor do desafio. Sua tarefa era consolidar a retirada do Estado do centro da economia, formatação que vinha desde os anos 30 sendo responsável por puxar o desenvolvimento capitalista no Brasil. Teria que modificar um cenário estruturado há 60 anos. Era cabal que a nova formação exigiria novos papéis, do Estado, do capital privado e dos trabalhadores. O Estado, depalperado, já vinha sendo reestruturado nessa direção, caberia a ele consolidar. Grande parte dos empresários, ao menos os setores controlados e controladores do grande capital também já haviam aderido aos fundamentos macroeconômicos do neoliberalismo, parte importante dos trabalhadores estava nocauteada pelos ajustes iniciados com Collor. O foco de resistência era localizado.

FHC tratou de forma intransigente e truculenta a greve dos petroleiros, não apenas por conta de índices econômicos, da existência ou não de acordos ou decisões do TST. Expressava uma opção de cunho mais profundo. À escolha do presidente em efetuar as reformas preconizadas e formatadas nos organismos internacionais, não cabia contestação. A estabilidade política era um dos elementos, já "*academicamente*" reconhecida, como necessária ao sucesso do projeto. Na nova formação não cabia a intervenção da *fala* dos dominados, não havia espaço para as ações identificadas com o *Novo Sindicalismo*.

A opção de Fernando Henrique Cardoso em pôr fim à possibilidade do dissenso não se tratou de uma rendição ou seguidismo aos ditames internacionais. No seu caso foi em grande medida o reencontro com a sua própria teoria da dependência atualizada[154]. Ao entender que não havia condições estruturais do

[154] Sobre a teoria da dependência de FHC ver Cotrim, 2001.

país se desenvolver de forma independente, ele optou analiticamente por submeter o Brasil as orientações da hegemonia neoliberal. Por sua lógica, cabia a ele, na greve, fazer o Estado cumprir o papel que desempenhou ao longo da sua história, ser algoz das forças populares se assenhorear do *dissenso*, mesmo porque, leituras hayekianas do liberalismo legitimavam essa ação.

O comportamento da FUP e dos petroleiros na greve de maio/junho de 1995 guardou identidade com a história da categoria. Desde o movimento de massas que originou a Petrobrás, é possível perceber que os grandes eventos sócio-políticos no Brasil têm rebatimento nas mobilizações dos trabalhadores no petróleo. No período de mais liberdade política até 1964, essa categoria buscou se organizar encetando ações de caráter classista, político e corporativo. Tentou resistir ao golpe militar de 1964, buscou se *sublevar* em meio ao clima de 1968. Retomou suas lutas junto com o *Novo Sindicalismo* no início dos anos 80, organizando e sendo organizado a partir dessa nova concepção. Nos grandes embates travados pelos *sem parte*, na história recente do Brasil, os petroleiros se fizeram presentes. Em 1995 mais uma vez se travava uma grande batalha.

A força que fez os petroleiros resistirem ao cerco construído pelo Executivo, pelo Judiciário e pela mídia advém de alguns fatores. A própria mística que originou a Petrobrás tornou ela e seus empregados símbolos do sentido de nação. Esse sentimento foi ao longo do tempo sendo cultivado pela companhia e pelo movimento sindical em um processo de auto-alimentação[155]. A greve para além dos aspectos salariais simbolizava a defesa dos interesses nacionais, e eles, os petroleiros, seus guardiões. O processo e as relações de trabalho são outros elementos importantes na solda identitária da categoria. São

[155] Em peça publicitária da Petrobrás veiculada na TV em dezembro de 2005 se afirma: "*Em 2006 mais do que construirmos uma empresa, vamos continuar construindo o Brasil*".

trabalhadores de um tipo particular de IPC, submetidos a um processo de trabalho[156], coletivo, perigoso, insalubre, essencialmente tenso, no qual a semelhança das minas em UK, a cumplicidade e o companheirismo pode ser a diferença entre a vida e a morte.

Outro elemento importante no enfrentamento travado na greve foi a existência de uma direção consciente, advinda de uma organização sindical unitária. Os petroleiros vinham construindo desde o início dos anos 80 uma unidade nacional. Foram diversos congressos, reuniões, disputas internas e, rapidamente, as teses defendidas pelo *Novo Sindicalismo* se tornaram hegemônicas. O coroamento desse processo ocorreu em 1993, quando no II Congresso Nacional dos Trabalhadores do Sistema Petrobrás, é criada a FUP. Quando a greve ocorre em 1995, o espírito de unidade que sempre esteve mais ou menos presente na categoria está fortemente consolidado. A paralisação ocorre sob a iniciativa e um comando único.

Portanto, no plano imaterial, da subjetividade; havia o sentido de guardiãs de um setor fundamental à soberania nacional. Os petroleiros por seu imaginário não se viam apenas produzindo combustível, reconheciam-se como defensores do patrimônio nacional. No plano objetivo a unidade ocorria por conta do processo coletivo de trabalho, das noites de labuta extenuantes, do insulamento temporal e geográfico, das festas não comemoradas e dos riscos e incidentes compartilhados. A estes dois elementos juntou-se o terceiro, o trabalho político de fazer despertar a consciência do direito da *fala*, da conquista do espaço público. A discussão política despertando o sentido de classe foi responsável pela fusão dos aspectos subjetivos, imateriais, com os fatos concretos, objetivados no chão de fábrica.

Outro elemento importante na resistência dos petroleiros foram as alianças e apoios recebidos. As iniciativas partiram de diversos segmentos sociais.

[156] Especialmente os operários que realizam os trabalhos de campo, em particular operação e manutenção.

Intelectuais, estudantes, políticos, trabalhadores do campo e da cidade, cada um a seu modo demonstrou sua solidariedade. O MST se destacou não só por sua presença nos atos e manifestações de rua, mas fundamentalmente pela solidariedade com as doações de alimento. Este ato teve um sentido simbólico muito forte. Trabalhadores ditos *privilegiados*, eram levados à condição de precisarem da ajuda dos alimentos dos Trabalhadores Sem Terra. O gesto do MST que emocionou dirigentes e base é tido por muitos como o fato mais forte de toda a greve.

Diferentemente do ocorrido na greve dos mineiros quando, somente quatro meses depois de iniciada a paralisação, o TUC se reúne com a direção do NUM, no Brasil, a CUT esteve presente desde os primeiros momentos. Inicialmente a central buscou a ampliação do movimento; não conseguindo, concentrou-se no trabalho de fortalecimento e buscando alternativas. Afora a sustentação em plano nacional, nas questões e articulações mais gerais, em todos os estados a greve dos petroleiros recebeu o apoio das CUTs estaduais. Não obstante esse trabalho, setores entendem que a CUT poderia ter feito mais[157].

No campo político partidário, os partidos de esquerda também estiveram diretamente envolvidos. Foram muitos os parlamentares que apoiaram com seus depoimentos e suas articulações no Congresso e na sociedade. O PT teve uma presença importante nas articulações; Lula, seu presidente nacional, se envolve diretamente nas articulações, buscando apoios e assumindo publicamente posições a favor dos grevistas. Mais uma vez percebe-se a diferença em relação à greve dos mineiros britânicos. No Reino Unido, apenas nove meses após ter começado a greve, é que ocorre uma reunião entre Neil Kinnock (presidente do LP) e Scargill. Não obstante sua presença ao lado dos grevistas, o PT também

[157] As críticas se concentram em dois fatos: a) em função da executiva nacional da CUT não ter convocado a greve geral no início de maio; b) por uma entrevista de Vicentinho nos últimos dias de greve. Seria resultado de uma mudança mais profunda nos discursos e práticas da Central.

sofrerá críticas em função do comportamento de alguns dos seus membros, particularmente Ricardo Berzoini e Jair Meneghelli[158].

A greve dos petroleiros foi uma luta de resistência. Diferentemente dos anos 80, quando as pautas de reivindicações visavam a ampliar direitos e garantias, em 1995 se buscava manter o conquistado anteriormente. Antes mesmo de Collor, os programas de *cariz toyotista* introduzidos na Petrobrás, desde meados dos anos 80, tendiam a fragmentar os coletivos e deslegitimar as organizações dos trabalhadores. Com o presidente *outsider*, o processo de desmonte se radicaliza via redução brutal de pessoal, terceirização, GDPs, e descuido com normas fundamentais de segurança. FHC seria a continuidade dessa política.

Desde o governo Itamar a posição da Petrobrás vinha sendo de desconsiderar as aspirações dos trabalhadores. No apagar das luzes de 1994, depois de duas greves, sequer satisfações foram dadas a FUP. O comportamento da Petrobrás e do governo provocava descrédito das direções sindicais junto às suas bases. Restava, portanto, a resistência. Apesar desse seu caráter, a greve teve um sentido coercitivo e de ofensividade. Primeiro por não estabelecer término para o fim da luta, segundo, por confrontar diretamente o centro da política de ajustamento macroeconômico.

Foi uma greve geral com direção política consciente. Desde o ano anterior a FUP expunha em seus documentos os desafios que estariam colocados à luta dos trabalhadores a partir da posse de FHC. Explicitava que o novo governo se

[158] Lula também será motivo de crítica em função de dar um depoimento, nos últimos dias de greve, questionando a continuidade do movimento.

tratava de um projeto concatenado com os interesses do capital internacional, com as reformas neoliberais. Refletindo essa análise trabalhou junto à CUT pela unificação das greves, submetendo a isso seu próprio calendário de mobilização. Compreendendo o tamanho do desafio, a FUP não teve um comportamento arrogante ou isolacionista, buscou aliados dentro e fora do mundo do trabalho, à direita e à esquerda. Mesmo em relação ao governo e ao TST, foram tentadas saídas negociadas, o *embargo infringente* é exemplo disso, mas nenhuma das medidas teve sucesso. Ao estarem claros seus limites, a direção suspende o movimento que chega ao fim de forma unitária.

As causações econômicas e políticas estão presentes desde o nascedouro da greve. Reivindicava-se cumprimento de acordos salariais e rejeitava-se ao mesmo tempo a política de privatização da empresa. Eclode a greve inserida em um processo político mais amplo organizado pela CUT, de oposição frontal às orientações neoliberais do governo. Mesmo nos seus elementos econômicos essa greve é prenhe de determinações políticas, pelo transbordamento sobre outras categorias.

Foi uma greve heurística[159]. Descortinou as limitações da estrutura sindical brasileira, em seus aspectos legais, funcionais e políticos. A greve foi abatida juridicamente, mesmo com os avanços constantes da CF 88, denotando os grande impedimentos a luta dos trabalhadores que subsistem no ordenamento jurídico legal. Não havia condições concretas, fundos financeiros de apoio, que mantivesse a categoria sem salário. Politicamente houve vacilações, mesmo os

[159] Em conversa com o professor Octavio Ianni a nossa atenção foi despertada para este aspecto da greve.

setores populares que apoiaram o movimento, demonstraram, em alguns casos, não entender a gravidade da disputa.

A partir da greve ficou desmascarada a posição do novo presidente e de sua *entourage*. Não cabia mais dúvida quanto ao papel do Estado, do Judiciário e da mídia, enquanto instrumentos fundamentais de classe, mostrando-se peças de sustentação à reprodução do capital. Por seu comportamento durante e após[160] a greve, FHC deixava claro que a ele só interessava a aniquilação dos petroleiros. Muito menos pelos efeitos concretos da derrota, mas, sobretudo, pela força simbólica que a sua vitória teria em função de estar se dando sobre a Petrobrás, por sobre os petroleiros. Derrotá-los seria a marca do fim de uma *Era*. Da *Era* Vargas, como expressou FHC na tribuna do Senado. Da *Era* do Estado como *conduttiere* da economia, sem abrir mão da sua força para calar a *fala.* Da *Era* da participação popular, quando nas ruas, praças e chão de fábricas os trabalhadores entraram em cena.

Por fim, é importante ressaltar que os elementos discutidos ao longo do trabalho permitiram alcançar o objetivo de relacionar a greve dos petroleiros, ocorrida entre os dias 03 de maio e 02 de junho de 1995, com a reafirmação das relações excludentes do Estado brasileiro com os trabalhadores. Os dados confirmam o pressuposto inicial, qual seja, o imbricamento dessa greve com as mudanças que campeavam pelo mundo a partir da globalização neoliberal. Ficam explicitadas, também, as hipóteses apresentadas: a) A forma "*despótica e repressiva"* (Singer, 1995) com a greve fora tratada pelas instituições do Estado brasileiro expressa a crise do capital em um país periférico. b) FHC promoveu no Brasil a consolidação da *nova des*-ordem mundial, o neoliberalismo, de forma submissa e mais uma vez *pelo alto*. O tratamento recebido pelos petroleiros foi

[160] FHC vetou a anistia aos petroleiros.

demonstração inequívoca de que no novo arranjo societal não caberia a *fala* dos que não têm parte; não caberia o *dissenso*. c) O roubo da *fala* da classe trabalhadora fez retroceder um processo iniciado nas lutas operárias nos fins dos anos 70, ampliado na década de 80, e tornado norma jurídica na Constituição Federal de 1988, através do qual os trabalhadores buscavam conquistar o *status* de interlocutores sociais privilegiados. O resultado desse processo via reestruturação produtiva do capital foi a precarização das condições e relações de trabalho dos petroleiros, notadamente após a greve de 1995.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade:** greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas-SP: Unicamp; Imprensa Oficial, 1999.

AFONSO, Roseli de Fátima. **As conseqüências da reestruturação produtiva na vida dos trabalhadores:** um estudo de caso no Pólo Petroquímico de Camaçari/Ba. Salvador: UFBA, 1999. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Faculdade de Sociologia, Universidade Federal da Bahia.

ALBERTON, Vânia. **As transformações nas formas de gestão e relações de trabalho na industria petroquímica do Rio Grande do Sul:** no período 1989-99, e seus impactos sobre a força de trabalho. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2000. Originalmente apresentada como monografia de graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, n. 2, jun. 1989.

ALMEIDA, Mª Hermínia. Tavares de. Sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. In: **Debate e Crítica,** São Paulo, n. 6, 1975.

ALVEAL CONTRERAS, Edelmira Del Carmen. **Os desbravadores**: a Petrobrás e a construção do Brasil industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará ; ANPOCS, 1994.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Maria Aparecida. **Setor informal ou trabalho informal?**: uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade. Campinas-SP: IFCH/Unicamp, 2001. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas.

AMADEO, Eduardo. **Mercado de trabalho brasileiro:** rumos, desafios, e o papel do ministério do trabalho. Brasília: Ministério do Trabalho, 1998.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático**.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho:** o confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80. Campinas: Unicamp, 1992.

_____. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil:** da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. Collor e a aventura bonapartista. In: ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil:** Collor, FHC, Lula. São Paulo: Autores Associados, 2005.

_____. Lições da greve. In: **Revista Adusp**, São Paulo, n. 3, p. 7-9, jul. 1995

_____. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas-SP: Pontes, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

AQUINO, Rubim Santos Leão de et. al. **Historia das sociedades:** das sociedades modernas às atuais. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1988.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando:** introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1995.

ARAUJO, Angela Maria Carneiro. **Construindo o consentimento:** corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30. Campinas-SP: IFCH/Unicamp, 1994. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas.

ARAUJO, Genice Batista de; ANDRADE, Júlio César; NEVES, Paulo Sérgio. O movimento operário baiano nos anos 80: primeiras considerações. In: CASTRO, Nadya Araújo (org.). **Relações de trabalho e práticas sindicais na Bahia**. Salvador: CED/UFBA, 1995.

ARBIX, Glauco. **Uma aposta no futuro:** os primeiros anos da Câmara Setorial da indústria automobilística. São Paulo: Scritta, 1996.

ARISTÓFANES. **Lisístrata ou a greve do sexo**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativa. In: **BIB**: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, n. 39, 1995.

BAIN, Peter. **Miners' strike:** no ordinary dispute. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/scotland/3502759.stm>. Acesso em: mar. a maio 2004.

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. **O consenso de Washington:** a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Raida Herrero, 1994. Coleção: Caderno Dívida Externa, n. 6.

BBC. **The Batalha de Orgreave**. 1991. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/in_depth/uk/2004/miners_strike/default.stm>. Acesso em: mar. a maio 2004.

BENOY, H. Introduction. In: BENOY, H. (org.). **Digging Depper:** issues in the Miners' Strike. London: s. n., 1985.

BIANCHI, Álvaro G. O que estava em jogo na greve dos Petroleiros: neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso. In: **Revista Plural,** São Paulo, FFLCH/USP, n. 3, p. 82-101, 1996.

BIERNACKI, P. WALDORF, D. Snowball Sampling. Problems and Techniques of Chain Referral Sampling. In: **Sociological Methods and Research**, v.10, n. 2, 1981.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa:** o movimento operário em crise. São Paulo: Boitempo, 1999.

BLASS, Leila Maria da Silva. **Greve dos bancários:** São Paulo 1985 as faces de um movimento. São Paulo: FFLCH/USP, 1990. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo.

_____. Novo Sindicalismo: persistência e descontinuidade, In: RODRIGUES, I. J. (org.). **O novo sindicalismo:** vinte anos depois. Petrópolis-RJ: Vozes ; Unitrabalho, 1999.

BLAUNER, Robert. **Alienation and freedom:** the factory worker and his industry. Chicago: University of Chicago, 1964.

BLOOMFIELD, Jon. Labour's Long Haul. In: HALL Stuart; JACQUES Martin (org.). **The Politics of Thatcherism**. London: Marxism Today, 1983. p.322-339.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca. Para além da crítica ideológica ao neoliberalismo. In: BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca; VEIGA, Sandra Mayrink (org.). **Afinal, que país é este?** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BOITO Jr, Armando. De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. In: **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, Fundação Seade, n. 3, 1994.

_____. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Ed. Xamã, 1999.

_____. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO Jr, Armando (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

BORGES, Ângela; FRANCO Ângela. Mudanças de gestão: para além do muro da fábrica. In: FRANCO, Tania (org.). **Trabalho, risco industriais e meio ambiente:** rumo ao desenvolvimento sustentável. Salvador: Edufba, 1997.

BOUDON, R; BOURRICAUD, F. Liberalismo. In: BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. Tradução de Maria Letícia Guedes Alcoforado e Durval Ártico. São Paulo: Editora Ática, 2000.

BRANT, V. Caldeira (coord.). **Paulínia:** petróleo e política**.** São Paulo: Sindipetro Campinas-Paulínea ; CEBRAP, 1990.

BRIGGS, Asa. The Welfare State in Historical Perspective. In: PIERSON, Christopher; CASTLES, Francis G. **The Welfare State Reader.** Cambridge: Polity Press, 2000.

BRUNT, Steve. **I was fighting for a way of life**. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/scotland/3502759.stm>. Acesso em: mar./maio 2004.

CALLINICOS, Alex. **The great strike:** the miners strike of 1984-1985 and its lessons. London: London Socialist Workers, 1985.

CAMARGO, A. Reforma, já. In: **Folha de São Paulo**, 22 abr. 1993.

CAMPBELL, C. J. Petroleum and People. In: **Population and environment**, v. 24, n. 2, p.193-207, nov. 2002.

CAMPOS, José Roberto. Rumos do plano ficam obscuros com mudanças. In: **Folha de São Paulo**, 07 mar. 1995. Caderno Especial.

CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimento ao neoliberalismo. In: FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 287-326.

CARDOSO DE MELLO, João Manoel. Conseqüências do neoliberalismo. In: **Revista Economia e Sociedade,** Campinas, Unicamp, v. 1, p. 59-68, ago. 1992.

_____; NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. A. (coord.). **História da vida privada no Brasil:** contraste da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Petroleiros de Paulínia**: participação, consciência e identidade. São Paulo: FFLCH/USP, 1991. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.

_____. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal:** a Era Vargas acabou? Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre a reforma do Estado. In: **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo: CEBRAP, 1998.

_____. Reforma e imaginação. In: **Folha de São Paulo**, 10 jul. 1994. Caderno Mais.

CARNEIRO, R. M. **Desenvolvimento em crise:** a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: UNESP ; Unicamp, 2002.

CARTONI, Daniela Maria. **Organização do trabalho e gestão da inovação:** estudo de caso numa indústria petroquímica brasileira. Campinas: IG/Unicamp, 2002. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Instituto de Geociência, Universidade Estadual de Campinas.

CARVALHO, R. Q. Capacitação tecnológica limitada e uso do trabalho na indústria brasileira. In: **São Paulo em Perspectiva,** v. 8, n. 1, p. 133-143, 1994.

_____. **Tecnologia e trabalho industrial**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Nadia A. et. al. **Repensando uma década:** a construção da CUT na Bahia nos anos oitenta. Salvador: UFBA/CEPAS/CEAS, 1994.

CASTRO, Pedro. **Greve:** fato e significados. São Paulo: Ática, 1986.

CATTANI, Antonio David. Greve. In: CATTANI, Antonio David (org.). **Trabalho e tecnologia:** dicionário crítico. Rio Grande do Sul: UFRGS ; Vozes, 1997.

CHAPMAN, D.; KHANA, N. World oil: The growing case for international policy. In: **Contemporary economic policy**, v. 18, n. 1, p. 1-13, jan. 2000.

CHASIN, J. As máquinas param: germina a democracia. In: **Revista Ensaio,** São Paulo, Escrita, n. 7, 1980.

CHAUI, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (org.). **Os sentidos da democracia:** políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Prefacio. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiência e lutas dos Trabalhadores da grande São Paulo: 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CONDE, Eduardo A. Salomão**. Laços na diversidade:** a Europa social e o Welfare em movimento: (1992-2002). Campinas: IE/Unicamp, 2004. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

CORIAT, B. Autômatos e robôs. In: **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 31-38, 1981.

COTRIM, Ivan. **O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso.** Campinas: IFCH/Unicamp, 2001. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Políticas, Universidade Estadual de Campinas.

CRUZ, Antônio. **A janela estilhaçada:** a crise do discurso do novo sindicalismo. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

CRUZ, Sebastião Velasco e. A produção do consenso: discurso econômico e conflitos políticos na transição brasileira. In: **Primeira Versão**, Campinas, Unicamp, n. 56, set. 1994.

_____. **Estado economia em tempo de crise:** política industrial e transição política. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; São Paulo: Unicamp, 1997.

CURCURU, Monique. **La grève des mineurs britanniques:** (1984-1985). Université Stendhal Grenoble 3: Ellug, 1990.

DAÜBLER, Wolfgang. Relações de trabalho no final do século XX. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de, (org.). **O mundo do trabalho**. Campinas: Cesit/Unicamp, 1994.

Di GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de Proteção Social. In: **Reformas do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

DICKENS, C. **A tale of two cities**. New York: New American Library, 1997.

DIMENSTEI, Gilberto. FHC quer o seu “SNI” acompanhe conflitos sociais. In: **Folha de São Paulo**, 17 out. 1994.

DOUGLAS, Dave. **Of course it was political.** Disponível em: <http://www.minersadvice.co.uk/index.htm>. Acesso em: mar./maio 2004.

DRAIBE, S. M.; AURELIANO, L. **A especificidade do “Welfare State” brasileiro**. Brasília: MPAS/CEPAL, 1989.

_____. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, p. 87-101, mar./maio, 1993.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização (des)fordizando a fábrica**. São Paulo: Boitempo, 1999.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ELIAS, Norberto. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Ed. Global, 1986.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. In: **LUA NOVA,** São Paulo, n. 24, set. 1991.

FAGNANI, Eduardo. Ajuste econômico e financiamento da política social brasileira: notas sobre o período 1993/98. In: **Revista economia e Sociedad*e***, Campinas, Unicamp, n. 13, 1999.

_____. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. In: **Revista Economia e Sociedade,** São Paulo, Unicamp, n. 8, jun. 1997.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Uma genealogia das teorias e modelos do estado de bem-estar social. In: **BIB:** Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, ANPOCS, n. 46, 1998.

FARIA, J. E. **Direito e economia na democratização brasileira.** São Paulo: Malheiros, 1993.

FAUSTO, Boris. No reino da esquizofrenia. In: **Folha de São Paulo,** 22 abr. 1993.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Canibalismo político. In: **Folha de São Paulo,** São Paulo, 15 ago. 1994a.

FIORI, J. L. A governabilidade democrática na nova ordem econômica. In: **Novos Estudos Cebrap,** São Paulo, n. 43, nov. 1995.

FIORI, J. L. As palavras e as coisas. In: **Folha de São Paulo,** São Paulo, 14 ago. 1994b.

_____. Os moedeiros Falsos. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 jul. 1994a. Caderno Mais.

FLETCHER, Tony. **I was a flying picket**. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk/3493933.stm>. Acesso em: mar./maio 2004.

FONSECA. Eduardo Gianetti da. Quem tem medo do neoliberalismo. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 jul. 1994.

FOUNTAIN, Alan. The miners and television. In: Benoy, H. (org.). **Digging deeper:** issues in the miners' strike. London: s. n. 1985.

FRANCO, Gustavo. A volta do modelo concentrador. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 20 maio 1993b.

_____. Neoliberalismo e Corporativismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 mar. 1993a.

FREITAS, Marilu. **Greve:** direito limitado. São Paulo: Faculdade Direito/USP, 1995. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Ed. Arte Nova, 1977.

_____. **Direitos, legislação e liberdade.** São Paulo: Visão, 1985.

_____.; FRIEDMAN, Rose. **Free to choose**. London: Redwood Burn Limited, 1980.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da historia e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 2001.

GALVÃO, Andréia. A CUT na encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo. In: **Idéias**, n. 9, Campinas, IFCH/Unicamp, 2002.

GALLIE, Duncan. **In search of new working class:** automation and social integration within the capitalist enterprise. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

GIANOTTI, José Arthur. Tráfico de esperanças. In: **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 26, mar. 1990.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita:** o futuro da política radical. São Paulo: Unesp, 1996.

GIL, T. F. B. **Impactos da reestruturação produtiva à saúde e a segurança:** percepções de petroleiros em São Paulo. Campinas: IFCH/Unicamp, 2000. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas.

GITAHY Leda; BRESCIANI Luis Paulo. Reestruturação produtiva e trabalho na indústria automobilística brasileira. In: **Textos para Discussão**, Campinas, UNICAMP, n. 24, 1998.

GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2000.

GORENDER, Jacob. **Apresentação**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1; t. 1.Coleção os Economistas.

GRACIOLLI, Edílson. **Um Caldeirão chamado CSN**. Uberlândia: Edufu, 1997.

GRAMSCI, A. **Cartas do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GREATREX, Neil. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk/3437083.stm>. Acesso em: mar./maio 2004.

GRESS, M.; LIPKOVA, L. Organisation of petroleum exporting countries: 40 years of existence. In: **Economicky casopis**, v. 51, n. 2, p. 203-216, 2003.

GUIA VISUAL. **Inglaterra, Escócia e País de Gales.** São Paulo: Folha de São Paulo, 1998.

GUIMARAES, A. Sergio ; CASTRO, Nadya. A. Classes regimes fabris e mudança social no nordeste brasileiro. IN: **Caderno CRH,** Salvador, UFBA, n. 12, p. 11-32, 1990.

GUSTAFSSON, Siv. Children and types of welfare states. In: Sainsbury, D. (ed.). **Gendering Welfare States**. London: s. n., 1994.

HALL, Stuart. The Great Moving Right Show. In: HALL, Stuart; JACQUES, Martin (org.). **The Politics of Thatcherism**. London: Marxism Today, 1983. p. 19-39,

HANNAN, Patrick. **Ian MacGregor:** coal warrior. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/scotland/3502957.stm>. Acesso em: mar./maio 2004.

_____. **Iron Lady versus Union Baron.** Disponível em: < http://news.bbc.co.uk/1/hi/wales/3537463.stm>. Acesso em: mar./maio 2004.

HARVEI, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1999.

HAYEK, Friedrich. **Fundamentos da liberdade**. Brasília: UNB,1983.

HENNOCK. Mary. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/business/3545591.stm>. Acesso em: mar./maio 2004.

HENRIQUE, Wilnês. **Capitalismo selvagem:** um estudo sobre desigualdade no Brasil. Campinas: IE/Unicamp, 1999. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho:** um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HOBSBAWM, ERIC J. **Mundos do trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Falklands Fallout. In: HALL, Stuart; JACQUES, Martin (org.). **The politics of thatcherism**. London: Marxism Today, 1983. p. 257-270.

_____. O presente como historia: escrever a história do seu próprio tempo. In: **Novos Estudos Cebrap,** São Paulo, n. 43, p. 103-112, nov. 1995.

HUMPREY, J. Adaptando o 'Modelo Japonês' ao Brasil. In: HIRATA, H. (org.). **Sobre o modelo japonês**. São Paulo: Edusp, 1993.

HYMAN, Richard. Industrial decline. In: Schiffers, Steve, **The trade unions long decline.** Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/business/3526917.stm>. Acesso em: mar./maio 2004.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JACQUES, M.; HALL, Stuart. Introduction. In: HALL, Stuart; JACQUES Martin (org.). **The Politics of Thatcherism**. London: Marxism Today, 1983. p. 9-18

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

JEAVANS, Christine. **Descente into darkness**. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk/3524879.stm>. Acesso em: mar./maio 2004.

JINKINGS, NISE. **Trabalho e resistência na "fonte misteriosa":** bancário no mundo da eletrônica e do dinheiro. Campinas-SP: Unicamp, 2002.

JONES, Nicholas. **The legacy of 'King Arthur'**. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk/3499611.stm>. Acesso em: mar./maio 2004.

JUSTICE FOR MINEWORKERS. Disponível em: <www.justiceformineworkers.org.uk>. Acesso em: mar./maio 2004.

KAUTSKY, Karl. ¿Y ahora que?. In: Parvus et. al. **Debate sobre la huelga de masas**. Córdoba: Cuadernos de pasado y presente, 1975.

KAUTSKY, Karl. Uma nova estrategia. In: Parvus et. al. **Debate sobre la huelga de masas**. Córdoba: Cuadernos de pasado y presente, 1975.

KHUN, Thomas. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

KING, D. O Estado e as estruturas sociais de bem-estar em democracias industriais avançadas. In: **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 22, 1988.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Designing social Inquiry**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KLARE, M.T, The new geography of conflict. In: **Foreign affairs**, v. 80, n. 3, may/june, 2001.

KRAMER, D. Caderno Especial sobre FHC. In: **Jornal do Brasil**. 07 out. 1994.

LAURELL. Asa Cristina. Avançando em direção ao passado à política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez. 1997.

LEFRANC, Georges. **La huelga: historia y presente**. Barcelon: Editorial Laia, 1972.

LEITE, Márcia de Paula. **O futuro do trabalho:** novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Scritta/Fapesp, 1994.

_____. **O que é greve**. São Paulo: Brasiliense, 1988. Coleção Primeiros Passos.

LENIN, V. I. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Ed. Polis, 1979.

LEWIS, Jane. Gender and the development of Welfare Regimes. In: **Journal of European Social Policy**, v. 2, n. 3, 1992.

LOJKINE, Jean. **A Revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

LOSOVOSKY, D. **Marx e os sindicatos:** o marxismo revolucionário e o movimento sindical. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

LUCENA, C. Alberto. **Aprendendo na luta a história do sindicato dos petroleiros de Campinas e Paulinea.** São Paulo: Publisher Brasil, 1997.

LUXEMBURGO, Rosa. ¿Desgaste o lucha? In: Parvus et. al. **Debate sobre la huelga de masas**. Córdoba: Cuadernos de pasado y presente, 1975.

_____. **Greve de massas:** partido e sindicatos**.** Coimbra: Nosso Tempo, 1974.

_____. Y por tercera vez el experimento belga. In: Parvus et. al. **Debate sobre la huelga de masas**. Córdoba: Cuadernos de pasado y presente, 1975.

MACEDO, Roberto. In: **O Estado de São Paulo**, 01 jan. 1994.

MAFFEY, Aldo. Fisiocracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Varriale et. al. Brasília: Editora de Brasília, 1998.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal:** a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo, 2001.

MALAN, Pedro. In: **Folha de São Paulo**, 26 abr. 1995.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacifico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção os Pensadores.

MANGABEIRA. Wilma. **Os dilemas do novo sindicalismo:** democracia e política em Volta Redonda. São Paulo: Relume-Dumará/ANPOCS, 1993.

MANN. Peter H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARONI, Amnéris. **A estratégia da recusa:** análise das greves de maio de 78. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. **Política social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MARTINS, Heloísa de Souza; RODRIGUES, I. J. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. In: **Tempo Social:** revista de sociologia da USP. São Paulo: USP, 2000.

MARTINS, L. A. Autonomia política do governo Collor. In: MOISÉS, J. A.; ALBUQUERQUE, J. A. G. (orgs.). **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARX, K. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Ed. Global, 1989. Coleção Bases.

_____. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1, t. 1, 2 ; Coleção Os Economistas.

_____. **Salário preço e lucro**. São Paulo: Ed. Global, 1987. Coleção Bases.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MATTEUCCI, Nicolau. Liberalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Varriale et. al. Brasília: Ed. Brasília, 1998.

MATTOSO, J. Inserção subordinada e emprego no Brasil dos anos 90. In: **XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS,** 13., 1999, Rio de Janeiro**. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS DA AMERICA LATINA E CARIBE,** 7., 1999, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: CBE/, 1999a.

MCLLROY, John. O inverno do sindicalismo. In: Antunes, Ricardo (org.), **Neoliberalismo trabalho e sindicatos:** reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉRRIEN, F. X. État et politiques sociales: contribution à une théorie neo-institutionaliste. In: **Sociologie du Travail**, Paris, n.3, 1990.

_____. **O Estado providência**. Lausane: Collectiohn que sais – je? 1994.

MÉSZÁRO, I. Consciência de clase contingente y necesaria. In: MÉSZAROS, I. (org.). **Aspectos de la historia y la consciencia de clase**. México: UNAM, 1973.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo ; Unicamp, 2002.

MIAGUSKO, Edson. **Greve dos petroleiros de 1995:** a construção democrática em questão. São Paulo: FFLCH/USP, 2001. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec ; Abrasco, 1996.

MINOGUE, Kenneth R. Liberalismo. In: OUTHWAITE, William, BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Tradução de Eduardo Franscisco Alves; Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MORAES, Lincoln. Furor e fracasso de uma ideologia: o neoliberalismo. **Revista de ciências sociais**, Fortaleza, v. 25, n. 1/2, p. 55-91, 1994.

MORAES, Reginaldo C. Corrêa de. **HAYEK e a teoria política do neoliberalismo econômico (I)**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1999. Coleção: Textos Didáticos.

_____. **Liberalismo clássico:** notas sobre sua história e alguns de seus argumentos. Campinas: IFCH/Unicamp, 2000. Coleção: Textos Didáticos.

_____. **Liberalismo clássico:** notas sobre sua história e alguns de seus argumentos. Campinas: IFCH/Unicamp, 2000.

NASSIF, L. A política econômica de FHC. In: **Folha de São Paulo,** 14 out. 1994.

NEGRO, Antonio Luigi. Nas origens do novo sindicalismo: o maio de 59, 68 e 78 na indústria automobilística. In: RODRIGUES, I. J. (org.). **O novo sindicalismo vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes ; Unitrabalho, 1999.

NETO, Pedro Camargo. Editoria Brasil. In: **Folha de São Paulo**, 02 abr. 1995.

NETTO. José Paulo. **Introdução**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Coleção Os Economistas.

NORONHA, Eduardo Garutti. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO Jr, Armando (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. Greves e estrategias sindicais no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. et. al. (org.). **O mundo do trabalho:** crise e mudança no final do século. Brasília: MTb-PNUD, 1994.

O'DONNELL, Guilhermo. Hiato, instituições e perspectivas democráticas. In: O'DONNELL, Guilhermo. Hiato; REIS, F.W. (orgs). **Democracia no Brasil:** dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.

OLIVEIRA Jr, Franklin. **A usina de sonhos**: sindicalismo petroleiro na Bahia: 1954-1964. Salvador: Sindicatos, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. A sombra do manifesto comunista: globalização e reforma do Estado na América Latina. In: SADER, Emir e GENTILLI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo II:** que Estado para que democracia? Rio de Janeiro: Vozes, 1999a.

_____. **Apocalypse now:** o coração das trevas do neoliberalismo. São Paulo: mimeo, 1997.

_____. Corporativismo: conceito ou emplastro. In: **Democracia Viva,** n. 03, jul. 1998.

_____. **O elo perdido:** classe e identidade de classe na Bahia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

_____. O marajá superkitsh. In: **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 26, mar. 1990.

_____. O surgimento do anti-valor. In: **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 22, 1988.

_____. Privatização do Público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia. (orgs.). **Os sentidos da democracia:** políticas do dissenso e hegemonia global. São Paulo: Vozes ; Fapesp, 1999b.

OLIVEIRA, Marco Antônio de E.; SIQUEIRA NETO, J. F. **As negociações coletivas no contexto do Plano Real**. Brasília-DF: OIT, 1999.

ORLOFF, Ann Shola. Gender and the social rights of citizenship: the comparative analysis of gender relations and welfare state. In*:* **American Sociological Review**, v. 58, n. 3, 1993.

OSTERGAARD, Geoffrey. Anarquismo. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

OSTERGAARD, Geoffrey. Anarquismo. In: OUTHWAITE, William, BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PARVUS. Golpe de Estado e huelga política de Massas. In: Parvus et al. **Debate sobre la huelga de masas**. Córdoba: Cuadernos de pasado y presente, 1975.

PEREIRA, L. C. B. Plano ou governo das elites. In: **Folha de São Paulo**, 28 abr. 1993.

PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In: Nildo Ouriques e Waldir Rampelli (orgs.). **No fio da navalha:** críticas das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Ed. Xamã, 1997.

PIERSON, Christopher. **Beyond the Welfare State?** Cambridge: Polity Press, 1991.

PIERSON, Christopher; CASTELS, Francis G. **The Welfare State:** a reader**.** Cambridge: Polity Press, 2000.

POCHMANN, Marcio. Trinta anos de políticas salariais no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de, (org.). **O mundo do trabalho**. Campinas: Cesit/Unicamp, 1994.

_____. **A década dos mitos:** O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

PONTES, Marcelo. Caderno Especial sobre FHC. In: **Jornal do Brasil,** 07 out. 1994. Caderno especial.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** São Paulo: Graal, 1990.

RANCIÉRE, Jaques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RANIERE, Jesus José. **Alienação e estranhamento em Marx:** dos manuscritos econômicos - filosóficos de 1844 à ideologia alemã. Campinas: IFCH/Unicamp, 2000. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas.

REIS, F. W. O ministro, a crise, o golpe. In: **Folha de São Paulo**, 11 ago. 1993.

REQUENA, Anselmo de Melo; ARCÂNGELO, Miguel Salve; TORRES, Valter. **Radiografia de uma greve (1994-1995) petroleiros x neoliberalismo**. São Paulo: São José dos Campos/UNIVAP, 1999. Originalmente apresentada como monografia de graduação, Faculdade de História, Universidade do Vale do Paraíba.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultual, 1983.

RICHARDS, Andrew John. **Miners on strike:** class solidarity and division in Britain. Oxford: Oxford, 1996.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

RIZEK, Cibele Saliba. **1995:** a greve dos Petroleiros e suas dimensões. digitado s/d.

_____. **A greve dos petroleiros.** In: **Praga**. São Paulo, n. 6, p. 97-105, set. 1998.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Brasil de Fernando a Fernando:** neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994. Rio Grande do Sul: UNIJUI, 2000.

RODRIGUES, Iram Jácome. A trajetória do novo sindicalismo. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **O novo sindicalismo:** vinte anos depois. Rio de Janeiro: Vozes ; Unitrabalho, 1999. p. 74-94.

_____. **Sindicalismo e política:** a trajetória da CUT. São Paulo: Scritta/Fapesp, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO Jr, Armando (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. **Industrialização e atitudes operárias.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado-Providência**. Brasília: UNB, 1997.

ROSSI, C. Presidente fica isolado no Planalto. In: **Folha de São Paulo,** São Paulo, 08 jan. 1995.

ROUTLEDGE, Paul. **The unauthorised biography**. London: Harper Collins, 1994.

ROWTHORN, Bob. The Past Strikes back. In: HALL Stuart; JACQUES Martin (org.). **The Politics of Thatcherism**. London: Marxism Today, 1983. p. 63-78.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiência e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SADER, Emir. A Trama do Neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Apresentação**. São Paulo: Ed. Global, 1990.

_____. FHC e Lula expressam dois países incompatíveis. In: **Folha de São Paulo,** 11 set. 1994a. Caderno Mais.

SALAMA, Pierre. A Trama do Neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir e GENTILLI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SALAMA, Pierre. **Pobreza e exploração do trabalho**. São Paulo, Boitempo: 1999.

SANTABARBARA, Sandro, s/título. **Monografia** curso Ciências Sócias, Salvador, UFBA, digitado, s/d.

SANTANA, Marco Aurélio. Política e história em disputa: o 'novo sindicalismo' e a idéia da ruptura com o passado. In: RODRIGUES, I. J. (org.). **O novo sindicalismo**: vinte anos depois. Petrópolis: Vozes ; Unitrabalho, 1999.

SANTOS, Glicia Vieira dos, **Novas tecnologias e formas de gestão da produção e do trabalho na indústria capixaba de celulose de mercado**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1999. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

SCHWAR, B.; FOUNTAIN, Alan. The role of media. In: BENOY, H. (org), **Digging deeper:** issues in the Miners' Strike. London: s. n. 1985.

SEIFERT, Roger; Urwin, John. **Struggle without end:** the 1984/5 Miners´strike in North Staffordshire. Staffordishe: Trade Council, 1988.

SMALE, Will. **Burning desire reemains for coal.** Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/business/3454953.stm>. Acesso em: mar./maio 2004.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SMITH, Ned. **The 1984 miners´strike:** the actual account. Kent: Oyester Press, 1997.

SOUZA, Heder Cláudio Augusto de. **A greve dos petroleiros de 1995:** desafios impasses do sindicalismo brasileiro na década de 90. São Paulo: PUC, 2001. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SOUZA. Herbet de. **Escritos indignados democracia x neoliberalismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo ; Ed. IBASE,1991.

STEAD, Jean. **Never the same again:** women and the strike miners' strike. London: London, 1987.

STERLING, James. Apud D. LOSOVSKY. **Marx e os sindicatos:** o marxismo revolucionário e o movimento sindical. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1989.

SUDDICK, Anne. **Tragedy made me support miners.** Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk/3494147.stm>. Acesso em: mar./maio 2004.

TAVARES, Maria da Conceição. **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. Império território e dinheiro. In: FIORI, José Luís. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 449-489

_____. O século XX brasileiro. In: **Folha de São Paulo,** São Paulo, 12 out. 2003. Caderno Dinheiro.

TERNEYRE, Philippe. **La greve dans lês services publics**. Paris: Ed. Sirey.

TERTRE, Christian. du. **Technologie, flexibilité, emploi:** une approche sectorielle du post-taylorisme. Paris: Ed. L' Harmattan, 1989.

THERBORN, Göran. A Trama do Neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

TITMUS, Richard M. **Social Policy:** an Introduction. [s. l.: s. n.] 1974.

_____. **Essays on 'The Welfare State'**. London: George Allen & Unwin LTD, 1976.

TOLEDO, Enrique de La Garza. Neoliberalismo e Estado. In: LAUREL, Asa Cristina (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997.

TOLEDO, J. C. Algumas características básicas da indústria de processo contínuo: conceituação, tecnologia, trabalho, economia e mão de obra. In: **Revista cadernos de Engenharia de Produção**, v.4, n. 14, p. 02-31, 1989.

TROPIA, Patrícia Vieira. A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo. In: **Idéias**, n. 9, Campinas, IFCH/Unicamp, 2002.

TROTSKY, Leon. **Revolução e contra-revolução na Alemanha.** Tradução de Mario Pedrosa. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.

VEIGA, L. O. da M. Caderno Especial sobre FHC. In: **Jornal do Brasil,** 07 out. 1994.

VELHO, Gilberto. A vitória de Collor: uma análise antropológica**.** In: **Novos Estudos CEBRAP,** São Paulo, n. 26, mar. p. 44-48, 1990.

VÉRAS, Roberto. **Sindicalismo e democracia no Brasil:** atualizações do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. São Paulo: FFLCH/USP, 2002. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo.

VERGARA, P. **Políticas hacia la extrema pobreza em Chile 1973/1988.** Santiago: Flacso, 1990.

VIANA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VIANNA, Segadas. **Greve direito ou violência?** Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1959.

VIPOND, John. **I had a lot of sympathy for the miners**. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/witness/march/12/newsid_3501000/3501494.stm>. Acesso em: mar./maio 2004.

WALKER, Peter. **Head to head:** the miners' strike. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk_politics/3503545.stm> Acesso em: mar./maio 2004.

WALLERSTEIN, IMMANUEL. A reestruturação capitalista e o sistema mundo. In: GENTILI, Pablo (org.). **Globalização excludente:** desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

WEFFORT, Francisco. A segunda revolução democrática. In**: Folha de São Paulo,** 04 out. 1994. Caderno Especial.

_____. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WILENIUS, Paul. **Enemies within:** tatcher and the unions. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk_politics/3067563.stm>. Acesso em: mar./maio 2004.

WILLIAMS, David. **Hurt and pain of the coal war**. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/wales/3532987.stm>. Acesso em: mar./maio 2004.

WINTERTON, J.; WINTERTON, R. **Coal, crises and conflict: t**he 1984-1985 miners´ strike in Yorksheire. Manchester ; New York: Manchester University Press, 1989.

WLLIAMS, Bárbara. **Striking tales:** a wife's story. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/wales/3440845.stm>. Acesso em: mar./maio 2004.
YERGIN, Daniel. **O petróleo:** ema história de ganância, dinheiro e poder. São Paulo: Scritta, 1992.

FONTES

A CRÍTICA. Manaus: Empresa de Jornais Calderaro Ltda, [19--?]. (consulta maio/jun. 1995).

ACORDO COLETIVO DOS PETROLEIROS. São Paulo: FUP/Sindicatos, [199-?]. (diversos anos).

ALMANAQUE ABRIL. Rio de Janeiro: Abril, 2002.

AURÉLIO, Buarque de Holanda Ferreira. **Médio dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BBC. ***Personal stories***. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/talking_point/3528983.stm> Acesso em: mar./maio 2004.

BP *Statistical Review of World Energy*, 2003. Disponível em: <http://www.bp.com/genericsection.do?categoryId=92&contentId=7005893>. Acesso em: set./out. 2003.

CADERNO DE RESOLUÇÃO DO V CONGRESSO NACIONAL DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 5., 1994, São Paulo. **Anais** ... São Paulo: CUT, 1994.

CADERNOS DESAFIO. São Paulo: Ed. Desafio, 1995. Publicação do PSTU. (consulta ao n. 3, ago. 1995).

CARTILHA DOS SINDICATOS SOBRE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA. São Paulo: Sindicatos de Petróleo/SP, 1994.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Disponível em: <www.cut.org.br>. Acesso em: out./nov. 2005.

DAILY MIRROR. Londres: MGN Ltd., 1990.

DIÁRIO DE NATAL. Natal: [s. n.], 19--?. (consulta maio/jun. 1995).

DIÁRIO DO NORDESTE. Fortaleza: [s. n.], 19--?. (consulta maio/jun. 1995).

Documentos Nacionais da FUP: 1994, 1995.

ENGENHARIA EM REVISTA. [s. l.: s. n.], 1994.

FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS. Disponível em: <www.fup.org.br/>. Acesso em: out./nov. 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Folha**,** [19--?]. (consulta jan. 1993 a 2003).

GAZETA DO OESTE. Mossoró: [s. n.], 19--. (consulta maio/jun. 1995).

GAZETA DO POVO. Curitiba: [s. n.], 19--. (consulta maio/jun. 1995).

GAZETA MERCANTIL. [s. l.: s. n.], [19--?]. (consulta jan. 1993 a 2003).

GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE. Rio de Janeiro: Delta, 1979.

GUIA VISUAL. **Inglaterra, Escócia e País de Gales.** São Paulo: Folha de São Paulo, 1998.

INFORMATIVO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO RAMO QUÍMICO. Disponível em: <www.cnq.org.br>. Acesso em: out. 2005.

JORNAIS DA FUP E SINDICATOS DE PETRÓLEO. [s. l.: s. n.], [198-?]. (consulta 1988 a 2003).

JORNAL A TARDE. Salvador: A tarde, [19--?]. (consulta jan./maio 1993 e jun. 1995).

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: [s. n.], 1891-. (consulta jan. 1993 a 2003).

JORNAL MOVIMENTO RN. Natal: Sindipetro, 1994. (consulta maio/jun. 1995).

JORNAL O MOSSOROENSE. Mossoró: [s. n.], 19--?. (consulta maio/jun. 1995).

NEWSLETTER. Belfast: Century Newspaper Ltd, 1937-. (consulta jul. 1998).

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: [s. n.], [19--?]. (consulta jan. 1993 a 2003).

O POVO. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1928- (consulta maio/jun. 1995).

O VALE PARAIBANO. São José dos Campos: [s. n.], 19--. (consulta maio/jun. 1995).

OXFORD UNIVERSITY. **The Oxford illustrated dictionary**. Great Britain: Oxford University Press, 1983.

PETROBRÁS MAGAZINE. Rio de Janeiro: Petrobras, vol. 8, nº 31, out. de 2001.

PETROBRÁS S/A. **Almanaque:** memória dos trabalhadores Petrobrás**.** Rio de Janeiro: Petrobrás, 2005.

PETROBRÁS S/A. **CARTILHA DA PETROBRÁS SOBRE GDP**. Rio de Janeiro: SEREC/Petrobrás, 1994.

PETROBRÁS S/A. **DEBATES**. Rio de Janeiro: SERPLAN/Assessoria Imprensa Petrobras, 1994. (diversos números).

PETROBRAS S/A. **Relatório anual**. Rio de Janeiro: Petrobrás, [199-?]. (consulta diversos anos).

PETROBRÁS S/A. **REVISTA DA PETROBRÁS**. Rio de Janeiro: Petrobrás, [199-?]. (diversos anos).

Publication **OPEC**, 2003. Diponivel em: <<www.opec.org>> Acesso em 2003.

REVISTA ÉPOCA. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001.

REVISTA ISTOÉ SENHOR. São Paulo: Editora Três Ltda, 1976-. (consulta diversos anos).

REVISTA VEJA. São Paulo: Editora Abril, [199-?]. (consulta diversos anos).

SINDICATO DO RAMO QUÍMICO/PETROLEIRO DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em: http://www.sind.org.br. Aceso em: out. 2005.

SINDIPETRO CEARÁ. Disponível em: <http://www.sindipetro-ce.org.br/> Acesso em: out. 2005.

SINDIPETRO NORTE FLUMINENSE. Disponível em: <http://www.sindipetronf.org.br/ >. Acesso em: out./nov. 2005.

SINDIPETRO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www.sindipetro.org.br/>. Acesso em: out. 2005.

SINDIPETRO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://www.sindipetro-rs.org.br/ >. Acesso em: out. 2005.

SINDIPETRO UNIFICADO DOS PETROLEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.sindipetrosp.org.br>. Acesso em: out. 2005.

TECHNO. Rio de Janeiro: Estilo e projetos, 2001.

THE GUARDIAN. London: Guardian Newspapers Ltd, [19--?]. (consulta maio 2002).

TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza: [s. n],19--?. (consulta maio/jun. 1995).

TRIBUNA DO NORTE. Natal: [s. n.], 19--?. (consulta maio/jun. 1995).

TRIBUNA DO POVO. [s. l.: s. n.], 19--?. (consulta maio/jun. 1995).

VALE DO PARAÍBA. São José dos Campo: [s. n.], 19--?. (consulta maio/jun. 1995).

ZERO HORA. Porto Alegre: [s. n.], 19--?. (consulta maio/jun. 1995).

RESUMO HISTÓRICO DE DATAS IMPORTANTES NA LUTA DOS PETROLEIROS[1]

1934 * O Código de Minas estabelece que o subsolo é da União. É criado o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM).

1938 * É criado o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), órgão ligado à Presidência da República visando a responsabilidade pela exploração, refino, transporte e distribuição dos combustíveis.

1939 * O CNP descobre petróleo no Recôncavo baiano.

1947 * Discussão sobre monopólio ganha as ruas a partir do Clube Militar. Duas possibilidades: a nacionalista que propunha o monopólio estatal e a liberal. É criado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN). O lema da campanha é "*O petróleo é nosso*". A União Nacional dos Estudantes (UNE) se engaja.

Anos 40 * Desde essa época os trabalhadores petroleiros já buscam se organizar, mas os funcionários públicos não podem constituir sindicato. Isso mudará com a criação da Petrobrás.

1950 * Vargas ao assumir preparara um projeto de lei criando a Petrobrás. Ao final de acirrada disputa é aprovada com apoio da UDN a criação da Petrobrás de forma ainda mais restrita do que a proposta pelo governo.

1953 * Em 03 de outubro Vargas sanciona a Lei 2.004 criando a Petrobrás.

1954 * Criada a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo no Estado da Bahia (17 e 26 de outubro). Em abril de 1957 é concedido o registro da associação. A Petrobrás não reconhece nem permite desconto das mensalidades que são feitos às escondidas; as demissões eram sumárias. A iniciativa de criação da associação foi dos trabalhadores da RLAM. As ações da associação são muito próximas ao mutualismo.

---

[1] As informações constantes nesse resumo foram obtidas a partir do cotejamento dos vários dados obtidos nas entrevistas, nos boletins e *site* dos Sindicatos dos Trabalhadores Petroleiros; nos boletins e *site* da FUP; no *site* da Confederação dos Químicos da CUT; na Revista Questão de Honra, 1995**;** Caderno de Resolução da FUP, 1994; Revistas institucionais da Petrobrás; Almanaque Memória dos Trabalhadores Petrobrás, 2005. Em: Araújo et. al., 1995; Oliveira Jr, 1996; Souza, 2001; Lucena, 1997; Castro et. al., 1994; SantaBarbar, s/d; Requena et. al., 1999; Brant, 1990; Cardoso, 1991.

1957 * Criado o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Petróleo do Estado da Bahia - STIEP-BA (26 de novembro), mas a política da empresa é de não respeitar. Em 1960 são demitidos Osvaldo Marques e Mário Lima presidente e secretário respectivamente. Lutam ate 1959 para poderem representar os trabalhadores do refino, mas o Ministério do Trabalho nega. Muitas autoridades civis participam da 1ª posse da diretoria.

1958 * Na RLAM, com a criação da unidade de craqueamento catalítico e das unidades de parafinas e lubrificantes, a gestão da força de trabalho tem suas bases estremecidas pela contratação de operadores com maior poder de questionamento.

***** Criado o sindicato dos petroleiros de Cubatão.

***** Criada a Associação de Trabalhadores da Refinaria de Manguinhos.

***** É criada a obrigatoriedade do concurso por reivindicação dos trabalhadores.

.***** São iniciadas as obras da REDUC. Muitos engenheiros vindos do sudeste preferem ser transferidos da RLAM para REDUC, eles serão substituídos por engenheiros locais o que melhora o relacionamento com os demais trabalhadores.

1959[2] ***** Criado o Sindipetro-BA a partir da Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Destilação e Refino do Petróleo no Estado da Bahia que havia sido criada em 8 de junho desse mesmo ano. A carta sindical veio rápido como a de Cubatão, mas o registro no diário oficial é de 4 de abril de 1960.

* A associação dos Trabalhadores da Refinaria de Manguinhos se transforma em Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro.

1960 * Sindipetro-Ba faz sua 1ª greve, durou 03[3] dias reivindicando equiparação com Cubatão, "*Equipara ou aqui para*"; por melhores alojamentos, direito de passar na "*Rua dos Gringos*". Exército vai para a refinaria. Conseguem a equiparação.

* Criado o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Petróleo dos Estado de Alagoas e Sergipe.

---

[2] O Almanaque Memória dos Trabalhadores Petrobrás, editado pela Petrobrás (2003), confunde os fatos, datas e coloca a fundação do Sindipetro-BA como ocorrida em 1956 antes mesmo do STIEP-BA que seria fundado em 1962.

[3] A página da FUP na WEB registra inadvertidamente que essa greve foi de 15 dias Ver: Araújo et. al. (1993) e Oliveira Jr. (1996).

***** Criado o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinaria de Petróleo de Mauá.

***** De 11 a 14 de agosto ocorre o III Congresso Sindical Nacional. Nele foi organizado um grupo de trabalho de petróleo reunindo os sindicatos de Cubatão, de Manguinhos, Capuava, Sindipetro-BA e STIEP-BA. Discutem a organização do I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Petróleo.

1961 ***** Sindipetro-BA faz greve nos dias 04 a 05 de setembro pela legalidade. Desde a renuncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto, o Sindipetro se colocara em Assembléia Geral permanente pela legalidade, como fizeram outros sindicatos. Sindicalistas lançam documento na Guanabara assinado pelo: Sindipetro-BA (Osvaldo Marques), STIEP-BA (Wilton Valença) e Sindipetro-Cubatão (Silvino Oliveira), defendendo a legalidade. Sindipetro-BA e STIEP-BA e outros. O presidente da Petrobrás, Geonisio Barroso, é baiano, ex-chefe da RPBA. Ele havia sido indicado em janeiro com a participação dos petroleiros.

***** Sindipetro-Cubatão faz greve (em dezembro) pelo turno de 6 horas.

* Criada a Associação de Trabalhadores da Indústria de Refino de Petróleo do Rio de Janeiro (REDUC).

* Petroleiros de Manguinhos com os petroleiros da REDUC lutam por melhores condições para categoria no estado.

***** Criado o Sindicato dos Trabalhadores Petroleiros do Setor de Refino do Amazonas a partir da Associação dos Petroleiros do Amazonas.

***** OIT aponta más condições de trabalho na Petrobrás.

***** Sindipetro-BA prepara a 1ª Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo.

1962 ***** Greve de 04 a 13 de janeiro na Bahia contra a demissão do presidente da Petrobrás Geonísio Barroso que se desentendeu com o Ministro das Minas e Energia. STIEP e Sindipetro-BA fazem sua primeira assembléia conjunta e deflagram greve. No dia 09 realizam grande passeata com a presença de representante dos trabalhadores da REDUC. No nono dia de greve, é indicado o baiano Francisco Mangabeira para a Presidência da Petrobrás.

* De 19 a 21 de janeiro ocorre a I Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo. Compareceram delegações da Guanabara, Estado do Rio, Bahia e Alagoas.

***** Dia 15 de fevereiro sai a equiparação total de salário com Cubatão reivindicada pelos petroleiros baianos.

***** Sindicato-Cubatão conquista jornada de 6 horas, Mataripe faz opção por 8 horas e ficam de relações estremecidas.

***** Em maio os sindicatos da Bahia ameaçam greve em apoio ao presidente da Petrobrás, Otávio Mangabeira.

***** Greve em julho. Petroleiros param com outras categorias exigindo a nomeação de um "*Gabinete Democrático Nacionalista*". Param: Bahia, Cubatão, REDUC, Manguinhos, terminal da Guanabara, escritório no RJ; e petroleiros de Belém.

***** Greve em setembro convocada pela CGT, pela garantia do plebiscito. Param Manguinhos e REDUC, Bahia não pára.

*****Criada Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Petróleo do Estado no Paraná.

***** Criada a Associação dos Empregados da Petrobrás no Rio Grande do Sul (ASPERGS).

***** Criado o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Duque de Caxias (Sindipetro-Caxias) a partir da Associação de Petroleiros do Rio de Janeiro.

* Criado o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Petróleo do PA/AM/MA, a partir da Associação dos Petroleiros do PA/AM/MA.

* Petroleiros de Sergipe e Alagoas lutam pela equiparação salarial com os petroleiros da Bahia.

1963 ***** Greve na RECAP em Capuava (1ª Greve daquela refinaria). Lutam pela encampação pela Petrobrás. Conseguem equiparação salarial com os petroleiros de Cubatão e promessa de estatização. Petroleiros na Bahia fazem passeata apoiando a encampação.

***** Greve na REDUC, governo convoca o exército.

* Primeiras lutas pela estatização das refinarias no Rio Grande do Sul.

***** Petroleiros da REPAR conseguem equiparação salarial com os petroleiros de outros estados.

* Associação dos petroleiros da REFAP transformam a associação em sindicato.

* Criada a Associação dos Petroleiros de Minas Gerais. Em seguida transformam a associação em sindicato.

*****CGT organiza o Encontro Nacional de Petroleiros na Guanabara quando é criado o Comando Nacional pelo Monopólio Integral.

***** Em 15 de abril é criada a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria Química e Petroquímica no Estado da Bahia (ASPETRO), futuro Sindiquímica-BA. Funcionará na sede do Sindipetro.

1964 * Greve dos petroleiros na Bahia. Em 31 de março a CGT puxou a Greve Geral. Petroleiros tentaram resistir ao golpe militar na Bahia. A greve dura até o dia 04 de abril quando os dois sindicatos petroleiros a suspende. O TEMADRE e a refinaria são ocupados pelo exército. Exército invade e destrói sede do sindicato no dia 02 de abril. Intervenção no Sindipetro e STIEP-BA. O IPM dos trabalhadores do refino foi o maior do norte e nordeste. Navio ancorado no terminal serve de local para prisões e interrogatórios.

***** Sindipetro-RS promove posse simbólica da Refinaria Ipiranga.

***** Intervenção no Sindipetro-PR. Presidente é preso e seis diretores demitidos. Os interventores administram o sindicato por 19 anos.

***** Intervenção no Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul, diretores são demitidos.

***** Intervenção no sindipetro de MG que dura até 1966.

* Intervenção no sindipetro de Cubatão, diretores são demitidos.

***** Intervenção no sindipetro da RECAP, diretores são demitidos.

* Intervenção no sindipetro da REDUC, diretores são demitidos presos e torturados.

***** Intervenção no sindipetro SE/AL.

* Criada a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo do Ceará (ASPETRO).

1965 * Em 04 de junho ocorre o 1º Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais dos Trabalhadores de Petróleo.

1967 * Greve de fome no RS. Forma-se um grupo de oposição a diretoria do Sindipetro-RS. Oposição puxa de volta as mobilizações da categoria e realiza a greve. Oposição ganha o sindicato.

1968 * Eleita nova diretoria para o STIEP/BA e Sindipetro-BA. A diretoria do Sindipetro assume sob mandato de segurança. A superintendência na

RLAM só recebia os sindicatos nas sextas-feiras das 15:30 às 16:30. Era proibida a distribuição de boletins na RLAM.

***** Greve de fome em 14 de agosto por melhores condições de trabalho. Deveria ser greve nacional. Na RLAM o sucesso da greve foi total, nas outras unidades do Brasil não houve muita coisa.

***** No dia 01 de Setembro o presidente do Sindipetro-BA declara que vai haver greve se não houver reajuste de 33%. No dia 10 de setembro o Sindipetro BA sofre intervenção e a diretoria é cassada de novo, mesmo antes do AI-5.

1969 * Em 1º de março o STIEP-BA sofre intervenção também.

***** Nova intervenção no Sindipetro-MG por irregularidades administrativas.

1972 * Em 22 de novembro é criada associação dos Petroleiros de Paulínia.

1973 * Em 05 de maio a Associação dos Petroleiros de Paulínia se transforma em sindicato.

1974 * Criado Sindicato dos Petroleiros do Ceará com basicamente o pessoal da ASFOR, a partir da associação.

1977 * As lutas do ABC influenciam os petroleiros. Petroleiros de Campinas e do RS fazem abaixo assinado contra a manipulação dos índices da inflação.

***** Incorporação da RECAP a Petrobrás. Sindipetro da RECAP é refundado.

***** Criado o Departamento Nacional dos Petroleiros e Petroquímicos ligado a CNTI.

1978 * Petroleiro de Campinas arrecadam ajuda para o fundo de greve dos metalúrgicos do ABC e realizam greve de fome.

***** Petroleiros de Cubatão retomam a militância. Realizam diversos eventos tipo operação amnésia (esquecem os crachás).

1979 * Petroleiro de Campinas arrecadam ajuda para o fundo de greve dos metalúrgicos do ABC que estavam em greve. Membros do Sindipetro Paulínia participam de discussão sobre a criação do PT.

* A Petrobrás passa a celebrar acordos coletivos formais na data-base modificando sua rotina de apenas repassar aos trabalhadores os índices divulgados pelo governo.

* Sindipetro-Paulínia consegue 40 horas semanais com passeatas, abaixo-assinados, adesivos e usam tarja negra contra Shigeaki Ueki (indicado presidente da Petrobrás).

* Criada a Associação dos Petroleiros de São José dos Campos (ASPETRO).

1980 * Greve de fome na campanha salarial. Petroleiros de Paulínia participam de ajuda aos metalúrgicos do ABC.

***** Criada associação dos petroleiros aposentados de Cubatão (ASTAIPE).

1981 ***** Greve de fome em 29 de setembro no Sindipetro-BA e Paulínia pela campanha salarial, durou 04 dias. Jacó Bittar, presidente do sindipetro Paulínia é eleito membro da Comissão Executiva Pró-CUT.

***** Na REPAR oposição a diretoria do sindicato forma um grupo.

***** Sindipetro-MG participa do 1º Conclat.

* Campanha salarial unificada de Mauá, Paulínia, Cubatão e São José dos Campos.

* Sindipetro da RECAP participa do 1º Conclat.

* ASPETRO participa do 1º Conclat.

1982 ***** A oposição toma o Sindipetro BA e começa uma nova fase marcada pelo confronto. Presença constante do sindicato nos locais de trabalho. Contra a gestão militarizada.

***** Em Paulínia ocorre vigília de 32 horas na campanha salarial.

***** Oposição na REPAR articula greve de fome, participam também: Cubatão, Paulínia, Mauá.

***** Petroleiros da REVAP criam sindicato.

***** Criada a Associação de Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação do Estado do RN (ASPERN) sob influência da empresa.

1983 ***** 13 de junho, Sindipetro-BA aprova indicativo de greve contra o decreto Nº 2.037 *Decreto das Estatais* (que significava possibilidade de privatização, demissão e perda de direitos). Dia 15 de junho Departamento Nacional de Petróleo (reunia os 14 sindicatos) aprova estado de emergência. Dia 16 de junho, Secretariado Nacional das Estatais, que representava 35

entidades de funcionários públicos e estatais, reunidas em Brasília, definem estado de greve.

***** Bancários do Banco do Brasil do Rio de Janeiro fazem passeata em junho contra o *Decreto das Estatais*.

***** 06 de julho turno do *zero hora* param os Petroleiros de Paulínia. Ao meio dia é declarada intervenção no Sindipetro Campinas pelo Ministério do Trabalho, são demitidos 27 petroleiros. Ao final do expediente do dia 06 param os petroleiros da RLAM (ocupam a refinaria).

***** Dia 07 é declarada a intervenção no Sindipetro-BA, é cassada a diretoria e divulgada lista de demitidos, a Polícia Militar ocupa refinaria expulsando os grevistas. O STIEP-BA não pára. Os metalúrgicos do ABC fazem greve de solidariedade. RECAP começa a greve, mas recua em função da brutal repressão policial.

***** Imprensa fica contra a greve. Fala-se em intervenção em São Paulo porque o governador Franco Montoro se recusa a reprimir os grevistas. As outras unidades (RPBC, REGAP e REPAR) e outras categorias que estavam com indicativos de greve, desistem da greve. Os metalúrgicos do ABC suspendem a greve em 10 de julho.

***** Dia 11 de julho a greve foi suspensa com 198 demissões na RLAM e 152 em Paulínia (As demissões serão revertidas apenas em 1985).

***** Petroleiros de Paulínia criam após a greve a Associação Beneficente e Cultural dos Petroleiros (ABCP).

* Sindipetro-MG participa da fundação da CUT.

* Petroleiros do Norte Fluminense formam um grupo de oposição à diretoria do Sindipetro-RJ. Lutam por uma associação autônoma.

1984 ***** Diretoria ligada ao período populista ganha a eleição no Sindipetro-BA contra a chapa ligada ao "*Novo Sindicalismo*". O Sindipetro-BA não consegue avançar como ocorria nas outras regiões do país, só voltando a se incorporar ao movimento nacional em fins dos anos 80.

* Oposição ligada ao "*Novo Sindicalismo*" na REPAR assume o sindicato.

* Criada a associação dos Petroleiros do Norte Fluminense.

***** Criado o Sindipetro-RN. Antes era delegacia sindical de Sergipe/Alagoas. Sindipetro-Sergipe disputava a fundação do Sindipetro-RN com o Sindipetro-CE.

1985 ***** Quase todos os demitidos de 1983 são reintegrados via negociação, 58 petroleiros ficam fora do acordo.

***** Criada a Federação Nacional dos Petroleiros.

***** Criado o Departamento Nacional dos Petroleiros (DNP) no Rio de Janeiro.

***** Greve no Pólo Petroquímico de Camaçari, 1ª greve em pólo petroquímico no mundo.

1986 ***** 12 de dezembro na Greve Geral o STIEP-BA participa e outros sindipetros também. Sindipetro-BA não participa.

***** Fundado o Departamento Nacional dos Petroleiros da CUT – DNPC (Começou com Paulínia, SJC, Araucária).

* É criado o Comando Nacional dos Petroleiros (CNP). Ele aglutinava a maioria dos sindicatos e era responsável pelas negociações com a empresa. Existia apenas durante as campanhas salariais, passadas as campanhas era desfeito.

* Sindipetro-AM luta pela ampliação da refinaria.

1987 ***** Petrobrás dá um reajuste diferenciado entre nível médio e engenheiros (38% e 62%, respectivamente) em março e motiva mobilizações dos petroleiros. Aprova-se o dia 10 de março como "*Dia Nacional de Luta*" e início da operação vigília que duraria 48 horas com permanência de pessoal no interior das áreas. De 10 a 13 de março o Exército ocupa nove refinarias e seis áreas de produção. Com a ocupação, o movimento foi abortado.

* Sindipetro-Cubatão ocupa refinaria na vigília, o exército não invade.

* Sindipetro-MG participa da criação do Departamento Nacional dos Petroleiros da CUT (DNP-CUT).

***** Criado Sindipetro-São Paulo por trabalhadores demitidos da REPLAN em 1983 e reintegrados nas bases de São Paulo.

* Acontece o 2º Congresso Nacional dos Petroleiros em Praia Grande (SP) - Extinto o DNP e criada a Federação Petroleira.

* Acontece o 1º Encontro Nacional dos Petroleiros da CUT em Curitiba/PR – Após o encontro nascem duas entidades que dividem a categoria: o DNP/CUT e a FENAPE.

1988 ***** Durante a campanha de setembro surge impasse no econômico. São acordadas com a empresa as cláusulas sociais, as cláusulas econômicas

ficam para o julgamento do TST, após a promulgação da Constituição. TST julga em 10 de novembro, só dá 4% de produtividade (o pleiteado era 10%). TST nega também o Plano Bresser que havia concedido ao Banco do Brasil. Os dezessete sindicatos presentes ao julgamento saem do tribunal antes de terminar. Começa a greve em 11 de novembro, no terceiro dia entra a Bacia de Campos. A greve termina no dia 21 de novembro quando a Petrobrás apresenta a contra-proposta de mais 15% de produtividade e Silvino, presidente do sindipetro Cubatão, aceita, atropelando o Comando Nacional. A questão da privatização também estava na pauta. Pela primeira vez Ceará e Rio de Janeiro aderem à greve que durou 10 dias.

* No dia 09 de novembro o exército invadiu a CSN e matou 03 operários.

***** Petroleiros da REVAP fazem a 1ª greve depois do golpe militar.

***** 1ª diretoria cutista assume o Sindipetro-RN.

***** Acontece o Encontro Nacional do DNP/CUT em SP. É chamado de 3º Congresso Nacional dos Petroleiros que aprova campanha salarial unificada.

1989 * Greve Geral de 14 a 15 de março, Sindipetros participam.

***** Oposição apoiada pelo "*Novo Sindicalismo*" ganha a direção do Sindipetro-BA.

***** Criado o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Extração de Petróleo do Espírito Santo (STIEP-ES), pela desvinculação dos Petroleiros do Espírito Santo (ES) do Sindipetro-Caxias.

***** Petroleiros da REVAP realizam greve pelo turno de seis horas.

* Criado em maio o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo do Estado de Pernambuco.

***** É criado em abril o Departamento Nacional dos Químicos (DNQ-CUT). Aglutinava químicos, plásticos, petroquímicos, petroleiros, etc).

***** Fundada a Federação Nacional dos Petroleiros seguindo decisão do Encontro Nacional dos Petroleiros de 1987.

***** Acontece o 1º Congresso do DNP/CUT e o 4º Congresso Nacional dos Petroleiros em São Paulo.

1990 * Greve dura 8 dias em abril. A Petrobrás reduz o número de dirigentes sindicais liberados e faz demissões em função do Plano Collor. Conseguem reposição de parte do Plano Bresser e reintegração de parte dos demitidos.

***** Petroleiros do ES se filiam a CUT.

***** Sindipetro-RN se filia a CUT.

* Oposição do Norte Fluminense se une à oposição do Sindipetro-RJ e disputam a eleição com apoio da CUT.

***** Acontece o 5º Congresso Nacional dos Petroleiros, em Campinas/SP.

O Departamento Nacional dos Químicos (DNQ) se transforma em Confederação Nacional dos Químicos da CUT (CNQ-CUT).

1991[4] ***** A greve começa a zero hora do dia 6 de fevereiro, mas recua no dia seguinte por não ter força nacional. A idéia era começar com as refinarias de Paulínia, Cubatão, São José dos Campos, Mauá e daí ir avançando.

***** Greve recomeça dia 26 de fevereiro, contra a privatização, reintegração dos demitidos, etc. Demissões ocorrem dia após dia chegam a duzentas pelo país. TST julga abusiva no dia 19 de março; dia 20 de março o comando indica fim da greve por estar esvaziando.

***** Sindipetro-RJ se filia à CUT.

* STIEP-PA/AM/MA filia-se à CUT.

1992 * Acontece o I Congresso Nacional dos Trabalhadores do Sistema Petrobrás em MG.

* Sindipetro-CE realiza o 1º Encontro dos Trabalhadores Off Shore.

1993 * Greve de 11 dias após *impeachment* de Collor. Reconquistam mais um dirigente liberado, revertem as demissões restantes do plano Collor.

* Criada a Federação Única Cutista Petroleira (FUC-P) no II Congresso Nacional dos Trabalhadores do Sistema Petrobrás. A partir dessa data, esta entidade é quem negocia com a Petrobrás, antes quem negociava era o Comando Nacional dos Petroleiros (CNP). Isso vai significar o fim das negociações em separado e maior unidade da categoria.

1994 * Aprovado estatuto da FUP no III Congresso Nacional dos Trabalhadores do Sistema Petrobrás[5]. Mudam a denominação para Federação Única dos

---

[4] Na Revista Questão de Honra (maio/junho, 1995), e no Almanaque Memória dos Trabalhadores Petrobrás (2003), consta uma terceira greve de 11 dias que teria ocorrido no mês de setembro de 1991. Confundiram-se com a greve de 11 dias que ocorreu no ano de 1993 após o *impeachment* de Collor. Ver: Souza (2001); Lucena, (1997); Santa Bárbara, (s/d).

[5] Na Revista Questão de Honra (1995) consta erroneamente que o III Congresso teria ocorrido em 1992.

Petroleiros (FUP) visando a permitir a filiação dos sindicatos dos petroleiros que não fossem filiados a CUT.

***** Unificação do Sindipetro-SE/AL com o Sindiquímica-SE.

* Greve de ocupação em Urucu organizada pelo STIEP-PA/AM/MA.

* A primeira greve geral da categoria ocorrida em setembro/outubro.

* A segunda greve geral da categoria ocorrida em novembro.

1995 * Greve de maio/junho.

***** Criado o sindicato do Norte Fluminense (NF).

DADOS SOBRE A PETROBRÁS UTILIZADOS NA TESE EM FORMA DE GRÁFICOS

Tabela 12: Capacidade de refino – Brasil – 1995/2000

Refinarias	1995 BPD*	2000 mil BPD*
LUBNOR	5.220	6.000
RECAP	37.740	53.000
REDUC	226.440	242.000
REFAP	113.220	189.000
REGAP	144.670	151.000
REPAR	169.830	189.000
REPLAN	301.920	352.000
REVAP	213.860	226.000
RLAM	140.581	306.000
REMAN	11.322	46.000
RPBC	166.685	170.000
Total	1.531.488	1.930.000

Fontes: FSP, GM, Tchno, Petrobrás magazine 2001. Existem pequenas variações nos números divulgados pela própria Petrobrás. Elaboração própria.

Tabela 13: Efetivo de terceirizados na Petrobrás – Brasil 1995/1999

Ano	Nº terceirizados*
1995	30.000
1996	35.000
1997	51.000
1998	57.000
1999	66.000
2001	90.000

Fonte: Surgente 2001, Revista Época;*Trabalhando no interior da Petrobrás. Elaboração própria.

Tabela 14: Óbitos na Petrobrás – Brasil – 1989/2000

Ano / Tipo de contrato	Óbitos na Petrobrás	
	Efetivos	**Terceirizados**
1989	8	não disponível (nd)
1990	6	nd
1991	4	nd
1992	4	nd
1993	7	nd
1994	1	nd
1995	3	15
1996	5	11
1997	3	13
1998	4	22
1999	1	27
2000	04	12
2001	11*	07

Fontes: FUP; Gil, 2000; * Afundamento da P-36. Elaboração própria.

Tabela 15: Escolaridade na Petrobrás- Brasil 1999

Nível escolar	Nº trabalhadores	%
Ensino fundamental	2. 448	7,03
Ensino médio	20.329	58,40
Ensino superior	12.033	34,57

Fonte: Petrobrás, 1999.

PETRÓLEO E O CONSUMO DE ENERGIA NA *ERA* DA TAXA TENDENCIALMENTE DECLINANTE DO VALOR DE USO DAS COISAS[6]

O Ouro Negro e a reestruturação do capital

O mundo convive com a iminência de crise energética de largo espectro. O metabolismo capitalista tem imprimido um padrão de consumo dos recursos naturais insubsistente. As grandes economias mundiais se vêem obrigadas a pilhar as mais diversas nações em busca da energia que não produzem, mas que precisam para manter os seus impérios de dominação.

Tabela 16: Consumo de energia primária – Mundo - 2002

Os sete maiores países (G7)	**Consumo em petróleo (milhão de tonelada equivalente em petróleo)**					
	Petróleo	**Gás natural**	**Carvão**	**Energia nuclear**	**Hidrelétrica**	**Total por país**
USA	894,3	600,7	553,8	185,8	58,2	2.293,0
Canadá	89,7	72,6	30,7	17,0	78,6	288,7
França	92,8	38,5	12,7	98,9	15,0	258,0
Alemanha	127,2	74,3	84,6	37,3	5,9	329,4
Itália	92,9	57,2	13,8	—	10,9	174,8
Reino Unido	77,2	85,1	36,5	19,9	1,7	220,3
Japão	242,6	69,7	105,3	71,3	20,5	509,4
Total no mundo	3.522,5	2.282,0	2.397,9	610,6	591,1	9.404,0

Fonte: *BP Statistical review of world energy*, 2003.

[6] Dados atualizados até set. 2002.

Quando se abrem os dados populacionais percebe-se não haver convergência entre o consumo e as populações. Segundo a *United nations population division*, a população do mundo no ano 2000 era de 6.070.581. Deste total, 58% da população encontra-se na Ásia e Oceania; 20% vive nos países desenvolvidos na Europa, América do Norte, Japão, Austrália e Nova Zelândia; 13% na África, e 8% na América Latina e Caribe.

Dentre os países desenvolvidos, o grupo dos sete maiores, o G7, possuem 700.609 milhões de habitantes ou 11,54% da população mundial. Do total de energia primária produzida no mundo, os membros do G 7 consomem sozinhos 43,32%, dentre esses, apenas os Estados Unidos e o Japão consomem juntos 29,8%, apesar de possuírem apenas 412.037 mil habitantes, ou 6,79% da população mundial.

Esse desbalanceamento população/consumo de energia no centro do capitalismo mundial é resultado do fetiche da mercadoria levado às últimas conseqüências. A taxa tendencialmente declinante do valor de uso das coisas (Mészáros, 2002), tem transformado o mundo em um grande "lixão" a céu aberto. Os problemas do superaquecimento global, dos buracos na camada de ozônio e, os apagões, que atingiram no início do novo século, os Estados Unidos, Canadá e França são provas insofismáveis da insustentabilidade ecológica do planeta, caso perdure a lógica sociometabólica do capital na administração dos recursos naturais.

Dentre as energias primárias, a indústria de petróleo adquire proeminência desde que se tornou matriz energética em substituição ao carvão, na segunda metade do século XX. Atualmente, o petróleo fornece isoladamente a maior parte da energia consumida no mundo e, por ser componente fundamental na produção de um sem números de mercadorias, a sua oscilação de preço é responsável por crises inflacionárias e econômicas. Ter o controle de sua produção e, conseqüentemente, do seu custo, tornou-se importante elemento na macroeconomia. O petróleo, sozinho, é responsável por 37,48% do consumo de

energia primária. Se for somado ao petróleo o consumo de gás natural, trabalhando com a idéia de indústria petrolífera (petróleo e gás natural), obtêm-se a taxa de 61,72% do consumo mundial. Em segundo lugar vêm o carvão, que já foi o principal fornecedor de energia, com 25,5%.

A crise do petróleo na década de 70 é tida como momento de inflexão na economia mundial. Até esta data, o preço do petróleo e a intensidade de exploração eram determinados pelas 7 irmãs ou *majors*[7] (*Móbil, Exxon, Texaco, Chevron, Gulf, Britis Petroleum a Royal Dutche/Shell)*. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), apesar de existir desde 1960, só na década seguinte dá uma demonstração maior do sentido para a qual foi criada.

> A OPEP foi fundada em setembro de 1960 na cidade de Bagdá, no Iraque. Inicialmente, é composta por cinco membros: Iran, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela, aos quais depois vieram se juntar Algéria, Indonésia, Líbia, Nigéria, Qatar e os Emirados Árabes Unidos. A partir da criação desse organismo internacional, seus membros passam a controlar 77% das reservas provadas do mundo e influenciar a geopolítica do petróleo; nesse sentido, o grande marco foi a majoração do preço do barril, de US$1,5 para US$ 15 em 1973, e depois para US$ 30,0 em 1979-1980 (Gress e Lipkova, 2003).

O mundo que havia se acostumado com óleo barato e abundante, depois da crise do petróleo, percebe os limites desta fonte de energia, a partir daí abre-se uma nova era na geopolítica do petróleo. Os dados apontam estarem a produção e o consumo sob perspectivas inversas. Cresce a população e o consumo no mundo ao passo que declina a produção (Campbell, 2002).

[7] Denominação criada pelo ex-presidente da estatal Italiana de Petróleo.

Tabela 17: Produção de Petróleo – Mundo – 1980/2002

Países	**Produção de Óleo (milhão de barril)**			
	1980	**1990**	**2000**	**2002**
USA	10,170	8,914	7,733	7,698
Canadá	1,764	1,965	2,721	2,880
França	-	-	-	-
Alemanha	-	-	-	-
Itália	0,33	0,90	0,88	0,103
Reino Unido	1,663	1,919	2,657	2,463
Japão	-	-	-	-
Total no mundo	62,946	65,400	74,574	73,935

Fonte: BP, 2003.

Tabela 18: Consumo de Petróleo – Mundo – 1980/2002

Países	**Produção de Óleo (milhão de barril)**			
	1980	**1990**	**2000**	**2002**
USA	17,062	16,988	19,701	19,708
Canadá	1,915	1,726	1,937	1,988
França	2,262	1,910	2,007	1,967
Alemanha	3,056	2,708	2,763	2,709
Itália	1,972	1,932	1,956	1,943
Reino Unido	1,672	1,762	1,675	1,675
Japão	4,935	5,303	5,576	5,337
Total no mundo	61,749	66,270	75,254	75,747

Fonte: BP, 2003.

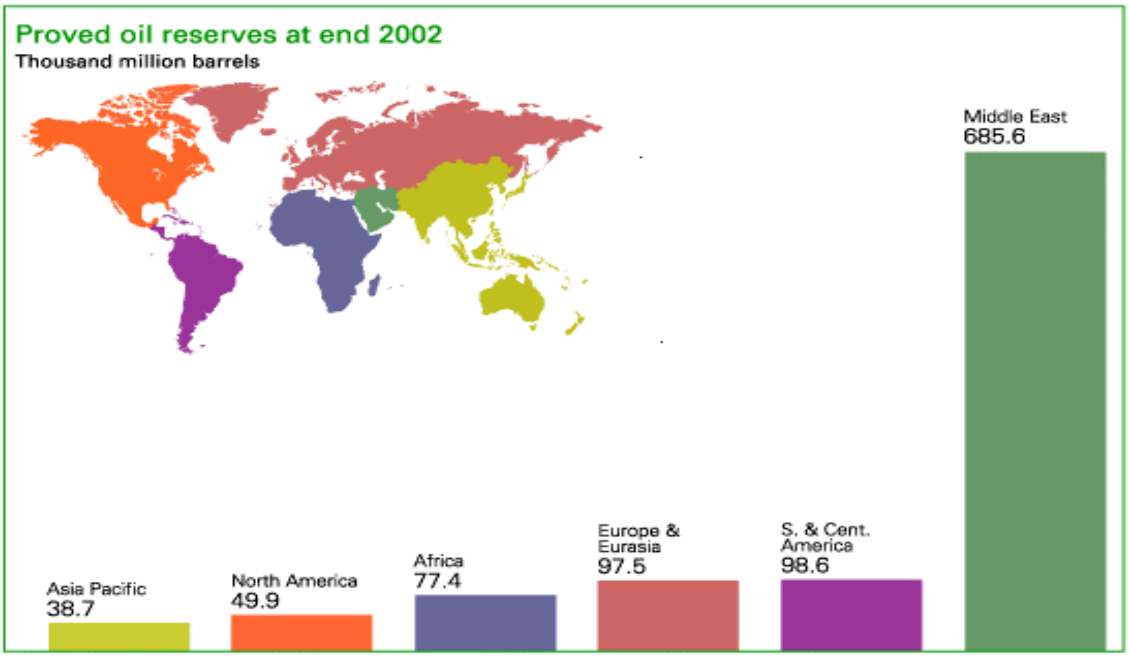
Os dados demonstram que o consumo de petróleo nesses últimos vinte e dois anos cresce 22,67%, enquanto a produção cresce apenas 17,46%, representando um déficit de 5,27%. Não obstante as reservas mundiais crescerem no computo geral, elas reduzem-se para os maiores consumidores.

Tabela 19: Reservas provadas de petróleo[8] – Mundo – 1982/2002

Países	Reservar provadas de petróleo (bilhão de barril)		
	1982	**1992**	**2002**
América do Norte	34,547	28,838	27,646
América Latina	89,587	129,760	111,173
Leste Europeu	65,384	58,953	79,190
Europa Ocidental	21,340	17,385	18,268
Oriente Médio	388,592	663,307	698,906
África	57,877	63,855	93,550
Ásia e Pacifico	39,004	44,423	38,434
Total no mundo	696,331	1.006,521	1.067,167
OPEP	467,371	773,702	847,719

Fonte: OPEP, 2003.

Gráfico 12: Reservas provadas de petróleo – Mundo - 2002



Fonte: BP, 2003.

[8] São reservas que, a partir da análise geológica e de engenharia, se estima recuperar comercialmente de reservatórios descobertos e avaliados, com alta taxa de certeza e cuja previsão leve em conta as condições econômicas do momento, as legislações e a viabilidade operacional. (BP, 2003).

Apesar dos dados da *BP statistical review* e da OPEP diferirem um pouco para o ano de 2002, demonstram igualmente a gravidade da situação na relação reservas provadas/produção/consumo. Das sete maiores nações industrializadas do mundo (G 7), apenas o Canadá e o Reino são auto-suficientes. Enquanto declinam as reservas e a produção dos maiores consumidores cresce nominal e percentualmente a presença dos países membros da OPEP.

Estes dados explicam o crescimento da intensidade dos conflitos por recursos naturais (Klare, 2001). A corrida pelo petróleo está claramente relacionada às guerras do Yom-Kippur, em 1973, a Revolução Islâmica no Iran, e a guerra do Golfo de 1991 (Gress e Lipkova 2003), sendo que os atuais conflitos no Golfo Pérsico são continuação desta última. Artigo de Chapman (2000) chama atenção para a "*interaction between oil pricing and military polycy*" e, de forma previdente, afirma

> *The analysis concludes that the economic incentives for political instability in the Persian Gulf will increase, and more formal methods of setting the international framework for Persian Gulf oil may be expected.*

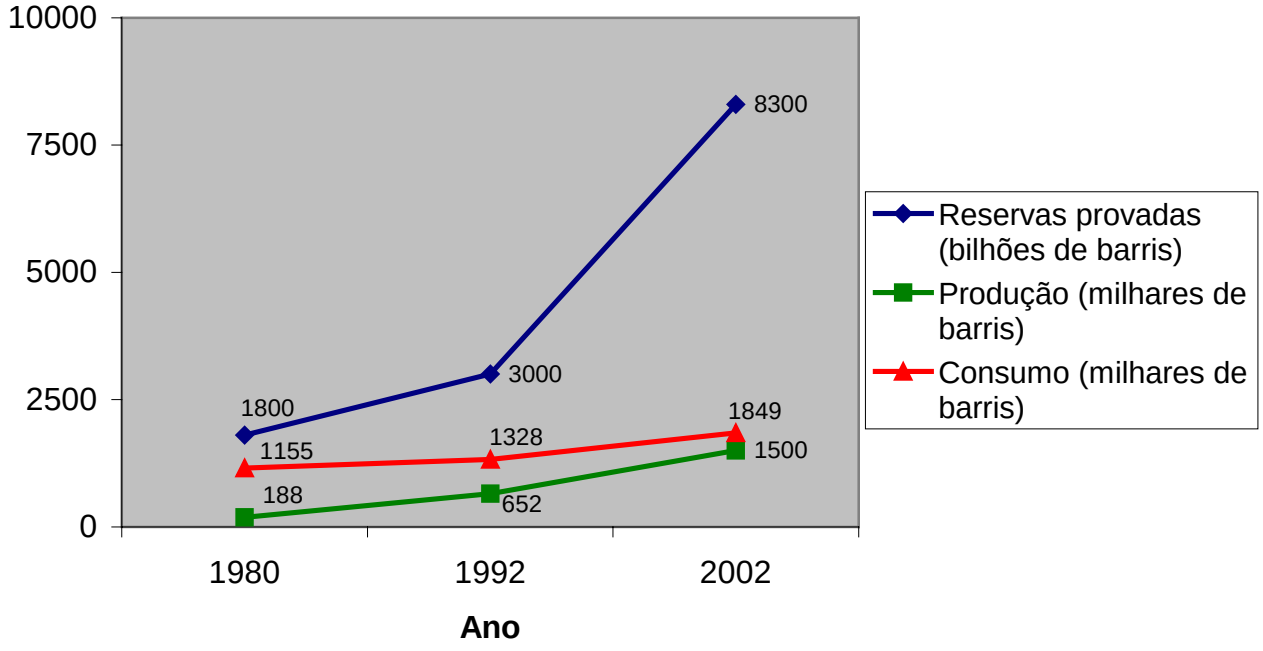
Situação do Petróleo no Brasil

Igualmente ao resto do mundo, a indústria de petróleo no Brasil apresenta números grandiosos. O setor cresce no ano 2000 à taxa de 11,48% e passa a representar 2,7% do PIB do país. A Petrobrás possui um valor de mercado de US$ 26,4 bilhões (maior do Brasil), sendo assim responsável por 20% de todas as encomendas à indústria brasileira de bens de capital. No ano de 2002 esta empresa pagou R$ 1,04 bilhões em dividendos para a União.

Em 2003 os dados consolidados das atividades da Petrobrás dos primeiros nove meses apresentam um lucro líquido de R$ 14,7 bilhões e apontam-na como

responsável por injetar R$ 62,43 bilhões na economia nacional. Diferentemente dos países do primeiro mundo, o Brasil tem uma situação confortável na área de petróleo, do ponto de vista de reservas/produção/consumo.

Gráfico 13: Petróleo – Brasil - 1980/2002



Fonte: BP, 2003.

Enquanto o consumo no Brasil cresceu 60,08%, as suas reservas cresceram 361,1% e a produção 697,87%. A Petrobrás produz em 2003 sob lâmina d'água, de 1886 metros de profundidade, e tem crescido na faixa de 12%, enquanto a média do setor é de 1%. Os números apresentados anteriormente, ao tempo que demonstram a gravidade da situação energética mundial, destacam o ambiente confortável em que se encontra o Brasil no ítem petróleo, não foi por acaso, portanto, o interesse do capitalismo internacional em quebrar o monopólio estatal do petróleo e privatizar a Petrobrás. Essa questão estava claramente colocada para a direção dos sindicatos de petróleo quando da greve dos petroleiros em 1995. Inegavelmente, os anos 90, década da reestruturação produtiva, foram extremamentes positivos para a Petrobrás em relação aos dados técnicos,

financeiros e operacionais, o mesmo não pode ser dito no tocante às relações e processo de trabalho.

Tabela 16:
***MINAS FECHADAS NO REINO UNIDO APÓS MARÇO DE 1984**

CLOSURES IN 1984, MARCH ONWARDS

Bearpark, Co Durham
Cronton, Merseyside

CLOSURES IN 1985

Aberpergwm, South Wales
Abertillery, South Wales
Ackton Hall, Yorkshire
Bedwas, South Wales
Bold, Merseyside
Brenkley, Tyne and Wear
Brookhouse, Yorkshire
Cortonwood, Yorkshire
Emley Moor, Yorkshire
Fryston, Yorkshire
Garw, South Wales
Haig, Cumbria
Herrington, Co Durham
Margam, South Wales
Moor Green, Nottinghamshire
Penrhiwceiber, South Wales
Pye Hill, Nottinghamshire
Sacriston, Co Durham
St Johns, South Wales
Savile, Yorkshire
Treforgan, South Wales
Wolstanton, Staffordshire
Yorkshire Main, Yorkshire

CLOSURES IN 1986

Babbington, Nottinghamshire
Bates, Northumberland
Bersham, North Wales
Birch Coppice, Warwickshire
Cadeby, Yorkshire
Comrie, Fife
Cwm, South Wales
Eppleton, Co Durham
Glasshoughton, Yorkshire
Horden, Co Durham
Kinsley, Yorkshire
Ledston Luck, Yorkshire
Nantgarw / Winsor, South Wales
Polkemmet, West Lothian
Tilmanstone, Kent
Whitwell, Nottinghamshire

Whitwick / South Leicester, Leicestershire

CLOSURES IN 1987

Newstead, Nottinghamshire
Nostell, Yorkshire
Polmaise 3 / 4, Stirling
Snowdown, Kent
Wheldale, Yorkshire
Whittal, Co Durham
Woolley, Yorkshire
Silverwood, Yorkshire

CLOSURES IN 1988

Abernant, South Wales
Arkwright, Derbyshire
Ashington, Northumberland
Cadley Hill, Derbyshire
Lady Winsor / Abercynon, South Wales
Linby, Nottinghamshire
Mansfield, Nottinghamshire
Manvers complex, Yorkshire
Seafield / Frances, Fife
South Kirkby / Riddings, Yorkshire

CLOSURES IN 1989

Baddesley, Warwickshire
Barnburgh, Yorkshire
Barony, Ayreshire
Betteshanger, Kent
Bilston Glen, Mid Lothian
Blidworth, Nottinghamshire
Cynheidre, South Wales
Holditch, Staffordshire
Marine / Six Bells, South Wales
Merthyr Vale, South Wales
Oakdale, South Wales
Renishaw Park, Yorkshire
Royston, Yorkshire
Sutton, Nottinghamshire
Trelewis, South Wales
Warsop, Nottinghamshire

CLOSURES IN 1990

Agecroft, Lancashire
Ellistown, Leicestershire
Lea Hall, Staffordshire
Littleton, Staffordshire
Shireoaks / Steetley, Nottinghamshire

Treeton, Yorkshire
Donnisthorpe / Rawdon, Leicestershire
Florence, Cumbria

CLOSURES IN 1991

Askern, Yorkshire
Bagworth, Leicestershire
Barnsley Main, Yorkshire
Creswell, Derbyshire
Dawdon, Co Durham
Dearne Valley, Yorkshire
Deep Navigation, South Wales
Denby Grange, Yorkshire
Dinnington, Yorkshire
Gedling, Nottinghamshire
Murton, Co Durham
Penallta, South Wales
Sutton Manor, Merseyside
Thurcroft, Yorkshire

CLOSURES IN 1992

Allerton Bywater, Yorkshire
Bickershaw Complex, Lancashire
Cotgrave, Nottinghamshire
Sherwood, Nottinghamshire
Shirebrook, Derbyshire
Silverhill, Nottinghamshire

CLOSURES IN 1993

Bentley, Yorkshire
Bolsover, Derbyshire
Easington, Co Durham
Frickley / S Elmsall, Yorkshire
Grimethorpe, Yorkshire
Houghton / Darfield, Yorkshire
Parkside, Merseyside
Rufford, Nottinghamshire
Sharlston, Yorkshire
Taff Merthyr, South Wales
Vane Tempest / Seaham, Co Durham
Westoe, Tyne and Wear

CLOSURES IN 1994

Goldthorpe / Hickelton, Yorkshire
Kiveton Park, Yorkshire
Markham, Derbyshire
Manton, Nottinghamshire
Ollerton, Nottinghamshire

Wearmouth, Co Durham

CLOSURES IN 1995

Bilsthorpe, Nottinghamshire

CLOSURES IN 1996

Coventry, West Midlands
Hem Heath, Staffordshire
Markham Main, Yorkshire
Point of Ayr, North Wales

CLOSURES IN 1997

No collieries closed this year

CLOSURES IN 1998

Silverdale, Staffordshire
Monktonhall, Mid Lothian

CLOSURES IN 1999

Calverton, Nottinghamshire
North Selby, Yorkshire

CLOSURES IN 2000

Annesley / Bentinck, Nottinghamshire
Blaenant, South Wales

CLOSURES IN 2001

No collieries closed this year

CLOSURES IN 2002

Longannet complex, Fife
Prince of Wales, Yorkshire

CLOSURES IN 2003

Betws, South Wales
Clipstone, Nottinghamshire

DEEP PITS STILL WORKING

Daw Mill, West Midlands
Ellington, Northumberland
Harworth, Nottinghamshire
Kellingley, Yorkshire
Maltby, Yorkshire
Riccall, Selby Complex, Yorkshire. Due to close 2004.

Rossington, Yorkshire
Stillingfleet , Selby Complex, Yorkshire. Due to close 2004.
Thoresby, Nottinghamshire
Tower, South Wales
Welbeck, Nottinghamshire
Wistow, Selby Complex, Yorkshire. Due to close 2004.

OTHER

Gascoigne Wood, Yorkshire. Processes coal from the Selby Complex and is due to close 2004.
Hatfield, Yorkshire. In administration since 2003 and expected to close.

*Fonte: BBC. Disponível em <<http://news.bbc.co.uk/1/hi/in_depth/uk/2004/miners_strike/default.stm>> Acesso em maio 2004.